



Pedro Emanuel Coelho Araújo

Um Estado longe de mais

Para uma sociologia com desastres

Tese de doutoramento em Sociologia, orientada por
Professor Doutor José Manuel Mendes e
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

2014

• U • C •



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



• C •

FEUC

FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Pedro Emanuel Coelho Araújo

Um Estado longe de mais

Para uma sociologia com desastres

Tese de doutoramento em Sociologia

apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Orientador: Professor Doutor José Manuel Mendes

2014

À Isabel e ao Duarte

Ao meu Pai e à minha Mãe

Ao Paulo, à Christel, à Anna e ao Adrien

Ao Dr. André

Ao André

Em memória de Maria Teresa Costa Pinho

Capa: Duarte Araújo

Financiamento

Tese de doutoramento realizada ao abrigo de uma bolsa de investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do QREN - POPH - Tipologia 4.1.

Referência: SFRH / BD / 61004 / 2009.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia aqui deixo o meu agradecimento.

Agradecimentos

Uma tese de doutoramento é uma viagem que não se empreende sozinho. Por mais extensos que fossem os agradecimentos, nunca cobririam a infinidade de pequenas coisas que se tornam significativas no desenrolar desta *penosa* aventura e, mais importante, a infinidade de pessoas significativas para tornar esta aventura menos *penosa*.

Acompanham-nos livros e artigos que lemos. Nem sempre disponíveis, nem sempre acessíveis. O *Kung-Fu* da Maria José, do Acácio e da Ana? Imbatível!

Acompanha-nos o centro de investigação onde crescemos individual e profissionalmente. No Centro de Estudos Sociais encontrei terreno fértil para ambos. Mas, acima de tudo, encontrei pessoas. E é o encontro com essas pessoas que valorizo acima de tudo e a sua amizade o que mais prezo.

Acompanham-nos as pessoas casualmente encontradas no terreno e as pessoas intencionalmente entrevistadas. As conversas com os familiares das vítimas da *Tragédia de Entre-os-Rios* nem sempre foram fáceis. Quero expressar o meu profundo agradecimento a todos eles e a todas elas por comigo terem partilhado as suas histórias e por me terem permitido vislumbrar a sua imensa dignidade.

Acompanham-nos as pessoas que nos ouvem e as pessoas que nos leem. O Carlos Martins, a Paula Fernando e a Élide Lauris. Ouvidos pacientes e olhos exigentes. A minha enorme gratidão.

Acompanham-nos pessoas de uma generosidade sem limites. Ao Pedro Abreu, em particular, aqui deixo um forte abraço. Continuamos a torcer pelo Eduardo!

Uma palavra de especial apreço ao Professor Doutor José Manuel Mendes, meu orientador. Adjetivar as suas qualidades no desempenho desta formal função seria uma tarefa difícil. Socorro-me, por isso, de palavras que, não sendo minhas, poderão, talvez, revelar-se mais aptas a fazê-lo: *Mestre, meu mestre!* Ao amigo digo, agora sim com palavras minhas, *Obrigado!*

Finalmente, à Isabel e ao Duarte. Para quem não preciso de palavras.

Resumo

No dia 04 de março de 2001, por volta das 21 horas e 10 minutos, o desabamento do quarto pilar da Ponte Hintze Ribeiro provoca a queda parcial da estrutura do tabuleiro da ponte. Um autocarro, com 53 pessoas a bordo, e três viaturas ligeiras, com seis ocupantes, são atirados para as águas turbulentas do rio Douro. Cinquenta e nove pessoas perdem a vida.

Partindo do colapso parcial da ponte Hintze Ribeiro, propõe-se uma sociologia com desastres da qual decorrem três objetivos centrais a serem explorados no âmbito desta tese. O primeiro objetivo é o de atender à gestão da crise política aberta pelo acontecimento. O segundo objetivo é o de atender ao poder interpelativo do sofrimento e da morte e, mais precisamente, ao processo de politização do sofrimento e da morte. O terceiro objetivo é o de salientar a importância de inscrever o acontecimento, classificado como extraordinário, num contínuo temporal no qual se demarcam três tempos abertos: o tempo anterior ao desastre, o tempo do durante o desastre (a urgência) e o tempo do quase-silêncio do desastre (o longo prazo). A inscrição do acontecimento numa temporalidade longa, para além de encontrar correspondência no tempo longo do desastre, afigura-se fundamental para o quarto e objetivo central desta tese que consiste em identificar a *prática de governação de um território e de uma população afetados por um acontecimento extraordinário* que prevaleceu no momento da urgência e as distintas materialidades assumidas por esta prática durante a fase aguda da urgência e a longo prazo.

Abstract

On 4th March 2001, at around 9.10pm, the collapse of the fourth pillar of Hintze Ribeiro Bridge caused part of the bridge deck to give way. A bus with fifty-three people on board and three passenger vehicles with six occupants plunged into the turbulent waters of the River Douro. Fifty-nine people lost their lives.

Starting from the study of the partial collapse of Hintze Ribeiro Bridge, a *sociology with disasters* is proposed with three main objectives that are explored in this thesis. The first objective is to focus on how the political crisis ensuing from the event is managed. The second is to look at the interpellating power of death and suffering and, more precisely, at the process of their politicization. The third objective is to highlight the inscription of the event, classified as extraordinary, in a temporal continuous in which three segments of time are considered: the time before the disaster; the time during which the disaster occurs (the emergency period); and the period of quasi-silence about the disaster (the long term). The inscription of the event in a longer temporality is crucial for the fourth and central objective of this thesis: to identify the type of *governance practice of a territory and a population affected by an extraordinary event* and the distinct materialities it assumes during both the emergency phase and in the long term.

Siglas

ADRAG	– Associação das Empresas de Dragagens do Norte
AFVTER	– Associação dos Familiares das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios
AR	– Assembleia da República
ARH	– Administrações das Regiões Hidrográficas
ATCP	– Acórdão do Tribunal de Castelo de Paiva
BE	– Bloco de Esquerda
CÊGÊ	– Consultores para Estudos de Geologia e Engenharia, Lda.
CDS-PP	– Centro Democrático Social-Partido Popular
CDSSS	– Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social
CIM	– Comissão de Inquérito Ministerial
CIP	– Comissão de Inquérito Parlamentar
CPP	– Código do Processo Penal
DED-Porto	– Direção de Estradas do Distrito do Porto
DGRAH	– Direção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos
DRARN	– Direção Regional do Ambiente e Recursos Naturais
DSP	– Direção dos Serviços de Pontes
DSP-DC	– Direção dos Serviços de Pontes-Divisão de Construção
DSP-DCs	– Direção dos Serviços de Pontes-Divisão de Conservação
DSRE	– Direção dos Serviços Regionais de Estradas
DSRE-Norte	– Direção dos Serviços Regionais de Estradas do Norte
EDP	– Eletricidade de Portugal
EENN	– Estradas Nacionais
EN	– Estrada Nacional
ETAR	– Estação de Tratamento de Águas Residuais
ETEC, Lda.	– Escritório Técnico de Engenharia Civil, Lda.
EUA	– Estados Unidos da América
FCTUC	– Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
FEUP	– Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
GC	– Governo Constitucional
GNR	– Guarda Nacional Republicana
IC	– Itinerário Complementar
ICERR	– Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária
ICOR	– Instituto para a Construção Rodoviária
IEP	– Instituto das Estradas de Portugal
INAG	– Instituto da Água
IP	– Itinerário Principal
IPSS	– Instituição Particular de Solidariedade Social
ISSS	– Instituto de Solidariedade e Segurança Social

ITS, Lda.	- Investigação e Técnica Submarina
JAE	- Junta Autónoma de Estradas
LNEC	- Laboratório Nacional de Engenharia Civil
MP	- Ministério Público
NASA	- <i>National Aeronautics and Space Administration</i>
ONU	- Organização das Nações Unidas
PCP	- Partido Comunista Português
PGD-Porto	- Procuradoria-Geral Distrital do Porto
PGR	- Procuradoria-Geral da República
PS	- Partido Socialista
PSD	- Partido Social Democrático
SGOA	- Sistema de Gestão das Obras de Arte
SIC	- Sociedade Independente de Comunicação
TVI	- Televisão Independente

Índice de imagens e figuras

Imagens

Imagem 1. A ponte Hintze Ribeiro pré-colapso.....	22
Imagem 2. A ponte Hintze Ribeiro pós-colapso	23
Imagem 3. Capa do jornal <i>Público</i> , 06.03.2001	26
Imagem 4. Esboço do pilar P4.....	139
Imagem 5. Mapa adaptado da localização das barragens do Douro.....	155
Imagem 6. Barragem de Carrapatelo	158
Imagem 7. Barragem de Crestuma-Lever	159
Imagem 8. Barragem do Torrão	159
Imagem 9. Vista aérea da ponte Hintze Ribeiro pós-colapso, com a barra do lado direito da imagem.....	215
Imagem 10. Vista aérea da ponte Hintze Ribeiro pós-colapso, com a curva do rio do lado esquerdo da imagem	215
Imagem 11. Capa do <i>Público</i> do dia 4 de março de 2011.....	329
Imagem 12. Anjo de Portugal, Entre-os-Rios	479
Imagem 13. Anjo de Portugal. Nomes e fotos das vítimas.....	480
Imagem 14. Plinto de suporte ao Anjo de Portugal com referência à data do acontecimento	480
Imagem 15. Anjo de Portugal. Vista a partir do interior	480
Imagem 16. Logotipo da Associação dos Familiares das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios.....	481
Imagem 17. A Nova Ponte Hintze Ribeiro.....	514
Imagem 18. A Nova Ponte sobre o Rio Douro.....	515

Figuras

Figura 1. Modelo teórico de análise da dimensão política das crises	54
Figura 2. Esquema longitudinal da Ponte Hintze Ribeiro com evolução do nível do leito do rio entre 1913 e 2001	155
Figura 3. Prática de governação de um território e de uma população afetados por um acontecimento extraordinário	298
Figura 4. Lista das necessidades do concelho de Castelo de Paiva	310
Figura 5. Dia da inauguração da Nova Ponte sobre o Rio Douro	327
Figura 6. Modelo de funcionamento do SGOA.....	376

Índice

Prólogo	21
---------------	----

Parte I

O eco dos desastres

Para uma análise sociológica da Tragédia de Entre-os-Rios	39
1. De uma sociologia dos desastres a uma sociologia com desastres	43
1.1. Os desastres como crises políticas	47
1.1.1. Gestão política das crises	48
1.1.2. Processo de responsabilização.....	54
1.1.3. Processo de aprendizagem	60
1.1.4. Factores situacionais e factores circunstanciais.....	66
1.1.5. Exploração política da crise.....	70
2. O poder interpelativo do sofrimento e da morte e a temporalidade da análise	74
2.1. As crises políticas como provas de humanidade.....	74
2.2. Politização do sofrimento: o impacto do sofrimento e da morte no político e a apropriação do político pelo sofrimento e pela morte.....	82
2.3. Uma temporalidade longa de análise para uma temporalidade longa do desastre	89
2.3.1. O tempo anterior ao desastre	91
2.3.2. O tempo do durante o desastre e o tempo do quase-silêncio do pós- desastre.....	93
3. Questões metodológicas, técnicas de investigação e material empírico	96
3.1. Observatório de imprensa	97
3.2. Análise documental.....	99
3.3. Entrevistas em profundidade	103
3.4. Roteiro da investigação: hipótese de trabalho e objetivos gerais	112
3.5. Organização da tese	116
3.6. Breve nota pessoal	118

Parte II

Uma ponte feita de papel, feita de imagens e feita de palavras

Para uma história documental da Tragédia de Entre-os-Rios	123
1. Relatórios oficiais de um colapso	127
1.1. Relatório da Comissão de Inquérito Ministerial.....	130
1.1.1. A ponte Hintze Ribeiro: inspeção e conservação das obras de arte e a hipótese de construção de uma nova ponte	133
1.1.2. O rio Douro: extração de inertes, barragens e cheias.....	153
1.1.3. Mecanismo e causas diretas do colapso da ponte Hintze Ribeiro	162
1.1.4. Conclusões e recomendações da Comissão de Inquérito Ministerial....	167
1.2. Relatório da Comissão de Inquérito Parlamentar	186
1.2.1. Inspeção e conservação da ponte Hintze Ribeiro	189
1.2.2. Causas diretas e colapso da ponte	193
1.2.3. Recomendações da Comissão de Inquérito Parlamentar.....	197
1.3. Processo de responsabilização política e exploração política da crise	199
1.4. O processo criminal: relatórios periciais.....	208
1.4.1. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2001)	209
1.4.2. Laboratório Nacional de Engenharia Civil e Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (2004)	213
1.5. Regresso ao processo criminal	223
2. Relatos políticos de um colapso: Entre-os-Rios no Parlamento	237
2.1. Reunião plenária de 7 de março de 2001 — Voto de pesar.....	238
2.2. Reunião plenária de 9 de março de 2001 — Tomada de posse de Jorge Sampaio.....	245
2.3. Reunião plenária de 28 de março de 2001 — António Guterres no Parlamento	249
3. Relatos mediáticos de um colapso	263
3.1. <i>Porque caiu a Ponte?</i> O Especial Informação da SIC.....	266
3.2. <i>O show da morte</i>	286
3.3. <i>As lágrimas politicamente incorretas</i>	288
4. Prática de governação de um território e de uma população afetados por um acontecimento extraordinário	292
4.1. Território: compromissos materiais de exceção	303
4.1.1. <i>As tragédias têm um prazo, um prazo muito limitado...: a fadiga do presente e o fim dos compromissos materiais de exceção</i>	325
4.2. Familiares das vítimas: direitos de exceção	336

4.2.1. <i>E deixaram de olhar...</i> : a fadiga da compaixão e o fim dos direitos de exceção	350
4.3. Estado: aprendizagem, normalização e indiferença.....	371
4.3.1. O Sistema de Gestão de Obras de Arte: uma nova normalidade?.....	374
4.3.2. Extração de inertes no rio Douro: regresso à normalidade?.....	383

Parte III

Crónica fragmentada do indelével

Para uma história oral da Tragédia de Entre-os-Rios.....	401
Breve nota introdutória	405
I. Um acontecimento extraordinário.....	415
Das pontes que caem	416
Das responsabilidades.....	418
II. No tempo do desastre	423
Da sombra e da luz, do longe e do perto.....	427
Dos corpos ausentes e dos corpos presentes	428
Do que quebra e de como se resiste	434
Dos políticos	437
Da justiça.....	440
III. No tempo do quase-silêncio do pós-desastre	447
Do que se constrói sobre as ruínas	449
Da mácula do dinheiro e do local do sofrimento.....	453
Das aprendizagens do sofrimento.....	459
Das memórias e dos não-esquecimentos.....	461
Breve nota conclusiva	465
Epílogo.....	467
Referências bibliográficas	487

Anexos

Anexo 1. A Ponte Hintze Ribeiro e as novas pontes.....	511
Anexo 2. Da Junta Autónoma de Estradas e dos sucedâneos Institutos Rodoviários: organização da gestão de obras de arte pré-desastre e pós-desastre.....	516
Anexo 3. Entrevistas	523
Anexo 4. Cronologia da Comissão de Inquérito Ministerial.....	524
Anexo 5. Cronologia das intervenções na ponte Hintze Ribeiro	526
Anexo 6. Cronologia da Comissão de Inquérito Parlamentar	529
Anexo 7. Quadro comparativo: Comissão de Inquérito Ministerial e Comissão de Inquérito Parlamentar.....	532
Anexo 8. Breve biografia dos arguidos acusados no processo-crime	535
Anexo 9. Cronologia do processo-crime.....	537
Anexo 10. Cronologia da operação de busca e resgate e de deteção dos veículos desaparecidos	545
Anexo 11. Breve nota sobre o apoio social e psicológico.....	550
Anexo 12. Quadro com mapa resumo com os critérios apresentados pelo Provedor de Justiça para indemnização dos danos causados pela derrocada da ponte de Entre-os-Rios	551

“J’ai traversé les ruines calciné de Maruno.uchi.
Mais ce qui frappa mes yeux furent ces choses que
même un incendie déchaîné
ne peut réduire en cendres.”

Ryûnosuke Akutagawa (1999), “Notes éparses sur le grand tremblement de terre”,
Ebisu, 21. *Le Japon des séismes*, 55-62.
Tradução: Isabelle Fouquart

Prólogo

“Durante séculos existiram à margem do mundo.
Por isso suspeitam do súbito interesse pelo seu sofrimento.
Essa suspeita explica a reação de um camponês
quando Gustavo anuncia a intenção da entrevista:
— *Querem saber como morremos? Mas nunca ninguém veio saber como vivemos.*”

Mia Couto (2012), *A Confissão da Leoa*. Alfragide: Caminho.

“Cada ponte é, em si mesma, um caso singular” (Vasconcelos, 2008). É com estas palavras que o Engenheiro António Carlos de Vasconcelos abre um livro sobre *Pontes dos Rios Douro e Tejo*. Cada ponte é única. Única na história da sua imaginação. Única no que revela do estado da arte tecnológico da sua época. Única na história da sua construção (Duarte, 2006).

Cada ponte é única e às pontes associam-se, ainda, diversos simbolismos. Elementos de ligação entre o céu e a terra, entre o espiritual e o material, transpõem, nalgumas religiões, o inferno, o que torna arriscado atravessá-las. Finas como cabelos e afiadas como lâminas. Todavia, no mundano quotidiano, as pontes possuem uma função primária estritamente utilitária. Atravessamos pontes, vezes sem conta esquecidos das margens que unem e daquilo que transpõem. Por um instante planamos entre o céu e a terra, nas palavras de G. Simmel (1988), e ligam-se as margens num movimento que originalmente se iniciou na necessidade e na imaginação humanas. Apenas quando as pontes colapsam é que as margens que

uniam e aquilo transpunham se tornam relevantes. Cada ponte que cai passa, então, a ser, em si mesma, um caso singular.

E era única a ponte Hintze Ribeiro.

Vista de longe, a ponte Hintze Ribeiro quase se diluía na paisagem, absorta pela sua permanência no espaço e pela sua continuidade no tempo (Imagem 1).

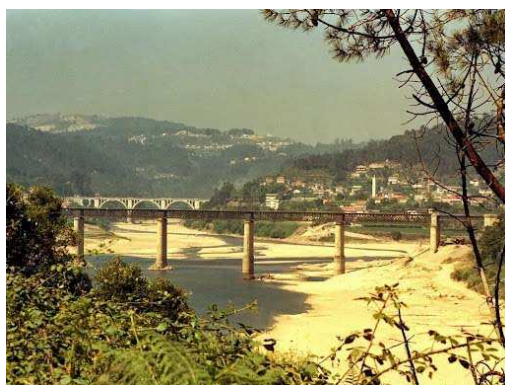


Imagem 1. A ponte Hintze Ribeiro pré-colapso

Fonte: www.geopaiva.com/ponte-hintze-ribeiro

A sua magnificência e a sua solidez, velhas de cem anos, continuariam, talvez, a provocar espanto. Um espanto que ocultava as fragilidades que, silenciosas, operavam abaixo da superfície do rio. Um espanto que deriva, agora, do recurso ao tempo passado para a ela se referir. Como diz Ivo Andrić (2007: 15), a propósito da conturbada ponte sobre o Drina:

“[A] origem e existência de qualquer construção grandiosa, bela e útil, bem como a sua relação com o lugar que adorna, carregam muitas vezes em si histórias e dramas complexos e misteriosos.”

Era única, a grandiosa e bela e útil ponte Hintze Ribeiro. E o seu colapso e a influência do lugar que adornava para esse colapso, carregam, igualmente, histórias e dramas complexos e misteriosos.

Todas as pontes são únicas nas histórias dos seus colapsos.

No dia 4 de março de 2001, por volta das 21 horas e 10 minutos, o desabamento do pilar P4 da Ponte Hintze Ribeiro provoca a queda parcial da estrutura do tabuleiro. Um autocarro, com 53 pessoas a bordo, e três viaturas ligeiras, com seis ocupantes, são atirados para as águas turbulentas e gélidas do rio Douro. Cinquenta e nove pessoas perdem a vida (Imagem 2).

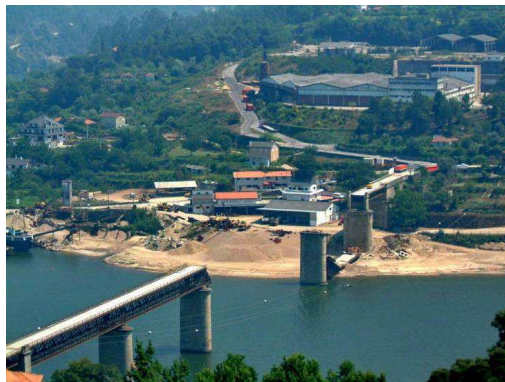


Imagem 2. A ponte Hintze Ribeiro pós-colapso

Fonte: www.geopaiva.com/ponte-hintze-ribeiro

Partindo de um dos elementos a ter sempre em consideração para a classificação dos desastres, a queda parcial da Hintze Ribeiro constitui, indubitavelmente, um acontecimento súbito. Todavia, é este um acontecimento súbito com vários antecedentes que, prosaicamente, se poderiam classificar de *mau augúrio*. Cronologicamente, em abril de 1983, o *Jornal de Notícias* alertava para o facto de a

extração *desenfreada* de areias em Entre-os-Rios estar a deixar os pilares da Hintze Ribeiro *desprotegidos* e sujeitos a uma erosão *deveras preocupante*.¹ Em 1999, o Presidente da Câmara Municipal, Paulo Teixeira, declarava à comunicação social: “Esperamos que não seja necessária uma tragédia para que se construa uma nova ponte” (Santiago, 2006: 31). A 9 de janeiro de 2001, a população de Castelo de Paiva manifesta-se contra o mau estado da ponte de Entre-os-Rios e para reclamar melhores acessos para o concelho. A brusquidão do acontecimento, na verdade, não é mais do que o termo de uma progressão oculta. O que, porém, não se pode confundir com uma fatalidade.

Tal como na parábola de Noé contada por Günther Anders (2008), sem o saberem, os habitantes de Castelo de Paiva choravam nesse dia os mortos de amanhã. Choravam, parafraseando Juan Rulfo (2010), como se o rio se tivesse metido dentro deles. *Profetas do mal* inaudíveis não conseguiram, porém, que o desastre que anunciavam se tornasse falso. Falharam na sua tarefa de prevenção que, tal como é definida por Jean-Pierre Dupuy (2005), supõe que o acontecimento indesejável seja projetado para o domínio ontológico dos possíveis não atualizados.

“A catástrofe, mesmo não se realizando, conservará o seu estatuto de possível, não no sentido de poder ainda vir a realizar-se, mas no sentido de ser verdade que se poderia ter realizado” (Dupuy, 2005: 18, *TA*).

Neste *catastrofismo esclarecido* (Dupuy, 2004), a prevenção pressupõe que o acontecimento indesejável, apresentado como uma certeza, se torne num possível

¹ *Jornal de Notícias*, 6 de março de 2001, 6.

que não se realiza. É necessário que o acontecimento seja possível para que se tenha uma razão para agir e, deste modo, se a ação for eficaz, se previna a sua ocorrência. Por outras palavras, é através de uma ação preventiva que se afasta o destino para o qual a própria prevenção aponta. Em Entre-os-Rios, a prevenção, por mais ou menos sustentada num *catastrofismo esclarecido* que fosse, foi incapaz de provocar o medo ao qual os catastrofismos aspiram (Furedi, 2012). Não houve medo. Não houve alerta. Ou melhor, medo e alerta não conseguiram, então, ultrapassar as rígidas fronteiras da encruzilhada administrativa na qual se encontrava a ponte Hintze Ribeiro. O medo, um *medo em bruto* porque imprevisível (Parkin, 1986), virá mais tarde. E virá tarde demais e virá para outras pontes noutros lugares. E virá cravar-se nos domínios da manutenção e conservação de obras de arte e da extração fluvial de inertes, ambas sujeitas a uma regulação estatal ambígua. Ambas apanhadas na explosão mediática. Ambas, agora, no topo da escala de riscos e da agenda política. Uma ponte, velha de cem anos, a produzir o *novo*. Novos riscos. Novas políticas. Novas práticas. Novos cidadãos?

O que se chama a um desastre que, apesar de objeto de um catastrofismo esclarecido, se concretiza? Uma tragédia? De facto, cedo o colapso da Hintze Ribeiro adquirirá essa denominação. *A Tragédia de Entre-os-Rios*.

No dia 5 de março é ainda uma orgulhosamente erguida Hintze Ribeiro que se encontra na página dezanove do jornal *Público*. Os contornos do desastre são, ainda, obscuros, bem como o número de vítimas mortais. Já no dia seguinte, são os destroços da ponte que fazem a primeira página do diário. *A Morte desceu ao Rio* é a parangona que acompanha a fotografia da ponte colapsada (Imagem 3).



Imagem 3. Capa do jornal *Público*, 06.03.2001

Castelo de Paiva passa a existir e o colapso parcial da Hintze Ribeiro torna-se a *Tragédia de Entre-os-Rios*. Uma tragédia que, para a sua concretização, não necessitou de qualquer intervenção divina. De facto, o colapso da ponte resultou de um ato humano — ou do acumular de atos humanos ou do acumular de uma ausência de atos humanos — e não de um ato de Deus, o primeiro implicando, ao contrário do segundo, que alguma coisa poderia ter sido feita para o evitar.² E, de facto, como se viu, algo foi feito para evitar que se não concretizasse a *profecia* do colapso da Hintze Ribeiro.

Na sequência da fração de segundos necessária à perpetuação do desastre, Castelo de Paiva passa de uma pequena vila desconhecida ao palco de uma intensa e

² É comumente associado à polémica que envolveu Voltaire e Rousseau, na sequência do terramoto de Lisboa de 1755, a primeira catástrofe moderna (Dynes, 2005), o momento de rutura no pensamento sobre desastres. De calamidades enviadas pela Providência, as catástrofes e desastres tornam-se fenómenos naturais que é possível explicar e cujas origens devem ser imputas, antes de mais, ao ser humano (Tavares, 2005; Revet, 2006).

prolongada operação mediática que deixará Portugal cativo perante as operações de busca e resgate e os sobressaltos políticos. Uma tragédia televisiva, nas palavras de Eduardo Cintra Torres (2006). A camada de verniz de um *país moderno e coeso* que se vinha tentando aplicar — de resto, sem grandes preocupações pela uniformidade —, estalara para revelar um país, afinal, *a duas velocidades*, um país de desenvolvimento assimétrico, um país desigual. Nesse momento de contrição, Portugal vê-se propulsado para fora da Europa e associado a países como o México, o Peru, o Quênia, a Coreia do Sul ou a China.³

Países distantes onde as tragédias são *normais*. Onde o sofrimento e a morte, a despeito do seu mediatismo, são sempre longínquos, estranhos, outros. Não era, todavia, necessário recorrer ao México, ao Peru, ao Quênia, à Coreia do Sul ou à China para encontrar problemas, mais ou menos graves, com obras de arte. Bastaria *ficar em casa. Olhar para dentro*.⁴

³ Países referenciados no *Jornal de Notícias* (06 de março de 2001, 20) como exemplos de locais onde *as pontes ruem*. Para uma reflexão séria sobre o estado das infraestruturas nos Estados Unidos da América (EUA), um país, nessa matéria, mais *insuspeito*, Cf. LePatner (2010). Barry LePatner salienta três aspetos que se encontram na base do colapso de obras de arte nos EUA cuja similitude com o caso de Entre-os-Rios é por demais flagrante: 1) negligência na inspeção e manutenção; 2) deficitário sentido de urgência; e 3) distinta gestão e prioridades enquadradas por diferentes responsabilidades económicas, políticas, profissionais e morais (LePatner, 2010: 40). Talvez, então, não seja a falência das infraestruturas rodoviárias, o elemento que torna comparável a *outros* mundos.

⁴ Num dos relatórios periciais às causas do acidente de Entre-os-Rios, elaborado sob a responsabilidade do Engenheiro João Soromenho Rocha, é possível ler que: “Em Portugal, como noutros países muito avançados do ponto de vista técnico, económico e social, ocorreram casos de acidentes em pontes com pilares fundados em leitos de rios. Os casos mais mediáticos, por ocorrerem em pontes mais importantes pelo tráfego ou pela sua dimensão, ocorreram no rio Mondego (Penacova) em 1979, na Ponte da Foz do rio Alva na década de 80, na Ria de Aveiro e, mais recentemente, no rio Foupana (na EN 122 no Algarve). Todos os acidentes estão associados a cheias intensas, como é o caso das cheias

Se, de facto, em Portugal, não são inéditos os casos de *acidentes* devido a problemas de erosão das fundações de pontes, o inédito em Entre-os-Rios encontra-se na, altamente disseminada, imagem de uma ponte colapsada. A essa imagem associa-se a ausência de desastres similares em Portugal, o que, por um lado, não permite que a queda parcial da Hintze Ribeiro possa ser objeto de comparação e, deste modo, relativizada⁵ (Revet, 2006: 26), e, por outro, reforça o seu caráter extraordinário e excecional. A essa imagem e à impossibilidade de relativização do desastre associam-se os avisos anteriores, as profecias estéreis. A concretização da *profecia* despoja o acontecimento de fatalismo e abre espaço para uma muito particular reação por parte do Governo de António Guterres. Um Governo que se vê na contingência de responder adequadamente ao desafio levantado pela progressiva e mediática aquisição de grandeza do acontecimento. Uma aquisição de grandeza momentânea, apenas momentânea, mas, mais no momento da urgência do que a longo prazo, extremamente significativa no que revela sobre o objeto central desta

de 1979, 1989, 2001. As cheias de 1967 e 1983, que afetaram em especial a região de Lisboa, também fizeram derrubar pontes mais pequenas, ficando esses acidentes diluídos no problema mais geral dos danos das cheias que inundaram muitas zonas urbanas. Em todos estes casos a causa técnica é idêntica à que ocorreu com a ponte Hintze Ribeiro, ou seja, o descalçamento da fundação que faz inclinar o pilar para montante, causando a ruína total da ponte no caso da Ponte da Foz do Alva e pondo temporariamente fora de serviço as restantes pontes” (LNEC/FCTUC, 2004: 34).

⁵ Nas palavras de um membro da comunicação social local: “[A propósito da exploração do sofrimento.] Foi péssimo. Mas temos de ter em atenção uma coisa: nunca tinha acontecido uma coisa destas em Portugal. Se tivesse havido uma cobertura noticiosa do terramoto de 1755 teríamos um paralelo de uma catástrofe avassaladora para Portugal. Nós não tínhamos um paralelo, não tínhamos um termo comparativo. [...] Nós nunca tivemos um termo de comparação. Infelizmente, agora temos um termo comparativo.” (Ricardo Campos, Comunicação social local, Entrevista, 08.05.2013).

tese: a *prática de governação de um território e de uma população afetados por um acontecimento extraordinário.*

A relação entre a queda da ponte e “o lugar que adornava” torna-se, pois, capital. Steve Kroll-Smith refere muito corretamente que o risco acontece sempre num tempo, num espaço, e a alguém. Daí “a necessidade de examinar as vulnerabilidades *in situ*, no tempo e no lugar concretos em que ocorrem, prestando uma atenção minuciosa aos tipos de pessoas afetados” (Kroll-Smith, 2012: 283) e, acrescentaria eu, às estruturas afetadas. Os desastres não acontecem no vazio. Ocorrem num contexto. Um contexto que é, antes de mais, local (Revet, 2006: 8).

O protagonismo da ponte Hintze Ribeiro⁶, a sua elevação ao estatuto de ator de pleno direito neste drama complexo, deve ser considerado à luz da sua localização física e da sua localização política, duas geografias que traduzem uma idêntica lonjura: a distância ao poder. Uma distância que, embora pertinente, não pode ser avaliada somente por via de um *índice de distância ao poder*.⁷ Talvez, então, o termo não seja o mais correto. Talvez se deva antes falar num *desapossamento de poder* reforçado por uma indiferença de Estado. De facto, ante a queda parcial da Hintze Ribeiro foram mobilizados discursivamente um conjunto de argumentos que reforçam esse sentimento: as referências exógenas (por parte da comunicação social) a Castelo Paiva como o concelho-mártir (Garcias, 2001a; Pacheco, 2003) e a reactualização endógena (por parte do poder local) das assimetrias regionais e,

⁶ Cf. Anexo 1.

⁷ Índice que, inspirando-se no psicólogo social Geert Hofstede, Manuel Villaverde Cabral (2000) utiliza no *Inquérito Permanente às Atitudes Sociais dos Portugueses* (1997).

consequentemente, da regionalização. Uma nova gramática na qual o território esquecido do poder central se torna, por isso, vulnerável (Teixeira, 2011) e as vidas dos seus habitantes precárias. Uma vulnerabilidade e uma precariedade que, quando manifestas, demandam a atenção do Governo. Uma atenção excecional.

Como se verá, há, todavia, algo de perturbador no facto de corpos mortos e de corpos ausentes se tornarem na base para a exceção, na base para aquisição de direitos ou, talvez, na definição mínima de cidadania que Margaret Sommers (2008) pede emprestada a Hannah Arendt, para a aquisição do direito a ter direitos.

Os desastres são, por definição, acontecimentos extraordinários (Erikson, 2006), e a queda da ponte Hintze Ribeiro fez efetivamente jus a essa definição, na resposta imediata tanto quanto nos seus diversos desenvolvimentos pós-desastre. Em Entre-os-Rios, da panóplia de termos possíveis, e efetivamente utilizados para fazer referência ao colapso da Hintze Ribeiro, foi a palavra *tragédia* que se impôs. Uma palavra que germinou na comunicação social e que acabou por contagiar os representantes políticos.⁸ Porquê?

O trágico da queda da Hintze Ribeiro, o extraordinário, deriva da existência do número anormalmente elevado de vítimas mortais resultantes de um acidente coletivo em Portugal: cinquenta e nove pessoas. Um número que contrasta brutalmente com o número de corpos resgatados: vinte e três pessoas. No final das longas e duras operações de busca e resgate — transmitidas, em parte, à exaustão e

⁸ Embora, oficialmente, estes procurem sempre referir-se à queda da ponte como um acidente ou um sinistro.

em direto pelas televisões nacionais — trinte e seis corpos ficarão por encontrar. Trinta e seis pessoas. Trinta e seis rituais fúnebres irrealizáveis. Trinta e seis destinos incertos. Fantasmas.

São as vítimas e os corpos ausentes que dão um especial significado à ponte Hintze Ribeiro e à sua esgotada fadiga. São as vítimas e os corpos ausentes que tornam as causas do colapso parcial da ponte, na sua ductilidade, num tema disputado. São as vítimas e os corpos ausentes que amplificam a crise política. São as vítimas e os corpos ausentes que obrigam o Governo a mobilizar-se de *corpo e alma*. São as vítimas e os corpos ausentes que fazem do colapso parcial da ponte uma tragédia. Uma tragédia cujo herói não é uma figura importante, aristocrata, semideus ou deus, mas um coletivo de simples mortais que não aspiravam de modo algum a este amargo heroísmo catártico reservado aos heróis trágicos. A queda parcial da Hintze Ribeiro enceta um momento político particular e abre um parêntese consensual no fluxo da história (Fassin, 2010b: 234), na história local tanto quanto na nacional, embora com contornos distintos. Um consenso em torno das *muito justas* reparação e compensação a outorgar ao território, à população e aos familiares das vítimas, que se impõe devido à força avassaladora das circunstâncias, mas que não deixa de ser objeto de disputa, de conflito, e de negociação. É sobre os corpos mortos e os corpos ausentes que se constrói a exceção, que o Governo de António Guterres produz a exceção. Corpos ausentes de paz.

Ao iniciar a análise da *Tragédia de Entre-os-Rios*, duas imagens imediatamente se me impuseram: a imagem da explosão e a imagem da implosão.

Num primeiro momento, a queda da ponte Hintze Ribeiro apareceu-me como uma explosão, imagem que melhor parece descrever o modo como um acontecimento localizado se expande afetando, ou mesmo tempo que alterando em graus variáveis, aquilo que atinge. A explosão é imprevisível nas direções que toma, bem como nos seus impactos. Para a ampliação dos efeitos da explosão contribuiu, indubitavelmente, a comunicação social. A cobertura noticiosa televisiva, impressa, radiofónica, nacional e estrangeira. Um acontecimento sem precedentes objeto de uma operação mediática nacional, também ela, sem precedentes. De um dia para o outro, Castelo de Paiva passa a ocupar, em exclusivo, a agenda da atualidade e a agenda política. De um dia para o outro, os paivenses tornam-se “gente real”, diria Arundhati Roy (2010). De um dia para o outro, Castelo de Paiva e os seus habitantes passam a existir fisicamente e politicamente, ampliando-se a sua singularidade humana e, nesse processo, anulando-se o *desvalor* da sua singularidade cidadã. A Hintze Ribeiro, na sua queda, a provocar o inverso do desapossamento de poder? A Hintze Ribeiro, na sua queda, a criar novos cidadãos?

Num segundo momento foi a imagem da implosão que se me impôs para dar conta do modo como o acontecimento torna a ser local, como regressa ao seu ponto de origem, ao ponto de onde, apenas por um efeito momentâneo de aquisição de grandeza, se ausentou. Ou seja, o modo como regressa ao silêncio. Mas será mesmo este regresso marcado pelo silêncio? Talvez se deva falar antes em quase-silêncio, na medida em que, prestando-se atenção, consegue escutar-se o eco do acontecimento nos familiares das vítimas, na população local, no território, e na ordem jurídico-institucional. Um eco cuja intensidade é profundamente desigual, é certo, mas que não deixa de ser, apesar disso, eco.

Às imagens da explosão e da implosão juntam-se, assim, duas metáforas: a metáfora do tempo do ruído e a metáfora do tempo do silêncio. Começarei a tese, pelo tempo do ruído, a explosão, atendendo ao desenrolar dos acontecimentos a partir do momento em que cinquenta e nove pessoas, repartidas por um autocarro e três ligeiros, “cruzavam a ponte errada, no preciso segundo em que o pilar centenário perdeu definitivamente as forças” (Ezequiel e Vieira, 2001: 81). Finalizarei com o silêncio, a implosão, o momento em que o acontecimento se faz, não silêncio, mas quase-silêncio.

Parto assim da ideia de que episódios críticos como a queda parcial da ponte Hintze Ribeiro possuem um efeito de perturbação de um contínuo de indiferença e de contração do espaço-tempo, que anula as distâncias e concentra as atenções. A esse efeito opõe-se um outro de expansão do espaço-tempo, que dispersa, quando não anula, as atenções, que repõe as distâncias e, mais do que isso, que repõe a indiferença. O que acontece nesse intervalo? O que se altera? O que subsiste dessas hipotéticas alterações? Onde subsistem? Volvida pouco mais de uma década é, de facto, lícito perguntar qual a sombra (Bos et al., 2005) que o colapso da ponte Hintze Ribeiro continua a projetar? Para responder a essas questões é necessário um duplo distanciamento: um distanciamento temporal e um distanciamento relativamente às evidências do acontecimento. “L’évidence du sens, au contraire de l’évidence de l’événement, n’apparaît que rétrospectivement” (Bensa e Fassin, 2002).

Explosão e implosão. Ruído e quase-silêncio. Acontecimento extraordinário e perturbação da indiferença.

A queda parcial da ponte Hintze Ribeiro ficou para a história como a *Tragédia de Entre-os-Rios*, ou seja, como resultando de uma conjugação de circunstâncias mais ou menos fortuitas, de um *acaso* que se abateu sobre um local específico e que atingiu uma população em particular. O nome do lugar associado para sempre ao acontecimento único e expressivo de que foi palco. A propósito da tragédia, David B. Morris (1996: 37), salienta que, para Aristóteles, a intriga é a alma da tragédia. Sendo certo que a tragédia deve incluir o sofrimento, este, só por si, não cria a tragédia. É a ação ou a intriga que cria a estrutura dentro da qual o *pathos* adquire significado. O sofrimento não representa, pois, uma condição mas um acontecimento imerso numa matriz de ações relacionadas, imerso numa cadeia de acontecimentos.

“One reason why Aristotle values plot so highly is because it offers cognitive clarifications that make tragedy, in his words, more philosophical than history. History, for Aristotle, provides a mere record of actual happenings, whereas tragedy employs its artfully constructed plot to show us not what is actual or merely possible but rather probable. It demonstrates, almost like a theorem in geometry, that suffering is an unavoidable outcome given a sequence of specific, connected actions” (Morris, 1996: 37).

Etimologicamente, a palavra “desastre” deriva do italiano *disastro*, que significa nascer debaixo de uma má estrela. A queda parcial da Hintze Ribeiro encontra, porém, na sua ontologia, raízes históricas e culturais profundas e, nas suas consequências, ramificações díspares que não se podem atribuir ao acaso.

Todavia, a queda parcial da ponte Hintze Ribeiro tem vindo progressivamente a converter-se num *mero* acontecimento local, a perder muito do desassossego de que foi inicialmente tomado.⁹ A ser agrilhado, definitivamente, pelo que de *inevitável* e *fatal* reside no recurso mediático e popular à palavra “tragédia”. E é isto que provoca desassossego. Um desassossego que decorre de um fatalismo ancorado, talvez, num enraizado misto de fatalismo, paternalismo e de indiferença de Estado que se constrói e se reforça, algo paradoxalmente, na base das exceções pontuais prodigalizadas pelo Estado, pela produção discricionária de exceção.

Em *Ce n'est pas un Hasard*, a poeta Ryoko Sekiguchi, formula uma muito pertinente questão acerca de Fukushima: “Quand l’oubli commence-t-il à opérer?” (Sekiguchi, 2011: 33).¹⁰ A tese que ora se apresenta é uma forma de resposta a esta interrogação e vai no sentido de afirmar que, na sequência de um qualquer acontecimento extraordinário, não existe esquecimento. O quase-silêncio do pós-desastre não é sinónimo de esquecimento, ainda que, paradoxalmente, talvez também não seja de memória.

⁹ Acontecimentos ocidentais, por exemplo, como os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 (Nova Iorque), de 11 de março de 2004 (Madrid) ou de 7 de julho de 2005 (Londres), que adquiriram amplitude por terem ocorrido em grandes capitais, é certo, mas igualmente por serem designados por datas que lhes conferem um contexto global de inteligibilidade que se ancora na maleável problemática do terrorismo.

¹⁰ Atrevo-me a traduzir o título do livro por *Não é um Acaso* — um título que se poderia aplicar sem dúvida a Entre-os-Rios — e a questão de Ryoko Sekiguchi por: *Quando começa a operar o esquecimento?*

Parte I

O eco dos desastres

Para uma análise sociológica da Tragédia de Entre-os-Rios

“Partamos do princípio de que é impossível passar pela experiência de liderar um país após um acontecimento deste género [terramoto de Lisboa] sem se sair mudado por ele, ainda que se trate de um político já muito experimentado. Talvez Sebastião José de Carvalho e Melo tenha captado profundamente as vantagens de governar em regime de exceção. O Terramoto, fenómeno natural, soltou as mãos do poder político de uma forma que este não pode resistir a tentar reproduzir sob modos diversos. Pombal pode não ter sido uma criação do terramoto; no entanto, o Pombal histórico consolidou o seu poder através do prolongamento e da reprodução do estado de exceção que o Terramoto, de uma forma inigualável, lhe ofereceu em primeiro lugar.”

Rui Tavares (2005), *O Pequeno Livro do Grande Terramoto*. Lisboa: Tinta da China.

“L’important [...] n’est pas que cette façon de raisonner soit bonne, mais qu’elle fasse réfléchir.”

Albert Camus (1947), *La Peste*.
Paris: Gallimard.

1. De uma sociologia dos desastres a uma sociologia com desastres

O que é um desastre? Esta é indubitavelmente a interrogação que acompanha a longa tradição dos *disaster studies*. Iniciando-se nos Estados Unidos da América, na década de 40, a partir de um conjunto de interrogações sobre a reação das populações civis à eventualidade de um ataque nuclear, os estudos sobre os desastres partilhavam uma preocupação comum: saber de que modo reage, responde, se organiza coletivamente e se reergue uma comunidade atingida por um desastre, sendo este considerado como um elemento desestabilizador da vida social da comunidade atingida. Os desastres naturais e tecnológicos forneceram, então, pragmaticamente, os laboratórios ideais para analisar os comportamentos das populações perante acontecimentos extremos ou situações de perigo permanentes (Quarantelli, 1987; Erikson, 2006).

Na sequência dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, em Nova-Iorque, o interesse pelos desastres ganha um novo ímpeto, desta feita para avaliar as respostas individuais e comunitárias na eventualidade de um ataque terrorista de larga escala (Furedi, 2007: 482). É sem surpresa que o 11 de setembro se encontra, de modo latente ou manifesto, na disparidade de respostas coligidas num livro organizado por Ronald W. Perry e E.L. Quarantelli (2005), onde se coloca a recorrente questão de saber o que é um desastre. Um livro com um sugestivo subtítulo: *novas respostas para velhas questões*.¹¹

¹¹ Revisões da literatura sobre desastres em diversas áreas do saber podem ser encontradas, entre outros, em Oliver-Smith, 1996; Hoffman e Oliver-Smith, 2002; Quenet, 2005.

Onde se situa a sociologia no vasto campo dos *disaster studies*? Antes de avançar, talvez fosse conveniente responder a uma pergunta prévia: a sociologia dos desastres esgotar-se-á numa postura analítica funcionalista, pioneira no campo¹², resolvida em ver nas ações recíprocas dos intervenientes nos desastres uma simples — embora sempre complexa — tentativa de compreender o que esteve na origem da falência dos sistemas e/ou de restabelecer o equilíbrio dos sistemas afetados pelo acontecimento, ou seja, de repor a normalidade?¹³ Não será necessário, como insiste Robert Stallings (2006), introduzir mais sociologia na análise dos desastres? A resposta à primeira pergunta é, evidentemente, negativa. A resposta à segunda é, evidentemente, positiva. A sociologia dos desastres, cujos estudos precursores remontam ao início do século XX, inclui, hoje, domínios como a génese ou etiologia dos desastres; os desastres e a mudança social¹⁴; a preparação e a vulnerabilidade

¹² Numa breve história da evolução da sociologia dos desastres, Kathleen J. Tierney (2007: 506), refere-se à influência dos três mais proeminentes fundadores da sociologia dos desastres norte-americana, e respetivas escolas, para o modo como se consideram, hoje, os desastres: E. L. Quarantelli, Russel Dynes e Gilbert White. Em todos eles, “research was guided implicitly or explicitly by systems concept. Disasters were seen as consensus crises that enhanced social solidarity and suppressed conflict.”

¹³ Entre outros, Prince, 1920; Carr, 1932; Turner, 1978; Turner e Pidgeon, 1997; Reason, 1990; 1997; Perrow, 1999; Vaughan, 1999; Ribeiro, 1995; Vaughan, 2004.

¹⁴ Refira-se, a título ilustrativo, o trabalho de Samuel Henry Prince sobre a explosão de Halifax (Nova Escócia, Canadá), ocorrida a seis de dezembro de 1917 que fez 1963 vítimas mortais e feriu 9000 outras, afetando cerca de 22 por cento da população de Halifax (Scanlon, 1988). Dezasseis meses após o acontecimento, Samuel Henry Prince, então pároco em Halifax, inicia o seu doutoramento em Sociologia na Universidade de Columbia (Nova Iorque) e, por sugestão do sociólogo Franklin Henry Giddings, seu orientador, escolhe a explosão de Halifax para escrever a sua tese. Esta virá a ser considerada, por muitos, o primeiro estudo sistemático de um desastre e um estudo pioneiro na observação da existência de uma relação íntima entre desastre e mudança social (Carr, 1932; Dynes et al., 1987). De facto, tendo Prince participado ativamente na recuperação pós-desastre, de entre os diversos aspetos da explosão de Halifax abordados por Prince (a força dos rumores, a culpabilização, a passagem de uma comunidade altruísta para uma comunidade

social; a resiliência e a recuperação pós-desastres; a percepção do risco; o risco; as controvérsias; a precaução; as incertezas; a resposta operacional aos desastres; a resposta psicológica; a mobilização, organização e ação de grupos afetados; ...

Não procurarei aqui refazer a exaustiva história da sociologia dos desastres, mas antes, explicitar uma determinada forma de *fazer sociologia com um desastre* (Langumier e Revet, 2011). Por outras palavras, não procurarei dar resposta à questão de saber se o estudo de caso sobre o qual baseio a *sociologia com desastres* aqui proposta — a queda parcial da ponte Hintze Ribeiro — pode, canonicamente, ser considerado um desastre. Partirei antes da sua real ocorrência para atender aos diversos processos que desencadeou. O colapso parcial da Hintze Ribeiro será considerado como um acontecimento extraordinário que deve esse adjetivo ao facto de ser portador de uma energia e de uma densidade muito específicas nos efeitos que produz e nas consequências que adquire, quer a curto quer a longo prazo (Lemaitre, 2012).

Para Kathleen J. Tierney (2007: 520), enquanto sociólogos devemos evitar limitar o estudo dos desastres aos problemas que são significativos primordialmente para as organizações e instituições responsáveis pela sua gestão, para o estender às questões que são centrais no campo da sociologia. É precisamente este conselho que tentarei seguir na análise da queda parcial da Hintze Ribeiro, partindo, desde já, da ideia de

agonística ou a própria organização da recuperação pós-desastre), aquele que é mais recorrentemente referido na literatura dos desastres deriva do seu pioneirismo relativamente à percepção da relação entre desastre e mudança social.

que o regresso à normalidade na sequência de um desastre é uma ficção (Bensa e Fassin, 2002; Roitman, 2013).

Nesta *sociologia com desastres*, o acontecimento de rutura — no caso a queda da ponte Hintze Ribeiro —, é considerado como um acontecimento singular e extraordinário em torno do qual se pode construir um *poliedro de inteligibilidade* (Foucault, 1979b: 842), cujo número de faces corresponde aos processos considerados para a sua análise. Faces como a resposta operacional e a resposta médica (apoio psicológico), por exemplo. Mas, principalmente, como a gestão política da crise desencadeada pelo desastre, a argumentação técnica e política acerca das causas do desastre, a mediatização do desastre, o processo criminal aberto pelo Ministério Público, o impacto do desastre nas políticas e instituições, e o seu impacto no território e nas pessoas diretamente afetados. Diversos quadros de interpretação possíveis para procurar apreender o acontecimento em toda a sua “densidade” (Geertz, 1998). Quadros de interpretação momentaneamente saturados e perturbados pelo acontecimento extraordinário.

Na sequência de um determinado acontecimento extraordinário já nada será igual. O que se procura deslindar nessas palavras graves é, precisamente, em que sentido *já nada será igual*. O acontecimento como um fim mas igualmente como um princípio, como uma revelação e como um catalisador para a mudança (Pelling e Dill, 2006).

1.1. Os desastres como crises políticas

No dia 4 de março, às vinte e uma horas e dez minutos, o colapso da ponte Hintze Ribeiro, arrasta para o Douro um número incerto de veículos e provoca um número incerto de vítimas. A única certeza que imediatamente se estabelece é a de que o Governo se encontra perante uma crise e, mais, perante uma crise política.

Perspetivado o colapso parcial da Hintze Ribeiro como uma crise política, diversas possibilidades analíticas se tornam possíveis. De uma vasta literatura sobre a temática das crises e da gestão de crises tomarei como referenciais os quadros teóricos propostos, por um lado, por alguns dos representantes da escola de Leiden, Arjen Boin, Allan McConnell e Paul 't Hart (2008a; 2008b) em *Governing after Crisis*, e, por outro, na incisiva análise de Thomas A. Birkland (2006) em *Lessons of Disaster*.

Enquanto em Boin et al. o enfoque recai sobre as dimensões políticas e estratégicas da gestão de crises, a análise de Birkland não atenta somente às questões que *saltam* para a agenda pública na sequência de uma crise ou de um problema (Kingdon, 1984) mas, principalmente, para o alcance efetivo das reformas e mudanças políticas na sequência de um desastre ou de uma crise induzida por um desastre. Na terminologia de Birkland, os desastres aparecem, deste modo, como pontos de entrada para atender às mudanças políticas relacionadas com um acontecimento (*event-related policy change*) nos domínios cujas fragilidades são reveladas (*focusing-event*) pelo acontecimento (*alarmed discovery*). Conjuntamente, os contributos de Arjen Boin et al. e de Thomas Birkland, aos quais se associam outras leituras,

permitem olhar, por um lado, para a resposta governamental à crise e para o processo de politização da crise e, por outro, para as distintas alterações desencadeadas pelo desastre. Embora a queda parcial da Hintze Ribeiro se possa classificar como um desastre de baixa magnitude, ou seja, como um desastre, na terminologia de Carr (1932), do tipo instantâneo-focalizado (*instantaneous-focalized type*) — que afeta uma determinada área e deixa intacta a restante comunidade — o facto de se tratar de uma obra de arte integrada no domínio público rodoviário do Estado e de ter feito, à escala nacional, um número significativo de vítimas mortais, autorizam a assumir que este tenha ganho uma magnitude social que excede em muito a sua classificação.

1.1.1. Gestão política das crises

Partamos, pois, de uma definição de crise. Segundo Boin et al. (2008a: 3), as crises podem ser definidas como:

“ [...] [E]pisodic breakdowns of familiar symbolic frameworks that legitimate the pre-existing sociopolitical order. In an anthropological sense, crises can be conceived of as bundles of real and present dangers, ills or evils that defy widely held beliefs that such things must not and cannot happen ‘here’. Crises are by definition extraordinary in kind and/or scope, testing the resilience of a society and exposing the shortcomings of its leaders and public institutions”.¹⁵

¹⁵ Partilhando esta definição, mas insistindo na importante dimensão simbólica das crises, Paul ‘t Hart (2008: 90), distingue cinco dimensões interrelacionadas na gestão de crises, todas elas, a meu ver, fundamentais para apreender a crise política aberta pelo colapso parcial da Hintze Ribeiro e às quais voltarei ao longo desta parte: “*Perceptual control*: the ‘management’ of cognitive images about events; *conflict reduction*: re-aligning different and mutually contradictory definitions of the situation; *affective control*: the ‘management’ of

Ao desestabilizar a rotina e provocar medo e incerteza relativamente à capacidade do Estado para garantir o direito à segurança dos cidadãos, tal como previsto no artigo 27.º da Constituição da República Portuguesa, o colapso parcial da Hintze Ribeiro representou, efetivamente, um acontecimento disruptivo para a confiança nos representantes políticos e nas instituições públicas, abrindo espaço a uma crise política ou mesmo, como se verá, para uma prova de Estado (*épreuve d'État*) (Linhardt, 2008).

Arjen Boin et al. (2008a; 2008b) partem da constatação de que, no conjunto da literatura dedicada à gestão de crises, as dimensões simbólica e política têm recebido pouca atenção pelo que, tendo por base um conjunto de crises recentes, propõem-se elaborar um quadro analítico que possa ser utilizado para compreender a natureza e o impacto diferenciado, principalmente eleitoral, da gestão de crises políticas. Diferentemente de Boin et al. o meu objetivo não é o de analisar as consequências de determinado tipo de crises e de determinados modos de gestão de crises nas atitudes eleitorais pós-crise, mas antes de explorar os elementos que podem interferir na gestão política da crise induzida pelo desastre, influenciando-a ao mesmo tempo que procurando definir os seus contornos e as direções que esta é passível de assumir no imediato e a mais longo prazo. No quadro da sociologia com desastres aqui avançado, a gestão política da crise constitui um dos elementos a ter

individual and collective emotions generated by the breakdown of routine symbolic order; *de- and re-legitimation*: ultimately, some new equilibrium of more or less predictable and commonly supported patterns of social and political interaction needs to be re-established; and *opportunity recognition and exploitation*: both from a short term and a longer-term perspective, every crisis presents opportunities for certain stakeholders that ‘good’ crisis management can bring to the fore” (‘t Hart, 2008: 90).

em consideração na definição da prática de governação de territórios e populações afetados por acontecimentos extraordinários cujos efeitos se fazem sentir privilegiadamente durante a fase aguda da urgência.

Boin et al. (2008a; 2008b) estabelecem, desde logo, uma distinção relativamente ao objeto de análise recaindo o enfoque, não no nível operacional (por exemplo, a resposta operacional ou o apoio psicológico), mas no nível estratégico de resposta à crise, ou seja, nos representantes políticos e administrativos cuja tarefa consiste em lidar com as ramificações institucionais, políticas e sociais mais vastas da crise, bem como nos *fora* envolvidos no escrutínio crítico da elite política e administrativa, ou seja, na terminologia de Weber (2000), dos políticos profissionais e dos funcionários técnicos.

Associando à gestão política da crise dois outros elementos, que são a mediatização do acontecimento e o poder interpelativo do sofrimento e da morte, nesta sociologia com desastres optei igualmente, num primeiro tempo, por uma abordagem centrada nos representantes políticos e administrativos e nos *fora* no âmbito dos quais é objeto de escrutínio a severidade da crise, as suas causas, a responsabilidade/responsabilização pela sua ocorrência, e as lições para o futuro. Embora no meu estudo de caso as operações de busca e resgate e o apoio psicológico e social não sejam objeto de uma análise aprofundada, queria deixar uma nota relativamente a cada um deles, cuja importância se fará notar na análise posterior.¹⁶

¹⁶ Nos anexos 10 e 11 encontram-se, respetivamente, a cronologia das operações de busca e resgate, coordenadas pela Marinha Portuguesa, e uma breve nota sobre o apoio psicológico e social, esta última elaborada com base no relatório do Centro Distrital de Solidariedade

A primeira nota prende-se com a duração das operações de busca e resgate que, mercê das circunstâncias, abriu espaço a uma cobertura mediática, prolongada e sem precedentes, a uma mediatização do acontecimento cujos efeitos se tornarão particularmente notórios quando for abordada a questão do poder interpelativo do sofrimento e da morte.

A segunda nota é relativa ao apoio psicológico e social. Enquanto Paul 't Hart (2008), por exemplo, destaca a importância do apoio psicológico e social como ritual de reconforto (*reassurance*), Julien Langumier e Sandrine Revet (2002) destacam o seu efeito de *pacificação*, ou seja, a presença do apoio psicológico e social, e respetiva difusão mediática, como uma mensagem política de afirmação da consideração do sofrimento e da morte das vítimas pelo poder público, uma mensagem portadora de um *efeito mágico* de desvio das atenções relativamente às causas dos desastres, essas sim suscetíveis de cristalizar contestações e reivindicações.¹⁷ Voltarei adiante a estas duas questões.

Tal como concebida por Boin et al. (2008a; 2008b), a análise da gestão política das crises remete para a ação dos governos em função na altura da sua ocorrência para

e Segurança Social de Aveiro sobre o Acidente na Ponte Hintze Ribeiro (CDSS, 2001), consultado no Arquivo do Tribunal de Castelo de Paiva, Inquérito n.º 44/2001, folhas 15990 a 16015.

¹⁷ Em contexto de entrevista, uma psiquiatra que coordenou a intervenção psicológica durante as inundações do Gard (França), de 2002, refere-se ao *efeito mágico* do apoio psicológico na gestão do desastre nos seguintes termos: “Ils [gestionnaires de la crise] sont preneur de tout ce qui pourrait apaiser le climat social et politique. Eux, leur souci, ce n'est pas en termes de santé, mais eux, c'était 'participation à l'apaisement du conflit” (Langumier e Revet, 2002 : 83).

administrar/gerir os seus impactos políticos e sociais, uma ação que passa, obrigatoriamente, por fornecer explicações para a origem da crise e por apontar lições para o futuro, dois processos que constituem a base daquilo a que Boin et al. se referem como a politização da crise.

A politização da crise é entendida como a luta pela interpretação dominante das causas e consequências da crise e desenvolve-se através de dois processos cuja interação será decisiva, por um lado, para os destinos políticos e administrativos individuais e, por outro, para o grau de mudança a verificar-se nas instituições e políticas: o processo de responsabilização (*accountability*) e o processo de aprendizagem (*learning*).

O processo de responsabilização está relacionado com as explicações apresentadas pelos representantes políticos e administrativos em *fora* públicos (Parlamento, audições públicas, tribunais e comunicação social) relativamente às suas ações anteriores, durante e posteriores à crise. O processo de aprendizagem, por sua vez, prende-se com as lições práticas das crises, ou seja, com a avaliação e reforma das instituições e políticas. Enquanto o processo de responsabilização olha para trás, incide na performance dos indivíduos, e afeta os destinos individuais (carreiras políticas e administrativas), o processo de aprendizagem olha para a frente, incide na performance das estruturas, e afeta as políticas públicas e as instituições. Fundamental em ambos os processos será o modo como os atores que partilham as arenas nas quais se jogam responsabilização e aprendizagem procuram um enquadramento da crise (*framing*) que lhes seja favorável. Para Paul 't Hart (2008: 91):

“The most important instrument of crisis management is language. Those who are able to define what the crisis is all about also hold the key to defining the appropriate strategies for resolution. Conversely, for those who seek to instigate change, it is of vital importance to be able to aggravate the sense of societal crisis so as to foster a psychological and political climate receptive to non-incremental change. Much of the conflict inherent in crises centres around the various stakeholders’ attempts to impose their definition of the situation on others. They do so by employing different languages, selectively exploiting data and arguments and forming ‘discourse coalitions’ with like-minded groups (Hajer, 1989).”

Na figura abaixo (Figura 1), sistematizo o modelo teórico de análise das crises proposto por Boin et al. (2008a, 2008b), reforçando, desde já, o facto de, na análise aqui desenvolvida, se favorecer o enfoque no lado direito do modelo, ou seja, insistindo no processo de aprendizagem, nos factores circunstanciais (principalmente a comunicação social) e nos resultados da interação entre processo de responsabilização e processo de aprendizagem ao nível das alterações nas políticas e instituições.

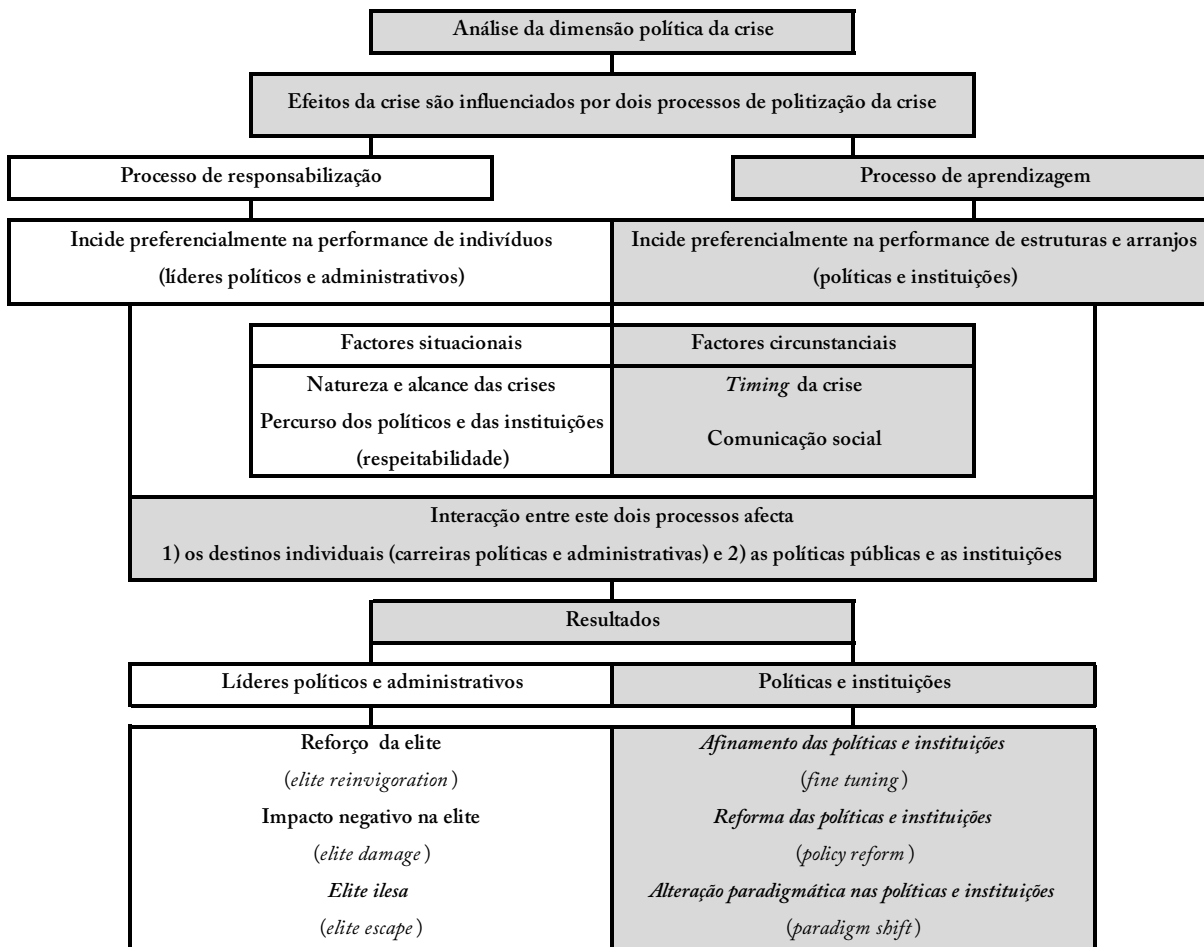


Figura 1. Modelo teórico de análise da dimensão política das crises

Fonte: Adaptado a partir de Boin et al., 2008a; 2008b

1.1.2. Processo de responsabilização

O processo de responsabilização induzido pela crise joga-se nas arenas no âmbito das quais políticos e *stakeholders* se digladiam em torno das causas da crise e da culpa pela crise (Boin et al., 2008a: 11). O modo como cada um dos atores envolvidos irá defender a sua própria perspectiva é denominado por Boin et al., na esteira de Brändström e Kuipers (2003), por estratégia de culpabilização (*blame game*). Os autores identificam três factores suscetíveis de abrir a arena da responsabilização a outros atores:

- 1) as alterações atitudinais por parte dos cidadãos no sentido de um reforço da sua vigilância e ação;
- 2) a comunicação social; e
- 3) o reforço da posição dos cidadãos e famílias atingidos por uma crise, bem como das associações de vítimas.

Adiante, retomarei estes três factores, dando particular destaque aos dois últimos, na medida em que se afiguram fundamentais no processo de politização do sofrimento e da morte e para a emergência de determinadas características dominantes na prática de governação de territórios e populações afetados por acontecimentos extraordinários no momento da urgência.

Em consequência do processo de responsabilização, Boin et al. (2008a: 13) identificam três resultados possíveis para os líderes políticos e administrativos:

- 1) o reforço da elite (*elite reinvigoration*);
- 2) o impacto negativo na elite (*elite damage*); e
- 3) os casos em que a elite sai ileso ou é inatingida (*elite escape*).

Embora as consequências da responsabilização para as elites políticas e administrativas não constitua o objeto central da minha análise, será aqui importante tê-las em consideração no que revelam enquanto estratégias com consequências durante a crise mais do que como resultados efetivamente alcançados após a crise.

O reforço da elite indica que os líderes veem as suas posições eleitoral ou estatutária reforçadas após a crise. Duas razões principais podem estar na origem deste resultado: ações avaliadas como positivas anteriormente e durante a crise ou

uma assunção precoce da responsabilidade pelo acontecimento. Este é, sem dúvida, o efeito mais procurado pelos líderes políticos e administrativos que se veem na contingência de lidar com uma crise e aquele que, de modo mais marcado, é sustentado pelas estratégias simbólicas. São estas estratégias às quais Paul t' Hart (2008) se refere como a “dimensão perdida” da análise da gestão de crises, sobreposta que é pelas práticas tecnocratas de orientação funcionalista, sustentadas no paradigma do controlo. A análise das estratégias simbólicas têm no seu cerne três instrumentos chave e procura salientar o modo como esses desempenham funções políticas cruciais na gestão de crises e na dinâmica das crises: o enquadramento (*framing*), os rituais (*ritualization*) e o encobrimento (*masking*). Darei especial atenção aos dois primeiros.¹⁸

Se num momento de crise as palavras e os gestos dos representantes políticos assumem especial relevância, tanto positiva como negativamente, a rapidez dessas palavras e gestos pode ser ela própria uma mais ou menos-valia. A título ilustrativo, recorde-se o incómodo criado pelas declarações do ex-Primeiro-Ministro italiano, Silvio Berlusconi, aquando de uma visita ao local onde se reuniam cerca de 1200 desalojados do sismo de Áquila (2009), segundo o qual as pessoas deviam encarar aquele local como um “acampamento de fim-de-semana”. Recorde-se, ainda as

¹⁸ Relativamente ao encobrimento, Paul t' Hart esclarece que: “To be sure, there exists a fine line between masking and denial or distortion of threat perceptions. Masking refers to the external communication strategies of crisis stakeholders, whilst denial refers to their own personal and internal-organizational beliefs and perceptions. The latter may be severely distorted as a consequence of defective patterns of individual, group and organizational reality-testing (Turner, 1978; Janis, 1989; Mitroff and Pauchant, 1990). This will decrease their resilience capabilities to respond effectively to emergent contingencies. Such culturally and organizationally-rooted denial and perceptual distortion are, indeed important precursors to man-made crises” (t' Hart, 2008: 96).

polémicas geradas pelos conselhos da secretária de Estado francesa da Saúde, Nora Berra, que, durante a vaga de frio do Inverno de 2012, sugeriu no seu blogue que, em caso de frio extremo, as populações mais vulneráveis, entre as quais os sem-abrigo, deveriam evitar sair de casa. Noutro registo, atente-se à forma como Barack Obama lidou com a devastação causada pelo furacão *Sandy* (2012) e às diferenças relativamente ao seu predecessor, George W. Bush, perante o *Katrina* (2005) (Lagadec, 2007a; 2007b; 2007c). Os exemplos não teriam fim e as cheias que, no final de 2013 e início de 2014, assolaram a Europa forneceria ainda mais matéria a reflexão.

Interessa-me, em particular, um dos domínios relativamente ao qual as palavras e os gestos assumem especial significado e que diz respeito às visitas aos locais dos desastres e ao anúncio de ajudas a outorgar às vítimas ou aos familiares das vítimas (Brändström et al., 2008; Bytzek, 2008). Rituais, nas palavras de Evelyn Bytzek (2008: 90), de tranquilização ou, para P. t' Hart (2008: 94), de solidariedade e de reconforto (*reassurance*). São estes “momentos dramáticos” que devem ser cuidadosamente sopesados pelos representantes políticos (t' Hart, 2008: 87). Um exemplo inequívoco pode ser encontrado no anúncio pelo Primeiro-Ministro italiano, Enrico Letta, de funerais com honras de Estado para as vítimas do naufrágio de Lampedusa, ocorrido a 3 de outubro de 2013 e que fez cerca de 275 vítimas mortais. Honras de Estado que falsificam a crescente dureza, por um lado, da condição de imigrante clandestino e, por outro, das políticas europeias de gestão da imigração clandestina.¹⁹ Honras de Estado que alinham pelo diapasão do regime

¹⁹ Para uma análise pungente dos campos de refugiados, Cf. Agier e Prestianni, 2011.

afetivo contemporâneo caracterizado pela abolição das distâncias (Fassin, 2002: 680)²⁰:

“[L]e fait que la compassion puisse désormais opérer à distance par l’incarnation et la personnalisation de la souffrance dans ces êtres que les médias montrent et singularisent.”

O segundo resultado possível decorrente do processo de responsabilização é definido como provocando um impacto negativo na elite que, tal como o nome indica, significa que na sequência da crise algumas carreiras políticas e administrativas poderão sofrer reveses significativos ou mesmo terminar. Este efeito pode, porém, ser meramente temporário, persistindo apenas enquanto persiste a

²⁰ A distinção entre piedade e compaixão, presente em autores como Hannah Arendt (2012) por exemplo, deriva da relação entre distância e proximidade ao objeto de piedade, no primeiro caso, ou de compaixão, no segundo. Genealogicamente, a radicalidade marxista derivaria da primeira, enquanto a caridade católica da segunda. O argumento de Didier Fassin é o de que a comunicação social perturba essa relação e seria precisamente esse o elemento que caracterizaria o regime afetivo contemporâneo. O objetivo de Fassin consiste em concentrar a atenção sobre: “les usages qui [...] sont faits [de la souffrance] dans l’économie morale des sociétés contemporaines” (Fassin, 2002, 680) e na sua participação na construção do sujeito contemporâneo. Voltarei adiante à questão da mediatização do sofrimento e da morte. Quanto à questão da influência da compaixão/piedade no político, esta é uma discussão com mais de 2500 anos (Orwin, 2008) que não tenciono aprofundar. De igual modo, não entrarei naquele que é para muitos considerado o mais complexo e perturbador aspeto da obra de Hannah Arendt: a compaixão (Bourgault, 2011). No espírito da *leitura dos outros* e do *pensamento com os outros* já enunciado, da filósofa, colherei apenas algumas ideias. Como refere Clifford Orwin (1997: 5): “The sentiment of compassion has always figured in political life [...] and compassion has probably always played a greater part in the affairs of democracies than of other regimes [...].” Facto que se torna particularmente notório nos momentos em que o Governo é chamado a intervir numa situação que apela a mais do que as suas competências tecnocratas. Quando o Governo é interpelado por acontecimentos extraordinários altamente mediatizados e que apelam à demonstração de humanidade.

crise (Boin et al., 2008b: 294), para se esvanecer à medida que a atenção da comunicação social se orienta para outras crises, problemas ou escândalos. A considerar as demissões como um impacto negativo nas elites políticas e administrativas, retomando Max Weber (2000) haverá, no caso de Entre-os-Rios, de procurar estabelecer uma distinção entre as demissões estratégicas de políticos profissionais, que têm por objetivo aliviar a pressão sobre o conjunto do Governo, e as demissões de funcionários técnicos decorrentes da luta política pelos lugares desencadeada pelas crises, a luta por um lugar na “manjedoura do Estado” (Weber, 2000: 32).

O último resultado identificado por Boin et al. (2008a; 2008b) é aquele em que a elite sai ileso ou é inatingida, e que caracteriza as situações em que a crise não tem qualquer efeito nas carreiras políticas e administrativas. Os autores salientam, todavia, que as crises podem comportar um efeito somatório, levando o acumular de situações de crise a deteriorar gradualmente a credibilidade dos líderes políticos ou administrativos.

Sobejam em Portugal os exemplos de representantes políticos envolvidos em crises, casos, escândalos que abandonaram o campo político para transitarem para outros campos que vão do empresarial, no caso de Jorge Coelho, ao humanitário, no caso de António Guterres.²¹ O meu interesse não recai, todavia, diretamente sobre as consequências da crise para a elite política ou administrativa — seja por via das

²¹ Registe-se que a entrada de Jorge Coelho na Mota-Engil, empresa que, segundo Fernando Esteves (2014: 12), “com quem acertara contratos milionários enquanto ministro, valeu-lhe críticas de todos os quadrantes — até dentro do PS [...]”

assunções individuais de responsabilidade, das imputações de responsabilidade aquando da exploração política da crise ou das punições populares nos momentos de escrutínio eleitoral. Interessam-me, outrossim, os efeitos dos desastres e das crises para as reformas políticas e institucionais e a persistência dessas reformas a longo prazo. Apesar dos destinos individuais não constituírem o meu objeto de análise, as palavras e os gestos continuam a ser importantes no que revelam enquanto estratégias simbólicas de gestão da crise e no seu impacto efetivo na dinâmica da crise. E as palavras e os gestos envolvem pessoas.

Excluídas de uma análise mais profunda ficam, pois, as carreiras políticas e administrativas, às quais não deixarei, porém, de aludir na referência aos sobressaltos políticos e administrativos pós-desastre no que têm de sociologicamente significativo como gestos simbólicos com consequências. Facto, este sim, que será explorado.

1.1.3. Processo de aprendizagem

No âmbito da análise irei outorgar particular atenção ao processo de aprendizagem e, principalmente, às alterações nas políticas e instituições pós-desastre cujos contornos se começam a desenhar no período agudo da crise política, tornando-se, neste particular, fundamental adicionar ao quadro analítico de Boin et al. (2008a; 2008b) o contributo de Thomas Birkland (2004; 2006).

O processo de aprendizagem, para Boin et al. (2008a: 9), pode ser coincidente com o processo de responsabilização havendo arenas associadas a este último — como o

parlamento ou as comissões de inquérito, por exemplo — que, na sua ação, procuram delinear, por vezes de modo estratégico, as lições para o futuro.

É, de facto, com o futuro que o processo de aprendizagem está relacionado, podendo ser definido como a avaliação e reformatação de instituições, políticas e práticas no sentido de melhorar a sua performance e garantir que crises similares não voltarão a acontecer ou que a preparação para crises similares será melhorada (Boin et al., 2008a; 2008b). Na sociologia com desastres proposta nesta tese, o acontecimento extraordinário é inserido num contínuo temporal no qual se assinalam três tempos abertos — o tempo anterior ao desastre, o momento de urgência e o longo prazo —, o que permite apreender os resultados do processo de aprendizagem como representando os *ganhos* do Estado decorrentes do desastre e avaliar da existência de *ganhos* similares, quer para o território, quer para a população, esta última, restrita na análise, aos familiares das vítimas.

O contributo de Thomas A. Birkland afigura-se fundamental para determinar quais os domínios políticos e administrativos sobre os quais incide o processo de aprendizagem e de que modo se torna possível avaliar a sua concretização. Inspirando-se na proposta de George J. Busenberg (2001), Birkland define, de facto, a aprendizagem (*learning*) como:

“[A] process in which individuals apply new information and ideas, or information and ideas elevated on the agenda by a recent event, to policy decisions. [...] A focusing event brings information to the attention of a broader range of people than normally consider the issues” (Birkland, 2006: 22).

Os desastres representam momentos em que as instituições — nomeadamente as instituições governamentais responsáveis por garantirem a segurança de pessoas e bens — são postas à prova, podendo determinados acontecimentos conduzir à quebra de expectativas ou mesmo à rutura de confiança nessas instituições e, conseqüentemente, ser portadores de um impulso reformista.²² Na sequência de um desastre, os líderes políticos e administrativos ficam, porém, divididos pela tensão entre o anúncio de reformas políticas e alterações institucionais e a necessidade de garantir que a crise teve origem, de facto, num acontecimento que escapa à rotina. Uma descontinuidade radical que se produz sobre o fundo de uma dinâmica contínua (Dupuy, 2005: 63). Um monstro. Embora sempre acompanhados de uma retórica de mudança, os impactos efetivos do processo de aprendizagem serão variáveis na sua intensidade e, mais do que isso, na sua longevidade. Poderão pautar-se exclusivamente por gestos simbólicos inconsequentes, muitas vezes estimulados pelo frenesim mediático e pela necessidade de “fazer alguma coisa”, conduzir a mudanças pontuais, ou levar a alterações radicais. Um contínuo de alterações cuja intensidade e longevidade no tempo variam em razão da natureza e magnitude do desastre e, conseqüentemente, da natureza e magnitude da crise.

Para Birkland (2006: 7), uma das razões subjacente à análise dos processos de aprendizagem decorrentes de desastres reside, precisamente, na probabilidade da mudança sofrer uma aceleração significativa, tornando-a não só imediatamente inteligível como decorrendo de modo público ou, retomando Boin et al. (2008b:

²² Exemplo paradigmático desse ímpeto reformista, a nível europeu e em Portugal, é a crise da BSE ou das *vacas loucas*. Cf. Gonçalves et al., 2000 e Gonçalves, 2012.

312), abandonando o espaço restrito do *backstage* político para se desenrolar, em parte, no espaço público. Paul 't Hart (2008:100) vai mais longe e, na reivindicação do lugar privilegiado da dimensão simbólica, tanto na dinâmica como nos efeitos das crises, é claro relativamente ao potencial transformador das crises:

“One of the crucial functions of the symbolic perspective is to look behind ‘official’ actions and rationales and to probe deeper into issues of authority, legitimacy and power that are inextricably connected to the way in which crises are defined and handled and to what their medium- and long-term consequences are for existing structural and cultural arrangements.”

Inspirados por um conjunto de tipologias que desagregam as alterações subsequentes às crises em diversos graus, Boin et al. (2008a: 16) identificam três categorias de efeitos das crises nas políticas e instituições:

- 1) o afinamento ou ajustamento (*fine tuning*);
- 2) a reforma (*policy reform*); e
- 3) a alteração paradigmática (*paradigm shift*).

A primeira categoria corresponde ao nível mais elementar de alterações, com adaptações pontuais nas políticas, instituições e práticas. Plasmando em menor ou maior grau a retórica de mudança induzida pela crise, o importante é que a legitimidade de uma qualquer organização ou governo se torna mais vulnerável se não mostrar abertura para mudar na sequência de uma crise (Boin et al., 2008b: 295). A segunda categoria implica alterações de natureza mais substancial nos princípios orientadores das políticas e novos valores institucionais e tende a verificar-se apenas quando a estratégia de ajustamento ou afinamento se revela politicamente insuficiente (Boin et al., 2008b: 296). Finalmente, a terceira

categoria, mais rara, corresponde a alterações radicais das políticas e instituições ou mesmo a alterações radicais de aspetos fundamentais do sistema político e dos partidos políticos.

Relativamente às mudanças decorrentes do processo de aprendizagem, Birkland (2006: 21) deixa, porém, um alerta:

“Whether learning occurred is a qualitative judgment that must be made within the context of each case study.”

Embora as categorias identificadas por Boin et al. (2008a; 2008b) para avaliar os efeitos do processo de aprendizagem nas políticas e nas instituições sejam úteis enquanto tipo-ideais, Thomas Birkland introduz um aspeto fundamental para aferir da materialização das alterações nas políticas e nas instituições: a legislação e a sua efetividade. Um determinado desastre pode, pois, funcionar como um catalisador para a crise política e, conseqüentemente, para a aprendizagem. A aprendizagem pode plasmar-se em alterações concretas que podem, por sua vez, ser observadas na legislação.

“The substance of that legislation will often reveal the extent to which instrumental learning has occurred. The traces left by legislative process — for example, in legislation that was introduced but failed to pass, media coverage, congressional testimony, and the like — provide at least indirect evidence of learning after a disaster, while an actual change in the law is obviously the most direct and important evidence” (Birkland, 2006: 24).

Birkland entrevê três possibilidades empíricas para a análise da legislação pós-desastre, sendo certo que os domínios legislativamente alterados dependerão sempre da natureza e magnitude do desastre, ou seja, dos domínios cujas fragilidades ou falências são reveladas pelo desastre:

- 1) A legislação debatida e não aprovada;
- 2) A legislação debatida, aprovada e aplicada; e
- 3) A legislação debatida, aprovada e não aplicada.

As alterações nas políticas desencadeadas por um determinado acontecimento são classificadas por Birkland (2006: 2) como *event-related policy change*. Partindo desta ideia falarei em *alterações legislativas relacionadas com o evento* e considerarei, ainda, dois aspetos. O primeiro tem a ver com o recurso discricionário por parte dos governos ao poder legislativo na gestão política das crises induzidas por desastres. Tal tornará necessário estabelecer uma distinção entre dois tipos-ideais de alterações legislativas relacionadas com o evento que reforçam a importância de inscrever o acontecimento extraordinário num contínuo temporal: às primeiras, do tempo da urgência, denominarei por *reformas legislativas de exceção relacionadas com o evento* ou *legislação de exceção* e, às segundas, do longo prazo, *reformas legislativas relacionadas com o evento* ou *legislação de reforma*.²³

²³ Como se verá na parte II, o colapso parcial do tabuleiro da Hintze Ribeiro decorre, em parte, de um outro tipo de legislação, que se poderia classificar de pré- crise — silenciosa ou debatida, clara ou ambígua, aplicada ou não aplicada — não orientada por uma *ética da responsabilidade*, tal como entendida por Max Weber (2000). Ética que Rafael Filipe, no prefácio ao ensaio de Weber define, exemplarmente: “[...] a serena e rigorosa avaliação das consequências dos nossos atos, bem como da relação entre os meios mobilizados e os fins que se pretende alcançar, na consciência, que o oxímoro baudelairiano das *Fleurs du Mal* ilustra na perfeição, de que do bem nem sempre sai o bem, nem do mal o mal”. Uma ideia que se pode estender à incapacidade dos funcionários que, escrupulosos na execução das

O segundo aspeto tem a ver, por um lado, com os objetivos politicamente visados e com os efeitos sociais restritos da *legislação de exceção* e, por outro, com as implicações sociais mais vastas da *legislação de exceção*. Questão que abordarei mais adiante. Não sendo este o momento para desenvolver esta ideia, dizer apenas que a *legislação de exceção* representa uma forma do Governo assegurar a sua legitimidade no momento da urgência, ao mesmo tempo que garantir a legitimidade do Estado a longo prazo.

1.1.4. Factores situacionais e factores circunstanciais

As crises políticas não acontecem no vazio, o mesmo sendo válido para a politização das crises e, logo, para os processos de responsabilização e de aprendizagem que a suportam. Na sequência de uma crise, políticos e instituições humanizam-se, ganham corpo e rosto, ficam mais *expostos* à opinião pública, objetos de um maior escrutínio público e mais vulneráveis, podendo assumir-se que a personalidade dos representantes políticos e administrativos, por um lado, e a imagem pública dos governos e das instituições que integram, por outro, terá consequências para o próprio processo de gestão da crise e para atenuar ou amplificar o impacto da crise.

Boin et al. (2008a: 18) apontam dois factores situacionais fundamentais para o enquadramento das crises. O primeiro factor reporta-se à natureza e magnitude da

ordens burocráticas, se revelam incapazes de se projetarem para além do quadro estrito dessas ordens. Uma ideia que será fundamental para compreender a cambiante relação entre responsabilidades e responsabilização notória na parte II.

crise, duas variáveis que permitem estabelecer uma distinção entre três tipos de crises:

- 1) As crises incompreensíveis;
- 2) As crises por má gestão (*mismanaged*); e
- 3) As crises definidoras de agenda (*agenda-settings*).

As crises incompreensíveis formam um grupo particular e concedem aos atores envolvidos um espaço de manobra político considerável para o enquadramento das crises. São exemplos deste tipo de crises o 11 de Setembro de 2001, o Tsunami de 2004 ou o furacão *Katrina* de 2005. As crises por má gestão, por sua vez, são caracterizadas por alegadas ou reais falências das máquinas institucionais ou governamentais. Este tipo de crise é aquele que possui maior probabilidade de ser objeto daquilo a que os autores denominam por exploração da crise (Boin et al., 2008a; 2008b; 2009), que abordarei adiante. Finalmente, as crises definidoras de agenda são aquelas que ultrapassam o acontecimento que esteve na sua origem ao colocarem na agenda política e pública questões mais vastas que conduzem à emergência de debates sobre domínios políticos alargados. Por exemplo, o acidente de *Three Mile Islands* e o debate sobre a energia nuclear, com a recente atualização (Borraz, 2012) desta eterna controversa provocada pelo desastre de Fukushima, ou o naufrágio de Lampedusa e a questão da política de imigração europeia ou o atentado terrorista de 11 de setembro e os direitos humanos.²⁴

²⁴ A reter igualmente a distinção entre factores exógenos (terramotos, erupções vulcânicas, inundações, terroristas, etc.) que facilitam o enquadramento das crises e factores endógenos (acidentes tecnológicos, por exemplo) que implicam erros humanos, negligências políticas ou administrativas e que, ao criarem incertezas acerca das origens das crises, são passíveis de ser interpretados de formas diferentes.

O segundo factor situacional referido por Boin et al. (2008a: 19) reporta-se aos percursos históricos de políticos, instituições e políticas e à sua respeitabilidade, podendo assumir-se que, quanto maior a sua respeitabilidade menor será o impacto das crises e vice-versa.

Relativamente aos factores circunstanciais, o *timing* da crise e a comunicação social são os factores destacados pelos autores. Quanto ao primeiro, uma crise que ocorra no final do ciclo eleitoral de um dado governo, com uma imagem já desgastada por razões diversas, terá efeitos diferentes e poderá conduzir a modos de exploração da crise distintos do que uma crise que ocorre no início de um ciclo eleitoral durante o qual é comumente dado o benefício da dúvida aos governantes. De igual modo, a crise pode ocorrer num período crucial da vida de um dado partido político e conduzir a cisões internas com fações a retirarem o seu suporte, ou mesmo a criticar abertamente os líderes dos partidos, tornando-os assim mais vulneráveis.

O segundo factor circunstancial, a comunicação social, desempenha indubitavelmente um papel fundamental na construção (Altheide, 2002; Bytzek, 2008) e na dinâmica de uma crise (Melo e Mendes, 2006), desde logo, porque são o meio por excelência através do qual a politização da crise se torna pública, podendo fazer eco ou, pelo contrário, lançar dúvidas sobre os distintos enquadramentos da crise em competição e sobre os culpados ou responsáveis pelo acontecimento (Delicado et al., 2007; t' Hart, 2008; Scheufele, 1999; Schonewille, 2010). Este enfoque silencia, todavia, um outro igualmente importante: o poder interpelativo do sofrimento e da morte.

De facto, um outro aspeto importante da comunicação social prende-se com a exposição do sofrimento e da morte através da apropriação mediática das suas imagens e das suas palavras e, principalmente, das emoções que imagens e palavras são suscetíveis de desencadear, ou seja, o *efeito emocional da comunicação social* (Charaudeau, 2002). Como salienta Paul ‘t Hart (2008: 91):

“The very occurrence of a disaster or an acute crisis event implies that, at least momentarily, authorities lose control over the dramaturgy of political communication. They are literally overtaken by events, as well as by the fact that in most cases the mass media’s initial responses are much quicker and more powerful in terms of generating images of the situation for mass consumption.”

Relativamente à comunicação social, subsiste ainda uma questão à qual darei especial atenção. A ser verdade que o efeito emocional da comunicação social desempenha um papel fundamental na definição de uma maior ou menor intensidade de interpelação por parte do sofrimento e da morte, fá-lo através da construção de uma imagem do território e da população afetados pelo desastre. Esta construção pode, porém, não encontrar uma correspondência consensual com a imagem que o território e a população afetados possuíam e possuem de si mesmos antes, durante e após o desastre. No quadro de um desastre, este desfasamento pode, por sua vez, ter por efeito marcar a reparação e a compensação do estigma da caridade (Fothergill, 2003)²⁵, ou fomentar a emergência de comunidades corrosivas, nas ações de W. R.

²⁵ Alice Fothergill recorre a esta ideia para descrever “the stigma associated with needing and receiving assistance after a natural disaster” na sequência das inundações de *Grand Forks* (Dakota do Norte, EUA), em 1997. Nas palavras de Fothergill (2003: 663): “The women in Grand Forks felt stigmatized when they received assistance after the flood, and

Freudenburg (1997) e J. Steven Picou, ou seja, ter como efeito “to damage individuals, communities, and social bonds over a protracted period” (Adeola e Picou, 2012: 13).

1.1.5. Exploração política da crise

Boin et al. (2008b: 286) entendem as crises como competições entre enquadramento e contra-enquadramentos relativamente à natureza e magnitude da crise (severidade), as suas causas (agência), a responsabilização pela sua ocorrência e eventual escalada (responsabilidade), e as suas lições para o futuro (aprendizagem e reforma). Os processos de responsabilização e de aprendizagem constituem os suportes ou arenas para esses enquadramentos e outorgam aos políticos profissionais oportunidades para explorar a descontinuidade na governação induzida pelas crises (Lagadec, 1991: 277). Na terminologia de J. Kingdon (1984), as crises, enquanto momentos de disrupção da governação, podem ser consideradas como *janelas de oportunidades* suscetíveis de ser exploradas por novos agentes ou, na terminologia de Enrico Quarantelli (1987), uma oportunidade para que algo aconteça. Esta ideia interessa-me sobretudo na medida em que contempla a possibilidade da exploração política da crise ser aberta a outros agentes que não, exclusivamente, os políticos profissionais. Mais à frente se verá de que forma se joga a politização da crise no estudo de caso de Entre-os-Rios, quais os atores que nesta se envolvem e com base em que argumentos.

this stigma of charity was a significant part of how the disaster affected them and their overall sense of themselves. The women found the experience of accepting charity to be humiliating and unsettling, because it challenged their views of themselves as white, middle-class, self-sufficient, American women.”

A teoria da exploração da crise é definida por Boin et al. (2008b: 287) como:

“[T]he purposeful utilisation by actors of the institutional ‘dislocation’ generated by crisis, to significantly affect political processes of sense-making, judgement and choice.”

As estratégias de culpabilização (*blame game*) são, neste domínio, as mais recorrentemente utilizadas pelos atores envolvidos na exploração política da crise. No entanto, os estudos de caso que suportam a teoria da exploração da crise proposta por Boin et al. (2008b) revelam resultados díspares, tornando difícil estabelecer um padrão claro relativamente à eficácia prática da estratégia de culpabilização no comportamento eleitoral pós-crise.

Os resultados díspares da exploração política da crise resultam, segundo Boin et al. (2008b), dos factores situacionais e circunstanciais que desempenham um papel fundamental, por um lado, no trabalho de enquadramento da crise e no enquadramento dominante da crise que deste virá a resultar e, por outro, nas possibilidades efetivas de exploração política da crise.

Considero, igualmente, esses dois factores como fundamentais. No entanto, diferentemente de Boin et al. (2008b), que procuram compreender a sua influência nos ciclos políticos e, principalmente, no comportamento eleitoral pós-crise (2008b:

300ss.)²⁶, o meu enfoque recairá privilegiadamente sobre a comunicação social — e consequentemente, sobre o poder interpelativo do sofrimento e da morte — e isso com o objetivo de compreender a sua influência na gestão política da crise no período da urgência. Comunicação social, poder interpelativo do sofrimento e da morte e gestão política da crise constituem, deste modo, os principais elementos considerados nesta sociologia com desastres para, resultando da sua interação, identificar a prática de governação de territórios e pessoas afetados por acontecimento um extraordinário dominante no momento da urgência, as suas materialidades e o seu prolongamento a longo prazo.

De facto, a gestão política das crises não se pode realizar através e saldar-se meramente por gestos simbólicos, por maior ou menor impacto mediático a que

²⁶ Boin et al. avançam cinco propostas relativamente à influência dos factores situacionais e circunstanciais no ciclo político e no comportamento eleitoral: 1) “*ceteris paribus*, the closer a crisis hits to the (anticipated) time of an election, the more likely that political actors will attempt to politicise an emergency/disturbance, and thus the longer the expected duration of the crisis aftermath, the greater the intensity of its blame games and the higher the likelihood that crisis investigations will produce political fatalities” (Boin et al., 2008b: 300); 2) “the shorter an actor’s occupancy of a position of influence on government/agency policy at the time of crisis occurrence, the more likely that that actor will forego defensive response and escape political damage as a result of crisis-induced accountability proceedings” (*Idem*, 301); 3) “the more the media’s crisis reporting and commentary emphasises exogenous interpretations of a crisis, the less likely that government will suffer negative political consequences in its aftermath; the more it emphasises endogenous ones, the more likely that they will” (Boin et al., 2008b: 301); 4) “the thrust of media reporting and opinion of an actor’s behaviour in relation to crisis episodes correlates highly with its precrisis reporting and opinion about that actor, regardless of that actor’s specific crisis communication behaviour” (Boin et al., 2008b: 302); e 5) “the degree to which media reporting/commentary on crisis episodes aligns with the frames put forward by a particular political actor depends upon the quality (preparedness, timeliness, accuracy, understandability and ‘symbolic intelligence’) of that actor’s crisis communication behaviour” (*Idem*, 302).

esses aspirem. Como se viu, o processo de responsabilização e, principalmente, o processo de aprendizagem devem encontrar concretização material, ultrapassar a palavra falada para se assumirem como palavra atuante (Boltanski, 2007: 46). Para T. Birkland (2006: 29):

“From a normative perspective, citizens expect government and other officials to learn from disasters and to prevent repeat disasters, or at least to prevent repeat mistakes in the response to disasters. Failure to learn from experience is particularly embarrassing to members of government if the mistakes of the past are repeated. If the political system and broader social systems fail to learn from these events, the public can plausibly claim that these systems are dysfunctional. There is thus a considerable incentive to learn.”

O processo de aprendizagem revela-se crucial, primeiro, para a reposição da legitimidade política e institucional colocada em causa pela crise induzida pelo desastre. É esta ideia que W. Freudenberg (1993) pretende captar com o intraduzível conceito de *recreancy*: “the failure of institutional actors to carry out their responsibilities with the degree of vigour necessary to merit the societal trust they enjoy”. Segundo, para aferir da consistência e longevidade das reformas anunciadas no momento de urgência do acontecimento. Terceiro, nos sinais precursores que revela dos domínios a serem abrangidos a longo prazo.

2. O poder interpelativo do sofrimento e da morte e a temporalidade da análise

2.1. As crises políticas como provas de humanidade

Numa definição mínima, para Dominique Linhardt (2008) o Estado é posto à prova sempre que um determinado acontecimento levanta a questão do Estado como um todo político e não de uma instituição, de uma função ou de uma ação particular do Estado. Ao provocar incertezas relativamente à capacidade do Estado em garantir o direito à segurança dos cidadãos, desastres da ordem do colapso de uma infraestrutura estatal representam, neste sentido, talvez mais do que uma crise política, uma prova de Estado. Acontecimentos desta natureza aparecem como momentos durante os quais o Estado *se dá a ver* numa situação concreta e é essa concretude que permite abordá-lo, não como uma *ideia*, mas como um objeto empírico que se pode observar, descrever e teorizar (Linhardt, 2008: 8). Como, de resto, salienta Michael Burawoy (1998: 14), “[i]nstitutions reveal much about themselves when under stress or in crisis, when they face the unexpected [...]”. Mas será realmente o Estado que se dá a *se dá a ver* numa situação concreta? Será o Estado que cessa de ser uma *ideia*? Considero que o Estado posto à prova pelo colapso parcial da Hintze Ribeiro é a *ideia* do *Estado de indiferença*, Estado ausente, anónimo e impessoal, uma *ideia* de Estado que contrasta com o *Governo de exceção* que efetivamente responde à crise induzida pelo desastre, que sabe *governar*, diria Giorgio Agamben (2014), no sentido etimológico da palavra, ou seja, aquele que se encontra ao leme e, perante a tempestade, se revela um bom timoneiro, capaz de manobrar o barco.

Ao título deste subcapítulo subjaz, pois, a ideia de que as crises políticas induzidas por um desastre constituem momentos durante os quais os representantes políticos e administrativos passam a existir para além das funções simbólicas, burocráticas e administrativas que desempenham, ou seja, é porque confrontados com um “monstro” que os governos se veem impedidos de governar como *os mais frios de todos os monstros frios* (Nietzsche, 1985: 55). Mais do que provas de Estado, as crises políticas induzidas por um desastre representariam, outrossim, provas de humanidade.

Até ao momento tenho vindo a insistir na resposta governamental e institucional às crises políticas e a traçar algumas das grandes linhas para a sua apreensão. A insistência na ação governamental e institucional não significa, porém, que, por um lado, essa ação se pautе exclusivamente por uma weberiana racionalidade burocrática e, por outro, que governos e instituições sejam totalmente impermeáveis ao contexto moral criado pelo acontecimento (Fassin, 2010; Fassin e Eideliman, 2012) e aos sentimentos morais que deste se desprendem. Como salienta Myriam Revault D’altonnes (2008 : 14):

“[...] [L]a sensibilité n’est pas le contraire de la rationalité. Pour réagir de façon ‘raisonnable’, il faut d’abord avoir été ‘touché’ par l’émotion. Ce qui s’oppose à la rationalité, c’est l’insensibilité (l’oubli de la pitié, l’incapacité à éprouver de la compassion) ou, à l’inverse, la sentimentalité qui est une perversion du sentiment.”²⁷

²⁷ A propósito da oposição entre razão e emoção, nomeadamente no domínio do Direito, Cf. Nussbaum (1996).

Esta é, sem dúvida, uma *lição*, pela positiva tanto quanto pela negativa, que os políticos profissionais da *mediapolítica*, admiravelmente descrita no *L'État Spectacle* de Roger-Gérard Schwartzberg (1977), conhecem bem.

Parece-me que é porque conscientes desses factos que Boin et al. (2008a; 2008b) insistem na influência dos factores situacionais e circunstanciais, factores que incluem o enquadramento da crise, a respeitabilidade dos representantes políticos e das instituições, o momento político da emergência da crise e a comunicação social. A comunicação social assume, no entanto, uma centralidade cuja inclusão num enunciado de factores pode facilmente ocultar. Num límpido artigo sobre a noção de acontecimento, Alban Bensa e Éric Fassin salientam que:

“L'événement ne se donne jamais dans sa vérité nue, il se manifeste — ce qui implique aussi qu'il est manifesté, c'est-à-dire qu'il résulte d'une production, voire d'une mise en scène: il n'existe pas en dehors de sa construction.”

É, de facto, inegável que a comunicação social, primeiro, desempenha um papel fundamental na produção, construção e enquadramento de um acontecimento e, posteriormente, na sua afirmação como crise; segundo, interfere na confirmação ou na negação da respeitabilidade de políticos e instituições; e, terceiro, cria leituras diversas, e muitas vezes estrategicamente concorrenciais, da influência possível da crise no processo eleitoral futuro.

O meu argumento na análise do estudo de caso de Entre-os-Rios é, porém, o de que a comunicação social pode fazer mais do que isso. Por altura da referência à influência dos factores circunstanciais e situacionais, afirmava que as crises

humanizam políticos e instituições, no sentido em que estes e estas adquirem rosto, corpo e voz, ficam mais expostos à opinião pública, tornam-se objetos de um maior escrutínio público e, acima de tudo, mais permeáveis à emoção e à avaliação, aos afetos e aos valores (Fassin, 2013a). Uma emoção em grande parte devedora da apropriação mediática das imagens e das palavras do sofrimento e da morte e fundamental para a imposição de uma determinada “gramática de reação” (Fragnon, 2006).

A difusão mediática das imagens e das palavras do sofrimento e da morte compelem os representantes políticos e institucionais a ostentar qualidades que contrariam a ideia da pertença a instituições imparciais e desapaixonadas. No caso dos representantes políticos, os acontecimentos extraordinários, variáveis na sua intensidade, variam igualmente na sua capacidade de interpelação, sendo certo, porém, que interpelam sempre um Governo e, dentro do Governo, as pessoas concretas que neste desempenham funções. Os acontecimentos extraordinários representam, assim, momentos históricos durante os quais os membros de um Governo, ou seja, aqueles que detêm um acesso privilegiado aos recursos estatais e públicos (Santos, 2003; Bourdieu, 2012), mercê do acontecimento, adquirem, literalmente, rosto, nome e protagonismo. Tornam-se atores portadores de um acesso aos recursos. Tornam-se humanos que se compadecem do sofrimento de outros humanos.

Os acontecimentos extraordinários desalojam o Governo da esfera etérea a partir da qual — *supostamente*, diz bem Didier Fassin (2013a: 18) — opera de maneira imparcial e obrigam-no a humanizar-se. O elemento disruptivo da indiferença é a

copresença. Uma copresença forçada. O encontro com corpos mortos e com corpos ausentes. Perturbada a ordem e os automatismos governativos, o pensamento mecânico e linear aos quais se refere Jake Chapman (2004), impõe-se o *extra-ordinário*, a não-rotina, ou seja, os acontecimentos extraordinários encetam momentos políticos — portadores de quadros de ação e de interpretação também eles extra-ordinários — durante os quais emoções e valores são suscetíveis de entrar na equação para a definição de uma ação política extra-ordinária (Fassin, 2010). Por outras palavras, uma ação política de exceção.

Os acontecimentos extraordinários são momentos em que, mediaticamente, “o que acontece não deixa que mais nada aconteça” (Santos, 2007: 162) senão o acontecimento em si. Os acontecimentos extraordinários perturbam a rotina da gestão corrente da coisa pública, obrigam a um alinhamento do campo político em função de objetivos definidos pela força da interpelação do acontecimento, a uma sua concentração numa ação pública destinada a cercear o acontecimento e a repor a legitimidade colocada em causa pelo acontecimento. É, efetivamente, a credibilidade dos decisores políticos que é posta em causa no exato momento em que são chamados a fazer prova da sua capacidade de exercer o poder, de governar (Barthe, 2006).

“Le corps du roi. — diz Ryoko Sekiguchi (2011 : 42) refletindo sobre Fukushima — Il a intérêt à être opérationnelle en cas de crise.” É nos momentos de exposição das suas fraquezas e falências que o Governo se deve mostrar mais forte e fortemente reativo, que deve revelar a sua força através de uma ação que, na sua concretização,

recorre aos recursos concentrados nessa figura fugidia que é o Estado (Mendes e Araújo, 2012).

Talvez, então, seja chegado o momento de clarificar a distinção entre Governo e Estado que tem estado aqui presente de modo latente e que, todavia, desempenha um papel fundamental na análise do desastre enquanto acontecimento extraordinário que se inscreve num contínuo temporal.

Em Pierre Bourdieu encontra-se a preocupação de abordar a questão do Estado a partir do real (Bourdieu, 2012: 57). Das inúmeras lições proferidas no *Collège de France* e reunidas na obra *Sobre o Estado*, fundamental para a análise aqui a desenvolver é a conceção do sociólogo relativamente à oposição dicotómica entre Estado e sociedade civil, à qual contrapõe a ideia de um contínuo na distribuição do acesso aos recursos públicos, materiais e simbólicos às quais se associam o nome Estado (*Idem*, 66).

“Cette distribution étant, comme toutes les distributions dans les univers sociaux, fondement et enjeu de luttes permanentes, les luttes politiques (majorité/opposition) étant la forme la plus typique de la lutte pour renverser cette distribution.”

Na esteira de Pierre Bourdieu (2012), o Estado é concebido como uma reserva de recursos, como a concentração dos recursos simbólicos, do oficial e do poder específico que confere o acesso ao oficial (Bourdieu, 2012: 111), sendo o oficial, simultaneamente, um instrumento para determinados agentes e o *enjeu* das lutas entre esses agentes (*Idem*, 110). Para P. Bourdieu, descrever a génese do Estado é

descrever a gênese de um campo social, de um microcosmo social relativamente autónomo no interior do mundo social envolvente, no âmbito do qual se joga um jogo particular: o jogo político legítimo (*Idem*, 161).

Estabelecido o Estado como uma reserva de recursos públicos, materiais e simbólicos, é possível conceber três situações. Uma primeira em que um Governo que lida com uma crise política induzida por um desastre recorre a essa reserva para gerir a crise e, conseqüentemente, os resultados da gestão da crise, decorrentes do processo de aprendizagem, sobrevivem aos ciclos eleitorais precisamente porque passam a estar inscritos na matriz jurídico-institucional. Uma segunda, que concebe os acontecimentos extraordinários como representando momentos históricos particulares durante os quais a estabilidade das posições no contínuo definido por Bourdieu podem ser perturbadas: 1) pelas alterações nas carreiras políticas e nas atitudes eleitorais que são suscetíveis de desencadear (crises políticas) ou 2) pela perda de legitimidade do Estado e das suas instituições (prova de Estado). E uma terceira situação, que concebe os acontecimentos extraordinários como suscetíveis de abrir espaço à emergência de novos atores na disputa, não por uma posição no campo, mas pelo acesso aos recursos públicos, materiais e simbólicos do Estado. Parto da possibilidade de que os desastres, em função da intensidade que adquirem, mais como crises para um Governo do que como provas de Estado, podem dar azo à emergência destas três situações.

Continuando a assumir a distinção entre Governo e Estado, parto da ideia de que o Governo *corporaliza* a gestão da crise induzida pelo desastre, valendo-se dos recursos públicos, materiais e simbólicos aos quais se associam o nome Estado. O

Estado *incorpora* alguns dos adquiridos do processo de aprendizagem decorrente da politização da crise, que passam a integrar o *patrimônio* de recursos públicos, materiais e simbólicos do próprio Estado. Em última análise, a leitura que aqui se faz é a de que, enquanto nos momentos de crise o Governo adquire rosto, o Estado, enquanto figura institucional, não passa de uma *coisa*, diria Bruno Karsenti (2013: 144), um *reservatório* na gestão da crise, ao mesmo tempo que o *repositório* do processo de aprendizagem.

Os acontecimentos extraordinários (desastres, catástrofes, situações perigosas permanentes, etc.), variáveis na sua intensidade, variam igualmente na sua capacidade de interpelação, partindo-se aqui da ideia de que interpelam invariavelmente um Governo. Se a intensidade da interpelação for suficientemente forte para mobilizar a comunicação social, os acontecimentos extraordinários podem perturbar a rotina da gestão corrente da coisa pública e, conseqüentemente, obrigar a um alinhamento do campo político em função de objetivos definidos pela força da interpelação do acontecimento, ou seja, a uma concentração da ação governamental com o objetivo de cercear o acontecimento. Nos momentos de exposição das suas fraquezas ou falências os governos devem mostrar-se mais fortes e revelar a sua força através de uma ação que, na sua concretização, faz uso dos *recursos* estatais e públicos concentrados no Estado e cujos resultados, decorrentes do processo de aprendizagem, passam, posteriormente, a integrar a ordem jurídico-institucional.

Daí a importância do sofrimento e da morte. Daí a importância dos meios de comunicação social. Daí a importância da exposição do sofrimento e da morte. Daí as emoções e os valores. Daí a referência à *humanização* que permite a aproximação

ao outro, momentaneamente menos estranho porque *cidadão por excesso* ou, na terminologia de Boaventura de Sousa Santos (2003: 62), porque *super-cidadão*. Daí a importância de retirar à cidadania a maiúscula que comumente a acompanha para avaliar na sua concretização no contexto moral gerado pelo acontecimento extraordinário.

2.2. Politização do sofrimento: o impacto do sofrimento e da morte no político e a apropriação do político pelo sofrimento e pela morte

A 11 de março de 2011, na sequência de um sismo de elevada magnitude, um tsunami atinge a central nuclear japonesa de Fukushima provocando um dos mais devastadores desastres nucleares desde Chernobyl. Da vasta produção escrita em diversos domínios das ciências sociais e das humanidades, destaco um livro que teve na sua origem uma videoconferência realizada em dezembro de 2011 no *International Research Center for Philosophy*, da Universidade de Tóquio: *L'Équivalence des Catastrophes*, do filósofo francês Jean-Luc Nancy (2012).²⁸

Em *L'Équivalence des Catastrophes*, J.-L. Nancy começa por esclarecer o título desse seu incisivo ensaio.

“Ce que veut dire ici l'«équivalence» des catastrophes revient à affirmer que la propagation ou la prolifération des tenants et des aboutissements de toute espèce de désastre porte désormais la marque de ce dont le risque nucléaire exhibe le paradigme. Il y a désormais une interconnexion, un entrelacement

²⁸ A videoconferência teve como mote: “Filosofar após Fukushima”. Um mote que não é sem lembrar a célebre questão do filósofo alemão T. Adorno sobre a possibilidade de fazer poesia depois de Auschwitz.

voire une symbiose des techniques, des échanges, des circulations que ne permet plus à une inondation — par exemple — où qu'elle soit localisée de ne pas engager de rapports avec une quantité d'intrications techniques, sociales, économiques, politiques qui empêchent de la considérer comme un dommage ou comme un malheur dont on pourrait, tant bien que mal, tracer la circonscription" (Nancy, 2012: 13).

Para o filósofo francês, a complexidade das catástrofes deriva, hoje, do facto de estas já não poderem ser separadas das suas implicações ou consequências técnicas, económicas e políticas. Fukushima é disto um *terrível exemplo* no que revela da conexão íntima e brutal entre um tremor de terra, uma população densa, uma instalação nuclear, um nó de relações complexas entre poderes públicos e privados na vigilância da instalação, etc. (Nancy, 2012: 50). Saliente-se, ainda, o ambiente de improvisação que passa a reinar na instalação nuclear na sequência do tsunami e que contrasta gritantemente com a tecnologia *high-tech* celebrada pela indústria nuclear (Ferrier, 2012). Recorde-se, também, as lágrimas de Toshiso Kosako, professor universitário e perito nuclear do Primeiro-Ministro nipónico, aquando da sua demissão, na base da qual invoca, entre outras razões, as decisões *ad hoc* tomadas pelo governo japonês na gestão da crise, que colocaram os interesses políticos e administrativos à frente das questões de saúde pública. Não são as lágrimas de Toshiso Kosako que espantam, mas sim que essas tenham sido públicas. De facto, para Michaël Ferrier (2012: 304),

“L’opacité qui entoure, dans tous les pays du monde, les filières de l’énergie nucléaire, est stupéfiante. Scandales et protestations se succèdent, rien n’y fait. Cette industrie rutilante qui se présente comme lumineuse et futuriste est fondamentalement liée au secret et se reproduit par le mutisme.”

Partindo das lágrimas de Toshiso Kosako, atendo-me ao argumento de Nancy sobre a complexidade das interconexões económicas, sociais e políticas que faz a equivalência das catástrofes para colocar uma outra equivalência — a mediatização dos desastres — e levantar uma outra questão: a equivalência das catástrofes encontra eco numa equivalência de vítimas das catástrofes?

Na sequência de acontecimentos extraordinários, a comunicação social torna-se, numa primeira instância, o lugar privilegiado de enunciação do sofrimento e da morte (não natural), o lugar no qual sofrimento e a morte se tornaram primeiramente visíveis e audíveis e no qual se vai, ou não, construindo a sua inaceitabilidade. A comunicação social afigura-se-me fundamental, não apenas enquanto lugar de enunciação do sofrimento e da morte, mas principalmente para a criação de um consenso em torno da tradução crítica do sofrimento e da morte como uma injustiça e como algo inaceitável que exige uma ação (Boltanski, 2007), para a emergência de determinados sentimentos morais no espaço público que legitimam determinadas práticas políticas (Fassin, 2010b: 7).

Partindo da definição de *politização do sofrimento e da morte* como um processo crítico que transporta determinados fragmentos de vidas feridas do espaço privado para o espaço público (Périlleux e Cultiaux, 2009: 11), parece inequívoca a centralidade da comunicação social nesse processo.

No contexto das crises induzidas por desastres, a politização do sofrimento e da morte pode ser apreendida através de duas das suas principais componentes:

1) O *impacto do sofrimento e da morte no político*, que é relativo ao modo como, da mediatização do sofrimento e da morte consequentes ao desastre, emergem determinados sentimentos de injustiça e determinados enquadramentos de injustiça impelindo à ação política oficial, com que implicações e com que consequências; e

2) A *apropriação do político pelo sofrimento e pela morte*, que é relativa ao modo como sofrimento e morte se podem desprender da sua singularidade vivenciada (Kleinman, 1992), e assumir-se no espaço público como experiências coletivamente partilhadas que impelem à mobilização, à organização e à ação e que procuram, desta forma, influenciar a ação governamental, e isso igualmente, com que implicações e com que consequências. Nas palavras de Kenzaburo Ôé (1996: 156), a forma como o sofrimento e a morte podem assumir o valor de uma arma.

Nem o impacto do sofrimento e da morte no político nem a apropriação do político pelo sofrimento e pela morte são isentos de conflito, nem os seus níveis de intensidade perduram ao longo do contínuo temporal balizado pelo momento da urgência e o longo prazo. Sejam claros. Os objetos de análise não são o sofrimento e a morte em si mesmos, mas o modo como impactam o poder político e são objeto de apropriação por parte do território e dos familiares das vítimas. Não se trata de atender às consequências individuais do sofrimento e da morte — ou mesmo a algumas das suas noções conexas como a dor, o luto ou o trauma²⁹ —, mas, sim, ao sofrimento e à morte que, virtualmente inacessíveis na sua espessura individual, transcendem o individual para se constituírem como bases para a ação, para fundamentar e legitimar a exceção moral, política e jurídica.

²⁹ Basta pensar no trauma, por exemplo, e nos seus extravasamentos para noções como o trauma cultural (Sztompka, 2000; Alexander et al., 2004).

Refletindo sobre a relação entre poesia e luto dizia Qian Zhongshu (1984):

“The voice of the unperturbed is light and thin, that of the sorrowful is refined; those who are happy can hardly make skilful use of language, while those who suffer from frustration and poverty can easily write well.”

A voz dos imperturbados é *fina e leve*. E, porém, nem todas as vozes dos *perturbados* se tornam *espessas e pesadas*. É que, de facto, o sofrimento e a morte não são necessariamente inaceitáveis, não apelam necessariamente a uma obrigação de agir e, quando mobilizam a ação, essa não é necessariamente inequívoca (Boltanski, 2007). Qual o sofrimento e que mortes se tornam, pois, *relevantes e importantes*? A equivalência das catástrofes encontra eco numa equivalência de vítimas das catástrofes?

Ao contrário de Frank Furedi (2004), para quem, na *cultura terapêutica* ocidental, a manifestação pública de emoções é vista como aceitável e como não representando uma ameaça para a estabilidade política e social, o meu argumento é o de que, no ato de gerir uma crise política originada por um acontecimento extraordinário, os atores governamentais e institucionais não são imunes às palavras e às imagens do acontecimento veiculados pela comunicação social, às emoções e aos valores que se desprendem do acontecimento. Não são, de igual modo, impermeáveis aos debates e aos discursos públicos sobre a génese do acontecimento e da subsequente crise política, bem como aos discursos sobre o sentido da reparação pelo qual devem e podem optar.

A minha perspectiva é, deste modo, próxima da análise de Didier Fassin sobre a governação humanitária (*gouvernement humanitaire*), ou seja, “le déploiement des sentiments moraux dans les politiques contemporaines” (Fassin, 2010b: 8). Todavia, apostado numa sociologia com desastres, o meu objetivo não é o de confirmar a tendência contemporânea, iniciada no final do século XX, de inscrição dos sentimentos morais no espaço público e na ação política, de atender às transformações do mundo contemporâneo “sous l’emprise de l’humanitaire” (*Idem*, 23), ou seja, à emergência de novas economias morais³⁰.

Diferentemente de Didier Fassin, a aposta teórica desta tese é a de que, perante um desastre, os limites da *governação humanitária* se tornam mais salientes quando se inscrevem o desastre, ou seja, o motivo para a emergência dos sentimentos morais no espaço público e na ação política, numa temporalidade longa que vai do tempo anterior ao desastre passando pelo momento da emergência e indo até ao longo prazo. O argumento é o de que a inscrição do desastre neste contínuo permite discernir, a um tempo, o surgimento de uma determinada prática de governação portadora de exceção e, acompanhando o progressivo esgotamento do processo de politização do sofrimento e da morte que sustentou a inscrição dos sentimentos morais no espaço público e na ação política, a sua gradual transição para a indiferença. A minha problemática prende-se mais com a exceção e a indiferença. A exceção na aquisição de direitos, concedida pelo Governo no momento de urgência,

³⁰ Definidas como a produção, repartição, circulação e utilização das emoções e dos valores, das normas e das obrigações no espaço social (Fassin, 2009; Fassin e Eideliman, 2012).

uma exceção que reforça a condição de vítima, que não atende ao estatuto de vítima e que reforça a legitimidade do Estado.

Os desastres são, para além dos discursos humanitários de pendor universalista (Kroll-Smith, 2012), momentos e espaços de tensão, senão mesmo de construção, da cidadania. Momentos e espaços que tornam inteligíveis a produção de sujeitos relativamente aos quais se estabelece uma relação de obrigação que, nalguns casos, retomando Didier Fassin (2013), excedem os direitos de cidadão. Para as vítimas sobreviventes ou para os familiares das vítimas, a humanização pelo sofrimento e pela morte e, principalmente, a aquisição de direitos pelo sofrimento e pela morte comporta um dilema que Dider Fassin (2002: 687) resume adequadamente:

“[...] [O]n se saurait nier que [l]es politiques de la souffrance participent d’une forme d’*humanisation* des relations sociales. Humanisation qu’il faut entendre dans un double sens. D’une part, sens ordinaire, de rapprochement des êtres humains [...]. D’autre part, au sens plus profond de reconnaissance de l’autre comme être humain, en quelque sorte de la même catégorie d’humanité que soi [...]; cette reconnaissance de l’autre correspond à l’affirmation presque littérale d’un droit de l’homme. Mais on voit que du même coup, cette logique de droit de l’homme liée à la reconnaissance de l’autre par la souffrance, le malheur, le corps, la survie, supplante un droit de citoyen.”

A inscrição do acontecimento extraordinário num contínuo temporal permite colocar as relações entre os principais intervenientes da *tragédia de Entre-os-Rios* — o Estado, o Governo, o território e os familiares das vítimas — igualmente num

contínuo que vai da indiferença na ausência à exceção na copresença para regressar à indiferença na ausência.

2.3. Uma temporalidade longa de análise para uma temporalidade longa do desastre

Não haverá, talvez, desastre ou acontecimento extraordinário que não dê origem a uma miríade de filtros para a sua interpretação — derivem estes do Governo, da ciência ou da comunicação social — tal como não haverá, talvez, qualquer acontecimento que não dê origem à sua quota-parte de inverdades intencionalmente veiculadas, de verdades ocultadas ou mesmo de mentiras descaradas (‘t Hart, 2008). Porém, por mais objeto de construção que possa ser um acontecimento, o seu carácter constructo em nada anula a sua existência como “facto em bruto”, nas palavras de Valerie Gunter e Steve Kroll-Smith (2006: 198). Um facto sólido, incontestável e irreversível: o colapso da ponte Hintze Ribeiro e a morte de cinquenta e nove pessoas. Eis o facto em bruto.

Parafraseando Gunter e Kroll-Smith (2006), os desastres constituem dramas humanos voláteis que combinam simultaneamente forças criativas e destrutivas em momentos históricos de transformação social. Analisar essas *forças*, os processos sociais desencadeados pelo acontecimento, implica olhar para o acontecimento adotando uma postura analítica que permita a circulação em diferentes tempos e a consequente solicitação de diferentes experiências vividas e memórias. O tempo, ou melhor, os tempos revelam-se, de facto, variáveis fundamentais na apreensão dos desastres. Como referem Julien Langumier e Sandrine Revet (2011: 77):

“L'événement du temps court, de l'exceptionnel, de l'impensable constitué par l'ensemble des mises en récits médiatiques, politiques, techniques ou médicales ne résiste pas longtemps à l'enquête ethnographique de longue durée qui rend compte davantage d'un quotidien catastrophé et d'un ordinaire bouleversé que de l'événement lui-même.”

Ryoko Sekiguchi (2011: 54) afirma a propósito de Fukushima que: “[t]out discours sur la catastrophe est fatalement lié, voire hanté, par la question du temps”. O tempo anterior ao desastre, o tempo do durante o desastre, o tempo do esquecimento do desastre (*Idem*). Diferentemente de Sekiguchi, considero, porém, que, relativamente aos desastres, dificilmente se poderá falar em esquecimento. É nessa medida que proponho substituir o tempo do esquecimento de Sekiguchi pelo tempo do quase-silêncio do pós-desastre. O tempo do quase-silêncio do pós-desastre aponta tanto para aquilo que, derivando diretamente do desastre, se prolongou e se tornou contemporâneo, quanto para aquilo que se interrompeu, tornando-se, por isso, exceção. O tempo do quase-silêncio do pós-desastre é, deste modo, marcado, não pelo esquecimento, mas pelo silenciamento.

Tempo anterior ao desastre, tempo do durante o desastre e tempo do quase-silêncio do pós-desastre balizam um contínuo temporal que multiplica os pontos de ancoragem e, conseqüentemente, as possibilidades de abordagem do acontecimento extraordinário. No âmbito desta tese, terei em linha de conta a importância recíproca dos três tempos.

2.3.1. O tempo anterior ao desastre

A ponte Hintze Ribeiro integrava o domínio público rodoviário do Estado e a inclusão da queda da ponte, à maneira de Lowell Julliard Carr (1932), numa cadeia de acontecimentos³¹ levaria a que se questionasse a atuação, *ante* desastre, dos órgãos da Administração Pública envolvidos no desastre, adotando para tal uma postura teórica — inspirada no modelo de desastre de origem humana de Bryan Turner (1978) e, mais tarde, de Turner e Nick Pidgeon (1997) —, atenta à *etiologia dos desastres* e, principalmente, à *etiologia organizacional dos desastres*.

No clássico modelo de desastre provocado pelo ser humano ou de origem humana (*man-made disaster*) os desastres são definidos como:

“[A] significant *disruption or collapse of the existing cultural beliefs and norms* about hazards, and for dealing with them and their impacts. All organizations operate with such cultural beliefs and norms, which might be formally laid down in rules and procedures, or more tacitly taken for granted and embedded within practices” (Pidgeon e O’Leary, 2000: 16, *sublinhado no original*).

³¹ L. J. Carr (1932) identifica as três fases que formam o padrão sequencial dos desastres. Na sequência do período preliminar que antecede o desastre, 1) ocorre o desastre, que corresponde à primeira fase, segue-se 2) a fase de desorganização; e, finalmente, 3) a fase de reajustamento ou reorganização, que pode ocorrer a três níveis — individual (mudanças individuais), relacional (padrões de relações sociais) e cultural (alterações no ambiente cultural que envolve aspetos como a tradição, as normas sociais, a legislação, a arquitetura local, etc.) — e culminar num novo equilíbrio. À desordem, súbita e inesperada, provocada pelo acontecimento, segue-se uma tentativa de repor a ordem, podendo esta *ocasião* originar, ou não, mudanças sociais. O conceito de padrão sequencial de Carr (1932) aponta, por um lado, para a existência de um encadeamento de acontecimentos associados à mudança e, por outro, para a possibilidade de se identificar objetivamente o acontecimento fundador da mudança.

Os casos empíricos considerados por Turner para desenvolver a sua teoria — análise qualitativa sistemática de oitenta e quatro relatórios periciais a acidentes diversos ocorridos no Reino-Unido — revelam que, na base de qualquer desastre, existe sempre um conjunto de circunstâncias ou precondições que permanecem ocultas. A esta cadeia ou cadeias de acontecimentos discrepantes que se desenvolvem e acumulam sem serem notados Turner, apelidou de *período de incubação do desastre* ou, retomando a terminologia de Carr, o *período preliminar do desastre* “during which the forces which are to cause the ultimate collapse are getting under way” (Carr, 1932: 211).

Na mesma linha, Diane Vaughan (1996), na profunda e bem documentada análise às circunstâncias que envolveram a decisão da NASA pelo lançamento da *Challenger* — que explode setenta e três segundos após o lançamento —, centra-se nas condições organizacionais que conduziram à *gradual transição para o desastre*. A análise de Vaughan sobre as causas do acidente da *Challenger* insere-se num quadro mais vasto que versa sobre o *lado negro das organizações* (Vaughan, 1999), e reflete uma sempre presente preocupação da socióloga com a adequação de cada caso estudado a uma teoria geral da conduta desadequada/desajustada das organizações (*theory of organizational misconduct*) (Vaughan, 2004).

Nestas abordagens, o acontecimento fundador resultante da cadeia oculta de acontecimentos inscreve-se numa temporalidade linear que, exposta *a posteriori*, aponta para a inevitabilidade do acontecimento e mesmo, dadas as circunstâncias *post facto*, para a sua *normalidade* (Perrow, 1999).

A análise aqui a desenvolver não recai, porém, exclusivamente sobre as causas ou o encadeamento de causas — por ação ou omissão — que conduziram ao desastre. Do modelo de desastre de origem humana, muito à imagem de D. Vaughan (1996), retirei o *período de incubação do desastre* para procurar, em primeiro lugar, refazer a sequência do processo de abandono progressivo da atenção sobre a Hintze Ribeiro; em segundo lugar, para atender ao processo de não decisão pela construção de uma nova ponte sobre o Douro em Entre-os-Rios; em terceiro lugar, para destacar a exploração da crise induzida pelo desastre tanto por parte do Governo (PS) então em funções, como por parte das oposições (PSD, CDS-PP, PCP e BE); e, finalmente, para atender ao enquadramento da origem do desastre como decorrendo de um estado de isolamento, de esquecimento, de abandono do território e da população de Castelo de Paiva que permitiu amplificar a construção mediática da vulnerabilidade e do território e da população.

2.3.2. O tempo do durante o desastre e o tempo do quase-silêncio do pós-desastre

No prólogo afirmava que, à análise aqui a desenvolver subjaz a premissa de que os acontecimentos extraordinário possuem um efeito de contração do espaço-tempo, que anula as distâncias e concentra as atenções e que a esse efeito se opõe um outro de expansão progressiva do espaço-tempo, que repõe as distâncias e dispersa, quando não anula, as atenções.

Ao primeiro efeito associava a ideia da explosão para descrever o modo como um acontecimento localizado se expande, afetando ou alterando em graus variáveis aquilo que atinge, sendo certo que, para a ampliação dos efeitos da explosão, contribuem a comunicação social e a politização do sofrimento e da morte e, na direção que tomam esses efeitos, contribuem a revelação das fragilidades dos domínios técnicos e políticos responsáveis pelo acontecimento. Ao segundo efeito associava a ideia de implosão para dar conta do modo como o acontecimento regressa ao seu ponto de origem, ao ponto de onde, apenas por um efeito momentâneo de aquisição de grandeza, se ausentou. Ou seja, o modo como regressa ao quase-silêncio e à indiferença.

O tempo do durante o desastre, a urgência, é aquele durante o qual funciona em pleno o processo de politização do sofrimento e da morte, nas suas duplas componentes de *impacto do sofrimento e da morte no político* e de *apropriação do político pelo sofrimento e pela morte*. O tempo do quase-silêncio do pós-desastre, o longo prazo, é, pelo contrário, aquele durante o qual se assiste à gradual despolitização do sofrimento e da morte. A consideração de uma temporalidade analítica longa, correspondente à temporalidade longa do desastre co-construída pela comunicação social e pelo poder local, permite inscrever o acontecimento extraordinário num contínuo que vai da *indiferença na ausência*, patente no tempo anterior ao desastre, passa pela *exceção na copresença*, dominante no tempo do durante o desastre, e regressa gradualmente à *indiferença na ausência* do tempo do quase-silêncio do pós-desastre.

Na parte II, tornar-se-á visível o modo como o processo de responsabilização política e a exploração política da crise, contribuem para a expansão do tempo anterior ao desastre conduzindo a uma dispersão da responsabilidade. Para efeitos analíticos, defino o tempo do durante o desastre como tendo início na sequência do desastre (04.03.2001) e situo o longo prazo uma década após o acontecimento (04.03.2011), momento em que este regressa à comunicação social com novas roupagens.

Para Susanna M. Hoffman (1999: 306):

“[I]mmediately after a disaster, to many — especially those experiencing the event — it appears that a host of changes occur, or will occur, in social formulations and habit. To those investigating a disaster months or years later, the opposite seems true, that little change eventuates. Consequently, a debate has arisen among researchers in which change viewed close to a disaster represent apples and change viewed far is oranges. At the crux is, of course, how the two factors, time and change, have been juxtaposed and then examined, and that has been quite piecemeal.”

Parece-me que o recurso a um contínuo temporal pode, de algum modo, suprir algumas das limitações associadas aos recortes excessivamente rígidos dos tempos da análise dos desastres e, consequentemente, das alterações provocadas pelos desastres. Ao invés de circunscrever a análise a dois períodos hermeticamente fechados, a consideração do acontecimento extraordinário a partir da sua inserção num contínuo temporal restitui plasticidade ao acontecimento, restitui-lhe um *desassossego*, nas palavras de Robin Wagner-Pacifici (2010), que deve reaver expressão na sua análise sociológica.

Num artigo de 2010, Robin Wagner-Pacifici refere-se ao desassossego dos acontecimentos para dar conta do seu caráter fluído, dinâmico, complexo e para alertar para a consideração dos acontecimentos históricos como móveis ao invés de petrificados no calendário da sua ocorrência. Resta saber se, no caso de Entre-os-Rios, não estaremos perante um acontecimento histórico e extraordinário que para além de petrificado no calendário não se veio a petrificar no território e nos corpos. O que é que, derivando diretamente do desastre, se prolongou e se tornou contemporâneo, e o que é que, derivando diretamente do desastre, se interrompeu e se tornou exceção?

Nas certas palavras de Daniel Bensaïd (1994), “plonger l’instantané éthique dans la durée, c’est [...] engager le difficile dialogues entre morale et politique, au risque de révéler bien des supercheries”, um diálogo que se travará aqui entre direito (codificação político-jurídica) e obrigação (imperativo moral).

3. Questões metodológicas, técnicas de investigação e material empírico

O propósito de uma reflexão sociológica em torno de uma qualquer problemática é o de responder às questões que ela própria colocou à fração da realidade social eleita como campo de análise. As perguntas e as próprias formas de se questionar a realidade são inesgotáveis, como é inesgotável a realidade enquanto objeto de interrogação. Porém, quando se procede a uma *disciplina de interrogação*, inevitavelmente, perdem-se linhas de rumo alternativas e deve reconhecer-se, à partida, que por mais que se pense ter apreendido a verdadeira forma de uma

problemática, existirão sempre maneiras de rasgar as roupagens que a revestem e de revelar novas camadas interiores. Por outras palavras, no final, a construção teórica será profundamente devedora, ao mesmo tempo que foi sendo condicionada, pela relação complexa — e nem sempre pacífica — entre objeto de investigação, material empírico, técnicas de investigação e fabricação da interpretação teórica (Pollak, 1992; Buravoy, 1998; Kaufmann, 2008).

Neste ponto enuncio e reflito brevemente sobre as três principais técnicas de investigação às quais recorri.

3.1. Observatório de imprensa

No âmbito do observatório de imprensa foram selecionados os jornais *Público* e *Diário de Notícias*. No caso do *Público* a recolha exaustiva das notícias foi realizada para o período temporal de 5 de março de 2001 a 6 de março de 2011, enquanto para o *Diário de Notícias* foram recolhidas apenas as notícias para o primeiro ano pós-desastre (5 de março 2001 a 6 de março 2002). A não inclusão da cobertura televisiva representa, sem dúvida, uma limitação. No entanto, a imprensa escrita apresenta algumas vantagens que procurei capitalizar: a maior densidade informativa, uma informação mais detalhada e a expressão de opiniões mais variadas (Bytzek, 2008).³²

³² Para procurar colmatar esta lacuna, procedi igualmente ao visionamento e análise do *Especial Informação da SIC: Porque Caiu a Ponte?*, Cf. Ponto 3.1. da parte II.

Na organização do observatório de imprensa inspirei-me da análise de conteúdo de E. Bytzek (2008) realizada a partir das notícias sobre as cheias do rio Elba (Alemanha), em 2003. Retive, deste modo, igualmente cinco linhas principais:

- 1) Factos e informação contextual acerca do desastre (muitas vezes apoiada em infografia mais ou menos sofisticada);
- 2) Questões relacionadas com as operações de busca e resgate (procedimentos, corpos resgatados, etc.);
- 3) Governo, personalidades políticas e instituições (demissões, acusações, falências, etc.);
- 4) Medo/incerteza/alerta (a quebra de confiança e as suspeitas levantadas relativamente ao estado das infraestruturas e à monitorização das infraestruturas em Portugal); e
- 5) Drama (as histórias individuais).³³

Apesar do observatório de imprensa ter assumido um carácter principalmente consultivo, acabou por revelar-se de grande utilidade para problematizar uma das questões centrais desta tese: a relação entre mediatização dos acontecimentos, poder interpelativo do sofrimento e da morte, e gestão política da crise induzida pelo desastre. Como se verá, os efeitos dessa relação são analisados privilegiadamente em relação à resposta prática a uma situação local e singular por parte do Governo, ou seja, ao nível do impacto do sofrimento e da morte no político.

³³ Para uma análise comparativa das fontes de informação no *Público* e no *Jornal de Notícias* nas notícias relativas à queda da ponte Hintze Ribeiro, Cf. Silva, 2008. Em relação ao *Público*, o estudo de Sílvia Silva (2008) destaca que esta publicação insere mais fontes oficiais nas notícias, sendo estas maioritariamente políticas. Este facto revelou-se efetivamente de extrema importância para a minha análise da gestão política da crise, do processo de responsabilização política e do processo de exploração política da crise.

Conjugado com outras fontes de informação, o observatório de imprensa revelou-se, ademais, fundamental para a ordenação cronológica de alguns dos acontecimentos sucedâneos ao desastre, para a identificação dos atores que direta ou indiretamente se encontraram envolvidos no acontecimento e para aferir do prolongamento do desastre no tempo. Conjugado com outros documentos, o observatório de imprensa deu origem a diversos documentos de consulta, alguns dos quais foram remetidos para os anexos:

- 1) Cronologia das operações de busca e resgate e de deteção dos veículos desaparecidos;
- 2) Cronologia dos acontecimentos políticos e de outros acontecimentos relevantes;
- 3) Cronologia do apoio psicológico e social;
- 4) Cronologia do processo-crime;
- 5) Cronologia da Comissão de Inquérito Ministerial ao sinistro de Entre-os-Rios;
- 6) Cronologia da Comissão de Inquérito Parlamentar ao acidente de Entre-os-Rios;
- 7) Cronologia das intervenções na Ponte Hintze Ribeiro; e
- 8) Levantamento dos atores.

A ordenação cronológica e a identificação dos atores permitiram, posteriormente, seleccionar alguns dos informadores privilegiados a entrevistar e afinar algumas das questões a abordar no âmbito das entrevistas.

3.2. Análise documental

Na recolha dos dados documentais foram privilegiadas diversas fontes, sempre com o objetivo de obter uma visão mais completa e complexa do acontecimento. A

análise documental incidiu, essencialmente, na consulta dos diversos relatórios diretamente relacionados com o acontecimento e de documentos conexos. Estes últimos, dizem respeito, essencialmente, a comunicados e notas de imprensa (Marinha, Procuradoria-Geral da República e Ordem dos Engenheiros, Alta Autoridade para a Comunicação Social e Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas), à informação recolhida em páginas oficiais (Câmara Municipal de Castelo de Paiva, Estradas de Portugal, Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e Associação dos Familiares das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios), às publicações em diferentes Séries do Diário da Assembleia da República, e a alguns documentos contantes do Inquérito n.º 44/2001, recolhidos no Arquivo do Tribunal de Castelo de Paiva.

Não deverá, pois, provocar espanto a existência de repetições relativamente aos dois temas centrais levantados pelo colapso parcial da Hintze Ribeiro: a manutenção e inspeção de obras de arte em Portugal e a regulação da atividade de extração fluvial de inertes. Apesar de repetitiva, esta *démarche* afigurou-se fundamental para fornecer do acontecimento e dos seus enquadramentos (técnico, mediático e político) um retrato o mais fiel possível, que visou, por um lado, romper com alguma da opacidade que sempre acompanha uma crise (Lagadec, 1991) e, por outro, matizar as evidências do acontecimento que sempre acompanham a sua cobertura mediática (Bensa e Fassin, 2002).

Mais do que uma análise exaustiva dos documentos em si, o que proponho, recuperando Lagadec e Laroche (2005), é uma *viagem*, descritiva e por vezes fastidiosa, pelos documentos. Esta pareceu-me, todavia, uma forma adequada de dar

conta, em primeiro lugar, do modo como responsabilidade e responsabilização vão adquirindo matizes distintas em cada *passo para a verdade* dado por iniciativa governamental, estatal e judicial. Em segundo lugar, do modo como procedimentos destinados à avaliação de responsabilidades e à produção de responsabilização redundaram na afirmação da responsabilidade e na responsabilização de funcionários técnicos. Funcionários que, como se verá, em última instância, se limitaram a cumprir escrupulosamente ordens burocráticas ambíguas, sem ultrapassar o quadro estrito dessas ordens e sem colocar em causa as suas ambiguidades. Funcionário, portanto, isentos de uma *ética da responsabilidade*, de uma ética exclusiva dos políticos profissionais e que, de acordo com Max Weber (2000: 89), estipula que uma pessoa tenha de responder pelas *consequências* (previsíveis) da sua ação.

O colapso da Hintze Ribeiro, ao refletir-se negativamente no Estado, mina a sua legitimidade e impele o Governo de António Guterres à adoção de uma série de procedimentos destinados a repor essa legitimidade. Um desses procedimentos pode ser encontrado nos *relatórios de um colapso*, que revelam um processo de depuramento da responsabilidade e da responsabilização pelo desastre, no sentido de uma quase isenção de responsabilidade e de responsabilização dos agentes estatais e institucionais — politicamente sancionados com demissões — e de uma total atribuição de responsabilidade e de responsabilização nos funcionários técnicos que virão a responder no quadro do processo-crime.

Concretamente, a consulta de relatórios e documentos conexos incidiu:

1) Nos relatórios das comissões de inquérito ministerial e parlamentar, tendo aí surgido a necessidade de compreender a organização da inspeção e conservação das obras de arte e a regulação da atividade de extração de inertes pré-desastre.³⁴

2) Na consulta parcial do processo criminal³⁵, com o principal objetivo de aceder aos relatórios periciais e, em particular, às respostas aos quesitos do Tribunal de Castelo de Paiva por parte dos peritos da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.³⁶

3) Nas intervenções no Parlamento Nacional relativas a Entre-os-Rios. Foram aqui privilegiados três momentos em que a queda da ponte ocupa um lugar de destaque no hemiciclo:

1) A aprovação do voto de pesar no Parlamento;

2) A sessão solene da tomada de posse do Presidente da República, Jorge Sampaio, eleito poucos dias após o desastre para um segundo mandato; e

3) A primeira reunião plenária pós-desastre que conta com a presença do Primeiro-Ministro, António Guterres.

4) Nessa sequência tornou-se necessário atender às alterações nos dois eixos considerados anteriormente: a organização da inspeção e conservação das obras de arte e a regulação da atividade de extração de inertes pós-desastre.³⁷

5) Finalmente, a análise documental incidiu sobre:

1) As necessidades do concelho apresentadas por Paulo Teixeira, então, Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva;

2) O processo indemnizatório dos familiares das vítimas;

³⁴ Para a compilação destes dados beneficieei do precioso auxílio da Unidade de Gestão Documental da Estradas de Portugal, na pessoa da sua diretora, Dra. Alexandra Gonçalves, a quem agradeço a abertura, o cuidado e o ímpar profissionalismo.

³⁵ A consulta do processo foi realizada no Tribunal de Castelo de Paiva, tendo, posteriormente, beneficiado do inestimável auxílio de Paula Fernando, do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa sediado no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, para a ordenação, leitura e interpretação dos dados recolhidos. À Paula Fernando aqui deixo expresso o meu profundo agradecimento.

³⁶ Apenas uma nota relativamente ao relatório da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto para esclarecer que, apesar de diversas tentativas, formais e informais, não me foi possível entrevistar qualquer um dos peritos que participou na sua elaboração.

³⁷ Também aqui beneficieei do precioso auxílio da Dra. Alexandra Gonçalves.

- 3) O processo de constituição da Associação dos Familiares das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios; e
- 4) O Memorial às vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios.

3.3. Entrevistas em profundidade

No seu livro de 2008, *L'Entretien Compréhensif*, Jean-Claude Kaufmann abre as portas da sua oficina sociológica e revela o seu cuidadoso trabalho de “artesão intelectual”. A noção de artesão intelectual, que Kaufmann pede emprestada a Wright Mills, é usada para descrever aquele que personaliza os instrumentos que são as metodologias e as teorias num projeto concreto de investigação e que recusa deixar-se aferrolhar pelo terreno, os métodos, ou pelas teorias quando dogmáticas. Empreendimento arriscado este de revelar os seus próprios métodos de pesquisa, expondo-se expondo *como se faz o que se faz*. Na medida em que me revejo nessa ideia do trabalho sociológico como um meticuloso trabalho de artesão intelectual, tomarei exemplo em Kaufmann, partindo da minha experiência de terreno para continuar na descrição da minha própria *oficina sociológica*.

Embora os documentos e a análise documental ocupem um lugar substancial desta tese, o seu elemento central reside todavia numa técnica de investigação que, apesar da sua difusão, resiste à formalização: as entrevistas. Partindo desta técnica, no final, não é a *suprema teoria* que se procura — a teoria que cessou de ser um instrumento e que impede a descoberta, ou seja, a capacidade de tornar inteligível o social —, mas o aprofundamento de uma prática sociológica que permita uma combinação íntima entre trabalho de terreno e construção concreta de teoria.

Os estudos em que as entrevistas aparecem como técnica de recolha de dados, fazem-se inevitavelmente acompanhar de uma discussão em torno do seu valor heurístico, da sua aplicação, dos seus limites e potencialidades. Consensual nestes debates é a ideia de que a dinâmica própria às entrevistas levará inevitavelmente o investigador a confrontar-se com situações para as quais os manuais não preparam, nem podem preparar (Blanchet et al., 1985; Demazière e Dubar, 1997). O momento das entrevistas constituirá sempre, independentemente das diferenças entre entrevistador e entrevistado, um momento de encontro e, como tal, um momento envolto por uma aura de imponderabilidade. Para D. Demazière e C. Dubar (1997: 87):

“Il n’y a pas de règles précises permettant de dire comment il faut procéder pour optimiser les conditions d’un entretien de recherche tout en respectant la déontologie de la recherche [...]. Il n’y a que des situations concrètes de face-à-face entre un chercheur qui veut comprendre et un sujet qui veut parler.”

Independentemente do maior ou menor domínio das técnicas de entrevista e do modo como, em contexto, poderão efetivamente decorrer as entrevistas, estas assentam, retomando Demazière e Dubar, em duas disposições basilares: a vontade de ouvir e compreender, por parte do investigador, e a vontade de falar, por parte dos entrevistados. A vontade de ouvir e compreender e a vontade de falar, serão suficientes para ultrapassar a estranheza necessariamente presente na relação entrevistador-entrevistado?

O protagonismo reservado ao entrevistado não é exclusivo, na medida em que as entrevistas apelam, por um lado, a uma escuta ativa e metódica por parte do

entrevistador — uma disponibilidade total relativamente aos entrevistados (Bourdieu, 1993: 1393) — e, por outro, à sua capacidade para reagir ao que ouve e a quem fala, para se implicar no diálogo e, deste modo, corresponder ao engajamento que solicita da outra parte (Ribeiro, 1995). Tornar-se cúmplice afigura-se como um requisito importante para ultrapassar a estranheza e suscitar a aproximação. O entrevistador não cessa de existir, pelo contrário, envolve-se ativamente para provocar um igual envolvimento por parte do entrevistado. No final, não é material asséptico que se procura, um material obtido através de uma entrevista impessoal, e a profundidade do envolvimento no momento das entrevistas ficará patente na repetida audição das entrevistas, fase durante a qual a interpretação, em vez de evitada, passa a ser um elemento decisivo (Kaufmann, 2008).

À dádiva da palavra por parte do entrevistado, o investigador não pode, malgrado as inevitáveis confusões, responder com uma ajuda terapêutica. Não pode, igualmente, responder com um distanciamento que reforce o estranhamento entre os mundos em presença no momento da entrevista. Tal implica envolvimento, enquanto expressão de respeito e de intenção de aproximação a um conhecimento “compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos une pessoalmente ao que estudamos” (Santos, 2000: 80). O momento das entrevistas representa, nestes termos, um encontro entre sujeitos implicados num diálogo do qual nenhum sai incólume (Mendes, 2003).

Todavia, por mais que se procure anular o distanciamento na conceção e condução das entrevistas, este tenderá a regressar no momento posterior de análise das

entrevistas.³⁸ A postura aqui a adotar é a de uma audição íntima das entrevistas que constitui a base do método compreensivo, proposto por Jean-Claude Kaufman (2008).

O sociólogo francês parte efetivamente da constatação de que não existe um único mas diversos métodos para as entrevistas e propõe uma metodologia particular: a entrevista compreensiva. Um método que recolhe influências, por um lado, da pesquisa qualitativa e empírica, nomeadamente das técnicas etnográficas de trabalho com informadores privilegiados, e, por outro, da entrevista semi-directiva cuja originalidade assenta no facto de os dados qualitativos recolhidos *in situ* estarem concentrados na palavra, que se torna o elemento central do dispositivo. O objetivo principal deste método é a produção de teoria, uma fina articulação entre dados e hipóteses, uma formulação de hipóteses tanto mais criativa quanto enraizada nos factos, uma metodologia que parte do terreno e se revela particularmente apta a captar os processos sociais.

Do método decorre a postura do sociólogo: a favor de uma sociologia dos processos firmemente apegada à invenção teórica. O terreno ganha em importância na relação entre teoria e método, invertendo-lhe as funções na construção do objeto sociológico: o terreno não é mais uma instância de verificação de uma problemática preestabelecida mas o ponto de partida dessa problematização. Invertendo o modo de construção do objeto, começando pelo empírico e construindo progressivamente o teórico, a entrevista compreensiva altera radicalmente a definição da maior parte

³⁸ De resto, como salienta Burawoy (1998: 12), a entrevista é um contexto social embebido que não pode ser expugnado nem dos efeitos de contexto nem dos efeitos de poder.

das técnicas utilizadas na entrevista de tipo impessoal. A rutura epistemológica com o senso comum assume um contorno particular pelo viés da entrevista compreensiva, postulando uma modalidade de rutura progressiva, em oposição não absoluta mas relativa ao senso comum e num vaivém permanente entre compreensão e escuta atenta e distanciamento e análise crítica. A objetivação constrói-se progressivamente pelo intermédio dos instrumentos conceptuais postos em evidência e organizados entre si, revelando o tema da pesquisa num movimento de distanciamento, sem rutura, do olhar espontâneo de origem. As posturas a desenvolver são de curiosidade, atenção, expectativa, de capacidade para se deixar ser constantemente surpreendido e de precaução e vigilância na procura das razões para o espanto.

Se, no momento da entrevista, o entrevistador tem um contacto de curta duração com o entrevistado, o trabalho posterior sobre as entrevistas implica, pelo contrário, um contacto de longa duração no decurso do qual se vai firmando a intimidade do investigador com o material recolhido (Kaufmann, 2008) e com os micromundos que o sustentam (Pollak, 1990). Entrar nesses mundos, seguir as vidas e ser guiado mais do que guiar (Mendes, 2003) é, pouco a pouco, despir-se da estranheza que é própria ao investigador, é acompanhar narrativas necessariamente fragmentadas, carregadas de omissões, indecisões, contradições, para chegar a uma “compreensão ‘viva’ das ações humanas concretas e situadas” (Conde, 1993: 44), para aceder às vozes. E as *vozes* são importantes precisamente pelo facto de o sofrimento, permanecendo sempre inacessível na sua espessura individual, é, muitas vezes,

indizível (Pollak e Heinich, 1986; Pollak, 1993).³⁹ Facto que se tornou particularmente notório no momento das entrevistas com os familiares das vítimas e nas diferenças entre estas e as entrevistas com pessoas que, embora tenham participado do desastre, não foram diretamente atingidas por este.

Desloquei-me a Castelo de Paiva por duas vezes para proceder à realização de entrevistas. Aquando da primeira estadia, que durou uma semana, em maio de 2012, não apenas consegui realizar um número significativo de entrevistas, como senti que havia um certo entusiasmo relativamente ao trabalho em curso. Já a minha segunda estadia, uma semana em maio de 2013, foi muito diferente e por razões opostas à primeira. Ou seja, não apenas foi escasso o número de entrevistas que consegui agendar e realizar como o sentimento de entusiasmo que tinha sentido na primeira estadia parecia ter-se esvanecido completamente. Atribuo à diferença de recetividade entre a primeira e a segunda estadias em Castelo de Paiva, primeiro, ao largo período de tempo que, por razões pessoais, decorreu entre estas. Segundo, as inevitáveis resistências do terreno enquanto componente essencial da investigação sociológica (Mendes, 2003).

No caso de Entre-os-Rios, estas resistências tornaram-se tanto mais manifestas quanto eram penosos os motivos subjacentes às entrevistas e mais próximos estivessem os entrevistados dos motivos subjacentes a essa penosidade. Uma penosidade que deriva da maior ou menor presença do sofrimento e da morte nos micromundos a partir dos quais o acontecimento é percecionado. Se acaso traçasse

³⁹ Para uma discussão crítica da apropriação e objetivação das *vozes* no campo da etnografia, finamente articulada em torno da noção de consentimento, Cf. Davidson, 2008.

um eixo para marcar a emoção das pessoas entrevistadas, obteria posições díspares na linha imaginária que dista entre um forte envolvimento/expressão emocional e um baixo envolvimento/expressão emocional que se traduzem em posições díspares relativamente à memória, ao esquecimento ou ao silêncio.⁴⁰ Ou, como se verá, às memórias, aos não-esquecimentos que ecoam no quase-silêncio.

Daí a diferença nas entrevistas entre, de um lado, peritos, membros do Governo e do poder local em 2001, responsáveis administrativos, operacionais, profissionais da comunicação social e, do outro, familiares das vítimas. As entrevistas com os primeiros revelaram-se *mais fáceis*. Por um lado, em certa medida, à exceção dos membros do poder local e da comunicação social local, estes não partilham uma memória longa do território (Zonabend, 1999) e, por outro, o que se solicita na entrevista são experiências profissionais, normas e práticas. Entrevistas, portanto, onde não cabe o sofrimento.

M. Pollak (2000) concebe as entrevistas como resultando do encontro entre a disposição para falar, a possibilidade de ser ouvido e as condições, variáveis no espaço e no tempo, que tornam os testemunhos comunicáveis. A vontade de ouvir por parte do investigador ver-se-á, pois, muitas vezes confrontada com a não-vontade de falar por parte dos sujeitos da pesquisa ou, como mostra claramente M. Pollak, com a incomunicabilidade de determinados testemunhos em determinados tempos. Uma incomunicabilidade que pode significar, por vezes, o direito a não falar ao qual se refere Kenzaburô Ôé (1996) relativamente aos *hibakusha*, designação originalmente reservada às vítimas dos bombardeamentos de Hiroshima e Nagasaki,

⁴⁰ Em jeito de homenagem a Michaël Pollak (1993).

enquanto forma de preservação da dignidade humana e do direito ao otimismo. No caso dos familiares das vítimas de Entre-os-Rios, diria que o direito a não falar expressou uma forma de superar o aleatório, de voltar a ganhar controlo sobre a vida, de existir para além do acontecimento.

Num belíssimo artigo escrito para uma revista de Hiroshima (*Haguruma, A Engrenagem*) e citado por Kenzaburo Ôé (1996: 26), Yoshitaka Matsusaka, um estudante de medicina na altura do lançamento da bomba em Hiroshima, dizia para si mesmo:

“Surtout ne te complais pas dans le rôle de la victime comme certains *hibakusha*, parce que tu as vécu Hiroshima!’. Et j’en suis venu à vouloir guérir par moi-même, retrouver par moi-même ma dignité humaine et, tout en ayant subi ce bombardement, faire que ma mort soit indépendante de cet évènement comme celle des gens qui ne l’ont pas connu.”

Não raro durante as entrevistas com os familiares das vítimas deparei-me com ecos de relatos do acontecimento ouvidos e lidos na comunicação social. A narrativa privada a retomar os moldes da sua expressão numa narrativa pública, tornando-me testemunha da evocação do drama e, simultaneamente, das explicações para o drama. Cada entrevistado possui efetivamente a sua explicação causal para o acontecimento e a sua verdade sobre os responsáveis ou os culpados (Girard e Langumier, 2006). Cada entrevistado aponta o dedo a alguém e, nesse movimento, orienta o sentido da pesquisa para outros atores e para outras fontes portadoras da *verdade verdadeira*. Da palavra falada para a palavra escrita, o próprio investigador vai forjando, à imagem dos entrevistados, a sua própria *verdade verdadeira*. A

sociologia com desastres não tem, porém, por objetivo *explicar* o desastre e determinar os passos necessários ou efetivamente tomados no sentido de uma qualquer reposição da normalidade. A sociologia com desastres parte da ideia de que o regresso à normalidade é uma ficção (Bensa e Fassin, 2002; Roitman, 2013), o que a torna mais atenta às volatilidades do acontecimento e aos processos sociais desencadeados pelo acontecimento (Gunter e Kroll-Smith, 2006), volatilidade e processos que, à imagem do acontecimento, se inscrevem eles próprios num contínuo temporal.

No final, realizei vinte e cinco entrevistas em profundidade, sendo que uma delas foi realizada por telefone com as condicionantes e limites que isso implica (Anexo 3). As entrevistas foram realizadas com base em dezassete guiões. A justificação para o elevado número de guiões prende-se com a necessidade de adaptar cada guião à posição do/a entrevistado/a e à natureza do respetivo envolvimento no acontecimento. Mantendo um fio condutor, privilegiei o diálogo e não tanto a entrevista estandardizada. No sentido de garantir o anonimato dos entrevistados, em todos os excertos de entrevistas, optei pela substituição dos nomes reais por nomes fictícios e, no caso dos familiares das vítimas, pela ocultação do grau de parentesco do familiar cuja revelação tornaria a pessoa em questão facilmente identificável.

Posteriormente, a audição repetida das entrevistas, permitiu aprofundar as notas recolhidas aquando da observação não-participante no terreno e compiladas no diário de campo. A análise etnográfica não aparece isoladamente como uma das técnicas de investigação porque pressupõe uma grau de imersão no terreno

(Burawoy, 1998) que, uma vez mais por motivos pessoais, não me foi possível concretizar.

3.4. Roteiro da investigação: hipótese de trabalho e objetivos gerais

Na bela expressão de Bruno Karsenti (2013: 31):

“Lire, c’est penser avec d’autres dans leurs textes, pour autant que leurs textes ne se referment pas sur eux-mêmes [...] mais conduisent le lecteur à basculer dans un autre champ de réflexion, c’est-à-dire à poursuivre son questionnement dans un autre texte.”

Do exercício de *leitura dos outros e pensamento com os outros* empreendido até ao momento é possível, desde já, salientar algumas hipóteses de trabalho que irão sendo aprofundadas ao longo da tese.

A primeira hipótese de trabalho é a de que o acontecimento extraordinário pode ser analisado através da sua inscrição num contínuo temporal balizado por três tempos abertos: o tempo anterior ao desastre, o tempo do durante o desastre (a urgência), e o tempo do quase-silêncio do pós-desastre (o longo prazo).

A segunda é a de que o processo de aprendizagem, embora germinando no tempo do durante o desastre, efetiva-se, ou não, no tempo do quase-silêncio do pós-desastre. Para aferir da sua efetividade e longevidade torna-se necessário tomar por referências, primeiro, os sinais percussores da aprendizagem que emergem no período agudo da urgência e, segundo, como ponto de ancoragem empírica, as

medidas corretivas e reguladoras que a longo prazo passam a estar inscritas na matriz jurídico-institucional.

Terceira hipótese: durante a crise induzida pelo desastre, as respostas políticas não se esgotam no processo de aprendizagem e, conseqüentemente, em reformas políticas, institucionais e administrativas mais ou menos acompanhadas de um processo de responsabilização. As respostas políticas abrangem igualmente uma outra forma de responsabilização — talvez mais ética e moral do que propriamente política e técnica — que envolve o território e a população diretamente afetados pelo acontecimento extraordinário — que restrinjo na análise ao concelho de Castelo de Paiva e aos familiares das vítimas —, o que complexifica e diversifica e as orientações e as conseqüências das respostas políticas.

A quarta hipótese de trabalho é a de que representantes políticos, território e familiares das vítimas não assumem necessariamente uma posição, racional, no caso dos primeiros, e passiva, no caso dos segundos, na definição e receção das respostas políticas ao desastre. De facto, a mediatização do desastre tende a tornar políticos profissionais, território e familiares das vítimas permeáveis ao poder interpelativo do sofrimento e da morte decorrentes do desastre. Isto significa que Governo, território e familiares das vítimas irão ser influenciados e, simultaneamente, procurar influenciar, através de uma negociação nem sempre declarada e nem sempre consensual, o processo de politização do sofrimento e da morte nas suas duas principais componentes de impacto do sofrimento e da morte no político e de apropriação do político pelo sofrimento e pela morte.

Quinta hipótese: da relação complexa entre acontecimento extraordinário, mediatização do acontecimento, poder interpelativo do sofrimento e da morte, e gestão política da crise induzida pelo desastre emerge, no tempo do durante o desastre, é possível identificar uma determinada *prática de governação do território e da população afetado pelo acontecimento extraordinário*, entendida como o conjunto de ações governamentais levadas a cabo no sentido de administrar/gerir os impactos políticos e sociais decorrentes do acontecimento extraordinário.

Esboçadas estas cinco hipóteses de trabalho, que formam, elas próprias, em certa medida, um contínuo analítico, torna-se possível sumariar os três grandes objetivos da tese.

O primeiro objetivo é o de atender à gestão da crise política aberta pelo acontecimento. O Governo torna-se, por via da crise, num campo concreto, situado, e inscrito numa temporalidade definida. Uma temporalidade marcada por um acontecimento *concreto* com o qual representantes políticos e administrativos *concretos* se devem de lidar. Talvez, então, como refere Patrick Lagadec (1991: 18) citando Coral Bell (1978), o próprio termo “gestão” não seja o mais adequado. A palavra gestão:

“[...] implique une activité rationnelle, dépassionnée, marquée par le calcul, bien balancée, conduite avec jugement, à un rythme normal, avec un attention à long terme par oppositions aux considérations de court terme. Dans la réalité, la gestion de crise répond à des caractéristiques toutes autres: elle est marquée par l'improvisation, la pression du temps et des événements, le travail dans le brouillard et l'ambiguïté.”

O que dizer, então, das crises que têm origem em desastres? É neste sentido que se fala das crises políticas como *provas de humanidade* e que se discutirá a tensão sempre presente na relação entre emoção, reconhecimento e exceção na consideração das vítimas de desastres (D'Allones, 2008; Audi, 2011; Fassin, 2010b; Fassin et al., 2013). Tal abrirá para o segundo objetivo.

O segundo objetivo é, de facto, o de atender ao poder interpelativo do sofrimento e da morte e, mais precisamente, ao processo de politização do sofrimento e da morte. Com a comunicação social em pano de fundo, duas componentes essenciais do processo de politização do sofrimento e da morte serão consideradas: 1) *o impacto do sofrimento e da morte no político*, relativa ao modo como o sofrimento e a morte impelem à ação política oficial, com que implicações e com que consequências, e 2) *a apropriação do político pelo sofrimento e pela morte*, relativa à forma como sofrimento e morte se podem desprender da sua singularidade vivenciada, organizar-se, invadir o espaço público e influenciar a ação governamental, e isso, igualmente, com que implicações e com que consequências.

O terceiro objetivo é o de atender às materialidades às quais dá origem a prática de governação de um território e de uma população afetados por um acontecimento extraordinário no contínuo temporal definido, privilegiando-se, porém, o momento de urgência e o longo prazo. Estas materialidades afiguram-se, de facto, fundamentais para o quarto e objetivo central desta tese que consiste em caracterizar a prática de governação dominante no momento da urgência e o seu prolongamento a longo prazo em Castelo de Paiva e para os familiares das vítimas da tragédia de Entre-os-Rios.

Atendidos esses objetivos, ficarei, então, em condições de *elevare* a discussão, ou seja, de “faire le saut dans les étoiles sur le tremplin de l’observation exacte” (Zola, 2000).

3.5. Organização da tese

Com este roteiro de investigação em mãos é tempo, agora, de traçar um mapa desta viagem.

Na parte II, começo, então, por tentar reconstruir a *intriga* do *sinistro* de Entre-os-Rios, concentrando o enfoque em quatro enquadramentos do acontecimento: o pericial, o judicial, o político e o mediático. O capítulo 1 é dedicado à descrição e análise de diversos documentos oficiais que procuraram fornecer uma explicação para o acontecimento: os relatórios das comissões de inquérito ministerial (1.1.) e parlamentar (1.2.) e os relatórios periciais da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1.4.1.) e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil/Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (1.4.2.), os dois últimos realizados no âmbito do processo-crime.

Em jeito de balanço, no final da exposição dos dois primeiros relatórios, abordo brevemente o processo de responsabilização política e a exploração política da crise (1.3.), enquanto, no final da exposição dos dois relatórios periciais, detenho-me brevemente nos seus efeitos para o processo-crime, imediatamente aberto pelo Ministério Público na sequência do desastre (1.5.).

No capítulo 2, descrevo o modo como o *acidente* de Entre-os-Rios foi objeto de tratamento na Assembleia da República em três momentos particularmente significativos: 1) a aprovação do voto de pesar no Parlamento (2.1.); 2) a sessão solene da tomada de posse do Presidente da República, Jorge Sampaio, eleito poucos dias após o desastre para um segundo mandato (2.2.); e 3) a primeira reunião plenária pós-desastre que conta com a presença do Primeiro-Ministro, António Guterres, que não marcava presença na Assembleia desde dezembro de 2000 (2.3.). A relevância deste capítulo tornar-se-á particularmente notória quando a análise recair sobre os resultados do processo de aprendizagem para o Estado (4.3.).

No capítulo 3, atendo à cobertura mediática da *tragédia* de Entre-os-Rios. Abordo, em particular, uma emissão televisiva — o *Especial Informação* da SIC — *Porque caiu a Ponte?* (3.1.) — e dois artigos de opinião — um de José Pacheco Pereira (3.2) e outro de Eduardo Cintra Torres (3.3) —, ambos incluídos no número cinco da revista *Jornalismo e Jornalistas* (abril/junho de 2001), do Clube de Jornalistas, cujo tema central foi, precisamente, a cobertura noticiosa da *Tragédia de Entre-os-Rios*. Enquanto o *Especial Informação* da SIC prolonga a lógica da procura de uma explicação causal para o desastre, os dois artigos referidos permitirão aprofundar a questão do poder interpelativo do sofrimento.

De pendor mais descritivo, os capítulos 1, 2 e 3 afiguram-se fundamentais para caracterizar e compreender:

- 1) A prática de governação de um território e de uma população afetados por um acontecimento extraordinário, dominante no tempo da urgência (capítulo 4);
- 2) As distintas materialidades e consequências da prática de governação para o território (4.1), para os familiares das vítimas (4.2) e para o Estado (4.3); e
- 3) O prolongamento e gradual esvaziamento dessa prática de governação a longo prazo (4.1.1, 4.2.1, 4.3.1, e 4.3.2).

Na parte III, *Crónica fragmentada do indelével*, proponho *uma* história oral da *Tragédia de Entre-os-Rios* cujos motivos e pressupostos explicito mais adiante.

Encerro a viagem com um breve epílogo no qual, mais do que recapitular os resultados do estudo de caso da tragédia de Entre-os-Rios, extrapolo algumas leituras que emergem na base deste caso e proponho algumas pistas de investigação futuras. O tal salto em direção às estrelas.

3.6. Breve nota pessoal

Mais de uma década volvida sobre o desastre, porquê regressar à *Tragédia de Entre-os-Rios*? Uma pergunta que, de algum modo, retoma a interrogação contida na citação de Mia Couto que se encontra em epígrafe do prólogo. *Querem saber como morremos? Mas nunca ninguém veio saber como vivemos.* Estas palavras de desconfiança de um camponês perante o pedido de entrevista do protagonista da narrativa de Mia Couto, poderiam facilmente ser atribuídas aos familiares das vítimas de Entre-os-Rios e, de forma talvez não tão dura e tão crua, no decorrer do trabalho de campo, nalguns momentos, confrontei-me com a mensagem que explicitamente transportam.

Ao abordar uma temática tão complexa como é a queda de uma ponte que resultou em cinquenta e nove vítimas mortais, era previsível que o terreno se viesse a revelar complexo, difícil e pleno de consequências (Mendes, 2003). E foi precisamente o que aconteceu em Entre-os-Rios. Como afirma Michel Foucault (1979a: 785): “ce qu’on est, on le demande, au fur et à mesure, aux problèmes avec lesquels ont se débat [...]”. A problemática, as experiências de terreno, o encontro com as pessoas, o encontro com as histórias que me foram contadas e o confronto com a história que, com base nestas, no final, procuro contar. Tudo isto abre para a descoberta de um mundo por fora tanto quanto para a descoberta de um mundo por dentro. Tudo isto ajuda ao desnudamento de certezas e saberes. De certezas e saberes sobre nós próprios e de certezas e saber sobre os outros.

Na tentativa de reconstituir um acontecimento extraordinário como o é o colapso de uma ponte, achamo-nos na sonda das impressões que, posteriormente, este deixou em pessoas e coisas. Os contornos fugazes de um monstro que, na sua passagem, pode deixar de si apenas uma impressão ou, pelo contrário, um rasto sólido. Como registar essas impressões? Como apreender as suas marcas? Como avaliar a sombra que continua de projetar? Talvez recorrendo a um conjunto de *notas* sobre o desastre. *Notas* no sentido que, segundo Michaël Ferrier (2012), Kenzaburô Ôe (1996) deu a esta palavra na sua escolha para o famoso *Notas de Hiroshima*:

“Le mot *nôto*, par lequel Kenzaburô Ôe choisit d’intituler son livre, a en japonais deux significations presque contradictoires: il désigne d’une part une notation prise sur le vif, fragmentaire et rapide, et d’autre part le cahier qui les contient et les regroupe, leur donnant au bout du compte une cohérence

énigmatique. Comme un carnet donc: quelque chose s'ouvre, se déploie, se replie.”

Notas que dão corpo à *sociologia com desastres* aqui proposta e que ajudam a compreender em que sentido o Estado se encontra longe de mais, mesmo quando é forçado a tornar-se próximo.

Parte II

Uma ponte feita de papel, feita de imagens e feita de palavras
Para uma história documental da Tragédia de Entre-os-Rios

“Quem tem culpa, quem será responsabilizado?...
É preciso pensar, não vamos dar uma resposta à pressa.”

Vassili Grossman (2013), *Tudo Passa*.
Alfragide: Publicações D. Quixote.

“Perhaps an accident.”

Thornton Wilder (2000), *The Bridge of San Luis Rey*.
London: Penguin Books.

1. Relatórios oficiais de um colapso

No clássico de Thornton Wilder, *The Bridge of San Luís Rey*, o Irmão Juniper testemunha o colapso de uma ponte e entrevê naquele *ato de Deus*, naquele momento em que as intenções de Deus são surpreendidas em estado puro, o laboratório ideal para provar cientificamente a existência de um plano divino para cada um de nós, ou seja, de uma *Intenção*. Que misterioso e oculto plano levou aquelas exatas cinco pessoas a cruzar aquela ponte naquele exato momento? No afã de interpretar o plano de Deus para aquelas cinco pessoas, o Irmão Juniper perde de vista o acontecimento que constitui o denominador comum para o encontro na morte daquelas cinco vidas: a queda da ponte. O *mistério* de Entre-os-Rios difere, pois, daquele que perturba até à perdição o Irmão Juniper. Perante a morte de cinquenta e nove pessoas havia, de facto, em primeira instância, de explicar a que se deveu o colapso do pilar P4. As crises políticas, como salienta Janet Roitman (2013), inauguram uma série de procedimentos lógicos, sendo o primeiro a inevitável pergunta: *o que é que correu mal?*

Para desfazer o *mistério* de Entre-os-Rios e apurar as circunstâncias que conduziram à queda parcial da Hintze Ribeiro sobejam elementos. Por ordem cronológica, o primeiro desses elementos é a Comissão de Inquérito Ministerial “às causas do sinistro ocorrido na Ponte de Entre-os-Rios em 4 de março de 2001”, criada por despacho do ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho, escassas horas após o *sinistro*. Para Jorge Coelho, este seria o primeiro passo para que *a culpa não morresse solteira*. Um primeiro passo ao qual três outros se seguirão. Uma Comissão de Inquérito Parlamentar “sobre as causas, consequências e responsabilidades com o

acidente resultante do desabamento da ponte sobre o rio Douro em Entre-os-Rios”, e dois relatórios periciais realizados no âmbito do processo-crime: um da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e um outro elaborado conjuntamente pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil e pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Uma ponte de pedra e metal reduzida, portanto, a uma ponte de papel, imagens e palavras.

Como se vê, no caso de Entre-os-Rios, a pergunta que se colocou, ao contrário do que aconteceu no romance de Thornton Wilder, não incidiu sobre as pessoas. Que *misterioso e oculto plano* levou ao colapso parcial da ponte Hintze Ribeiro? Não procurarei dar resposta a tão contestada questão. Adotarei antes a postura de uma outra personagem de romance: o narrador, anónimo quase até ao fim, do livro *A Peste*, de Albert Camus (1947), o doutor Rieux, para dar conta, o mais justamente possível, dos fatos relatados nos quatro documentos enunciados. Referindo-se à ausência de sentimentos da qual parece padecer o doutor Rieux, Albert Camus (1947: 87) salienta que: “[p]our lutter contre l’abstraction, il faut un peu lui ressembler”. Para compreender a abstração talvez, então, seja necessário fazer abstração de si. E, porém, como se verá, também nos documentos oficiais, o sofrimento e a morte que se procura evacuar pela porta regressam sempre pela janela.

Para Arjen Boin et al. (2008b: 312), a principal missão dos inquéritos públicos é a de restaurar a ordem e colmatar a perda de legitimidade institucional ou, na aceção

de Freundeborg (1993), de restaurar a confiança nas instituições do Estado e do próprio Estado. A. D. Brown (2000: 3) vai mais longe ao afirmar que, para além do referido acima, os inquéritos têm como função colmatar as ansiedades provocadas pelo acontecimento ao elaborar fantasias de onipotência e controlo. O paradigma do controlo que sustenta as práticas tecnocratas de orientação funcionalista, dirá Paul t' Hart (2008). Os inquéritos necessitam, neste sentido, por um lado, de estabelecerem assertivamente as causas diretas para a origem da crise, desfazendo as incertezas relativamente ao que aconteceu antes, durante e imediatamente após a crise, e, por outro, de abrirem espaço para um debate político e social sobre as reformas a implementar em consequência da crise, ou seja, de apontar os caminhos para a aprendizagem.

É nesses documentos que se joga o enquadramento político e técnico da queda da ponte e, principalmente, que começam a adquirir rosto e nome eventuais responsáveis pelo desastre, ou seja, que se começa a deslocar o enfoque da responsabilidade de instituições para pessoas (Brown, 2004), num movimento que culminará no processo-crime. É nesses documentos que se afrontam responsabilidade técnica e responsabilidade política, que se procura estabelecer uma distinção entre ausência de perceção técnica do risco e ausência de perceção política do risco. Que se joga, em suma, através da definição da origem do acontecimento, a politização da crise.

Quatro relatórios, então, para um único *facto em bruto* (Gunter e Kroll-Smith, 2006: 198): no dia 4 de março de 2001, por volta das 21 horas e 10 minutos, o desabamento do quarto pilar da Ponte Hintze Ribeiro provoca a queda da estrutura

do tabuleiro. Um autocarro, com 53 pessoas a bordo, e três viaturas ligeiras, com seis ocupantes, são atirados para as águas turbulentas do rio Douro. Cinquenta e nove pessoas perdem a vida.

1.1. Relatório da Comissão de Inquérito Ministerial

Dividido em 14 partes e com cerca de 50 páginas (sem os anexos), o “Relatório final sobre as causas do sinistro ocorrido na ponte de Entre-os-Rios em 4 de março de 2001”, é o resultado dos trabalhos de uma comissão criada na madrugada de 5 de março, por despacho de Jorge Coelho, pouco antes da sua demissão, com aplaudida dignidade, do cargo de ministro do Equipamento Social.⁴¹ A 19 de março, a comissão entrega um relatório preliminar ao novo ministro do Equipamento Social, Eduardo Ferro Rodrigues, e a 10 de abril o relatório final (Anexo 3).

Inicialmente composta pelo Diretor do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) (Rui Correia, Presidente), pelo Inspetor-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (António Flores de Andrade) e por um representante do Instituto das Estradas de Portugal a designar pelo respetivo Conselho de Administração, por despacho do Ministro do Equipamento Social de 8 de março, a Comissão passou a integrar o Bastonário da Ordem dos Engenheiros (Francisco Sousa Soares). A 15 de março de 2001, um novo despacho do Ministro do Equipamento Social fixa definitivamente a composição da Comissão ao retirar o recentemente nomeado representante do Instituto das Estradas de Portugal (Jorge

⁴¹ Ana Sá Lopes (2001b) num tom mordaz: “O sacramento da demissão lava a honra, expia os pecados e conduz ao céu — foi quase patético ver as hordas que se levantaram a louvar o ‘gesto de dignidade’ do ex-ministro.”

Zúniga de Almeida Santos⁴²), cuja presença era fortemente contestada pelo Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, Paulo Teixeira.

A comissão foi incumbida pelo ministro do Equipamento Social de “apurar as causas que estiveram na origem do sinistro e de identificar as medidas preventivas necessárias e convenientes” (CIM, 2001: 2).⁴³ *A culpa não podia morrer solteira*, tinha afirmado o ministro Jorge Coelho e este era o primeiro passo para a *verdade*. A par da impossibilidade de observação direta dos destroços submersos das partes da ponte que ruíram, o prazo apertado para a entrega do relatório final será referido pelos membros da comissão como um dos constrangimentos à elaboração do relatório final.⁴⁴

“No entanto, é convicção da Comissão que as conclusões apuradas, apresentadas neste relatório, não seriam no essencial modificadas caso não se verificassem os condicionamentos” (CIM, 2001: 3).

O relatório final da Comissão de Inquérito Ministerial apresenta um impressionante manancial de dados recolhidos e analisados em pouco mais de um mês. Não sendo minha intenção reproduzir integralmente o relatório, é importante salientar que, ao

⁴² Vogal do conselho de administração do Instituto das Estradas de Portugal e antigo chefe de gabinete de Maranha das Neves.

⁴³ De ora em diante, designa-se as referências ao relatório final da Comissão de Inquérito Ministerial pela sigla CIM.

⁴⁴ No âmbito das suas atividades a comissão efetuou diversas deslocações ao local e ouviu o testemunho de vinte e cinco pessoas com redução a escrito dos autos de inquirição e de outras três sem o formalismo de redução a escrito. Beneficiou, ainda, do auxílio do Instituto Hidrográfico para a realização de perfis transversais do leito do rio e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil para as inspeções às partes da ponte que não ruíram.

procurar apurar as circunstâncias e causas diretas e indiretas envolvidas no sinistro e ao identificar as medidas necessárias e convenientes para que um acontecimento desta natureza não se volte a repetir, a Comissão de Inquérito Ministerial aponta indiretamente os responsáveis pelo colapso da ponte.

Neste sentido, o relatório acentua a atenção que três atores já vinham recebendo por parte da comunicação social e que continuarão a receber nos inquéritos subsequentes: as entidades públicas responsáveis pela inspeção e conservação das obras de arte (a Junta Autónoma de Estradas e os institutos rodoviários que lhe sucederam), as empresas que operavam no rio Douro na extração de inertes, e as entidades responsáveis pela regulação da atividade de extração de inertes no rio Douro.

Num plano secundário encontra-se, por um lado, a Natureza, que assume a forma de um ano hidrológico particularmente severo que dá origem a cheias e, conseqüentemente, a um rio Douro cujo *rosto transtornado* se torna visível nas dificuldades que irão enfrentar os operacionais envolvidos nas operações de busca e resgate (Ezequiel e Vieira, 2001; Galhardo, 2002). Por outro lado, encontram-se as interferências do ser humano na Natureza, ou seja, as barragens do Torrão (rio Tâmega) e de Carrapatelo (rio Douro), ambas a montante da Hintze Ribeiro, e a barragem de Crestuma-Lever, a jusante da ponte.

Se na origem dos desastres se encontra sempre, por definição, um conjunto de circunstâncias diversas, o guião de interpretação das causas para o colapso parcial da Hintze Ribeiro escreve-se com base em três elementos recorrentes: 1) a inspeção

e conservação de obras de arte, 2) a extração de inertes no rio Douro e 3) a regulação da extração de inertes. Será igualmente sobre estes que me debruçarei com maior profundidade.⁴⁵

1.1.1. A ponte Hintze Ribeiro: inspeção e conservação das obras de arte e a hipótese de construção de uma nova ponte

Todas as pontes têm uma história. Nascimento, vida e morte.

A história da ponte Hintze Ribeiro contada no relatório final da Comissão de Inquérito Ministerial é a história das atividades de inspeção e manutenção de que esta foi objeto por parte de diversos organismos públicos e entidades privadas contratadas para o efeito. A mais antiga dessas atenções remonta a 1928 e a mais recente a 2001. Nesse intervalo, encontram-se todavia dois momentos que assumem particular relevo: 1) a inspeção subaquática aos pilares da Hintze Ribeiro, realizada em 1986 pela empresa privada Investigação e Técnica Submarina, Lda. (ITS), e 2) o projeto de “Reforço e Alargamento da Ponte de Entre-os-Rios”, realizado em 1987 pela empresa Escritório Técnico de Engenharia Civil, Lda. (ETEC).

Mas vejamos como se organiza a cronologia das intervenções na ponte Hintze Ribeiro (Anexo 5). Chamo a atenção para o facto de, na reconstrução dessa cronologia, para além das informações constantes do relatório final da Comissão

⁴⁵ A somar a estas três circunstâncias, encontra-se a hipótese, que nunca se desprenderá do plano das intenções, de construir uma nova travessia sobre o Douro. A importância desta circunstância apenas se tornará plenamente saliente quando o pendor da responsabilização começar a deslizar do plano técnico para o político. Adiante, abordarei esta questão.

Ministerial, recorri igualmente ao *Resumo Cronológico relativo à Ponte de Entre-os-Rios sobre o Rio Douro e Nova Ponte*, elaborado pela Engenheira Fernanda Ferreira dos Santos (Instituto para a Construção Rodoviária) a pedido da Comissão de Inquérito Ministerial (ICOR, 2001) e ao Acórdão do Tribunal de Castelo de Paiva de 2006 (ATCP, 2006).

Em 1919, a ponte foi dinamitada por ocasião da revolta monárquica do Norte, tendo sofrido danos no tramo extremo do tabuleiro do lado da margem esquerda, bem como num dos pilares (P6). Em março de 1926 foi elaborado um caderno de encargos para a reparação da ponte que foi concluída, em março de 1928, pela empresa Tecno Comercial Lda. (ICOR, 2001: 2). Cerca de trinta anos depois, em 1959, “terá sido realizada uma obra de alargamento da faixa de rodagem” (CIM, 2001). A partir desse momento, será necessário esperar outros trinta anos para que a ponte seja objeto de novas atenções ou, pelo menos, de inspeções e intervenções que deveriam ter alertado para o “crescente risco envolvido” (CIM, 2001).

Pelo destaque que irão assumir no processo de apuramento da *verdade* e, posteriormente, no processo-crime, tratarei das intervenções à ponte Hintze Ribeiro mais recentes levantadas pela Comissão de Inquérito Ministerial. Estas decorreram entre dezembro de 1986 e janeiro de 2001 e envolveram diretamente, a nível público, a Junta Autónoma de Estradas (JAE) e os três institutos que lhe sucederam⁴⁶ e, a nível privado, o Escritório Técnico de Engenharia Civil, Lda.

⁴⁶ O Instituto das Estradas de Portugal (IEP), o Instituto para a Construção Rodoviária (ICOR) e o Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICERR).

(EETEC)⁴⁷. Indiretamente, aparecem a empresa Investigação e Técnica Submarina (ITS), responsável pelas filmagens da inspeção subaquática das fundações submersas dos pilares da ponte em 1986, e a Consultores para Estudos de Geologia e Engenharia, Lda. (C G ) que, em 1988, procedeu à sondagens aos pilares e fundações dos pilares.

De acordo com a Comissão de Inquérito Ministerial, as intervenções mais recentes começam em junho de 1986, quando a Direção do Equipamento Hidráulico da Eletricidade de Portugal (EDP) envia um ofício   Direção dos Serviç os Regionais de Estradas do Norte (DSRE-Norte) solicitando autorização para depositar material aluvionar proveniente de escavações no âmbito das obras da barragem de Torrão, em fundões existentes junto aos pilares da ponte. Em julho de 1986, a DSRE-Norte remete para a Direção do Serviç o de Pontes (DSP) da JAE o ofício da EDP e solicita a sua apreciação (ICOR, 2001: 3). O técnico destacado pela DSP para avaliar o pedido da EDP, informa que “no seu entender, não havia inconveniente na deposição dos materiais desde que a mesma fosse feita com critério” (ICOR, 2001: 4).

Segundo a Comissão de Inquérito Ministerial, na sequência do pedido da EDP⁴⁸, a JAE adjudica   ITS a realização de uma inspeção subaquática das fundações

⁴⁷ A EETEC, Lda. celebrou com a JAE dois contratos administrativos, por ajuste direto e com dispensa de contrato escrito, o primeiro para elaboração do “Projeto de Reforço e Alargamento da Ponte de Entre-os-Rios” e o segundo para elaboração do “Projeto de Arranjos e Beneficiação da Ponte de Entre-os-Rios” (ATCP, 2006).

⁴⁸ Note-se que por essa altura, em setembro de 1986, a Direção de Estradas do Distrito do Porto (DED-Porto) envia um ofício   Direção do Serviç o de Pontes que “dava conta que o Chefe de Conservação da área do Porto comunicava que se notavam sinais de cedência de

submersas dos pilares da ponte. A inspeção foi realizada em dezembro de 1986 e o relatório, incluindo os registos das filmagens, remetidos à JAE (CIM, 2001: 11).

Assinale-se que uma cópia desses registos foi solicitada pela Comissão de Inquérito Ministerial junto do Instituto de Estradas de Portugal (IEP). No entanto, o IEP afirmou não encontrar esses registos nos seus arquivos. Melhor sorte teve o canal de televisão SIC que, a 13 de março de 2001, irá exibir essas filmagens subaquáticas num *Especial Informação* — sugestivamente intitulado “Porque caiu a Ponte?” — e fornecer uma cópia à Comissão de Inquérito Ministerial. Essas filmagens são, todavia, capitais, já que é com base nestas que, quer a Comissão de Inquérito Ministerial quer, posteriormente, a Comissão de Inquérito Parlamentar e os relatórios periciais, irão estabelecer a ausência de perceção do risco por parte da Direção do Serviço de Pontes da JAE e dos institutos que lhe sucederam. Todavia, ao contrário da Comissão de Inquérito Ministerial, a Comissão de Inquérito Parlamentar — espaço onde é mais notória a exploração política da crise à qual aludem Arjen Boin et al. (2008a; 2008b) — outorga maior relevância à inspeção subaquática de 1986, afirmando que logo nessa altura a “JAE poderia ter tido, mas não teve, a perceção do risco” (CIP, 2001: 38).

Pela importância que assume nos inquéritos Ministerial e Parlamentar e, posteriormente, nos relatórios periciais, importa abrir um parêntese para olhar

partes metálicas do tabuleiro, pelo que se tornava urgente proceder à necessária reparação, a fim de evitar a ocorrência de acidentes que poderiam ser graves. Solicitava-se nesse ofício que a DSPontes tomasse as providências adequadas dada a insuficiência de meios da DED-Porto” (ICOR, 2001: 3). É também por essa altura que começa a ser equacionada a beneficiação, reforço e alargamento da Hintze Ribeiro, facto que irá ter uma influência decisiva no desenrolar dos acontecimentos.

mais atentamente para o relatório da ITS relativo à inspeção subaquática dos pilares da Hintze Ribeiro. À guisa de contextualização política, recorde-se, previamente, que entre 1986 a 2001, no tempo anterior ao desastre, Portugal elege cinco Governos Constitucionais e atravessa dois períodos extremamente marcantes da vida política portuguesa: o cavaquismo (X GC, 1985-1987, Cavaco Silva, PSD; XI GC, 1987-1991, Cavaco Silva, PSD; e XII GC, 1991-1995, Cavaco Silva, PSD) e o guterrismo (XIII GC, 1995-1999, António Guterres, PS; e XIV GC, 1999-2002, António Guterres, PS).

Curiosamente, em ambos os períodos haverá uma crise política originada por uma ponte. A Ponte 25 de Abril e o chamado buzirão, durante o cavaquismo, e a queda parcial da Hintze Ribeiro, no final do guterrismo.

A inspeção subaquática de 1986

A inspeção subaquática centrou-se nas zonas mais profundas — sapatas⁴⁹ e enrocamento⁵⁰ — dos pilares P2, P3 e P4. Não existindo desenhos de projeto ou de construção da ponte, o relatório é acompanhado de esboços não dimensionados de cada um dos pilares que serviram para apontar para a configuração das zonas inspecionadas e assinalar as observações consideradas anómalas. Relativamente à descrição do pilar P4, que haveria de ruir, relataram os mergulhadores que:

⁴⁹ A sapata define o tipo de fundação direta de uma construção, constituída por um maciço de alvenaria ou betão armado.

⁵⁰ Revestimento que serve de fundação, utilizando pedras de grande dimensão, servindo de base ao massame.

“Contrariamente ao observado nos pilares precedentes [P2 e P3], este não apresenta qualquer banquetta de enrocamento protetor em toda a sua volta, enterrando a sapata diretamente no leito do rio, constituído por areia grossa ou gravilha. Igualmente não existe distinção em diâmetro da sapata base ao fuste⁵¹.

Como nos casos anteriores, o mergulhador desceu junto do topo de jusante, constatando-se:

- . Que o fundo se encontra à profundidade.
- . Afastou-se até cerca de 12 metros do pilar para jusante não encontrando vestígios de pedra de enrocamento ou de rocha natural de fundo (apenas areia ou gravilha). A essa distância a profundidade aumentou para 16 metros.
- . As profundidades junto da base, ao nível da areia, são a Norte de 14 metros e a montante de 15 metros o que revela uma situação de certo modo, inversa à dos pilares n.ºs 2 e 3.
- . Finalmente, subindo, encontrou-se à profundidade de 7 metros e bem definida em toda a sua volta, a linha de separação do ferro da cofragem da base e a alvenaria do fuste. O ferro encontra-se em bom estado, apenas com pequenos nódulos de ferrugem em vários pontos e não é desagregado pela faca. Apenas do lado jusante se conseguiu arrancar um pedaço na borda superior, com cerca de 1 dm², mas o betão por baixo encontra-se em bom estado” (ITS, 1986: 3-4).

Na imagem abaixo, reproduz-se o esboço que integra o relatório da ITS, Lda.

⁵¹ O fuste define o corpo de uma coluna, situado entre o capitel — coroamento do fuste de uma coluna, nos quais se apoiam os arcos ou vigas da construção — e a base — elemento estrutural de uma construção que transmite diretamente as cargas ao solo.

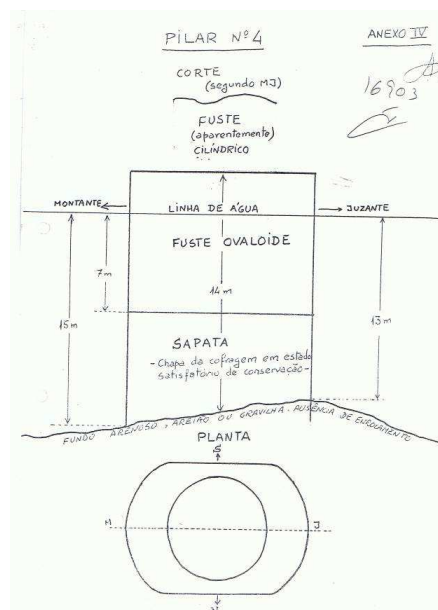


Imagem 4. Esboço do pilar P4

Fonte: ITS, 1986, Anexo IV

Perante as observações realizadas aos pilares P2, P3 e P4, os signatários do relatório concluem que, primeiro, “a obra demorou tempo a edificar e o intervalo de tempo na construção dos pilares foi grande, permitindo aplicar novas técnicas e materiais” e, segundo, que “na data da construção o traçado do leito do rio era diferente do atual, assim como os respetivos caudais, o que levou a uma técnica de construção diferente de pilar para pilar.” Na sequência, expressam a opinião de que “uma reparação nas sapatas base dos pilares n.ºs 2 e 3 seria vantajosa, com uma solução viável e a estudar pelas entidades competentes. Igualmente uma proteção em banquetas de enrocamento ao pilar n.º 4 e eventualmente ao n.º 5 (não inspecionado), seria aconselhável”.

O que sucedeu, então, aos resultados da inspeção subaquática cujo relatório — endereçado ao Engenheiro Soares Ribeiro, da Divisão de Conservação da Direção do Serviço de Pontes (DSP-DCs) — deu entrada, pela mão do Engenheiro Adjunto

Jorge Pessoa Barreiros Cardoso, na Direção do Serviço de Pontes a 5 de janeiro de 1987?

“Em janeiro de 1987 foi elaborada na JAE uma informação interna sobre os resultados da inspeção. Nesta informação é evidenciada a existência de fortes fenómenos de erosão do leito junto aos pilares centrais da ponte.⁵² Em fevereiro de 1987, tendo em consideração os resultados da inspeção, a JAE, através da sua Direção dos Serviços de Pontes, entendeu que a EDP não devia ser autorizada a colocar material aluvionar no leito junto aos pilares, uma vez que se equacionava a próxima realização de um estudo relativo à beneficiação, alargamento e reforço da ponte. Com efeito, na sequência de um ofício de abril de 1986 remetido à JAE pelo Coordenador do Projeto de Navegabilidade do Douro no qual se chamava a atenção para o previsível aumento de tráfego decorrente da exploração do porto fluvial de Sardoura, a JAE começou a ponderar a viabilidade da realização de obras de beneficiação, alargamento e reforço da ponte” (CIM, 2001: 12).

A 11 de março de 1987, a Direção do Serviço de Pontes da JAE (Ofício 486/DSP-DCs) convida a ETEC a apresentar uma proposta para a elaboração dos estudos de projeto de “Reforço e Alargamento da Ponte de Entre-os-Rios” (LNEC/FCTUC,

⁵² A informação interna (Informação n.º5/87/DSP-DCs), assinada pelo Engenheiro Barreiros Cardoso e com a data de 13 de janeiro de 1987, ressalta que: “As profundidades detetadas foram de certo modo uma surpresa. Prova-se, contudo, que na zona dos três pilares é o local onde a corrente se faz sentir com grande intensidade e onde igualmente em tempos de cheias as infraescavações são mais agressivas. A forma das sapatas está de acordo com a necessidade de causarem menor perturbação à corrente, servindo, como ‘talhamares’ para assim assegurarem uma melhor resistência à impetuosidade das correntes. O enrocamento devia existir de forma idêntica ao redor das sapatas e não como se verifica. Tal facto, deve-se, em nosso entender, às alterações a que o regime do Rio tem tido [ilegível], à impetuosidade das correntes nos períodos de cheia e igualmente às alterações a que se encontra sujeito o regime do Rio, em consequência da extração de material sólido e da forma como esta se tem processado”. Fica por saber-se *de que forma* era extraída a areia.

2004: 46) e em 9 de junho de 1988, por despacho do então Vice-Presidente da JAE, Engenheiro José Luís Rangel Lima, é adjudicado à ETEC, por ajuste direto e sem contrato escrito, e com base na proposta de 14 de março de 1988 daquela firma, o “Projeto de Reforço e Alargamento da ponte de Entre-os-Rios” (Proposta 58/88/DSP-DCs) (ATCP, 2006). O principal objetivo pretendido com a elaboração dos estudos encomendados pela JAE à ETEC “consistia num projeto de modificação da estrutura [da ponte], visando o reforço e alargamento da ponte existente” (LNEC/FCTUC, 2004: 46). Note-se que, em abril de 1987, os resultados da inspeção subaquática das fundações já tinham sido remetidos a esta empresa.

Em agosto de 1988, a ETEC envia o “Estudo Prévio de Alargamento e Reforço”, incluindo um relatório parcial preliminar das sondagens geotécnicas então em curso.⁵³ O estudo prévio, elaborado em coautoria por Carlos António Santos de Moraes Guerreiro e José António Fonseca da Mota Freitas, apontava claramente para a opção de construção de uma nova ponte, reservando-se a utilização exclusiva da Hintze Ribeiro para o tráfego de peões e veículos ligeiros. O relatório da

⁵³ A 30 de setembro de 1988, a empresa ETEC, Lda. envia um ofício à Direção do Serviço de Pontes no qual dá conta dos resultados finais das sondagens efetuadas pela Consultores para Estudos de Geologia e Engenharia, Lda. (CÊGÊ). Segundo o *Resumo Cronológico relativo à Ponte de Entre-os-Rios sobre o Rio Douro e Nova Ponte* (ICOR, 2001: 13): “Referia-se que o facto mais relevante que ressaltava do Relatório era que os pilares 2, 3, 4, e 5 estariam fundados nas aluviões do fundo do rio Douro, que se apresentavam com espessuras não determinadas para além dos 5 metros, dada a inviabilidade de continuação dos trabalhos de prospeção sem mudança das máquinas de serviço. Assim, estava-se perante um caso evidente de fundações que, embora aparentemente estáveis até à data, poderão não vir a permitir a utilização de infraestruturas nela apoiadas quando solicitadas por ações diferentes das então suportadas, dada a impossibilidade de avaliar o seu comportamento futuro relativamente a novas condições de cargas de valor bastante superior”.

Comissão de Inquérito Ministerial não explicita as razões que justificam as recomendações da ETEC, pelo que recorro às respostas aos quesitos do Tribunal de Castelo de Paiva elaborados em conjunto pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil e pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (LNEC/FCTUC, 2004: 48ss.):

“As justificações apontadas para a construção de uma nova ponte prendem-se sobretudo com os custos de reforço e reparação da existente, principalmente tratando-se da variante que inclui o alargamento do tabuleiro, com a necessidade de interromper o trânsito durante um determinado período das obras e com a necessidade de consolidar as fundações que, na opinião dos projetistas, deveria ter custos da *ordem de dezenas de milhar de contos*.

[...]

As razões para a reserva da ponte existente ao trânsito de ligeiros e peões não são claramente explicitadas no estudo prévio. No entanto, da análise do estudo pode concluir-se que a sugestão de reserva a ligeiros e peões se deveria a que a nova ponte poderia ter a sua largura reduzida em cerca de 60 cm por via da redução da largura dos passeios, que passariam a ser unicamente passadiços de recurso. Privilegiava-se assim o tráfego de veículos pesados na nova ponte, enquanto que na ponte existente se privilegiaria o tráfego de ligeiros e peões. Assim, a sugestão aparece mais como uma solução global de gestão de tráfego do que como uma proposta específica para a ponte existente.”

A opção pela construção de uma nova ponte a montante da Hintze Ribeiro, embora permanecesse no campo das hipóteses, não veio a ter seguimento até à data do colapso da Hintze Ribeiro. Abro aqui um novo parenteses para abordar a questão da nova ponte sobre o Douro que, embora tivesse chegado a ser objeto de concurso (com ato público em julho de 1993), não se chegou a concretizar.

A hipótese de uma nova ponte

A ideia para a construção de uma nova ponte no rio Douro remonta, pelo menos, a abril de 1986 quando o coordenador do Gabinete de Navegabilidade do Douro envia um ofício à Direção dos Serviços Regionais de Estradas do Norte (DSRE-Norte) no qual dá conhecimento de “novos factos, relacionados com a exploração do Porto Fluvial de Sardoura, cujo início estava previsto se não para o verão de 1987, pelo menos para o verão de 1988, que poderiam provocar grande perturbação no trânsito de atravessamento de Entre-os-Rios e da ponte sobre o Douro face ao aumento do volume de tráfego” (ICOR, 2001: 2). Na sequência desse ofício, fica decidido que a Direção do Serviço de Pontes deveria promover o estudo de reforço e alargamento da Ponte e a DSRE-Norte o estudo de viabilidade da Variante a Entre-os-Rios (*Idem*).

Em abril de 1988, a presidência da JAE elabora um memorando sobre os *Acessos ao Porto Fluvial de Sardoura (Rio Douro)*, no qual refere que:

“[N]a sequência de vários contactos com o Gabinete de Navegabilidade do Douro [— que tem o Engenheiro Daniel Pinto da Silva (falecido em 2005), primeiro, como coordenador e, depois, como Presidente da Comissão Diretiva —], se tinha acordado que a JAE implementaria os estudos e respetivas obras de alargamento e beneficiação da Ponte de Entre-os-Rios, sobre o rio Douro, e das variantes às EENN [Estradas Nacionais] 108 e 224. Referia-se que ambos os estudos estavam em fase de início, pelo que o tráfego que irá utilizar o Porto de Sardoura em meados desse ano, terá de circular pelo acesso provisório à atual EN [Estrada Nacional] 224 e que, no que diz respeito à Ponte de Entre-os-Rios, os respetivos trabalhos nunca interromperiam o tráfego. Finalmente, informa-se que os trabalhos de alargamento e

beneficiação ou de, eventualmente, uma nova ponte, se iniciarão no 1º semestre de 1989 e os das variantes em 1990” (ICOR, 2001: 11).

No final da década de 80, em 1988 mais precisamente, subsistia, ainda, a irresolução relativamente à construção de uma nova ponte ou à beneficiação e alargamento da Hintze Ribeiro. A Informação da Direção de Serviços de Ponte n.º 252/88/DSP-DCs, de 6 de setembro de 1988, apresenta o resultado dos estudos até então desenvolvidos sobre o projeto da ponte.

“Basicamente haviam sido estudadas duas hipóteses: beneficiação da ponte atual e possibilidade de execução de uma ponte nova. Da análise dos resultados obtido pelo estudo aprofundado sobre o estado atual da estrutura, e tendo em atenção a largura do tabuleiro necessária para respeitar as características do perfil transversal a considerar nas variantes, concluía-se que, qualquer que fosse a conceção que se pudesse vir a adotar no alargamento da atual estrutura, teria que ter sempre em conta o estado pouco abonatório dos atuais elementos metálicos, o reforço dos pilares, tanto ao nível das fundações como no seu encabeçamento, e as limitações do perfil transversal. Relativamente à abordagem efetuada para uma nova ponte, previa-se uma conceção em betão armado pré-reforçado, tendo sido estudadas duas localizações possíveis, correspondendo a solução a montante um traçado mais económico, para além de melhor servir a zona em questão. Na informação eram apresentadas as estimativas de custo associadas à solução de aproveitamento da ponte existente e à construção de uma ponte nova. Concluía-se que a solução mais lógica era efetivamente a de construir uma nova ponte” (ICOR, 2001: 12-3).

A idêntica conclusão chega um técnico não identificado da JAE numa informação ao Presidente da JAE de 16 de março de 1989 (Informação n.º 89/89/DSP-DCs) (ICOR, 2001: 14). Nessa sequência,

“[O] despacho superior exarado na Informação 89/89/DSP-DCs [...] era no sentido da Divisão de Projetos da DSPontes lançar um projeto da nova ponte e a Divisão de Conservação da DSPontes elaborar ou mandar elaborar um estudo de beneficiação da atual ponte, nomeadamente do seu tabuleiro” (ICOR, 2001: 15).

Em 1993, como se verá, depois de concluídas as obras de beneficiação do pavimento do tabuleiro da Hintze Ribeiro, a DSP dirige um convite a três gabinetes projetistas para a realização do projeto da nova ponte — o Engenheiro Armando Marques Rito, a ETEC e a TRIEDE, SA. — sendo o projeto adjudicado à ETEC. O “Estudo Prévio da Ponte” é entregue em agosto de 1994, aprovado pelo Vice-Presidente da JAE em dezembro desse ano, e a ETEC informada em janeiro de 1995 que poderia passar à fase de “Projeto de Execução” (ICOR, 2001: 22). A versão final do “Projeto de Execução” é entregue em fevereiro de 1997 e aprovado pelo Vice-Presidente da JAE em fevereiro de 1998. Este é o último registo oficial relativo à nova ponte sobre o Douro constante do *Resumo Cronológico relativo à Ponte de Entre-os-Rios sobre o Rio Douro e Nova Ponte* (ICOR, 2001). Mais adiante, quando da análise do relatório final da Comissão de Inquérito Parlamentar, voltarei à questão da nova ponte.

Retomando a cronologia da Comissão de Inquérito Ministerial, em abril de 1989 a JAE toma a decisão de lançar o respetivo projeto e promover a elaboração de um estudo de beneficiação da ponte existente (CIM, 2001: 12).

Em maio de 1989, a ETEC é encarregada pela JAE de elaborar um estudo de “Arranjos e Beneficiação da Ponte de Entre-os-Rios” destinado a apresentar os melhoramentos a introduzir na ponte Hintze Ribeiro no sentido de a manter em condições de servir o tráfego por um período não inferior a seis anos, período durante o qual seria construída a nova travessia sobre o Douro (Ofício 767 da DSP, 9 de maio de 1989). O estudo dos “melhoramentos a efetuar na ponte, de modo a recuperar e manter em condições de operacionalidade, face ao intenso tráfego rodoviário que a solicita” (ICOR, 2001: 15), da autoria de Carlos António Santos de Moraes Guerreiro, foi entregue à DSP em julho de 1989 (Ofício 4164 CG/ME). As beneficiações preconizadas consistiam na beneficiação do pavimento, na limpeza e pintura da estrutura metálica do tabuleiro e na beneficiação dos aparelhos de apoio. Beneficiações, em suma, cosméticas.

“As obras de beneficiação do pavimento [a cargo da CONDURIL] foram efetivamente realizadas em abril e maio de 1990, tendo implicado o encerramento temporário da ponte ao tráfego.⁵⁴ Quanto aos trabalhos de limpeza e pintura da estrutura metálica do tabuleiro e de beneficiação dos aparelhos de apoio, embora tivessem chegado a ser objeto de concurso (com ato público em agosto de 1990, mas anulado em dezembro do mesmo ano), nunca vieram, tanto quanto é do conhecimento da Comissão de Inquérito, a ser concretizados” (CIM, 2001: 13).

Nas respostas aos quesitos por parte da dupla LNEC/FCTUC (2004), é possível obter mais pormenores relativamente ao estudo de “Arranjos e Beneficiação da

⁵⁴ As câmaras municipais de Penafiel e de Castelo de Paiva assumem posições distintas relativamente ao encerramento temporário da Hintze Ribeiro, com a primeira a dar o seu acordo e a segunda, a “pronunciar-se desfavoravelmente ao encerramento da ponte ao tráfego” (ICOR, 2001: 17) e insistindo na urgência de construção da nova ponte (*Idem*).

Ponte de Entre-os-Rios” e às obras de beneficiação que lhe sucederam, introduzindo-se aqui uma distinção importante entre *segurança estrutural* e *segurança para a circulação rodoviária* da ponte Hintze Ribeiro. Esta distinção é duplamente importante na medida em que permite, primeiro, precisar a ausência de percepção técnica do risco como sendo relativa à segurança estrutural da ponte e, segundo, precisar se os técnicos sobre os quais virá a ser deduzida acusação no processo criminal possuíam ou não, na altura do colapso do pilar, informações e conhecimentos que lhes permitiam ter percecionado essa insegurança estrutural.

“Nesse estudo, baseado no estudo prévio anterior, [...] é analisada de forma qualitativa a capacidade resistente da superestrutura, bem como as suas condições de conservação e dos respetivos aparelhos de apoio, indicando trabalhos de conservação e beneficiação a efetuar. É referido que, embora os cálculos apresentados no estudo prévio apontem para um subdimensionamento das longarinas e carlingas de acordo com o estipulado pelo Regulamento de Segurança e Ações em Edifícios e Pontes, nomeadamente no que se refere a ações provenientes do veículo tipo da Classe I, não se detetaram avarias provenientes deste facto, que justifiquem obras de reforço. Por outro lado, dado não ter sido analisada a estabilidade dos pilares e fundações não pode ser considerado como um estudo de estabilidade da estrutura [...]. [Assim,] [c]onsiderando o pedido da JAE como sendo relativo à segurança para a circulação de veículos e não à segurança estrutural, as beneficiações propostas parecem ser as adequadas à conservação do tabuleiro e faixa de rodagem, repondo as condições de utilização da ponte” (LNEC/FCTUC, 2004: 50).

À pergunta formulada pelo Tribunal de Castelo de Paiva aos peritos de Lisboa e de Coimbra sobre a existência de erros, vícios ou omissões suscetíveis de colocar em causa a segurança e estabilidade da ponte nos estudos realizados pela ETEC para

determinar as melhorias a introduzir na ponte Hintze Ribeiro (“Estudo Prévio de Reforço e Alargamento” e “Estudo de Arranjos e Beneficiação da Ponte de Entre-os-Rios”), respondem os peritos de forma clara:

“Os estudos solicitados [...] pela Direção de Serviço de Pontes, Divisão de Conservação (DSP-DCs) e elaborados pela ETEC, Lda. padecem do erro de omissão relativa à verificação da segurança estrutural da ponte, nomeadamente no que aos pilares e fundações diz respeito. Antes e durante o estudo prévio realizado pela ETEC, Lda. para o reforço e alargamento da Ponte Hintze Ribeiro foram coligidas informações importantes relativas ao estado de conservação geral da ponte, em especial no que aos pilares e fundações dizia respeito (filmagens ITS e sondagens CêGê). Dado que se tinham detetado algumas deficiências potencialmente determinantes das condições de estabilidade tanto na superestrutura (carlingas e longarinas) como nas fundações (fundação em aluviões, deterioração dos caixões de fundação, inexistência de enrocamento do pilar P4, nível anormalmente baixo do fundo do rio junto aos pilares P2, P3 e P4) seria de esperar que o estudo prévio elaborado num contexto de alargamento/reforço da ponte fosse encarado, tanto pelo dono-de-obra como pelo projetista de forma mais cuidada. Pelo dono-de-obra na medida em que deveria ter feito evoluir, sem ambiguidades, o estudo prévio feito para um projeto definitivo de reforço da estrutura existente, no qual o problema das fundações seria inevitavelmente encarado. Pelo projetista na medida em que o conhecimento das condições de fundação que acumulara na elaboração do estudo prévio deveria ter sido refletido no estudo que seguidamente apresentou” (LNEC/FCTUC, 2004: 52).

Apesar dos peritos de Lisboa e de Coimbra serem mais precisos nos termos e de introduzirem mais informações factuais, tanto estes como os responsáveis pelo relatório da Comissão de Inquérito Ministerial chegam a idêntica conclusão: uma

ausência de percepção técnica relativamente à estabilidade estrutural da ponte e uma presença de informação técnica que deveria ter alertado para esse facto.

Retomando novamente a cronologia das intervenções avançada pela Comissão de Inquérito Ministerial, em julho de 1998 a Direção de Estradas do Distrito do Porto solicita à Direção de Serviço de Pontes da JAE uma inspeção à ponte Hintze Ribeiro (Ofício n.º 2834) que virá a ser realizada ainda nesse mês. No relato dessa inspeção — uma inspeção visual de rotina realizada pelo Engenheiro Manuel Lourenço Rosa Ferreira, direcionada apenas para a questão da segurança rodoviária na circulação de veículos e peões sobre o tabuleiro da ponte (ATCP, 2006) — são feitas referências ao estado do pavimento, juntas de dilatação e órgãos de drenagem, são propostas obras de reparação do pavimento (CIM, 2001) e “o estudo de beneficiação e alargamento da ponte em virtude do tráfego pesado ser intenso, feito sem segurança das pessoas e provocando sistematicamente a deterioração dos passeios” (ICOR, 2001: 25).

Uma vez mais, nos quesitos elaborados pelo Tribunal de Castelo de Paiva aos peritos do LNEC e da FCTUC procura saber-se se tal inspeção teria permitido identificar sinais de perigo para a estabilidade da ponte. Os peritos respondem da seguinte forma:

“Poderia identificar tais sinais se tivesse sido requerida inspeção à estrutura e em especial às fundações. Não é isso que se depreende da leitura do referido ofício. Dessa leitura depreende-se uma preocupação de segurança fundamentalmente rodoviária, em particular da situação resultante da

circulação de rodados dos camiões sobre os passeios” (LNEC/FCTUC, 2004: 53).

Em abril de 2000, no âmbito do “concurso público para a execução da empreitada da conduta adutora da estação de tratamento de água de Castelo de Paiva a Entre-os-Rios e travessia do rio Douro”, lançado pela empresa Águas do Douro e Paiva⁵⁵, foi apresentado por um Consórcio o projeto base de uma proposta variante à proposta base (na qual o atravessamento do rio pela conduta era feito com suporte no leito), que consistia no aproveitamento dos pilares da ponte para suporte de uma estrutura metálica onde a conduta se apoiaria. Na memória descritiva da proposta variante são feitas várias considerações ao estado de conservação da ponte, concluindo-se que:

“[O] tabuleiro se encontrava em razoáveis condições estruturais mas em condições de conservação deficientes, [...] [a]s peças metálicas que constituem a estrutura do tabuleiro não apresentava problemas graves e o estado de conservação das superfícies era deficiente, com sinais de corrosão evidentes que, a prazo, poderiam vir a comprometer a própria segurança estrutural. Relativamente aos encontros, era referido que o estado de conservação do encontro da margem esquerda era não mais do que razoável, tendo já sido objeto de uma intervenção de estabilização dos muros de avenida. O encontro da margem direita não aparentava os mesmos sintomas, provavelmente por ser bastante mais baixo. Sobre os pilares, referia-se que os mesmos se encontravam em muito bom estado de conservação. Não se observavam deslocamentos no tabuleiro indiciadores de problemas nas fundações, fendas abertas ou fissuras nos elementos da cantaria. [...] Localmente, na sua parte superior, alguns pilares apresentavam um pior estado da superfície, motivado fundamentalmente pela posição de alguns tubos de queda de águas fluviais do tabuleiro. O estado de conservação dos aparelhos de

⁵⁵ Criada pelo Decreto-Lei n.º 116/95, de 29 de maio de 1995.

apoio e juntas de dilatação merecia também referência [...], mencionando-se ser francamente deficiente, situação que se fazia sentir em especial nos tramos extremos, cujos aparelhos de apoio haviam deixado, de todo, de cumprir o seu papel” (ICOR, 2001: 26).⁵⁶

Em outubro de 2000, o Instituto para a Construção Rodoviária (ICOR) informa a Águas do Douro e Paiva de que não tinha objeções à proposta variante, solicitando contudo o envio do “Projeto de Execução” para confirmação dos pressupostos constantes do “Projeto Base”.

Em março de 2001, o Núcleo de Gestão de Obras de Arte para Lisboa e Sul do ICERR envia um fax (165/01) a Vítor Batista, administrador do ICERR, no qual informa que a 5 de janeiro desse ano tinha sido realizada uma vistoria — aquela que será a última — à Hintze Ribeiro pelo facto de o coordenador daquele Núcleo ter tomado conhecimento “da existência de eventuais ‘buracos’ no pavimento” (ICOR, 2001: 27). Trata-se de uma inspeção visual, também ela realizada pelo Engenheiro Manuel Lourenço Rosa Ferreira. Nesta inspeção, é constatada a inexistência de buracos no pavimento, sendo detetadas apenas a existência de algumas deformações no mesmo resultantes das deformações das chapas metálicas que apoiam sobre as vigas e longarinas, não tendo sido detetadas movimentos das juntas de dilatação que indiciassem qualquer problema nos pilares, encontrando-se os guarda corpos alinhados, não denotando deformação transversal do tabuleiro (ATCP, 2006).

⁵⁶ Vistoria efetuada pelo Professor Doutor António Manuel Barbot Campos e Matos cujos resultados constam do Projeto apresentado no âmbito do concurso público para a execução da empreitada da conduta adutora da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Castelo de Paiva e Entre-os Rios e travessia do Douro.

A Comissão de Inquérito Ministerial encerra o ponto relativo aos antecedentes da ponte, mencionado a existência de um grande número de documentos, na sua maior parte provenientes da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, em que se chama a atenção de diversas entidades para questões de segurança da ponte em matéria de circulação rodoviária e para a necessidade de construção de uma nova ponte.⁵⁷ No entanto, realça claramente que:

“[N]ão resulta desses documentos, nem dos depoimentos prestados nos autos, que tivesse sido feito algum aviso ou chamada de atenção sobre evidências ou indícios de deficiência de condições de segurança estrutural [da ponte]” (CIM, 2001: 14).

Na mesma linha, a Comissão de Inquérito Parlamentar irá referir que:

“[A]s insistentes e continuadas chamadas de atenção realizadas, designadamente pela Câmara Municipal de Castelo de Paiva, quanto à segurança da Ponte de Hintze Ribeiro estavam relacionadas apenas com questões de segurança em matéria de circulação rodoviária, nunca tendo sido colocada em causa a segurança estrutural da ponte” (CIP, 2001: 37).

⁵⁷ Na verdade, o Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva irá entregar mais de cem documentos à Comissão de Inquérito Ministerial. Um desses documentos é uma carta enviada a 5 de novembro de 1998 a diversas entidades (Ministro do Equipamento Social, Secretário de Estado das Obras Públicas, Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Presidente da JAE, Grupos Parlamentares do PSD, PP, CDU e PS, Sociedade Águas do Douro e Paiva, Diretor do Instituto de Navegabilidade do Douro e Presidente da Câmara Municipal de Penafiel), na qual dá conta do facto de a ponte, com mais de 100 anos de existência, não oferecer as mínimas condições de segurança.

Esta será, aliás, uma das críticas recorrentes ao Presidente da Câmara de Castelo de Paiva, Paulo Teixeira.⁵⁸

1.1.2. O rio Douro: extração de inertes, barragens e cheias

No ponto anterior, a ponte Hintze Ribeiro assume total protagonismo para apontar as responsabilidades, por um lado, das entidades públicas a cargo de quem se encontrava a inspeção e conservação das obras de arte em Portugal e, por outro, das entidades privadas que tiveram um papel relevante nessa matéria. Neste ponto, cabe ao rio Douro todo o protagonismo, desta feita, para apontar as potenciais influências das barragens, das cheias, dos agentes que operavam na atividade de extração de inertes e das entidades responsáveis pela regulação dessa atividade na albufeira de Crestuma-Lever.⁵⁹

⁵⁸ A título de exemplo, o Presidente da Junta de Freguesia da Raiva, António dos Santos Rodrigues, que responsabiliza Paulo Teixeira pelo facto de não ter encerrado a ponte. Um argumento retomado pelo Presidente do Serviço Nacional de Proteção Civil. Mais duro será José Mota, Presidente da Federação Distrital de Aveiro do PS, que, segundo Helena Pereira (2001), numa crítica ao Primeiro-Ministro por ter delegado as funções de representação nas cerimónias fúnebres em Paulo Teixeira quando essas deviam ser assumidas pelo Governador Civil de Aveiro, manifesta incompreensão perante os ataques ao Governador Civil e solidariza-se com ele.

⁵⁹ A Albufeira de Crestuma-Lever “nasce 1985 com a entrada em funcionamento da barragem com o mesmo nome, localizada no troço final do Rio Douro nos municípios de Gondomar e Vila Nova de Gaia [a jusante da Hintze Ribeiro]. É classificada como albufeira de águas públicas de ‘utilização livre’, pelo Decreto Regulamentar n.º 2/88, de 20 de janeiro, tendo uma capacidade total de armazenamento de cerca de 110 hm³ e uma superfície inundável, no nível pleno de armazenamento, de 1.298 ha.. Integrada na estratégia das décadas de 50 e 60, a barragem de Crestuma-Lever é o aproveitamento hidroelétrico mais a jusante do Rio Douro, na sequência de um conjunto de obras que se estendem para montante até Miranda: Crestuma-Lever, Carrapatelo, Régua, Valeira e Pocinho, no Douro nacional, e Bemposta, Picote e Miranda já no trecho do Douro internacional” (Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever, 2010).

Talvez, então, se deva precisar que o rio Douro é apenas um ator secundário. Uma sepultura e não um assassino, nas palavras de Salazar Galhardo (2002: 26), “por que isso foram-no os homens”. Se, de acordo com alguns relatos da comunicação social, há familiares que deixaram de consumir o peixe do rio Douro (Faria, 2011a), nas entrevistas encontrei uma outra visão.

“O rio não tem culpa nenhuma. Às vezes, quando estão aqueles dias chuvosos e o rio fica assim acastanhado, olho para o rio e lembro-me do percurso que a minha [familiar] fez. Ela passou ali [aponta para o rio]. Não tenho mágoa com o rio.” (Isabel Correia, Familiar de vítima, Entrevista, 10.05.2012)⁶⁰

Mais do que um ator secundário, o rio Douro aparece como saqueado. Objeto de uma pilhagem que começa na sua corrente e termina no seu leito.

A ponte Hintze Ribeiro localizava-se a cerca de 500 metros a jusante da confluência do rio Tâmega, sendo o regime de escoamento do rio no local da ponte influenciado pela existência de três barragens: Carrapatelo (Douro, em funcionamento desde 1972 e situada a 18 quilómetros a montante da ponte), Crestuma-Lever (Douro, em funcionamento desde 1985 e situada a 32 quilómetros a jusante da ponte) e Torrão (Tâmega, em funcionamento desde 1988 e situada a cerca de 3 quilómetros a montante da confluência com o Douro) (Imagem 5).

⁶⁰ Todos os nomes dos/as entrevistados/as foram alterados para assegurar o anonimato.



Imagem 5. Mapa adaptado da localização das barragens do Douro

Fonte: Comissão Nacional Portuguesa das Grandes Barragens

Da análise batimétrica, a Comissão de Inquérito Ministerial conclui que “nos últimos trinta anos o perfil longitudinal do leito do rio, ao longo do que é agora a albufeira da barragem de Crestuma, sofreu um forte e generalizado abaixamento” (CIM, 2001: 17), situação que se verifica igualmente na secção da ponte na parte central do rio (Figura 2. A seta assinala o último levantamento realizado pelo Instituto Hidrográfico a 14 de março de 2001).

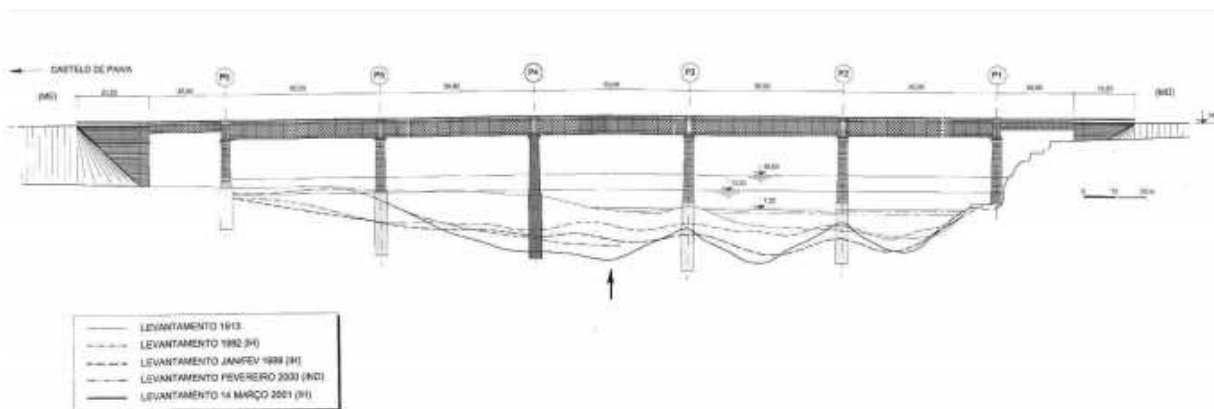


Figura 2. Esquema longitudinal da Ponte Hintze Ribeiro com evolução do nível do leito do rio entre 1913 e 2001

Fonte: Silva, 2008: 173

Na origem do abaixamento do leito do rio, a Comissão aponta a concorrência de dois factores: 1) as atividades de extração de inertes do leito do rio e 2) a redução

da alimentação de caudal sólido provocada pela retenção de sedimentos nas albufeiras existentes no rio Douro e afluentes.

“[Porém, n]ão foi possível à Comissão de Inquérito determinar a importância relativa destes dois factores, pois tal avaliação necessitaria de um estudo aprofundado e complexo cujo desenvolvimento não era compatível com o prazo existente. Tal estudo defrontar-se-ia, aliás, com dificuldades de monta, a começar pela ausência de informação de base, nomeadamente a que se refere aos volumes de inertes extraídos e à medição da retenção de sedimentos nas albufeiras. A importância da atividade de extração de inerte está patente na irregularidade do perfil longitudinal do leito do rio na albufeira de Crestuma, claramente indiciadora de uma intensa atividade daquele tipo. No entanto, deve ser mencionado que os efeitos da extração de inertes não se fazem sentir apenas localmente, uma vez que provocam fenómenos de erosão remontante e podem também originar, por deficiência de alimentação, efeitos a jusante” (CIM, 2001: 19).

A extração de inertes

Embora no acórdão que absolveu os arguidos pronunciados se refira que os alertas anónimos e oficiais relativamente à extração de inertes datam de, pelo menos, 1979, a Comissão de Inquérito Ministerial situa-os em abril de 1989, altura em que a Secção de Hidráulica do Porto⁶¹, da Direção dos Serviços Regionais de Hidráulica do Douro, envia ao Chefe de Divisão de Conservação da Direção do Serviço de Pontes um ofício no qual informa “ter tido conhecimento de que haviam recentemente sido efetuadas sondagens nos pilares da ponte, pelo que solicitava cópia do que lá se tinha encontrado. Este pedido relacionava-se com o possível abaixamento do leito do rio devido à extração de inertes” (ICOR, 2001: 14).

⁶¹ Secção criada pelo Decreto-Lei 112/80, de 12 de maio de 1980.

Em julho de 1990, novo alerta oficial, com um técnico da Direção de Serviço de Pontes a elaborar uma informação (n.º 282/90/DCs)

“na qual chamava a atenção para os problemas relacionados com a extração de grande quantidade de inertes que se verificava junto à ponte, na margem esquerda, a montante, que se transportava em condições inadequadas, com tonelagem a mais do que a regulamentar, que traziam consequências graves para o pavimento e para a drenagem da ponte” (ICOR, 2001: 19).

Em 2000, na sequência de uma carta de António José da Silva⁶² endereçada ao Ministro de Equipamento Social na qual manifesta a sua apreensão relativamente aos efeitos da extração de inertes na estabilidade da ponte. Consequentemente,

“a DED-Porto analisou a exposição, em resultado da qual iria, logo de seguida, enviar um ofício à Direção Regional do Ambiente-Delegação do Norte, solicitando uma intervenção daqueles Serviços, com o objetivo de serem fiscalizadas e disciplinadas as atividades de depósito de areias e godos extraídos do leito do rio e de seleção deste tipo de materiais, as quais estavam a provocar uma imagem bastante desagradável da margem esquerda do rio, junto à ponte, e ainda de ser notificada a empresa que se encontrava a trabalhar naquele local para que, com a maior rapidez, procedesse à remoção das areias encostadas ao pilar referido na exposição” (ICOR, 2001).

Parece-me importante acompanhar os trâmites burocráticos que a dita exposição seguiu: a 22 de setembro, o Gabinete do Ministro do Equipamento Social envia um

⁶² A carta é escrita sob pseudónimo. O nome verdadeiro do autor é Albino Silva Pereira, residente em Rio Tinto, que será ouvido pela Comissão de Inquérito Ministerial a 16 de março de 2001.

ofício ao Chefe de Gabinete do Secretário Adjunto e das Obras Públicas anexando a exposição de Albino Silva Pereira. O ofício é remetido a 27 de setembro ao IEP que o encaminha, a 3 de outubro, para o ICERR-Almada que, por sua vez, o envia, a 11 de outubro, à Direção de Estradas Distrital-Porto. Esta última remete a sua análise da exposição, descrita acima, ao ICERR a 29 de novembro de 2000.

As barragens

Relativamente ao escoamento no rio no dia da queda da ponte, o relatório aborda as possíveis influências das barragens de Carrapatelo (Imagem 6), Crestuma-Lever (Imagem 7)⁶³ e Torrão (Imagem 8), bem como de um ano hidrológico particularmente revelador da “fragilidade de um país que ignora o seu clima” (Monteiro, 2001).



Imagem 6. Barragem de Carrapatelo

Fonte: Comissão Nacional Portuguesa das Grandes Barragens

⁶³ Note-se que só após o primeiro enchimento desta barragem, em maio de 1985, é que os pilares da Hintze Ribeiro passam a estar permanentemente submersos e não apenas por ocasião de cheias.



Imagem 7. Barragem de Crestuma-Lever

Fonte: Comissão Nacional Portuguesa das Grandes Barragens



Imagem 8. Barragem do Torrão

Fonte: Comissão Nacional Portuguesa das Grandes Barragens

A análise da evolução dos caudais na secção da ponte nos dias anteriores à queda da ponte, revela que:

“A partir de 2 de março de 2001 as barragens de Carrapatelo, Torrão e Crestuma registaram uma subida intensa dos caudais afluentes, o que se traduziu num aumento equivalente das descargas das barragens” (CIM, 2001: 20).

Mais adiante, regressarei à potencial influência das descargas das barragens, associadas à severidade do ano hidrológico, para o colapso do pilar. Note-se, por

ora, que o relatório da Comissão menciona um depoimento no qual é mencionada uma avaria numa comporta da barragem de Torrão, na sequência da qual terão ocorrido descargas anormalmente elevadas no dia do desastre, esclarecendo, todavia, que não foi possível à Comissão comprovar essa informação.

As cheias

A comparação com anos hidrológicos anteriores revela que:

“Na sequência das elevadas precipitações que assolaram Portugal desde novembro de 2000, no presente ano hidrológico [2001] o rio Douro já registara, até 7 de março de 2001, cinco cheias sucessivas, com picos de caudal em 7 e 8 de dezembro, 6 de janeiro, 27 de janeiro, 8 de fevereiro e 5 e 7 de março” (CIM, 2001: 22).

Sandra Monteiro (2001: 2) refere, por sua vez que,

“[E]ntre novembro de 2000 e março de 2001 choveu 83% dos dias (134 dias), totalizando a maior quantidade de precipitação acumulada desde 1900 (1724,4 mm). Janeiro e março de 2001 foram os mais chuvosos desde 1900 e novembro de 2000 foi o segundo mês mais húmido do século.”

O relatório pericial da FEUP assegura, finalmente, que, desde 1727,

“[S]ó há notícia de 3 anos hidrológicos em que houve 4 cheias — os anos de 1783/84, 1785/1786 e 1787/88 —, não havendo registo de casos com 5 cheias. Note-se que em 4 de março de 2001 estava em curso a 5ª cheia de 00/01” (FEUP, 2001: 26).

Um acontecimento extraordinário rodeado de condições excepcionais.

Facto que não será sem influência sobre os caudais médios lançados pelas barragens de Carrapatelo e Torrão. Ou seja,

“[V]erifica-se que no ano hidrológico em curso, e só até 4 de março inclusive, se registaram 35 dias com caudal lançado médio diário superior a 3000 m³/s na barragem de Carrapatelo e 28 dias com caudal lançado médio diário superior a 3500 m³/s na barragem de Torrão, num total de 101 e 62 dias, respetivamente, em que se registaram essas excedências desde o início da exploração das referidas barragens. Ou seja, numa parte apenas do presente ano hidrológico (até 4 de março) tinham-se registado: 35% dos dias com excedência do caudal lançado médio diário de 3000 m³/s nos 30 anos hidrológicos em que tem estado a funcionar a barragem de Carrapatelo; e 45% dos dias com excedência do caudal lançado médio diário de 500 m³/s nos 13 anos hidrológicos em que tem estado a funcionar a barragem de Torrão” (CIM, 2001: 23).

Para a Comissão ficam, deste modo, bem patentes “a severidade das condições de permanência de caudais elevados na secção da ponte no período que antecedeu o sinistro” (CIM, 2001: 23). Todavia, como se tornará notório no ponto relativo ao mecanismo e causas diretas do colapso da ponte Hintze Ribeiro, o efeito do escoamento do rio só se torna significativo se associado a outro não menos importante, a saber, a extração de inertes do leito do rio Douro, o que torna necessário abordar dois pontos importantes do relatório: o mecanismo de colapso e as causas diretas para o colapso parcial da Hintze Ribeiro.

1.1.3. Mecanismo e causas diretas do colapso da ponte Hintze Ribeiro

Nestes dois pontos, a Comissão de Inquérito Ministerial procura descrever de que modo se poderá ter dado o colapso do pilar e apontar as suas causas.

“A Comissão de Inquérito não teve conhecimento de que, ao longo do dia 4 de março, e em particular nas horas ou minutos que antecederam o sinistro, tivesse ocorrido qualquer anomalia na ponte (designadamente ressaltos, rotações ou desalinhamento do tabuleiro) indiciadora de perigo ou iminência de colapso. Isto apesar de se tratar de um domingo, com tráfego provavelmente intenso, em particular de ligeiros. Parece portanto que o colapso ocorreu de forma repentina, não dando qualquer oportunidade de salvação aos ocupantes dos veículos que se encontravam sobre os tramos de tabuleiro que ruíram. Os relatos das duas testemunhas presenciais ouvidas confirmam, aliás, essa conclusão. Na realidade, o Sr. António Salazar Galhardo, que se encontrava do lado de Castelo de Paiva, aguardando, com a sua viatura parada, a passagem do autocarro de passageiros, relatou ter, de súbito, deixado de ver o autocarro” (CIM, 2001: 26).

António Salazar Galhardo é mais do que uma testemunha.⁶⁴ É ele quem estabelece a hora do colapso da ponte nas 21 horas e 10 minutos.⁶⁵ É ele quem dá o primeiro

⁶⁴ Em 2002, virá a publicar um livro intitulado *A Ponte Caiu-me em Cima. A Tragédia de Entre-os-Rios*, no qual relata as operações de resgate no período compreendido entre 4 de março e 2 de maio. O ponto de vista adotado é o dos Bombeiros e revela-se particularmente crítico, não da legitimidade para intervir, mas da intervenção em si por parte da Marinha Portuguesa. O objetivo de Salazar Galhardo é o de que, perante futuras situações similares, haja uma melhor interligação entre as forças presentes no terreno, uma melhor coordenação e um melhor aproveitamento dos recursos escassos. Por outras palavras, uma menor dispersão na atuação.

alerta e é ele quem dá início às operações de busca e resgate. António Salazar Galhardo não se limitou a *deixar de ver o autocarro* e tem uma outra versão para o *sinistro*.

“Vinte e uma hora e dez minutos estava à entrada da Ponte de Entre-os-Rios. Três, quatro carros à minha frente. Em sentido contrário um autocarro que parou... ou quase. Os carros fizeram o mesmo para facilitar o cruzamento dos veículos, que era complicado. De repente... de repente... um enorme estrondo, por escassos segundos gritos lancinantes... um carro na beira do ‘inferno’ (vi eu logo a seguir) que ainda fez marcha atrás, sei lá se uns metros, se uns centímetros. Sei lá se bateu, se não bateu. E há um autocarro que desaparece da minha vista. Saio a correr pelo meio da escuridão. De repente, dou com o abismo, um buraco, um local onde segundos antes havia uma ponte. Por pouco não me precipito nas águas loucas do rio. Do rio que olho, certamente com olhos arregalados, incrédulos, de espanto, e não vejo nada. Atónito só me lembro de que sou bombeiro, regresso rapidamente ao meu carro e com rádios e telefones vou dando o alarme a quem devo. Ninguém quer acreditar, todos pensam que é uma brincadeira, tão inverosímil é a situação, felizmente tão invulgar no nosso país. Mas acabam por acreditar porque um inspetor não ia brincar com uma coisa tão séria” (Galhardo, 2002: 29).

Naturalmente, o tom de António Salazar Galhardo difere muito do tom adotado pela Comissão de Inquérito Ministerial. Há mais incerteza. É maior a perplexidade. Embora o sofrimento esteja sempre presente, mesmo numa descrição técnica, o *sinistro* acontece sem *gritos lancinantes*. Como relata um membro da comunicação social local:

⁶⁵ Após o resgate do autocarro viria a confirmar-se que o relógio do veículo marcava vinte e uma horas e doze minutos e que o disco do tacógrafo deixara de registar movimentos às vinte e uma horas e dez minutos.

“Estava o carro do Comandante Salazar na ponte. Estavam pessoas agarradas aos ferros aos gritos. Pessoas que se depararam com o abismo. Estava escuro. Não havia iluminação. A ponte não era iluminada. Estava toda a gente ali bloqueada e cada vez mais pessoas a chegar. Um amontoado de viaturas. O caos total. Não havia guardas, não havia Bombeiros, não havia ordenamento nenhum. Homens e mulheres aos gritos.” (Ricardo Campos, Comunicação social local, Entrevista, 08.05.2013)

No espírito do Inquérito Ministerial, havia que apurar a verdade ou, pelo menos, hipóteses para a verdade e, nessa medida, a objetividade devia imperar. A Comissão de Inquérito Ministerial estabelece hipóteses. Aceita umas e rejeita outras.

Pela observação das partes da ponte que ruíram, a Comissão de Inquérito Ministerial admite duas hipóteses para o mecanismo de colapso da ponte:

- Colapso do pilar P4 e conseqüente colapso do tabuleiro (este, se perder um dos seus apoios intermédios, fica com um vão de 100 metros, o dobro daquele para o qual foi projetado);
- Colapso estrutural do tabuleiro, ocorrido de forma tal que introduzisse esforços no pilar P4 suficientes para o levar também ao colapso (CIM, 2001, 26).

Rejeitada a segunda hipótese, outras duas são formuladas para a primeira:

- Falta de suporte do terreno ao nível da base do caixão de fundação;
- Esforços internos excessivos no corpo do pilar ou no caixão de fundação (CIM, 2001: 28).

Rejeitada a segunda hipótese, e estabelecida como baixa a probabilidade de existir uma deterioração estrutural no caixão de fundação que tivesse estado na origem do colapso do pilar P4, “julga-se que o mecanismo provável de colapso da ponte consistiu no colapso do pilar P4, por perda de suporte do terreno ao nível da base do caixão de fundação, e no conseqüente colapso da estrutura do tabuleiro” (CIM, 2001: 29).

Determinado o mecanismo de colapso, a Comissão de Inquérito Ministerial centra a sua atenção nas causas diretas do colapso, ou seja, nas “circunstâncias e fenómenos que determinaram a incapacidade do terreno para suportar as cargas transmitidas pelo caixão de fundação do pilar 4” (CIM, 2001: 30).

O relatório da Comissão de Inquérito Ministerial não poderia ser mais claro: o abaixamento generalizado do leito do rio e, em particular, na vizinhança do pilar P4 (seis metros acima do caixão de fundação), um fenómeno conhecido desde 1986, comportava “um importante risco para a estabilidade do pilar (e da ponte)” (CIM, 2001: 30). O abaixamento do leito do rio encerra, de facto, dois tipos de ameaça às condições de segurança — a erosão do material que se encontra sob o elemento de fundação e a redução da resistência ao carregamento do terreno de fundação — que, isoladamente ou em conjugação, tiveram uma influência direta no colapso do pilar P4.

Mais importante, quando da inspeção subaquática realizada em 1986 a situação encontrada já não oferecia condições de segurança. “Ou, por outras palavras, a vulnerabilidade da fundação do pilar P4 já nessa altura se podia considerar

demasiado elevada” (CIM, 2001: 31). Daqui se depreende que já em 1986 deveria ter havido uma perceção do risco estrutural em que se encontrava a ponte Hintze Ribeiro. Será, porém, necessário esperar, primeiro, pelas respostas aos quesitos do Ministério Público por parte da Faculdade de Engenharia do Porto, e segundo pelas respostas aos quesitos do Tribunal de Castelo de Paiva por parte do Laboratório Nacional de Engenharia Civil/Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra para que entrem em cena duas noções fundamentais: a previsibilidade e a inevitabilidade. Regressarei mais adiante a estas duas importantes noções.

A Comissão de Inquérito Ministerial conclui que:

“[A] causa direta do sinistro foi a descida do leito do rio na zona do pilar P4 até um nível de tal modo baixo que foi originada, por erosão ou por redução da resistência ao carregamento, a perda de suporte do terreno situado sob o caixão de fundação e o conseqüente colapso do pilar e do tabuleiro” (CIM, 2001: 32).

Partindo dessa conclusão, a Comissão de Inquérito Ministerial abre dois pontos relativos à regulamentação subjacente à inspeção e conservação da ponte e à extração de inertes na albufeira de Crestuma, pelo que apenas nas conclusões e recomendações se encontrará uma explicação mais sustentada para a causa direta do sinistro e que, adiantando-me, reproduzo abaixo.

“Nas últimas três décadas o perfil longitudinal do leito do rio ao longo do que é agora a albufeira da barragem de Crestuma sofreu um forte e generalizado abaixamento, que nalguns pontos chega a atingir valores da ordem de 28 metros. Tal evolução deve-se, certamente, à concorrência de dois factores

principais: as atividades de extração de inertes do leito do rio (cuja importância é indicada pela existência de numerosos ‘fundões’) e a redução da alimentação de caudal sólido provocada pela retenção de sedimentos nas albufeiras existentes no rio Douro e afluentes. Desde a construção da ponte até fevereiro de 2000 registou-se um abaixamento do leito do rio, junto ao pilar que ruuiu, de quase 15 metros, significando isso que o leito do rio ficou nessa data apenas cerca de 6 m acima da base do caixão de fundação. Entre fevereiro de 2000 e março de 2001 o leito do rio sofreu uma descida adicional muito acentuada, tendo ficado perto do nível da base do caixão. Esta acentuada descida deve-se certamente, acima de tudo, às severas condições de persistência de caudais elevados que se verificaram no rio Douro, no local da ponte, desde o início do presente ano hidrológico” (CIM, 2001: 52ss.).

Para que o pilar P4 caísse, segundo um movimento de rotação em torno da base do caixão de fundação, foi necessário que houvesse uma perda de suporte do terreno ao nível da base do caixão de fundação, o que, por sua vez, terá *certamente* sido provocado pela extração de inertes e a redução da alimentação de caudal sólido provocada pela retenção de sedimentos nas albufeiras existentes no rio Douro e afluentes e, acentuado, devido às cheias.

1.1.4. Conclusões e recomendações da Comissão de Inquérito Ministerial

Acima encontram-se apenas uma parte das conclusões. A outra parte diz respeito às responsabilidades, regressando, então, as entidades a cargo de quem se encontram a inspeção e a conservação das obras de arte, os areiros a operar no Douro, e as entidades a cargo de quem se encontra a regulação da atividade de extração de inertes no rio Douro. Todos responsáveis pela ausência de perceção do risco. Impõe-se, porém, uma chamada de atenção: enquanto a JAE e os institutos que lhe

sucederam falharam na percepção dos sinais que apontavam para a deficiência estrutural da ponte, os areeiros e as entidades responsáveis pela regulação da atividade negligenciaram os potenciais efeitos perniciosos de uma extração excessiva de areia para a estabilidade da ponte.

Relativamente às entidades responsáveis pela inspeção e conservação das obras de arte, fica claro que, apesar das inspeções que antecederam o *sinistro*,

“[...] nem a Junta Autónoma de Estradas nem os Institutos que lhe sucederam (IEP, ICOR e ICERR) evidenciaram ter tido percepção do crescente risco envolvido. O que poderá explicar o facto de não terem sido empreendidas, como seria necessário, ações destinadas a evitar, ou pelo menos a reduzir, esse risco. Esta omissão deve ser enquadrada num contexto em que, tanto na JAE como nos Institutos que lhe sucederam, não era efetuada uma gestão adequada das indispensáveis atividades de inspeção e conservação de pontes e viadutos, destinadas a garantir as necessárias condições de segurança e funcionalidade a essas estruturas” (CIM, 2001: 53).

Perante este diagnóstico, a Comissão recomenda:

- i) A avaliação urgente da vulnerabilidade, a fenómenos de erosão do leito, das pontes com pilares instalados no leito dos rios, principalmente das mais antigas;
- ii) A implementação de um adequado sistema de gestão da conservação das pontes e viadutos, incluindo a elaboração de normas e o planeamento quer das inspeções periódicas quer das intervenções de manutenção, conservação, reparação e reabilitação;
- iii) A clarificação da repartição de competências e de responsabilidades entre o ICOR e o ICERR em matéria de conservação de pontes e viadutos.

Quanto às entidades responsáveis pela regulação da atividade de extração de inertes no rio Douro,

“[...] [m]esmo depois da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de fevereiro⁶⁶, as atividades de extração de inertes no rio Douro, e em particular na albufeira da barragem de Crestuma, continuaram a ser feitas sem o suporte de planos específicos e de estudos técnicos que demonstrem que, entre outros valores de natureza ambiental, não é afetada a integridade do leito e das margens. Não parece existir uma fiscalização adequada das atividades de extração de inertes no rio Douro, facto a que não será alheia a dispersão, por diversas entidades, de competências na matéria” (CIM, 2001: 53).

Aqui as recomendações vão do geral, a definição e aplicação de uma política integrada de gestão dos sedimentos do rio, ao particular, o rio Douro.

- i) A extração de inertes passe a só ser efetuada mediante planos específicos baseados em estudos de impacto (como aliás já está consagrado na Lei em vigor, mas, como se viu, não tem sido cumprido), e concomitantemente sejam procuradas formas de garantir uma adequada fiscalização dessa atividade; e
- ii) seja empreendido um estudo aprofundado acerca dos efeitos, sobre a estabilidade do leito, da retenção de sedimentos nas albufeiras, baseado em informação recolhida mediante medição periódica de grandezas relevantes (CIM, 2001: 54ss.).

Aos olhos da Comissão de Inquérito Ministerial existe, indubitavelmente, dois elementos que se destacam nas causas do colapso do pilar P4: o abaixamento do leito do rio e a ausência de perceção do risco para a estabilidade da ponte que lhe

⁶⁶ Estabelece o regime de licenciamento da utilização do domínio hídrico, sob jurisdição do Instituto da Água.

estava associado. O relatório concentra, deste modo, a sua atenção nas entidades responsáveis pela inspeção e conservação das obras de arte no período pré-desastre, nos agentes que operavam no rio Douro na extração de inertes, e nas entidades responsáveis pela regulação da atividade de extração de inertes no rio Douro.

No entanto, como nota o Professor Jubilado da FEUP, Engenheiro Joaquim Sarmento, num documento elaborado para a Procuradoria-Geral Distrital do Porto⁶⁷, “os factores que intervieram no desastre são múltiplos e de várias naturezas” e na sua identificação reencontram-se os elementos já presentes no relatório da Comissão de Inquérito Ministerial:

“Descida progressiva do fundo do Rio, causada pelo *deficit* entre os volumes extraídos de areia do seu leito e as disponibilidades em caudal sólido, no que interveio certamente a procura cada vez maior de materiais inertes, a menor capacidade erosiva do Rio por menor velocidade em regime normal das suas águas, dada a criação das albufeiras, e ainda pela retenção exercida pelas próprias barragens.

[...]

Agravamento local dessa descida em torno do pilar P4 com formação de um fosso por efeito das correntes das cheias mantidas quase em permanência ao longo de vários meses, atacando o talhamar de montante e a face lateral norte do pilar, a qual deverá ter atingido um ponto crítico na vizinhança da base do pilar se não mesmo a tiver ultrapassado, baixando a cota além da qual não mais seria possível a sustentação do pilar.”⁶⁸

⁶⁷ O documento consta do arquivo do processo judicial de Entre-os-Rios a folhas 1850 a 1858.

⁶⁸ Noutro lugar o Engenheiro Joaquim Sarmento é mais claro: “No tragicamente assinalado pilar P4 a escavação do leito do Rio tinha atingido limites impensáveis e a cobertura de areia acima da base do pilar vinha desde há muito tempo a tornar-se verdadeiramente

Por outras palavras, entre os *múltiplos factores* encontram-se a extração de areias, as barragens e o ano hidrológico, sendo a tónica colocada no ano hidrológico 2000/01.

De facto,

“[v]igiar uma obra destas é tarefa muito complicada. Além da preparação profissional, muito diversificada que devem possuir os quadros dirigidos a essa missão, a própria observação é muitas vezes dificultada pelas condições de acesso e pela falta de disponibilidades materiais adequadas, como se verificou com a presente estrutura. Depois foi um inverno que parecia não mais ter fim. Quais as alterações que ao longo de tantos meses de correntes violentas poderiam ter sido produzidas sobre a identidade física do meio, iludindo toda a previsibilidade ou percepção dos fenómenos em presença com destaque quanto aos processos de erosão do leito do rio, esses fundamentalmente na génese dos mecanismos do colapso desta obra?”

Parece-me, porém, importante referir, desde já, que, em novembro de 2002, o Ministério Público irá apurar uma factualidade que permite constituir nove arguidos (todos eles, pessoas singulares), tendo sido deduzida acusação apenas contra seis engenheiros: quatro deles pertencentes à Direção do Serviço de Pontes da JAE — Jorge Pessoa Barreiros Cardoso; Aníbal Soares Ribeiro; José Carlos Baptista dos Santos; e Manuel Lourenço Ferreira (o único que integra o ICERR) — e os dois sócios fundadores da ETEC — Carlos Morais Guerreiro e José da Mota Freitas. Os três arguidos relativamente a quem não foi deduzida acusação são: Mário

insuficiente para garantir uma estabilidade razoável da estrutura, mesmo sem mais ações intervenientes que não fosse o peso próprio da mesma. A situação que já era crítica há alguns anos, tornou-se insustentável pela erosão produzida pelas cheias sucessivas do último inverno”.

Fernandes, Diretor do Instituto de Navegabilidade do Douro; Luís Filipe Loureiro, Diretor do Serviço de Pontes da JAE entre 1991 e 1998; e Guilherme Câncio Martins, Administrador-delegado do Instituto para a Construção Rodoviária (ICOR), do Instituto das Estradas de Portugal, cargo que tinha passado formalmente a desempenhar a partir de 24 de agosto de 2000.

Excluídos da acusação ficam os agentes que operavam no rio Douro na extração de inertes, as entidades responsáveis pela regulação da atividade de extração de inertes no rio Douro e as entidades responsáveis pela gestão das barragens. E isso é tanto mais importante quanto estes atores continuarão a marcar presença no relatório da Comissão de Inquérito Parlamentar, nos relatórios periciais da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e da dupla LNEC/FCTUC, e, à exceção dos últimos, a ser presença assídua nos meios de comunicação social.

É importante que se perceba de que modo se organizavam quer a gestão das obras de arte quer a regulação da atividade de extração de inertes pré-desastre. É precisamente o que faz o relatório final da Comissão de Inquérito Ministerial.

De facto, como já referi, antes de entrar nas conclusões e nas recomendações, a Comissão de Inquérito Ministerial abre dois pontos — um relativo à inspeção e conservação de obras de arte e um outro, bem mais extenso, relativo à extração de inertes na albufeira de Crestuma — que possibilitam uma melhor compreensão das razões subjacentes à ausência de perceção do risco, quer por parte dos responsáveis pelas obras de arte, quer por parte dos responsáveis pela regulação da atividade de extração de inertes.

Relativamente à inspeção e conservação de obras de arte, em grandes linhas, aquilo que se pode reter é que no atribulado percurso da entidade responsável pela rede rodoviária nacional (Anexo 2), há dois momentos importantes. O primeiro, mais recente, relativo ao organismo responsável pela conservação de pontes aquando da queda da Hintze Ribeiro, ou seja, o ICERR, que “representa o Estado como autoridade nacional de estradas em relação às infraestruturas rodoviárias nacionais não concessionadas, competindo-lhe zelar pela manutenção permanente de condições de infraestruturização e conservação e de salvaguarda do Estatuto da Estrada, que permitam a livre e segura circulação” (art.5.º, do Decreto-Lei n.º 237/99, de 25 de junho). Um segundo momento, mais distante, que se prende com o organismo responsável pela conservação de obras de arte quando das duas inspeções à ponte Hintze Ribeiro já mencionadas, a inspeção subaquática em 1986 e a sondagem às fundações em 1988, que implicam diretamente a Direção do Serviço de Pontes.

A Comissão de Inquérito Ministerial é clara: a inspeção subaquática às fundações dos pilares centrais da ponte realizada em 1986 e os resultados das sondagens realizadas no corpo dos pilares da ponte em 1988 teriam permitido que ficassem reunidos um conjunto de informações factuais suficiente para “identificar a vulnerabilidade a fenómenos de erosão do leito em que se encontrava a fundação do pilar” (CIM, 2001: 35).

“No entanto, e apesar de a referida vulnerabilidade ter aumentado progressivamente (na medida do abaixamento do leito do rio), nem a JAE nem

os Institutos que lhe sucederam evidenciaram ter tido percepção do crescente risco envolvido. Razão pela qual não empreenderam, como seria necessário, ações destinadas a evitar, ou pelo menos reduzir, esse risco. Esta omissão deve ser enquadrada num contexto em que, tanto na JAE como nos Institutos, não era efetuada uma gestão adequada das atividades de inspeção e conservação de pontes e viadutos, destinadas a garantir as necessárias condições de segurança e funcionalidade a essas estruturas. Na realidade, não só nunca foram elaboradas normas de inspeção e inspeção periódica como também, segundo se apurou, não existia um verdadeiro planeamento dessas atividades” (CIM, 2001: 35).

Não fossem essas *omissões* e a queda da Hintze Ribeiro poderia ter sido um acontecimento que não se realizou. Mas, realizou-se. Parafraseando Günther Anders (2008: 188), mesmo se o que aconteceu depende do acaso, esse acaso *vale*. Ele é a realidade. E a realidade, no caso de Entre-os-Rios, não releva do acaso. Nas palavras de um familiar de uma das vítimas:

“Um acidente... [Hesita] A palavra acidente não corresponde àquilo que quero dizer. Foi uma tragédia, mas não foi um acidente no sentido de ter sido um acaso. Há culpados e, por isso, não é um acidente.” (Alberto Simões, Familiar de vítima, Entrevista, 15.05.2013)

A ambiguidade na gestão das obras de arte em nada melhora com a substituição da JAE pelos três institutos rodoviários. Pelo contrário, parece agravar-se em razão da saída de técnicos e da indefinição de competências entre o Instituto para a Construção Rodoviária e o Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária. Daqui depreende-se o óbvio em matéria de prevenção: a definição clara de normas técnicas, a existência de estruturas estáveis, dotadas de recursos humanos

adequados, em número suficiente e permanentes, e, tanto quanto possível, impermeáveis aos ciclos políticos.

Relativamente à regulação da atividade de extração de inertes no rio Douro, a sua ampla visibilidade mediática, a sua complexidade e as suas implicações exigem uma análise mais profunda.

A extração de inertes é disciplinada pelo Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de fevereiro, que revê, atualiza e unifica o regime jurídico da utilização do domínio hídrico, sob jurisdição do Instituto da Água (INAG). Segundo o Decreto-Lei, distinguem-se treze utilizações do domínio hídrico que necessitam de ser tituladas por licença ou contrato de concessão, entre as quais se encontra, naturalmente, a extração de inertes, cuja licença deve ser emitida pela respetiva Direção Regional do Ambiente e Recursos Naturais (DRARN). O artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 46/94 estabelece os requisitos gerais para a extração de areias, salientando que esta só é permitida quando existam planos específicos que definam os locais de extração⁶⁹ e não afete, entre outros aspetos, a integridade dos leitos e margens, e a segurança das obras marginais ou de transposição dos leitos.

A dúvida levantada pela Comissão de Inquérito Ministerial é, porém, a de saber se, com a criação do Instituto de Navegabilidade do Douro, em 1997, o licenciamento

⁶⁹ Perante a falta de planos específicos que definam os locais de extração, a extração de inertes só deve ser autorizada quando justificada por razões de ordem técnica, ambiental e paisagística e em locais cujo desassoreamento seja imprescindível e possa conduzir à existência de melhores condições de funcionalidade, quer das correntes, quer da orla costeira (artigo 52.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 46/94)

da extração de inertes integrou o âmbito das competências atribuídas a essa entidade e, logo, a respetiva fiscalização. A Comissão de Inquérito Parlamentar irá, posteriormente, retomar esta questão para concluir que “a fiscalização que era exercida sobre a generalidade da extração de areias, desde sempre insuficiente, não melhorou com a indefinição resultante dessa transferência de competências” (CIP, 2001: 34). Vejamos, então, a posição da Comissão de Inquérito Ministerial.

Criado em 1997 pelo Decreto-Lei n.º 138-A/97, de 22 de fevereiro, em substituição do Gabinete da Navegabilidade do Douro⁷⁰, na base do Instituto de Navegabilidade do Douro (IND) encontra-se a intenção de dotar o rio Douro de uma entidade exclusivamente vocacionada para a gestão e desenvolvimento da sua navegabilidade, respondendo, deste modo, aos investimentos que vinham a ser realizados na via navegável. No âmbito das competências do IND, tutelado pelos ministérios do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e do Ambiente, encontram-se três que tocam de perto a questão da extração de inertes:

- 1) Decidir sobre todos os atos que por lei estão sujeitos a autorização ou licenciamento na área definida com o canal navegável;
- 2) Dar parecer sobre todos os atos que, incidindo na via navegável ou respetivas margens, possam interferir com a navegabilidade, nomeadamente extração de inertes; e
- 3) Efetuar ou adjudicar as dragagens que se demonstrem necessárias à manutenção do canal navegável.

Independentemente do que diz a letra da lei, no cerne da dúvida suscitada pela Comissão de Inquérito Ministerial encontra-se uma ata — não ratificada pela tutela

⁷⁰ Decreto-Lei n.º 127/85, de 26 de abril.

— de uma reunião entre o Diretor do Instituto de Navegabilidade do Douro, Mário Fernandes, e do Diretor Regional do Ambiente e Recursos Naturais-Norte.⁷¹

“Em reunião havida em 5 de setembro de 1997 (na sequência da criação do IND) entre o Diretor deste Instituto e o Diretor Regional do Ambiente e Recursos Naturais-Norte, ficou decidido, e lavrado em ata elaborada a esse propósito, que a *partir do próximo mês de outubro, o licenciamento e a fiscalização das extrações de inertes que atualmente se processam no Rio Douro passam a ser completamente assumidos pelo IND*” (CIM, 2001: 41, *sublinhado no original*).

O Instituto de Navegabilidade do Douro *herdou* através de uma ata, classificada pela Comissão como sendo de “legalidade duvidosa”, o licenciamento anual da exploração de inertes em sete lotes concessionados em 1991 e 1992 pela Direcção-Geral do Ambiente-Norte e respetivas receitas.

A respeito das receitas do IND, objeto igualmente de debate, no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 138-A/97 pode ler-se que, para além das dotações provenientes do Orçamento do Estado, constituem receitas próprias do IND:

- a) As taxas e outras receitas resultantes da exploração da via navegável, das zonas portuárias e das áreas patrimoniais que lhes estão afetas;
- b) O produto da prestação de serviços;
- c) Os subsídios e participações por quaisquer entidades, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- d) O produto da aplicação das coimas;
- e) Quaisquer outras receitas que por lei, contrato ou outro título lhe sejam atribuídas.

⁷¹ Diretor que não consegui identificar.

Ainda relativamente às receitas do IND, a Comissão de Inquérito Parlamentar (2001: 34) conclui, por um lado, que “as componentes económica e comercial resultantes da exploração de areias eram relevantes no orçamento do IND, como anteriormente o eram para outros organismos públicos” e, por outro lado, que:

“[A] extração de inertes no rio Douro, bem como a sua deposição, era realizada com o conhecimento das autarquias ribeirinhas, constando dos processos pareceres concordantes das Câmaras Municipais de Castelo de Paiva, Cinfães, Marco de Canaveses e Penafiel e de várias assembleias e juntas de freguesia que recebiam contrapartidas pela extração, sobretudo em areias para as suas obras, mas também em meios financeiros para algumas atividades.”

O que significa, em última instância, que também as eventuais infrações na atividade de extração de inertes no Douro eram do conhecimento geral.

De fora das competências do IND relativamente a estes lotes, segundo o seu Diretor em depoimento à Comissão de Inquérito Ministerial, ficam a fiscalização e a eventual aplicação de coimas em caso de incumprimento das normas, competências que cabem à Direção Regional do Ambiente-Norte e à Capitania do Porto do Douro.

Recapitulando, a partir da análise: 1) do regime de concessão de licenças de extração; 2) das entidades legalmente competentes nessa matéria; 3) das competências, de facto, relativamente ao rio Douro; 4) da averiguação dos beneficiários das receitas; 5) das competências em matéria de fiscalização; 6) da fiscalização exercida de facto; 7) da indefinição relativamente às quantidades de

inertes extraídas nos lotes concessionados; 8) do licenciamento e atividade do aterro localizado junto à ponte; e 9) da audição dos depoimentos, a Comissão de Inquérito Ministerial retira três conclusões relativamente à extração de areias classificadas como *particularmente graves*.

“A primeira é que a extração de inertes no Rio Douro se processa — tanto quanto esta Comissão pôde saber — sem obediência às condições impostas pela lei [...], ou seja, sem que exista qualquer plano específico que defina os locais potenciais de extração e estudos que demonstrem que as extrações não afetam aspetos envolventes (condições de funcionamento das correntes, a navegação e flutuação, os lençóis subterrâneos, o escoamento e espraiamento das cheias ou a integridade dos leitos e margens. A segunda é que o IND, criado para manter o Douro navegável, autoriza extrações de inertes não para a prossecução desse objetivo, mas, pura e simplesmente, para obter receitas, o que — para além de ser ilegal e seja lá o que for que se tenha, na realidade, passado em termos de quantidades extraídas — sugere que as extrações de inertes tenderiam a ser autorizadas sem conta, nem peso, nem medida. A terceira é que a fiscalização efetiva das extrações não pode deixar de ser, praticamente, inexistente, bastando notar que o IND dispõe, ao fim e ao cabo, de um único fiscal (a recibo verde) afeto à zona respetiva” (CIM, 2001: 44-5).

A gestão do rio Douro encontra-se enfermada pela dispersão de competências por diversas entidades, concluindo a Comissão de Inquérito Parlamentar que a fiscalização da extração de inertes era, se não inexistente, pelo menos ineficaz e inadequada.

Na sequência das conclusões da Comissão de Inquérito Ministerial relativamente à extração de inertes no Douro e à falta de fiscalização dessa atividade por parte do

IND, a 26 de março de 2001, é o próprio Diretor deste Instituto, Mário Fernandes, que assina um ofício (Referência 0686/01-IND)⁷² endereçado ao Ministro do Equipamento Social, agora Ferro Rodrigues, e ao Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária, José Junqueiro, no qual comenta dois aspetos em particular do relatório: que seja assacada à extração de inertes o afundamento do leito do rio e a relevância dada ao IND “no processo de licenciamento da extração de inertes de modo a responsabilizar este instituto por qualquer prejuízo ambiental ou no ecossistema hídrico resultante da sua atuação nesta área” (IND, 2001: 2).

A primeira referência ao enquadramento legal da atividade de extração de inertes vai para o Decreto-Lei n.º 403/82, de 24 de setembro, que estabelece os critérios a que deve obedecer a extração de materiais inertes. Logo no ponto 2 do preâmbulo, o Decreto-Lei faz referência à situação “caótica do setor”, como a designa Mário Fernandes (IND, 2001: 4):

“Tem-se verificado nos últimos anos que, nomeadamente nos cursos de águas correntes, a extração de materiais inertes se faz muitas vezes em condições inconvenientes e até abusivas, com evidente desrespeito pelas normas legalmente estabelecidas, provocando prejuízos avultados não só nas zonas de escoamento e expansão das águas como também em diversas estruturas relacionadas com estes elementos de inegável interesse económico, prejuízos esses que normalmente não podem ser tempestivamente sobrestados, por

⁷² Recordo que o relatório final da Comissão de Inquérito Ministerial data de 10 de abril de 2001. O ofício de Mário Fernandes é enviado na sequência da entrega do relatório preliminar ao novo ministro do Equipamento Social, Eduardo Ferro Rodrigues, a 19 de março e consta do arquivo do processo judicial de Entre-os-Rios a folhas 1941 a 1953. De ora em diante refiro-me a esse ofício com a sigla IND, 2001.

carência de instrumentos legais adequados, nem são ressarcidos pelas multas ou outras penalidades atualmente aplicáveis, manifestamente desatualizadas.”

Mas, mais importante, clarifica que a extração de materiais inertes, que recaia no âmbito do diploma e que cumpra os critérios estabelecidos, fica sempre sujeita a prévia licença e que compete à Direção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos (DRAH) emitir essas licenças (artigo 4.º).⁷³ Segundo Mário Fernandes (2001: 4), “[d]e acordo com este processo de licenciamento foram levados a hasta pública várias licenças autorizando a extração em lotes ou locais devidamente demarcados pela Direção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos”.

A segunda referência vai para o Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de fevereiro, que estabelece o regime de licenciamento da utilização do domínio hídrico, sob jurisdição do Instituto da Água.

“Neste diploma — segundo Mário Fernandes (IND, 2001: 5) — mantém-se a necessidade de concessão ou licença para uso privativo do domínio público hídrico. Mantém-se a possibilidade e necessidade de concessão de autorização para extração de inertes — cfr. Art.º 51.º — que praticamente transcreve o artigo 2.º do Dec. Lei de 1982.”

Mas, mais importante, a competência para o licenciamento da extração de inertes passa da Direção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos para a Direção Regional Ambiente e Recursos Naturais (DRARN), considerando ainda o Decreto-Lei permanecerem válidas as licenças passadas anteriormente.

⁷³ Note-se que as taxas, quando aplicáveis, revertem para DRAH.

Mário Fernandes, depois de referir o enquadramento jurídico do IND, de clarificar as suas atribuições e competências, entra no cerne da questão: a efetiva intervenção do IND em matéria de extração de inertes e, em particular em matéria de licenciamento e de fiscalização da atividade.

Primeiro: o licenciamento e fiscalização da extração de inertes são da competência legal da Direção Regional Ambiente e Recursos Naturais, facto que, no entender de Mário Fernandes não foi aletrado pela referida ata. A que alude, então a ata?

“Ora, em primeiro lugar, a ata [...] foi a forma de ambas as entidades, DRARN e IND, interpretarem em conjunto a norma contida no art.º 6.º, alínea a), do DL 138-A/97, de 3 de junho que refere o seguinte: compete ao IND decidir sobre todos os atos que por lei estão sujeitos a autorização ou licenciamento na área definida como canal navegável.

Assim foi entendido que, se todos os licenciamentos no canal integravam as suas competências, então neste licenciamento estava incluída a extração de inertes, e isso em interpretação da referida alínea a), entendimento que resultou, repete-se, da interpretação da referida disposição legal feita pela própria DRARN que, nos termos da legislação específica — Dec. Lei 46/94 — vinha procedendo ao licenciamento da extração de inertes e cobrando as respetivas taxas.

Porém, e em segundo lugar, mesmo nesta matéria do licenciamento, não se pode entender a atuação do IND como pretendendo passar a autorizar a extração de inertes, nos termos previstos e acautelados pela legislação específica e com os trâmites previstos no Dec. Lei 46/94. O IND entendeu

apenas autorizar a atividade dos lotes licenciados, passando a cobrar as taxas resultantes da quantidade extraída e que eram passadas trimestralmente.”

O IND *herdou*, pois, sete lotes, indicados pela DRARN na Albufeira de Crestuma, já licenciados, ou seja, por um lado, “deve entender-se que o IND não atribui qualquer autorização ou licença para extração de inertes mas apenas controlou as extrações autorizadas, aplicou e cobrou taxas sobre as quantidades extraídas através da prorrogação trimestral das respetivas licenças” (IND, 2001: 8) e, por outro “[n]unca o IND (nem por certo a DRARN) pretenderam que o complexo processo de autorização de extração de inertes fosse ou passasse a ser da competência do IND que estava apenas vocacionado para as questões relacionadas com a navegabilidade” (*Idem*).

Deste modo, qualquer novo licenciamento caberia às entidades competentes, ou seja, à DRARN, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 46/94, enquanto as taxas a cobrar pela extração autorizada caberiam ao IND, em conformidade com a interpretação da alínea a) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 138-A/97, *feita pela própria DRARN* e constante da ata da reunião entre DRARN e IND de 5 de setembro de 1997.

O que fiscalizava, então, o IND? O IND fiscalizava o quantitativo da extração e a conformidade da localização dos lotes licenciados, já que “os aspetos ambientais lhe não competiam” (IND, 2001: 9). O IND limitou-se a “manter os lotes pré-atribuídos e a receber as taxas previamente fixadas que antes eram recebidas pela DRARN e INAG” (*Idem*, 10).

Relativamente às receitas, a argumentação de Mário Fernandes vai no sentido de reforçar a importância da atividade para a economia local, a despeito dos rendimentos que o IND terá usufruído das taxas sobre o quantitativo de material extraído. Veremos adiante a importância que irá assumir esta linha de argumentação nas reivindicações do areeiros a operar no Douro para regressar à atividade interrompida na sequência do colapso parcial da Hintze Ribeiro.

“[É] ponto assente e facto notório que estas extrações autorizadas anteriormente, não poderiam ser proibidas sob pena de, para além de eventual violação de direitos adquiridos sem qualquer fundamento, se causar grave instabilidade económica na área de Entre-os-Rios, já de si defrontada com graves problemas resultantes da sua interioridade” (IND, 2001: 10).

De resto, e este é o ponto central dos comentários de Mário Fernandes ao relatório final da Comissão de Inquérito Ministerial, a extração de inertes em geral e, em particular, a quantidade de material extraído taxado pelo IND a partir de 1997, não terá tido influência no abaixamento do leito do rio.

“Do relatório ressalta que ocorreu um repentino e acentuado abaixamento do leito do rio no último ano [2001] depois da sondagem elaborada pelo IND em fevereiro de 2000. Mas este abaixamento não é explicado, mas não pode ser atribuível sequer à extração de inertes.

Consta do relatório que o afundamento do rio ocorria já de forma significativa aquando das sondagens realizadas em 1986. Na última sondagem efetuada pelo IND em fevereiro de 2000, o leito estava seis metros acima da base do caixão

da fundação. Em igual estudo feito em 1986 esse nível era de sete metros, ou seja, entre 1986 e 2000 (14 anos), o leito do rio desceu um metro!

Em 14 de março de 2001 tal nível acima do caixão da fundação era só de um metro. Ou seja, desde fevereiro de 2000 até março de 2001, o nível do leito do rio junto ao pilar desceu 5 metros. Não parece pois poder concluir-se dever ser atribuída qualquer responsabilidade à extração e areias nos últimos anos” (IND, 2001: 11).

Nas entrelinhas, é possível compreender que o fenómeno de rebaixamento do leito do rio se terá ficado a dever mais às sucessivas cheias do ano hidrológico 2000/01 do que ao quantitativo declarado de material extraído. É importante que se tenha em consideração que, no que à extração de inertes diz respeito, Mário Fernandes alude aos quantitativos declarados. Já o relatório pericial da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, por exemplo, fará menção à extração clandestina de inertes e porá em causa a fiabilidade dos registos oficiais.

“Existem registos oficiais sobre extrações de inertes (localização geográfica, localização temporal, perfis e montantes extraídos). Não se consideram fiáveis esses elementos para além de ser voz corrente, há muitos anos, a existência de dragagens clandestinas pelo que só uma investigação judicial — que se admite seja extremamente difícil — poderá aclarar muitos desses elementos” (FEUP, 2001: 21).

Rodeia a atividade de extração de inertes uma aura de suspeição que, como se verá, o processo-crime, ou melhor a exclusão das empresas a operar no Douro do processo-crime, em nada contribuirá para dissipar.

Os comentários de Mário Fernandes ao relatório da Comissão de Inquérito Ministerial encerram com três conclusões:

- 1) A competência para atribuir licenças para a extração de inertes cabe à Direção Regional Ambiente e Recursos Naturais (DRARN) e não ao IND;
- 2) O IND recebe as taxas sobre os lotes pré-licenciados, estando-lhe reservada a emissão de parecer para a autorização de novas concessões; e
- 3) O IND não exerceu qualquer influência no afundamento do leito do rio, nem exerceu atividades que se não contivessem nas suas atribuições e competências, mantendo todos os seus responsáveis ou trabalhadores a consciência de que assim é (IND, 2001: 12).

Mais adiante, voltarei ao IND. Por ora, é conveniente realçar que o relatório da Comissão de Inquérito Ministerial é um elemento central no enquadramento das causas da queda parcial da Hintze Ribeiro, avançando muito dos argumentos que, para além de presentes na comunicação social, se continuarão a encontrar nos restantes passos para a *verdade*.

1.2. Relatório da Comissão de Inquérito Parlamentar

A 8 de março de 2001, o grupo parlamentar do Partido Socialista entrega na mesa da Assembleia da República um pedido de constituição de uma Comissão de Inquérito Parlamentar sobre as causas, consequências e responsabilidades com o acidente resultante do desabamento da ponte sobre o rio Douro, em Entre-os-Rios. O Partido Social Democrata associa-se a essa iniciativa e desiste de uma similar que estava a preparar.⁷⁴ O Vice-Presidente da bancada socialista, José Barros Moura, virá declarar que o Inquérito Parlamentar é proposto pelo PS “não por uma decisão

⁷⁴ Para uma cronologia da Comissão do Inquérito Parlamentar, Cf. Anexo 6.

meramente tática, mas por uma decisão estratégica”. O que constitui uma espécie de alerta para travar eventuais pretensões por parte da oposição no sentido de explorar politicamente o acontecimento e aponta as lições para o futuro como norteando a sua ação.

Um alerta que, de algum modo, parece ser contrariado pelo objetivos do inquérito. O inquérito visa, de facto, apurar responsabilidades a vários níveis (penal, disciplinar, técnico, administrativo e político); avaliar o funcionamento e eficácia do sistema de construção, reparação e conservação das infraestruturas em geral e indicar os caminhos da reforma necessária; garantir o indispensável papel do Estado sobre serviços que não podem ser privatizados; e impedir o jogo de passar a culpa ao qual se está a assistir entre serviços e ministérios.

A 13 de março, a Assembleia da República, através da Resolução n.º 24/2001, constitui a referida Comissão de Inquérito⁷⁵ com o objetivo de:

- i) Apurar as causas, identificar as consequências e determinar as responsabilidades associadas ao grave acidente ocorrido com a ponte sobre o rio Douro, nas proximidades de Entre-os-Rios; e
- ii) Obter o integral esclarecimento, avaliação e apreciação política:
 - a) das causas e das responsabilidades do acidente no quadro da obrigatoriedade para o Estado do integral cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis;
 - b) da organização e funcionamento do sistema de conservação e reparação deste tipo de infraestruturas, incluindo a apreciação da evolução das respetivas rotinas ao longo dos diversos enquadramentos orgânicos e funcionais dos serviços;

⁷⁵ Regulada pela Lei n.º 5/93, de 1 de março.

- c) das opções e comportamento dos governos constitucionais em matéria de obras públicas e, nomeadamente, quanto às preocupações com a conservação e segurança dessas obras;
- d) da atividade nestes domínios das administrações dos institutos públicos e outras entidades públicas de âmbito nacional, regional ou local que por lei tenham tido responsabilidade na execução dessas políticas.

A cargo da Assembleia da República fica a responsabilidade de elaborar e propor ao Governo iniciativas legislativas tendentes a melhorar a eficácia da Administração Pública que contribuam para o reforço da segurança dos cidadãos enquanto utentes das vias públicas. Este ponto é particularmente importante, e a ele regressarei quando for questão da intervenção do Primeiro-Ministro, António Guterres, na Assembleia da República e ao processo de aprendizagem.

No dia 5 de abril de 2001 toma posse a Comissão de Inquérito Parlamentar n.º 8/VIII sobre as causas, consequências e responsabilidades com o acidente resultante do desabamento da ponte sobre o rio Douro, em Entre-os-Rios.

Composta por vinte e quatro membros, a Comissão elege a 17 de abril de 2001 Manuel Castro Almeida (PSD) como Presidente e, a 30 de maio de 2001, António Manuel Dias Baptista (PS) como relator. Nos seis meses de atividade da Comissão, de abril a outubro de 2001, esta realizou vinte e seis reuniões, ouviu trinta e um depoentes, analisou mais de sessenta documentos e extraiu trinta e seis conclusões. Estruturalmente, o relatório final da Comissão de Inquérito Parlamentar não difere muito do relatório da Comissão de Inquérito Ministerial, o mesmo sucedendo relativamente às conclusões e, conseqüentemente, às entidades referidas como

potencialmente responsáveis pelo colapso parcial da ponte Hintze Ribeiro ou pelas omissões que conduziram ao colapso parcial: inspeção e conservação, extração de inertes e regulação da extração de inertes.

1.2.1. Inspeção e conservação da ponte Hintze Ribeiro

Na análise dos trabalhos de inspeção e conservação à ponte Hintze Ribeiro, tal como no relatório da Comissão de Inquérito Ministerial, a Comissão de Inquérito Parlamentar (CIP, 2001) considera o período temporal compreendido entre 1986 e 2001. Durante esse período, as inspeções aconteceram, de facto, considerando por essa razão a Comissão não se poder afirmar que a queda da ponte Hintze Ribeiro ocorreu por “falta de inspeções” (CIP, 2001: 37).

Todavia, do rol de inspeções consideradas pela Comissão de Inquérito Ministerial, a Comissão de Inquérito Parlamentar destaca a inspeção subaquática à ponte realizada pela ITS, em dezembro de 1986, e a sondagem geotécnica aos pilares e às fundações da ponte pela CÊGÊ, em setembro de 1988. Em ambos os casos, as inspeções ocorreram sem que fossem observadas quaisquer situações de instabilidade estrutural da ponte.

Se se atender à cronologia das intervenções na Ponte Hintze Ribeiro (Anexo 5), fácil será constatar que as restantes inspeções são exclusivamente visuais e incidem sobre a parte emersa da ponte. Aliás, à época, as inspeções subaquáticas não eram uma prática comum. Como refere a Comissão de Inquérito Parlamentar (2001: 34): “não era uma prática habitual a realização de inspeções subaquáticas às fundações

das pontes, tendo sido a inspeção subaquática realizada em 1986 uma situação excepcional [...].” A Hintze Ribeiro parece, deste modo, ter beneficiado de um conjunto de circunstâncias excepcionais incapazes, todavia, de fazer prevenção, ou seja, de projetar o seu colapso para o domínio ontológico dos possíveis não atualizados (Dupuy, 2005).

Quem teve acesso às imagens subaquáticas da ITS? Segundo a Comissão, de modo geral, os técnicos da JAE que procederam ao visionamento do filme da inspeção subaquática e, em particular, “o diretor do Serviço de Pontes, o chefe de divisão do Serviço de Pontes, o engenheiro encarregue de acompanhar aquela ponte, bem como os técnicos do Gabinete de Projetos ETEC, Lda.” (CIP, 2001: 38).⁷⁶ Sem os nomear, a Comissão de Inquérito Parlamentar aponta para os futuros arguidos indiciados pelo Ministério Público no processo-crime.

Como já tive ocasião de referir, as cassetes de vídeo da inspeção subaquática extraviaram-se dos arquivos da JAE.⁷⁷ Estranhamente, porém, tal não parece

⁷⁶ No *Jornal de Notícias* do dia 4 de maio de 2006 é possível ler-se que José da Mota Freitas, da ETEC, ouvido no Tribunal de Castelo de Paiva, terá declarado que “o visionamento técnico de filmagens às fundações da estrutura da ponte de Entre-os-Rios foi interrompido sem que tivesse sido examinado o pilar P4. Este visionamento das filmagens, ocorrido ‘algures em 1987’ na sede da JAE e interrompido por decisão do diretor do Serviço de Pontes, Engenheiro Noya Coutinho, entretanto falecido. ‘Quando as imagens começaram a incidir sobre o pilar P4, Noya Coutinho disse que ‘este [pilar] deve estar igual aos outros e terminou a sessão. Estava toda a gente farta daquilo’, detalhou Mota Freitas” (Zing, 2006).

⁷⁷ Refira-se que não são apenas as cassetes de vídeo com as filmagens da inspeção subaquática de 1986 que desaparecem, mas, igualmente, desta feita do arquivo da Direção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território-Norte, os processos de contra-ordenação em matéria de extração de areias (CIP, 2001: 40).

provocar espanto. O Presidente do Instituto de Estradas de Portugal na altura da queda da ponte, António Martins, quando ouvido pela Comissão de Inquérito Parlamentar irá referir a desorganização que grassava na JAE e no Instituto de Estradas de Portugal e qualificar o arquivo da JAE de “caos” e mesmo de “chiqueiro” (Braga, 2001a).

As misteriosas cassetes de vídeo da inspeção subaquática reemergem num *Especial Informação* da estação televisiva SIC de 13 de março de 2001. Com base neste extravio, a Comissão infere que, até ao dia do *Especial Informação* da SIC, “aparentemente” nem essas imagens nem o processo relativo a essa inspeção veio a ser do conhecimento “dos sucessivos responsáveis intermédios, dos mais altos dirigentes da JAE e dos institutos que lhe sucederam, nem dos responsáveis pela tutela política destes organismos” (CIP, 2001: 38). Voltarei adiante a esta importante questão que, por ora, parece focalizar a responsabilidade exclusivamente nos funcionários técnicos.

Na lógica da Comissão de Inquérito Parlamentar a inspeção subaquática e, posteriormente, a inspeção das fundações estabelecem o momento em que o risco deveria ter ficado claro ou que deveria ter havido perceção do risco. O raciocínio desenvolve-se do seguinte modo: a ausência de perceção do risco estrutural em que ocorria a ponte Hintze Ribeiro conduz à inação perante os resultados dessas inspeções; a inação indicia uma infração das regras técnicas reconhecidas na engenharia de pontes; a infração das regras técnicas aponta para as pessoas a serem identificadas, responsabilizadas e sancionadas. Na lógica implacável desta argumentação fica claro que o colapso da ponte é enquadrado para fazer do colapso

parcial do pilar da ponte uma questão técnica e não uma questão política, facto que se encontra reforçado, por um lado, pelo *aparente* desconhecimento por parte da tutela política das imagens resultantes da inspeção subaquática⁷⁸ e, por outro, pelo elenco dos arguidos relativamente aos quais virá a ser deduzida a acusação por parte do Ministério Público.

Nas palavras do relator da Comissão de Inquérito Parlamentar:

“[N]ão obstante a perceção do risco ser atualmente muito mais exigente do que era em 1986, e porque os dados recolhidos e os conhecimentos técnicos da altura assim o permitiam, a JAE poderia ter tido, mas não teve, a perceção do risco. [...] [Assim,] constatou-se uma relevante diferença de avaliação técnica entre os técnicos que em 1986 orientaram, visionaram e avaliaram as filmagens e o Presidente da Comissão de Inquérito [Ministerial] às causas do sinistro ocorrido na ponte de Entre-os-Rios em 4 de março de 2001, quando os primeiros não detetaram qualquer risco em resultado desta inspeção e o segundo afirmou à luz dos dados obtidos e dos conhecimentos técnicos da altura deveriam ter tido a perceção do risco em que a ponte já se encontrava” (CIP, 2001: 38).

Ouvido em sede da Comissão de Inquérito Parlamentar, o Engenheiro António Lamas, ex-Presidente da JAE, explicará esta distinção na perceção do risco afirmando que os riscos que a Ponte Hintze Ribeiro corria configuram “uma categoria nova de risco para os quais não havia sensibilização nas instituições” (Braga, 2001b). As inspeções, prossegue, poderiam não ser as mais adequadas mas não eram inexistentes. Outra visão tem a Comissão de Inquérito Parlamentar, para

⁷⁸ Como se verá mais adiante, essa ideia acabará por se contrariada pelo Engenheiro Jorge Pessoa Barreiros Cardoso, da JAE, no *Especial Informação* da SIC.

quem “os serviços responsáveis, desde a Junta Autónoma de Estradas até aos institutos que se lhe seguiram (IEP, ICOR e ICERR), não foram suficientemente eficazes na gestão das atividades de inspeção e conservação de pontes e viadutos” (CIP, 2001: 38). Por outras palavras, para a Comissão de Inquérito Parlamentar, uma perceção do risco *eficaz* implicaria que fossem consideradas a situação presente tanto quanto eventuais desenvolvimentos no futuro. Mais adiante se verá a importância crucial que irá desempenhar a ambiguidade contida na noção de *regras técnicas* para a aferição da *eficácia*, e não da ausência, da perceção do risco.

1.2.2. Causas diretas e colapso da ponte

Relativamente ao mecanismo de colapso da ponte e às suas causas diretas, a Comissão de Inquérito Parlamentar retoma, muitas vezes *ipsis verbis*, os argumentos da Comissão de Inquérito Ministerial e refere claramente não ter apurado quaisquer factos que contrariem essas conclusões.

“[O] mecanismo provável de colapso da ponte consistiu na queda do pilar P4, por perda de sustentação do terreno sob a base do caixão de fundação, e no subsequente colapso do tabuleiro” [...] [e] a causa direta do sinistro foi a descida do leito do rio na zona do pilar 4 até um nível de tal modo baixo que foi originada, por erosão ou por redução da resistência ao carregamento, a perda de sustentação do terreno situado sob o caixão de fundação” (CIP, 2001: 38).

Para que o pilar 4 ruísse foi necessário que houvesse uma perda de suporte do terreno ao nível da base do caixão de fundação, o que, por sua vez, terá “certamente” sido provocado pela extração de inertes e a redução da alimentação de

caudal sólido provocada pela retenção de sedimentos nas albufeiras existentes no rio Douro e afluentes e, acentuado, devido a:

“[U]m ano hidrológico muito mau, tendo sido registadas até 7 de março de 2001, cinco cheias sucessivas no rio Douro, o que representou uma situação de extrema severidade dada a persistência de caudais elevados que geram fenómenos de erosão geral do leito” (CIP, 2001: 38).

Estabelecida a falta de eficácia da JAE e sucedâneos institutos rodoviários na gestão das obras de arte, com a introdução da temática do mecanismo provável e das causas diretas do colapso da ponte, aparecem, então, os restantes protagonistas já identificados pela Comissão de Inquérito Ministerial: a atividade de extração de inertes no rio Douro, as entidades responsáveis pela regulação da atividade de extração de inertes no rio Douro, os efeitos das barragens de Carrapatelo e do Torrão no regime do rio Douro (as duas barragens que se encontram a jusante da ponte) e as cheias de 2000/2001.

É, porém, sobre a extração de areias no rio Douro que incide a Comissão de Inquérito Parlamentar, concluindo, tal como acontece no relatório da Comissão de Inquérito Ministerial, pelo incumprimento das normas que estabelecem a extração de areias, pela indefinição de competências, pelo agravamento dessa indefinição com a criação do Instituto de Navegabilidade do Douro e pela ausência generalizada de fiscalização à extração de areias.

Na sequência da audição de Paulo Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, pela Comissão de Inquérito Parlamentar, a Associação de

Empresas de Dragagens do Norte (ADRAG) virá insurgir-se contra a “utilização abusiva do termo areeiros” e contra a sua culpabilização permanente relativamente à queda da ponte de Entre-os-Rios.

“Sem que as empresas sejam ouvidas, parece estar a preparar-se a sua culpabilização, transformando-as em verdadeiros bodes expiatórios de uma tragédia que, certamente, tem mais do que um pai” (Público, 2001a).

Num outro comunicado de imprensa, igualmente de julho de 2001, a ADRAG declarava temer que a extração de areias fosse apontada como a principal causa da queda da ponte Hintze Ribeiro, recusando “liminarmente” que fossem imputadas culpas às empresas de dragagens e lamentando que a Comissão de Inquérito Parlamentar finalizasse as audições sem que a ADRAG fosse ouvida. Lembra, ainda, que havia intercedido junto do Primeiro-Ministro, das Secretarias de Estado da Administração Portuária, do Ambiente e Ordenamento do Território — para além do Instituto de Navegabilidade do Douro — no sentido de ter voz na Comissão, para que as empresas não fossem o “bode expiatório de nada nem de ninguém” (TSF, 2001a).

Antes de entrar nas recomendações, a Comissão de Inquérito Parlamentar expressa uma conclusão que se encontra na linha da ausência de perceção do risco estrutural em que ocorria a Hintze Ribeiro. Porém, com uma diferença fundamental: enquanto a ausência de perceção do risco estrutural configura uma questão técnica, esta conclusão configura uma questão política e um elemento-chave na definição da intensidade da exploração política da crise e do processo de responsabilização política:

“A Comissão conclui que a demora no processo de construção da nova ponte sobre o rio Douro em Entre-os-Rios ultrapassou todos os prazos que se podem considerar aceitáveis, porque defraudou as expectativas das populações em ver concretizadas a obra que desejavam. A Comissão regista sumariamente que a recomendação para a construção de uma nova ponte é feita em 6 de setembro de 1988, que o contrato para a elaboração do respetivo projeto é feito em dezembro de 1993, que o projeto final de execução é entregue em fevereiro de 1997, que a respetiva aprovação é feita em fevereiro de 1998, e que só em 2002, 14 anos depois, é que a ponte estará concluída. A Comissão concluiu que, ainda que não exista relação causa-efeito entre a construção da nova ponte e a queda da Ponte de Hintze Ribeiro, a construção da travessia em Entre-os-Rios ou não constituiu prioridade política para o investimento público ou não houve meios financeiros para o realizar ao longo de 12 anos” (CIP, 2001: 39).

Mais assertivos são os deputados do grupo parlamentar do CDS-PP que, na sua declaração de voto, afirmam claramente que:

“[A] dilação no tempo da decisão da construção da nova ponte sobre o Douro na zona de Entre-os-Rios, ponderada a partir de 1988 e causa direta da diminuição das preocupações com a manutenção da Ponte de Hintze Ribeiro, se deveu exclusivamente ao facto de não ser considerada uma prioridade política por nenhum dos governos que se sucederam a partir daquela data” (CIP; 2001: 41).

Recorde-se, ainda, que a questão da nova ponte irá estar no cerne do diferendo que opôs o Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, Paulo Teixeira, ao Secretário de Estado das Obras Públicas, Luís Parreirão. Ainda na madrugada do colapso da ponte, Paulo Teixeira responsabilizava Luís Parreirão e o seu antecessor,

Maranha das Neves, pelo desmoronamento da obra de arte, garantindo que o primeiro, numa reunião de 17 de janeiro de 2001, o teria informado que a construção de uma nova travessia teria de esperar.⁷⁹

As palavras do familiar de uma das vítimas parecem-me resumir adequadamente a responsabilidade política que o grupo parlamentar do CDS-PP procura atribuir aos dois principais partidos nacionais, PS e PSD:

“O maior culpado é o Governo! Então se em 86 já havia um relatório... Eles tinham uma ponte nova mas estava na gaveta por causa das politiquices! Culpados havia muitos mas, olhe, a culpa morreu solteira.” (José Figueira, Familiar de vítima, Entrevista, 09.05.2012)

1.2.3. Recomendações da Comissão de Inquérito Parlamentar

A Comissão de Inquérito Parlamentar retoma algumas das recomendações avançadas pela Comissão de Inquérito Ministerial.

- i) Implementação de um adequado sistema de gestão da conservação de pontes e viadutos, incluindo a elaboração e normas e o planeamento de inspeções

⁷⁹ Ainda nesse dia, Luís Parreirão irá acusar o Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva de “fazer demagogia numa ocasião que nos entristece a todos” e apresentar ao Procurador-Geral da República uma queixa-crime por difamação, considerando que “cumpre repor a verdade” quanto às declarações do autarca. Perante esta troca de acusações, Carlos Zorrinho, Secretário de Estado-Adjunto da Administração Interna, virá criticar as “declarações a quente de políticos com responsabilidade” (Melo e Mendes, 2006: 297). Ouvido a 19 de junho desse ano pelo Ministério Público no âmbito do processo por difamação interposto por Luís Parreirão, Paulo Teixeira irá reiterar a responsabilização política de Luís Parreirão pela queda da ponte e abandonar a ideia de que este deveria ser responsabilizado pessoalmente. O processo virá a ser arquivado.

periódicas e as intervenções de manutenção, conservação, reparação e reabilitação;

ii) Implementação de um sistema de monitorização dos níveis do leito do rio junto aos pilares das pontes para identificação fácil e prévia de qualquer situação que possa causar perigo;

iii) Elaboração de planos, pelos serviços responsáveis pela manutenção das pontes, que incluam obrigatoriamente a realização de inspeções subaquáticas periódicas às pontes com maior potencial de risco;

iv) Que os diversos serviços públicos e institutos que têm intervenção nestas matérias mantenham disponíveis e acessíveis das instituições públicas, designadamente das câmaras municipais, todos os elementos relevantes respeitantes a obras de arte, aos levantamentos batimétricos, à inspeção e prospeção geotécnica, visando otimizar meios e recursos e permitir acesso à informação;

v) Elaboração e atualização pelos serviços responsáveis de um inventário informático de todas as obras de arte;

vi) Reforço do orçamento do Instituto de Estradas de Portugal afeto às obras de conservação, manutenção e reparação de obras de arte e vias de comunicação; e

vii) Que a extração de inertes seja realizada com estrita observância das disposições legais aplicáveis, designadamente, planos específicos e estudos prévios de avaliação de impacte ambiental e monitorização.

Mais adiante, aquando da discussão dos resultados do processo de aprendizagem, regressarei a estas recomendações, bem como às recomendações da Comissão de Inquérito Ministerial. Por ora, cabe dizer que, além de se manter o enfoque na gestão de obras de arte — que deverá ser objeto de uma maior dotação orçamental — e na regulação da atividade de extração de inertes — que deverá ser destituída de ambiguidades legais e objeto de uma mais rigorosa fiscalização —, a Comissão de Inquérito Parlamentar reforça a responsabilidade política pelo desastre, o que terá consequências na exploração política da crise.

1.3. Processo de responsabilização política e exploração política da crise

Chegados aqui, impõe-se um ponto de situação. Uma escala na viagem pelos documentos, para retomar as palavras de Lagadec e Laroche (2005), antes de avançar para o processo-crime e para os dois relatórios periciais.

Se se atender ao comparativo dos relatórios produzidos pelas duas comissões de inquérito (Anexo 7), verifica-se que, no geral, por um lado, ambos são coincidentes na argumentação relativamente ao mecanismo do colapso da ponte, às causas diretas e indiretas, e às recomendações enunciadas e que, por outro lado, ambos insistem em duas lições fundamentais: na necessidade de adoção de uma gestão eficaz das obras de arte e na necessidade de uma maior regulação da atividade de extração de areias.

O relatório da Comissão de Inquérito Parlamentar realça, no entanto, a questão da construção de uma nova ponte sobre o Douro em Entre-os-Rios. Associado à inspeção subaquática de 1986, este é um dado fulcral na exploração política da crise e no processo de responsabilização política. De facto, apesar da construção de uma nova ponte em Entre-os-Rios não estar relacionada com “qualquer consideração quanto a um eventual risco para a estabilidade global da estrutura da ponte” (FEUP, 2001: 37), o seu protelamento, por razões exclusivamente políticas, encontra-se na base da diminuição das preocupações com a manutenção da ponte Hintze Ribeiro. Um dado que atenua, senão que exonera, os técnicos de responsabilidade e que desloca o enfoque da responsabilização para os agentes políticos. À ausência de

percepção do risco induzido pela extração de areias, por um lado, e à ausência de percepção do risco relativamente à estabilidade estrutural da ponte, por outro, bem como a presença de informação técnica que deveria ter alertado para esses dois factos, associa-se a ausência de percepção política da urgência de construção de uma nova ponte.

Retomando os termos propostos por Boin et al. (2008a; 2008b) para análise da gestão política de crises, a queda parcial a ponte Hintze Ribeiro configura uma crise por má gestão (*mismanaged*) que se caracteriza por alegadas ou reais falências das máquinas institucionais ou governamentais e que possui maior probabilidade de ser objeto de exploração política (Boin et al., 2008a; 2008b; 2009). A exploração política da tragédia de Entre-os-Rios não foi, porém, tão intensa quanto seria de esperar. O XIV Governo Constitucional (1999-2002), liderado por António Guterres (PS), foi aquele que efetivamente se confrontou com a crise política. Porém, grande parte do trabalho de enquadramento político do desastre, como se viu, foi no sentido de estabelecer os seus precedentes a meados dos anos 80 para, desta forma, não apenas distender no tempo a sua génese mas, fundamentalmente, para distender no tempo a sua responsabilidade política e técnica. Como salientam adequadamente Melo e Mendes (2006: 309) a propósito de Entre-os-Rios:

“O apuramento de responsabilidades torna-se cada vez mais complexo à medida que se recua no tempo e o número de políticos e técnicos envolvidos no processo aumenta.”

A dilatação no tempo do período de incubação do desastre parece, deste modo, favorecer uma dispersão da responsabilização.⁸⁰

⁸⁰ O período de incubação dos desastres depende de uma falência individual e organizacional na recolha, análise e avaliação da informação. Quatro factores são avançados para explicar as dificuldades na aprendizagem organizacional, entre os quais dois me parecem particularmente importantes para o estudo de caso de Entre-os-Rios: “1. Critical errors and events may initially remain latent, or are misunderstood, because of wrong assumptions about their significance. This leads to a selective problem representation at the level of the organization as a whole, a situation which in turn structures the interpretations and decisions of the organization's individual members. Such a representation may arise through organizational rigidity of beliefs about what is and is not to be counted a ‘hazard’. [...] A related syndrome described in man-made disasters theory is the decoy phenomenon. Here personnel who are dealing directly with risk and hazard management, or others who suspect there is something amiss, may be distracted or misled into thinking the situation has been resolved by attention to related (that is decoy) events. The sum result of both rigidity of beliefs and attention to decoy phenomena, is that when significant warnings of an incubating failure do arise they are more likely to be interpreted inappropriately, or when warnings originate from outside the formal organization they may be brushed aside and ignored completely. 2. Dangerous preconditions may also go unnoticed because of the inherent difficulties of handling information in ill-structured and constantly changing situations. Here the problem may become so complex, vague or dynamic — and the information that is available at any one time dispersed across many locations and parties — that different individuals and organizations can only ever hold partial, and often very different and changing, interpretations of the situation (which Turner labelled a ‘variable disjunction of information’). What is more the costs, whether material or political, of gathering the information to generate a definitive account may be prohibitive. Variable disjunction of information is reinforced by the poor communications endemic to both the internal workings of large organizations and those which also arise across organizational boundaries. It is also compounded by ambiguous orders, vaguely drawn responsibilities, and shifting goals during the incubation period” (Pidgeon e O’Leary, 2000: 20). Os dois últimos factores prendem-se com a violação formal de regras de segurança, devido à sua ambiguidade ou a imperativos de produção, e com o atraso de ação preventiva na emergência de problemas, devido a tentativas de minimização ou de encobrimento dos perigos.

“O poder político, na altura, também ficou caladinho porque também lhe tocava. Não era só o Governo daquela época!” (Luísa Silva, Familiar de vítima, Entrevista, 07.05.2012)

“[A propósito da exploração da crise pela oposição.] Não tenho muito ideia disso. Não tenho muito ideia disso. Claro que houve uma exploração muito forte no plano local, obviamente. Do ponto de vista político-partidário, não creio que...não me lembro de ter sentido... [...] Não vou dizer que não tenha havido...muito em torno da questão a fiscalização e da não fiscalização. Mas, depois, como as questões da fiscalização são questões que não são de curto prazo, portanto... Se vamos ver, as responsabilidades são sempre... atravessam ciclos... Não creio que tenha havido... Aliás, teria sido legítimo. Se um tema destes não é debatido no espaço público, qual é que será? Mas não creio que tenha havido mais exploração política do que seria razoável.” (Rogério Macedo, Membro do Governo em 2001, Entrevista, 15.05.2013)

Quais foram, então, efetivamente, as fatalidades políticas da tragédia de Entre-os-Rios? A grande figura do processo de responsabilização é, sem dúvida, Jorge Coelho, que, antecipando-se a qualquer inquérito, pediu a demissão na própria madrugada do acontecimento, acompanhado, nesse momento dramático da sua demissão, pelos Secretários de Estado do ministério do Equipamento: Fausto Correia (Secretário de Estado Adjunto), Luís Parreirão (Secretário de Estado das Obras Públicas), José Junqueiro (Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária), Guilhermino Rodrigues (Secretário de Estado dos Transportes), e Leonor Coutinho (Secretária de Estado da Habitação).⁸¹

⁸¹ O Decreto do Presidente da República n.º 16-A/2001, de 10 de março, exonera, a seu pedido e sob proposta do Primeiro-Ministro, Jorge Coelho dos cargos de Ministro de Estado e de Ministro do Equipamento Social. Adelino Cunha, num livro sobre a ascensão de António Guterres ao poder, resume da seguinte forma o que aconteceu na sequência da demissão de Jorge Coelho: “Ferro Rodrigues fica com o lugar de Coelho no governo depois

“A demissão de Jorge Coelho ajudou [...]. Se ele não tivesse feito o que fez teria sido politicamente mais difícil de gerir aquela situação. Afastou o problema da responsabilidade política. Portanto, mesmo não retirando esse aspeto de cena, retirou-lhe muito do protagonismo. Isso foi muito positivo para a concentração de esforços — e foram muitos — para dar resposta à situação. [...] Também admito que a própria demissão do ministro Jorge Coelho tenha marcado... tenha condicionado... Não é bem, condicionado... Tenha deslocado a questão para assuntos mais profundos e menos para as questões mais do tipo ‘já tinha dito’ e ‘tu fizeste’” (Rogério Macedo, Membro do Governo em 2001, Entrevista, 15.05.2013)

“A atitude de Jorge Coelho foi de uma enorme dignidade política e estou convencido que tudo aquilo que lhe contei a pouco, ou seja, todo o desanuviamento político possível a partir da manhã do segundo dia, não teria sido possível se não tivesse havido essa atitude de grande magnanimidade por parte do ministro da altura. É um momento que permite assumir a culpa política global. [...] A partir do momento em que a culpa não morreu solteira penso que se tornou mais fácil, por um lado, resolver o problema porque já havia, digamos, um culpado provisório e, por outro, que houvesse uma investigação [...] para se perceber as responsabilidades técnicas e operacionais. A responsabilidade política foi logo assumida pelo Governo e pelo Jorge Coelho. Acho que isso abriu... Nós temos tido várias situações em Portugal em que não se consegue passar à avaliação técnica e operacional porque não há um assumir de culpa política.” (Paulo Fonseca, Membro do Governo em 2001, Entrevista, 28.05.2013)

da recusa de Sócrates assumir as Obras Públicas. Prefere continuar no ministério do Ambiente e esperar pela conclusão de uma política que prometia protagonismo e glória mediática. Paulo Pedroso ascende a ministro da Solidariedade. O governo fica cada vez mais parecido com uma federação de ministros com interesses particulares” (Cunha, 2013: 516).

“Há dois níveis de demissões. Primeiro, há a demissão de Jorge Coelho e da equipa dele e esta é uma demissão para proteger o Governo. É uma demissão política que responde às consequências políticas. A gestão da crise implicou a demissão de Jorge Coelho com a lógica de que não iria haver mais demissões. A partir daí o Governo passa a fazer uma gestão nas outras áreas. [...] A demissão de Jorge Coelho foi para dizer que já há um responsável político e agora vamos reparar e tomar medidas. [...] Depois há as demissões que resultam da luta política em torno dos vários interesses em jogo. É a luta política pelos lugares. [...] Perante qualquer crise, os interesses reorganizam-se. Sejam políticos, económicos ou administrativos. Aqui já não está em causa a crise ou o sofrimento das pessoas, mas os interesses em jogo. Essas demissões são uma reorganização pós-crise.” (Luís Coelho, Membro do Governo em 2001, Entrevista, 30.11.2012)

Na sua intervenção durante a primeira sessão plenária da Assembleia da República pós-desastre que conta com a participação do Primeiro-Ministro, António Guterres fará referência à demissão de Jorge Coelho nos seguintes termos:

“[...] [Q]uero terminar estas palavras com a expressão do meu profundo apreço, não isento de amargura pessoal, ao Ministro Jorge Coelho. A sua atitude, seguro, como estou, de que lhe não pode ser imputada qualquer responsabilidade pessoal pelo que aconteceu em Entre-os-Rios, é uma lição para aqueles que pensam que a política é um simples jogo de poder ou que todos os que servem o Estado apenas o fazem para defender um cargo.”

E, mais à frente:

“A grande questão que leva a que os cidadãos se afastem da vida política é, porventura, o facto de terem, muitas vezes, consciência de que, na vida política, não se assumem devidamente as responsabilidades e não se discutem

os temas que mais diretamente os interessam em cada momento. E gostaria de lhe dizer uma coisa simples: talvez tenha feito mais pela credibilidade do nosso sistema político a atitude do Ministro Jorge Coelho... [Interrupção: Vozes do PSD: — Outra vez?! Lá vem outra vez o Ministro Jorge Coelho!] ...do que muito do debate político que ocorreu em Portugal nos últimos meses.”

Num artigo de opinião do *Público*, Vital Moreira (2001) salientara o gesto digno de louvor de assunção de responsabilidade política por parte do ministro de um Governo que tinha nascido “sob a égide de um novo conceito de responsabilidade e ‘accountability’ do poder e dos seus titulares”. Também neste aspeto, Entre-os-Rios a revelar a sua excecionalidade. Nas palavras de Vital Moreira:

“Uma cultura de complacência e de cumplicidade interna dos serviços, conjugada com uma débil tradição e responsabilidade disciplinar e financeira dos altos funcionários e agentes públicos, cria a sensação de que a culpa pertence indefinidamente a um Estado anónimo e impessoal, bem como a aceitação de que os encargos pelos danos e prejuízos devem sair do Orçamento do Estado sem necessidade de apurar culpas individuais. [...] A tragédia de Entre-os-Rios deve ser transformada num desafio à capacidade de reforma da nossa cultura de complacência, irresponsabilidade e impunidade públicas. As vítimas bem o merecem.”

Finalmente, cabe ainda aqui recordar, ainda, que a 9 de março de 2001, por ocasião da tomada de posse de Jorge Sampaio para um segundo mandato como Presidente da República, António Guterres tinha declarado que a demissão de Jorge Coelho, um “golpe irreparável no *núcleo duro* do guterrismo” (Cunha, 2013: 517), encerrava a questão da responsabilidade política na tragédia (Alvarez, 2001).

A demissão de Jorge Coelho, que retira muita da pressão política e da possibilidade de exploração política da crise à qual o colapso parcial da Hintze Ribeiro poderia ter dado lugar, representa, acima de tudo, o sinal *avant-coureur* da tónica de expiação que virá a caracterizar a prática de governação no tempo do durante o desastre, ou seja, no momento da urgência. De facto, mais do que as esperadas, bem que igualmente importantes, destituição de António Martins⁸², presidente o Instituto de Estradas de Portugal, por um lado, e demissão de Mário Fernandes⁸³, do Instituto de Navegabilidade do Douro, por outro, dois funcionários técnicos (Weber, 2000) é a demissão algo inédita de Jorge Coelho, funcionário político (*Idem*), que revela o modo como, no momento da urgência, a prática de governação

⁸² O Presidente do Instituto de Estradas de Portugal, António Martins, será demitido pelo novo Ministro do Equipamento Social, Ferro Rodrigues, a 7 de março de 2001, que assumiu ser esta uma das primeiras ações que devia tomar. António Martins tinha posto o lugar à disposição mas não se demitia por imputar a responsabilidade pelo desastre à falta de meios do IEP e ao Instituto de Navegabilidade do Douro. Na demissão, acompanham António Martins, Guilherme Câncio Martins, Rui Soares e, mais tarde, Vítor Batista.

⁸³ A 11 de abril de 2001, Mário Fernandes, diretor do Instituto de Navegabilidade do Douro, pede a sua demissão após a saída do relatório final da Comissão de Inquérito Ministerial, uma demissão que não colhe unanimidade dado o reconhecimento público do seu trabalho no IND. Mário Fernandes virá a falecer em 2004 e, em abril de 2008, ser-lhe-á feita uma homenagem no cais da Régua, onde foi colocado um busto seu, realçando-se que disciplinou a extração de areias, rentabilizou o constante desassoreamento do rio e começou a construir uma rede de cais ao longo dos 200 quilómetros de canal navegável do Douro. De resto, imediatamente após o pedido de demissão de Mário Fernandes, os autarcas dos concelhos banhados pelo Douro unem-se para apelar ao Governo para a recondução de Mário Fernandes no cargo e entregam no Governo Civil de Vila Real um abaixo-assinado com 2500 assinaturas de apoio ao diretor demissionário do IND.

de expiação do Governo de António Guterres encontra expressão, a nível interno, num processo de responsabilização que conduz a uma demissão de exceção.⁸⁴

Vale a pena referir aqui o excerto de entrevista de Jorge Coelho ao jornalista Fernando Esteves, autor de uma biografia não autorizada sobre o ministro *todo-poderoso* de Guterres, a propósito da madrugada em que toma a decisão de se demitir:

“Faltava fazer o telefonema mais difícil da sua carreira — aquele em que comunicaria ao seu amigo António [Guterres] o fim da aventura conjunta.

— António, acabo de convocar uma conferência de imprensa para anunciar a minha demissão.

— Jorge, pela última vez: não tens de fazer isso. É um exagero da tua parte, garanto-te!

⁸⁴ A anteceder esta demissão, parece-me digno de referência o *braço de ferro* entre Mário Fernandes e José Sócrates, então Ministro do Ambiente, relativamente à responsabilidade pela regulamentação e fiscalização da extração de areias no rio Douro. José Sócrates, que acerca desta matéria tinha declarado “não ter nada que ver com nada”, tinha sido acusado pelo partido Os Verdes de se descartar politicamente do acontecimento, uma crítica à qual se tinha juntado o PSD, e que resultou, na prática, “em nada” (Braga e Pereira, 2001). Segundo Fernando Esteves (2014: 215): “A pessoa mais solicitada do dia [nomeação e Ferro Rodrigues para o lugar de Jorge Coelho], logo a seguir a Jorge Coelho, não foi Ferro Rodrigues. O que os jornalistas queriam saber era se José Sócrates tinha ou tinha sido a primeira opção para o seu lugar. Ao seu estilo, Sócrates aproveitou o tempo de antena para uma curta sessão de comunicação preventiva: ao contrário do que alguns tinham posto a circular, ele rejeitava qualquer responsabilidade na tragédia. ‘Não confundamos causas com responsabilidades’, disse, enfatizando que ‘a fiscalização relativa à estabilidade das obras públicas compete a quem licencia a realização de trabalhos nesses locais.’ Por outras palavras, o responsável estava encontrado e não queria ser ator secundário num filme para o qual não fora convidado.”

— Eh pá, andamos nisto os dois há vinte anos. Tenho de sair para salvar o que já contruímos, temos de defender o projeto. Vou fazer isto não só por mim mas também por ti, pá, pelo projeto, por tudo.

— Mas não tem de ser assim, Jorge...

— Não há outra forma. Uma coisa desta dimensão exige uma tomada de posição radical. São muitos mortos, pá. Temos de dar o exemplo. Se não saio, isto vira-se contra ti” (Esteves, 2014: 211).

Após estas três demissões, sendo a demissão de Jorge Coelho absolutamente central na gestão da crise política induzida pelo desastre, fica encerrado o processo de responsabilização político-institucional, abrindo-se a possibilidade de, agora sim, centrar as atenções na responsabilização técnica.

1.4. O processo criminal: relatórios periciais

Neste ponto, deter-me-ei mais aprofundadamente nos dois relatórios periciais que aparecem em fases distintas do processo-crime aberto pelo Ministério Público:

. o relatório da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), solicitado pelo Ministério Público em 2001, na fase de inquérito, e que tem como objetivo averiguar as responsabilidades penais decorrentes do colapso parcial da ponte Hintze Ribeiro,

. o relatório LNEC/FCTUC, solicitado, na fase de instrução, pelo Tribunal Judicial da Comarca de Castelo de Paiva e entregue em 2004.

A prova pericial é utilizada como meio de produção de prova particularmente forte, uma vez que o tribunal não pode deixar de atender às conclusões aí formuladas, por

se tratar de razões de ciência.⁸⁵ A perícia realizada pela Faculdade de Engenharia não conferiu consistência à acusação formulada, o que se refletiu no despacho de não pronúncia proferido pelo juiz de instrução criminal Nuno Melo.

1.4.1. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2001)

Solicitado pelo Ministério Público, no âmbito do Inquérito n.º 44/2001 da Comarca de Castelo de Paiva, o relatório pericial para indagar as causas do colapso da Ponte Hintze Ribeiro é elaborado por três peritos do departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP): Professores Doutores Fernando Francisco Machado Veloso Gomes (Secção de Hidráulica, Recursos Hídricos e Ambiente), Raimundo Moreno Delgado (Secção de Estruturas) e António José de Magalhães Silva Cardoso (Secção de Geotecnia).⁸⁶

A perícia tem início em julho de 2001, com a entrega das questões formuladas pelo Ministério Público (quesitos) às quais se pretendia uma resposta por parte dos peritos, e é finalizada em dezembro de 2001, sendo entregue ao Ministério Público a 4 de janeiro de 2002. Para além de retomar algumas das questões tratadas nos

⁸⁵ Segundo o artigo 151.º do Código do Processo Penal (CPP), a “prova pericial tem lugar quando a perceção ou a apreciação dos factos exigirem especiais conhecimentos técnicos, científicos ou artísticos”. Quanto ao valor da prova pericial, estabelece o CPP que “o juízo técnico, científico ou artístico inerente à prova pericial presume-se subtraído à livre apreciação do julgador” (art.º 163.º) e que “sempre que a convicção do julgador divergir do juízo contido no parecer dos peritos, deve aquele fundamentar a divergência” (art.º 163.º).

⁸⁶ Apesar de diversas diligências, pessoais e institucionais, informais e formais, não me foi possível entrevistar qualquer participante no relatório pericial da FEUP. O relatório pericial foi consultado no Arquivo do Tribunal de Castelo de Paiva, Inquérito n.º 44/2001, folhas 8792 a 8841.

relatórios das Comissões de Inquérito Ministerial e Parlamentar, introduz duas questões fundamentais: a previsibilidade e a inevitabilidade.

As respostas aos quesitos organizam-se a partir de quatro tópicos principais:

- 1) Qual o mecanismo de colapso da Ponte Hintze Ribeiro?;
- 2) Qual a causa que determinou o colapso parcial da ponte Hintze Ribeiro?;
- 3) Era previsível o colapso parcial da Ponte Hintze Ribeiro?; e
- 4) Poderia ter-se evitado o colapso da ponte Hintze Ribeiro?

Procurarei dar conta das respostas que, globalmente, são dadas para cada um destes tópicos, aprofundando os dois últimos.⁸⁷

1) Qual o mecanismo de colapso da Ponte Hintze Ribeiro?

De acordo com os peritos da FEUP:

“Atendendo à rapidez com que se deu a queda do pilar P4, à posição que veio a ocupar (deitado para o lado do pilar P3 e fazendo um ângulo de cerca de 30°, para montante, com a direção do eixo da ponte) e aos dados barimétricos que apontam nesse sentido, os signatários consideram como mecanismos mais prováveis os que têm como causa principal a erosão do terreno sob a base do caixão.”

2) Qual a causa que determinou o colapso parcial da ponte Hintze Ribeiro?

Antes de responder a este quesito, duas hipóteses são consideradas: a hipótese de ter ocorrido um abalo sísmico, afastada em absoluto, e a hipótese de ter ocorrido o

⁸⁷ De ora em diante, designa-se as referências às respostas aos quesitos pelos peritos da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto por FEUP, 2001.

choque de uma embarcação ou de qualquer outro corpo na estrutura da ponte, hipótese que não sendo “absolutamente” afastada é tomada como pouco provável, na medida em que não foram encontradas “marcas visíveis” de um qualquer embate em observações subaquáticas subsequentes.

Que fenómenos poderão, então, ter estado na origem do rebaixamento do leito do rio na zona de implantação do pilar P4, de tal forma que terá atingido a cota da base do caixão de fundação? Sem estabelecer qualquer hierarquia, e isso é importante, os peritos da FEUP apontam três:

1. A extração clandestina de sedimentos nas proximidades da ponte;
2. A sucessão de cheias no rio Douro e afluentes e a sua persistência; e
3. Os impactos na morfologia do leito do rio, ainda em curso, associados à construção de aproveitamentos hidráulicos no rio Douro, em Portugal e em Espanha.

Quanto à falha na fiscalização e à falta de manutenção, respondem os peritos com a “falta de perceção clara da possibilidade de progressão da erosão dos fundos — já evidente em 1986 (relatório da ITS) — que pudesse pôr em perigo a estabilidade das fundações dos pilares da ponte” (FEUP, 2001: 45). Essa falta de perceção teria sido agravada por dois factores: um ano hidrológico inusual (2000/2001), por um lado, e as “indecisões e alterações de posição, com eventuais perdas de informação ou de capacidade de a processar devidamente, quanto às medidas a que a Ponte Hintze Ribeiro iria ser sujeita” (*Idem*), por outro. O enfoque a recair, pois, sobre a Natureza e sobre a indecisão política relativamente ao destino da Hintze Ribeiro ou de uma nova travessia em Entre-os-Rios.

3) Era previsível o colapso parcial da Ponte Hintze Ribeiro?

Para responder a este quesito, os peritos centram-se no relatório das filmagens subaquáticas realizadas pela ITS em 1986 que revelaram, entre outros aspetos, a existência de banquetas de enrocamento nos pilares P2 e P3 e a sua inexistência no pilar P4, e que recomenda uma reparação nas sapatas base dos pilares P2 e P3 e a execução de uma proteção em banquetas de enrocamento para o pilar P4. Recomendações que não foram acatadas pela JAE.

“[A] partir de 1989 (ao abandonar a ideia de reforçar e alargar a ponte, o que implicava reforçar as fundações por razões de aumento da carga, preconizando-se apenas a execução de arranjos e beneficiações, sem intervenção nos pilares) não houve capacidade para perceber que tinha ficado por resolver a questão suscitada pela recomendação da ITS respeitante à proteção em banquetas de enrocamento do pilar P4, como existia nos pilares P2 e P3” (FEUP, 2001: 45-6).

O relatório da ITS, por um lado, “não lança um alerta inequívoco em relação à situação de vulnerabilidade a fenómenos de erosão do leito em que já se encontrava a fundação do pilar P4” e, por outro, “não terá havido da leitura desse relatório uma perceção para uma possível progressão da instabilidade da fundação por erosão dos fundos” (FEUP, 2001: 35). Indubitável é o facto de o relatório de 1986 demandar uma “intervenção corretora ou mitigadora” (*Idem*).

4) Poderia ter-se evitado o colapso da ponte Hintze Ribeiro?

Na resposta a este quesito diversos aspetos são colocados em relação. Primeiro, que o colapso do pilar não se ficou a dever a cargas excessivas. Segundo, a inexistência em Portugal de “regulamentação ou normas que estipulem com carácter obrigatório,

procedimentos relativos à inspeção de pontes” (FEUP, 2001: 47). Terceiro, que, tendo em conta o que aconteceu nos pilares P2 e P3, “é plausível considerar que se tivesse sido realizada uma proteção com enrocamento na envolvente da fundação do pilar P4, a profundidade de erosão poderia ter sido menor do que a verificada aquando do acidente, caso essa banquetta se tivesse mantido estável”. A reserva relativamente à estabilidade da banquetta decorre da excecionalidade do ano hidrológico 2000/2001. Concluem, deste modo, os peritos que:

“Tendo presente que o acidente ocorreu na sequência de uma série de cheias, que terão provocado um acelerar do processo de erosão do fundo do rio, não é certo que mesmo que se tivesse detetado que a erosão atingia níveis preocupantes (eventualmente através de dispositivos automáticos instalados na ponte) que houvesse tempo para a tomada de medidas que evitassem a continuação do processo que conduziu ao colapso. O que teria sido possível era impedir o trânsito na ponte, na sequência de um alarme, e portanto ter evitado a ocorrência de vítimas” (FEUP, 2001: 47).

Poderia ter-se evitado o colapso da ponte Hintze Ribeiro? Aparentemente, é negativa a resposta a esta pergunta. O alarme poderia, porém, ter evitado a ocorrência de vítimas.

1.4.2. Laboratório Nacional de Engenharia Civil e Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (2004)

Solicitada, na fase de instrução, nova perícia para indagar as causas do colapso da ponte Hintze Ribeiro, esta é realizada por cinco peritos: o Engenheiro João Soromenho Rocha, do LNEC, e quatro professores da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra — Professores Doutores Luís Joaquim Leal

Lemos (Geotécnica), Vítor Dias Silva (Estruturas), José Simão Antunes do Carmo (Hidráulica) e Carlos Alberto da Silva Rebelo (Estruturas).

As respostas aos quesitos organizam-se agora a partir de três tópicos principais:

- 1) Qual a causa que determinou o colapso parcial da ponte Hintze Ribeiro?;
- 2) Era previsível o colapso parcial da Ponte Hintze Ribeiro?; e
- 3) Poderia ter-se evitado o colapso da ponte Hintze Ribeiro?

Tal como relativamente ao relatório anterior, procurarei dar conta das respostas globais a cada um destes tópicos⁸⁸.

1) Qual a causa que determinou o colapso parcial da ponte Hintze Ribeiro?

Para os peritos do LNEC e da FCTUC não subsistem dúvidas relativamente a esta questão: a extração de areias mais acentuada na zona da antiga barra da curva foi a causa que mais contribuiu para o rebaixamento e conseqüente instabilização do leito do rio que levou à queda do pilar. A comparação entre a topografia mais recente, desde 1982, e a topografia mais antiga, de 1913, revela que a barra da curva onde foi construída a ponte era mais ampla. Essa barra sofreu uma forte diminuição na sua largura devido à extração de areias, podendo afirmar-se que a extração nesse local ocorreu privilegiadamente entre 1976 e 1985, pela empresa Licínio e Leite (LNEC/FCTUC, 2004: 22). O rebaixamento do leito do rio Douro junto à ponte, mais acentuadamente na zona da antiga barra da curva, deve-se à soma da extração na barra, antes de haver albufeira, com a extração a montante que impediu a reposição de areias nessa zona (Imagens 9 e 10).

⁸⁸ De ora em diante, designa-se as referências às respostas aos quesitos pelos peritos pela sigla LNEC/FCTUC, 2004.



Imagem 9. Vista aérea da ponte Hintze Ribeiro pós-colapso, com a barra do lado direito da
imagem

Fonte: www.infopedia.pt



Imagem 10. Vista aérea da ponte Hintze Ribeiro pós-colapso, com a curva do rio do lado esquerdo
da imagem

Fonte: masinho.blogs.sapo.pt

A principal causa para a queda do pilar P4 da ponte Hintze Ribeiro fica, deste modo, a dever-se à erosão geral causada pela extração de areias do fundo do rio, um processo artificial que deixa cicatrizes profundas e que é facilmente reconhecível nos levantamentos (LNEC/FCTUC, 2004: 12).

A ponderação das contribuições percentuais entre 1913 e 2001 para aferir da importância relativa no rebaixamento do leito do rio dos fenómenos naturais e da extração de areias, distribui-se da seguinte forma:

. Fenómenos naturais: 20%

. Extração de areias: 80%

A hierarquia não podia ser mais clara. A importância relativa das cinco cheias que se verificam entre 2000 e 2001 aumenta, pois, em razão direta do rebaixamento do leito do rio provocado pela extração de areias.

“O rebaixamento do leito do rio ficou a dever-se predominantemente a dragagens efetuadas a menos de 500 m da ponte. Essas dragagens foram efetuadas em toda a barra da curva, em cerca de 1 km, quer a jusante, mas especialmente a montante da ponte, com forte incidência após o ano de 1975. Após o enchimento da albufeira de Crestuma-Lever, em 1986, as dragagens na zona da ponte terão diminuído de intensidade, mas o aumento das dragagens na albufeira a montante da ponte contribuiu para a continuação do rebaixamento do leito do rio.” (LNEC/FCTUC, 2004: 29)

Além das dragagens, a sucessão de cheias no rio Douro fariam rebaixar temporariamente o leito do rio.⁸⁹ Porém, garantida a alimentação de sedimentos arenosos, haveria a tendência para o assoreamento local, repondo as condições antigas, após a passagem de cheias importantes. Não havendo a alimentação suficiente de areias, o fundão criado pela dragagem não tem possibilidade de ser assoreado, repondo as condições anteriores à dragagem.

Recapitulando, organizados os processos de erosão por ordem crescente de importância temos:

⁸⁹ O rebaixamento entre 2000 e 2001, no valor de 4 metros, é principalmente consequência das cinco cheias observadas em 2000/2001 (LNEC/FCTUC, 2004: 21).

- . Erosão geral, ou degradação, causada por uma tendência de diminuição da alimentação de sedimentos. No presente caso essa erosão terá sido aumentada pela extração de areias a montante da ponte.
- . Erosão geral temporária durante a passagem das cheias. Essa erosão é recuperada tempos depois, podendo no caso do rio Douro ser da ordem das semanas.
- . Erosão localizada junto aos pilares da ponte. É parcialmente temporária, embora permaneça alguma erosão até aos caudais muito baixos.
- . Erosão geral causada pela extração de areias do fundo do rio (LNEC/FCTUC, 2004: 12).

2) *Era previsível o colapso parcial da Ponte Hintze Ribeiro?*

A introdução da questão da previsibilidade do colapso da ponte reforça a ausência de perceção técnica do risco que, por sua vez, implica o regresso dos atores que vinham sendo repetidamente destacados publicamente: o Instituto de Navegabilidade do Douro, a Junta Autónoma de Estradas e institutos sucedâneos, a ITS, a CÊGÊ e a ETEC.

Por altura do colapso da Hintze Ribeiro, era conhecido na literatura da especialidade o risco de colapso de pontes devido à erosão de fundos e, em especial, devido à infraescavação junto às fundações (LNEC/FCTUC, 2004: 31).

“[E]m 1988 eram conhecidos os fenómenos de erosão localizada, tanto em Portugal, onde tinham já ocorrido pelo menos dois acidentes nas décadas de 70 e 80 (Ponte de Penacova e Ponte da Foz do Alva) como noutros países. [...] Em 1998 o problema está já suficientemente estudado para que situações de acidente possam ser evitadas. Para além do conhecimento sobre o fenómeno em si (*Scour Manual*) tinham já sido desenvolvidos aparelhos de medida específicos para a deteção da erosão localizada” (LNEC/FCTUC, 2004: 33).

Além disso, segundo os peritos, existia de facto documentação técnica para uma “caracterização suficiente da [...] estabilidade [da ponte]” (LNEC/FCTUC, 2004: 30), nomeadamente as filmagens subaquáticas às fundações dos pilares, realizadas em 1986 pela ITS, e as sondagens dos pilares realizadas em 1988 pela CÊGÊ (*Idem*). O que era, então, possível inferir, à luz do conhecimento contemporâneo, das filmagens de 1986 e das inspeções de 1988?

Relativamente às primeiras, o que se procura saber, concretamente, é se a inspeção subaquática de dezembro de 1986 é conclusiva quanto ao estado de conservação, condições de estabilidade e de segurança dos pilares. Para os peritos a resposta é clara:

“Sim, quanto ao estado de conservação. Quanto à estabilidade e segurança, não são tecidas considerações acerca das condições da fundação, nomeadamente no que respeita à profundidade a que se situa a base da fundação por ser manifestamente impossível fazê-lo com inspeção visual. No entanto, foi possível verificar que existia um abaixamento considerável do nível do fundo do rio, particularmente junto ao pilar P4, tendo-se detetado que o nível de areia estaria à cota -2,40 metros (cerca de 23+15 metros abaixo do nível do tabuleiro). As filmagens só poderiam ser conclusivas quanto à segurança dos pilares se fosse conhecida a cota da base da fundação. Esta cota foi determinada em data posterior (setembro de 1988) com base numa prospeção geológica realizada pela firma CÊGÊ, a qual detetou, no caso da fundação do pilar P4, a parte superior da campânula metálica usada para a escavação a 43-44 metros abaixo do nível do tabuleiro e a aluvião do fundo do rio a 45,8 metros” (LNEC/FCTUC, 2004: 35).

O que se poderia, então concluir, ao nível das condições de estabilidade da inspeção subaquática de 1986 e das sondagens aos pilares de 1988?

“Não é do conhecimento dos peritos que em 1988 ou em 1998 [referência à inspeção visual realizada pela JAE] tenham sido realizados quaisquer cálculos que permitissem chegar a conclusões sobre a estabilidade do pilar. No entanto, já em 1988 existiam elementos que o permitiriam fazer, dado que, com base em inspeção subaquática (1986) e sondagem aos pilares (1988) era possível identificar o nível da base de fundação e a provável altura de 8,8 metros de areia acima dessa base. Em 1998, tendo em conta a evolução do fundo do rio entre os levantamentos efetuados nos anos de 1989 e 2000, o fundo teria descido mais 1 metro, o que teria feito diminuir a provável altura de areia acima da base de fundação para 7,8 metros, piorando a situação. Faz-se notar que no Anexo Técnico 2 da Comissão de Inquérito de abril de 2001 a erosão localizada foi calculada como sendo cerca de 8 a 9 metros, valor que mostra a situação crítica do pilar P4. No Anexo 1.4 também se apresentam cálculos da erosão localizada, um pouco menores, mas que mostram a mesma situação crítica” (LNEC/FCTUC, 2004: 36-7).

Em 1988, o pilar P4 já não apresentava condições de segurança porque a distância entre o fundo e a base da fundação (8 metros) já era inferior à distância considerada segura (13 metros). Por essa altura era igualmente previsível que os oito metros de areia viessem a desaparecer devido à erosão localizada. A quem cabia essa previsão? “Essa previsão poderia ser feita em conjunto pelas entidades responsáveis pelo domínio público hídrico e pelos responsáveis pela inspeção e manutenção das obras de arte rodoviárias” (LNEC/FCTUC, 2004: 37), ou seja, para além da JAE e dos Institutos que lhe sucederam é aqui introduzido um novo ator: o Instituto da Água.

Concluindo, a manter-se — como, de resto, se manteve — a extração de areias a montante da ponte até à barragem do Carrapatelo, era previsível que se acentuasse a situação crítica em que se encontrava o pilar P4. Era, deste modo, possível ter uma perceção técnica do risco em 1988 (após a inspeção subaquática e a inspeção às fundações) e em 1998 (quando da inspeção de rotina realizada pela JAE) (LNEC/FCTUC, 2004: 39).

3) Poderia ter-se evitado o colapso da ponte Hintze Ribeiro?

O relatório pericial elaborado pelo LNEC e pela FCTUC levanta igualmente a questão de saber se o colapso da ponte Hintze Ribeiro poderia ter sido evitado. A resposta é claramente afirmativa. De facto, segundo o relatório, a nível internacional, a implementação de programas de monitorização das condições de serviço e segurança de pontes remonta à década de 60. Os Estados Unidos da América servem aqui de exemplo para demonstrar como, na sequência do colapso da *Silver Bridge* (1967, 47 vítimas mortais) e, posteriormente, das *Schoarie Creek Bridge* (1987, 10 vítimas mortais) e *Mill Point Bridge* (1987, sem vítimas), foi desenvolvido um manual de inspeção e um reforço da formação dos técnicos da *Federal Highway Administration*, no sentido de facilitar a identificação de situações de erosão das fundações. Em Portugal, a inspeção e conservação de pontes é uma preocupação que se pode situar nos inícios da década de 80.⁹⁰ Relativamente à sua periodicidade, o

⁹⁰ De facto, em dezembro de 1985, a JAE celebra com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil um protocolo de acordo de colaboração, o qual abrangia três grandes domínios de atividade do LNEC: vias de comunicação, geotecnia e estruturas. De acordo com o acórdão de absolvição que virá a ser proferido pelo coletivo de juízes em 2006: “Tal protocolo, no campo das pontes, previa uma colaboração de carácter geral correspondente a uma assessoria global principalmente dirigida aos domínios da patologia e da gestão de pontes, nele se referindo como ações cobertas pelo protocolo, no ponto 4 a ‘preparação de

relatório é claro ao afirmar que não existia uma programação das atividades de inspeção e de trabalhos de conservação na JAE (LNEC/FCTUC, 2004: 41). No que à inspeção e conservação de pontes em Portugal diz respeito, a conclusão dos peritos de Lisboa e de Coimbra aproxima-se claramente das conclusões das Comissões de Inquérito Ministerial e Parlamentar.

Apesar do seu âmbito ser o da segurança rodoviária e não estrutural, o estudo da ETEC deveria ter permitido alertar para os perigos, para os riscos, e é este aspeto que determinará a acusação de violação das regras técnicas a observar no planeamento de modificação de construção, imputada à empresa privada.

Não se pode, porém, descartar o impacto negativo da opção, não concretizada, pela construção de uma nova ponte em Entre-os-Rios. Uma omissão que se pode classificar de política.

“Os estudos solicitados em 9 de maio de 1989 pela Direção de Serviço de Pontes, Divisão de Conservação (DSP-DC), e elaborados pela ETEC Lda. padecem do erro de omissão relativa à verificação da segurança estrutural da ponte, nomeadamente no que aos pilares e fundações diz respeito. Antes e durante o estudo prévio realizado pela ETEC Lda. para o reforço e alargamento da Ponte Hintze Ribeiro foram coligidas informações importantes relativas ao estado de conservação geral da ponte, em especial no que aos pilares e fundações dizia respeito (filmagens ITS e sondagens CÊGÊ). Dado

manuais de inspeção de pontes e realização de cursos de inspeção para técnicos da JAE e para projetistas’ e no ponto 5 a colaboração na aquisição pela Direção dos Serviços de Pontes de equipamento de inspeção”. E mais à frente: “Apesar da celebração do protocolo entre o LNEC e a JAE em 1985, nunca foi elaborado um manual de inspeção das obras de arte a cargo da JAE” (ATCP, 2006).

que se tinham detetado algumas deficiências potencialmente determinantes das condições de estabilidade tanto na superestrutura (carlingas e longarinas) como nas fundações (fundação em aluviões, deterioração dos caixões de fundação, inexistência de enrocamento do pilar P4, nível anormalmente baixo do fundo do rio junto aos pilares P2, P3 e P4) seria de esperar que o estudo prévio elaborado num contexto de alargamento/reforço da ponte fosse encarado, tanto pelo dono-de-obra como pelo projetista de forma mais cuidada. Pelo dono-de-obra na medida em que deveria ter feito evoluir, sem ambiguidades, o estudo prévio feito para um projeto definitivo de reforço da estrutura existente, no qual o problema das fundações seria inevitavelmente encarado. Pelo projetista na medida em que o conhecimento das condições de fundação que acumulara na elaboração do estudo prévio deveria ter sido refletido no estudo que seguidamente apresentou” (LNEC/FCTUC, 2004: 52).

Recapitulando, segundo o LNEC e a FCTUC:

. Por altura da queda da ponte Hintze Ribeiro, existia experiência de instrumentação de estruturas de pontes expostas a riscos especiais com o objetivo de acompanhar a evolução do comportamento estrutural mas não de monitorizar as infraescavações nas fundações (LNEC/FCTUC, 2004: 44).

. Em 1988, não eram ainda comercializados os dispositivos automáticos de controlo da profundidade do leito do rio que só em meados da década de 90 começaram a ser comercializados.

“De qualquer modo, os levantamentos existentes em 1988 permitiam concluir que apenas existiam cerca de 9 metros de areia acima da base do caixão. Caso esta situação tivesse sido analisada, com base no risco de erosão localizada, teria levado à implementação de medidas que teriam evitado a ruína da ponte” (LNEC/FCTUC, 2004: 45).

1.5. Regresso ao processo criminal

Recuemos ligeiramente no tempo. No dia 5 de março de 2001, o Ministério Público de Castelo de Paiva abre um processo de inquérito destinado a averiguar as responsabilidades criminais decorrentes do colapso parcial da ponte Hintze Ribeiro. Numa nota para a comunicação social de 9 de março de 2001 (Nota n.º 3/2001), a Procuradoria-Geral da República (PGR) esclarece ter determinado que, em razão da complexidade processual consequente e da repercussão social do caso, o magistrado titular do processo passasse a ser o Procurador-Geral Adjunto Dr. António Pinto Hespanhol, que exercia funções na Procuradoria-Geral Distrital do Porto.

A 26 de fevereiro de 2002, quase um ano após o desastre, a PGR emite uma nova nota à comunicação social (Nota n.º 1/2002) para esclarecer que, primeiro, desde abril de 2001, António Pinto Hespanhol passou a trabalhar no inquérito em dedicação exclusiva, coordenando uma equipa constituída por mais três procuradores da República, o representante do Ministério Público (MP) na comarca de Castelo de Paiva e diversos oficiais de justiça. Segundo, que o prazo indicado para a ulitimação desta fase processual não se encontra ainda ultrapassado.

A 11 de fevereiro de 2002, a PGR emite uma terceira e última nota à comunicação social (Nota n.º 10/2002, Lisboa, 11 de novembro de 2002) para clarificar as informações contidas nas notícias difundidas através de diversos órgãos de comunicação social sobre a conclusão da investigação e o encerramento do inquérito criminal relativo ao colapso da ponte de Entre-os-Rios.

Entre outros esclarecimentos, informa a PGR que “ao longo de 19 meses, foram efetuadas diligências exaustivas com vista ao apuramento da verdade, no quadro da averiguação de eventuais responsabilidades criminais”, na sequência das quais foi apurada “uma factualidade que permitiu constituir nove arguidos (todos eles, pessoas singulares), tendo sido deduzida acusação contra seis”. A acusação diz respeito “à prática de crimes de violação das regras técnicas, agravados pelo resultado”.

Nestas notas de imprensa, a PGR assume o carácter excecional do processo. De facto, não apenas é nomeado um procurador de topo de carreira em dedicação exclusiva, como é constituída uma equipa com mais três procuradores e um magistrado do Ministério Público. Um processo complexo, mediatizado e excecional, que justifica a disponibilização de meios humanos e financeiros necessários ao prosseguimento das investigações.

Durante o inquérito serão constituídos nove arguidos. Relativamente a seis engenheiros é deduzida acusação.⁹¹ São estes, quatro da JAE e dois sócios fundadores da ETEC, Lda.:

- . Jorge Pessoa Barreiros Cardoso, Engenheiro civil, JAE;
- . Aníbal Soares Ribeiro, Engenheiro civil, JAE;
- . José Carlos Baptista dos Santos, Engenheiro civil, JAE;
- . Manuel Lourenço Ferreira, Engenheiro civil, JAE;
- . Carlos Morais Guerreiro, Engenheiro civil, ETEC; e
- . José da Mota Freitas, Professor associado convidado da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, ETEC.

⁹¹ Para uma breve biografia dos arguidos Cf. Anexo 8.

Relativamente aos restantes arguidos, foi proferido despacho de arquivamento do inquérito criminal. São estes:

- . Mário Fernandes, Engenheiro, Diretor do Instituto de Navegabilidade do Douro;
- . Guilherme Câncio Martins, Arquiteto, Administrador-delegado do Instituto para a Construção Rodoviária (ICOR), do Instituto das Estradas de Portugal, cargo que, na sequência da Resolução n.º 125/2000 do Conselho dos Ministros, passa formalmente a desempenhar a partir de 24 de agosto de 2000; e
- . Luís Filipe Loureiro, Diretor do Serviço de Pontes da JAE entre 1991 e 1998.

Trata-se de um processo complexo, com mais de 28000 folhas, que se arrasta inevitavelmente por sete anos.⁹² Há, todavia, três momentos-chave que não posso deixar de referenciar: 1) o despacho de não pronúncia do juiz de instrução Nuno Melo; 2) o acórdão do Tribunal da Relação do Porto que decide levar a julgamento seis engenheiros, dando provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público, do despacho de não-pronúncia do Juiz de Instrução Criminal⁹³; e 3) o acórdão do

⁹² Para uma cronologia do processo-crime Cf. Anexo 9. Renovo aqui o meu agradecimento a Paula Fernando pela preciosa ajuda neste capítulo.

⁹³ Na sequência da decisão do Tribunal da Relação do Porto, o Conselho Diretivo da Ordem dos Engenheiros reage de imediato emitindo, a 24 de janeiro de 2005, um comunicado de imprensa no qual chama a atenção para os factos apurados pela Comissão de Inquérito Ministerial que, segundo a Ordem, coloca o pendur da responsabilidade na extração de inertes. “A comunicação social deu conhecimento da decisão do Tribunal da Relação do Porto, de levar a julgamento seis Engenheiros, dando provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público, do despacho do Juiz de Instrução Criminal proferida a 25 de Março de 2004, que tinha optado por não pronunciar qualquer arguido. Decorridos cerca de quatro anos sobre a data do acidente, e atendendo ao respeito pelas vítimas e seus familiares e pelo bom-nome dos Engenheiros acusados, exige-se que seja feita justiça de forma célere, ilibando os inocentes e, atendendo às conclusões do Relatório da Comissão de Inquérito, apurando os verdadeiros responsáveis pelo colapso da ponte. A Ordem dos

Tribunal Coletivo de Castelo de Paiva (Juiz-Presidente Teresa Silva) que absolve todos os arguidos do processo e nega provimento ao pedido de indemnização conjunto (Estado, Segurança Social e familiares das vítimas). Cingir-me-ei a este último.

Recorde-se que os arguidos estavam pronunciados pela violação das regras técnicas a observar no planeamento de modificação de construção, agravado pelo resultado, ou seja, a morte de cinquenta e nove pessoas.

Na base da absolvição dos arguidos encontram-se dois elementos principais. O primeiro, prende-se com o facto de saber se:

Engenheiros entende recordar as posições que anteriormente já tinha divulgado, nomeadamente no comunicado de 25 de Março de 2004, de onde se salienta o seguinte: 1. De acordo com o Relatório da referida Comissão de Inquérito, presidida pelo então Diretor do LNEC e integrada pelo Bastonário da Ordem dos Engenheiros e pelo Inspetor-Geral das Obras Públicas, a causa direta do sinistro foi a descida do leito do rio na zona do pilar P4 até um nível de tal modo baixo que foi originada por erosão ou por redução da resistência ao carregamento, a perda de suporte do terreno situado sob o caixão de fundação e o consequente colapso do pilar e do tabuleiro; 2. Esta falta de suporte foi consequência, por um lado, da ocorrência de caudais e cheias anormais nos meses precedentes ao acidente e, por outro lado, ao regime excessivo de extração de areias, quer autorizada, quer clandestina e sem controlo que, ao longo dos anos, se verificou nas zonas a montante e a jusante da Ponte em causa; 3. Nos anos que antecederam o sinistro, verificou-se uma sucessiva alteração e sobreposição de competências, quer quanto à responsabilidade de conservação das pontes, quer quanto à concessão e fiscalização das atividades de extração de areias do Rio Douro; 4. Verifica-se que os seis Engenheiros acusados pelo MP não são, em nosso entender, responsáveis pelas causas pelas quais a ponte ruiu, - nem pela incoerência das atribuições relativas ao licenciamento e fiscalização da extração de areias; - nem pela falta de técnicos de fiscalização e de outras deficiências na organização dos serviços; - nem pelas orientações e decisões relativas às obras a realizar ou suspender.”

“[O]s dados obtidos em 1986 na inspeção subaquática aos pilares da ponte e as informações decorrentes das sondagens efetuadas em 1988 pela CÊGÊ, entre si conjugados, demonstravam ou não uma clara situação de vulnerabilidade a fenómenos de erosão da fundação do pilar P4, e, mais do que isso, se esses dados evidenciavam ou não uma situação de perigo de colapso do pilar P4.”

E o segundo, “averiguar se efetivamente as afirmações enunciadas na pronúncia como sendo ‘regras técnicas’ têm na realidade essa natureza.”

Relativamente ao primeiro aspeto, o coletivo de juízes assinala que:

“Desde logo os Srs. Peritos da primeira e da segunda perícia, em sede de julgamento, foram unânimes em afirmar que só com base nos relatórios da ITS e da CÊGÊ, (ou seja, sem qualquer outro elemento) nada podiam concluir em termos de segurança do pilar P4, nem afirmar que era evidente a erosão junto desse pilar. É que sem referências anteriores e posteriores é impossível tirar conclusões.”

Mais:

“Para elaborarem esses relatórios e esclarecimentos escritos os Srs. Peritos não se colocaram nunca, nem, como salientaram, tal lhes foi pedido em qualquer um dos quesitos que serviram de base ao trabalho desenvolvido, no ponto de vista do agente situado *ex ante* a ocorrência dos factos. Ora, se as conclusões que podem extrair-se do ponto de vista *ex post* podem ser, como são, relevantes para a compreensão do que se passou, já perdem relevância jurídica quanto ao julgamento da conduta do agente, ou de quem tem de intervir, em dado momento, anterior à ocorrência dos factos, e com determinados dados nesse momento disponíveis. Foi essa reconstituição, no âmbito pericial, da perspectiva *ex ante* em que estiveram colocados os arguidos no momento das

suas intervenções, que o Tribunal procurou fazer em sede de julgamento junto de cada um dos Srs. Peritos, porquanto dúvidas não temos de que esta perspetiva *ex ante*, do agente que intervém nos factos, e não a do observador que *ex post* os analisa, os procura reconstituir e explicar, é que se torna relevante quando se trata de apreciar questões de responsabilidade penal, como sucede *in casu*.”

Isolados *a posteriori* todos os elementos que concorrem para o desfecho do desastre, torna-se relativamente fácil refazer a cadeia de acontecimentos ou o *período de incubação do desastre* (Carr, 1932; Turner, 1978). Ou seja, reconstruída a *cadeia de acontecimentos*, ordena-se o inexplicável numa série de transparências. Estilhaça-se, desta forma, a excecionalidade do acontecimento para se ficar perante uma inevitabilidade. O que o coletivo de juízes questiona é, porém, o poder de prevenção, na aceção de J.-P. Dupuy (2004), não da cadeia de acontecimentos em si, mas de cada elo dessa cadeia quando considerado isoladamente.

Relativamente ao segundo aspeto, definida a regra técnica como “uma norma de ação concreta dirigida a um engenheiro que, perante uma situação concreta, lhe impõe uma conduta determinada”, o coletivo de juízes entendeu que as afirmações feitas na pronúncia não constituem regras técnicas. De facto, se se consultar o Anexo 5, no qual são sumariamente apresentadas as intervenções de que foi objeto a ponte Hintze Ribeiro, não se pode concluir que, do ponto de vista técnico, esta tenha sido negligenciada. Pelo contrário, a Hintze Ribeiro foi objeto de atenções que, no contexto das obras de arte portuguesas, se podem considerar de exceção. O que o coletivo de juízes questiona é a existência de “regras técnicas codificadas, escritas, relativas à manutenção e inspeção de pontes em Portugal”. De facto, antes

da queda parcial da Hintze Ribeiro, as regras técnicas pelas quais se orientava a manutenção e inspeção de obras de arte em Portugal:

“[M]ais não [eram] do que constatações, princípios genéricos, alguns até de senso comum, mas não regras técnicas, já que a arte da engenharia, o agir técnico concreto de um engenheiro, não se rege por princípios genéricos ou de senso comum.

[...]

Aliás, os próprios Srs. Peritos, tanto os da primeira perícia como os responsáveis pela segunda perícia, nos esclarecimentos prestados em audiência, confirmaram de igual modo essa ausência de regras técnicas codificadas, escritas, relativas à manutenção e inspeção de pontes em Portugal [...].”

A percepção do risco dependeria da sua codificação num conjunto de regras escritas?

Na sequência deste acórdão, interposto novo recurso pelo Ministério Público junto do Tribunal da Relação do Porto, em 2008, três juízes-desembargadores do Tribunal da Relação do Porto negam provimento ao recurso apresentado, pondo fim ao processo. Um fim, na verdade, que só virá efetivamente a acontecer em 2009, com a decisão do Conselho de Ministros para a inclusão do valor das despesas das custas judiciais nas indemnizações a pagar aos herdeiros das vítimas da queda da ponte de Entre-os-Rios. Segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2009, de 12 de maio de 2009:

“Na sequência da trágica queda da ponte que ligava as margens do rio Douro em Entre-os-Rios e Castelo de Paiva, ocorrida no início de Março de 2001, e da qual resultou um elevado número de vítimas, o Estado assumiu a responsabilidade de indemnizar os respetivos familiares. Nesse sentido, foi

elaborado um plano de ação que permitiu ao Estado facultar a esses familiares um procedimento extrajudicial célere e alternativo para obtenção das indemnizações pelas perdas e prejuízos verificados. Este procedimento de determinação das indemnizações aos herdeiros das vítimas da queda da ponte sobre o rio Douro em Entre-os-Rios e Castelo de Paiva foi estabelecido pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 29-A/2001, de 9 de Março, e contou com a colaboração do Provedor de Justiça e da Ordem dos Advogados. Sucede, no entanto, que, quer no momento da decisão que culminou na referida resolução do Conselho de Ministros quer no momento da determinação, pela comissão especialmente criada para o efeito, dos montantes indemnizatórios a pagar pelo Estado, não era ainda possível prever alguns dos prejuízos que os herdeiros das vítimas viriam a ter. Por este motivo, torna-se necessário complementar o regime previsto na Resolução de Conselho de Ministros n.º 29-A/2001, de 9 de Março, prevendo que ao valor já atribuído aos herdeiros das vítimas seja acrescido valor equivalente àquele que os referidos herdeiros tiveram com custas judiciais em processos diretamente resultantes da queda da ponte sobre o rio Douro em Entre-os-Rios e Castelo de Paiva.”

Como se verá, a inclusão das custas judiciais nas indemnizações pagas aos familiares das vítimas insere-se na lógica dos *direitos de exceção* que foram outorgados aos familiares das vítimas. *Direitos de exceção* traduzidos numa compensação/reparação pecuniária que está longe da *verdade* e da *responsabilização* que constituía a expectativa máxima dos familiares das vítimas relativamente ao processo-crime. A culpa não podia morrer solteira.

Que lugar ocupam, então, os relatórios periciais na *verdade*?

Recapitulando, ao contrário do que aconteceu aquando da decisão de 2004 do juiz de instrução criminal Nuno Melo⁹⁴, que decide pela não-pronúncia dos 29 arguidos⁹⁵, o coletivo de juízes considera efetivamente os relatórios periciais, mas desta feita para, em sede de prestação de declarações em audiência, desfazer as certezas de que se revestiam as suas conclusões quando apresentadas sob a forma de resposta aos quesitos. Embora os relatórios periciais se afigurem como fundamentais para compreender as causas diretas e o mecanismo de colapso do pilar P4 não constituem prova. A discussão do processo de Entre-os-Rios foi, no geral, toda ela construída em torno da prova pericial. Eram ou não suficientes os dados de que os engenheiros acusados dispunham, à altura, para uma avaliação inequívoca da insegurança estrutural do pilar P4? Era ou não exigida, do ponto de vista técnico, uma atuação diferente por parte dos arguidos? Possuíam ou não, os arguidos, informação factual que lhe permitisse agir diferentemente? Existiam ou não regras técnicas que impusessem um determinado modo de atuação? O coletivo de juízes é perentório:

⁹⁴ Na altura em declarações à comunicação social o juiz Nuno Melo explicava, da seguinte forma a sua decisão. “A decisão teve por base a minha convicção de que terão sido causas naturais as responsáveis diretas pela queda da ponte’, explicou o magistrado aos jornalistas, após a leitura do longo despacho de arquivamento. Mas Nuno Melo aludiu, ainda que lateralmente, a eventuais responsabilidades políticas neste caso. ‘O processo é muito limitativo, no sentido em que eu nunca me poderia pronunciar sobre pessoas que não estão (nele)’, considerou, acrescentando que ‘o Estado nunca pode ser responsabilizado, pois um processo penal implica pessoas concretas’. Nuno Melo recordou ainda que não compete ao tribunal apurar responsabilidades políticas. ‘Isso compete aos eleitores’” (Campos e Barros, 2004).

⁹⁵ Por esta altura, para além dos seis engenheiros inicialmente acusados pelo Ministério Público, tinham sido constituídos arguidos 22 areeiros, das sete empresas de extração de areias a operar no Douro, e Mário Fernandes, do Instituto de Navegabilidade do Douro. Cf. Anexo 9

“Uma coisa é explicar o que se passou e outra é saber o que poderia ter sido previsto antes de a ponte ter caído, exercício que não fizeram no relatório pericial. Quer dizer, é possível compreender e explicar, mas não prever tudo, nem evitar tudo.”

A responsabilidade pela queda da ponte derivaria, deste modo, da falta de imaginação dos técnicos? A responsabilização estaria mais orientada para a aprendizagem do que para a sanção?

Se, do ponto de vista dos peritos, tendo em conta quem foi levado a julgamento, a absolvição é avaliada como positiva, do ponto de vista dos familiares das vítimas, a leitura do acórdão, um momento particularmente doloroso, revela-se uma desilusão. A frase de Jorge Coelho a propósito da culpa que não iria morrer solteira a ecoar no salão nobre dos Bombeiros de Castelo de Paiva como uma promessa incumprida.⁹⁶

“Era extremamente difícil, até porque havia muitos intervenientes, chegar a culpados inequívocos. O que sei é que as pessoas que acabaram por ir até à última fase do julgamento, eram as menos responsáveis no meio daquilo tudo.
[...]

A discussão em tribunal foi muito à volta dos peritos anteriores a defender o seu relatório e nós a defender o nosso. O que vai para além disso... A

⁹⁶ Não é de estranhar que na sequência da absolvição, os familiares das vítimas ponderem, em Assembleia-Geral, avançar com um processo contra o Estado. Desafiam, então, Jorge Coelho para que este se ofereça para falar e conte tudo o que sabe. No programa da SIC Notícias, *Quadratura do Círculo*, o ex-ministro do Equipamento Social havia declarado: “Não é possível que 59 pessoas tenham morrido a atravessar um equipamento cuja manutenção é da responsabilidade do Estado e, feita a investigação, ninguém seja responsabilizado” (Lusa, 2006). Nas palavras de Horácio Moreira, então, Presidente da AFVTER: “Atendendo ao que disse [Jorge Coelho] na altura da tragédia, esperava agora dele uma atitude positiva” (*Idem*). O processo não irá, porém, avançar.

problemática da prova ou da não prova...” (Gaspar Martins, Engenheiro, FCTUC, Entrevista, 25.01.2013)

“Tudo começa nos anos 60 e vai até ao momento em que cai a ponte. Claro que depois foi preciso arranjar um bode expiatório e arranjam uns. [...] Isto vem de trás. Não se pode colocar 100% da culpa nos últimos a aparecer! Aí é que a justiça falha.” (Martim Antunes, Engenheiro do LNEC, Entrevista, 06.12.2012)

“No final do processo, eu achei muito bem que toda a gente fosse absolvida porque os principais culpados já lá não estavam. Fiquei muito contente com isso. O nosso relatório identificou uma falha por parte da empresa que fez um projeto na ponte. Era a... A ETEC. Mas pronto. Nós tínhamos quesitos aos quais responder e respondemos. Agora, eu fui para aquele julgamento, principalmente para a fase final, com uma sensação de injustiça, porque os principais culpados já lá não estavam nessa altura. Portanto, fiquei contente que tivesse havido absolvição. Aliás, eu fiz um esforço para transmitir essa ideia no julgamento. [...] Fiquei contente que tivessem sido absolvidos porque se tivessem sido considerados culpados isto iria inserir-se dentro daquela grande tragédia que é: quando não se consegue apanhar os grandes, castigam-se os pequenos. Tudo para que haja culpados!” (Gaspar Martins, Engenheiro, FCTUC, Entrevista, 25.01.2013)

“A culpa não vai morrer solteira. Não foi o que foi dito na madrugada do dia 4 de março? Foi a primeira vez que um ministro saiu da forma como saiu. Louve-se. Mas, o facto, é que a culpa morreu solteira.” (Ricardo Campos, Comunicação social local, Entrevista, 08.05.2013)

“[Acompanhou o processo?] Acompanhei até ao momento que percebi que aquilo não ia dar nada. A partir de um dado momento, percebi que a culpa estava a caminho de morrer solteira. Muito porque se começou a envolver

técnicos sem nunca chegar aos areiros nem se investigar a corrupção” (Alberto Simões, Familiar de vítima, Entrevista, 15.05.2013)

“Afastei-me sempre disto [processo]. Eu sabia cá dentro que isso não ia dar nada. Por isso, quanto mais mexemos, mais sofremos. Para quê? Não vai haver um dia em que eles vão dizer assim: ‘Aqui está o responsável!’. Eu não acredito que esse dia alguma vez chegue. [Era importante que chegasse?] Era. Acho que não é só quando se pega numa pistola e se mata uma pessoa que se deve ir para a cadeia. Ali, quem foi o responsável não matou uma pessoa mas matou cinquenta e nove! É difícil... São pessoas... São políticos e acho que fica tudo dito! Nunca vamos chegar ao dia em que sabemos quem foram os responsáveis.” (Isabel Correia, Familiar de vítima, Entrevista, 10.05.2012)

“Não se conseguiu fazer prova que aqueles que foram constituídos arguidos fossem os culpados. É preciso que se realce com clareza que isso não tem nada de surpreendente. Não me surpreendeu que aqueles arguidos não fossem condenados. O Tribunal da Relação [do Porto] leva a julgamento ex-técnicos da Junta Autónoma de Estradas e, logo aí, os areiros ficam de fora. Quanto à prova produzida em julgamento, não me surpreendeu que aqueles arguidos não fossem condenados. Eram pessoas que cumpriam ordens. As ordens vinham de cima e sempre dissemos que deviam estar em julgamento alguns responsáveis políticos, nomeadamente dos ministérios. Mesmo sabendo-se que nunca iriam ser condenados, eram pessoas que tinham mais capacidade de trazer a verdade ao de cima. Não eram as pessoas que estavam a ser julgadas! Os políticos responsáveis deviam ter sido ouvidos, deviam ter ido a tribunal prestar esclarecimentos porque o acórdão do tribunal é claro quando afirma que o Estado teve responsabilidades naquilo que aconteceu. Mas o Estado não pode ser condenado... A culpa moral acaba por ser do Estado mas ninguém é responsabilizado.” (Tiago Santos, Familiar de vítima e membro da direção da AFVTER⁹⁷, Entrevista, 03.03.2012)

⁹⁷ Associação dos Familiares das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios. Em agosto de 2001 (29.08.2001), é apresentada publicamente, em Castelo de Paiva, a Comissão de

“Nós queríamos que a culpa viesse ao de cima. Queríamos que houvesse alguém que se interessasse. [Queriam a verdade?] Era. O que se queria era apurar a verdade. Porque isto não é assim! Não se pode brincar com as obras públicas. É preciso que haja alguém que assuma a responsabilidade! Se isto não é de ninguém... Se não há responsáveis tudo isto é de quem?! Tem de haver responsáveis!” (Rui Lopes, Familiar de vítima, Entrevista, 09.05.2012)

“A única coisa que eu queira era que tivesse havido culpados. Tinha de se descobrir quem eram os culpados porque alguém tinha de ter culpa. Costuma dizer-se que a culpa morre solteira e em Entre-os-Rios foi o que aconteceu. Nunca se conseguiu. Mas alguém tinha de ser responsável.” (Andreia Oliveira, Familiar de vítima, Entrevista, 08.05.2013)

“Acho que o resultado [do julgamento] foi injusto. Alguém teve culpa e eles tinham de ver quem é que teve culpa. Foram muitas vidas e mesmo se só tivesse sido uma, eles tinham de ver. A vontade que eu tinha era de agarrar nesses tais e atirá-los da ponte para morrerem da mesma maneira. [Esses tais?] Olhe, os políticos era logo! Os areeiros também erraram mas os políticos tiveram mais culpa. Eu acho que sim. Agora, não sei. Eu só queria era que eles não tivessem parado. Alguém tinha de ser culpado. Foram tantos dias, mudaram as coisas do tribunal para os Bombeiros, tanta coisa para depois, no final, não haver culpados! [...] Fiquei muito revoltada. Sempre que oiço falar nisto penso como é que se chegou ao ponto de não encontrar os culpados. Eu acho que isso aliviava um bocado. Claro que não trazia as pessoas de volta, mas aliviava. Era preciso saber quem foi e saber que essas pessoas estavam a pagar pelo que fizeram. Tinha era de ser as pessoas certas. Nada disso trazia as

Familiars das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios. Em setembro de 2001 (06.10.2001), a Comissão de Familiares da Tragédia de Entre-os-Rios anuncia a intenção de se transformar numa associação de carácter social: a AFVTER-Centro de Acolhimento de Crianças e Jovens em Risco *Crescer a Cores*, inaugurado pelo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, no dia 6 de fevereiro de 2009.

peessoas de volta, mas aliviava um pouco saber que estavam a pagar pelo que fizeram.” (Andreia Oliveira, Familiar de vítima, Entrevista, 08.05.2013)

“[O processo] não deu nada. Mas, também, culpar-se um funcionário que anda ali mandado pelos outros, pelo Governo... Tinha de se ir mais alto. Quando trabalhei por conta de outrem tinha de me submeter às ordens dos meus superiores. Neste caso, o superior era o Governo. [...] Há dez anos ou mais que se previa fazer uma nova ponte e andou-se anos e anos a empatar! Não se fez o que se deveria ter feito para, agora, fazer tudo em cima do joelho! Tudo feito à pressa! Brincaram com o nosso dinheiro e brincaram com as pessoas. Foi um tapa-olhos.” (Rui Lopes, Familiar de vítima, Entrevista, 09.05.2012)

“Quando foi da sentença, a juíza demorou que tempos. Disse o nome de todas as pessoas que tinham falecido... Eu acho que ela estava contra nós. Isso são mesmo coisas para magoar. Disse o nome, a data de nascimento, quando morreram... Esteve ali tanto tempo! Magoou, magoou, magoou! No fim, deu-nos uma bofetada! Não há culpados?! Então a ponte não caiu?!. Tem de haver culpados! Quem não teve culpa foi quem morreu.” (Maria Figueira, Familiar de vítima, Entrevista, 09.05.2012)

“Foi uma luta e, na altura, acho que foi uma grande vitória. Acho que se fez história em Castelo de Paiva. [...] O processo deu-me uma satisfação enorme não pelas pessoas que lá estavam mas porque se fez história. Começou a sentir-se que nada disso tinha acontecido em vão, conseguiu-se que o Estado percebesse que alguém tinha de ser responsabilizado. Não podemos ser negligentes! [...] Haver um julgamento destes no nosso país é histórico. Um acidente por negligência chegar a julgamento é histórico. Houve muita coisa que passou a ser discutida publicamente. [...] A grande conclusão é que os responsáveis não foram a julgamento. Quem tinha poder de decisão não foi responsabilizado. Quando se chega a essas pessoas já não se consegue recolher provas. As provas desaparecem.” (Carlos Andrade, Familiar de vítima e membro da direção da AFVTER, Entrevista, 08.05.2012)

2. Relatos políticos de um colapso: Entre-os-Rios no Parlamento

Neste capítulo, debruço-me sobre a forma como o desabamento do pilar P4 da Ponte Hintze Ribeiro e a posterior queda parcial do tabuleiro, foi objeto de tratamento na Assembleia da República. Recorro, para tal, a três momentos importantes nos quais Entre-os-Rios ocupa um lugar preponderante no hemiciclo. São estes: a aprovação do voto de pesar no Parlamento (07 de março de 2001)⁹⁸; a sessão solene da tomada de posse de Jorge Sampaio, eleito poucos dias após o desastre para um segundo mandato na presidência da República (09 de março de 2001)⁹⁹; e a primeira reunião plenária pós-desastre que conta com a presença do Primeiro-Ministro¹⁰⁰, António Guterres, que não marcava presença na Assembleia desde dezembro de 2000 (28 de março de 2001). Esta última é particularmente relevante na medida em que começam aí a ser avançadas as principais linhas pelas quais se irá orientar o processo de aprendizagem. Uma aprendizagem, por essa altura, ainda fortemente amarrada ao desastre. “Les temps troublés sont de retour et, avec eux, cette sécrétion intensive de ce que Nietzsche appelait la moraline” (Bensaïd, 1994).

⁹⁸ Diário da Assembleia da República, I Série, n.º 56, VIII Legislatura, 2ª Sessão Legislativa (2000-2001), Quinta-feira, 8 de março de 2001, 1-8.

⁹⁹ Diário da Assembleia da República, I Série, n.º 58, VIII Legislatura, 2ª Sessão Legislativa (2000-2001), Sábado, 10 de março de 2001, 1-15.

¹⁰⁰ Diário da Assembleia da República, I Série, n.º 65, VIII Legislatura, 2ª Sessão Legislativa (2000-2001), Quinta-feira, 29 de março de 2001, 2536-2558.

2.1. Reunião plenária de 7 de março de 2001 — Voto de pesar

Nesse 7 de março de 2001, a aprovação do voto de pesar n.º 131/VIII era o ponto único na agenda de trabalhos do hemiciclo. Os deputados iriam intervir, por ordem crescente da proporção de assentos no Parlamento dos seus respetivos partidos; o voto de pesar iria ser colocado à votação; e um minuto de silêncio iria ser respeitado. Eis o protocolo. Um belo momento dramático, diria certamente Paul ‘t Hart (2008).¹⁰¹

Por essa altura, circundam o acontecimento ainda muitas incertezas. Incerteza relativamente ao número de viaturas. Incerteza relativamente ao número de vítimas. Certezas? Certezas existem apenas relativamente a dois factos. Primeiro, que o colapso parcial da Hintze Ribeiro está a dar origem a uma crise política. Em contexto de entrevista, diversos membros do Governo irão antecipar o impacte político da crise.

“Eu tive logo a noção de que aquilo [a queda da ponte Hintze Ribeiro] iria ter consequências políticas complicadas.” (Luís Coelho, Membro do Governo em 2001, Entrevista, 30.11.2012)

Segundo, que o colapso parcial da Hintze Ribeiro constitui uma tragédia para as pessoas que perderam alguém nesse dia. Mas, mais do que isso, pelo facto de se

¹⁰¹ O Decreto do Conselho dos Ministros n.º 14/2001, de 9 de março, perante “a dimensão do trágico acidente ocorrido na noite de 4 de março de 2001, na ponte sobre o rio Douro em Entre-os-Rios — Castelo de Paiva, que enlutou as famílias das vítimas que aí pereceram e consternou o País”, declarou luto nacional nos dias 6 e 7 de março, como “expressão do sentido pesar de toda a população nacional”.

tratar de uma tragédia televisiva (Torres, 2006), para o país inteiro que, perante o desastre, se cobriu de luto. E havendo luto, dirá Paulo Portas, tem de haver dignidade no luto.

Nas intervenções dos deputados é inevitável a referência à tragédia. E a tragédia traz com ela a dor, o sofrimento, a indignação. À exceção de Almeida Santos, então Presidente da Assembleia da República, todos os intervenientes se referem ao acontecimento como uma *tragédia*. Uma tragédia brutal que coloca o país de luto e que exige medidas imediatas de prevenção relativamente à insegurança rodoviária, diz Helena Neves (BE), uma tragédia que obriga a refletir, diz Isabel Castro (Os Verdes), uma tragédia que exige dignidade no luto, diz Paulo Portas (CDS-PP), uma tragédia que implica que se procure todo o apoio aos familiares, diz Octávio Teixeira (PCP), uma tragédia evitável que interpela os responsáveis políticos e que obriga a uma reflexão e a uma avaliação das responsabilidades do Estado nos planos político e técnico, diz Durão Barroso (PSD), uma tragédia cuja amplitude exige serenidade, racionalidade e seriedade para apurar todas as responsabilidades, diz Francisco de Assis (PS), e uma tragédia relativamente à qual o Governo assume a responsabilidade e que implica que se faça honra à memória dos falecidos sendo-se firme na determinação das causas e de todas as responsabilidades, diz o Ministro da Presidência Guilherme d'Oliveira Martins.

Nas intervenções dos deputados, inevitáveis igualmente são as referências, de um lado, à responsabilidade e à responsabilização e, do outro, à aprendizagem. Na sequência de um desastre as questões que imediatamente se colocam são as de saber

quem foi ou quem foram os responsáveis, quais as lições a tirar e o que fazer para evitar que o acontecimento, seja ele qual for, se volte a repetir no futuro.

Helena Neves (BE) vê na queda da ponte um desastre anunciado e evitável que revela a fragilidade “quase sempre negada sob a arrogância da racionalidade tecnocrata. É esta arrogância tecnocrata que conduz ao desprezo pela prevenção, à incúria e ao autismo à voz das populações e das comunidades”. Helena Neves (BE) vê na queda da ponte a face oculta de um país desprotegido, a fragilidade da governação e da política, um défice, em suma, de democracia.

Para Isabel Castro (Os Verdes), “independentemente de este não ser o momento mais adequado para utilizar politicamente a dor, a morte e o sofrimento, para fazer avaliações e responsabilizações que têm de ser feitas em toda a sua amplitude, há aspetos que não podem ser ignorados: as intervenções na natureza, a cultura de ‘desresponsabilidade’ e a pilhagem de areias no rio Douro. Parece-nos que este é o momento de equacionar tudo e de tudo fazer para que, em memória dos que sofrem, em memória dos que desapareceram, possamos evitar outros dias de luto e outras perdas de vida manifestamente inúteis, vidas inutilmente desperdiçadas”.

Em Paulo Portas (CDS-PP) há “uma profunda dor pelo sofrimento das vítimas e uma enorme angústia pela vulnerabilidade do Estado português relativamente a estas tragédias”. Portas questiona a ética de responsabilidade da administração pública, principalmente ao nível da fiscalização, questiona a ética da justiça na distribuição geográfica dos investimentos, e questiona a ética da sensibilidade, “porque à dor e ao sofrimento se somou (e ninguém gosta que isso venha a

acontecer) um certo ‘circo’ de aproveitamentos políticos, às vezes sem decoro nem limites, e ajustes de contas entre personalidades ou entre passados, de que excludo, porque sou testemunha pessoal, a legitimidade que o Sr. Presidente da Câmara de Castelo de Paiva tem — porque a tem! — para falar”. A legitimidade da apropriação do político pelo sofrimento e pela morte não é apanágio de todos. Tem de ter um fundamento, um fundamento moral assente em corpos mortos e corpos ausentes. Corpos que perturbam.

Octávio Teixeira (PCP), reclama, por sua vez, que sejam apuradas as causas para evitar acontecimentos idênticos no futuro e que, aos familiares das vítimas, seja dado todo o apoio por parte das instituições do Estado.

Durão Barroso, líder da bancada do PSD, aponta para a avaliação das responsabilidades do Estado nos planos político e técnico, para as assimetrias regionais, para “a incúria, a incompetência, o desleixo, a falta de planeamento, a eterna confiança na improvisação, o amadorismo, a falta de capacidade de organização”, para o país das aparências e para o governo do imediato. “[N]este momento em que respeitadamente nos curvamos perante a morte destes nossos compatriotas, há que fazer um exame sério de consciência e, sobretudo, assumirmos a determinação de tudo fazer para que, no futuro, mortes como estas possam ser evitadas. A ser assim, a morte destes nossos compatriotas não terá sido completamente em vão”.

Francisco Assis (PS), relembra que é este um momento de luto, de dor e de consternação e não de debate. Há que ter pudor perante um acontecimento desta

natureza e “reagir com recato”. O momento é de silêncio. “Não há [...], seguramente, pior e mais repugnante forma de demagogia do que aquela que visa aproveitar a dor e estribar-se numa tragédia. Tenhamos um profundo respeito por aqueles que morreram. Façamos as reflexões que devemos fazer. Aliás, pensamos que é essencial que se faça, na altura própria, dentro de dias, um debate sobre tudo quanto aconteceu, pois é preciso que sejam apuradas responsabilidades e todos devemos assumi-las em toda a plenitude. Mas, neste momento, é necessário que concentremos os nossos esforços nacionais na tentativa de minorar o sofrimento daquelas pessoas”.

Na mesma linha irá o Ministro da Presidência, Guilherme d’Oliveira Martins. Depois de reafirmar que o país está de luto, de reafirmar que o Governo assume todas as responsabilidades políticas pelo acontecimento, reafirma igualmente, “na lógica de uma autêntica ética de responsabilidade”, a firme determinação no apuramento das causas e de todas as responsabilidades. O que está em causa é honrar a memória dos desaparecidos: “Mais do que procurar bodes expiatórios, temos de honrar a memória dos desaparecidos, com exigência, com rigor, com capacidade de prevenção, com espírito autêntico de serviço público. Temos de nos interrogar sobre a essência do Estado democrático e da sociedade democrática e sobre a essência das responsabilidades coletivas, no momento em que, recusando a vertigem do imediato, temos de assumir que é de circunstâncias como esta que devemos retirar todas as consequências para reforçarmos a vida democrática, para reforçarmos a solidariedade e para reforçarmos um espírito autêntico de serviço público. A memória de quantos morreram merece-nos isso mesmo”.

António de Almeida Santos, enquanto Presidente da Assembleia da República, associa-se às manifestações de pesar dos deputados, ergue o seu pensamento à memória dos que morreram, exprime a sua solidariedade para com as famílias enlutadas e faz votos para que “tudo possa ser feito para reparar até onde é possível o problema que foi criado quer à região onde ocorreu o acidente, quer às famílias enlutadas, quer aos portugueses, em geral, se tal é possível, na medida em que se trata de uma causa nacional”. Saliento a referência ao âmbito da reparação abarcar a *região*, os *familiares* e os *portugueses*. A causa nacional à qual se refere Almeida Santos interpreto-a como a legitimidade do Estado. Uma legitimidade do Estado que se joga na tensão entre Estado-protetor e Estado-perpetrador.

O Presidente da Assembleia da República passa, então, a ler o voto de pesar.

“O País está de luto. Um brutal acidente de enormes proporções e excepcional gravidade, desses que estão para lá dos infortúnios que com quase regularidade afetam a vida dos povos e que marcam a negro uma data fatídica, provocou o desabamento da ponte sobre o rio Douro em Entre-os-Rios, a queda nas águas revoltas de um autocarro e pelo menos duas outras viaturas ligeiras e a morte de um número ainda indeterminado de ocupantes dessas viaturas, que se estima em sete dezenas.

Regressavam, seguramente felizes, de uma visita às amendoeiras floridas que nesta época enchem de cor o nordeste transmontano. O rio enfurecido, após intempéries que há largo tempo também não aconteciam, é agora o seu túmulo provisório, até que tenham êxito os esforços que estão sendo feitos para recuperar os corpos das vítimas, e deles fazer entrega às famílias que, em desespero e dor lancinante, esperam a hora de poderem enterrar os seus mortos.

Particularmente enlutado se encontra o concelho de Castelo de Paiva, de onde a maioria das vítimas era natural. Numerosas famílias perderam entes queridos e, nalguns casos, faleceram famílias inteiras. O País, todo ele, que acompanha através dos órgãos de comunicação social o relato do ocorrido, solidário com a dor maior dos que perderam os seus, questiona-se sobre como foi possível ter acontecido o que aconteceu, sobre que causas, sobre que eventuais responsabilidades, tão certo é tratar-se de um acidente fora da visão mais pessimista das coisas.

É naturalmente exigível o total esclarecimento do que, a esse respeito, puder ser esclarecido. E esse propósito foi já assumido por quem tinha o dever de assumi-lo.

Há que porfiar na rápida recuperação dos corpos imersos. E se a perda de entes queridos, ou mesmo de simples concidadãos, não tem remédio, há consequências do drama que afetou as famílias diretamente enlutadas que podem ser minoradas através de formas de apoio, nomeadamente material e psicológico, que não devem ser condicionadas por exercícios jurídicos ou demoras burocráticas. Também a esse respeito há que passar rapidamente das promessas feitas à ação justa e eficaz, para lá do que está sendo feito.

A interrupção da ligação rodoviária entre Castelo de Paiva e Entre-os-Rios, e respetivas áreas de que são pólos, veio criar uma situação imprevista, geradora de constrangimentos de vária ordem, e de difícil solução imediata. Impõe-se que o Governo dê prioridade ao propósito, já anunciado, de encarar uma solução prática e provisória de passagem de margem a margem do rio Douro, enquanto não puder ser construída, também tão rapidamente quanto possível, a nova ponte que em definitivo há de resolver o problema.

A Assembleia da República, interpretando como é seu dever esta hora de luto, tem hasteada a meia haste a sua bandeira e vai limitar o Plenário de hoje à

aprovação deste sincero e dorido voto de pesar pela perda de tantas vidas, pela dor e pelo luto de tantas famílias, endereçando a estas as condolências mais solidárias e mais sentidas.

A Assembleia da República expressa ainda os seus melhores votos para que, tão rapidamente quanto possível, sejam recuperados e possam repousar em paz os corpos das vítimas, garantindo às respetivas famílias o apoio material e psicológico a que têm direito; seja restabelecida uma forma provisória e expedita de ligação entre as duas margens do rio Douro; e seja concretizado sem demora o projeto de uma ligação definitiva.”

O voto de pesar é aprovado por unanimidade e cumpre-se, em pé, um minuto de silêncio. Entretanto longe dali, em Entre-os-Rios, a uma distância de cerca de 330 quilómetros, junto aos destroços da ponte Hintze Ribeiro preparam-se a operação de busca e resgate e a operação mediática que a vai acompanhar. Entretanto, em Castelo de Paiva, Raiva, Sardoura, Paraíso, Bairros, São Martinho de Sardoura, Fornos, Penafiel, Cinfães e Gondomar, a uma distância incalculável, inicia-se a angústia de familiares e amigos das vítimas. A incerteza das “cerca de setenta vítimas”, cedo se irá transformar no número exato de cinquenta e nove vítimas. Destas, trinta e seis nunca serão encontradas.

2.2. Reunião plenária de 9 de março de 2001 — Tomada de posse de Jorge Sampaio

Por altura da tomada de posse de Jorge Sampaio, mantendo-se as incertezas relativamente ao número exato de viaturas desaparecidas — número que só virá a ser confirmado no dia 12 de março —, a referência ao acontecimento como uma

tragédia está já estabelecida pelo que é sem estranheza que se reencontra nas palavras de abertura do discurso de tomada de posse de Jorge Sampaio.

“É na certeza de interpretar o sentimento de toda a comunidade que exprimo o meu profundo pesar pela tragédia de Castelo de Paiva, renovando as minhas sentidas condolências às famílias dos que morreram. Devemos à memória dos mortos e ao sofrimento dos vivos o apuramento rigoroso da verdade daquilo que aconteceu.”

Recorde-se que, por vontade do Presidente da República, as cerimónias da tomada de posse do seu segundo mandato se iriam resumir às formalidades da Assembleia da República pelo que o discurso de Jorge Sampaio, “a personificação dessacralizada da Pátria”, como a este se referiu o Presidente da Assembleia da República, António de Almeida Santos, era aguardado com alguma expectativa. A ponte Hintze Ribeiro não teve tempo, ainda, de se tornar memória e, menos ainda, esquecimento. Cinco dias apenas distam entre o acontecimento e a tomada de posse de Jorge Sampaio, pelo que é sem surpresa que o discurso do Presidente apareça pontuado por referências aos “dolorosos momentos” que o país atravessa e que constituem um desafio à coesão nacional, que apareça pontuado de referências à solidariedade, às assimetrias regionais, à ética da responsabilidade na vida democrática e na ação política, à administração pública e aos serviços públicos, ao risco e aos novos riscos, à segurança e à insegurança, à confiança e à desconfiança. Em suma, tudo temas que a ponte Hintze Ribeiro vinha levantando.

No cerne do discurso de Jorge Sampaio estão cinco desafios que são, simultaneamente, cinco metas: 1) o crescimento económico, a convergência com os

padrões europeus e a competitividade da economia nacional; 2) um Portugal forte na União Europeia em fase de alargamento e num mundo globalizado; 3) a segurança, a coesão e a solidariedade; 4) um Estado responsável e responsabilizado, que implica uma reforma do Estado; e 5) a meta de uma República moderna e participada, que implica uma reforma do sistema político. Importa, neste contexto, destacar o terceiro e quarto desafios.

Do terceiro ao quinto desafios encontra-se o eco de Entre-os-Rios. Relativamente à segurança, por exemplo, nas palavras de Jorge Sampaio:

“Um terceiro desafio que temos de ter presentes é o que resulta da disseminação de factores de insegurança e risco na nossa sociedade. Nas sociedades modernas, a segurança tem de ser encarada como uma dimensão da cidadania.”

Na abordagem de Jorge Sampaio a este desafio e meta, deixo de parte as questões da violência e da criminalidade, que encontram lugar no domínio da segurança, para avançar para o risco e os novos riscos que têm origem em factores como as assimetrias regionais e as dificuldades do mundo rural em modernizar-se, na competição económica e social desregrada, e no individualismo que mina a responsabilidade coletiva, tudo factores que apelam ao reforço da cidadania e da coesão social.

Para contrariar o sentimento de insegurança, Portugal deve: dispor de um aparelho técnico-científico à altura dos desafios; de dispositivos de fiscalização e controlo creditados; da credibilidade do Estado e da eficácia da Administração Pública,

necessitando, a primeira, de rigor e transparência e, a segunda, de qualificação, modernização e racionalização de meios; da restauração da confiança na relação entre Estado e cidadãos. Responder a estas exigências implica, e aqui está o quarto e quinto desafios, uma reforma do Estado que contrarie a desconfiança dos portugueses em relação ao Estado e na sua capacidade para servir os interesses dos seus cidadãos.

“De facto, é frequente apontar-se situações em que o Estado falhou por inoperância ou por falta de meios aptos. Mas ainda há casos em que cedeu a grupos de pressão ou assumiu ele próprio uma lógica corporativa, onde devia ter assumido uma ética de serviço público. [...] Este é um tema fundamental de cidadania. Penso que não deve ser aprisionado — e sublinho ‘penso que não deve ser aprisionado’ — na luta político-partidária. É um imperativo da democracia, pois a democracia exige um Estado democrático forte, justo, eficaz, imparcial e prestigiado. Para isso, precisamos de restaurar a confiança na relação entre o Estado e os cidadãos. Precisamos de uma nova atitude, que vença suspeitas e rotinas que se vêm arrastando. Precisamos de um Estado democrático moderno e reformista. Como tenho dito, precisamos de serviços públicos que sejam verdadeiramente o que são: serviços e públicos. Serviços, porque estão ao serviço dos cidadãos; públicos, porque não estão ao serviço de interesses ou conveniências privadas, em detrimento do interesse geral e do bem comum. Precisamos — estes dias tão dolorosamente o demonstram! — de maior igualdade regional na oferta e na utilização dos serviços e dos recursos.”

Entre-os-Rios nunca está longe das palavras de Jorge Sampaio nesta sessão solene de tomada de posse. A *tragédia* é referida nas palavras de abertura e com estas a promessa de que a “verdade” em relação ao que aconteceu deverá, em jeito de homenagem às vítimas, ser rigorosamente apurada. Destaco ainda a ideia da

segurança como uma dimensão da cidadania. A este último tema regressará António Guterres na primeira reunião plenária da Assembleia da República em que participa após o desastre, no sentido de restabelecer a confiança na capacidade do Estado para garantir o direito à segurança dos cidadãos.

2.3. Reunião plenária de 28 de março de 2001 — António Guterres no Parlamento

Por altura do debate mensal do Primeiro-Ministro com o Parlamento, muitas das incertezas que rodeavam o acontecimento estavam desfeitas. O Estado português assumira a responsabilidade pelo desastre. O número de viaturas estava confirmado. O número de vítimas estava confirmado. Até ao momento apenas dezassete corpos tinham sido resgatados.¹⁰² O Presidente da República, Jorge Sampaio, havia visitado o local. O Primeiro-Ministro, António Guterres, tinha visitado o local. O Ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho, tinha-se demitido e com ele cinco secretários de Estado. O Ministério Público de Castelo de Paiva tinha aberto um inquérito para apurar a responsabilidade criminal pelo desmoronamento da ponte Hintze Ribeiro. Ferro Rodrigues, tinha sido anunciado como o próximo Ministro do Equipamento e garantira demitir o presidente do Instituto de Estradas de Portugal, António Martins. O Presidente da República, Jorge Sampaio, tomara posse para um segundo mandato. Ferro Rodrigues tomara posse como Ministro do Equipamento. Um *Especial informação* da SIC exibira a filmagem subaquática de 1986 de inspeção dos pilares da ponte. O Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, Paulo Teixeira, elaborara, a pedido de António Guterres, uma lista com as principais

¹⁰² Vide Cronologia das operações de busca e resgate e de deteção dos veículos desaparecidos no anexo 10.

necessidades do concelho. Ferro Rodrigues anunciara o lançamento de um concurso internacional para a construção de uma nova ponte no mês de abril. A Provedoria de Justiça fixara o valor das indemnizações a atribuir aos familiares das vítimas. O Instituto de Estradas de Portugal anunciara a inspeção a 354 pontes (292, segundo o *Público*) em 15 distritos até ao final do mês de abril. A Comissão de Inquérito Ministerial ao acidente de Entre-os-Rios apresentara as suas conclusões preliminares às causas do desmoronamento da ponte. A Ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, assinara, na Comissão de Coordenação da Região Norte, vinte contratos-programa no âmbito das Ações Integradas de Base Territorial que irão abranger Entre Douro e Vouga, Minho Lima e Vale de Sousa, com este último a receber 723 mil contos, dos quais 300 mil destinados a Castelo de Paiva.

Quase um mês após a tragédia já muito tinha sucedido, a nível local como nacional, sendo, agora, altura de pensar estrategicamente as lições para o futuro a retirar do colapso parcial da Hintze Ribeiro. É este o caminho pelo qual opta António Guterres e que, fazendo eco da posição de Jorge Sampaio, pode ser condensado no binómio segurança-confiança.

António Guterres abre, desta forma, a sua primeira intervenção pós-desastre no Parlamento:

“Nos últimos dias, acontecimentos trágicos enlutaram o País causando uma profunda comoção. Este quadro é sempre propício a um sentimento de maior insegurança e consciência, face às fragilidades ainda existentes em Portugal. Nestes momentos, o papel dos governos é duplo: enfrentar com determinação as situações de emergência e contribuir para fortalecer a confiança, não pelo

ocultar dos problemas, que existem, mas pela capacidade estratégica de lhes dar resposta. Não posso hoje, naturalmente, falar de tudo. Sinto que é minha obrigação concentrar-me naquilo que, pelo menos aparentemente, é mais difícil: a forma como o Governo encara e a estratégia que tem face às fragilidades, agora mais evidenciadas. Na moção que apresentei em janeiro para o Congresso do PS, defini como um dos seus cinco eixos: ‘O Estado moderno garante do valor da segurança’. E escrevi: ‘Há um novo valor da segurança, transversal a toda a sociedade.’ Este abrange, naturalmente, a visão tradicional da segurança física das pessoas e bens. Mas a segurança é muito mais do que isso, exigindo do Estado um novo conjunto de funções e uma nova capacidade de intervenção. Tão importante como a segurança física são, por exemplo, a segurança alimentar, a segurança ambiental ou a segurança das infraestruturas.”

Estava assim dado o mote para a intervenção de António Guterres com a segurança dos cidadãos e a confiança no Estado a assumirem o primeiro plano. Se para Sampaio a segurança é uma dimensão da cidadania, para Guterres a segurança conquista-se: “É produto da competência e da organização, da capacidade científica e técnica, de uma cultura de qualidade e de avaliação”. Aliás, o próprio Primeiro-Ministro informa que para responder ao repto da “Segurança das pessoas, confiança no Estado” tinha sido criado um Conselho de Ministros informal¹⁰³ que abordaria um conjunto de temáticas das quais importa destacar a segurança das infraestruturas, edifícios e meios de transporte; e a segurança rodoviária.¹⁰⁴

¹⁰³ Com reuniões mensais, participariam neste Conselho de Ministros: o Primeiro-Ministro e os Ministros da Presidência, da Administração Interna, da Justiça, do Equipamento Social, do Trabalho, da Agricultura, da Saúde, do Ambiente e da Ciência, podendo outros ser chamados quando necessário.

¹⁰⁴ As restantes áreas são: segurança alimentar; prevenção e controle de epidemias; qualidade e segurança dos medicamentos; segurança ambiental, incluindo, em particular, o controle da poluição industrial; segurança contra incêndios; segurança rodoviária;

No quadro da ação deste Conselho de Ministros informal, à data, e sob a égide de uma “cultura de rigor”, estavam já concluídos e em curso: a reforma do sistema de inspeções da administração pública; a avaliação e reforma dos Institutos públicos; e a avaliação da capacidade científica que apoia o objetivo da segurança, nomeadamente os laboratórios públicos de referência.

“A autoridade do Estado exige uma rede de competências e atuações como garante da confiança do cidadão nas instituições e nos seus profissionais.”

Relativamente à segurança rodoviária é, evidentemente, abordada a questão da mortalidade nas estradas portuguesas e, mais importante neste contexto, a questão da conservação. Neste último domínio, António Guterres anuncia um novo instrumento de parceria entre o setor público e privado para responder ao “terrível desafio” de conservação de 10000 quilómetros de rede rodoviária, o reforço orçamental dos Institutos rodoviários na área da beneficiação e requalificação, e, finalmente, as medidas já tomadas relativamente às obras de arte:

“Aqueles institutos [Institutos Rodoviários] tinham em curso 15 grandes projetos de reabilitação de pontes e 5 em lançamento. Pois bem, arrancaram com uma inspeção de emergência, mobilizando todas as capacidades nacionais ao estado de segurança de mais de 300 pontes em todo o País. Em sequência, será elaborado o respetivo programa de manutenção e vai ser definido com o

qualidade do controle do tráfego aéreo e marítimo; segurança no trabalho; minimização de riscos associados a sismos ou vulcões; proteção radiológica e nuclear; capacidade de previsão meteorológica; e segurança dos sistemas informáticos, como formas de apoio.

LNEC, para garantias de rigor na atuação futura, um plano de monitorização e comportamento das obras de arte.”

Na intervenção inicial de António Guterres encontram-se já um elemento fundamental do processo de aprendizagem: o restabelecimento da confiança no Estado e nas suas instituições através da resposta às questões da segurança. Uma segurança, agora sim, assumidamente estrutural. Entre-os-Rios põe a nu, por um lado, a ambiguidade na regulação existente em atividades como a fiscalização da extração de inertes e a gestão de obras de arte. E, por outro, a “arrogância do esquecimento” (Santos, 2001) caracterizada pela distância a que são votadas pelo Estado determinados territórios, nomeadamente do interior.

São, a meu ver, estes dois aspetos que mais fortemente interpelam o Estado.

Depois de uma intervenção do líder da oposição, Durão Barroso, que não aborda nem a questão de Entre-os-Rios nem a questão da segurança¹⁰⁵, Francisco Assis (PS) toma a palavra para regressar aos tópicos lançados por Guterres e salientar a questão da produção da segurança para velho e novos riscos para os quais o Estado tem de encontrar respostas. O momento é de avaliação da ação do Governo (PS) e do anterior Governo (PSD) em matéria de produção de segurança a diversos níveis: segurança social, segurança alimentar, segurança ambiental e, aquele que importa aqui, segurança das infraestruturas “que o acidente de Castelo de Paiva veio tornar

¹⁰⁵ Aborda, outrossim, questões relacionadas com a economia e finanças, a saúde, a segurança (criminalidade), e a educação. A questão da segurança e da confiança será abordada na segunda intervenção de Barroso para referir que “as pessoas, hoje, se sentem mais inseguras e desconfiam do Estado”. Entre-os-Rios continuará votada ao silêncio.

mais evidente”. Relativamente a este último, Ferro Rodrigues, como novo Ministro do Equipamento, prossegue uma política, já iniciada em João Cravinho (PS) e continuada em Jorge Coelho (PS), de uma orientação dos investimentos em infraestruturas que privilegie a conservação em detrimento da construção.

“[O] que se verificava nos governos anteriores era uma preocupação obsessiva em construir para, a seguir, inaugurar; hoje, há uma preocupação, com igual importância, em garantir a conservação.”

Segundo aspeto, a iniciativa de Ferro Rodrigues de promoção de uma “ação de fiscalização às várias pontes existentes no nosso país, condição imprescindível para restituir a confiança e a segurança aos portugueses”. Comparando a atuação dos governos PS e PSD nestes domínios, aparece claro a Francisco Assis que:

“[O]s governos presididos pelo Eng.º António Guterres têm manifestado uma preocupação com as questões da segurança verdadeiramente de acordo com as exigências de uma sociedade que, confrontada com riscos cada vez maiores, pede e exige ao Estado, de alguma forma, que atue de maneira cada vez mais adequada.”

A intervenção de Assis não se fica por aqui. Havendo ainda que abordar a questão das disparidades regionais ao nível do investimento, Francisco Assis parte da ideia do Estado como indutor de desenvolvimento e de um desenvolvimento territorialmente equilibrado como forma de melhorar as condições de vida e de garantir a segurança da generalidade da população portuguesa e, neste ímpeto, saúda:

“[O] Governo pela iniciativa recentemente tomada, e ontem mesmo anunciada, de promover uma série de ações conducentes a garantir um maior investimento privado nas regiões do interior, nas regiões mais desfavorecidas do nosso país.”

Na resposta à intervenção de Francisco Assis, António Guterres, retoma a questão de fundo, a saber, a de que existe “um conjunto de problemas fundamentais no nosso país que afetam a confiança dos cidadãos no Estado e na sua capacidade de lhes garantir os seus direitos”, à qual se alia uma maior exigência dos cidadãos. Este é o momento para anunciar que o PS possui, de facto, “uma estratégia global de resposta às preocupações dos cidadãos com a sua própria segurança nos aspetos mais diversos em que ela é afetada”, resposta que se estende, evidentemente, ao interior e que procura colmatar os desequilíbrios regionais.

As ideias de que a forma de restabelecer a confiança dos cidadãos no Estado na sequência do desastre passa por responder prontamente aos problemas imediatos, mas igualmente por saber tirar lições para o futuro e pensar uma resposta mais sustentada, vê-se reafirmada na resposta de António Guterres ao líder da bancada comunista, Carlos Carvalhas. Diz este último:

“Hoje quero falar da questão que aqui nos trouxe, na sua intervenção. Isto é, gostaria de saber que análise faz o Governo sobre o que a tragédia de Entre-Rios nos veio revelar e confirmar, e a qual não ouvi no seu discurso, sobre as fragilidades e debilidades do nosso país, que não são só do interior [...], sobre a divisão da Junta Autónoma de Estradas, que se traduziu na multiplicação, para o triplo, de administradores, ganhando cada um o dobro do

que ganhava na Junta Autónoma de Estradas, sem que se tivesse verificado qualquer aumento de eficácia.”

Ao que responde Guterres:

“De facto, a minha preocupação foi a de demonstrar perante a Câmara que o Governo está atento à leitura daquilo que Entre-os-Rios revela. E o que Entre-os-Rios revela é um conjunto de fragilidades, que porventura já sabíamos que existiam, mas de que agora temos uma consciência acrescida; são fragilidades em relação às quais porventura já tínhamos um conjunto de respostas, mas que agora exigem uma resposta articulada, coerente, estratégica em todos os domínios e suportada por uma capacidade científica aprofundada em todas as áreas em que tal for necessário. É a isso que vos vim aqui dizer que corresponde a estratégia aplicada pelo Governo neste momento.”

Será necessário esperar pela intervenção de Isabel Castro, Os Verdes, para ver aludido no hemiciclo uma questão até agora omissa do debate: a extração de areias.¹⁰⁶

“Dito isto [refere-se às fragilidades reveladas por Entre-os-Rios, à desorganização dos serviços públicos e à incúria generalizada], gostaria de me centrar numa questão que não é seguramente a causa única mas que, aliada e conjugada com muitas outras, está associada à explicação do que aconteceu em Entre-os-Rios e que é não só um problema do rio Douro mas é um problema nacional, claramente, como é assumido por todos e não só por Os Verdes. Refiro-me à atividade de extração de areias.”

¹⁰⁶ Antes de Isabel Castro intervirá Paulo Portas, líder do CDS-PP, sem que seja abordada a questão de Entre-os-Rios.

A deputada salienta os problemas do conhecimento público relativamente à extração de areias em Portugal, esse “negócio sórdido” que se faz, segundo Isabel Castro, sem transparência, sem disciplina, sem sustentação técnica e que, por um lado, levanta a questão da ética de responsabilidade dos membros do Governo com responsabilidades neste domínio e, por outro, interpela acerca dos caminhos a seguir pelo Governo para contrariar essa tendência.

A intervenção de Isabel Castro é aquela que merece do Primeiro-Ministro a resposta mais lacónica, na medida em que o Primeiro-Ministro afirma a sua concordância relativamente aos pontos levantados pela deputada. Guterres começa por relembrar o Decreto-Lei que regulamenta a extração de areias (DL n.º 46/94, de 22 de fevereiro) e por situar os problemas com a extração de areias no rio Tejo e nos rios do norte do país.

“Em relação ao rio Tejo, onde a questão era particularmente sensível, vivíamos num regime *ad hoc* e passámos, como porventura saberá, desde o início deste ano, a um regime de concurso público para extração em locais selecionados, com parecer do LNEC. Porventura, terá já essa informação. A partir de agora, esse regime será o único que vigorará no rio Tejo. Em relação ao rio Douro, há uma competência específica da navegabilidade do Douro e vamos, naturalmente, analisar a forma como ela tem vindo a ser exercida, embora as informações que tenhamos sejam no sentido de que ela conduziu a uma disciplina muito grande quanto à situação anteriormente existente, mas, obviamente, não pararemos até chegar à verdade total.”

Indiretamente é o Instituto de Navegabilidade do Douro que é aqui referido. Não haverá, porém, qualquer aprofundamento relativamente a este Instituto e às suas

competências em matéria de regulação da atividade de extração de areias no Douro, um tema que não apenas tinha sido e será recorrente nos meios de comunicação social, como conduzirá à demissão do seu diretor, Mário Fernandes. A extração de inertes parece, desta forma, excluída das “lições para o futuro” e isenta de uma “estratégia integrada”. Aliás, a extração de inertes, apesar das responsabilidades no colapso parcial da Hintze Ribeiro que lhe são sucessivamente apontadas por jornalistas, políticos, peritos e leigos é, sem dúvida, o domínio mais problemático no processo de aprendizagem. Regressarei a essa questão no ponto 4.3.2..

Depois de uma intervenção de Fernando Rosas (BE) e outra de Durão Barroso (PSD), ambas omissas relativamente a Entre-os-Rios é, novamente uma deputada do PS, Helena Roseta, que reorienta a discussão para a *tragédia*. Mais importante, reenquadra a presença do Primeiro-Ministro na AR como um momento para tirar lições relativamente ao acontecimento, um momento ao qual, segundo a deputada, apenas o PS soube responder avançando uma “perspetiva inovadora” sobre a questão da segurança. Para que seja dado um passo mais na edificação dessa “nova visão”, levanta a deputada a questão do papel das autarquias na promoção da segurança.

“Efetivamente, é verdade que as pessoas ficaram traumatizadas com a questão da tragédia de Entre-os-Rios, é verdade que o facto de ter colapsado uma obra pública afeta a confiança das pessoas no Estado, mas também é verdade que o Governo foi capaz de reconhecer este facto, dando a cara perante o problema, e é verdade que o Sr. Primeiro-Ministro veio dizer tudo quanto este Governo já fez, e está a corrigir, nas políticas em curso, para que estes problemas não se repitam. Ou seja, o Governo veio aqui dizer aquilo que é essencial!

[...]

Existem as grandes inseguranças e, depois, há a insegurança quotidiana, e aí as autarquias têm um papel a desempenhar.”

O binómio segurança-confiança complexifica-se à medida que António Guterres vai sendo confrontado pelos deputados, principalmente do PS que, em cada intervenção, procuram aportar nova matizes a *estratégia pós-desastre*. Num movimento sincronizado, complexifica-se a estratégia e robustece-se a vontade política em tirar da tragédia de Entre-os-Rios as lições devidas para o futuro. Desta feita, é a questão do poder local, da proximidade, que se vê ganhar um lugar privilegiado nessa “nova visão estratégica sobre a segurança” que tem de lidar com velhos e novos problemas, com velhos e novos riscos e que, para ser bem-sucedida, tem de envolver governo, autarquias e sociedade civil. Guterres recorre, então, a Entre-os-Rios para exemplificar a forma como governo e autarquia podem colaborar independentemente da cor política.

“Gostaria de vos dar um exemplo: todos assistiram àquilo que foi o dramatismo das primeiras horas a seguir à queda da ponte de Entre-os-Rios. Porventura, em circunstâncias normais, com outro tipo de pessoas, com outro tipo de atitudes, isso teria criado um antagonismo enorme entre e a Câmara Municipal de Castelo de Paiva e o Governo. O que se passou foi exatamente o contrário e empenhei-me pessoalmente nisso. Empenhei-me para que todas as ações de apoio às populações fossem feitas em íntima articulação entre o Governo e a câmara municipal, independentemente de cores partidárias e até independentemente de qualquer história que pudesse ter ocorrido ou de qualquer mal-entendido que se pudesse ter criado.”

Poderiam as coisas ter acontecido diferentemente? Colocando a pergunta de outra forma: teria o Governo respondido diferentemente caso a autarquia fosse, também

ela, do partido socialista? Mais à frente, quando abordar os compromissos materiais de exceção para com o território afetado, se verá, em concreto, no que se saldou o *empenhamento pessoal* de António Guterres para com Castelo de Paiva. Até ao momento, porém, começa a tornar-se claro que, algo paradoxalmente, o partido no Governo que se confrontou com a crise política parece ser o mais interessado em explorar politicamente a crise. Na verdade é também ele o interessado em revelar que há uma diferença entre a resposta de emergência que vinha aplicando e uma resposta sustentada que vinha pensando.

A última interpelação ao Primeiro-Ministro cabe a Octávio Teixeira, do PCP, que convoca Entre-os-Rios para abordar as questões dos problemas estruturais do país, do valor geoeconómico do interior, e da confiança no Estado, confiança esta que passa pela ética de responsabilidade demonstrada pelos titulares de cargos de responsabilidade política.

“Uma outra questão relacionada com este problema, que é incontornável, é que estes factos vieram demonstrar que se se quer a confiança das populações no Estado, representado pelo Governo, é fundamental e absolutamente necessário que haja mais assunção de responsabilidade pelo Estado e menos privatização das funções do Estado. Só assim pode ser garantida essa confiança por parte dos cidadãos.”

Por intermédio desta interpelação, António Guterres aborda, para além da questão das privatizações no serviço público¹⁰⁷, um aspeto que me parece relevante e já

¹⁰⁷ A esta questão responde Guterres que “há muitos casos em que a privatização é condição de qualidade do serviço público, e o que para nós conta é a qualidade do serviço público e

anteriormente referido como um dos elementos-chave para segurança: a capacidade técnico-científica.

“Ter uma capacidade científica de alto nível é hoje indispensável para resolver problemas de segurança estrutural em coisas construídas há 100 anos, e essa questão é decisiva para todos nós percebermos a sociedade em que vivemos. Apostar na resolução dos problemas estruturais com base nas velhas tecnologias e na lógica da velha economia é ter a garantia de que nunca mais recuperaremos o atraso.”

Recapitulando, o debate mensal de António Guterres na Assembleia da República configura, efetivamente, um passo importante no processo de aprendizagem. Através do binómio segurança dos cidadãos-confiança no Estado, Guterres explana aquela que será a estratégia do Governo para responder ao desafio que representa atender a esse binómio. O colapso da ponte em Entre-os-Rios mais não fez do que revelar o que todos sabiam acerca das debilidades do país em domínios tais como a segurança das infraestruturas, a conservação, a fiscalização, as assimetrias regionais. Entre-os-Rios mais não fez do que avivar a vontade do Governo para dar resposta a estes problemas e avançar no sentido de um “Portugal moderno”. Porém, atendendo ao Programa do XIV Governo Constitucional, verifica-se que nenhuma destas questões era então referida.¹⁰⁸

não a posse de quem exerce uma função. Há muitos casos em que a privatização contribui para a qualidade do serviço público e o que é preciso é que o critério seja esse, o da qualidade do serviço público, e não o do negócio. E o que muitas vezes subverte esta lógica é quando se privatiza não porque essa é a melhor maneira de tecnicamente responder a um problema de qualidade do serviço público, mas apenas por preconceitos ideológicos ou por lógica do negócio”.

¹⁰⁸ Cf. www.portugal.gov.pt/media/464048/GC14.pdf

A agenda política, como bem demonstrou Thomas Birkland (2006), redefine-se em função dos desastres, redefinindo-se, conseqüentemente, as prioridades de financiamento. Entre-os-Rios revela, ademais, a existência de *novos* riscos e de uma exigência redobrada por parte dos cidadãos, cabendo ao Estado mostrar-se à altura de responder a esses *novos* reptos. A palavra-chave aqui é “estratégia”. Abalada a confiança dos cidadãos perante o colapso de uma obra pública, o Governo impõe-se o dever de mostrar que é capaz de reagir com força idêntica à força da interpelação, de restabelecer a confiança e de interromper o medo debilitador do sentido de “commonness” (Nussbaum, 1996: 35) suscitado pelo desastre.

Na intervenção de António Guterres, sintetizado no binómio segurança dos cidadãos-confiança no Estado, encontram-se as grandes linhas do processo de aprendizagem, as linhas pelas quais Guterres exige que se norteie o ímpeto reformador desencadeado pelo colapso parcial da Hintze Ribeiro e que, na prática, se fixará no Sistema de Gestão de Obras de Arte e na disciplinação da extração fluvial de areias.

O colapso da Hintze Ribeiro ter-se-á efetivamente ficado a dever a uma ausência de perceção do risco, técnica ou política, ou ter-se-á a retórica de uma ausência de perceção do risco imposto para explicar as ambiguidades na regulação da gestão das obras de arte e da atividade de extração de inertes? O importante aqui é que o Governo assumiu a necessidade de adotar uma nova estratégia para a reabilitar o laço Estado-cidadão. Uma *nova* estratégia toda ela alicerçada sobre os destroços de

uma *velha* ponte. Uma *nova* estratégia na qual se joga a *velha* legitimidade do Estado.

3. Relatos mediáticos de um colapso

A *Tragédia de Entre-os-Rios*, como ficou conhecido o colapso da Hintze Ribeiro, alterou para sempre o concelho de Castelo de Paiva, bem como as freguesias de Raiva, Sardoura, Paraíso, Bairros, S. Martinho de Sardoura e Fornos e todos os lugares que naquela noite perderam alguém para o Douro.¹⁰⁹ *Portugal ficou de luto* e a queda da ponte Hintze Ribeiro, ao interromper o fluxo televisivo normal (Torres, 2006), tornou-se na Ponte mais vista do país (Marinho, 2004).¹¹⁰

Como refere Ryoko Sekiguchi (2011), a propósito de Fukushima: “[t]ous les pays peuvent faire la une des journaux, pourvu que ce soit dans le malheur.” A sempiterna questão é a de saber de que forma o fazem ou o deveriam fazer?

A cobertura jornalística da *Tragédia de Entre-os-Rios* — em particular, a cobertura televisiva por parte da SIC/SIC Notícias e da TVI, em guerra aberta pelas

¹⁰⁹ Geograficamente, a queda da ponte Hintze Ribeiro atingiu pessoas de Castelo de Paiva, Penafiel, Cinfães e Gondomar, concentrando-se, porém, o seu maior número, em Castelo de Paiva e, mais precisamente, na freguesia de Raiva. Pedro Ribeiro, familiar de uma das vítimas, descreve: “Como eram muitas famílias aqui desta zona [Raiva] só se ouvia gritos. Gritos. Uma coisa terrível. Chovia, chovia. Terrível” (Entrevista, 10.05.2012).

¹¹⁰ Sandra Marinho (2004: 578), no final da sua comunicação esclarece o título: “Intitulámos o nosso trabalho ‘A Ponte mais vista do País’, recuperando a fórmula que foi então adotada pela comunicação social para referir os acontecimentos, [já que] no dia 5 de março de 2001, a informação não foi líder de audiências, mas sim uma telenovela: *Laços de Família*. Foi a novela e não os diretos de Entre-os-Rios que deram à SIC a *pole-position* na corrida do dia”.

audiências — suscitou duras críticas por parte de diversos comentadores, analistas, jornalistas, atores políticos, etc., tendo mesmo conduzido à emissão de dois comunicados.¹¹¹ O comunicado da Alta Autoridade para a Comunicação Social (08.03.2001) apelava:

“[À] contenção e sentido profissional dos jornalistas e dos responsáveis editoriais envolvidos no noticiário sobre o acontecimento [e exortava-os] a fazerem uso do seu direito/dever de informar sem pôr em causa o respeito pelo direito à imagem de todos os envolvidos nesse desastre e sem esquecer a sua vinculação ao dever de atender às condições de serenidade, liberdade e responsabilidade das pessoas cujos depoimentos recolham”

O Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas (12.03.2001), por sua vez, elegia como principal alvo o pacto de auto-regulação entre os responsáveis pelas estações televisivas, considerado como “uma proposta de não-agressão comercial — com a ética jornalística como refém”.¹¹²

No cerne deste dois comunicados encontram-se as prolongadas transmissões em direto de Entre-os-Rios que obrigaram os jornalistas de terreno a procurar informação que preenchesse o vazio das difíceis operações de busca e resgate dos corpos (Marinho, 2004). Carlos Camponez (2004: 11), resume desta forma os *deslizes*, então, cometidos no terreno:

¹¹¹ A cobertura jornalística da queda da ponte Hintze Ribeiro foi, ainda durante as operações de resgate, objeto de um amplo debate e tornou-se, posteriormente, um estudo de caso sobre práticas jornalísticas a observar e a evitar em contextos de desastre (entre outros, Camponez, 2004; Marinho, 2004, 2007; Silva, 2008).

¹¹² Segundo Sandra Marinho (2004: 571), o pacto de auto-regulação surge na sequência do apelo do, então, Ministro da Educação, Guilherme d’Oliveira Martins, às televisões nacionais no sentido de usarem de contenção na cobertura noticiosa da tragédia.

“Entrevistas a crianças, interpelação de populares em visível estado de comoção, cobertura extensiva e em direto da tragédia, a folclorização mediática do evento e a degenerescência informativa sob o efeito da concorrência das estações televisivas em busca das audiências, são algumas das referências que podemos encontrar na crítica do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas à cobertura do acontecimento. A exaustiva cobertura televisiva transformou o jornalista numa espécie de animador com a função de não deixar espaços em branco durante as emissões desse ‘Show da Morte’, tentando trazer as famílias das vítimas para o palco das emoções para lhes perguntar: como se sente?”

Um membro da comunicação social local, por sua vez, é mais duro relativamente ao que presenciou na altura em Entre-os-Rios.

“Do ponto de vista jornalístico, eu acho que foi dos espetáculos mais degradantes a que se assistiu em Portugal. Foi realmente a transposição metafórica daquela imagem das aves necrófagas que, ainda antes dos animais morrerem, andam a pairar para ver quando é que morrem. Foi um pouco essa imagem. Os abutres, não é? Foi um pouco essa a imagem com que fiquei e creio que é também a imagem que muita gente tem em relação à comunicação social. Mas lá está. Também aqui é uma questão de falta de preparação. Não há história, não é normal no nosso país haver uma situação daquelas. [...] Normalmente, quando há um acidente qualquer, está nas notícias um ou dois dias. Ali, foi uma enormidade de dias sempre com novidades, com especulação, com reportagens... É uma situação que não é normal e os media não estiveram à altura...” (Alberto Simões, Familiar de vítima, Entrevista, 15.05.2013)

Não é este o espaço para discutir se a cobertura noticiosa da queda da ponte Entre-os-Rios privilegiou uma abordagem terapêutica (*therapy news*) (Mayes, 2000), cuja

prioridade são as emoções e as vítimas, ou um jornalismo de informação (Carey, 1987), cuja prioridade são os factos e a objetividade, ou, mesmo, se oscilou entre estas duas tendências (Kitch, 2000). Concordo, neste sentido, com a afirmação de Mervi Pantti e Karin Wahl-Jorgensen (2007: 5) de que:

“Disaster coverage is emotional by nature, whether it focuses on the emotions of individuals directly affected by the tragic events or the collective emotions of the larger community reacting to the misfortunes of others like them. Disasters make emotions prominent because they involve reportorial practices outside of ordinary structural routines. [...] Disasters differ greatly in the extent to which they involve practices outside established routines and elicit emotional engagement.”

O ponto de partida a partir do qual irei considerar a comunicação social no caso de Entre-os-Rios, é o de que esta desempenhou um papel preponderante na produção e construção do acontecimento e, em particular, na afirmação do poder interpelativo do sofrimento e da morte que, como tenho vindo a argumentar, constitui um dos elementos-chave na definição de uma determinada prática de governação de um território e de uma população afetados por um acontecimento extraordinário. Como lembra Patrick Lagadec (1995: 6), a comunicação social abandonou, hoje, o seu lugar de observador exterior das crises para se tornar num dos seus atores diretos.

3.1. *Porque caiu a Ponte?* O Especial Informação da SIC

No quadro da construção do acontecimento pela comunicação social, o *Especial Informação* transmitido pelo canal televisivo SIC no dia 13 de março de 2001 é

incontornável.¹¹³ “Porque caiu a ponte?”. Assim se intitula este *Especial Informação* apresentado por José Alberto Carvalho.¹¹⁴ Por essa altura, a ponte já não necessitava de especificação. A simples referência à *Ponte* era suficiente para identificar a Hintze Ribeiro.

O programa divide-se em duas partes. Uma primeira, com cerca de duas horas, que procura responder à questão que dá o título ao programa e uma segunda parte, com cerca de uma hora, na qual se faz um balanço da primeira semana de operações de deteção do autocarro e dos carros ligeiros levada a cabo pelo Instituto Hidrográfico da Marinha Portuguesa. As transcrições neste ponto resultam do visionamento do programa.

O *Especial Informação*, transmitido em simultâneo na SIC e na SIC Notícias, abre com os destroços da ponte Hintze Ribeiro acompanhada da pergunta que lhe dá o mote. José Alberto Carvalho explica que o programa resulta de uma investigação realizada por uma equipa da SIC de jornalistas, produtores e infografistas que, para

¹¹³ O canal televisivo Sociedade Independente de Comunicação (SIC) inaugurou a sua emissão no dia 6 de outubro de 1992, um ano antes da inauguração da emissão da Televisão Independente (TVI). Uma das grandes apostas deste novo canal foi a informação, que, por atingir o dobro do tempo dispensado pelos outros canais portugueses representou uma inversão da tendência dominante na Europa (Santos, 2002: 94). Em três anos o novo canal televisivo assumia a liderança do mercado das audiências, liderança que só viria a ser perturbada pela TVI a partir de 1999 e a acentuar-se nos dois anos seguintes. A SIC Notícias, por sua vez, começou a transmitir a 8 de janeiro de 2001 e é um canal temático exclusivamente dedicado à informação. A cobertura do colapso parcial da Hintze Ribeiro constitui, pois, a primeira grande prova para o canal noticioso da SIC.

¹¹⁴ Segundo a *mediamonitor*, o programa foi visto por 4.383.800 espectadores. Em termos médios a audiência foi de 14.8% e o *share* — a percentagem de audiência de um canal/programa relativamente à audiência do total de televisão, para o mesmo período — de 41.2%.

dar resposta à pergunta de partida, procurou perceber se o pilar que ruiu era diferente dos outros, se alguém sabia que esse pilar era diferente, e, a ser assim, por que é que não se fez nada. A investigação da SIC, prossegue José Alberto Carvalho, encontrou respostas para algumas dessas perguntas e “as respostas revelam-se tão trágicas quanto a tragédia da noite de 4 de março”. Um passo mais no sentido da verdade.

Para além do abundante recurso à infografia, a mais-valia do programa são, indubitavelmente, as imagens inéditas da inspeção subaquática realizada em dezembro de 1986 ao pilar P4 que, segundo José Alberto Carvalho, “já apresentava na altura um índice de erosão preocupante”. Recorde-se que estas imagens haviam desaparecido do arquivo da JAE, pelo que a sua transmissão por um canal de televisão, volvida pouco mais de uma semana sobre o colapso parcial da ponte, se reveste de uma importância crucial. O verdadeiro poder das imagens da inspeção subaquática não se encontra, todavia, nas filmagens em si, filmagens, na verdade, ininteligíveis e pouco elucidativas para um leigo, mas precisamente no facto de terem desaparecido do arquivo da JAE e de ser um canal de televisão a transmiti-las em exclusivo, o que contribui indubitavelmente para reforçar o ambiente de complô em torno das causas da queda parcial da Hintze Ribeiro.

Para auxiliar na leitura dessas imagens, nos estúdios da SIC encontram-se alguns especialistas que, segundo o apresentador, “ajudarão a encontrar as respostas possíveis da técnica e da ciência”. O programa conta com as presenças do Professor Doutor António Heleno Cardoso, Catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa; do Engenheiro Armando Rito, engenheiro de

pontes; do Engenheiro Jorge Pessoa Barreiros Cardoso, Engenheiro da JAE aposentado mas que se encontrava em funções na altura da inspeção subaquática¹¹⁵; e do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do X Governo Constitucional (Cavaco Silva, PSD, 1985-1987), João Maria Oliveira Martins, falecido em 2011. Em direto de Entre-os-Rios, com os destroços da ponte Hintze Ribeiro em pano de fundo, encontram-se Paulo Teixeira, Presidente da Câmara de Castelo de Paiva, “porta-voz da indignação e das críticas e dos reparos feitos aos diversos governos e aos diversos responsáveis ao longo dos anos, tentando evitar aquilo que afinal acabou por acontecer”; e Vítor Oliveira, um funcionário da empresa Licínio e Leite, Lda., uma das sete empresas de extração de inertes a operar no Douro situada no aterro, junto à ponte e o ao pilar P5, na margem esquerda do rio.

Como se depreende do painel de convidados, as temáticas a abordar neste *Especial Informação* aproximam-se dos factores explicativos avançados quer pela Comissão de Inquérito Ministerial, cujos trabalhos decorriam por altura da transmissão deste programa, quer, posteriormente, pela Comissão de Inquérito Parlamentar, para compreender o colapso da ponte: a inspeção e manutenção da ponte e a extração de inertes no rio Douro.

De resto, mesmo depois de apresentadas as imagens da inspeção subaquática aos pilares P2, P3 e P4, as causas diretas para o colapso do pilar continuam a fazer unanimidade entre os presentes no programa e a retomar os argumentos que vinham

¹¹⁵ Como já tivemos ocasião de referir o Engenheiro Jorge Pessoa Barreiros Cardoso virá a ser constituído arguido no processo.

sendo sugeridos por diversos especialistas na comunicação social, a saber, o deslaçamento do pilar P4 por ação da atividade de extração de inertes, da redução da alimentação de caudal sólido provocada pela retenção de sedimentos nas albufeiras existentes no rio Douro e afluentes, e das severas condições de persistência de caudais elevados que se verificaram no rio Douro, no local da ponte, desde o início do ano hidrológico 2000/2001. De salientar, porém, que a tónica na extração de inertes será menos acentuada do que aquela que será dada à inspeção e manutenção da ponte e abordada apenas quando será questão dos efeitos de erosão no descalçamento do pilar. Vítor Oliveira, da empresa Licínio e Leite, Lda., pouco solicitado ao longo de todo o programa, quando questionado sobre o volume de areia extraído responderá de forma lacónica: “A quantidade de areia que é retirada é aquela que o IND [Instituto de Navegabilidade do Douro] nos autoriza a tirar”. Na opinião de Vítor Oliveira, a responsabilidade pelo colapso da ponte deve ser procurada nas descargas realizadas pela barragem do Torrão, no Tâmega.¹¹⁶ Por parte dos areeiros não há, em suma, qualquer responsabilidade.

As imagens da inspeção subaquática reforçam, porém, o argumento que se irá reencontrar nos relatórios finais das comissões de inquérito Ministerial e Parlamentar, relativo à existência de informação factual quanto ao estado dos pilares e à ausência de perceção do risco ou pelo menos da urgência de resolução dos problemas estruturais da ponte. É este aspeto que o Presidente da Câmara de

¹¹⁶ Durante o *Especial Informação*, por telefone, o Presidente do Instituto da Água, Mineiro Aires, esclarecerá que as descargas realizadas pela barragem do Torrão no dia 4 de março não ultrapassaram os limites normais apesar do “Douro ter sido martirizado por uma série de cheias” das quais não há memória. Igualmente por telefone, o autarca de Marco de Canavezes, Avelino Ferreira Torres, afirmará que a barragem do Torrão terá, efetivamente, realizado descargas muito acima do máximo para o qual está efetivamente preparada.

Castelo de Paiva, que afirma desconhecer a inspeção subaquática e o subsequente relatório da ITS, realça quando questionado por José Alberto Carvalho sobre “o que sente” ao ver aquelas imagens:

“Eu estou verdadeiramente chocado com as imagens que acabo de ver. [Chocado com quê?] Fico horrorizado com este filme que, sendo de 1986, conforme ouvi, mostra que se poderia ter evitado esta tragédia. Estou profundamente chocado neste momento. [A quem é que lhe apetece pedir responsabilidades neste momento?] Não sendo técnico nesta matéria, com certeza que há pessoas mais avalizadas do que eu que não tenho qualquer formação nesta área, nem em engenharia tão pouco... Tantas vezes, tantas vezes desde 1998, desde que assumi o lugar de Presidente da Câmara de Castelo de Paiva, disse aos sucessivos governantes deste país que a ponte não tinha as mínimas condições de segurança. Está escrito! Foi dito na Assembleia da República por governantes deste país que não era necessário fazer uma ponte nova, que não era uma coisa premente. Está escrito no Diário da Assembleia da República! Fico triste quando existiam em departamentos do Estado informações que nos garantiam que a ponte não tinha condições de segurança, fico triste ao ver este filme... A população de Castelo de Paiva, o povo de Castelo de Paiva não merecia que tivessem deixado chegar a ponte ao estado que chegou. Efetivamente, alertamos em devido tempo. O último grande aviso foi a população que o deu no dia 9 de janeiro deste ano. [Mas deixe-me perguntar-lhe: os avisos foram sendo feitos sobretudo sobre o estado do tabuleiro que é o que as pessoas veem e utilizam. A primeira vez que se veem o estado das fundações é nestas imagens.] Se me permite, eu não sendo técnico mas passando muitas e muitas vezes por cima desta ponte, sabendo exatamente algum desnível que havia entre os tabuleiros, porque os tabuleiros estavam permanentemente a ser reparados, em 5 de novembro de 1998 enviei uma carta [Mostra um documento] a um membro do Governo dizendo que a ponte de Entre-os-Rios não tinha as mínimas condições de segurança para quem nela transita. A ponte de Entre-os-Rios foi feita para um determinado

volume de trânsito e tínhamos a sensação, aqui em Castelo de Paiva, que ela não tinha as mínimas condições de segurança e enviamos cartas a mais de doze entidades governamentais com responsabilidades.”

A questão em debate passa, deste modo, a ser: o que sucedeu ao relatório elaborado pela empresa ITS na sequência da inspeção subaquática dos pilares? Mas, mais do que isso, por via do seguimento dado ao relatório da ITS pela JAE, opera-se uma reorientação no sentido da responsabilização pelo colapso da ponte que, além e acima dos técnicos, aponta para os atores políticos.

É ao Engenheiro Jorge Pessoa Barreiros Cardoso que cabe responder a José Alberto Carvalho pelos trâmites seguidos pelo relatório da ITS que, no último parágrafo exibido perante as câmaras da SIC, aconselhava, entre outras coisas, ao enrocamento do pilar P4 pelas entidades competentes.

[Tem conhecimento desta inspeção?] Tenho. Fui eu mesmo que a requeri em 1986. Em 1986, por diretivas superiores, fui encarregado de fazer uma vistoria à ponte em causa para se proceder a um projeto de alargamento e reforço. [Diretivas superiores?] Foram do Diretor de Serviços [de Pontes] de então e do Engenheiro-Chefe da Divisão de Conservação. [E eram para...] Para se fazer um estudo para um eventual alargamento e uma melhoria das condições de segurança. O pavimento estava em muito mau estado. Havia buracos, isso é verdade, no próprio processo da obra encontram-se fotografias que elucidam bem o estado do pavimento. [O pavimento seria reparado uns anos mais tarde.] Exatamente, essa sequência é que interessa seguir... [Mas em relação à essência da nossa discussão esta noite e que, infelizmente, esteve na origem da tragédia daquele domingo à noite, é o pilar número 4. O Sr. Engenheiro recorda-se deste relatório?] [Mostra o relatório.] Já lá vão dezasseis anos... Não, não... Por acaso sei que houve um relatório. [Mas lembra-se deste

relatório?] Lembro-me perfeitamente. Esse relatório foi apresentado por essa firma especialista neste tipo de trabalhos... É evidentemente que quando passei revista à obra, disse que não se podia fazer qualquer estudo de reforço e alargamento sem se saber as condições das fundações e fui contactado pela firma que iria proceder ao estudo, a ETEC, e achamos por bem fazer esta vistoria, que foi feita e eu vi o filme. Esse relatório deve ter dado origem... [José Alberto Carvalho interrompe para explicar a estrutura do relatório da ITS: quatro páginas com gráficos em anexo] [...] Esse relatório foi entregue em dezembro de 86 no serviço, eu devo ter feito uma informação com base nesse relatório que foi a instâncias superiores, portanto, ao Diretor de Serviços... [E a partir daí não sabe o que é que lhe aconteceu?] Não. Claro que sei. Deve ter sido dado conhecimento à firma encarregada, à ETEC. O assunto só deixa de estar nas minhas mãos a partir de uma certa altura. A partir do... O relatório entra na Junta [JAE] em dezembro de 86, imediatamente em março de 87, portanto logo a seguir, foi solicitado oficialmente o estudo de reforço e alargamento da ponte. Ainda não se pensava, para já, fazer uma ponte nova. Era o reforço e o alargamento... [Esse reforço e alargamento passaria necessariamente pelas estruturas?] Exatamente. Por um reforço das fundações. Simplesmente... [Então por que é que as coisas não aconteceram?] Porque, entretanto, as coisas mudaram... [Tanto quanto sei não houve qualquer trabalho nas fundações.] Houve uma alteração nas diretivas... [Recorda-se quem é que fez essa alteração?] Não sei, isso foi superiormente e agora não sei qual foi a pessoa. Possivelmente, na altura, alguém de Castelo de Paiva queria uma ponte nova, possivelmente, e então, como queriam uma ponte nova, deixou-se de encarar a possibilidade de alargamento desta ponte e passou-se a encarar somente a beneficiação do pavimento. Essa beneficiação [decidida em 1988] foi feita por mim em 1990.”

Na perspetiva do Engenheiro Barreiros Cardoso as conclusões às quais chega o relatório da ITS não eram alarmantes. A mesma opinião tem o Engenheiro Armando Rito, para quem não se pode inferir do relatório que fosse urgente

qualquer intervenção à ponte, nem mesmo determinar se o enrocamento do pilar P4 seria aconselhável ou se poderia ter evitado o colapso da ponte. “Era necessário levar a investigação mais além”, afirma. Tal não veio a suceder — e é aqui que tudo se joga — devido a uma “alteração de política”, à qual já aludira o Engenheiro Barreiros Cardoso com a referência a uma “alteração nas diretivas”.

Prossegue o Engenheiro Armando Rito: “Eu não diria que houve uma desvalorização dessa informação [relatório da ITS]. Houve uma mudança de opção”. Sendo essa opção a construção de uma nova ponte em Entre-os-Rios. Este é o dado que tudo altera. Um dado, aliás, abordado pela Comissão de Inquérito Parlamentar e reforçado pelos deputados do CDS-PP na sua declaração de voto: a opção política, primeiro, e o posterior protelamento da construção de uma nova ponte em Entre-os-Rios, por razões exclusivamente políticas, encontra-se na base da diminuição das preocupações com a manutenção da ponte Hintze Ribeiro. Um dado que atenua, senão que exonera, os técnicos de responsabilidade. Quer isto dizer que os funcionários técnicos, porque se limitam a cumprir ordens, ficam privados da faculdade de imaginação das consequências das suas práticas?

Ainda Armando Rito:

“O que eu vejo é uma tentativa nítida, especialmente do poder político, de responsabilizar os técnicos. Esquecem-se que os técnicos de uma instituição pública cumprem as ordens do Governo seja ele de que cor for. Se não lhes concedem os meios, se alteram permanentemente as políticas e as prioridades. [...] Se é muito mais importante cortar fitas de pontes novas do que reparar as velhas que não dão direito a cortar fitas, por amor de Deus, não crucifiquem os

técnicos! Os técnicos têm muitas vezes responsabilidades, mas, acima de tudo, os políticos que pensem bem no que andam a fazer e no que obrigam os técnicos a fazer. Isso é importante que se diga!”

Na mesma linha, um engenheiro da FCTUC por mim entrevistado:

“Os técnicos trabalham com documentos concretos, com coisas que, mais tarde, é mais fácil de auditar. [...] Para a atividade política exige-se muito menos rigor do que para a atividade técnica. Portanto, não havendo uma exigência de rigor, diluem-se as responsabilidades. *A posteriori*, é praticamente impossível saber o que foi bem e o que foi mal feito pelos políticos. [Há muita coisa que passa pelo informal?] Exatamente. Os técnicos trabalham com documentos concretos, escritos.” (Gaspar Martins, Engenheiro, FCTUC, Entrevista, 25.01.2013)

Permitam-me abrir um parêntese para incluir uma citação de Max Weber retirada da célebre conferência, proferida em Munique no dia 28 de janeiro de 1919, sobre *A Política como Profissão*, pois nela encontram eco as palavras de Armando Rito e de Gaspar Martins (Entrevista, 25.01.2013), mas também tudo quanto se viu no processo de responsabilização política.

“Em conformidade com a sua verdadeira vocação, o funcionário autêntico não deve fazer política [...], mas sim ‘administrar’ e, acima de tudo *imparcialmente*. O que também se aplica aos chamados funcionários ‘políticos’ da administração; pelo menos, oficialmente, enquanto não esteja em questão a ‘razão de Estado’, isto é, os interesses da ordem vigente. É *sine ira et studio* (sem ódio e sem favor) que ele deve desempenhar o seu cargo. Não deve, portanto, fazer precisamente aquilo que o político — tanto o dirigente como os seus partidários — têm sempre necessidade de fazer: *lutar*. Pois

parcialidade, luta e paixão — *ira et studium* — são elemento do político. E, sobretudo, do *dirigente* político, *cuja* atuação está sujeita a um princípio de *responsabilidade* completamente diferente, até mesmo oposto ao que rege a atividade do funcionário. A honra do funcionário está na capacidade de executar tão conscienciosa e rigorosamente como se correspondesse à sua própria convicção uma ordem da autoridade superior que se lhe afigura errada, mas na qual — apesar das suas advertências — o superior insiste, naturalmente, à sua responsabilidade. Sem essa abnegação e essa disciplina moral no mais lato sentido da palavra, todo o edifício ruiria. A honra do líder político — portanto, também do estadista dirigente — é, pelo contrário, precisamente a exclusiva responsabilidade *pessoal* por aquilo que faz, responsabilidade que ele não pode nem deve alijar” (Weber, 2000: 46, *sublinhados no original*).

Aberto o debate à participação do público (telefónica e via correio eletrónico), acentuar-se-á o pendor na responsabilidade política pelo colapso. A frase de Jorge Coelho — *a culpa não pode morrer solteira* — servirá de mote para abrir uma discussão que revolverá em torno de três eixos: a negligência, a responsabilização e a confiança. A negligência político-administrativa, a responsabilização de técnicos e políticos, e a reposição da confiança nas obras de arte e viadutos a cargo do Estado. Oliveira Martins resumirá:

“Quando há um acidente como este, por um lado, a culpa não pode morrer solteira e, por outro lado, os mortos não podem ter morrido em vão. As causas têm que ser determinadas e as culpas têm que ser atribuídas.”

Ressalto a participações telefónica de José Junqueiro (PS), Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária, que insiste na existência de “responsáveis concretos”, sobre a necessidade de apurar a verdade como forma de expressar

respeito pelas vítimas e aliviar o sofrimento dos familiares, que reforça a urgência em devolver a confiança aos portugueses relativamente às obras de arte, e que acentua a responsabilidade política do PSD, no governo por altura da inspeção subaquática de 1986. Segundo José Junqueiro, as filmagens mostram claramente que era urgente “fazer alguma coisa” e que, obviamente, nada foi feito. Ressalto ainda a participação de Isaltino Morais (PSD), apresentado como o porta-voz do PSD para as questões das obras públicas e do equipamento, que, em resposta a José Junqueiro, transfere por sua vez a responsabilidade para o PS de António Guterres, no governo do país a partir de 1995:

“As imagens do vídeo indiciam que aquela ponte estava em dificuldades e que poderia efetivamente colapsar, tal como veio a acontecer quinze anos depois. O problema é este... Eu penso que, e isso perante afirmações que já me fizeram chegar de que haveria agora quem estivesse a tentar imputar responsabilidades a governos da época, eu devo dizer o seguinte: o governo do PSD, do Professor Cavaco Silva, providenciou a elaboração, justamente na sequência dessas imagens e perante a necessidade de resolver este problema, providenciou a elaboração de projetos.¹¹⁷ Em 1994, esse projeto tinha o visto do Tribunal de Contas, foi adjudicado, sofreu algumas alterações e, em 1997, já com o governo socialista estava pronto para ser aberto um concurso para a empreitada de uma ponte nova e o que acontece é que o Governo, à semelhança do que faz com muitas outras obras, meteu esse projeto na gaveta quando a obra possivelmente já poderia estar concluída. Portanto, as coisas têm o seu tempo para serem executadas. São necessários projetos, é necessária

¹¹⁷ Recorde-se a conclusão da Comissão de Inquérito Parlamentar, segundo a qual, “aparentemente” nem as imagens da inspeção subaquática nem o processo relativo a essa inspeção teria sido conhecimento “dos sucessivos responsáveis intermédios, dos mais altos dirigentes da JAE e dos Institutos que lhe sucederam, nem dos responsáveis pela tutela política destes organismos” (CIP, 2001: 38).

obra e é indiscutível que o governo da época, a partir do momento em que constatou uma situação de precariedade ou de risco dessa ponte, providenciou a execução de projeto e naturalmente providenciaria a obra. Se o projeto fica pronto em 97 e se o governo tinha consciência da situação em que a obra se encontrava, é óbvio que deveria ter providenciado a abertura de um concurso público para se construir uma nova ponte.”

A melhor sùmula para o que acontece em direto do palco erigido pela SIC para apresentar as inéditas imagens subaquáticas de 1986, encontra-se, no campo da comunicação social, num artigo do *Público*, da autoria de Pedro Garcias (2001f), significativamente intitulado *A verdade no fundo do rio*:

“Sabe-se agora que, do ponto de vista político, ninguém tem as mãos limpas. Os governos do PSD sabiam dos problemas da ponte e não fizeram nada. Os do PS também foram avisados e nada fizeram. [...] Por agora, toda a gente tenta sacudir a água do capote. Os empresários ligados à extração de areias começam a ver o negócio ameaçado e culpam a barragem do Torrão, que terá feito descargas de água anormais. Os institutos sucedâneos da JAE culpam os areeiros, cuja atividade terá levado ao descalçamento dos pilares. Os técnicos responsabilizam os políticos. Os políticos acusam-se entre eles. E a procissão ainda vai no adro. O país espera, pelo menos, que nada fique como dantes” (Garcias, 2001f: 5).

Perante o que aconteceu com a ponte Hintze Ribeiro, pergunta José Alberto Carvalho se os portugueses poderão ter confiança nas cerca de 3500 obras de arte e viadutos que se encontram sob a responsabilidade do Estado? Oliveira Martins tem sobre esta matéria uma palavra a dizer:

“De uma forma geral, naquilo que importa à segurança das pessoas e dos bens materiais, o Estado tem uma função insubstituível. Quando as estruturas do Estado se degradam, seja em situações como esta, seja nos navios que andam no mar ou nos aviões que andam no ar, seja em que situação for, quando os organismos que respondem pelo Estado e que são a voz do Estado na execução de todas essas ações se degradam há alguma coisa que está a correr mal. Alguma coisa nos deve inquietar.”

Em matéria de confiança, também um dos familiares das vítimas tem uma palavra a dizer:

“Haver um acidente com um autocarro e morrer toda a gente é uma coisa que não é normal. [Cair uma ponte também não é normal.] Exatamente. Até porque isso destrói os alicerces da confiança. Quando atravessamos uma ponte, temos de ter confiança de que foi bem feita e de que há alguém que cuida das coisas. Ali, pelos vistos, isso não acontecia. Daí que a confiança...” (Alberto Simões, Familiar de vítima, Entrevista, 15.05.2013)

Em tom profético, Armando Rito, profundamente cético relativamente à capacidade do Estado para fiscalizar as obras de arte, encerra a questão e o debate:

“Vai ver que vai sair uma inspeção às obras de arte todas, mas não é isso... Isso é atirar poeira para os olhos das pessoas.”

Do *Especial Informação* da SIC, muito mais do que a extração de inertes, as cheias ou as barragens, sai acrescida a responsabilidade, por um lado, das entidades a cargo das quais se encontravam a inspeção e manutenção da Ponte Hintze Ribeiro e, por outro, a responsabilidade política a nível local e central: o poder local pela

concentração das atenções numa nova ponte e o poder central pelo protelamento da construção de uma nova ponte.

A primeira parte do programa coloca a ênfase nas condições técnicas e políticas subjacentes ao colapso parcial da ponte. É na segunda parte que são abordados os efeitos humanos da tragédia, sendo a ênfase colocada nas operações de busca e resgate e de deteção dos veículos submersos. Até ao momento, dia 13 de março de 2001, apenas nove dos cinquenta e nove corpos jazendo no Douro, ou algures no Atlântico, tinham sido resgatados e nenhum dos veículos tinha sido detetado.¹¹⁸

Tal como na primeira parte, o programa conta com convidados em estúdio e em direto de Entre-os-Rios.¹¹⁹ O debate, este, irá ser norteado por duas grandes questões: primeiro, se as metodologias e os equipamentos utilizados pelo Instituto Hidrográfico da Marinha Portuguesa são os mais adequados e, segundo, qual a validade e efetivo respeito das condições de segurança dos mergulhos realizados até então. Mais lateralmente aparecerá a cooperação internacional, ou seja, o facto de se terem deslocado ao local forças estrangeiras (até ao momento, Espanha, França e

¹¹⁸ Cf. Anexo 10.

¹¹⁹ No estúdio encontram-se: o Comandante Dias Martins (Diretor da Escola de Mergulho da Armada); o Comandante Ferreira Coelho (do Instituto Hidrográfico); o Tenente Vicente (responsável pelas operações de mergulho); João Neves (mergulhador profissional e instrutor de instrutores de mergulho); e um Professor, cujo nome correto não é audível na gravação, apresentado como especialista em metais pesados. Em direto de Entre-os-Rios: o Comandante Augusto Ezequiel (Diretor técnico do Instituto Hidrográfico da Marinha); o Coronel Pinto Henriques (da Proteção Civil); Paulo Teixeira (Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva); e Augusto Moreira (representante dos familiares das vítimas).

Itália, na medida em que só mais tarde participarão nas operações forças suecas e dinamarquesas).

O debate, à imagem do que tinha acontecido anteriormente, assume um pendor técnico, com a Marinha a explicar e a justificar as metodologias de deteção adotadas — e apoiadas pelas forças estrangeiras¹²⁰ — como sendo as adequadas face às condições extremamente adversas encontradas no terreno. A opção pelos mergulhos deriva, por sua vez, da situação extraordinária que apela a medidas extraordinárias mas sempre com o devido respeito pelas condições de segurança dos mergulhadores.

Um militar que participou nas operações, por mim entrevistado, esclarece:

¹²⁰ Leia-se o comunicado de imprensa da Marinha Portuguesa do dia 9 de março de 2001, relativo à colaboração com autoridades francesas nas operações: “Correspondendo a uma solicitação nacional lançada em 7 de março, as autoridades francesas prontamente disponibilizaram uma equipa de especialistas da Proteção Civil e da Marinha Francesa, que chegou a Portugal no dia seguinte com diverso equipamento. Uma vez feita a apresentação da situação, as equipas portuguesas e francesas trabalharam conjuntamente no terreno no âmbito das buscas em curso. Constatou-se que os equipamentos, métodos e procedimentos de operação dos mergulhadores e técnicos de deteção de ambos os países têm idênticas características e capacidades. Esta oportunidade para o estabelecimento de contactos técnicos e de trabalho comum permitiu confirmar como adequado tudo o que vinha sendo feito e que se prevê realizar no futuro, face às condições de operação. Foi, assim, considerado de muita utilidade para os dois países, que se mantivessem em Portugal e integrados nas equipas da Marinha portuguesa, dois técnicos da Marinha francesa, especialistas na área de deteção. A restante equipa regressará a França no dia de amanhã. Esta cooperação luso-francesa confirmou o grande interesse que existe para ambos os países, na condução comum deste tipo de ações, designadamente para fazer face a situações tão adversas, quer se verifiquem em Portugal ou em França”. Uma espécie de *disaster diplomacy* (Kelman, 2011).

“[A propósito do mergulho.] Agora diga-me uma coisa: se não se tivesse feito aquele mergulho, se só tivéssemos feito o mergulho dez ou quinze dias depois o que é que diria a comunicação social? ‘Não tentam!’. Como tentamos o que é que disseram? ‘Estão a mostrar!’.

[...]

[O resgate do autocarro pode ser considerado como um sucesso parcial?] Não. Para mim não há sucesso ou insucesso parcial. O que houve foi o resgate de um autocarro nas condições que eram as possíveis. [...] Para mim não se trata de sucesso ou insucesso. [...] As condições eram de tal maneira anormais que, nos contatos que foram feitos a nível internacional, todos perguntavam se se estava a mergulhar naquelas condições. Era impossível. Vieram e ficaram como observadores mergulhadores franceses e suecos. Eles viram perfeitamente que, naquelas condições, era impossível trabalhar. [Nem mergulhar.] Nem mergulhariam. Naquelas condições não mergulhariam. [Posso, então, perguntar-lhe por que é que nós mergulhamos?] Pode perguntar. Nada foi feito que fosse contra as normas de segurança. Houve um mergulho, que foi o primeiro mergulho, que toda a gente diz que foi para ‘inglês ver’ ou para ‘português ver’, mas não foi isso. Tentou-se de uma forma consciente ver se era possível mergulhar naquelas condições, sempre dentro das normas de segurança, e, de facto, viu-se que não era possível mergulhar. Não foi para mostrar a ninguém! [Uma das coisas que tenho ouvido é que o mergulho é um mergulho mais mediático e político do que militar.] Não. Não. Isso, eu posso garantir-lhe que não. [...] Se há uma coisa que os militares fazem é defender os seus homens. Ninguém iria correr um risco desnecessário, perder uma vida num mergulho que não iria adiantar nada. Quem esteve no local... Desde o início que foram envolvidos em todas as operações familiares e jornalistas e a razão para estarem envolvidos é que se sabia que iria ser muito difícil... Não haveria outra maneira de explicar às pessoas as dificuldades se não vendo. Todos os que estiveram envolvidos disseram que, de facto, estava a ser feito tudo o que era possível.” (Inácio Valente, Militar, membro da equipa da operação de resgate, Entrevista, 03.07.2013)

A nota emotiva, chamemos-lhe assim, é dada por Paulo Teixeira e por Augusto Moreira que, embora reconhecendo o esforço desenvolvido pelos operacionais, salientam a morosidade das operações e a importância de que se reveste o facto de os corpos serem resgatados.

É difícil, porém, imaginar que as operações de busca e resgate e de deteção dos veículos desaparecidos fossem conduzidas somente com base na racionalidade técnica. Assumindo-se nesta tese que a gestão política de uma crise não é uma atividade exclusivamente racional, desapaixonada, calculada e calculista (Bell, 1978), e que políticos profissionais e funcionários técnicos não são imunes ao contexto moral, porque haveria de ser diferente com as operações de busca e resgate e de deteção dos veículos e seus operacionais? É o próprio Comandante Dias Martins quem responde a esta pergunta:

“Os mergulhadores da Armada não são homens de ferro. São homens com sentimentos como todos os portugueses e claro que esta missão no Douro para nós foi o sentir de muitas famílias que tiveram entes queridos neste acidente. Devo-lhe dizer que, inclusivamente, o condutor do autocarro era primo de um dos nossos homens. Portanto, imagine o nosso sentimento. O nosso sentimento era cumprir a missão o mais rapidamente possível mas dentro das condições de segurança.”

De resto, o livro que o Comandante Ezequiel haveria de escrever, em coautoria com António Vieira, *Missão em Castelo de Paiva* (2001), é um exemplo franco do poder

interpelativo do sofrimento e da morte e, principalmente, do seu impacto, não apenas na ação política, mas igualmente nos operacionais no terreno.¹²¹

Trata-se de um relato escrito a duas mãos sob a forma de um diário (5 de março a 8 de abril de 2001) que entrecruza os trâmites da operação da equipa de deteção dos veículos, chefiada pelo Comandante Augusto Ezequiel (Instituto Hidrográfico da Marinha), com comentários e observações do jornalista António Vieira, que acompanhou *in loco* o desenrolar das operações.

De forma clara e concisa, num tom na fronteira do heroico, os autores abordam temas como a complexidade das operações, a força da natureza (a chuva e o rio Douro), a luta contra a natureza e a supremacia desta face à técnica, à ciência e à vontade humana. Abordam, ainda, a presença assídua dos políticos, as relações dos operacionais com a comunicação social, as relações com a população e, principalmente, as relações com os familiares das vítimas, perante quem é assumida a preeminência da emoção face à razão.

É precisamente esta preeminência da emoção que queria abordar de seguida para conduzir a discussão no sentido do poder interpelativo do sofrimento e da morte. De facto, o meu enfoque não recai sobre as operações de busca e resgate, que dariam, por si só, azo a outro trabalho. Este desvio pareceu-me, todavia, fundamental para lançar a questão do poder interpelativo do sofrimento e da morte

¹²¹ Veja-se igualmente o livro de António Salazar Galhardo (2002), referido no ponto relativo ao relatório da Comissão de Inquérito Ministerial, e cujo tom, invertendo a metáfora de M. Pollak (1993: 166), *introduz quente onde só sopra o frio*.

que, por intermédio da comunicação social, se desprende do momento de compaixão criado pelo acontecimento.

Nesta senda, a título ilustrativo, recorrerei aos artigos de José Pacheco Pereira e de Eduardo Cintra Torres, ambos incluídos no número cinco da revista *Jornalismo e Jornalistas* (abril/junho de 2001), do Clube de Jornalistas, cujo tema central incide precisamente sobre a cobertura noticiosa da *Tragédia de Entre-os-Rios*.¹²² Para ser preciso, talvez se devesse acrescentar que é este um número dedicado à cobertura televisiva, já que a imprensa escrita carece de um elemento fundamental para ter protagonismo nesse debate — o direto —, enquanto a cobertura radiofónica carece, por sua vez, igualmente de um elemento fundamental: a imagem, o principal catalisador da emoção (Tétu, 2004: 10).¹²³

¹²² Para refletir sobre esta questão são convidados um conjunto de jornalistas: Joaquim Fidalgo (*Público*), do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas; José Pacheco Pereira (*Público*); Fernando Martins (*Jornal de Notícias*); Eduardo Cintra Torres (*Público*); Mário Mesquita (*Público*); J-M. Nobre Correia (*Expresso*); Júlio Magalhães (*TVI/Expresso*); João Carreira Bom (*Diário de Notícias*); Judite de Sousa (*RTP/Jornal de Notícias*); José Vítor Malheiros (*Público*); Augusto Seabra (*Público*); e Luís Proença (*SIC Notícias*, único diretor de informação que aceitou ao convite para participar neste número especial).

¹²³ A propósito da possível relação entre direto televisivo e produção de emoções, Jean-François Tétu (2004: 11) salienta a passagem que este opera do espetador à testemunha: “[L’]information ne cherche pas ici un savoir ni même un voir, mais un faire-voir susceptible de produire directement un croire, indispensable à l’émotion: ‘j’y étais [devant la TV], je l’ai vu’. Le direct produit l’expérience d’un présent insaisissable, irréprésentable comme présent parce que, à peine perçu, il est déjà passé; mais pour cette raison même le direct est propice à la propagation des émotions, car il reste à raconter et à re-raconter. Il permet de passer d’une émotion comme suspens du sens à une parole qui lui re-donne sens. Mais cette parole-là, secondaire, appartient au spectateur qui trouve dans le direct un rôle, un programme d’action (l’action ici est d’en parler). Il projète donc chez le spectateur un programme virtuel de prise de parole; ce n’est pas l’émetteur mais le récepteur à qui est déléguée la fonction, virtuelle, du commentaire. L’interprétation de l’action est transférée

Neste mesmo número da *Jornalismo e Jornalistas*, Judite de Sousa (2001: 19) salienta:

“A propósito das tragédias que ciclicamente acontecem na África Subsaariana, o Alto-Comissário da ONU para os Refugiados afirmou em 1996: ‘Sem imagens não há compaixão e muito menos reação política urgente’.¹²⁴ Sobre Castelo de Paiva muito se tem escrito sobre os ‘perigos’ do direto. A informação em tempo real é um facto. É inútil lutar contra a velocidade da informação.”

O poder interpelativo do sofrimento e da morte, associado à mediatização do acontecimento e à gestão política, desempenha, de facto, uma função primordial na definição da prática de governação de um território e de uma população afetados por um acontecimento extraordinário adotada pelo Governo. Nos artigos de José Pacheco Pereira e de Eduardo Cintra Torres encontram-se, desde já, alguns dos elementos que regressarão mais adiante quando for questão das distintas materialidades assumidas por essa prática, ainda por classificar, para o território, os familiares das vítimas e o Estado.

3.2. *O show da morte*

Dos argumentos avançados por José Pacheco Pereira para criticar o *show* televisivo e o comportamento dos políticos suscitados pela queda parcial da ponte Hintze

au spectateur qui peut la reconstruire. Cela nous semble une explication plausible de l’attrait du direct, qui laisse le champ libre au récepteur pour sa propre refiguration”.

¹²⁴ *El País*, 2 de novembro de 1996.

Ribeiro, retenho aquele que tem a ver com a capacidade transformadora dos desastres e que consiste em saber se o processo de aprendizagem se traduz efetivamente em medidas estruturais que permitam evitar a ocorrência de novos desastres. A resposta de Pacheco Pereira é perentória: o *show* televisivo gera surtos de má governação destinada exclusivamente a responder ao próprio *show* televisivo.

“Todas as medidas de emergência destinam-se [...] a encher os olhos que espreitam por detrás das televisões [e a] responder à voracidade das câmaras” (Pereira, 2001: 9).

A urgência de agir perante as televisões que acompanham os desastres, mais do que perante os desafios suscitados pelos desastres, impelindo ao imediatismo.

“Ou me engano muito ou do desastre de Castelo de Paiva não vai sair nenhuma medida estrutural que evite outros desastres. Tudo o que se decide é pontual e imediato, enquanto as medidas de fundo são lentas, demoram tempo a dar efeitos e não cabem na televisão. Essas, ninguém é impelido a tomar, e por isso o país fica com este atraso endémico. O ‘show’ é hoje um elemento central deste estado de coisas. Não melhora, engana; emociona, não faz pensar; favorece o frenesim dos políticos diante das câmaras, e penaliza a sociedade” (Pereira, 2001: 9).

Como diz Richard Zimler (2009) nos *Anagramas de Varsóvia*:

“Às vezes precisamos de esperar muito tempo para sabermos o significado do que está a acontecer neste preciso instante.”

Quero com isto dizer que José Pacheco Pereira é ele próprio vítima do imediatismo, ou seja, da urgência do escrever que, neste sentido, partilha algumas similitudes com a urgência do agir. Pacheco Pereira profetiza *em cima do acontecimento* com base numa certa ideia dos “políticos que nos governam”. O trabalho sociológico difere, porém, do trabalho jornalístico, as suas evidências emergindo retrospectivamente (Bensa e Fassin, 2002) mais do que no imediato e por antecipação.

Reforça-se aqui a ideia da importância da análise do acontecimento extraordinário com base na sua inscrição num contínuo temporal no qual é possível marcar dois tempos abertos: o tempo do durante o desastre (o momento da urgência) e o tempo do quase-silêncio do pós-desastre (o longo prazo). A comunicação social representa, de facto, um ator fundamental no reforço do poder interpelativo do sofrimento e desempenha um papel fundamental na definição da prática de governação dominante no tempo do durante o desastre. A influência dos meios de comunicação social concentra-se, todavia, nesse tempo, na medida em que o tempo do quase-silêncio do pós-desastre é, igualmente, um tempo de quase-silêncio por parte da comunicação social.

3.3. *As lágrimas politicamente incorretas*

O artigo de Eduardo Cintra Torres, com a devida crítica aos exageros da comunicação social em geral, toma a defesa da televisão e vê na emoção, na dor e nas lágrimas dos familiares das vítimas entrevistados um povo que “chora de raiva contra as elites do seu país” e uma “insuportável acusação” à incúria do poder. São

lágrimas — não “domesticadas”, duras e humanas — que incomodam pela crítica sem subterfúgio que contêm às elites.

“Quando se quer censurar as lágrimas politicamente incorretas que vimos na TV quer censurar-se a liberdade da crítica que elas exprimiram. O que se pretende é calar o povo. Porque esta censura é a mesma que no princípio do século XX os intelectuais faziam aos tabloides e é a mesma que desde há décadas se faz à televisão: a TV não dá as notícias que as elites querem ver; dá outras!”

Os desastres estimulam, de facto, por via da emoção, a emergência nos meios de comunicação social de um registo populista que, na definição de Umberto Eco citada por Alain Minc (2005: 15), consiste num apelo “sentimental et direct à une entité imprécise qui n’existe pas mais qu’on appelle le peuple et qu’on essaie de prendre par les tripes”. Os desastres a confirmarem que o povo tem razão de desconfiar das elites políticas e administrativas (Minc, 2005). A partir do recurso ao artigo de Eduardo Cintra Torres, mais do que o registo populista, interessa-me atender às emoções — reveladas ou exploradas, neste caso é irrelevante — trazidas a público pela comunicação social em contexto de desastres. Como refere Susie Linfield a propósito das controversas fotografias de James Nachtwey:

“What is wrong with revealing such suffering; what is right with hiding it? Why is the teller, rather than the tale, considered obscene — and in any case, aren’t some of the world’s obscenities worthy of our attention?” (Linfield, 2010: 41).

M. Pantti e K. Wahl-Jorgensen (2007), com base em seis episódios que pertencem ao “cânone” dos grandes desastres e acidentes coletivos britânicos, abordam duas questões intimamente relacionadas relativamente à cobertura mediática de desastres ancorada no paradigma das *therapy news*: os desastres como uma oportunidade para explorar o papel político do jornalismo e a cobertura jornalística dos desastres como um meio de empoderamento político (*political empowerment*) das vítimas.

“If the media are responsible for holding government and other power holders accountable, such a responsibility is reflected in the frequently emotionally charged representation of citizens’ voice in disaster coverage.”

A luta pelo enquadramento da *Tragédia de Entre-os-Rios* e das lições a tirar do acontecimento é uma luta que se trava por via de palavras e de imagens e, necessariamente, por via das emoções que estas suscitam e dos valores aos quais apelam.

Participando ativamente dessa luta, a comunicação social confere visibilidade a discursos e narrativas que se situam fora dos enquadramentos político, pericial e judicial. Discursos e narrativas que não apenas fornecem interpretações alternativas ao acontecimento como revelam, na sua nudez, o sofrimento e a morte provocados pelo acontecimento, o drama humano do acontecimento, conferindo às emoções um carácter politicamente subversivo e um papel orientador da ação dentro de um quadro claramente definido de injustiça (Jasper, 1998). À natureza excecional do acontecimento deve o Governo responder com exceção. Em Entre-os-Rios a resposta governamental resultou, no imediato, da acumulação de desvantagens por parte do Governo a diversos níveis: pelo facto de o desastre envolver uma estrutura

pública, pelo caráter inédito do desastre, pelas dificuldades nas operações de busca e resgate, pelo caráter inédito do acompanhamento mediático e pela cristalização da opinião pública numa definição clara da injustiça. Uma acumulação de desvantagens, do ponto de vista de gestão política da crise, que resulta numa determinada prática de governação. Em Entre-os-Rios, o principal catalisador para a ação governamental imediata não foi somente a reconhecida negligência político-institucional, publicamente assumida no *mea culpa* político de Jorge Coelho, mas principalmente a exposição mediática do sofrimento e da morte.

As lágrimas dos paivenses são, de facto, politicamente incorretas, mas não somente porque interpelam as elites políticas e administrativas, mas porque obrigam o político a afastar-se do seu quadro de funcionamento normal em relação a territórios e pessoas que gravitam tão longe da sua órbita. São lágrimas politicamente incorretas porque evocam a possibilidade das vidas perdidas na Hintze Ribeiro serem vidas irrelevantes para o Estado, vidas que podem ser sacrificadas, vidas que, aparentemente, se encontravam fora da comunidade política, a mesma comunidade política na qual fazem, agora, subitamente irrupção porque mortas. São lágrimas politicamente incorretas, finalmente, porque evocam a possibilidade da sua pertença à comunidade política se dever ao carácter extraordinário do acontecimento e, por isso, de não chegar a ultrapassar o tempo do durante o desastre, o tempo da urgência, o tempo do *Governo da exceção* durante o qual o instável círculo da comunidade moral coincide com o círculo da comunidade política.

“Suppose we imagine the moral community circumscribed by a circle. Individuals inside the circle are members of the moral community, individuals outside the circle are not. Those inside the circle, by virtue of their membership in the moral community are entitled to a kind of consideration denied to those outside. Of the former, but not the latter, we may say, ‘They are morally considerable.’ (Regan *apud* Morris, 1996: 40).”

4. Prática de governação de um território e de uma população afetados por um acontecimento extraordinário

Como tive ocasião de referir, os capítulos anteriores eram fundamentais para conferir inteligibilidade ao objetivo central desta tese que consiste em identificar a *prática de governação de um território e de uma população afetados por um acontecimento extraordinário* que prevalece no momento da urgência e para aferir do seu prolongamento a longo prazo. Regresso, deste modo, às hipóteses de trabalho traçadas no roteiro da investigação. Antes, porém, parece-me necessário reforçar que o roteiro de investigação proposto deriva de uma *sociologia com desastres* empreendida exclusivamente a partir de um caso particular, o colapso parcial da ponte Hintze Ribeiro, sendo, deste modo, profundamente devedor de uma prática sociológica que, como se viu, visa a combinação entre trabalho de terreno e construção concreta de teoria (Kaufmann, 2008). Mais do que uma instância de verificação de uma problemática preestabelecida, o terreno constitui, portanto, o ponto a partir do qual, em diálogo com outras leituras e maneiras de pensar, se empreende a construção teórica. Uma construção teórica que, no contexto português, se quer ousada (Santos, 1994: 53).

No colapso parcial da Hintze Ribeiro, o acontecimento extraordinário é analisado na sua inscrição num contínuo temporal balizado por três tempos abertos: o tempo anterior ao desastre, o tempo do durante o desastre (a urgência) e o tempo do quase-silêncio do pós-desastre (o longo prazo). Estes três tempos formam um contínuo temporal construído como de indiferença para com o território e a população e perturbado pelo acontecimento extraordinário.

O processo de aprendizagem começa a tomar forma no tempo do durante o desastre, estabilizando-se alguns dos seus elementos no tempo do quase-silêncio do pós-desastre. O ponto de ancoragem empírica para aferir das medidas corretivas e reguladoras decorrentes do processo de aprendizagem reside na *legislação de reforma* introduzida na ordem jurídico-institucional.

Durante a crise induzida pelo desastre, a resposta política não se esgota no processo de aprendizagem, que se traduz em reformas políticas e administrativas, e no processo de responsabilização política, que se traduz nos três efeitos possíveis para os líderes políticos e administrativos apontados por Boin et al. (2008a; 2008b): o reforço da elite; o impacto negativo na elite; e os casos em que a elite sai ilesa ou é inatingida.¹²⁵ A resposta política abarca, de facto, igualmente uma responsabilização moral e reparatória relativamente ao território e à população afetados pelo

¹²⁵ Como se viu no ponto 1.3., o processo de responsabilização em Entre-os-Rios saldou-se, em linhas gerais, na inédita *demissão de exceção* de Jorge Coelho. Um caso que Boin et al. (2008a; 2008b) definiriam, certamente, de impacto negativo na elite. Um impacto algo contrariado pelo percurso no setor industrial do ex-ministro e, mais importante, pelo regresso à cena política de Jorge Coelho por ocasião das eleições europeias de 2014.

acontecimento extraordinário, ou seja, Castelo de Paiva e os familiares das vítimas da tragédia de Entre-os-Rios.

Enquanto na definição e aplicação da resposta prática a uma situação local e particular, os representantes políticos não assumem uma postura exclusivamente racional, na receção dessa resposta, território e familiares das vítimas, não assumem uma postura exclusivamente passiva. A forte mediatização do desastre fortalece o poder interpelativo do sofrimento e da morte e, conseqüentemente, influencia os sentidos que pode assumir a gestão política da crise para território e familiares das vítimas e assegura que esta se desenrola nas fronteiras flexíveis e negociadas de um determinado enquadramento de injustiça.

Concretizando, o Governo de António Guterres, antes de mais, mas igualmente o território — na pessoa do, então, Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva — e os familiares das vítimas — através dos seus representantes oficiais, primeiro, e oficiais, posteriormente — serão influenciados e, simultaneamente, procurarão influenciar o processo de politização do sofrimento e da morte. Propus-me apreender esse processo a partir de duas das componentes essenciais desse processo:

- 1) O *impacto do sofrimento e da morte no político*, relativo ao modo como, da mediatização do sofrimento e da morte conseqüentes ao desastre, despontam determinadas emoções e valores que concorrem na definição de um enquadramento moral e político-institucional da injustiça e impelem à ação política oficial; e
- 2) A apropriação do político pelo sofrimento e pela morte, que é relativa ao modo como sofrimento e morte se desprendem da sua singularidade vivenciada e se assumem no espaço público como experiências coletivamente partilhadas que

impelem à mobilização, à organização e à ação, com o objetivo de influenciar a definição do enquadramento de injustiça e influenciar a ação governamental.

Três notas. Primeiro, nem o impacto do sofrimento e da morte no político nem a apropriação do político pelo sofrimento e pela morte são isentos de conflito e de negociação, nem a sua intensidade se mantém a longo prazo. Segundo, à apropriação do político por parte de Paulo Teixeira opor-se-á uma apropriação concorrente por parte dos familiares das vítimas, o primeiro ancorando-se na compensação/reparação, perante o esquecimento do Estado para com o território, e os segundos na verdade/responsabilização, perante a responsabilidade do Estado para com as vítimas. Finalmente, terceira nota: embora num caso como no outro, no momento de urgência, se observem desenvolvimentos díspares, a longo prazo, os resultados partilham de uma idêntica tendência que vai no sentido do desapossamento de poder para o território e dos direitos de exceção para os familiares das vítimas.

A relação entre acontecimento extraordinário, mediatização do acontecimento e poder interpelativo do sofrimento e da morte associados ao acontecimento redundam, no tempo do durante o desastre, no período agudo da urgência, numa determinada prática de governação de um território e de uma população afetados pelo acontecimento extraordinário, ou seja, num conjunto de ações governamentais que visam administrar/gerir os efeitos políticos e sociais do acontecimento.

O tempo do durante o desastre, marcado por uma forte mediatização do acontecimento e pelos efeitos fortes do processo de politização do sofrimento e da

morte, abre espaço a uma *prática de governação de expiação*, produto de um *Governo de exceção*. Esta prática tende, a longo prazo, a esvanecer-se abrindo espaço à aprendizagem, à normalização e à indiferença, produtos de um *Estado de indiferença*¹²⁶, que visam normalizar/digerir os efeitos políticos e sociais do acontecimento, ou seja, a introdução na ordem jurídico-institucional das lições do desastre (aprendizagem), a interrupção dos extravasamentos do acontecimento, principalmente materiais, ocorridos no tempo da urgência (normalização), e o retomar da rotina da gestão corrente da coisa pública (indiferença).

Quer a prática de governação, quer a aprendizagem, normalização e indiferença assumem no Governo, no Estado, para o território e para os familiares das vítimas materialidades distintas durante o período crítico da urgência e a longo prazo¹²⁷:

1) No momento do durante o desastre, na urgência, a *prática de governação de expiação do Governo de exceção* encontra expressão: para o Governo, no *processo de responsabilização que conduz a demissões de exceção*¹²⁸; para o território, Castelo de Paiva, na *exceção* que conduz a assunção de *compromissos materiais de exceção*; e para os familiares das vítimas, igualmente na *exceção* que conduz à *atribuição de direitos de exceção*.

2) No momento do quase-silêncio do pós-desastre, a longo prazo, a *aprendizagem/normalização/indiferença* encontram expressão: para o Estado, no

¹²⁶ O mesmo *Estado de indiferença* que foi construído como prevalecendo no tempo anterior do desastre exceto que, como se verá, enriquecido na sua ordem jurídico-institucional.

¹²⁷ A importância do tempo anterior ao desastre, como se viu, joga-se fundamentalmente ao nível do processo de responsabilização política e de exploração política da crise, tendo, no caso do Governo de António Guterres, assumido a forma de demissões de exceção.

¹²⁸ Como tive ocasião de referir este aspeto não foi analisado com muita profundidade no âmbito da tese. De facto, mais do que, à maneira de Boin et al. (2008a; 2008b), determinar o impacto do desastre nos destinos individuais e nas carreiras políticas e administrativas, interessa-me sobretudo atender aos seus impactos no Estado, no território e nos familiares das vítimas.

processo de aprendizagem que conduz a reformas legislativas relacionadas com o evento; para o território, Castelo de Paiva, na indiferença que conduz ao fim/incumprimento dos compromissos materiais de exceção; e para os familiares das vítimas, igualmente na indiferença que conduz ao esgotamento dos direitos de exceção (Figura 3).

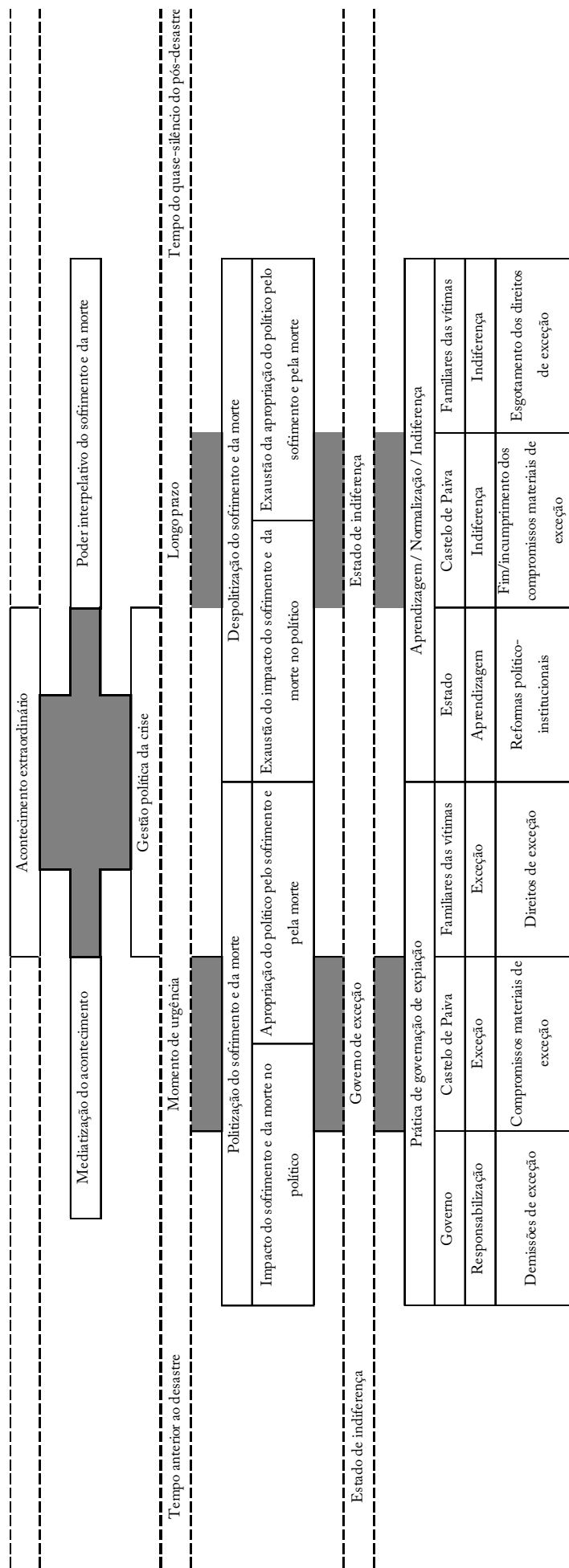


Figura 3. Prática de governação de um território e de uma população afetados por um acontecimento extraordinário

Fonte: Elaboração própria

Na sequência da queda parcial da Hintze Ribeiro, em Entre-os-Rios poderíamos dizer que se instala uma espécie de regime do estado de sítio ou de emergência não formalmente ou tecnicamente declarado e que não coloca em causa o Estado de Direito.¹²⁹

Adoto aqui a postura de Didier Fassin (2010b: 238) que, refletindo sobre o estado de exceção, propõe que este seja contemporaneamente pensado “comme une condition modulée, et donc euphémisée, tant dans ses causes que dans ses effets.” Retomando Jean-Pierre Dupuy, em Entre-os-Rios, poderíamos dizer que estamos perante uma descontinuidade radical, a exceção, que se produz sobre o fundo de uma dinâmica contínua de ausência e de indiferença, esta última construída como uma insensibilidade histórica do centro político relativamente a um interior, construído também ele, como habitado por vidas precárias e vulneráveis. Uma precariedade e uma vulnerabilidade que a queda da ponte tornaram duramente manifestas. O acontecimento extraordinário a perder alguma coisa da sua excecionalidade para se revelar como uma condição (Santos, 2009) inerente a um determinado território e a uma determinada população. A urgência aparece, conseqüentemente, por um lado, como uma condição temporal e, por outro, como legitimadora de uma *prática de governação de expiação*, produto de um *Governo de exceção*.

¹²⁹ Inspiro-me aqui da análise de Didier Fassin (2010b) da *Tragedia* de 1999 na Venezuela. Para uma análise minuciosa deste desastre, Cf. Revet, 2006; Lezama, 2007. Em grandes linhas, trata-se de um importante deslizamento de lamas que devastou o norte da Venezuela. São atribuídos à *Tragedia* cerca de 1000 vítimas mortais e mais de 200000 desalojados.

Na sequência da queda parcial da Hintze Ribeiro, abre-se um parêntese consensual no contínuo temporal da indiferença do centro relativamente ao território e à sua população para a concentração do poder de decisão no chefe do Governo, António Guterres, com vista, não à suspensão, mas à extensão, se não mesmo à criação, de direitos para o território e para os familiares das vítimas. Direitos justos e merecidos, direitos universais singularizados pela excecionalidade do acontecimento.

Na *sociologia com desastres* que tenho vindo a ensaiar, no estudo de caso de Entre-os-Rios assiste-se a uma instrumentalização do acontecimento pelo *Governo de exceção* destinada a assegurar a manutenção da legitimidade do Estado de Direito. Esta instrumentalização torna-se particularmente notória no caso do território e dos familiares das vítimas, no que revela ao nível do reconhecimento de direitos por via da exceção, que comprometem exclusivamente o Governo em funções e não o Estado: os compromissos materiais de exceção e a cidadania de exceção a simularem o aparente reconhecimento de direitos por parte de um Estado protetor que retira da equação o Estado perpetrador.

O estado de emergência não constitui, no caso de Entre-os-Rios, nem um ato jurídico nem um estado de facto, representa antes um momento moral e político cuja legitimidade assenta no consenso perante uma situação excecional que demanda uma obrigação em oferecer uma reparação excecional, que demanda expiação. É esta uma consensualidade na responsabilidade que atravessa ao mesmo tempo que implica Portugal como um todo, atravessado e implicado que este já estava pela

ideia mediaticamente construída de que, perante o desastre, era *Portugal quem estava de luto* e era a Portugal que incumbia uma responsabilização coletiva perante a sua irresponsabilidade coletiva.

“[Portugal] é o país do remedeio. É o país que gosta de ignorar a prevenção para poder lamentar os esquecimentos. [...] Olhemos para o silêncio imponente e trágico desta ponte. Ele é o melhor libelo acusatório da nossa irresponsabilidade coletiva.” (Praça, 2001).

Classifico, deste modo, a resposta de António Guterres do tempo do durante o desastre, do tempo da urgência, como uma *prática de governação de expiação* produto de um *Governo de exceção* que encontra expressão num conjunto de ações governamentais levadas a cabo no sentido de administrar/gerir os impactos políticos e sociais decorrentes do acontecimento extraordinário. A obrigação de dar resposta decorrendo, pois, de uma responsabilidade moral que decorre, por sua vez, de uma responsabilidade causal por omissão (Boltanski, 2007: 39) ou por indiferença e que conduz à produção discricionária de exceção.

O *Governo de exceção* — relembro, assim classificado de forma impura, isto é, além de qualquer fundamentação jurídica ou mesmo de filiação teórica — traduz um momento histórico durante o qual o soberano, ou seja, o chefe do Governo, António Guterres, faz um uso arbitrário e não violento dos poderes executivo e legislativo para responder excecionalmente ao excecional e, mais, para responder excecionalmente ao excecional fazendo prova de humanidade. “Prova” no sentido de demonstração palpável. “Humanidade” no sentido, primeiro, do conjunto de seres humanos que partilham uma idêntica condição — pertencer à humanidade,

enquanto categoria descritiva e extensiva — e, segundo, como movimento afetivo dirigido para com os semelhantes — fazer prova de humanidade, enquanto categoria moral e intensiva (Fassin, 2010b: 9; Audi, 2008: 196; Audi, 2011: 127).

“De la première signification découle une demande de droits et une attente d’universel; à la seconde se rattachent l’obligation d’assister et l’attention pour l’autre; on retrouve là cette articulation de la raison et de l’émotion qui définit les sentiments moraux.”¹³⁰

Mais à frente se verá se esta prova de humanidade resulta efetivamente no reconhecimento de um estatuto de vítima outorgante de direitos ou se numa condição de vítima outorgante de exceção.

O *Estado de indiferença*, o Estado anónimo e impessoal, ao qual alude Vital Moreira (2001) no artigo de opinião já referido, cessou de o ser — em Castelo de Paiva, pelo menos — no momento em que colapsou parcialmente a ponte Hintze Ribeiro. O *Estado de indiferença* cessou de o ser no momento em que a população de Castelo de Paiva — as suas vítimas, pelo menos — ganharam existência no face-a-face com representantes políticos e administrativos, ou seja, no momento em que ganharam existência na copresença. O corpo político perante os corpos mortos e ausentes que darão, por sua vez, existência política a vidas contruídas como nuas. À difusão mediática das imagens e das palavras do sofrimento e da morte não podiam os

¹³⁰ Fassin (2010b: 8) define os sentimentos morais como: “[...] les émotions qui nous portent vers le malheur des autres et nous font souhaiter les corriger. Ils associent des affects et de valeurs — la sensibilité et l’altruisme —, certains faisant du reste découler le second des premiers, c’est-à-dire la morale des sentiments : selon cette traditions philosophique, l’expérience de la souffrance précède donc le sens du bien”.

políticos profissionais responder com indiferença e insensibilidade, as mesmas indiferença e insensibilidade que provocaram o colapso parcial de uma ponte do interior. A situação exigia que os representantes políticos — e o chefe do Governo — se tornassem permeáveis à emoção, aos afetos e aos valores, aos sentimentos morais inerentes ao desastre. A situação exigia que se tornassem, em suma, mais humanos perante esta irrupção de humanidade. A situação exigia compaixão e expiação.

O *Estado de indiferença*, o Estado anónimo e impessoal voltará mais tarde — em Castelo de Paiva, certamente — com a gradual despolitização do sofrimento e da morte, a exaustão da exceção e o fim/incumprimento das promessas para o território, gradualmente esvaziadas de firmeza pelos sucessivos ciclos eleitorais. O *Estado de indiferença* voltará mais tarde — para os familiares das vítimas da tragédia de Entre-os-Rios, certamente — igualmente com a gradual despolitização do sofrimento e da morte, igualmente com a exaustão da exceção e o esgotamento dos direitos de exceção. A longo prazo, no tempo do quase-silêncio do pós-desastre, será altura do *Governo de exceção* dar novamente lugar ao *Estado de indiferença*.

4.1. Território: compromissos materiais de exceção

No dia 11 de março de 2001, António Guterres desloca-se a Castelo de Paiva para assistir à missa do sétimo dia que se realizava nessa tarde. A receção ao Primeiro-Ministro é nesse dia diferente. Não se ouvem já apupos e assobios, nem a palavra “assassinos” como quando Guterres se deslocou pela primeira vez a Entre-os-Rios (Moreira et al., 2001). Nesse mesmo dia, o Primeiro-Ministro encarrega o

Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, Paulo Teixeira, de apresentar uma lista das necessidades do concelho.

Uma vez mais, segundo a comunicação social, é o drama que serve de motor ao concelho (Garcias, 2003a). De facto, quando do encerramento da fábrica de calçado *Clarks*, dois anos após o a queda da ponte, Pedro Garcias (2003a), do jornal *Público*, irá referir-se ao encerramento das minas do Pejão como fundamental para a revitalização e diversificação industrial do concelho e, assim, *fazer a ponte* com o “drama tragicamente redentor” do colapso da Hintze Ribeiro.

“Foi o seu sacrifício que fez despertar o Governo para a triste realidade de um concelho que, apesar de ficar à beira do Porto, parecia, como se disse na altura, mais próximo de África” (Garcias, 2003a).

Em contexto de entrevista, um membro do Governo em 2001, exprime um idêntico sentimento:

“Também não sei se aquele acidente não tivesse tido a dimensão humana que teve se essas mudanças teriam acontecido. Isto é um bocado dramático de dizer, mas se fosse só a ponte que tivesse caído sem lá estivesse alguém a passar, será que se tinha investido?” (Rogério Macedo, Membro do Governo em 2001, Entrevista, 15.05.2013)

Nos dias subsequentes à tragédia, o concelho será “visitado por seis ministros, outros tantos secretários de Estado e incontáveis assessores ministeriais, todos anunciando medidas de emergência” (Baptista, 2001b). Entre-os-Rios a tornar-se num inusitadamente animado ponto de interseção entre o nacional e o local, o

ponto de encontro de dois níveis de administração, de interesses e de agendas que, embora sintonizados pelo mesmo acontecimento, visarão e negociarão objetivos distintos, o que, a longo prazo, redundará em resultados igualmente distintos para ambos. Porém, no imediato, o que é que este encontro representa em termos de financiamento para o concelho?

“De 25 de abril de 1974 até ao dia do acidente, 4 de março de 2001, o Governo tinha investido 5,7 milhões de contos na região. Nos dias subsequentes à tragédia, foram anunciados 20 milhões de contos, cento e dez milhões de euros, para obras em todas as áreas de atividade [...]” (Santiago, 2006: 36).¹³¹

Num livro lançado em 2011, *A Ponte de Portugal*¹³², um relato dos acontecimentos contado pela voz do, então, Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, Paulo Teixeira, este último explica como tudo aconteceu ou, como fará questão de repetir várias vezes ao longo do livro, como tudo *lhe* aconteceu:

“Até à tragédia de Entre-os-Rios, Castelo de Paiva era um concelho ‘esquecido’ pelo Terreiro do Paço. As diligências e esforços que o Executivo Municipal por mim liderado desenvolvia, sistematicamente, junto do poder central revelavam-se inócuos, o que dificultava seriamente a atividade municipal e prejudicava decisivamente os mais legítimos anseios da população paivense.

¹³¹ 21.076.000.000 contos, segundo Paulo Teixeira (2011: 36).

¹³² Dez anos após o colapso parcial da ponte Hintze Ribeiro, que por altura do *Especial Informação* da SIC não precisava de outra referência que não “A ponte”, a Hintze Ribeiro torna-se a *Ponte de Portugal*, sem, todavia, que a esse estatuto de símbolo fique associado um significado unânime.

No final da missa do 7º dia, e quando ia a entrar no carro que o ia levar a Lisboa, o Eng.º. António Guterres perguntava-se se eu, até às 11 horas da manhã seguinte, lhe conseguia enviar uma listagem, Ministério a Ministério, do que faltava fazer em Castelo de Paiva.¹³³

Eu disse-lhe imediatamente que sim, ao que ele afirmou, já dentro do carro, ‘eu, depois, envio-lhe os membros do Governo, um a um, aqui ao concelho, e você vê com eles o que pode ser resolvido’.

Quando o Primeiro-Ministro me fez aquela pergunta, já estava sentado no carro, não tendo eu muito tempo para pensar, e lembrei-me, em milésimos de segundo, daquilo que foi a segunda guerra mundial na Alemanha. A reconstrução ajudou muito aquele país. Eu estava consciente que não tinha dinheiro nos cofres municipais para acompanhar os milhões de contos de investimentos estatais, mas Castelo de Paiva não podia perder esta oportunidade de, através de uma ‘verdadeira regionalização’, poder pensar e agir localmente.

Fui, nessa noite, para o meu gabinete, acompanhado pelo meu Vice-Presidente, Lino Pereira, pelo Vereador Rui César Castro e pelo Presidente da Assembleia Municipal, Lopes de Almeida. Preparámos esta lista que, no dia seguinte, conforme combinado, via fax, seguiu para Lisboa.

Foram mais de cinquenta e cinco obras solicitadas. Em todas as áreas: saúde, educação, área social, acessibilidades, desporto, cultura, ambiente...

¹³³ Na biografia de António Guterres da autoria de Adelino Cunha, nas poucas linhas dedicadas à ponte Hintze Ribeiro, esclarece o biógrafo que, perante a tragédia: “[António Guterres] [d]ecide tomar em mãos a liderança do processo de construção da nova ponte em Entre-os-Rios e impõe uma série de medidas para ajudar as populações locais a recuperarem da tragédia. Mais tarde, quando regressar ao mesmo local, será particularmente bem recebido pelos habitantes que reconheceram o seu empenhamento pessoal” (Cunha, 2013: 516).

E aí inicia-se um périplo de Ministros e Secretários de Estado: em, apenas, 23 dias, o concelho é visitado por 19 governantes, incluindo o Primeiro-Ministro.

Aos poucos a nossa terra é transformada num imenso estaleiro — com custos, também, naturalmente, para os cofres municipais — vendo-se surgir todas as mais significativas obras relativamente às quais, dantes, não se observava qualquer evolução. A ponte, um clamoroso exemplo...

Agora, e ainda com a dor bem presente, o concelho gritava bem alto as suas carências e a injustiça a que estivera votado, e a sua voz, dura e inquebrantável, era, finalmente, ouvida nos gabinetes ministeriais [...]” (Teixeira, 2011: 30).

Rui Baptista, jornalista do *Público*, explica como Castelo de Paiva chegou a este *estado de isolamento*. Um isolamento que contrasta com o fervilhar de atividade que o concelho virá a conhecer e que o irão transformar num *verdadeiro estaleiro* (Teixeira, 2011):

“Tentar perceber como foi possível que Castelo de Paiva (e o vizinho concelho de Cinfães) tenha chegado a este estado de isolamento obriga a recuar uns anos e analisar com atenção o relacionamento (ou, neste caso, a falta dele) entre a autarquia e a administração central. Encravado entre o Douro e a serra, com um número de eleitores reduzido, Castelo de Paiva ficou de fora do *boom* de investimento em infraestruturas que se seguiu à adesão do país à Comissão Europeia. Enquanto o Governo foi PSD, a câmara esteve nas mãos do PS [...]. Quando o Governo mudou para o PS, a câmara passou, pouco tempo depois, para o PSD” (Baptista, 2001b).

Perante a tragédia, anula-se a importância das cores políticas, suplantadas pelo acontecimento e pela urgência do Governo de exceção em dar uma resposta política

visível e inequívoca. Associar ao isolamento do concelho de Castelo de Paiva o “azar” da cor política camarária não coincidir com a cor política dos governos e, mais importante, à magra influência do seu “número de eleitores reduzido”, não será o mesmo que dizer que Castelo Paiva seria, antes do colapso da ponte, politicamente irrelevante? A morte e o desaparecimento dos seus habitantes a despedaçar as fronteiras e a redefinir as relações centro-território, a conferir relevância política aos corpos mortos e ausentes e a outorgar o direito aos seus habitantes, legitimado nesse sacrifício, de se tornarem objeto de uma consideração política de exceção. Uma consideração política de exceção, aparentemente, dobrada de uma condigna liberdade orçamental. Como bem salienta Ronald J. Daniels (2006) na introdução do livro coletivo *On Risk and Disaster. Lessons from Hurricane Katrina*:

“[...] [N]ational sympathy in the face of large catastrophes often opens up the governmental strings wider than in the case of normal politics.”

A excecionalidade do acontecimento a apelar, desta forma, a medidas excepcionais e pródigas.¹³⁴ Medidas excepcionais que são, simultaneamente, uma homenagem ao sacrifício das vítimas por parte de um *Governo de exceção* em pleno processo de expiação. Segundo um membro do Governo em 2001:

¹³⁴ A propósito do *Katrina*, Daniels (2006) refere-se à *nacionalização dos custos* para mostrar o modo como, perante um desastre, os custos inerentes às medidas de reparação pós-desastre não são suportados localmente mas, por via do Estado, pelo país como um todo. Como se verá, no caso de Entre-os-Rios esta *nacionalização dos custos* far-se-á de forma menos pacífica do que a ideia das comunidades altruístas pós-desastre, nas quais impera o consenso, a solidariedade e a empatia sustentadas por uma definição coletiva e partilhada da situação (Erikson, 2006), deixa supor.

“A recuperação psicológica pode ser feita — eu não sou especialista, mas a experiência de vida veio dar-me alguma especialização nisso —, pode ser feita... Ali, tinha de ser feita de duas maneiras que, nalgumas famílias, não pôde ser. Portanto, era o luto, a demonstração da dor... Aqueles que viram os seus familiares enterrados, tiveram essa parte do luto, mas aqueles que não puderam fazê-lo não podiam ficar eternamente no passado e nós tínhamos de os projetar para o futuro. Aquelas pessoas, para além de terem sido apoiadas, e acho que bem, passaram a ser... Por causa delas o concelho deu um salto do ponto de vista do desenvolvimento. Ou seja, há uma dor muito forte... Deixe-me dar-lhe uma imagem que não sei se é muito feliz mas pronto. Imagine que tem um pai que perde um filho em combate. Por um lado, tem a dor do filho que morre, mas, por outro lado, tem o orgulho do filho ter ajudado a ganhar uma batalha. Eu acho que foi essa a percepção que nós tivemos naquele momento... Não sei se ‘nós’, mas eu tive pelo menos... Nós aqui precisamos de... Essas pessoas... As que não fizeram o luto já não fazem e, portanto, ou ficam eternamente amarradas ao passado e a olhar para o rio ou começam a pensar: ‘Tu morreste mas por causa de ti há uma ponte. Tu morreste mas por causa de ti há um acesso. Tu morreste mas por causa de ti há um investimento. A tua morte não foi em vão.’ Portanto, foi um pouco essa linha de superação do trauma que nós seguimos com consciência.” (Paulo Fonseca, Membro do Governo em 2001, Entrevista, 28.05.2013)

E a comunicação social de fazer eco desta ideia. *Chegou a hora de cuidar dos vivos*, diz Rui Baptista (2001b), do *Público*, num artigo que apresenta as “reclamações de Castelo de Paiva”, a lista de necessidade à qual Paulo Teixeira se refere como um “caderno reivindicativo” (Baptista, 2001b) (Figura 4).

Ministério	Necessidade
Educação	Construção da Escola EB 2/3 do couto mineiro do Pejão
	Criação de ensino técnico-profissional
	Pavilhão ginnodesportivo em Sobrado e na Raiva
	Reconstrução de 13 escolas do ensino básico e pré-escolar
	Informatização das escolas do concelho
Trabalho e	Contratualização de um programa ocupacional para trabalhadores desempregados

Solidariedade Social	até 220 pessoas, por seis meses
	Apoio permanente às famílias das vítimas de Entre-os-Rios
Ambiente e Ordenamento do Território	Decisão sobre a construção das ETAR de Fornos e Pedorido
	Rede de saneamento em quatro freguesias
Saúde	Abertura de concursos dos lugares vagos no quadro do Centro de Saúde de Castelo de Paiva (4 médicos, 1 psicólogo clínico e 1 técnico de medicina dentária)
	Acompanhamento por equipas de saúde mental aos familiares das vítimas
	Posto de saúde em Oliveira do Arda, usando as instalações do antigo hospital
Justiça	Apoio jurídico às famílias das vítimas
Equipamento	Nova ponte de Entre-os-Rios
	Conclusão da variante à EN 222 e financiamento complementar
	Variante à EN 224
	Variante externa entre Carreiros e Castelo
	Beneficiação e alargamento das estradas nacionais 222-1, 224, 222, 225
	Comparticipação na pavimentação de 13 estradas municipais
Economia	Aprovação do projeto URBCOM apresentado pela autarquia
	Aprovação do projeto Associativismo Empresarial da Associação Comercial do concelho
	Expansão da zona industrial de Felgueiras
	Três novas zonas industriais
Cultura	Biblioteca em Sobrado
	Centro museológico das minas do Pejão
	Museu municipal em Sobrado
Administração Interna	Extensão do quartel da GNR ao couto mineiro
	Aumento de 21 para 30 elementos do corpo da GNR
	Reforço financeiro para aquisição de novas viaturas para os Bombeiros de Castelo de Paiva

Figura 4. Lista das necessidades do concelho de Castelo de Paiva

Fonte: *Público*, 15 de março de 2001, 3.

José Manuel Fernandes (2001), no editorial dessa mesma edição do *Público* faz, por sua vez, eco de uma outra posição, muito na linha do artigo de José Pacheco Pereira referido anteriormente, que vinha chamando à atenção para o império e os perigos da emoção provocados pelo colapso da Hintze Ribeiro. A emoção que tolda os sentidos, a emoção que perturba a razão.

“Infelizmente nos últimos dias a emoção superficial tem substituído o raciocínio ponderado. A emoção é o que está a dar. Explorada de forma desavergonhada pelas televisões — com diretos obsessivos que prolongam até à náusea —, abre um palco para os políticos. Primeiro foram as romarias ao local do desastre, agora é o corrupio dos ministros e os inacreditáveis ‘briefings’

para o ‘prime-time’ televisivo. Que importa que no concelho ao lado as carências sejam idênticas, se lá não há televisões? E que interessa se há outras notícias no país e no mundo, se lá não há diretos com ministros nem ninguém a quem perguntar ‘o que sente...’?

Alimentando-se mutuamente neste ciclo vicioso, saltando de explicação em explicação para o desastre da ponte, sem tempo para refletir e desvalorizando a sensatez, atirando de um lado para o outro o ónus da culpa e da responsabilidade, esta engrenagem apenas agrava o mal nacional. Vive-se enquanto houve holofotes ligados. Depois, quando se apagarem, em Castelo de Paiva ou em Cinfães, em Mogadouro ou no Sabugal, em Barrancos ou em Aljezur, regressará a normalidade. E lá ficarão todos, de novo, ‘esquecidinhos’.”

Na mesma linha, Miguel Sousa Tavares (2001), num artigo de opinião para o *Público* do dia 16 de março de 2001:

“A opinião pública dominante forma-se na televisão, manifesta-se na televisão e pressiona através da televisão. [...] E, como a televisão funciona no domínio do efémero e do emocional, é assim que o Governo sente a pressão da opinião pública e lhe reage. Governa-se, pois, de acordo com o tipo de exigências que a televisão e a imprensa sensacionalista [...] transmitem. Governa-se para a superfície das coisas, para o dia que passa, para o telejornal das 20h. [...] O país não vive de reflexão, mas de acontecimentos.”

E Gaspar Martins Pereira (2001) que, no dia 21 de março de 2001, reflete igualmente sobre um país governado ao sabor da conjuntura:

“A nação inteira parece unir-se nestes momentos de tragédia. Porém, ultrapassado o luto, Castelo de Paiva voltará, provavelmente, a sentir o

abandono de sempre, semelhante ao de tantos outros lugares do nosso ‘país real’. No interior ou nos dormitórios suburbanos, onde todos os dramas parecem ter o mesmo denominador comum: o esquecimento que traduz a distância dos cidadãos aos centros do país. [...] Em Castelo de Paiva, pressionado pela desgraça, o Governo irá atuar em várias frentes. Desde o apoio social à busca de alternativas de circulação. Erguer-se-á, rapidamente, outra ponte, mobilizando com imprevista facilidade, competências técnicas, vontade política e dinheiros públicos, evitando as delongas burocráticas do costume.”

Os exemplos desta argumentação que tende a desvalorizar o vivido, poderiam ser referidos à saciedade. Incontestável é que a comunicação social desempenhou um papel fundamental na politização do sofrimento e, logo, para o surgimento, no momento de urgência, de uma prática de governação do território afetado pelo colapso da Hintze Ribeiro cuja característica mais marcante é, indubitavelmente, a expiação e cujo resultado mais marcante é, indubitavelmente, a exceção. Castelo de Paiva deixara de ser longínquo. Qual África mediática (Garcias, 2003a), irrompera do estado de esquecimento, abandono e isolamento ao qual havia sido votado pelo centro político, num movimento inverso ao da ponte Hintze Ribeiro, infraestrutura pública que lhe deu visibilidade e existência. Todavia, o problema não reside, a meu ver, no sentimento moral da compaixão, subjacente à crítica dos *opinion makers* suprarreferidos, mas outrossim, na exceção.

Parece-me, neste sentido, adequado que se contrabalance as opiniões citadas acima, com a opinião de Júlio Magalhães, o rosto da TVI em Castelo de Paiva, que se insurge contra os “heróis da palavra” que criticaram duramente a atuação dos jornalistas em Entre-os-Rios:

“Ouvimos vezes sem conta familiares, amigos, populares. Pois ouvimos. Incomoda ouvir o povo repetir que está a ser enganado pelos mesmos, os de sempre, por aqueles que estão no poder e por outros que já estiveram e agora escrevem artigos, depositam palavras — mas nada fizeram nem querem fazer pelas pessoas. Incomoda ouvir a voz do povo dizer vezes sem conta que as promessas fazem parte das campanhas eleitorais, que tudo aquilo era uma vergonha para os que gravitam no e à volta do poder central. O povo de Castelo de Paiva teve as suas horas de vã glória na televisão. Para isso precisou de uma tragédia que vitimou perto de 60 pessoas. [...] Foram as câmaras de televisão que nos primeiros dias deram voz aos familiares, amigos e populares de Castelo de Paiva — que nos procuraram para mostrar a revolta que lhes ia na alma. Foi a partir dessas imagens que o Governo se mobilizou e organizou naquela região” (Magalhães, 2001: 17).

Uma opinião igualmente partilhada por Paulo Teixeira:

“A comunicação social. Foram dos primeiros a chegar e dos últimos a sair. Se não fosse a sua presença, os holofotes tinham-se apagado num ápice e não teríamos o apoio que, depois, tivemos. A comunicação social mostrou ao país e ao mundo a debilidade do nosso Portugal” (Teixeira, 2011: 34).

A narrativa de um território esquecido do poder central que se torna, por isso, vulnerável (Teixeira, 2011) e que, concretizada essa vulnerabilidade, se torna *merecedor* de um tratamento excepcional, é produzida pelo concurso de diversos elementos: a brutalidade inédita do acontecimento, as imagens chocantes do acontecimento, as palavras amargas e duras do acontecimento, as referências por

parte da comunicação social a Castelo Paiva como um concelho-mártir¹³⁵ (Garcias, 2001a; Pacheco, 2003), a reactualização por parte do poder local das assimetrias regionais e, conseqüentemente, da regionalização¹³⁶. Refém do acontecimento, o Governo de António Guterres vê-se perante a contingência de responder às exigências de um autarca apostado em *não perder a oportunidade* aberta pelo desastre, pela indignação que este provoca e pelo enquadramento de injustiça — bem como de reparação — que Paulo Teixeira irá construindo no seu esforço de apropriação do político por via do sofrimento e da morte contidos no acontecimento.

A propósito do Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, Paulo Teixeira, diz António Salazar Galhardo (2002: 94):

“Aproveitou o corrupio dos políticos para interesse do seu concelho. Diz o povo que *no aproveitar está o ganho*. Conseguiu dos políticos que muitas obras, algumas já perspctivadas, se fizessem mais rapidamente.”

Na edição de 6 de março do *Público*, Paulo Teixeira era mais claro:

¹³⁵ O sacrifício das vítimas a conferir aos mortos o estatuto de *heróis concelhios*: “Bem se pode dizer [...] serem as infelizes vítimas da queda da ponte além disso também heróis concelhios porquanto foi, feito o sacrífico supremo, que a sua agora conhecida terra saiu do anonimato a que sempre a votaram os políticos, todos os políticos e de todos os tempos, deste País!” (Pinto, 2002: 53).

¹³⁶ O comentário de José Queirós (2001a), no *Público* do dia 15 de março de 2001, é disto um exemplo claro. A título de exemplo: “A tragédia de Entre-os-Rios tem servido de pretexto para enumerar todos os pecados do Estado português. Pois junte-se à lista, como é devido, essa cultura da arrogância e do desperdício que dá pelo nome de centralismo. O velho e estúpido centralismo português”.

“Já houve quem aprovasse um Orçamento em troca de um queijo limiano; a água do Douro vai ser o nosso queijo” (Baptista, 2001a).

A referência ao *Queijo Limiano* não é fortuita. Recorde-se que Daniel Campelo, deputado e Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima, eleito pelo CDS/PP, num Governo socialista sem maioria absoluta na Assembleia da República, viabilizou dois Orçamentos de Estado (2001 e 2002) a troco de vários investimentos públicos (Julião, 2005). De Daniel Campelo a Paulo Teixeira, o que fica à vista são as regras tácitas subjacentes às relações labirínticas entre poder central e poder local em Portugal (Ruivo, 2000), cujos resultados se pautam, o mais das vezes, pela produção discricionária de exceção.¹³⁷ No caso de Entre-os-Rios, essa produção parece, de resto, do nível central ao local, não ter escapado a ninguém.

[A propósito do debate sobre a interioridade e do papel do Presidente da Câmara, Paulo Teixeira, no exacerbar desse debate.] É indiscutível que o Presidente da Câmara, pela sua personalidade e capacidade de intervenção, teve um papel muito forte na forma como tudo foi mediatizado e caracterizado o problema. Eu tenho alguma dificuldade... Eu julgo que estar a associar aquela situação aos fenómenos da interioridade é claramente excessivo. Era

¹³⁷ Na biografia não autorizada de Jorge Coelho, da autoria de Fernando Esteves, é interessante assinalar a referência à lista de condições apresentadas por Daniel Campelo como o “caderno reivindicativo” (Esteves, 2014: 202). Registe, ainda, que questionado sobre a possibilidade do caso Entre-os-Rios ter precipitado o fim do guterrismo, este respondeu da seguinte forma: “Se me perguntar se a queda da ponte foi a razão fundamental para a crise política, eu acho que não. Se o Governo tivesse maioria não teria tido problema nenhum. Havia, efetivamente, uma erosão que dependeu como viria a depender de outros factores políticos. Eu acho que as respostas que foram dadas teriam sido suficientemente compensadoras para a crise se não houvesse outros factores, esses sim, estruturais: não haver maioria, não haver uma maioria estável para aprovar o orçamento e haver, no PS, um grupo forte contra o acordo do queijo Limiano.” (Luís Coelho, Membro do Governo em 2001, Entrevista, 30.11.2012)

perfeitamente possível que um drama daquela natureza ocorresse, com consequências sociais tão dramáticas ou mais do que aquelas, na periferia de uma qualquer área metropolitana. Não me parece que a ausência de investimentos seja típica de uma oposição litoral—interior. Penso que essa oposição é uma oposição que é feita de forma excessivamente primária em Portugal. [...] Eu penso que o Estado tem a obrigação de, quando há uma ferida que se abre numa comunidade, reforçar os recursos e, às vezes, até se for um pouco mais é muito natural porque contribui para o sentimento de segurança das pessoas no seu todo. Sabem que aquele comportamento que o Estado teve com determinada comunidade terá com outra. Portanto, eu acho que as pessoas entenderam isso. Não senti...sinceramente não senti que se tenha chegado à tal fase... Acho que dentro do dramatismo da situação, esta foi gerida com alguma tranquilidade, com a possível, com a possível...e foi reposta, no tempo possível, a normalidade que poderia ser reposta. Aquela que não podia, infelizmente... (Rogério Macedo, Membro do Governo em 2001, Entrevista, 15.05.2013)

“O Governo estava fragilizado perante a tragédia e era necessário dar algo ao concelho para o tentar levantar da tragédia. Era necessário fazer algo por Castelo de Paiva. [Compensar?] Compensar. Mas compensar nunca compensa. Isto de fazer obras só porque houve uma tragédia é muito complicado. Isto nunca deveria acontecer. De qualquer modo, foram feitas muitas visitas ao concelho porque o Presidente da Câmara [Paulo Teixeira] disse na comunicação social que não ia a Lisboa tratar de nada com o Governo, o Governo é que tinha de vir a Castelo de Paiva. A partir daí, o Primeiro-Ministro [António Guterres] começou a mandar os ministros a Castelo de Paiva para se reunirem com o Presidente da Câmara e começar a fazer um levantamento das necessidades do concelho para que o Governo começasse a despachar a compensação ao concelho.” (Manuel Rocha, Político local, Entrevista, 08.05.2012)

“O Paulo Teixeira dizia: ‘Eu quero!’ e o Guterres dizia: ‘Eu dou!’. A culpa não é só do Paulo Teixeira. O Governo é que não soube lidar com isto. Cai uma

ponte e o Governo fica à toa a perguntar: ‘E agora?’. O Governo... Isto foi uma bomba! Mas havia algum Governo preparado para isto? Nenhum! [...] A gestão política por parte do Governo foi absurda porque o Governo não sabia o que havia de fazer. A gestão municipal foi absurda porque a Câmara não sabia o que havia de fazer. Foi ridículo! [...] O Estado sentiu-se culpado. Sentiu-se envergonhado com Castelo de Paiva. E as pessoas que estavam cá decidiram que podiam pedir tudo e mais alguma coisa. Pediram tudo menos o que deveria ter sido pedido. Aliás, nem deveria ter sido pedido, deveria ter sido exigido. Mas exigido sustentadamente. Houve uma Comissão de Acompanhamento dos Investimentos que reuniu lá [Perto da Hintze Ribeiro] numa casa que o Governo arrendou a um emigrante. Isso faz sentido? Porquê lá? Tinha de ser ali? Não havia qualquer presença de espírito.” (Ricardo Campos, Comunicação social local, Entrevista, 08.05.2013)

Durante esse período, Paulo Teixeira, torna-se o rosto da *causa* e da *luta* de Castelo de Paiva ou, talvez, de *um* Castelo de Paiva pós-desastre.¹³⁸ Nas entrevistas por mim realizadas não há unanimidade relativamente à ação do autarca, com as posições a oscilarem, todavia, mais para uma visão negativa do *aproveitamento* individual da tragédia do que para uma visão positiva do *aproveitamento* coletivo da tragédia.¹³⁹

¹³⁸ Tal parece ter-lhe valido a reeleição à Câmara Municipal de Castelo de Paiva, em 2005, com 5320 votos (47,11%) contra os 5257 votos (46,56%) do candidato do PS. Em 2009, de novo candidato à autarquia, virá a perder, com 5496 votos (46,66%), para o candidato do PS, que recolhe 5504 votos (46,73%) (Fonte: www.eleicoes.mj.pt/, acedido: 08.04.2014).

¹³⁹ Também a nível nacional a ação de Paulo Teixeira não faz unanimidade. Por exemplo, num artigo de 29 de março de 2001, a jornalista do *Público*, Helena Pereira (2001), dá conta da posição e José Mota, então, Presidente da Federação Distrital de Aveiro do PS, relativamente a Paulo Teixeira: “Sobre o autarca Paulo Teixeira, o socialista considera que ‘tem feito um aproveitamento político partidário’ à volta da tragédia de Entre-os-Rios, depois de ter tido uma postura ‘irresponsável’, quando ‘diz que a ponte estava a cair e não tomou medidas para evitar que isso acontecesse’ e quando dá o dito por não-dito sobre os areeiros. ‘Um dia garante que não havia extração de areias e no dia seguinte já diz o contrário’. Mota estranha ainda a aliança entre o autarca do PSD e o Governo. ‘Parece que

“Em relação ao que ele [Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, Paulo Teixeira] fez quando foi o acidente, não tenho nada a dizer. Foi impecável. Não estou a falar de nada. Foi o apoio, a maneira como ele falava com as pessoas. Mesmo quando dava uma entrevista falava de uma maneira... Era diferente. Nesse aspeto, acho que ele foi impecável. Eu não gosto dele por outras razões, por coisas que aconteceram depois. Mas, em relação a isto, foi impecável. Há pessoas que dizem mal dele por causa dos partidos. Acredito que ele tenha feito algumas coisas que as pessoas não gostaram, mas não tenho razão de queixa.” (Andreia Oliveira, Familiar de vítima, Entrevista, 08.05.2013)

“O Paulo Teixeira não o fez, mas houve algumas pessoas em Castelo de Paiva que se tentaram aproveitar politicamente daquela situação e essas pessoas magoaram-me bastante porque, ainda por cima, veio de pessoas de quem eu não esperava. E não foram do PS. Por acaso, foram do PSD, mas eu não esperava que o tivessem feito. Mas também lhe digo, passou o tempo e, há pouco tempo, estive em Castelo de Paiva, percebi como é que era o mapa político e essas pessoas desapareceram. Portanto, o crime não compensou!” (Paulo Fonseca, Membro do Governo em 2001, Entrevista, 28.05.2013)

“[A propósito da lista de necessidades do concelho de Castelo de Paiva entregue pelo Presidente da Câmara Municipal, Paulo Teixeira, ao Primeiro-Ministro, António Guterres, a pedido deste último.] Ele [Presidente da Câmara] foi muito rápido a fazer isso e o problema foi esse. O concelho foi pensado? Não foi. Pensou-se em alguma coisa? Não! Pensou-se numa reforma administrativa do concelho, numa zona industrial em condições, em não fazer aquela ponte absurda ali mas em Pedorido para servir a zona industrial que está à entrada do concelho? Não se pensou no concelho. Não se pensou rigorosamente em nada. Foi um enunciado de coisas e disparar para a frente,

neste momento quem comanda a política de investimentos deste país é o Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva’, acrescentou” (Pereira, 2001).

mais nada! [...] Alguém se lembra de mais alguém do Executivo para além do Paulo Teixeira? Não. Porquê? Porque aquilo foi um *one man show*. Houve alguma presença de espírito para constituir uma equipa de trabalho. O Paulo Teixeira só tinha de dizer que queria uma equipa interministerial com os melhores, juntar o Executivo Municipal e discutir os principais dossiês de Castelo de Paiva: acessibilidades, emprego, saúde e educação. Quatro áreas. Era tão fácil! Se calhar, o Governo tinha gasto menos dinheiro ou investido menos dinheiro e, se calhar, Castelo de Paiva estava hoje muito mais à frente.” (Ricardo Campos, Comunicação social local, Entrevista, 08.05.2013)

“[O Paulo Teixeira] tinha sempre umas declarações muito indignadas quando estavam familiares e depois outras declarações à imprensa e acabamos por perceber que o grande objetivo dele foi a troca de silêncio por obra e não a luta pela justiça que era o que mais me preocupava.

[...]

Eu acho que muitas famílias se sentiram usadas pelos jornalistas, pela imagem que passou das pessoas. Não foi só serem usadas, mas foi aquela perspetiva da malta atrasada e tal. [O concelho-mártir?] Exatamente. E eu acho que o Paulo Teixeira, aí, ajudou a construir essa imagem. Essa é uma das críticas que lhe faço. Eu acho que ele gostava disso e que foi verdadeiramente a imagem que, inicialmente, ele quis passar. Depois, tenho a sensação de que se arrependeu, mas foi essa a imagem que ele deu. Até porque ele tem jeito para isso. Do ponto de vista político ele fez isso várias vezes: a ideia da vítima.” (Alberto Simões, Familiar de vítima, Entrevista, 15.05.2013)

O colapso parcial da Hintze Ribeiro obrigou o Governo a assumir um conjunto de compromissos materiais de exceção para com Castelo de Paiva, que não eram concebíveis anteriormente e que se atenuam, ou mesmo interrompem, no final do ciclo eleitoral do XIV Governo Constitucional de António Guterres. O desastre abre, pois, o campo político à entrada de novos atores na disputa pelo acesso aos recursos, principalmente materiais, do Estado, cuja força motriz resulta da

interação entre o impacto político do sofrimento e da morte no político e a apropriação do político pelo sofrimento e pela morte. Talvez, então, não se possa falar em “novos atores”, mas em atores políticos locais que, devido ao desastre, adquirem rosto e relevância a nível governamental, legitimidade pela pertença ao território afetado, e proximidade ao poder. Um fenómeno próximo daquele que é descrito por Boaventura de Sousa Santos (1994: 62) como a *privatização do Estado*, ou seja, os recursos estatais postos ao serviço de grupos de indivíduos para a prossecução de interesses particulares cuja alavanca não é, aqui, o clientelismo, mas sim, a expiação, mas cujo resultado, a intimidade entre o Estado e o grupo com poder para a mobilizar, é idêntico. O desastre a perturbar as relações entre poder central e território, facto que se torna tanto mais notório quanto era amplo o distanciamento anterior.

“As pessoas lembram-se de Santa Bárbara quando chove e lembram-se do Estado quando há crise” (Paulo Fonseca, Membro do Governo em 2001, Entrevista, 28.05.2013). Não será precisamente o inverso: não será o Estado que só se lembra das pessoas quando há crise?¹⁴⁰ Quando o presente fica de tal forma contraído que nele apenas cabe presente, urgência, expiação e exceção?

¹⁴⁰ Nas palavras de Patrick Lagadec (1995 : 7): “Les crises tendent en effet à déstabiliser le ‘gagneur’, le brillant esprit cartésien, le décideur efficace, le dirigeant sûr de sa légitimité. Le voici confronté à la perspective de l’échec majeur, au flou, à l’omniprésence du symbolique, à des phénomènes sur lesquels les meilleurs experts ne pourront trancher, à la nécessité absolue de travail en équipe (en interne) et en réseau (avec l’extérieur, qui fait soudain irruption), à l’exigence constante de négociations avec des acteurs sur lesquels aucun pouvoir hiérarchique direct ne pourra s’exercer. Le voici confronté à des ‘dynamiques de kaléidoscope’ — reconfigurations subites du système, des règles et des jeux d’acteurs —, à la moindre intervention ou au moindre retard, au premier mot prononcé ou au premier silence. Il est loin des univers stables (ou à évolution domestiquée) pour

“Recordo-me perfeitamente do nível político ter insistido sobre a necessidade de haver uma resposta visível. [...] Era necessário dar rosto ao Estado e isso foi uma orientação política definida ao mais alto nível. [...] O Governo assumiu o controlo de tudo e tentou antecipar-se a tudo com respostas e despejando ministros lá para cima, uns atrás dos outros. [...] Do ponto de vista político, é sempre necessário dar visibilidade ao que se está a fazer para acalmar as pessoas e para mostrar que se está a responder a uma crise que, neste caso, era de facto grande. [...] A resposta foi real. Tenho a consciência muito tranquila em relação a isso. Houve um trabalho que foi feito que é real. A outra parte foi gestão mediática da crise.

[...]

Temos o Guterres, ao mais alto nível que, desde esse domingo, está acompanhar. O Guterres estava altamente preocupado. É uma pessoa com uma grande intuição política que percebeu logo o que o Luís Parreirão [Secretário de Estado das Obras Públicas] não tinha percebido e que o Jorge Coelho [Ministro do Equipamento] — não sei se em articulação com o Guterres — também percebeu, ou seja, que dali ia haver consequências políticas. Lembro-me do [Ministro em 2001] me ter dito: ‘Isto vai ser a nossa Ponte 25 de Abril!’. Como sabe, o cavaquismo caiu com o bloqueio da ponte e isto ia ser o nosso fim. Como havia esta consciência política, houve necessidade, como talvez até aí nunca tivesse havido, de gerir isto politicamente. [...] Nas principais figuras políticas houve a intuição de que a queda da ponte dera origem a uma crise política e que, como tal, era necessário dar uma resposta imediata.

[...]

O Estado, como nunca aconteceu antes, aprovou uma bateria de medidas excepcionais ministério a ministério. Este é um caso único. Houve aqui um estado de exceção que justificou essas medidas.

[...]

lesquels le raisonnement à la marge donnait satisfaction, la responsabilité restant bien définie et somme toute limitée”.

“[A propósito da lista de necessidades do concelho de Castelo de Paiva entregue pelo Presidente da Câmara Municipal, Paulo Teixeira, ao Primeiro-Ministro, António Guterres, a pedido deste último.] Isso faz parte da gestão política. Havia uma decisão que era: ‘responder e calar, entre aspas, Castelo de Paiva’, ‘vai fazer-se tudo o que eles querem’. Isto é irracional! Quer dizer, depois disso toda a gente ia querer que caísse uma ponte no seu concelho! Não faz sentido... É gestão política! [...] Em Castelo de Paiva foram cometidas muitas irracionalidades. Na gestão política da crise, eu percebo que assim seja.” (Luís Coelho, Membro do Governo em 2001, Entrevista, 30.11.2012)

“[A propósito da presença do Estado no terreno.] Julgo que era absolutamente imprescindível. Foi uma coisa... Não foi uma coisa pensada... Naquelas alturas é difícil... Até visualmente era uma coisa brutal. As televisões estavam continuamente a mostrar a ponte. Depois, houve a situação dos corpos, o tempo que tudo demorou. Tudo isso foi muito dramático. Era uma situação de emergência e nessas situações dá-se a resposta que se consegue. Não creio que houvesse aí outro tipo de reflexão [estratégica, do ponto de vista da presença do Estado]. Tinha de se dar resposta. Se não se desse resposta seria insustentável, seria incompreensível. O país nunca compreenderia, e bem, que numa situação daquele dramatismo não houvesse uma concentração extraordinária de esforços e foi isso que se procurou fazer.

[...]

[A propósito da lista de necessidade ou do ‘caderno reivindicativo’ para o concelho enviado por Paulo Teixeira a António Guterres.] Há ali uma intervenção que é dupla, que é a do Presidente da Câmara e da Associação de Familiares [das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios], uma intervenção que nem sempre é coincidente. Há um patamar de reivindicações, que são as mais óbvias, e que têm a ver com o apoio aos familiares e depois há as outras reivindicações que aparecem um pouco como uma compensação pelos danos e que são intervenções em vários planos: no plano rodoviário, que é central e que abrange mais do que o concelho de Castelo de Paiva. Até porque aquelas estradas...” (Rogério Macedo, Membro do Governo em 2001, Entrevista, 15.05.2013)

“O Governo de António Guterres era um governo que governava muito com as pessoas, muito próximo, e a resposta à catástrofe de Entre-os-Rios foi feita com as pessoas, ou seja, envolvendo a Proteção Civil, os Bombeiros, os presidentes de Junta, o Presidente da Câmara, os populares que queriam ajudar, as forças internacionais, os representantes das vítimas. Houve um envolvimento total das pessoas. Não houve uns iluminados que disseram: ‘Agora é assim e é assim que se tem de fazer!’. Não. Houve um envolvimento total das pessoas.

[...]

[A propósito das medidas excepcionais.] Eu acho que na altura tinha de ser e apoiiei fortemente porque, perante um trauma em relação ao passado é preciso criar esperança em relação ao futuro.” (Paulo Fonseca, Membro do Governo em 2001, Entrevista, 28.05.2013)

“[A propósito das referências ao concelho-mártir.] O próprio Presidente da Câmara vendeu essa imagem. Quis vendê-la. [O sofrimento e a compaixão...] É exatamente aquilo que os paivenses não são. É um povo de luta, de trabalho, forte. Um povo que luta no duro. Que soube recuperar do encerramento das minas do Pejão. Veio para cá uma fábrica inglesa de sapatos e ninguém sabia trabalhar com sapatos. A fábrica chegou a empregar 600 e tal pessoas. O concelho desenvolveu-se outra vez. Quer dizer... Vamos superar as dificuldades! Mas quando cai a ponte já não? Somos isto, somos aquilo, somos uma merda. Nós não somos merda nenhuma, foda-se! Toda a gente passa por adversidades. A história de Portugal é feita de superar adversidades. Levantar e continuar! [...] Essa compaixão veio ao encontro de Castelo de Paiva não foi de Castelo de Paiva para lá, à exceção de um agente político que nunca representou a população. Claro que, depois, a população deu-lhe uma grande vitória mas, a partir daí, foi sempre a descer! Quer dizer, se não ganhasse aquelas eleições, nunca ganharia nada na vida, não é? Aquilo foi de tal maneira potente! Mas, a partir daí, foi sempre a decrescer até ao ponto onde está hoje que é zero! [...] Eu acho que da parte do Governo houve um sentimento de culpa para com Castelo de Paiva. Mas não é o Castelo de Paiva concelho, é o

Castelo de Paiva que não está na faixa litoral. [...] Se uma merda destas acontecesse em Alfândega da Fé, o Governo ia sentir-se tão culpado quanto se sentiu aqui... Se calhar o Governo não é a expressão correta... O Estado Português... O nosso modelo de desenvolvimento que não dá benefícios a quem está no interior, que não apoia as micro, pequenas e médias empresas que fixam pessoas nas vilas, que quer tirar tribunais, que quer concentrar tudo e retirar tudo do interior... Foi esse Portugal que sentiu vergonha de si mesmo! Que viu que havia concidadãos a morrer porque ninguém cuidou de uma ponte... Uma ponte é uma bagatela num orçamento de Estado! Foram cinquenta e nove pessoas que morreram!” (Ricardo Campos, Comunicação social local, Entrevista, 08.05.2013)

“O Governo estava fragilizado perante a tragédia e era necessário dar algo ao concelho para o tentar levantar da tragédia. Era necessário fazer algo por Castelo de Paiva. [Compensar?] Compensar. Mas compensar nunca compensa. Isto de fazer obras só porque houve uma tragédia é muito complicado. Isto nunca deveria acontecer. De qualquer modo, foram feitas muitas visitas ao concelho porque o Presidente da Câmara [Paulo Teixeira] disse na comunicação social que não ia a Lisboa tratar de nada com o Governo, o Governo é que tinha de vir a Castelo de Paiva. A partir daí, o Primeiro-Ministro [António Guterres] começou a mandar os ministros a Castelo de Paiva para se reunirem com o Presidente da Câmara e começar a fazer um levantamento das necessidades do concelho para que o Governo começasse a despachar a compensação ao concelho.” (Manuel Rocha, Político local, Entrevista, 08.05.2012)

O rosto de uns e a relevância de outros é, porém, passageira e profundamente dependente da comunicação social para preservar ativo o efeito de choque do desastre. A comunicação social revela-se, de facto, o suporte privilegiado para a apropriação do político pelo sofrimento e da morte por parte do Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, Paulo Teixeira, que irá procurar orientar a

injustiça do desastre no sentido de obter uma reparação e uma compensação traduzidos em compromissos materiais de exceção. Significa isto que as relações de poder entre Estado e território afetado, entre poder central e poder local, sob as quais se tece a prática de expiação, não se alteram na sua essência e o campo político tende a fechar-se novamente a esses atores quando finda o momento da urgência, se desvia a atenção mediática, se extenua o impacto do sofrimento e da morte no político e se exauria a possibilidade de dar continuidade à apropriação do político pelo sofrimento e pela morte. E isso porque estas relações se tecem sob o fundo de uma dinâmica contínua de indiferença, apenas perturbada por acontecimentos que permitem a emergência de um *Governo de exceção*. E isso porque a exceção não favorece a dissipação das assimetrias nas relações de poder entre Estado e território. Perturba-as mas não as anula. Como lembra o familiar de uma das vítimas: “as tragédias têm um prazo, um prazo muito limitado” (Carlos Andrade, Familiar de vítima e membro da direção da AFVTER, Entrevista, 08.05.2012). Findo esse prazo é tempo de colocar um fim aos extravasamentos materiais decorrentes do acontecimento, de normalizar o acontecimento.

4.1.1. *As tragédias têm um prazo, um prazo muito limitado...: a fadiga do presente e o fim dos compromissos materiais de exceção*

Seis de fevereiro de 2004, dia de inauguração da Nova Ponte sobre o Rio Douro. Cerca de três anos passaram sobre o colapso parcial da Hintze Ribeiro e pouco menos de dois anos sobre a inauguração da Nova Ponte Hintze Ribeiro, a 4 de maio

de 2002.¹⁴¹ Na verdade, a abertura da Nova Ponte Hintze Ribeiro não se pode apelar de inauguração. É antes, um ato simbólico “sem foguetes, sem fanfarra, sem pompa e circunstância”, que representa “um admirável mundo novo de mimos do poder central” para com o concelho (Nadais, 2002). Com a Nova Ponte Hintze Ribeiro: “Começou a contagem decrescente para um futuro de costas voltadas para o isolamento e a interioridade”, conclui Inês Nadais (*Idem*). Para Paulo Teixeira, com a nova ponte, “começa o futuro” (Botelho, 2002a). O novo Primeiro-Ministro, Durão Barroso (PSD), acompanhado de Ferro Rodrigues (PS), o Ministro do Equipamento que sucede a Jorge Coelho, mantém a tónica no simbólico:

“Há uma lição a tirar daquilo que aconteceu: Portugal não pode continuar a esquecer as terras do interior, como vem acontecendo há séculos num país excessivamente centralizado” (Botelho, 2002a).

Aquando da inauguração, agora sim com honras de Estado, da Nova Ponte sobre o Rio Douro, será este igualmente o registo adotado por Durão Barroso, acompanhado desta feita por “uma grande maioria do Executivo” (Barros, 2004b) (Figura 5):

¹⁴¹ Recorde-se que, desde de abril de 2001, a travessia do Douro era assegurada por um serviço de *ferries*. Num artigo de opinião de 15 de março, José Queirós (2001b) diz: “Soube-se agora que, para garantir uma das travessias do Douro em ‘ferry-boat’ prometidas às gentes de Castelo de Paiva, o Estado vai alugar um barco comprado logo a seguir ao desastre por um membro proeminente desta ativa comunidade industrial [areeiros]. Recompensa assim o invulgar espírito de iniciativa manifestado pelo empresário que não se furtou a explicar que andava há muito de olho no ‘ferry’, ‘porque a ponte de Entre-os-Rios já não oferecia grande segurança’, mas decidira aguardar a oportunidade de ‘um negócio mais favorável’ para se ‘chegar à frente com um cheque maior’”.

“Castelo de Paiva, para Portugal, tem o valor de um símbolo, o símbolo de vencer a adversidade, de não desistir na tragédia” (Barros, 2004b).



Figura 5. Dia da inauguração da Nova Ponte sobre o Rio Douro

Foto de Fernando Veludo

Fonte: Público, 7 de fevereiro de 2004

Em declarações à comunicação social, Horácio Moreira, então Presidente da Associação dos Familiares das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios (AFVTER) declarava: “Castelo de Paiva está hoje irreconhecível, pela positiva, tudo se devendo, na nossa opinião, ao colapso da ponte”, que “pelo menos contribuiu para o desenvolvimento do concelho” (Barros, 2004a). Esta declaração do representante dos familiares das vítimas indicia já a tendência, à qual voltarei adiante, para a passagem da afirmação dos objetivos da AFVTER ancorados na defesa dos interesses particulares dos familiares das vítimas para a defesa dos interesses generalizados do concelho.

Simbolismos à parte, a inauguração da ponte marca o início do fim dos compromissos de exceção para o território. As tragédias possuem efetivamente um prazo. Um prazo que não resiste aos ciclos eleitorais. De facto, embora seja possível encontrar traços indeléveis do desastre nalguns domínios institucionais, as

promessas do *Governo de exceção* resistem dificilmente aos ciclos eleitorais, conservando os representantes políticos do acontecimento e da crise apenas uma memória estratégica, isto é, reativada apenas em função de objetivos específicos da prática política e em determinados períodos. No caso de Entre-os-Rios, porém, a dilação no tempo da origem do desastre e consequente repartição da responsabilidade política pelo desastre entre PS e PSD, tornou a queda da ponte Hintze Ribeiro num argumento político de manejo perigoso para ambas as partes e, por isso, tacitamente silencioso e silenciado.

Uma memória do acontecimento, ademais, que contrasta com expectativas geradas a partir do acontecimento.

Quatro de março de 2011. Passaram dez anos sobre o colapso da Hintze Ribeiro. Para a comunicação social é esta uma boa altura para interromper o *período mudo* do acontecimento (Chateauraynaud e Torny, 2005) e propor um balanço. Entre-os-Rios volta, deste modo, a ganhar direito de capa do jornal *Público*: uma referência numa caixa, sem direito a foto.



Imagem 11. Capa do Público do dia 4 de março de 2011

Tratando-se de uma história breve podemos, diria Clifford Orwin (2008), pintá-la em largas pinceladas. Desde a queda parcial da ponte Hintze Ribeiro, no Executivo, António Guterres (PS) foi substituído por Durão Barroso (XV GC, 2002-2004, PSD). Barroso, tentado pela aventura europeia, cede o lugar a Santana Lopes (XVI GC, 2004-2005, PSD). Destituição, eleições antecipadas, Santana Lopes dá, por sua vez, o lugar a José Sócrates (XVII GC, 2005-2009 e XVIII GC, 2009-2011, PS). Quatro Governos Constitucionais depois, onde se encontram as promessas para Castelo de Paiva? “Depois, o Partido Socialista saiu do Governo e levou com ele as promessas” (Pedro Ribeiro, Familiar de vítima, Entrevista, 10.05.2012). As promessas para Castelo de Paiva — feitas *pelo Governo de exceção* para o Castelo de Paiva do *Governo de exceção* — esvaziadas de firmeza pelos sucessivos ciclos eleitorais e pela gradual instalação do *Estado de indiferença*. O Estado anónimo e impessoal que opera, não apenas em Entre-os-Rios, não apenas devido ao implacável passar do tempo, mas sempre que impera o quase-silêncio. O *Governo de exceção*, tal como indica a sua classificação, revela-se apenas mediante a força da

interpelação e, neste sentido, não deve ser interpretado como um sinal de fraqueza. É, pelo contrário, nos momentos de exposição das suas fraquezas e falências que o Governo se mostra mais forte e fortemente reativo, que revela a sua força através de uma ação que, na sua concretização, recorre aos recursos concentrados na figura fugidia que é o Estado, um Estado apostado sempre, a longo prazo, em ser maior que os seus cidadãos (Mendes et al., 2010; Mendes e Araújo, 2012).¹⁴² Uma força que se constrói através da produção discricionária de exceção.

Uma década depois as promessas permanecem no papel. Título do artigo do *Público*, de 4 de março de 2011, da autoria de Natália Faria (2011b). A Nova Ponte sobre o Rio Douro continua, todavia, a manter o seu estatuto de símbolo, desta feita, pela negativa:

“[U]m triste lembrete a mostrar que as promessas feitas no rescaldo da tragédia perderam validade assim que os microfones mediático apontaram noutra direção” (*Idem*).

¹⁴² Para a análise de um acontecimento extraordinário incapaz de adquirir grandeza, nomeadamente pelo facto de as vítimas não terem adquirido presença mediática no espaço público, consulte-se o artigo de José Manuel Mendes sobre a onda de calor de 2003 em Portugal (Mendes, 2010). Em contraponto, as remoções de materiais com amianto que de 2012 para 2013 passaram de 120 para 471. Uma situação que, segundo o Inspetor-Geral das Condições de Trabalho se deve ao “pânico que se instalou na sociedade ao serem divulgados alguns casos de morte associados aos efeitos provocados por este material” (Espadinha, 2014). Num tom mais drástico ao adotado na notícia de Maria João Espadinha, a parangona na primeira página dessa edição do *Diário de Notícias*: “Pânico do amianto quadruplica limpeza do material tóxico”. A relação entre estas duas situações pode ser estabelecida pelo recurso a uma imagem de Albert Camus, na obra *A Peste*: “La presse, si bavarde dans l’affaire des rats, ne parlait plus de rien. C’est que les rats meurent dans la rue et les hommes dans leur chambre. Et les journaux ne s’occupent que de la rue” (Camus, 1947: 39).

Paulo Teixeira, já na qualidade de ex-Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, continua a insistir na necessidade da regionalização para resolver os problemas das assimetrias regionais e da interioridade (Faria, 2011c).

Ao registo de euforia da inauguração da Nova Ponte sobre o Rio Douro sucede-se um registo de desilusão perante o facto de muitos compromissos do *Governo de exceção* de António Guterres não terem passado do “papel... de jornal” (Carvalho, 2011).¹⁴³ A exceção também se produz pelo recurso a promessas que podem ficar por cumprir. Ou será esta a regra? As entrevistas oscilam, neste particular, entre um *pessimismo realista*¹⁴⁴ relativamente às promessas e um desapontamento relativamente à vanidade, no final de contas, do sacrifício das vítimas, sendo este último aspeto mais marcado, claro está, nos familiares das vítimas.

“Houve ali uma fase, talvez dois ou três anos, durante a qual não era preciso ir a Lisboa porque eles vinham cá. Essa foi a grande mais-valia, entre aspas, que aquele acidente trouxe. A visibilidade de um pequeno concelho do país... O Terreiro do Paço ficou mais perto! Depois voltou tudo ao normal. Quando se apagaram os holofotes, voltou tudo ao normal...” (Afonso Dias, Político local, Entrevista, 08.05.2012)

“O que aprendi foi que a maior parte dos políticos portugueses vão para a política com o objetivo de singrar, de atingir objetivos pessoais sem se preocuparem com quem os colocou nos lugares. Fiquei muito dececionado...”

¹⁴³ Veja-se, ainda, os títulos dos artigos do *Jornal de Notícias* da edição de 4 de março de 2011: “Pontes sem saída para o desenvolvimento” (Amorim, 2011a), “Castelo de Paiva é o retrato do país a duas velocidades” (Amorim, 2011b) ou da *Visão* da edição e 24 de fevereiro de 2011: “Uma ponte longe de mais” e “Onde param as promessas” (Carvalho, 2011).

¹⁴⁴ A expressão é de João Freire (2000) e reporta-se a uma disposição atitudinal da população portuguesa em relação à economia e ao mercado de emprego.

Com a tragédia vieram muitos compromissos e temos uma classe política que não cumpre com aquilo que assume. Para eles a tragédia já não lhes diz nada. Nós somos de Castelo de Paiva e não nos esquecemos!

[...]

Os políticos servem-se e esquecem-se das pessoas. E isto aqui foi um bocado nessa linha. Tudo o que se disse relativamente ao que se ia fazer no concelho deu em nada. O que é que o concelho ganhou? Perdeu vidas! Perdeu vidas e não ganhou nada!

[...]

A queda da ponte prejudicou muito o concelho. O concelho ficou muito marcado, e ficará marcado para toda a vida, e não houve benefícios. Não, não houve benefícios...” (Manuel Rocha, Político local, Entrevista, 08.05.2012)

“Nós fomos tão expostos. Nós fomos tão exibidos para o mundo. Com um Presidente da Câmara que aparecia sempre sem a barba desfeita, de manhã à noite com o mesmo casaco durante não sei quantos dias. Que dizia que não dormia. Ele não estava lá a fazer nada! Não tinha competências, quanto a isso não se pode fazer nada. Estava preocupado? É legítimo. Precisava de estar informado? Legítimo. Mas a preocupação deveria ser outra e ele foi alertado para isso. Deveria ter-se perguntado pelo que era Castelo de Paiva antes da queda da ponte. Saber como iria recuperar as famílias e tratar da sua dor. Bater-se por elas e saber como projetar Castelo de Paiva daí para a frente. Ele esteve mal nisso tudo. Não esteve bem em nada disso. Por isso é que muitos paivenses se envergonharam de ser paivenses. As gentes de Castelo de Paiva são gentes humildes mas com muito orgulho. É inadmissível que alguém chegue para tratar de alguma coisa no Porto, que diga que é de Castelo de Paiva e que passe à frente de toda a gente! Pronto, era o coitadinho de Castelo de Paiva. Isso aconteceu! [...] As pessoas começaram a sentir-se mal por serem de Castelo de Paiva. Quase como culpados de serem atrasados. É que não era um país do terceiro mundo! Era uma terra do terceiro mundo, com gente do terceiro mundo e com um Presidente da Câmara com um coração enorme e a cuidar dos coitadinhos de Castelo de Paiva!

[...]

O que é que Castelo de Paiva beneficiou com a queda da ponte, perguntamos nós? Não sei. Objetivamente, não vejo nada. Um IC-35 que não existe? O abastecimento de água que já estava feito? A reconstrução da Hintze Ribeiro? Aquilo nem é uma restauração porque é tudo novo e feito com base num concurso internacional viciado. A Biblioteca Municipal? Ótimo! A renovação do edifício dos Paços do Concelho? Muito bem! E então? Puseram um dentista no Centro de Saúde? Puseram mas já não temos! Puseram um psicólogo? Puseram mas já não temos! Quer dizer... Se começamos a olhar como deve ser estamos a definhar. Não evoluímos!

[...]

Um concelho pequeno que se vê a braços com uma situação daquelas não tirou lição nenhuma. Não estabeleceu laços entre os paivenses. As coisas mantiveram-se como eram. Não houve coesão municipal. [Era uma oportunidade para tornar a comunidade mais coesa?] Tantos milhões que vieram para Castelo de Paiva deveriam ter servido para estabelecer uma maior coesão municipal em vários domínios. O concelho deveria ter sido pensado para o futuro. O dinheiro deveria ter sido aplicado de modo a que o concelho pudesse crescer e revitalizar-se. Mas não! O concelho definhou, não evoluiu. Portanto, para a coesão municipal interessou zero. Para criar alicerces para o concelho? Zero! Isso é o que deveria ter acontecido. Se algum português pensa que Castelo de Paiva aproveitou alguma coisa com a queda da ponte... Não aproveitou nada. Nada!” (Ricardo Campos, Comunicação social local, Entrevista, 08.05.2013).

“Se olharmos para a resposta política, temos a demissão de um ministro, comissões de inquérito sem grandes resultados e o deitar dinheiro para um concelho sem se saber muito bem o que se estava a fazer. Claro que fizeram coisas que são necessárias mas a pergunta é: será que tudo isso não foi atirar dinheiro para tentar esconder o problema? Eu acho que a resposta é sim. Tudo o que fizeram eram coisas necessárias, a questão é de saber se eram prioritárias, saber se eram as respostas adequadas ao momento. Creio que não. Havia matérias mais relevantes como, por exemplo, o apoio às famílias, que não foram tidas em conta. O apoio psicológico foi muito reduzido face àquilo

que era necessário. Há muitas pessoas que, ainda hoje, sofrem de problemas psicológicos por causa da ponte e, no entanto, já há muito tempo que o apoio psicológico desapareceu. Depois, o concelho nunca foi pensado numa perspectiva de futuro. Temos agora o paradoxo de, do ponto de vista interno, termos bons eixos viários que, depois, não têm ligação a lado nenhum. Isso demonstra bem como não houve uma resposta ao concelho que dissesse: ‘Pronto, nós tivemos culpa em relação àquilo que aconteceu, por isso agora vamos fazer aquilo que vai ajudar a que Castelo de Paiva tenha futuro.’. Isso não aconteceu. A lógica foi: ‘Bom, vocês estão a culpar-nos, nós tivemos culpa, por isso tomem lá isso e pronto.’. O resultado foi que Castelo de Paiva, passados todos estes anos, não é um espaço que tenha mudado assim tanto. Do ponto de vista de futuro para as pessoas. [...] Não há perspectivas de emprego a não ser na Câmara Municipal ou nas IPSS. [...] Castelo de Paiva não mudou para melhor do ponto de vista de responder ao futuro das pessoas. Eu creio que essa era a resposta. A partir do momento em que se rouba às pessoas o seu futuro — que foi o que aconteceu às pessoas que morreram e aos seus familiares — deveriam ter dado uma resposta que oferecesse futuro. Isso não foi feito. [...] A lógica foi resolver rapidamente o problema. Do ponto de vista governamental, foi resolver rapidamente e dizer: ‘Não me chateiem mais a cabeça!’.” (Alberto Simões, Familiar de vítima, Entrevista, 15.05.2013)

“O poder central não presta atenção ao interior. O que aconteceu em Castelo de Paiva foi uma exceção! Só se fez alguma coisa em Castelo de Paiva porque se estava no momento de uma tragédia. O país estava em cima dos políticos. Tinha que se fazer! Isto era um drama para os políticos. Um ministro [Jorge Coelho] demitiu-se e os outros poderiam cair. O que se tem de perceber é que se não for assim, nada se faz e o interior fica cada vez mais isolado.

[...]

[A propósito das mudanças na sequência da queda da ponte Hintze Ribeiro.] Olhe, as mentalidades não mudaram. [Risos] Algumas pessoas não perceberam que os governantes só olham para o interior se houver alguma coisa que chame a atenção do país. [...] As pessoas não perceberam que nós estamos no interior e que os políticos só nos prestam atenção se houver uma tragédia... E as

tragédias têm um prazo, um prazo muito limitado.” (Carlos Andrade, Familiar de vítima e membro da direção da AFVTER, Entrevista, 08.05.2012)

“Tudo isto foi um reбуçadinho que nos deram. Todas as obras que se fizeram em Castelo de Paiva foi um reбуçado. Agora está tudo parado. Durante o acontecimento andaram por cá numa azáfama mas agora está a ver-se que foi só fachada.

[...]

Foi preciso uma tragédia para mudar alguma coisa. Nós estamos aqui metido num buraco. Agora melhorou um bocadinho, embora já se esteja outra vez a esquecer. Nos primeiros cinco ou seis meses, melhorou um bocadinho. Agora está tudo parado. Esqueceu-se! Parece que o Governo precisa de mais uma tragédia para se lembra outra vez que Castelo de Paiva existe. [...] É preciso que aconteça uma tragédia para isto se desenvolver um bocadinho. Isto é ridículo! E o pior é que não acontece só em Castelo de Paiva... Há muita terra esquecida.” (Rui Lopes, Familiar de vítima, Entrevista, 09.05.2012)

O *Governo de exceção* de António Guterres respondeu à politização do sofrimento e da morte — nas suas componentes de impacto no político tanto como de apropriação do político — recorrendo a um conjunto de *alterações legislativas de exceção* que sustentaram o conjunto de medidas para o território, igualmente, de exceção. A legislação de exceção revela o modo como a estrutura jurídico-institucional do Estado funciona com um recurso a ser usado nos momentos em que se torna oficialmente necessário transgredir o oficial (Santos, 1990).¹⁴⁵

¹⁴⁵ A título de exemplo, refira-se as recomendações ao Governo contidas na Resolução da Assembleia da República n.º 28/2001, aprovada a 5 de março de 2001, que visa criar um programa especial de apoio aos municípios de Castelo de Paiva e Penafiel destinado a fazer face às despesas, encargos e prejuízos decorrentes da queda da Ponte Hintze Ribeiro; a Lei n.º 4-A/2001, de 12 de março, que simplifica os mecanismos de adjudicação e de fiscalização prévia dos atos e contratos relativos às obras de reparação, construção e reconstrução da rede viária, pontes, viadutos e aquedutos nacionais e municipais dos

O fim tanto como o incumprimento das promessas assumidas na urgência dos compromissos de exceção revela o alcance temporal limitado do acontecimento, apenas extensível ao tempo do *Governo de exceção* que se vê na contingência de lidar com este, ao mesmo tempo que a força do *Estado de indiferença* que se permite negar a sua continuidade. A indiferença que, finda a urgência, a expiação e a exceção, reveste Castelo de Paiva a pôr cobro à relação privilegiada entre poder central e território e, conseqüentemente, aos extravasamentos materiais decorrentes do acontecimento.

4.2. Familiares das vítimas: direitos de exceção

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2001, publicada a 9 de março, recai diretamente no âmbito da produção discricionária de exceção. Desta feita, porém, não é o território o objeto de uma particular atenção por parte do Governo, mas sim os familiares das vítimas. Familiares das vítimas que não necessitam de recorrer à súplica (Fassin, 2000) para apelar ao Governo, na medida em que o

concelhos de Castelo de Paiva e de Penafiel; os Despachos Ministeriais números 7636/2001 e 7898/2001, de 13 de março, que atribuem aos familiares das vítimas e aos habitantes de Castelo de Paiva subsídios de natureza temporária e excecional financiados através do Fundo de Socorro Social. Este Fundo foi objeto de uma alteração legislativa pelo Decreto-Lei n.º 102/2012, de 11 de maio, permanecendo, porém, nas suas finalidades a prestação de auxílio em situações de alerta, contingência ou calamidade conforme tipificadas na Lei de Bases da Proteção Civil (Lei n.º 27/2006); e o Decreto-Lei n.º 172-A, de 28 de maio de 2001, que cria um regime excecional para a execução, em regime de empreitada, das seguintes obras: construção da nova ponte sobre o rio Douro em Entre-os-Rios, a reconstrução da Ponte de Hintze Ribeiro e a beneficiação da EN 222. A lista é longa.

sofrimento e a morte se tornaram na fonte principal da sua legitimidade.¹⁴⁶ Legitimidade para suscitar compaixão ou legitimidade para reclamar justiça? Não residirá nesta interrogação a ambiguidade do corpo da vítima? Na definição que Didier Fassin (2000: 961) sugere para a *súplica* encontram-se alguns elementos capitais para compreender esta outra forma de súplica, uma súplica mediatizada, contida nos corpos mortos e ausentes dos familiares das vítimas da tragédia de Entre-os-Rios:

“La supplique est une forme ancienne et conventionnelle par laquelle un sujet interpelle une autorité lointaine pour en obtenir une faveur ou une grâce. Adressée au roi sous l’Ancien Régime, au patron au XIXe siècle, elle a toujours pour fonction de construire un rapport individualisé entre des personnes qui sollicitent et une personnalité qui octroie, destinées normalement à ne pas se rencontrer. Elle se présente ainsi comme un appel à une humanisation des rapports de domination qui se traduit par un traitement personnalisé et discrétionnaire du requérant sur la base de la connaissance et de la reconnaissance de sa souffrance. Elle est un régime d’exception par laquelle une configuration concrète et singulière peut être extraite des logiques abstraites et universelles. Les deux significations du concept de sujet — être conscient de soi et être soumis au souverain — se rejoignent ici. La supplique introduit une relation de subjectivation (par la singularisation de son cas, la personne se constitue comme sujet défendant lui-même sa demande face à l’autorité) en même temps que d’assujettissement (en sollicitant la prise en compte de sa situation particulière, la personne se reconnaît comme sujet s’en remettant à la bienveillance de l’autorité).”

¹⁴⁶ Veja-se o despacho do Presidente do Conselho Diretivo do ISSS para simplificar a obtenção de prova de morte presumida prevista na legislação aplicável, determinando que, para efeitos de atribuição das prestações por morte da Segurança Social, fosse considerada prova suficiente do desaparecimento dos beneficiários/vítimas uma declaração das Juntas de Freguesia das respetivas áreas de residência.

Tal como para o território, também para os familiares das vítimas o *Governo de exceção* continua de manter a *prática de governação de expiação*, uma expiação movida pelos mesmos sentimentos morais, “les émotions qui nous portent vers le malheur des autres et nous font souhaiter les corriger” (Fassin, 2010b: 8), e que associam emoções e valores como a compaixão e a solidariedade. Sentimentos morais que, embora participando da vulnerabilidade e da precariedade construída para o território no processo de politização do sofrimento se focalizam agora nos familiares das vítimas, sujeitos políticos hiperbolizados porque objeto de compaixão. Uma compaixão que apela à ação política urgente e, mais do que isso, que consensualiza um julgamento de valor: solidariedade relativamente às vítimas *versus* denúncia e indignação relativamente à incúria do Estado.

É neste sentido que irei abordar os efeitos a nível local do processo indemnizatório, para, num segundo tempo, discutir, por um lado, a atribuição de *direitos de exceção* com base numa obrigação moral e, por outro, a ideia da “arrogância do esquecimento”, avançada por Boaventura de Sousa Santos (2001), para caracterizar a distância à qual são votados pelo Estado determinados territórios, nomeadamente do interior, e que resulta em sub-identidades. Falar em sub-identidades é reconhecer que a cidadania é uma tarefa coletiva sempre inacabada mas, acima de tudo, que existem cidadãos e cidadãs que padecem do não reconhecimento a participar plenamente num coletivo, que padecem, pois, de uma sub-cidadania.

A iniciativa pelo processo indemnizatório dos familiares das vítimas deve-se, uma vez mais, ao Primeiro-Ministro António Guterres. Como se viu, a mediatização do

acontecimento — e, mesmo, a sua *sobremediatização* (D’Allones, 2008: 92) e ampliação por via do *efeito emocional da comunicação social* (Charaudeau, 2002) — instala a ação governamental no “tempo real” da urgência (D’Allones, 2008: 92) administrada/gerida através de uma *prática de governação de expiação*.

O processo indemnizatório não releva, todavia, da apropriação do político pelo sofrimento e pela morte mas exclusivamente do impacto do sofrimento e da morte no político.

“Em relação ao valor das indemnizações não houve, por parte das famílias, capacidade para lutar por mais. [Tendo em conta a rapidez com que foram dadas, parece-me um bocado normal, não?] Mas isso é mais um exemplo do Estado a atirar dinheiro para resolver o problema. O Estado disse imediatamente e de livre vontade: ‘Nós vamos dar estas indemnizações.’. Não houve qualquer processo de reivindicação das famílias... É certo que isso iria acabar por acontecer, mas o Estado antecipou-se e assumiu o compromisso. Pressão pública, pressão dos meios de comunicação social... O Estado quis mostrar que era a tal pessoa de bem, que não fica de mal com ninguém. Foi o Estado que assumiu o compromisso” (Alberto Simões, Familiar de vítima, Entrevista, 15.05.2013).

Assumida a responsabilidade do Estado pelo acontecimento é ao Governo que cabe oferecer reparação. De facto no preâmbulo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2001 é possível ler que:

“Na sequência da trágica queda da ponte que ligava as margens do rio Douro em Entre-os-Rios e Castelo de Paiva, de que resultou um elevado número de vítimas, o Estado entendeu dever chamar a si a responsabilidade da

indenização dos respetivos familiares. Para o efeito, foi elaborado um plano de ação que permitirá ao Estado facultar aos particulares atingidos um procedimento extrajudicial célere e alternativo, para que possam obter indenização pelas perdas e danos, morais e materiais, verificados, sem prejuízo de o Estado proceder ao apuramento da responsabilidade civil e criminal eventualmente existente e do correspondente exercício do direito de regresso.”

Uma exceção motivada pela compaixão, devendo esta ser entendida em função do seu uso contemporâneo que exprime uma capacidade para *sofrer com* (D’Allones, 2008: 10), para reagir à verdade contida no *pathos* do outro (Audi, 2011: 14), para reagir à paixão do outro (Harendt, 2012: 121). O acontecimento extraordinário atinge o outro que poderia ser eu, um igual, alguém que comunga de uma idêntica humanidade e que, conseqüentemente, se afigura merecedor de um tratamento norteado por uma idêntica humanidade (Audi, 2011). Para Didier Fassin (2010b: 8):

“La compassion réalise la forme la plus accomplie de cette combinaison paradoxale entre le cœur et la raison: c’est la sympathie ressentie devant l’infortune du prochain qui produit l’indignation morale susceptible de générer une action visant à la faire cesser.”

Um sentimento que, traduzido em prática, confirma a humanidade do Governo perante um próximo tornado demasiado próximo pela comunicação social, um humano tornado plenamente humano pelo sofrimento e pela morte. Um gesto burocrático com origem e efeitos que suplantam a lógica racional que lhe subjaz. Um gesto burocrático que, diferentemente, do encadeamento de gestos burocráticos que rodeiam o colapso da Hintze Ribeiro, não tem nada de banal (Arendt, 2013).

Um momento de desordem na fronteira entre Estado-perpetrador e Estado-protetor.

O sofrimento e a morte são reais como são reais as pessoas que com estes se confrontam. Haverá, de facto, realismo maior do que a morte de cinquenta e nove vidas devido ao colapso de uma obra de arte estatal? Cinquenta e nove mortes antecedidas de um incomensurável sofrimento. Ou não fosse o sofrimento indispensável para a tragédia (Morris, 1996). E, porém, na tragédia de *Entre-os-Rios*, o sofrimento não pertence a nenhuma grande figura — deus, semideus ou aristocrata — mas a pessoas comuns realizando gestos comuns. O estranhamento próprio ao sofrimento e à morte do outro atenua-se perante as circunstâncias inéditas do desastre — o colapso de uma ponte — e perante o elevado número de vítimas — cinquenta e nove pessoas. Atenua-se, principalmente, perante a possibilidade de que *poderia ter acontecido a qualquer um de nós*, atravessando uma qualquer ponte, realizando uma qualquer ação banal. Uma precariedade partilhada. Uma vulnerabilidade partilhada. Uma humanidade partilhada. Uma identificação com o sofrimento e a morte do outro sustentada mais pela mediatização do que pela imaginação. Uma identificação por parte do *Governo de exceção* que se faz à distância e não em copresença. A copresença, como se verá, faz com que se interponham, no próprio ato de *sofrer com*, outras emoções que não exclusivamente a compaixão. Tal como os desastres não acontecem no vazio, também as respostas ao desastre ocorrem num contexto. Um contexto que é, antes de mais, local (Revet, 2006; Ronald, 2006, Kroll-Smith, 2012) e que se vê perturbado pela produção discricionária de exceção.

Caberá a Henrique Nascimento Rodrigues, mais do que na mera qualidade de Provedor de Justiça, a missão de apresentar e fundamentar juridicamente os critérios no cálculo das indemnizações a pagar pelo Estado aos herdeiros das vítimas da tragédia de Entre-os-Rios, de acordo com o princípio da equidade, ou seja, a missão de articular razão com emoção. Missão que Henrique Nascimento Rodrigues cumpre tendo por “exigência ética” ponderar “as particulares e muito dolorosas circunstâncias em que ocorreu a tragédia” (Rodrigues, 2001).¹⁴⁷

Ao carácter inédito do acontecimento e às “condições horríveis em que teve lugar” (Rodrigues, 2001), associa-se um facto ou, melhor, uma emoção:

“[O] sentimento geral do País — e, particularmente, o dos familiares das vítimas — foi de verdadeira e muito viva indignação face ao que presume ter sido incúria do Estado na fiscalização da ponte de Entre-os-Rios.” (Rodrigues, 2001)

Ao chamar a si a responsabilidade pelo pagamento das indemnizações, o Estado revela-se consciente de que se lhe impõe moralmente “uma reparação ajustada” (Rodrigues, 2001) que passa pelo ressarcimento de três espécies diversas de danos: 1) os danos não patrimoniais da vítima, que compreendem a morte e o sofrimento que a antecedeu; 2) os danos não patrimoniais dos familiares da vítima; e 3) os danos patrimoniais sofridos por terceiros pela morte da vítima (Rodrigues, 2001). É o valor da vida, valor supremo (Fassin, 2010b: 320), que está aqui em questão, mas igualmente o valor do sofrimento e o valor da morte. Um sofrimento

¹⁴⁷ No Anexo 12 pode ser consultado o mapa resumo com os critérios apresentados pelo Provedor de Justiça para indemnização dos danos causados pela derrocada da ponte de Entre-os-Rios (Rodrigues, 2001).

incomensurável e uma morte evitável que resultam do desperdício da vida pelo Estado de indiferença. Diz o Provedor de Justiça:

“Considero bastante verosímil admitir que as vítimas tenham tido consciência da morte iminente e com isso tido um muito intenso e angustiante, ainda que eventualmente breve, sofrimento.” (Rodrigues, 2001)

O Provedor de Justiça não se limita a estabelecer critérios para a reparação com base na “experiência anterior do Provedor de Justiça” e dos “ensinamentos da jurisprudência” (Rodrigues, 2001). A experiência anterior não é, de resto, muito extensa e recai exclusivamente sobre situações individuais: a morte de um cidadão num posto da GNR, com posterior decapitação e ocultação de cadáver; a morte de um cidadão emigrante em acidente durante a colaboração graciosa com a representação consular portuguesa; e a morte de um guarda-florestal no exercício das suas funções. O Provedor de Justiça não se limita a aplicar um direito estabelecido de reparação em caso de acidentes coletivos, antes procura definir um direito à reparação perante uma “situação com contornos sem precedentes” (Rodrigues, 2001). Na definição da reparação, considera ainda o Provedor de Justiça que, pela “via civil da indemnização civil, seja prevenida a repetição de situações paralelas” (Rodrigues, 2001). A indemnização aos familiares das vítimas de Entre-os-Rios tem, deste modo, uma dupla finalidade: reparar os danos causados pela derrocada da ponte de Entre-os-Rios e sancionar o Estado. Expiar e castigar. O carácter inovador — e, mesmo, algo inédito dos *Crítérios apresentados pelo Provedor de Justiça para indemnização dos danos causados pela derrocada da ponte de Entre-os-Rios* — reside precisamente no facto de estas assumirem um cariz sancionatório ao

invés de, como é regra geral, unicamente reparatório. Uma prova mais de humanidade. Do valor da dor e do preço das lágrimas.

Por exemplo, relativamente à indemnização devida pela morte de cada vítima e à indemnização devida por danos não patrimoniais sofridos por cada vítima¹⁴⁸, considera o Provedor de Justiça:

“Os montantes médios mais recentes fixados pela jurisprudência para reparação do dano-morte (entre 5.000 a 6.000 contos) e os que se estimaram também como valor médio mais atual, resultantes de decisões judiciais, quanto à reparação do dano não patrimonial sofrido pelas próprias vítimas (2.000 a 2.500 contos) foram, como se impunha, devidamente ponderados nesta decisão.

Contudo, estes montantes médios afiguram-se-me inaderentes à equidade na situação concreta, porque, como logo ao início referi, é notório estar-se perante um acontecimento de natureza excepcional e que se espera não ver repetido no futuro.

Deverá, pois, o Provedor de Justiça relevar tal condicionalismo, até para que, também de algum modo pela via civil da indemnização, seja prevenida a repetição de situações paralelas.

Ninguém duvidará de que é extremamente falível este juízo, porque a vida de cada homem não tem preço e o preço do sofrimento de cada um, se preço tem, só cada um o saberá. Mas o Provedor de Justiça deve fixá-los, por muito que custe fazê-lo.

¹⁴⁸ No Anexo 12 podem ser consultados os danos não patrimoniais e patrimoniais de terceiros que não as próprias vítimas.

Afigurando-se adequado neste caso, pelas razões atrás descritas, estabelecer um quantitativo total, que englobe o dano-morte e os danos não patrimoniais próprios de cada vítima, decido fixá-lo em dez milhões de escudos (10.000 contos) por cada uma.” (Rodrigues, 2001)

Num ofício dirigido ao Chefe do Gabinete do Procurador-Geral da República, a Secretaria-Geral do Ministério das Finanças informará ter sido pago, “a título de indemnização, aos herdeiros de vítimas da queda da ponte Hintze Ribeiro (Entre-os-Rios/Castelo de Paiva) o montante global de (5 820 971,73€) cinco milhões oitocentos vinte mil novecentos setenta e um euros e três cêntimos” repartidos por 47 processos. No ato da entrega do cheque com os valores das indemnizações, assinavam os indemnizados um documento de quitação no qual declaravam que:

“[C]om o recebimento da referida quantia indemnizatória, [o assinante] se considera completamente ressarcido de todos os danos sofridos, nada mais pretendendo do Estado Português, dando por tal a correspondente quitação.”¹⁴⁹

Um documento que desincentiva, senão que impede, a abertura de processos individuais de responsabilidade civil extracontratual contra o Estado.¹⁵⁰ Terá havido intenção que assim fosse? Refletindo sobre as indemnizações, um membro do

¹⁴⁹ O ofício consta do arquivo do processo judicial de Entre-os-Rios a folhas 17429 a 17444.

¹⁵⁰ Poucos dias após o colapso parcial da Hintze Ribeiro, Nunes da Silva, Professor do Instituto Superior Técnico, declarava ao *Público*: “O que aconselho às vítimas é que ponham o Estado português em tribunal. Se a morte destas pessoas pode ter alguma utilidade que seja a de pôr cobro à situação de completa incúria e irresponsabilidade política resultante do desmantelamento das estruturas técnicas da JAE” (Botelho e Barata, 2001).

Governo de António Guterres em 2001 destaca, precisamente, o carácter estratégico associado às indemnizações:

“Se houve uma não observação das normas técnicas isto daria uma ação de indemnização contra o Estado. Mas o Estado assumiu logo a culpa quando deu as indemnizações. As indemnizações são um reconhecimento de culpa do Estado e não foram um mero ato político. É claro que as pessoas estavam numa situação de vulnerabilidade e, por isso, podemos considerar que isto foi uma esperteza por parte do Estado que, ao dar as indemnizações, estava a evitar que houvesse um processo mais tarde. O Ministro da Justiça [António Costa], ao avançar com as indemnizações, quis evitar que houvesse um processo de indemnização cível contra o Estado. Com o pretexto de acelerar as indemnizações quis evitar que houvesse uma longa ação contra o Estado. [...] Ao aceitarem estas indemnizações as pessoas limitaram as suas possibilidades de discutir em tribunal. Ficaram só com a parte criminal e a parte criminal era mais difícil de provar.” (Luís Coelho, Membro do Governo em 2001, Entrevista, 30.11.2012)

Segundo Melo e Mendes (2006: 326), no caso de Entre-os-Rios, a clara assunção de responsabilidade pelo Governo levou a que este adotasse uma estratégia de gestão da crise do tipo *acomodativo*. É esta estratégia composta por dois tipos de resposta: o *pedido de desculpas*, através do qual se aceita a responsabilidade e se pede perdão; e as *ações corretivas*, que incidem sobre a reparação de danos, podendo ser divididas em *remediação* (oferecer uma compensação às vítimas), *reparação* (regressar às condições iniciais anteriores à crise), e *retificação* (tomar medidas para prevenir a recorrência de crises similares) (Mendes, 2006b: 130). António Marques Mendes (2006b: 132) deixa, no entanto, claro que “tanto o ‘pedido de desculpas’ como a ‘ação corretiva’ são recomendadas para maximizar a preocupação para com as

vítimas. No entanto, certos compromissos podem comprometer a organização e não permitir que esta assuma toda a responsabilidade pelos seus atos. A organização pode, no entanto, demonstrar sempre preocupação sem por isso ter de sofrer danos”. Em Entre-os-Rios, a *remediação* traduzida nas indemnizações é, porém, uma *ação corretiva* cuja materialidade e efeitos vão muito para além do mero gesto simbólico de um *pedido de desculpas*, pragmaticamente sugerido por Marques Mendes.

De facto, o processo indemnizatório dos familiares das vítimas, que só ficará concluído em finais de novembro de 2001 (Público, 2001c), será sujeito a um escrutínio tenaz por parte da comunicação social — centrado nos atrasos no pagamento das indemnizações. Um escrutínio, ainda, acérrimo a nível local, com a exceção do tratamento do qual são objeto os familiares das vítimas a suscitar localmente outras emoções, que não a compaixão, e outros valores, que não a solidariedade. A materialização da exceção a abrir caminho ao social, a desfazer a ilusão, momentânea e mediática, de uma unanimidade nacional na solidariedade perante a *tragédia de Entre-os-Rios*.

É sobre este último aspeto que me irei debruçar para salientar o efeito das indemnizações no fendimento do parêntese consensual no fluxo da história. Um parêntese, encetado pela tragédia de Entre-os-Rios, e que deve ser entendido, segundo Didier Fassin (2010b: 232), como um momento privilegiado de manifestação da solidariedade, de omissão das desigualdades e de suspensão dos conflitos. Fendas cujas manifestações sensíveis se fazem sentir mais fortemente — e, nalguns casos, frontalmente — a nível local.

Além do efeito já referido de desincentivo à abertura de processos individuais de responsabilidade civil extracontratual contra o Estado, as indemnizações revelam-se o factor que maior tensão introduz na relação entre familiares das vítimas e comunidade local. Os excertos abaixo não poderiam ser mais claros.

“Ainda hoje eu acho que há uma certa vergonha nos familiares quando se fala das indemnizações. Todos nós, não sou só eu, todos nós nos sentimos mal quando se fala das indemnizações porque parece que, naquele cheque, nos entregaram a vida das pessoas que faleceram.” (Tiago Santos, Familiar de vítima e membro da direcção da AFVTER, Entrevista, 03.03.2012)

“Quando me deram o cheque senti uma revolta muito grande. Uma revolta muito grande. Foi tudo assim, em cima da hora! Parece que foi tudo premeditado... Então, não havia dinheiro e, de repente, aparece dinheiro para pontes, estradas, monumentos, indemnizações! Andam a brincar!” (Rui Lopes, Familiar de vítima, Entrevista, 09.05.2012)

“Em relação ao dinheiro... É um dinheiro que, até hoje, não consegui gastar e só tenciono gastá-lo quando precisar para os meus filhos... É como se fosse uma prenda da avó [falecida no colapso parcial da Hintze Ribeiro] para os netos. Para mim... Comigo não consigo. Na altura nós não pensávamos em dinheiro. Acho que foi uma maneira das pessoas acalmarem e também de... Não sei... Calar as pessoas. Há tantos acidentes e as pessoas ficam anos e anos para verem as coisas resolvidas e nós foi... Na altura pensei o que ainda penso hoje: as pessoas andavam muito revoltadas e isso foi uma maneira de sossegar. Eu não acredito que as pessoas ficassem satisfeitas com o dinheiro. Não acredito e eu não consegui ficar. Mas que veio acalmar os ânimos, veio. Até mesmo para a consciência deles. Não sei o que lhes ia na alma, mas acho que eles sabiam que a culpa passava por eles. Havia tantas provas de que a ponte não estava em condições que eles deviam estar com a consciência...” (Isabel Correia, Familiar de vítima, Entrevista, 10.05.2012)

“Nessa questão [das indemnizações] o Estado foi célere e percebeu que tinha de ser célere para calar as pessoas e a comunicação social. Interessava ao Estado que as indemnizações fossem rápidas. Muitas vezes, as pessoas pensam que o dinheiro cala. Era uma forma de compensar e a comunicação social estava sempre a perguntar se já tinham sido pagas e, para o Estado, era importantes que se deixasse de falar nisso.” (Carlos Andrade, Familiar de vítima e membro da direção da AFVTER, Entrevista, 08.05.2012)

[As indemnizações tiveram um impacto na forma como a comunidade em geral passou a olhar para os familiares?] Claro que sim. Inveja. Porque fulano ou sicrano não gostava do avô e o avô morreu e ele recebeu umas coroas que gastou num carro novo... A inveja é mesmo assim. Quando alguém recebe dinheiro há sempre alguém que tem inveja. Eu acho que não será difícil acreditar que haja pessoas que digam: ‘Sicrano só quis a massa. Anda aí, não veste roupa escura, não vai a funerais, a missas, etc.’. Houve muita gente a olhar para isto assim. Houve muita gente a olhar com inveja.” (Ricardo Campos, Comunicação social local, Entrevista, 08.05.2013)

“Houve, de facto, um bocadinho de inveja. Para mim, foi isso. A partir das indemnizações as pessoas começaram a olhar de forma diferente para nós. ‘Pronto, estão ricos!’. Também houve pessoas que não utilizaram bem o dinheiro mas isso... Cada um é senhor de si, não é? Cada um é que sabe o que deve fazer. Isto é uma aldeia, não é? As aldeias são mesmo assim. Se uma pessoa tem uma camisa mais engomada é logo... As aldeias são assim e não podemos fugir a isto. Agora que o dinheiro não paga uma vida, isso não paga. Isso não!” (Pedro Ribeiro, Familiar de vítima, Entrevista, 10.05.2012)

“Antes de a gente receber as indemnizações as pessoas apoiavam-nos muito... Umas indemnizações que não prestavam para nada! Se fosse hoje... Naquela altura nós ficamo-nos porque não nos interessava para nada, mas se fosse hoje as coisas não ficavam assim! Hoje, iria ser diferente. Antes das indemnizações, algumas pessoas de Castelo de Paiva apoiaram-nos muito mas, depois, não. Eu ia lá para a médica e elas começavam... Eu ia mas depois desisti. Hoje sinto-

me doente... tenho medo de tudo... [Por que é que não se sentia bem?] Não sentia porque achava que as pessoas nos criticavam por termos recebido uma indemnização. Por exemplo, uma vez fui à cabeleireira... Eu desmazelei-me muito... Poderia ter ido a médicos e tudo mas desmazelei-me muito... Ouvi uma senhora a dizer: ‘Vou à casa de banho que os da ponte nem tiveram tempo de ir à casa de banho.’. Essas coisas matavam-me! As pessoas faziam essas graças e eu não dizia nada. Mas hoje respondo! Hoje, as coisas já estão diferentes... Mas naquela altura... Hoje já não atacam tanto as pessoas. Nós tínhamos amigos, amigos que não eram amigos, que nos viraram as costas por causa disto. O dinheiro não vale nada! O dinheiro não vale nada! O dinheiro não presta para nada!” (Maria Figueira, Familiar de vítima, Entrevista, 09.05.2012)

“Nós fomos acarinhados até ao dia em que recebemos as indemnizações. Depois de sermos indemnizados deixamos de ser os coitadinhos, não é? Eu não gosto muito... Acho que se critica muito as outras pessoas... Mas sim, houve uma quebra... O dinheiro mexe muito com as pessoas. Dizem que o dinheiro não traz felicidade mas sem ele ninguém é feliz. A partir do momento em que recebemos as indemnizações as pessoas pensaram ‘Pronto, já têm dinheiro, estão bem’ e deixaram de olhar... É estranho que se falar com algumas pessoas em Castelo de Paiva acerca dos familiares, as pessoas vão dizer: ‘Estão todos bem, estão ricos!’. Foi essa a ideia que ficou nas pessoas”. (Joana Vasconcelos, Familiar de vítima, Entrevista, 10.05.2012)

4.2.1. *E deixaram de olhar...: a fadiga da compaixão e o fim dos direitos de exceção*

O olhar da compaixão é sempre um olhar de superioridade e implica sempre uma relação de poder assimétrica que se tece sob o fundo de uma humanidade partilhada (Eideliman, 2012: 382). Como refere Didier Fassin (2010b: 12):

“La compassion, lorsqu’elle s’exerce dans l’espace public est [...] toujours dirigée de haut en bas, des plus puissants vers les plus faibles, les plus fragiles, les plus vulnérables — ceux que l’on peut généralement désigner comme victimes d’un destin qui les dépasse.”

A nível local, os familiares das vítimas são dignos de compaixão e, consequentemente de simpatia e de solidariedade, desde que o sofrimento e a morte dos seus familiares, bem como o seu próprio sofrimento, permaneçam numa espécie de estado puro, imaculado. O grau de implicação emocional e de indignação estando, de facto, diretamente relacionado com a *qualidade* de vítima muito para além da *quantidade* (Fragon, 2006; Boltanski, 2007). E o que poderia perturbar essa pureza e macular o sofrimento e a morte? O dinheiro das indemnizações. *O dinheiro não vale nada! O dinheiro não presta para nada!* Estrategicamente ou não, as indemnizações pagas tão prontamente pelo *Governo de exceção* de António Guterres fomentaram a emergência de corrosividade (Adeola e Picou, 2012), ou seja, tiveram como efeito desestabilizar os laços sociais a nível local pelo simples facto de substituírem a simpatia pela inveja. A inveja a interromper a dinâmica local de solidariedade. Como refere José Gil (2004: 94), “[a] inveja, enquanto sentimento, tende imediatamente a agir sobre o invejado”. No caso dos familiares das vítimas, a inveja revelou-se particularmente eficaz, não porque encontrou pessoas num *estado de recetividade inconsciente* ou de *vulnerabilidade particular* (Gil, 2004: 95), mas porque é um sentimento que atravessa facilmente as finas defesas da *condição de vítima*. Uma vítima que pode ser objeto de compaixão e de exceção mas não sujeito de direitos e deveres.

O *dinheiro do rio* (Maria Figueira, Familiar de vítima, Entrevista, 09.05.2012), assim apelidado localmente, é um dinheiro sujo e não desejado. Justo, é certo, mas sujo e não desejado. O principal efeito das indemnizações é o de quebrar o frágil “círculo da compaixão” (Regan *apud* Morris, 1996: 40; Audi, 2008: 190), no qual se encontravam os familiares das vítimas na sequência do desastre, e de esvaziar os familiares das vítimas do capital de solidariedade local de que eram portadores. Por via das indemnizações colapsa uma outra ponte, a *ponte* entre familiares das vítimas e comunidade local (Nussbaum, 1996). Neste particular, os donativos angariados em nome e para os familiares das vítimas da tragédia de Entre-os-Rios talvez não tenham feito mais do que exacerbar esse efeito.

“João Rui de Almeida, Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, desloca-se terça-feira a Castelo de Paiva para entregar às famílias das vítimas da queda da ponte de Entre-os-Rios um donativo de cerca de seis mil e quinhentos contos. O donativo foi angariado durante um almoço organizado pelo *Virginia Portuguese Community Center*, Manassas, e o seu valor em moeda norte-americana, 30 mil dólares, foi entregue no final do mês de março, a João Rui de Almeida por José Morais, conselheiro comunitário e membro daquela associação portuguesa nos Estados Unidos da América. Conforme desejo da sociedade comunitária, o cheque do montante será entregue, numa cerimónia simples, à Comissão alargada que gere o fundo destinado a apoiar os familiares das vítimas do desastre da ponte de Castelo de Paiva. A cerimónia terá lugar pelas 11:30 na Câmara de Castelo de Paiva e, segundo soube a Lusa, será seguida de uma breve visita ao que resta da ponte de Entre-os-Rios. Uma das vertentes do *Virginia Portuguese Community Center*, passa pelo apoio social e humanitário e, ainda recentemente, protagonizou um caso de ajuda a uma criança de seis anos vítima de cancro. A associação promoveu então um almoço, tendo na altura recolhido 50 mil dólares (cerca de nove mil contos)

destinados a ajudar aquela criança portuguesa radicada nos EUA” (TSF, 2001b).

Há, porém, uma diferença entre os donativos e as indemnizações. Enquanto os donativos relevam de um gesto humano solidiedade que se exerce à distância e que decorre da mediatização do sofrimento e da morte, as indemnizações relevam de um gesto burocrático — que se quer humano — que decorre do impacto do sofrimento e da morte no político. As indemnizações aparecem como um simulacro de *direito*. Um *direito* que, traduzido num cheque, primeiro, circunscreve a responsabilidade do *Governo de exceção* pelo desastre ao momento da urgência, ao mesmo tempo que procura apagar a responsabilidade do *Estado de indiferença* pelo desastre. Um *direito* que, em segundo lugar, retira alguma da atenção mediática votada aos familiares das vítimas, restituindo o *seu* sofrimento e as *suas* mortes ao espaço privado e a *sua* vivência ao contexto social de pertença.

“Pagar a morte não há nada que pague a morte. Mas, uma vez que tínhamos esse direito [à indemnização], nós aceitamos... Mas não há nada no mundo que pague a morte. (Carla Pinto, Familiar de vítima, Entrevista, 07.05.2013).

“As indemnizações pecaram por serem muito baixas. Esta tragédia tem uma particularidade que, depois de todo este tempo, ainda se nota e que é o dano moral. Isso deveria ter sido cuidado de outra forma porque era previsível que esta tragédia se alongasse no tempo, era previsível que as pessoas sentissem muita dificuldade em superar isto e tudo isso tem um valor! Tem um valor e as indemnizações tiveram em conta o momento e não o futuro!” (Tiago Santos, Familiar de vítima e membro da direção da AFVTER, Entrevista, 03.03.2012)

Para além da dor e do luto, o que poderia estar contido nesse futuro?¹⁵¹ A queda parcial da Hintze Ribeiro saldou-se, para o *Governo de exceção* de António Guterres, na concessão de *direitos de exceção* para os familiares das vítimas outorgados com base na obrigação de assistência. Um momento que torna inteligível a produção de sujeitos políticos hiperbolizados, porque humanamente hipervalorizados, relativamente aos quais se cria uma relação de obrigação moral que se traduz em *direitos de exceção*. Uma hipervalorização de sujeitos particulares que deriva do facto de a relação Estado-cidadão ter sido perturbada pelo acontecimento, da relação Estado-cidadão se estabelecer fora do quadro normal de governação, fora do *Estado de indiferença*, e tendo por fundamento a expiação. E a expiação, no que produz de exceção, nunca é uma base sólida para o reconhecimento de direitos.

Tal como para o território, também para os familiares das vítimas a relação que se estabelece é entre um Governo de exceção e cidadãos de exceção e não entre um Estado de Direito e um território e uma população afetados por um desastre.

Recorde-se as palavras de Pedro Garcias (2003a):

“Foi o seu sacrifício [vítimas mortais] que fez despertar o Governo para a triste realidade de um concelho que, apesar de ficar à beira do Porto, parecia, como se disse na altura, mais próximo de África.”

¹⁵¹ Na esteira de Lurdes Ferreira (2006), Lúcia Ferreira (2012), num estudo realizado com os familiares das vítimas da tragédia de Entre-os-Rios, revela uma elevada incidência de luto traumático e luto complicado.

E, por isso, talvez, suscetível de ser objeto de uma ação humanitária que, segundo Didier Fassin (2010b: 242) possui, entre outros traços distintivos, uma temporalidade definida e, conseqüentemente, muito limitada que é a da urgência.

Levando a reflexão mais longe, o dilema contido nos *direitos de exceção* outorgados individualmente a cada familiar de vítima — e que se materializam no acesso justo ao direito a uma indenização pecuniária —, pode ser estendido a três dilemas que, enquanto coletivo representativo dos familiares, veio a enfrentar a AFVTER.¹⁵² O dilema da resistência a uma apropriação do *seu* sofrimento e das *suas* mortes por parte do Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva em prol do território, o dilema da minimização local do *seu* sofrimento e das *suas* mortes por efeito das indenizações e o dilema da necessidade de prosseguir os seus próprios interesses. Interesses estes negativamente identificados como corporativos, no sentido de exclusivos de um determinado grupo, e que, para continuar a beneficiar de legitimidade local bem como nacional, se devem, à semelhança do território, *abrir à* comunidade. Dilemas que um dos membros da direção da AFVTER resume da seguinte forma:

“A minha maior motivação [para se envolver na AFVTER], para ser sincero, foi, quando vou à zona da tragédia dois dias depois, perceber a grande injustiça que foi a morte dos meus familiares. Isso deu-me uma grande revolta. [...] Que Estado é este? Que país é este que é capaz de deixar que isto aconteça? Que precisa que morra tanta gente para fazer alguma coisa? Depois,

¹⁵² Não será por acaso que a primeira missão à qual se propõe a AFVTER seja de erigir um monumento às vítimas. Uma interrogação: não se poderá pensar que o monumento representa, muito para além da *tragédia de Entre-os-Rios* em si, o fim da participação cidadã dos familiares das vítimas, ou seja, o fim da sua resistência?

foi também ver alguns políticos que, mesmo perante uma tragédia, continuam a ser capazes de ter determinados comportamentos... São desumanos. Eu pensei: 'Isto não fica assim. Vou fazer todos os possíveis para que isto não caia em saco roto. Vou fazer tudo!'. Eu tinha o dever de dignificar a morte dos meus familiares. Os responsáveis tinham de ser punidos!

[...]

Rapidamente percebemos que só unidos poderíamos ter alguma força e rapidamente percebemos que as instituições não percebiam as necessidades dos familiares. As nossas reuniões [da Associação de Familiares das Vítimas das Tragédia de Entre-os-Rios] eram muito gratificantes porque as pessoas falavam, desabafavam, exprimiam-se e trocavam experiências. Era uma forma de terapia que era importante para nós. Depois, havia a questão das reivindicações, reivindicações que eram só nossas.

[...]

Nós [Associação de Familiares das Vítimas das Tragédia de Entre-os-Rios] estamos sempre ligados a um acontecimento. Isso é inevitável. Em tempos, propôs-se a mudança do nome da associação... Há a questão das vítimas. Sempre que vamos a algum lado somos a 'associação das vítimas'. Nós somos uma associação de familiares! Eu gosto mais da parte positiva! Tentam fazer de nós vítimas e nós não somos... Fomos vítimas de uma situação mas gostamos de mostrar que somos vítimas mas temos capacidades. Claro que prefiro que se refiram a nós como 'a associação de familiares' do que das 'vítimas'. Porque, muitas vezes, o sentido que as pessoas querem dar é o de 'coitadinhos' quando nós demonstramos que temos capacidade de agir! [...]" (Carlos Andrade, Familiar de vítima e membro da direção da AFVTER, Entrevista, 08.05.2012)

É neste sentido que interpreto o percurso da AFVTER. Num primeiro tempo, a recusa de serem transformados em meros espetadores do seu sofrimento e objetos passivos da compaixão, por um lado, e a resistência a uma apropriação do político pelo sofrimento e pela morte que lhes é estranha, por outro, releva um movimento

de fechamento dos familiares das vítimas sobre si mesmos que visa garantir a prossecução dos seus interesses. Num segundo tempo, a transfiguração dos seus objetivos enquanto associação — com a passagem para uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)¹⁵³ — releva de um movimento oposto de abertura para a comunidade que visa reconquistar legitimidade local, ao mesmo tempo que responder com reciprocidade à solidariedade nacional cuja erosão é menos manifesta.

“O problema dos familiares, à exceção de uma ou outra família, não estava no dinheiro, mas no facto de terem perdido quatro ou cinco familiares, de poderem voltar a ter estabilidade emocional, de poderem ajudar as suas famílias. As pessoas não percebiam isso. Aqui o grande problema foi termos sido indemnizados. Tivemos de provar às pessoas a nossa disponibilidade para criar um projeto social [CAT-Crescer a Cores]. Para além de ser esta a nossa vontade, esse era um dos objetivos.” (Carlos Andrade, Familiar de vítima e membro da direção da AFVTER, Entrevista, 08.05.2012)

[Hoje as pessoas continuam a criticar as indemnizações?] Agora já nem tanto. Depois de termos feito o centro para as crianças, eles viram que nós pusemos muito dinheiro para fazer aquele centro e já acalmaram. Mas antes disso havia críticas a tudo. Tudo! A gente sentia-se mal. Nós já estávamos magoados e ainda por cima... [...] Depois havia bocas: ‘o dinheiro do rio’, ‘isto foi à custa do dinheiro do rio’, e mais isto e mais aquilo.” (Maria Figueira, Familiar de vítima, Entrevista, 09.05.2012)

¹⁵³ A constituição da IPSS é, de resto, responsável pela introdução de algum dissenso entre os familiares das vítimas e representa, nesse sentido, um elemento mais na desestabilização do laço aglutinador dos familiares das vítimas, originado pelo “fellowship of suffering as victims of a common calamity” (Prince, 1920: 63).

“[A constituição da Associação de Familiares altera alguma coisa?] Alterou muito e eles foram extraordinariamente corretos, foram muito corretos em todo o processo e foram extraordinários. Foram pessoas... Aliás, os paivenses, no geral, foram extraordinários. [...] Em geral, foram extraordinários e os familiares das vítimas foram extraordinários e foram extraordinários num sentido muito claro. Obviamente que defenderam os interesses das famílias mas nunca puseram os interesses das famílias acima dos interesses do concelho e é muito fácil numa situação destas de haver aquela coisa de: ‘Dêem-nos mais a nós e esqueçam o resto!’. Não. Houve sempre a preocupação... Houve sempre a preocupação de dizer: ‘Os nossos familiares não morreram em vão.’. Essa foi a questão chave.” (Paulo Fonseca, Membro do Governo em 2001, Entrevista, 28.05.2013)

A partir do caso dos familiares das vítimas e da AFVTER, interessa-me discutir as possibilidades da atribuição de *direitos de exceção* poder efetivamente ir para além da compaixão, ultrapassar o sofrimento e a morte em si e furtar-se a uma ação urgente, direta, rápida e excepcional, que, no final, mais não faz do que evitar “os processos de persuasão, de negociação e de compromissos intermináveis e fastidiosos que são os do direito e da política” (Arendt, 2012: 129, *TA*). Numa interpretação muito livre das palavras de Hannah Arendt, a compaixão despolitiza as vítimas ao mesmo tempo que os familiares das vítimas, no sentido de os tornar politicamente irrelevantes a longo prazo, porque *muda*, porque incapaz de produzir política ou, como é o caso em Entre-os-Rios, de produzir uma reparação que não se esgote em si mesma, ou seja, no objeto da exceção. De produzir justiça. Os *direitos de exceção* a exercerem, nesta medida, um efeito de despolitização dos seus detentores. Uma compaixão *muda*, em suma, porque, desde o início, apenas sustentada pela eloquência efémera dos corpos mortos e dos corpos ausentes.

O problema não reside, todavia, na compaixão que conduz à expiação, mas na expiação que conduz à exceção. A compaixão podendo, ao contrário da exceção, funcionar como uma *ponte para a justiça*.

“Compassion is [...] intimately related to justice. It is not sufficient for justice, since it focuses on need and offers no account of liberty, rights, or respect for human dignity. [...] Although compassion does presuppose that the person does not deserve the (full measure) of the hardship he or she endures, it does not entail that the person has a *right* or just a claim to relief. [...] On the other hand, compassion at least makes us see the importance of the person’s lack, and consider with keen interest the claim that such a person might have. In that sense it provides an essential bridge to justice” (Nussbaum, 1996: 37).

Os *direitos de exceção* outorgados na base de uma obrigação moral de assistência revela, ademais, a “arrogância do esquecimento” (Santos, 2001) à qual são votadas pelo *Estado de indiferença* determinados territórios. Uma arrogância do esquecimento ou, talvez, uma *normalidade da indiferença* que resulta em sub-identidades, ou seja, em cidadãos e cidadãs que padecem do não reconhecimento a participar plenamente num coletivo, que padecem de uma sub-cidadania. Os *direitos de exceção* concedidos por um *Governo de exceção* serão uma expressão, por excesso, de um déficit de reconhecimento do direito das vítimas? A longo prazo, a prática de governação de territórios e populações afetados por acontecimentos extraordinários cuja principal característica é a expiação e os principais resultados a exceção, parece conduzir a uma forma de não-existência das vítimas. Não das vítimas hiperbolizadas e hipervalorizadas por um qualquer *Governo de exceção*, mas das vítimas que vivem e continuam a viver na sombra da comunicação social, à sombra do *Estado de*

indiferença e ensombrados pelo não-reconhecimento do seu estatuto mais do que da sua condição.

De que forma pode, então, a compaixão produzir justiça? Partindo de um dos grandes responsáveis pela emergência da compaixão no campo político, Jean-Jacques Rousseau, Clifford Orwin (1998: 18ss) é claro relativamente aos dilemas que dilaceram a relação entre compaixão e justiça.

“The dilemma, as [Rousseau] sees it, is that the power of compassion or pity (or whatever one wishes to call it) depends necessarily on a visceral response, and so dwindles proportionately as one steps back from it. Rousseau too saw the necessity of preferring justice to pity when the two came into conflict, but he never offered a convincing account of how to succeed at combining the two. Indeed, he himself promoted compassion in the liberal commercial societies of the future largely because he despaired of justice: The latter he regarded as possible only in small homogeneous agrarian societies capable of enacting the general will. In commercial societies dominated by inequality and injustice, compassion, while not approaching the generality of justice, would at least redress particular evils as embodied in particular individuals. For it is always the plight of an individual, presented vividly to our imagination, which is most effective in enlisting our compassion.”

Não estaremos, aqui, igualmente confrontados à exceção? De que forma, então, pode a compaixão ir para além do objeto direto de compaixão? Para discutir estas questões, necessito de convocar um outro exemplo, similar ao caso de Entre-os-Rios, na particularidade de se encontrar uma estrutura estatal na origem da *tragédia*.

No dia 20 de maio de 2011, durante um exercício realizado no Regimento da Serra do Pilar no âmbito do Dia da Defesa Nacional¹⁵⁴, o cabo do slide em que deslizava Ana Rita, estudante de Direito de 18 anos, parte. Ana Rita cai de uma altura de seis metros e acaba por falecer no Hospital de Santo António, no Porto. Em nota de imprensa, o porta-voz do exército, Tenente-Coronel Hélder Perdigão, dizia então:

“O Exército confirma o falecimento da cidadã Ana Rita dos Santos Silva Lucas que se encontrava a cumprir as obrigações decorrentes da Lei, relativa à participação nas atividades decorrentes do Dia da Defesa Nacional, no Regimento de Artilharia n.º 5, em Vila Nova de Gaia.”

Três anos volvidos sobre o acontecimento, a agência Lusa noticia que os pais de Ana Rita continuam à espera que se apurem as responsabilidades pelo sucedido e que arranque o julgamento que chegou a estar marcado para abril de 2013, mas que acabou suspenso pela falta de uma peritagem pedida por um dos militares acusados de homicídio por negligência grosseira.

“Em outubro de 2012, o Ministério Público acusou quatro militares (um sargento, um primeiro cabo e dois soldados) envolvidos na montagem e

¹⁵⁴ Como informa a página oficial da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar: “A comparência ao Dia da Defesa Nacional é um dever militar para todos os cidadãos portugueses, de ambos os sexos, que completam 18 anos de idade, conforme previsto na Lei do Serviço Militar e respetivo Regulamento. Para cumprirem com este dever os jovens devem, em primeiro lugar, consultar os editais de convocação (afixados nas câmaras municipais, juntas de freguesia, postos consulares e também publicados aqui) e, em segundo lugar, comparecer no Centro ou Núcleo de Divulgação do Dia da Defesa Nacional para o qual foram convocados. Durante o Dia da Defesa Nacional são desenvolvidos um conjunto de atividades destinadas a sensibilizar os jovens para a importância da Defesa Nacional e para o papel e missão das Forças Armadas Portuguesas.” (<http://www.dgprm.pt/>, acedido: 05.06.2014).

vigilância do equipamento de slide pela morte da jovem, considerando que a queda fatal ocorreu por desleixo dos mesmos. Um dos arguidos acabou porém por pedir uma peritagem ao cabo usado na atividade de slide, para averiguar o motivo da sua alegada rutura, mas só em abril deste ano o LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) aceitou efetuar a mesma, isto depois de três universidades (Aveiro, Coimbra e Porto) terem rejeitado fazê-lo ainda em 2013. ‘As coisas estão sempre empatadas’, lamentou o pai da jovem que, queixando-se de ‘falta de profissionalismo’ quer do tribunal quer dos vários peritos solicitados, espera que o resultado do LNEC chegue até ao dia 15 de junho (data estipulada) para que possa mais uma vez ser marcado o início do julgamento. Ainda que na altura do acidente o Exército tenha expressado à família o seu ‘profundo pesar’ pelo sucedido, e anunciado a abertura de um inquérito, ‘nunca mais’ contactou os pais da jovem, assinalou Marco Lucas para quem também ‘o Estado não quer saber de nada’” (Lusa, 2014).

Ainda os pais de Ana Rita:

“‘A minha filha morreu há três anos e está tudo como se nada tivesse acontecido’, criticou Marco Lucas, pai de Ana Rita. [...] Na nossa perspetiva, criou-se um dia de Defesa Nacional sem sequer se ter o cuidado de perceber se havia condições para que os miúdos pudessem participar com a devida segurança. Logo, há que imputar a responsabilidade a quem o criou, que foi o Estado, através de Paulo Portas’” (Lusa, 2014).

Perante um idêntico perpetrador, o Estado português, que diferenças existem entre a cidadã Ana Rita dos Santos Silva Lucas e as cidadãs e cidadãos vítimas da tragédia de Entre-os-Rios? Porque não existe equivalência entre a morte da primeira e as mortes dos segundos? Porque não existe idêntica consideração pelo sofrimento? A resposta a estas interrogações estará na *quantidade* de vítimas que,

apenas pela força dos números e da visibilidade mediática, se revelam capazes de interpelar fortemente o Governo e de suscitar uma resposta igualmente forte?

Para responder a estas interrogações necessito, uma vez mais, de recorrer a um contraexemplo que emergiu de um estudo comparativo entre Portugal e França e na base do qual se propôs uma distinção entre *vítimas atomizadas* e *vítimas institucionalizadas*. Em grandes linhas, as primeiras referem-se a pessoas (vítimas individuais ou familiares de vítimas) que não participam em qualquer dispositivo de apoio às vítimas, enquanto as segundas se situam numa posição diametralmente oposta e referem-se a pessoas (vítimas individuais ou familiares de vítimas) que integram associações de vítimas resultantes de um acontecimento particular. A distinção entre *vítimas atomizadas* e *vítimas institucionalizadas* decorreu da análise comparativa de associações de vítimas em Portugal e em França realizada no âmbito do projeto *TRAUMA — Vítimas, trauma e processos institucionais: para além de uma ética da vítima*.¹⁵⁵

O exemplo acabado do processo dinâmico de institucionalização das vítimas encontra-se, em França, na *Fédération National des Victimes d'Attentats et d'Accidents Collectifs* (Federação Nacional das Vítimas de Atentados e Acidentes Coletivos, FENVAC). Esta federação, que congrega as vítimas de mais de setenta acidentes coletivos e catástrofes diversas, deve a sua fundação à *Association de Soutien aux Victimes de la Gare de Lyon* (Associação de Apoio às Vítimas da Gare de Lyon) criada na sequência do acidente ferroviário da Gare de Lyon (Paris, 1988), que

¹⁵⁵ Projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e a decorrer no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, sob a coordenação de José Manuel Mendes (PTDC/CS-SOC/111366/2009).

provocou cinquenta e seis vítimas mortais e fez cinquenta e sete feridos. Como se pode ler na página oficial¹⁵⁶ da FENVAC:

“La qualité du travail de cette association n’avait servi à rien, et il était clair que pour être entendues, pour que les préoccupations des victimes et de leurs familles fussent prises en compte, les associations de victimes devaient se regrouper.”

Em 1994, nasce a FENVAC, inicialmente composta de oito associações de vítimas de catástrofes ocorridas entre 1982 e 1993. A FENVAC, que tem por principais objetivos a entreatajuda, a solidariedade, a verdade, a justiça e a segurança para todos, define-se a si mesma do seguinte modo:

“Apolitique et non confessionnelle, la FENVAC est statutairement animée et dirigée uniquement et exclusivement par des victimes ayant toutes en commun d’avoir été confrontées à l’horreur, à la détresse, à l’incompréhension et aux difficultés consécutives à un accident collectif.”

A legitimidade da FENVAC funda-se, antes de mais, no facto de os seus dirigentes e funcionários participarem da *qualidade* de vítimas ou de familiares de vítimas. *Moralistas*, nas referidas palavras de Ôé. A força da FENVAC, por sua vez, encontra clara expressão no facto, primeiro, de esta ter obtido a possibilidade de as associações que representa se constituírem como partes civis em processos decorrentes de acidentes coletivos e, uma década depois, de ela própria, enquanto federação, se poder constituir como parte civil.

¹⁵⁶ Toda a informação sobre a FENVAC aqui coligida pode ser consultada em: www.fenvac.com, acedido: 22.05.2014.

“Dès 1995, la FENVAC obtient que soit adopté par le Parlement l'article 2-15 du Code de procédure pénale qui autorise les associations de victimes d'accidents collectifs survenus dans les transports collectifs ou dans un lieu ou local ouvert au public à se constituer partie civile. L'extension du champ d'application de l'article aux lieux privés à usage d'habitation ou professionnel sera obtenue par la FENVAC en 2002 afin de permettre l'agrément notamment des associations nées de l'explosion au gaz à Dijon et de l'explosion de l'usine AZF. La possibilité pour la FENVAC de se constituer elle-même partie civile en tant que fédération d'associations de victimes sera rendue publique le 28 Avril 2005, la veille de la fin du procès du Tunnel sous le Mont-Blanc. A ce jour, elle s'est constituée partie civile dans une trentaine de procédures à l'instruction ou à l'audience.”

Subjacente ao trabalho da FENVAC encontra-se a ideia que não é somente com a exposição do seu sofrimento e das suas mortes que as vítimas devem procurar obter os *favores do rei* (Roux, 2000) — leia-se os *favores* do ou dos governos — mas como cidadãos que, nessa qualidade, devem interpelar o Estado, a partir de fora, organizados em coletivos, tanto quanto a partir de dentro, representados em dispositivos que operem no seio da estrutura estatal. Subjacente ao trabalho da FENVAC, encontra-se uma forma de resistência à ideia admiravelmente sintetizada por Pantti e Wahl-Jorgensen (2007: 22): “Ordinary people are empowered in and through victimhood, rather than because as citizens”. Subjacente ao trabalho da FENVAC não se encontra a ideia de que é necessário abandonar a compaixão para abrir espaço à razão, mas antes, à maneira de Martha Nussbaum (1996), a reivindicação da não negação do lugar da compaixão na estrutura legal e nas instituições políticas.

“Depuis sa création, la FENVAC n’a cessé de porter la parole des victimes de catastrophes pour améliorer les dispositifs publics d’accueil, d’aide et de soutien aux victimes et à leurs familles. Dès 1995 elle obtient et participe à une commission du ministère de la Justice sur la ‘Prise en charge des Victimes de Catastrophes Collectives’. Elle participe en 2003 aux travaux du Conseil National d’Aide aux Victimes qui aboutissent à la rédaction d’un Guide Méthodologique sur la ‘Prise en Charge des Victimes d’Accidents Collectifs’, édité par le Ministère de la Justice au début de 2005.¹⁵⁷

Ce guide méthodologique préconise la participation de la FENVAC, aussi bien dans les cellules d’accueil et d’information des familles mises en place par les Préfectures dans le cadre des Plans Rouges à proximité du site des catastrophes, qu’à la réunion d’information des familles organisée par le Procureur de la République, ou au sein des Comités de Suivi des Victimes mis en place par la Chancellerie pour élaborer une convention d’indemnisation transactionnelle amiable et de suivi médical et psychologique des victimes et de leurs familles.

[...]

Depuis 2005, la FENVAC met en place un réseau de Délégués Régionaux bénévoles, parmi les responsables d’associations adhérentes. Ceux-ci, après une formation spécifique, sont chargés d’intervenir localement en aide auprès des victimes et associations de victimes de leur région, renforçant ainsi la capacité de la FENVAC d’assister les familles et leur association, de la survenance des catastrophes jusqu’à la fin de la procédure judiciaire, et même souvent au-delà les liens d’amitiés s’étant tissés.

[...]

Créée par et pour les victimes, la Fédération continue, 15 ans après, à vivre et à se développer jour après jour, grâce à l’engagement solidaire de ses adhérents et leur volonté que soient tirées toutes les conséquences du drame vécu.”

¹⁵⁷ URL: www.justice.gouv.fr/art_pix/guide-victimes-accidentscollectifs.pdf, acedido: 22.05.2014.

Na FENVAC, o poder interpelativo do sofrimento e da morte aparece como um recurso emocional e político usado, simultaneamente, no exterior, no mundo social, visando a indignação (Boltanski, 2000) e no interior da estrutura estatal, visando o reconhecimento. A apropriação do político pelo sofrimento e pela morte pela FENVAC tem vindo, neste sentido, a orientar-se para a afirmação do valor da vítima e, compreensivelmente, a colocar a federação no cerne do debate sobre a emergência de uma sociedade vitimária.

A este propósito, permitam-me transcrever duas posições opostas que, de algum modo, sintetizam o debate ocidental relativamente ao lugar e poder das vítimas na sociedade e no sistema judiciário. Para Denis Salas (2004) estaríamos perante *L'inquiétant avènement de la victime*:

“Autour des personnes blessées, toute une société adopte le point de vue de la victime. Le cercle de la plainte s'élargit à l'infini. Les porte-parole de la particularité souffrante se multiplient. Les messagers bruyants de la victime invoquée étouffent la voix de la victime singulière. Tout un discours populiste se construit sur les humiliations perpétuellement subies par un peuple de victimes. Chacun se place sur une sorte de marché où il se prévaut d'un seuil de victimation toujours plus élevé. [...] La souffrance ajoutée de la peine devient lourde de la souffrance imméritée de la victime. Passionnément entendue, celle-ci est encouragée à réclamer justice pour elle. Autour de cette irruption du mal s'installe un imaginaire victimaire qui trouve un terrain fertile dans nos démocraties d'opinion. La floraison des sentiments moraux antithétiques — l'indignation et la pitié — met au premier plan l'émotion partielle de leurs porte-parole. La lumière dramaturgique de la scène pénale attire ceux que rebutent les demi-teintes des partages de responsabilité. Quand une victime émeut, la seule chose qui compte est d'être du parti de la pitié. Quand le mal survient, il s'agit moins de le penser que de condamner la faute

inacceptable, de choisir son camp pour ne pas en être complice. La rhétorique du malheur et des catastrophes remplace la lutte contre le mal. Appel au peuple et sentiments moraux en sont les messagers. Diabolisation de l'adversaire et rhétorique morale façonnent un discours dualiste où s'enracine le populisme pénal.”

Do outro lado, Robert Cario (2004) pergunta *Qui a peur des victimes?*:

“La société éprouverait-elle une peur si forte à l’égard des victimes en général pour n’apercevoir dans leurs revendications qu’une résurgence de la vengeance la plus archaïque? Si la stratégie victimaire — loin d’être confirmée par les réalités de terrain — doit être fermement dénoncée, il convient de bien mesurer qu’elle procède davantage du mépris, voire de l’humiliation, dont les victimes sont encore trop fréquemment l’objet plutôt que d’une réactivation organisée de la vendetta la plus aveugle. Loin d’être un ‘animal judiciaire’, un ‘acteur sauvage’, ‘ventriloque’, la victime n’institue qu’exceptionnellement le *pretium doloris* comme ‘point final de sa thérapie’. Si elle ‘envahit’, voire ‘pollue’, selon certains auteurs, le procès pénal jusqu’à le dominer et menacer ‘la sérénité des magistrats’, ce n’est certainement pas pour contribuer à ‘un jeu de massacre’, ou pour vider l’*Œuvre de justice* de sa substance mais pour sortir de la détresse et retrouver son désir de vivre. Et cela passe aussi par la reconnaissance de leur état de victime, par la nomination de la faute et de l’auteur, par la sanction de l’auteur et la réparation intégrale de la victime. Et quoi qu’on en pense, le travail de deuil ne commencera que lorsque le juge, dans un jugement définitif, séparera les deux parties au procès pour qu’elles puissent continuer leur destinée humaine respective. Ainsi s’affirme la réalité symbolique du procès pénal conduisant à réhumaniser les victimes, à les réinscrire dans la réciprocité juridique, loin de tout fantasme thérapeutique. Il convient d’accueillir les prétentions des victimes avec prudence, tant certaines recèlent de réels dangers : celui de l’instrumentalisation de la victime pour énerver toujours plus la répression pénale, celui de la confiscation de leur parole authentique par certaines associations de défense, celui de leur

maintien prolongé dans le processus pénal, au-delà du jugement définitif notamment.”

Um debate que, no contexto português, poderá parecer algo paradoxal. De facto, em Portugal, na sequência de acidentes coletivos, embora se tenha vindo a assistir à reivindicação e à presença assídua de dispositivos de enquadramento das vítimas consubstanciados exclusivamente no apoio psicológico, o caso de Ana Rita, por defeito, e o de Entre-os-Rios, por excesso, revelam uma tendência indiciadora ou de uma incapacidade de as vítimas para se constituírem como atores políticos ou, na relação com sucessivos governos, em particular, e com o Estado, em geral, de uma sua progressiva despolitização. A hiper-valorização de exceção das vítimas de Entre-os-Rios apareceria como o reverso da medalha de uma tendência para uma hiper-desvalorização generalizada das vítimas fundada no seu não-reconhecimento, ambas praticadas sob um fundo de indiferença.

Retomando as palavras de Qian Zhongshu (1984), não há dúvida de que dispositivos de representação das vítimas similares à FENVAC tendem a tornar as vozes dos perturbados *espessas e pesadas*, ao invés de *finas e leves* e a assimilar as associações de vítimas a movimentos sociais. Todavia, a julgar pelos contornos que o debate em torno do valor das vítimas tem vindo a assumir em França — um debate que vai dos perigos associados ao império da emoção, que passa pela afirmação desigual de uma condição de vítima geradora de hierarquias de humanidade, pela singularização do reconhecimento *a direitos* ao invés da universalização do reconhecimento *de direitos* e que acaba, na sua forma mais radical, na crítica à mercadorização das vítimas pela sua apropriação estandardizada por dispositivos de representação orientados quase

exclusivamente para a reparação (o mais das vez pecuniária) — não há dúvidas igualmente que o modelo da FENVAC, mais associado a esta última crítica, revela que as vítimas representam uma categoria problemática, social como juridicamente, enquanto condição tanto quanto enquanto estatuto.

Em Portugal, as vítimas têm vindo a ocupar o centro da discussão penal e o debate a orientar-se para os meios que devem ser colocados à sua disposição para lidar com o cidadão-perpetrador, ou seja, para as situações em que o Estado aparece como Estado-protetor — a violência doméstica sendo, talvez, o exemplo mais representativo. Porém, casos similares ao de Ana Rita e de Entre-os-Rios em que o Estado aparece, já não como protetor, mas como perpetrador, por ação indireta ou omissão, continuam envoltos em silêncio. *Quem tem medo das vítimas?*, pergunta R. Cario (2004). Diria que é o Estado quem tem medo das vítimas. Das suas vítimas. As vítimas que, parafraseando Leonel Moura (1996: 12), se tornam transparentes porque incapazes de adquirir espessura política ou porque perdendo gradualmente a espessura política concedida por exceção.

A alteração do enfoque do debate sobre o lugar das vítimas no direito penal para o lugar das vítimas no direito civil, conduziria a uma outra ordem de questionamentos. Quais os meios de que dispõem as vítimas para substituir a sua condição de objetos passivos da expiação ou de objetos passivos *tout court* à de agentes ativos do reconhecimento do seu estatuto? Quais os meios de que dispõem as vítimas para irem para além da produção discricionária de exceção estatal ou da indiferença estatal? Que alternativas existem para projetar estas vítimas para fora da relação, prenhe de consequências, entre fatalismo, paternalismo e exceção, apanágio

de um *Estado de indiferença* que, mesmo quando procura a aproximação, permanece sempre longe de mais? Nestas interrogações fica contida uma outra agenda de investigação.

4.3. Estado: aprendizagem, normalização e indiferença

Apesar de variáveis na sua intensidade, os efeitos que podem ser atribuídos aos desastres possuem uma característica comum: a de colocarem na agenda política, através de uma plataforma de visibilidade pública mais vasta, questões até então confinadas a círculos mais restritos (Birkland, 2006). Na sequência de um desastre e da crise política que esse possa desencadear, o excesso de visibilidade de determinadas questões torna-se, pois, momentaneamente, inversamente proporcional ao excesso de invisibilidade ao qual eram votadas anteriormente. Nas palavras de T. Birkland (2006: 10):

“In the case of focusing events, there is ample evidence, at least in the agenda-setting literature, that sudden event will lead to a disproportionate amount of attention to the issues revealed by the most recent disaster. This is because the fact that an event has occurred generally does not change the overall risk of any future event happening; rather, what has changed is the level of interest in, attention to, and perhaps appreciation of the possibility of an event’s recurrence. In other words, this disproportionate increase in attention to and concern about an issue is the complement to the disproportionate lack of concern and attention to the problem before the focusing event.”

Refletindo sobre o 11 de setembro, T. Birkland (2004) retoma a ideia de “alarmed discovery”, de Anthony Downs (1972), para questionar, por um lado, a permanência

do acontecimento na agenda pública e, por outro, as alterações político-institucionais efetivamente desencadeadas para além da retórica subjacente à gestão de crise.

“Anthony Downs argued that a problem ‘leaps into prominence [on the agenda], remains there for a short time, and then, though still largely unresolved, gradually fades from the center of public attention’ (1972, p. 38). Downs applied what he calls the ‘issue attention cycle’ to environmental issues, and while the environmental issue has waxed and waned, it has remained more important as political and policy matter than it was before the early 1970s. There appears to be clearly evidence that the September 11 attack triggered what Downs calls the ‘alarmed discovery’ of the domestic terrorism problem, and that the issue, much like the environment, will fade on the agenda, but no to pre-September 11 levels.”

Considero que se pode aplicar um idêntico raciocínio à queda parcial da Hintze Ribeiro e, concretamente, a dois domínios cujas fragilidades foram reveladas pelo desastre: a inspeção e manutenção de obras de arte e a regulação da extração fluvial de inertes. Dois domínios que não voltarão, pelo menos ao nível do seu enquadramento legislativo, ao que eram antes do colapso da Hintze Ribeiro. E esta ressalva, como se verá, é importantes.

Na sequência de Entre-os-Rios, uma crise por má gestão (*mismanaged*), sem nunca terem entrado no domínio da viragem paradigmática (*paradigm shift*) — o nível mais radical de alterações subsequentes a crises —, as alterações políticas e institucionais oscilaram entre o afinamento (*fine tuning*) nas políticas e instituições e a reforma (*policy reform*) das políticas e instituições, ou seja, entre alterações elementares nas políticas e instituições e alterações de natureza mais substancial nos princípios

orientadores das políticas e dos valores institucionais. Como se viu, os sinais percussores da aprendizagem começam a ganhar saliência ainda durante o processo de responsabilização mas só adquirem consistência a longo prazo. Embora Entre-os-Rios tenha vindo progressivamente a desertar as agendas pública e política — a abandonar a atenção de que foi objeto por parte do *Governo de exceção* para regressar ao *Estado de indiferença* —, a longo prazo o desastre continuou de projetar a sua sombra (Boin et al., 2008b: 289) em, pelo menos, dois domínios: a gestão de obras de arte e a regulação da atividade de extração de inertes. Porém, apesar dessas reformas serem claramente discerníveis enquanto *reformas legislativas relacionadas com o acontecimento*, tal não significa que se traduzam mecanicamente em práticas distintas àquelas que se verificavam antes do desastre.

O prolongamento da análise do desastre no tempo do quase-silêncio do pós-desastre remete para a possibilidade de se manterem as condições que, inicialmente, conduziram ao próprio desastre. A ideia de que, apesar de se puderem vislumbrar efeitos positivos do processo de aprendizagem, esses efeitos poderem ser acompanhados por “forças conservadoras” que asseguram que tudo se mantém em funcionamento com um mínimo de alteração (Glowezewski e Soucaille, 2013: 12). Como se viu com Boin et al. (2008a; 2008b) são extremamente raras as crises políticas que dão origem a alterações paradigmáticas profundas nas políticas e instituições ou mesmo em determinado aspetos fundamentais da organização do sistema político e dos partidos políticos, ou seja, que dão origem a revoluções. Tal significa que o ímpeto reformador ver-se-ia senão travado, pelo menos refreado por uma *inercia conservadora* apostada em assegurar a manutenção do *status quo* (Glowezewski e Soucaille, 2013). A perspetiva pode oscilar aqui entre um

reconhecimento positivo e otimista das alterações decorrentes do processo de aprendizagem ao nível das reformas políticas e institucionais que contrasta com uma identificação negativa e pessimista ao nível das práticas políticas e institucionais. É com esta ideia em mente que parto para a leitura do impacto do desastre na gestão das obras de arte em Portugal e na regularização da extração fluvial de inertes, nomeadamente no Douro.¹⁵⁸

4.3.1. O Sistema de Gestão de Obras de Arte: uma nova normalidade?

No dia 2 de março de 2011, a Estradas de Portugal, S.A. (EP)¹⁵⁹ organiza um seminário cujo principal objetivo é a divulgação das atividades relativas à conservação do património de obras de arte a seu cargo.¹⁶⁰ Dez anos passaram sobre a queda da ponte Hintze Ribeiro e é este o momento escolhido pela EP para realizar um balanço das atividades desenvolvidas em matéria de obras de arte e de revelar as ações corretivas e reguladoras (Chateauraynaud e Torny, 2005) realizadas na sequência do colapso parcial da Hintze Ribeiro. A apresentação dessas ações fica a cargo do Vice-Presidente da EP, Engenheiro Eduardo Gomes, que, segundo se pode ler nas conclusões finais do seminário:

¹⁵⁸ Impõe-se aqui uma chamada de atenção para o facto de não serem objeto de análise as alterações desencadeadas pelo colapso parcial da Hintze Ribeiro nas culturas de perceção e gestão do risco do Sistema de Gestão de Obras de Arte ou da atividade de extração de inertes do Douro. O efeito diferenciado do acontecimento nas práticas será aqui exclusivamente analisado à luz das entrevistas com alguns atores privilegiados. Devo, no entanto, referir que não foram entrevistados quaisquer areeiros a operar no Douro, pelo que os resultados devem ser lidos com a devida reserva.

¹⁵⁹ Cf. Anexo 2.

¹⁶⁰ Seminário *A Conservação do Património de Obras de Arte da EP – O conhecimento como suporte da decisão*, Estradas de Portugal, S.A., Lisboa, 2 de março de 2011.

“[R]evelou a alteração profunda do modelo de organização, seus conceitos, normas e procedimentos, que ocorreram desde 2001, que fizeram tornar completamente irreconhecível o panorama atual face àquele que se verificava à data do trágico acidente.”

A apresentação de Eduardo Gomes segue uma linha cronológica, de 2001 a 2011, e realça as principais alterações ao nível, por um lado, da organização e, por outro, da atuação. O Vice-Presidente começa por retrazar, em grande linhas, a história da JAE e da criação dos institutos rodoviários que lhe sucederam até chegar ao momento de viragem que situa no colapso da ponte Hintze Ribeiro. Segundo o Vice-Presidente, o acontecimento encontra os Núcleos de Obras da Arte, integrados no ICERR, num momento de fragilidade por duas razões principais:

- 1) A carência de recursos humanos provocada pela saída de técnicos experientes da Direção dos Serviços de Pontes da JAE ou a sua requisição para o ICOR; e
- 2) A inexistência de quaisquer metodologias organizadas e sistematizadas no domínio da inspeção de obras de arte (Gomes, 2001).

Para além do efeito de inscrição da gestão da conservação das obras de arte na agenda pública e política, o colapso da Hintze Ribeiro motiva igualmente uma reação imediata que se pauta pela execução de uma campanha de emergência de 349 inspeções e 35 inspeções subaquáticas a obras de arte, da qual resulta a restrição do tráfego em cinquenta e seis obras de arte, a interdição de circulação em três, e a decisão de desenvolvimento de projeto em sessenta (Gomes, 2001). Na sequência desta primeira intervenção, que se pode classificar de reativa ou *ad hoc*, suscitada pelo alerta lançado pelo acontecimento e pela pressão da urgência, ao longo da década seguinte, o Sistema de Gestão de Obras de Arte (SGOA) começa a ganhar forma e a complexificar-se (Figura 7).

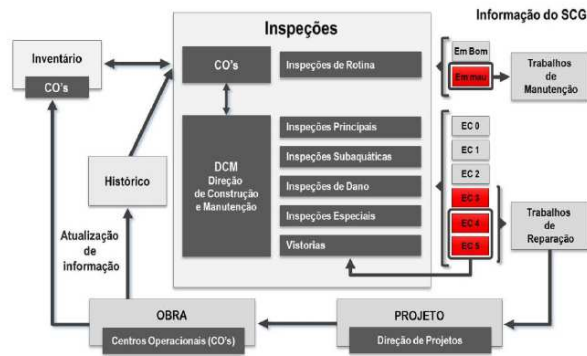


Figura 6. Modelo de funcionamento do SGOA

Fonte: Horta e Freire, 2013: 2

Numa comunicação apresentada ao 7º Congresso Rodoviário Português *Novos Desafios para a Atividade Rodoviária* (Laboratório Nacional de Engenharia Civil, de 10 a 12 de abril de 2013), os engenheiros da Estradas de Portugal (Direção de Construção e Manutenção), Carlos Santinho Horta e Luís Freire, esclarecem:

“O Sistema de Gestão de Obras de Arte (SGOA), da empresa Estradas de Portugal, S.A. (EP), tem como vetor principal a realização periódica e programada de Inspeções Principais às obras de arte, intercaladas por Inspeções de Rotina mais frequentes. Tal como definido, o SGOA assenta fundamentalmente nas avaliações efetuadas pelos técnicos envolvidos no processo da gestão da conservação, dependendo a sua fiabilidade, em grande medida, da qualidade destas avaliações.

O Sistema de Gestão, nomeadamente a aplicação informática de base de dados, os manuais e por inerência os seus pressupostos, foi contratado pela Estradas de Portugal no final de 2003. A execução efetiva, de acordo com os pressupostos base do Sistema de Gestão de Conservação de Obras de Arte, apenas foi possível em 2007, com a conclusão do Inventário (incluindo dados de constituição) e o início de campanhas de inspeção. Estas campanhas foram planeadas, de acordo com esses mesmos pressupostos, com periodicidades de 1

a 2 anos nas Inspeções de Rotina, e um máximo de 5 anos nas Inspeções Principais e Subaquáticas” (Horta e Freire, 2013: 1)

Se dúvidas subsistissem relativamente à relevância adquirida pelas obras de arte no seio da EP após o colapso parcial da Hintze Ribeiro, nas notas finais do seminário é possível ler que:

“A competente Gestão da Conservação do Património de Obras de Arte será sempre, para a EP, uma peça fundamental para o cumprimento sustentado das competências e obrigações, como maior concessionário da Rede de Estradas do Estado. Para a Conservação de Obras de Arte, os recursos de que dispomos devem ser considerados prioritários face aos da extensão da rede, paradigma este ainda mais atual quando o enquadramento económico em que vivemos implica que os mesmos sejam escassos, e tenhamos que fazer opções.”

O SGOA, cujos contornos se começam a delinear nas lições para o futuro sintetizadas no binómio segurança dos cidadãos-confiança no Estado avançado por António Guterres ainda durante o processo de responsabilização, é um exemplo clássico de concretização do processo de aprendizagem em domínios cuja fragilidade se torna notória por via dos desastres (Birkland, 2006) e, mais do que isso, de preservação da memória institucional dos desastres. De facto, na sequência da queda parcial da Hintze Ribeiro, as obras de arte tornam-se um domínio quente (*hot spot*), na medida em que possuem provas dadas relativamente aos danos políticos, institucionais, individuais e judiciais que as suas eventuais falências podem provocar. Um dado, aliás, igualmente salientado por um professor de engenharia da FCTUC, por mim entrevistado no âmbito dos relatórios periciais.

“A grande lição é esta: obras importantes têm de ter um acompanhamento regular. Do ponto de vista político a lição é que têm de ser dadas condições para que o acompanhamento seja feito. O principal problema dos políticos é pensar em como é que vão ser eleitos nas próximas eleições, mas há coisas que têm de ser pensadas a longo prazo. Há muito a tendência para cortar em coisas cujos efeitos só mais tarde se fazem sentir. Se uma sociedade não tiver um pensamento de longo prazo...” (Gaspar Martins, Engenheiro, FCTUC, Entrevista, 25.01.2013)

Se dúvidas houvesse, a queda de uma passagem de peões no IC 19, ocorrida a 7 de setembro de 2003 e que fez quatro feridos, virá reacender a polémica em torno da capacidade de fiscalização de obras de arte por parte do Instituto de Estradas de Portugal. O, então, Ministro das Obras Públicas, Carmona Rodrigues, apontará a falta de verbas, de recursos e de meios como as principais causas para o *estado de coisas* neste domínio. Nessa sequência, irão aparecer as inspeções a outras passagens pedonais, o afastamento do Presidente do Instituto de Estradas de Portugal, Ribeiro dos Santos e sua substituição por João Sousa Marques, as comissões de inquérito, a troca de acusações entre PS e PSD, ou seja, uma sucessão de acontecimentos que não é sem lembrar as repercussões do colapso parcial da Hintze Ribeiro.

O SGOA virá prevenir tais acontecimentos. Nas palavras de um representante da Estradas de Portugal por mim entrevistado:

“Houve uma reorganização da casa [Estradas de Portugal] no sentido de colmatar... [Hesita] Lacunas... Não lhe queria chamar lacunas, mas talvez a organização não fosse a mais adequada. Se calhar a estrutura não estava dimensionada para uma realidade que teria de ter outro cabimento.

Seguramente que o acidente, que com o acidente, acabamos por nos reestruturar e com sucesso. Claro que sucesso é uma palavra... Digamos que temos mais eficácia. Acho que na área da conservação de pontes se deram passos muito significativos acima de tudo por termos um sistema de gestão a funcionar.” (Rodrigo Mendes, Estradas de Portugal, Entrevista, 26.11.2012)

A memória institucional expressa-se, como se vê, de modo cauteloso.

Apesar de se manter a permeabilidade das chefias da Estradas de Portugal aos ciclos eleitorais, o domínio das obras de arte constitui um domínio relativamente salvaguardado, nomeadamente ao nível da sua dotação orçamental.¹⁶¹

“[A propósito da Estradas de Portugal] Com as diferentes administrações e com as diferentes... Nós já sofremos várias transformações. Eu estou cá já há algum tempo e, não tenho a certeza, mas acho que vamos na quinta ou sexta administração. Isso é fruto das alterações políticas, infelizmente. Embora aqui no nosso caso [área da conservação das obras de arte], fruto da pressão e do ónus que caiu sobre nós, foi dada alguma garantia de continuidade e ainda hoje se olha para a conservação de obras de arte como uma estrutura que é necessária e que... Digamos que não pode ser menosprezada... Verificou-se nos anos 70 e 80 que se construiu muito sem olhar para a conservação e quando se deu o acidente [de Entre-os-Rios] começou a ver-se as coisas de

¹⁶¹ Em novembro de 2011, na sequência do colapso parcial do tabuleiro da ponte que ligava as freguesias de Macinhata do Vouga a Lamas do Vouga (concelho de Águeda) e que, apesar de cortada ao trânsito, fez um ferido, a Estradas de Portugal previa, para 2012, intervir em 140 obras de arte com um orçamento de cerca de 54 milhões de euros, um orçamento praticamente igual ao de 2011 para uma intervenção em 125 obras de arte. Num comunicado de imprensa a EP adiantava ainda que: “Entre 2001 e 2010 foram realizadas 10697 inspeções de rotina (manutenção) e 5008 inspeções principais (conservação)” e que “em 2010 foram também realizadas 85 inspeções subaquáticas, de um total de 269 na última década” (Fontes, 2011), Tudo graças ao Sistema de Gestão de Obras de Arte que “permite à empresa agir de forma proactiva e preventiva” (*Idem*).

outra maneira e chegou-se à conclusão, e muito bem, que era preciso olhar para a parte da conservação que estava esquecida.” (Rodrigo Mendes, Estradas de Portugal, Entrevista, 26.11.2012)

O tom é, assim, de otimismo. Apesar de se terem registado acidentes de percurso, esse otimismo aparece sustentado por um balanço das atividades do SGOA que, na mesma linha do que o Vice-Presidente da EP, C. S. Horta e L. Freire (2013) classificam muito positivamente:

“Da análise de 11 anos de experiência na implementação e desenvolvimento, na EP, do Sistema de Gestão de Conservação de Obras de Arte, conclui-se que o conhecimento sistematizado deste património específico, com a implementação de metodologias, ao nível de toda a empresa, que organizam todos os procedimentos, do inventário à inspeção, associada a uma estratégia de gestão que privilegia a intervenção preventiva ao invés de reativa, tem como resultado uma melhoria continuada da segurança estrutural das obras de arte, com reflexo evidente na qualidade do serviço prestado aos utentes.

Mais se realça que a EP mantém a aposta no seu *know-how* interno, em parceria com entidades privadas e públicas de reconhecida credibilidade, tendo em vista o aprofundamento dos seus métodos de trabalho, por forma a melhorar continuamente o desenvolvimento e fiabilidade do seu SGOA” (Horta e Freire, 2013: 11).

Resta saber se as alterações desencadeadas pelo robustecimento do SGOA se estenderam às regras técnicas, cuja definição, como se viu, se revelaram decisivas no processo-crime. Resta saber se se verificou, tal como é enunciado no acórdão de absolvição dos seis arguidos do processo-crime de Entre-os-Rios, a passagem de um conjunto de “constatações, princípios genéricos, procedimentos de senso comum que

devem ser observados pelos engenheiros” (ATCP, 2006) para um conjunto de normas de ação concretas dirigidas a engenheiros que, perante uma situação concreta, lhe imponha condutas determinadas, “comandos que, no agir técnico concreto, indicam o modo concreto de agir, preveem um certo comportamento e não outro, subtraindo ao agente a discricionariedade para solucionar um determinado problema” (*Idem*). Recorde-se que, em dezembro de 1985, a JAE havia celebrado com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil um protocolo de acordo de colaboração, o qual abrangia três grandes domínios de atividade do LNEC: vias de comunicação, geotecnia e estruturas (pontes). De acordo com o acórdão de absolvição do processo-crime de Entre-os-Rios:

“Tal protocolo, no campo das pontes, previa uma colaboração de carácter geral correspondente a uma assessoria global principalmente dirigida aos domínios da patologia e da gestão de pontes, nele se referindo como ações cobertas pelo protocolo, no ponto 4 a ‘preparação de manuais de inspeção de pontes e realização de cursos de inspeção para técnicos da JAE e para projetistas’ e no ponto 5 a colaboração na aquisição pela Direção dos Serviços de Pontes de equipamento de inspeção.

[...]

Apesar da celebração do protocolo entre o LNEC e a JAE em 1985, nunca foi elaborado um manual de inspeção das obras de arte a cargo da JAE” (ATCP, 2006).

Segundo C. S. Horta e L. Freire (2013: 3), esta situação estaria agora ultrapassada¹⁶²:

¹⁶² No final da comunicação, os autores referem três manuais de 2011, documentos internos da EP: *Manual de Inventário de Obras de Arte*; *Manual de Inspeções de Rotina*; e *Manual de Inspeções Principais*.

“Atenta à responsabilidade e complexidade do SGOA, a EP decidiu envolver o LNEC desenvolvendo parcerias com vista à validação dos mecanismos do SGOA, através da revisão dos seus Manuais e a um processo de auditoria ao modo como são efetuadas as inspeções e atribuídos os Estados de Conservação.

Por fim, importa referir que o modelo de Manual de Inspeção Principal integrante do SGOA, o qual está definido para as designadas Obras de Arte correntes, será objeto de uma Adenda Técnica, tendo em vista adequá-lo a estruturas de maior complexidade, denominadas Obras de Arte Especiais, processo este decorrente de uma parceria com o LNEC, presentemente a ser concretizado.

No corrente ano de 2013, encontra-se em desenvolvimento um novo procedimento com o LNEC e mais cinco especialistas em obras de arte, com o objetivo de integrar no SGOA Guias para o Diagnóstico dos diferentes tipos de estruturas, que tipifiquem, por tipo de estrutura, os danos possíveis e suas causas prováveis. Estes documentos visam o reforço da fiabilidade das Inspeções Principais efetuadas, bem como a sua uniformização, atendendo a que, atualmente, estas são realizadas por 8 equipas operacionais, coordenadas e supervisionadas por 3 Técnicos Seniores.

Por último, indica-se que o documento intitulado Manual de Inspeções Subaquáticas se elaborado, tendo sido desenvolvido internamente na EP com a supervisão do LNEC. Este documento estabelece um conjunto de procedimentos que visam garantir a qualidade das avaliações efetuadas no âmbito de Inspeções Subaquáticas, bem como pretende constituir um auxiliar para a compreensão das diferentes atividades envolvidas, desde o mergulho à análise e reporte da condição das estruturas observadas.”

Tudo indica que, do ponto de vista da aprendizagem, o SGOA representa efetivamente uma resposta sustentada desencadeada pelo colapso da Hintze Ribeiro.

Uma resposta que começa a ganhar forma durante o momento de urgência, com o *Governo de exceção* de António Guterres, e solidez na década seguinte. Pontuado por acontecimentos que não lograram adquirir a grandeza de Entre-os-Rios, o desenvolvimento do SGOA foi no sentido de reforçar a importância da conservação das obras de arte a nível técnico e de proteger a relevância da conservação das obras de arte a nível político. Estando sempre presentes as consequências de Entre-os-Rios para os agentes políticos e para os agentes técnicos, o desenvolvimento do SGOA foi no sentido de limitar a *ausência de percepção do risco*, o principal fundamento da argumentação técnica e política que perpassa as causas do desastre. Foi no sentido de reafirmar, no quadro assumido de um paradigma do controlo, uma nova *eficácia*. Uma nova normalidade.

4.3.2. Extração de inertes no rio Douro: regresso à normalidade?

Partindo da ideia de T. Birkland (2006), segundo a qual uma das formas de analisar as alterações nas políticas desencadeadas por um determinado acontecimento se prende com a legislação, propus uma distinção entre *alterações legislativas de exceção* e *alterações legislativas de reforma*. No caso da regulação da extração de inertes, tal como no caso do SGOA, estamos perante um caso de *alterações legislativas de reforma*.

Atendendo ao SGOA, é indubitável que o colapso parcial da Hintze Ribeiro passou a estar inscrito na memória da instituição e a influenciar os seus princípios orientadores e seus valores, o que protege, ainda, o domínio das obras de arte, não tanto dos ciclos eleitorais, mas claramente de eventuais quebras nas dotações

orçamentais e humanas às quais estava anteriormente sujeito. É neste sentido que pode ser interpretada a afirmação do Vice-Presidente da Estradas de Portugal, que, quase uma década volvida, questionado pela comunicação social acerca da problemática que envolveu o desabamento da ponte de Entre-os-Rios, respondeu que há, hoje, um “compromisso” da Estradas de Portugal para que situações semelhantes não tornem a ocorrer (Mamede, 2010).

Situando a análise numa temporalidade longa, relativamente ao SGOA, excludo aqui as inspeções às obras de arte que, numa lógica reativa ao invés de preventiva, foram imediatamente desencadeadas a seguir ao colapso da ponte Hintze Ribeiro. Relativamente à extração de inertes, a medida de exceção que levou à imediata interrupção da atividade na sequência do colapso da ponte irá, a longo prazo, assumir contornos particulares.

Para tratar da regulação da atividade de extração de inertes no Douro optei por uma abordagem diferente, centrada no processo de retoma da atividade de extração de areias no Douro. Subjacente a esta opção encontra-se o facto de, no momento da urgência, o *Governo de exceção* de António Guterres ter assumido um *compromisso* em relação à extração de inertes que implicou sem comprometer os areeiros.

O que procurarei mostrar é o trabalho dos areeiros no sentido de criar um novo compromisso com um novo Governo cujo fundamento não é já a *tragédia de Entre-os-Rios*, mas sim o *drama do desemprego*. Embora as alterações legislativas de reforma estejam claramente presentes no enquadramento legislativo que passou a regular essa atividade e nos mecanismos de controlo que lhe foi imposto, em

grandes linhas, perturbado o regime de exceção através da qual operavam os areeiros no Douro, o que se verá é o modo como estes procuraram negociar e impor um compromisso concorrente ao compromisso assumido pelo Governo para com as obras de arte, mas principalmente para com o território e os familiares das vítimas.

Uma das primeiras consequências do colapso parcial da Hintze Ribeiro para os areeiros a operar no Douro foi a imediata interrupção por ordem governamental da atividade. Note-se que as operações de busca e resgate começaram logo no dia seguinte ao desastre e se prologaram até ao início de abril, numa primeira fase, para serem concluídas em meados do mês de junho, numa segunda (Anexo 10). Ademais, o Governo havia prontamente assumido o compromisso de interromper a extração de inertes no Douro até março de 2004. Do ponto de vista dos familiares das vítimas, a interrupção da extração de areias no Douro — em particular, a jusante da ponte Hintze Ribeiro — justifica-se, acima de tudo, pela possibilidade de alguns dos corpos não resgatados poderem estar soterrados no leito do Douro. A ausência dos corpos no espaço digno do cemitério faz do local da tragédia uma sepultura simbólica pelo que regressar à extração de areias nesse local equivaleria a uma profanação.

Outra posição têm, necessariamente, os areeiros. Uma posição ancorada num outro fundamento moral que é o da preservação do emprego numa zona claramente dependente dessa atividade. A prolongar-se a interdição de extração de inertes para os sete areeiros a operar no Douro, à *tragédia de Entre-os-Rios* somar-se-ia a *tragédia do desemprego*. É neste sentido que interpreto a pressão, num primeiro tempo, por parte da Associação das Empresas de Dragagens do Norte (ADRAG) e,

num segundo, da Comissão de Trabalhadores das Empresas de Extração de Areias do Rio Douro.

Em novembro de 2001, após ter sido recebida pelo grupo parlamentar do PP e antes de se encontrar com o grupo parlamentar do PSD, a ADRAG, na pessoa do seu porta-voz, Amadeu Silva, exigia que as entidades oficiais se pronunciassem sobre o futuro da atividade de extração de inertes, pusessem fim à indefinição em que vivem as três centenas de trabalhadores afetos ao sector e o recomeço “pleno e urgente” da atividade de dragagem no rio Douro, suspensa após a queda da ponte Hintze Ribeiro (Público, 2001b).

“Sendo a extração de inertes uma atividade económica legítima e indispensável ao país, a ADRAG exige respostas quanto ao futuro das empresas de dragagem e dos seus 304 trabalhadores diretos, de que também dependem muitas dezenas de pequenas empresas da região cuja atividade está estritamente ligada à das sete empresas que integram a associação’, referiu o porta-voz da associação dos areeiros, Amadeu Silva, citado pela Lusa. ‘Se o Governo disser que não há mais dragagens comerciais no rio Douro as empresas têm de fechar as portas. Precisamos de uma resposta urgente’, frisou o representante da ADRAG. Amadeu Silva salientou que a ADRAG concorda em não dragar entre o local da ponte que caiu em março deste ano e a barragem de Crestuma, por respeito aos familiares das vítimas, mas argumenta que há outros pontos onde a extração de inertes é possível e até desejável ‘para manter navegável o rio’. ‘Podem ser feitas dragagens a montante de Entre-os-Rios até à barragem do Carrapatelo ou mesmo a montante desta’, referiu o representante da ADRAG” (Público, 2001b).

No dia 25 de agosto de 2002, já com Durão Barroso como Primeiro-Ministro, o *Público* noticia que a ADRAG, desta feita na pessoa do seu Presidente, Fernando

Jorge, vai exigir ao Governo que “reautorize a extração de areias a montante de Entre-os-Rios e a jusante da barragem de Crestuma-Lever, sob pena de sete empresas do setor falirem, despedindo os seus 304 trabalhadores” (Lusa, 2002c). Por essa altura, aproximava-se, de facto, o fim do prazo de 30 de agosto de 2002 concedido pelo Governo, para que as empresas dragassem o canal navegável do Douro de modo a evitar a paralisação total do setor. Paulo Teixeira afirmava, então, a “intenção de se solidarizar com as pretensões da ADRAG” (Lusa, 2002c).

“Depois disso [30 de agosto], as sete empresas e os seus 304 trabalhadores estarão condenados à inatividade, provocando uma situação social complicada na região, já que mil pessoas dependem dos rendimentos de trabalho no sector numa região onde as alternativas de emprego escasseiam’, lamentou Fernando Jorge” (Lusa, 2002c).

A 2 de setembro de 2002, nova investida do *Público* que divulga os resultados de um estudo do LNEC sobre o trânsito sedimentar e a evolução morfológica do rio Douro (Garcias, 2002).¹⁶³ No mesmo dia o *Barómetro Público* dá conta dos resultados de uma sondagem segunda a qual 74% dos respondentes não concorda com a extração de areias no Douro. Isso, saliente-se, numa altura em que decorre ainda o processo criminal a cargo do Ministério Público e que não se encontra afastada “a hipótese de as empresas de dragagens virem a ser responsabilizadas criminalmente” (Garcias, 2002).

¹⁶³ A extração de areias no Douro passou a ser tutelada pelo Ministério das Obras Públicas, mediante parecer do Ministério do Ambiente.

A 28 de setembro de 2002, o *Público* noticia a intenção do Governo de Durão Barroso em manter a interdição de extração de areias até 2004, decidida por António Guterres. Segundo a notícia do *Público*:

“A extração de areias no Douro é um dos pontos da ordem de trabalhos que os deputados municipais de Castelo de Paiva debatem segunda-feira, mas ‘a contestação dará lugar à informação’, face a um esclarecimento escrito remetido terça-feira à Câmara Municipal pelo Secretário de Estado das Obras Públicas, Vieira da Silva¹⁶⁴, disse à Lusa o Presidente da Assembleia Municipal, Lopes de Almeida. No ofício, Vieira da Silva afirma que o Governo mantém a interdição da extração de areias no troço do Douro de Entre-os-Rios à barragem de Crestuma-Lever até 4 de março de 2004. Essa proibição fora determinada por um despacho de 4 de março de 2001, emanado do gabinete de José Junqueiro, ao tempo Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária. A polémica sobre a eventual quebra desse compromisso foi desencadeada após a divulgação de um relatório confidencial do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, divulgado pelo PÚBLICO, que apontava para a extração de areias entre a ponte da tragédia e a barragem de Crestuma-Lever. ‘Face ao ofício do Secretário de Estado, eu próprio já não apresentarei uma moção que preparava e vamo-nos limitar a fazer o ponto de situação aos eleitos’, disse o Presidente da Assembleia Municipal de Castelo de Paiva.”

Colocadas lado a lado, a notícia sobre o relatório “confidencial” do LNEC e a notícia sobre o ofício do Secretário de Estado das Obras Públicas à Câmara Municipal de Castelo de Paiva, é difícil compreender onde estava a intenção do Governo de quebrar o compromisso pela manutenção da interdição de extração de

¹⁶⁴ É muito provável que se trata de um erro do *Público*, na medida em que o Secretário de Estado das Obras Públicas era, nessa altura, José Luís Vieira de Castro.

areias, o que leva, por um lado, a perguntar se a “polémica” à qual se refere o *Público* nessa última notícia, não existirá somente enquanto construção noticiosa e, por outro, a questionar o grau de porosidade da ação governamental à influência mediática.

Por ora, porém, como revela o barómetro do *Público*, os areeiros ainda se encontram debaixo de um elevado clima de suspeição o que, a meu ver, impede que argumentos técnicos ou emotivos adquiram força suficiente para alterar o compromisso de manutenção da interrupção da atividade assumido por António Guterres.

Será necessário esperar por meados de fevereiro de 2003, o ano em que Castelo de Paiva *perde* a fábrica de calçado *Clarks* e *ganha* 588 desempregados, para assistir a novos desenvolvimentos relativamente à extração de areias no Douro.

A Associação das Empresas de Dragagens do Norte dá lugar à Comissão de Trabalhadores das Empresas de Extração de Areias do Rio Douro. Composta por cerca de 300 trabalhadores das sete empresas que operavam no Douro na extração de areias, a Comissão foi criada para responder à suspensão da atividade. A primeira iniciativa da Comissão, de acordo com o seu porta-voz, Arlindo Carneiro: uma manifestação pública e a entrega de uma carta de apelo ao Primeiro-Ministro, Durão Barroso (Nadais, 2003).

A extração de areias no rio Douro para fins comerciais virá a ser de novo autorizada em setembro de 2003, com a delegação do Douro do Instituto Portuário dos Transportes Marítimos (IPTM) a licenciar sete lotes, todos situados a montante da

ponte Hintze Ribeiro, às mesmas empresas que operavam no Douro antes do colapso parcial da Hintze Ribeiro. A extração e areias passa, todavia, a obedecer a um Plano Específico de Extração de Inertes no Rio Douro, da responsabilidade do LNEC, e fica sujeita à realização prévia de um estudo de incidências ambientais e de um estudo económico. A renovação de licenças deixa, ainda, de ser automática e passa a ficar sujeita a um parecer do LNEC, que manterá ativo um sistema de monitorização da evolução do leito do rio. Relativamente à fiscalização, esta passa a ser assegurada:

“[...] [P]or um sistema de localização eletrónica instalado nos batelões de dragagem. Em cada uma das sete embarcações que estão autorizadas a operar no rio Douro foi instalada uma caixa negra, que recebe através de GPS as coordenadas relativas à sua localização e as reenvia por telemóvel [...], para o centro de controlo do IPTM instalado na Régua. [...] O controlo das quantidades de areia retiradas é que continuará nos mesmos moldes, ou seja, através da contagem da carga máxima de cada batelão, na presunção que todos eles regressem carregados” (Garcias, 2003b).

Justificada tecnicamente a necessidade de extração de areias no Douro, faltava aos areiros a legitimação. De onde poderia provir essa legitimação? Dos *moralistas* da tragédia de Entre-os-Rios. *Moralistas* no sentido em que Kenzaburo Ôé (1996: 115) entende essa palavra.

“À mesure que dans les hôpitaux de Hiroshima, dans les maisons, ou encore à un coin de rue, on écoute le *hibakusha* parler de leur expérience et de ce qu’ils éprouve aujourd’hui, on s’aperçoit que tous ces gens, sans exception, ont une manière bien à eux d’observer l’être humain et de s’exprimer à son sujet. On s’aperçoit aussi qu’ils confèrent à certains mots qui touchent aux profondeurs

de la morale — ‘courage’, ‘espoir’, ‘sincérité’, ‘mort tragique’, par exemple — une signification concrète et très particulière. Bref, ce sont des *moralistes*, au sens conféré à ce terme occidental dans la traduction qui en a été donnée initialement en japonais: des ‘critiques éclairés de la nature humaines’.”

Em junho de 2004, a AFVTER, após solicitação da Comissão de Trabalhadores da Extração de Areias do Rio Douro para que tome posição sobre a retoma da extração de areias a jusante de Entre-os-Rios, decide, em Assembleia-Geral, pelo apoio à retoma da atividade (Oliveira, 2004). Antes disso, a direção da AFVTER já havia dado parecer positivo ao regresso dos areeiros à extração entre a Barragem de Crestuma-Lever e a ponte, mediante algumas condições tais como a manutenção de uma zona proibida nos limites do concelho de Castelo de Paiva, uma maior fiscalização das extrações e um acordo sobre a eventualidade de surgirem restos mortais das vítimas nos lotes a licenciar (Gomes, 2004).

Carla Pacheco (2004), do *Correio da Manhã*, noticia da seguinte forma o aval da AFVTER aos areeiros:

“Entre-os-Rios: drama do desemprego pesa mais que o luto

[...]

São os próprios areeiros, empresas e comissão de trabalhadores, os primeiros a admitir que a tomada de posição da associação [AFVTER] foi ‘muito importante para que o Governo deixe de ter medo de resolver esta questão’. Arlindo Carneiro, da comissão de trabalhadores, que enviou ‘um apelo desesperado de ajuda às famílias’, esclarece que ‘os governantes, depois da queda da ponte, só mandaram parar a extração no Rio Douro, deixando as restantes empresas do País a trabalhar normalmente. Isto só pode querer dizer que tiveram medo das reações negativas’. Igual opinião tem Fernando Jorge Silva, Presidente da Associação das Empresas de Dragagem do Norte, que diz

mesmo que ‘falta muita vontade política em toda a questão’. Segundo adianta ‘não se entende que haja um estudo do LNEC que aponta a zona a montante da ponte como ideal para a extração e que, em Janeiro último, os Ministérios do Ambiente e das Obras Públicas venham adiar a decisão dizendo que as informações são insuficientes’. ‘Com o apoio das câmaras, governos civis, grupos parlamentares e, agora, das famílias, pode ser que Governo reaja’, refere Arlindo Carneiro, que adianta já ter sido marcada uma reunião com o Ministério das Obras Públicas. O sufoco dos trabalhadores é grande, e os despedimentos já começaram, mas também as empresas que operavam no Douro reclamam prejuízos ‘superiores a 2,5 milhões de euros, nos últimos dois anos’. Paulo Teixeira, o autarca de Castelo de Paiva, um dos concelhos mais afetados pelo desemprego no Vale do Sousa, confessa-se ‘satisfeito’ com o apoio dado pela associação aos trabalhadores, e refere que ‘há muito a câmara chama a atenção para este drama social’.

[...]

A CRISE

O flagelo do desemprego é bem conhecido em Castelo de Paiva. Depois do encerramento das Minas do Pejão, na década de 90, e do fecho da Clarks, que mandou para a rua 600 trabalhadores, os paivenses vivem ‘sufocados’ pela falta de perspetivas. As areias têm sido o sustento de milhares de famílias e são o mais recente foco de crise.

‘O DESGOSTO NÃO NOS PODE DEIXAR CEGOS’

Manuel Santos é só uma das centenas de paivenses que perderam familiares na queda da Ponte Hintze Ribeiro, mas fala com confiança do que vai na alma dos que partilham da mesma dor. ‘Todos temos de chegar a um ponto em que abrimos os olhos e deixamos de pensar só no nosso desgosto. Não podemos ficar cegos ao sofrimento dos outros, que se arriscam a perder o emprego’. Este familiar, de 52 anos, concorda ‘que a direção da associação [AFVTER] tenha decidido ajudar os trabalhadores, dando acordo para a extração a montante da ponte’, mas, frisa que ‘se os areeiros voltarem ao local do acidente, antes do fim da proibição, seria uma falta de respeito’. Tal como esclarece, ‘há muito medo que apareçam restos mortais e os areeiros escondam esse facto das famílias, só para que não lhes parem a laboração’. Apesar de ter

ser um dos muitos familiares que defende que os areeiros deviam ser responsabilizados pela tragédia, Manuel Santos reforça que ‘os trabalhadores só cumpriram ordens, e não devem pagar por isso’.”

Por sua vez, as entrevistas revelaram que o facto de os areeiros e do Instituto de Navegabilidade do Douro não terem sido pronunciados arguidos no processo-crime (Anexo 9), primeiro, continua a pesar fortemente para a manutenção do clima de suspeição relativamente ao papel dos areeiros no colapso do pilar P4 e consequente desabamento parcial do tabuleiro. Segundo, que a retórica do sacrifício das vítimas do desastre para a disciplinação da atividade de extração de inertes no Douro se encontrar, de algum modo, escamoteada pela suspeita local de continuar a existir um desfasamento entre as normas e as práticas nessa atividade. Ou seja, entre a regulação da atividade de extração e a extração em si. O regresso, pois, a uma normalidade na qual persiste um desfasamento entre regulação e prática?

“Sobre as causas da queda da ponte, eu nunca embarquei na teoria da meteorologia ter sido a causa fundamental. Para mim, nunca foi. Para mim, a principal causa para a queda da ponte foi sempre a extração ilegal de areias. Sempre. Não tenho dúvida nenhuma em relação a isso. A prova disso foram os saques que foram feitos no rio. Foi o caos! [...] Todas as pessoas de Castelo de Paiva, todas as pessoas de Cinfães, de Gondomar, todas as pessoas que cruzavam o rio e que passavam na estrada viam, e isso a horas extraordinárias — seis da manhã, nove da manhã, meia-noite no verão, duas da manhã no verão —, batelões a extrair areia. Foi assim anos a fio. Foi uma coisa inacreditável. Para mim, foi essa a causa da queda da ponte. [...] Mas não foram só culpados aqueles que extraíram areia a mais, também foram culpados aqueles que, deliberadamente, não fiscalizaram, os que viam e não faziam nada. O IND [Instituto de Navegabilidade do Douro] nunca viu nada. O Presidente do IND da altura, o Mário Fernandes, que já faleceu, disse, numa

entrevista célebre feita debaixo da ponte, alguns dias depois de esta cair e quando finalmente se começou a falar de areias, que a dez quilómetros a montante e a dez quilómetros a jusante não tinha havido extração de areias nos últimos dez anos. Isso foi uma bomba! Agora, eram muitas as famílias que dependiam dos areeiros, muitas. E as pessoas, naturalmente, não iam dar vida aos mortos e essa foi a justificação que mais ouvi. As pessoas diziam: ‘Não vamos dar vida aos mortos, não dá para falar, eu vou ser perseguido, vou ficar sem trabalho, a minha família vai ter problemas, não dá!’. E pronto. [...] A investigação em relação às areias perdeu-se e isso foi mau. Isso foi mau, não pelos areeiros em si, que são pessoas respeitadas, estimadas e inocentes até prova do contrário, mas pelo que poderia ter feito pelo país. É que não é só a extração de areias. É o corte de sobreiros, é o que quer que seja. Hoje, ouve-se falar muito em corrupção. Mas, até aí, não se falava tanto. O que se passou com a extração de areias no Rio Douro foi um nível de corrupção brutal que vai desde o mais pequeno fiscal até ao topo da hierarquia.

[...]

“A engrenagem emperrou porque morreram cinquenta e nove pessoas. Se fossem quatro ou cinco... Eu digo isso sem qualquer desprezo pela vida, antes pelo contrário! É preciso que se perceba que foi a maior tragédia rodoviária em Portugal, a maior tragédia rodoviária da Europa na altura! Como é que é?! Onde é que estamos?! Não foi nenhum atentado deliberado mas, se calhar, foi um atentado que foi perpetrado ao longo dos anos por muita gente! Gente que nunca foi condenada, nem andou lá perto. [...] O curioso é que quem ficou a explorar as areias foram os mesmos. Isso é evidente! Não é do dia para o outro que alguém investe naquela atividade, uma atividade que está na mão de poucos como sempre estive. São sempre os mesmos! Os reis do rio Douro!” (Ricardo Campos, Comunicação social local, Entrevista, 08.05.2013)

“Há coisas que não se podem provar mas sobre as quais há fortes suspeitas e que dão conta de que os areeiros tiveram um papel relevante na extração de areia, que isso levou ao descalçamento do pilar e à sua queda. Nunca se conseguiu provar isso, apesar de haver fotografias de areeiros a retirar areia ao

pé da ponte. Apesar de eu próprio ter visto os areeiros a retirar areia e a não cumprirem a lei. Eles têm limites para a areia que levam e do que eu não me lembro é de eles cumprirem os limites! Existia, de facto, uma total impunidade nessa atividade da qual a própria Câmara Municipal beneficiava.” (Alberto Simões, Familiar de vítima, Entrevista, 15.05.2013)

“Há quem diga que os grandes culpados foram os areeiros mas não foram. Eles precisavam de uma licença para trabalhar e alguém tinha de lhes dar essa licença. Eles não têm culpa. Eles estavam a trabalhar e a dar emprego. Eu não culpo os areeiros, culpo os nossos políticos.” (Rui Lopes, Familiar de vítima, Entrevista, 09.05.2012)

“Eu não quero mal aos areeiros. Havia postos de trabalho em jogo... Os areeiros tiravam areia e quem devia fazer a fiscalização não ligava... A areia dá muito dinheiro e não digo mais nada. Os areeiros faziam o que queriam e o que lhes apetecia. Quando foi do julgamento calhou-nos um juiz que tinha quatro anos de magistrado. Esse juiz não tinha condições para tomar conta de um processo daquela natureza. Além disso, não conhecia o Douro. Conheceu o Douro já com a barragem. Se conhecesse o rio Douro daria mais valor ao que as pessoas diziam e teria visto que alguns areeiros foram culpados. Outra coisa que ainda hoje me admira é que depois de uma tragédia que vitimou cinquenta e nove pessoas, inclusivamente muitas crianças que não mereciam o que lhes sucedeu e que não chegaram a conhecer este mundo... Foi preciso morrerem essas crianças para se fazer uma ponte nova! A seguir a essa ponte ainda fizeram outra. Agora há duas pontes novas à beira uma da outra e o que mais lamentação é que tanto o Governo, como o Instituto de Navegabilidade do Douro, como a Polícia Marítima deixem estar um areeiro a laborar no meio das duas pontes. Como é que isso é possível?! Aconteceu uma tragédia... Aquele areeiro teria culpa? Não sei. Tiravam areia por arrastão? Tiravam. Iam para ao pé do pilar? Iam. Para mim foram eles que descalçaram o pilar. Eu não vou culpar quem estava lá a trabalhar, esses sós estavam a ganhar o pão. Eram mandados. Eu culpo é o Instituto de Navegabilidade do Douro que, muito antes da

tragédia acontecer, deveria ter controlado aquilo!” (José Figueira, Familiar de vítima, Entrevista, 09.05.2012)

“Depois da queda da ponte fez-se cumprir a lei sobre a extração de areias. Agora há um plano específico de extração de areias. [...] Depois da queda da ponte passou-se a cumprir a lei sobre extração de areias. Ficou claro que uma das causas foi a extração descontrolada de areia.” (Martim Antunes, Engenheiro do LNEC, Entrevista, 06.12.2012)

No momento de urgência, interrompido o *Estado de indiferença* para o território e os familiares das vítimas, o *Governo de exceção* responde à crise induzida pelo desastre através de um conjunto de ações a uma situação local e particular que configuram uma *prática de governação* que classifico de *expição*. Findo esse momento, alguns elementos resultantes do processo de aprendizagem organizam-se em reformas políticas e institucionais que, como se viu, apesar de se poderem saldar em práticas distintas, passam a integrar a matriz jurídico-institucional. E é aqui que se torna importante a distinção entre Governo e Estado relativamente à prática de governação de territórios e populações afetados por acontecimentos extraordinários e é aqui que se concentra a dificuldade em classificar a queda da Hintze Ribeiro como uma prova de Estado. É o Estado, enquanto instituição, que é posto em causa relativamente à sua capacidade em garantir o direito à segurança dos cidadãos, mas responsabilização, reparação e correção ficam adstritas a um determinado Governo, ao Governo em funções, ao Governo de António Guterres, e é este o Governo, um *Governo de exceção*, que *se dá a ver* numa situação concreta, e é este que cessa de ser uma *ideia*. Nesse momento de expiação, o Governo *corporaliza* a gestão da crise

induzida pelo desastre, valendo-se dos recursos públicos, materiais e simbólicos aos quais se associam o nome Estado. Posteriormente, o Estado *incorpora* alguns dos adquiridos do processo de aprendizagem, que passam a integrar o *património* de recursos do próprio Estado. Enquanto o Governo adquire rosto, o Estado, enquanto figura institucional, não passa de um *reservatório* na gestão da crise, ao mesmo tempo que o *repositório* do processo de aprendizagem.

A eficácia adquirida pelo SGOA a revelar que existem domínios que, em razão da ação do *Governo de exceção*, passam a ficar protegidos na sequência do desastre. A suspeição relativamente aos areeiros a revelar, pelo contrário, que existem domínios que, malgrado as pretensões do Estado, continuam a operar valendo-se da distância à qual se encontram relativamente ao Estado. O fim e o incumprimento dos compromissos matérias de exceção a revelar que existem territórios que, malgrado as pretensões do *Governo de exceção*, retomam o seu lugar perante o Estado. O esgotamento dos direitos de exceção a revelar que, o reforço da condição de vítima pelo *Governo de exceção*, não encontra paralelo num reconhecimento do seu estatuto perante o Estado. A produção discricionária de exceção a manter sempre o Estado longe de mais.

Parte III

Crónica fragmentada do indelével
Para uma história oral da Tragédia de Entre-os-Rios

“[A]s interviewers, we are sometimes asked to bear witness to injustice;
the stories are moral tales where wrongs,
although they never be righted,
are at least acknowledged by another.”

Peter Collins (1998), “Negotiating selves: reflections on ‘unstructured interviewing’”,
Sociological Research Online, 2(2).

“Ce n’est pas toi qui parleras; laisse le désastre parler en toi,
fût-ce par oubli ou par silence.”

Maurice Blanchot (1980), *L’Écriture du Désastre*. Paris: Gallimard.

Breve nota introdutória

Não vou ocultar a inspiração que subjaz a esta parte da tese. Trata-se da obra de Svetlana Alexievitch (2006) *Voices from Chernobyl. The oral history of a nuclear disaster*. Uma obra cuja essência, coisa rara, está contida no próprio título. À maneira de uma sensível artesã, Alexievitch entrelaça cuidadosamente as entrevistas que, em meados dos anos 90 e durante três anos, recolheu na zona de exclusão de Chernobyl a propósito do maior acidente tecnológico do século vinte. Hoje, Fukushima prepara-se para se tornar, de modo igualmente controverso, no maior acidente tecnológico do século vinte e um. Essencialmente diferentes, Chernobyl e Fukushima partilham um denominador comum: a energia atômica. Átomos militares e átomos civis, apesar de tudo quanto os separa, partilham, na verdade, um terrível parentesco cuja revelação por estes desastres, não podia ser mais enfática.¹⁶⁵

Chernobyl. Foi no dia 26 de abril de 1986, à uma hora, vinte e três minutos e cinquenta e oito segundos. Era um domingo quando, indiferente ao descanso semanal, o reator quatro da central nuclear *Lenine* explodiu. Nesse dia, um trabalhador perde a vida, Valeriy Khodemchuk, e nas semanas seguintes sucumbem mais de trinta bombeiros e trabalhadores envolvidos nas operações de socorro. Homens que não são vítimas. São heróis. Heróis da ciência. Heróis do progresso. Heróis da indústria nuclear. Heróis do Estado. Heróis de uma história, de um tempo, de uma ideia do império soviético com raízes profundas e sólidas e, ao mesmo tempo, surpreendentemente frágeis quando interpeladas por acontecimentos que as põem a nu. Frágeis como o vidro, dir-se-ia, exceto que sem com este

¹⁶⁵ Cf. Número especial da revista *Z*, n.º 6, Outono 2012.

partilhar a qualidade da transparência, na medida em que funcionando como um filtro para a interpretação. Não se encontrará aí, aliás, a sua capacidade de resistência?

Quantas são as vítimas de Chernobyl? Eis um desses filtros. A exatidão, ao segundo, que se encontra no registo da hora do acidente não mais terá paralelo com a imprecisão relativamente ao número de vítimas imputáveis ao acidente. O mesmo relativamente às suas consequências a longo prazo. O mesmo relativamente aos seus responsáveis. Chernobyl foi e permanece um acontecimento extraordinário. Tão extraordinário que se torna dúctil e manipulável.

Svetlana Alexievitch quis, por essa razão, livrar-se dos factos para encontrar, recolher e proteger os sentimentos que emergem na sequência do acidente. Quis encontrar, recolher e proteger os sentimentos que extravasam os factos. Quis encontrar, recolher e proteger os sentimentos dessa nova nação que é Chernobyl e dos seus velhos e novos habitantes e dos seus velhos e novos fantasmas que são os *chernobylitas*.

Haverá algum paralelo entre o acidente de Chernobyl e a queda da ponte Hintze Ribeiro? Será necessário que haja um evidente paralelo? O paralelo que me move é a importante lição contida no livro de S. Alexievitch, a saber, que qualquer desastre, natural ou tecnológico, deixa de si uma memória. Uma memória que pode adquirir diversas formas: ficar solidamente gravada no cimento de reconstruções, ecoar em leis e em práticas institucionais, perdida em ruínas, petrificada em monumentos de rememoração. Uma memória que pode, acima de tudo, ficar diferentemente inscrita

em corpos e em mentes. Sobre-se num dente-de-leão e veja-se como esse gesto, irreversível, dissemina as suas sementes. As *sementes do desastre* que me preocupou aqui conservar são as que se encontram em pessoas e, mais concretamente, nos familiares das vítimas da tragédia de Entre-os-Rios.

É esta, portanto, *uma* história oral da *Tragédia de Entre-os-Rios* e não *a* história oral da *Tragédia de Entre-os-Rios*. Uma história composta a partir de histórias contadas de modo vago, preciso, sofrido, contido, cauteloso ou intencional. Histórias que perduram e que se contam de modo diverso. No final, a soma dos excertos de entrevistas aqui coligidos não procura restituir o acontecimento na sua totalidade. Salienta, outrossim, as distintas memórias que despontam dos diversos micromundos, diria Michaël Pollak (1990), a partir dos quais o acontecimento é percecionado, a partir dos quais o desastre *fala* nos familiares das vítimas (Blanchot, 1980). Embora a solicitação dessas memórias em contexto de entrevista parta de um denominador comum — a *Tragédia de Entre-os-Rios* —, o resultado de cada entrevista, tal como as condições que estão na sua origem, revela deste somente um conhecimento restrito, situado e conjuntural, por um lado, e depende das condições que permitiram a sua comunicabilidade (Pollack, 2000), por outro. Em última análise, o objetivo não consiste em dar a ver o desastre como um todo cuja coerência possa ser reconstruída a partir de diferentes fragmentos, mas, outrossim, em procurar nesses fragmentos as matizes com que se constrói a memória autobiográfica do desastre (Kansteiner, 2002).

Independentemente da prática de governação de um território e de uma população afetados por um acontecimento extraordinário e para além do reforço da condição

de vítima, em razão da produção discricionária de exceção e da omissão do estatuto de vítima pelo Estado-perpetrador, existe o acontecimento extraordinário, as vítimas do acontecimento extraordinário em si e os familiares das vítimas do acontecimento extraordinário. Existe um acontecimento indelével.

Fácil é constatar que o enfoque desta tese privilegiou o modo como o Governo de António Guterres administrou/geriu o acontecimento extraordinário, ou seja, que a tese assumiu como objetivo central identificar e caracterizar a prática de governação de um território e de uma população afetados por um acontecimento extraordinário. O terreno revelou-se, todavia, fundamental na proposta de uma sociologia com desastres que desse conta da inscrição do acontecimento extraordinário numa temporalidade longa que correspondesse à longa temporalidade do desastre. De que modo?

Num primeiro momento, a queda parcial da ponte Hintze Ribeiro foi inscrita num contínuo temporal amplo e balizado por dois tempos abertos (*o tempo anterior ao desastre e o tempo do quase-silêncio do pós-desastre*). Esse contínuo, como se viu, forneceu a matéria para a apreensão da construção do esquecimento e da indiferença por parte do Estado em relação ao território e à população. O acontecimento extraordinário, por sua vez, forneceu a matéria para a sua construção como momento de rutura, de perturbação desse esquecimento e dessa indiferença. Nessa medida, o colapso da Hintze Ribeiro abriu um terceiro tempo, o *tempo do durante o desastre*, circunscrito ao momento da urgência¹⁶⁶, e que se revelou particularmente

¹⁶⁶ Para o território, diria que o *tempo do durante o desastre* se interrompe com a inauguração da Nova Ponte sobre o Rio Douro (2004). Para os familiares, diria que esse

apto para classificar e caracterizar a *prática governação de expiação* adotada pelo *Governo de exceção* e apreender as suas distintas materialidades para o Governo (demissões de exceção), para o território (compromissos materiais de exceção) e para os familiares das vítimas (direitos de exceção).

Este enfoque *top-down* permitiu atender, por um lado, ao estilhaçamento do *Estado de indiferença* em relação ao território e à população através da apreensão empírica da entrada em força do *Governo de exceção* de António Guterres no concelho de Castelo de Paiva e nas vidas dos familiares das vítimas. Por outro lado, permitiu atender ao paulatino regresso do *Estado de indiferença* e as suas distintas materialidades para o Estado (aprendizagem), para o território (fim/incumprimento dos compromissos materiais de exceção) e para os familiares das vítimas (esgotamento dos direitos de exceção).

Ao longo da tese, a par de outros informadores privilegiados, os familiares das vítimas foram sendo convocados, primeiro, no sentido de assinalar as perceções individuais relativamente às medidas governamentais de expiação adotadas em prol do território (compromissos materiais de exceção) e dos familiares das vítimas (direitos de exceção) e à sua progressiva exaustão (fim/incumprimento das materialidade de exceção e esgotamento dos direitos de exceção). O objetivo foi o de mostrar que território e familiares das vítimas não adotaram uma atitude passiva relativamente ao acontecimento extraordinário e à resposta governamental, ou seja, mostrar que território e familiares das vítimas — mais o primeiro do que os

tempo se interrompe com a inauguração do Memorial às Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios (2003).

segundos — procuram influenciar os contornos da prática expiatória do Governo de exceção. O alcance da agência de território e familiares das vítimas restringiu-se, todavia, ao tempo do durante o desastre, ao período da urgência, esgotando-se num movimento que acompanhou a progressiva despolitização do acontecimento e a progressiva reentrada de território e familiares das vítimas no esquecimento por parte do Estado de indiferença.

Em segundo lugar, os familiares das vítimas foram, ainda, sendo convocados no sentido de assinalar os efeitos sociais das medidas governamentais de expiação adotadas em prol do território e dos familiares das vítimas. Retomando as palavras de Rafael Filipe (2000) a propósito da ética da responsabilidade de Max Weber, o objetivo foi de mostrar que *do bem nem sempre sai o bem, nem do mal o mal*. Ou seja, que independentemente das intenções políticas subjacente à adoção de medidas de exceção para o território e para os familiares das vítimas, estas tiveram um efeito de desestabilização da organização social local e dos laços sociais locais. Exemplo disso, a crítica local à ausência de coerência estrutural nas reivindicações de Paulo Teixeira para o território e, exemplo mais nítido ainda, a substituição da compaixão pela inveja e o ressentimento provocada pelo processo indemnizatório do qual foram objeto os familiares das vítimas.

Em terceiro e último lugar, os familiares das vítimas foram sendo convocados no sentido de assinalar as expectativas a longo prazo relativamente às medidas governamentais de expiação adotadas em prol do território e dos familiares das vítimas. Expectativas que se podem condensar na ideia do valor do sacrifício das vítimas. Se, no tempo da urgência, foi possível associar ao sacrifício das vítimas a

ideia da sua compensação e reparação por via das promessas contidas nas medidas de exceção para o território e para os familiares das vítimas, a longo prazo, a interrupção e o incumprimento dessas promessas, veio demonstrar a vanidade, afinal, desse sacrifício.

A insistência no enfoque *top-down* pode, todavia, mascarar o facto de que, mais do que o estilhaçamento do *Estado de indiferença* e a entrada em força do *Governo de exceção* em Castelo de Paiva e nas vidas dos familiares das vítimas, o que a queda parcial da Hintze Ribeiro provocou foi um encontro: *o encontro do Estado com Castelo de Paiva e com os familiares das vítimas*.

No tempo anterior à queda parcial da Hintze Ribeiro, o contínuo temporal de indiferença do Estado em relação ao território e à sua população era, em certa medida, igualmente válido enquanto contínuo temporal de indiferença do território e da sua população em relação ao Estado. É evidente que o Estado nunca é *completamente ausente* de um qualquer território. A forma como a sua presença se manifesta é que se altera radicalmente por via do desastre. Basta pensar na presença assídua de representantes políticos e de membros do Governo em Castelo de Paiva. O encontro de figuras do Estado (Presidente da República, Primeiro-Ministro, Ministros, Secretários de Estado, etc.) com Castelo de Paiva e com os familiares das vítimas.

Significa isto que não é apenas o acontecimento que se pode qualificar de extraordinário, mas igualmente a presença avassaladora do território e da população para o Estado tanto quanto a presença avassaladora do Estado para o território e

para a população. O acontecimento extraordinário perturba, em suma, uma indiferença recíproca, dando origem a um objeto raro de encontro. Um momento de anulação das distâncias e de suspensão episódica do contínuo de indiferença, agora classificada como de recíproca. Um momento de copresença que não acontece sem fricção.

Nunca esta tese se fixou como objetivo refletir sobre o sofrimento, a morte, o trauma ou o luto, nas suas espessuras individuais ou sociais. Por essa razão, é legítimo que da sua leitura — e, principalmente, devido ao lugar enfático que ocupam o político, o mediático e o técnico — se possa desprender a sensação de que o acontecimento extraordinário, a queda parcial da ponte Hintze Ribeiro, é relevante acima de tudo pela demonstração de desestabilização do poder de que foi expressão, mais do que pela expressão de desapossamento de poder que tornou evidente ou, mesmo, pelo drama humano que provocou. O sofrimento, a morte, o trauma e o luto nunca estiveram, todavia, totalmente afastados da análise. Encontram-se presentes no político, no mediático e no técnico. Encontram-se presentes, acima de tudo, nos familiares das vítimas. E é nos familiares das vítimas que sofrimento, morte, trauma e luto cessam de poder ser estimadas como eventuais ‘problemáticas’ para emergirem na sua crueza, na sua *banalidade* quotidiana distante de qualquer expressão, representação, construção, quantificação, enaltecimento ou menosprezo.

Afirmar com Erving Goffman (2001: 87) que o colapso da Hintze Ribeiro pertence à categoria dos acontecimentos que têm um papel ativo na biografia dos indivíduos não faria jus à magnitude do impacto que o acontecimento representou na biografia

dos familiares das vítimas. O acontecimento extraordinário traça para estes uma linha forte de demarcação entre um antes e um depois. Assinala um momento de rutura. Por esta razão, e apesar de me inspirar no livro de Svetlana Alexievitch, é-me impossível livrar-me dos factos ou, pelo menos, do facto que esteve na origem dessa rutura na biografia dos familiares das vítimas: o momento irreversível em que o colapso do pilar P4 provoca o desabamento parcial do tabuleiro da Hintze Ribeiro e a morte de cinquenta e nove pessoas. O facto que esteve na origem de vários encontros, mas principalmente, do encontro com o Governo de exceção, num primeiro tempo, e com o regresso do Estado de indiferença, num segundo. O primeiro reforçando-lhes, no imediato e por expiação, a sua condição de vítima e o segundo negando-lhes, a longo prazo e por indiferença, o reconhecimento do seu estatuto de vítimas.

O sofrimento, a morte, o trauma e o luto, embora sem se assumirem como problemáticas em si, nunca andaram longe da sociologia com desastres aqui proposta. Nesta parte assumem, porém, o seu devido lugar, por um lado, enquanto filtros para a interpretação e, por outro, no que revelam do impossível regresso à normalidade para os familiares das vítimas na sequência do desastre. E no que revelam do impossível esquecimento.

Continuando a valer-me da inscrição do acontecimento extraordinário numa linha temporal longa, proponho uma organização das narrativas dos familiares das vítimas a partir de categorias intencionais que procuram dar conta da longa temporalidade do desastre nos familiares das vítimas. O objetivo é o de dar conta do modo como o desastre *habita e fala* nos familiares das vítimas, dar conta do encontro dos

familiares das vítimas com o Governo de exceção e dar conta das percepções dos familiares das vítimas relativamente ao Estado de indiferença *ante* como *post* desastre, ou seja, relativamente ao Estado de indiferença das causas do desastre e relativamente ao Estado de indiferença do esquecimento político do desastre. Um esquecimento necessariamente distinto do não-esquecimento dos familiares das vítimas.

A intencionalidade na escolha dos excertos manifesta-se, primeiro, no modo como são nomeadas e organizadas as categorias. Segundo, nos excertos de entrevistas escolhidos para cada uma das categorias. Finalmente, no modo como se procura estabelecer relações entre os diversos excertos dentro de cada categoria. No final, as categorias aqui retidas expõe as bases da construção teórica proposta a partir do caso de Entre-os-Rios e cuja solidez se foi salientando e reforçando com o trabalho empírico. Principalmente, na audição íntima das entrevistas e na combinação entre trabalho de terreno e construção de teoria, num vaivém permanente entre escuta atenta, compreensão e análise crítica (Kaufmann, 2008). Na sociologia com desastres aqui proposta a construção teórica, sempre aberta, é, deste modo, sempre tão forte quanto for forte o seu reflexo empírico.

I. Um acontecimento extraordinário

Neste ponto inicial, a organização dos excertos extraídos das narrativas dos familiares das vítimas obedece, primeiro, à abordagem do colapso parcial da Hintze Ribeiro. São excertos que revelam a perplexidade e o horror perante uma ponte que rui, uma consciência aguda de que o acontecimento não derivou de um acaso e a perda de confiança nas instituições governamentais que provocou. Excertos que falam, ainda, da angustiante incerteza do presente e da certeza futura de uma dor lancinante. Quanto tempo terá sido necessário para que o inarticulado sofrimento ganhasse a forma das narrativas surpreendentemente límpidas e estruturadas que hoje se encontram nos familiares das vítimas? Quanta partilha? Quanta partilha privada e quanta pública?

Incluo, em segundo lugar, as explicações causais avançadas pelos familiares das vítimas para tentar tornar inteligível o desastre e dar um significado à perda dos seus familiares. Nas narrativas dos familiares das vítimas ecoa o Estado de indiferença *ante* desastre. O que se constata, de facto, é a cristalização das causas em torno, por um lado, da fiscalização e manutenção de obras de arte (ampliada pelo *Especial Informação* da SIC e pela revelação das imagens da inspeção subaquática de 1986) e, por outro, da extração desregulada de areias no Douro, mais do que a atividade de extração de areias em si. Esta última, como se viu, é uma das principais responsáveis pela criação e manutenção de empregos diretos e indiretos a nível local e obedece, ademais, a uma lógica de organização que, apesar de perturbada pelo colapso da Hintze Ribeiro e de ter dado origem a um momento de encontro e de fricção, se revela extremamente resiliente. Regressa, pois, a perplexidade e o horror perante a incúria dos organismos estatais responsáveis pela fiscalização nestes domínios. O Estado aparece como o grande culpado e a principal instituição a quem cabe assumir a responsabilidade.¹⁶⁷ Se a prática de governação de expiação, com as suas

¹⁶⁷ O poder político aparece nas entrevistas identificado ao Estado e o Estado ao poder político. Um Estado/poder político de indiferença perturbado pelo desastre e que *força* o

inerentes materialidades, decorre de uma assunção política de responsabilidade pelo desastre, do ponto de vista dos familiares das vítimas esta em nada compensa ou repara a ausência de apuramento de culpados no âmbito do processo-crime.

Isento de culpa e de responsabilidade, bem como acima de qualquer suspeita, encontra-se o rio Douro. O rio, diria Alberto Caeiro, é apenas um rio.

Das pontes que caem

“Um acidente... [Hesita] A palavra acidente não corresponde àquilo que quero dizer. Foi uma tragédia, mas não foi um acidente no sentido de ter sido um acaso. Há culpados e, por isso, não é um acidente.” — Alberto Simões

“Haver um acidente com um autocarro e morrer toda a gente é uma coisa que não é normal. [Cair uma ponte também não é normal.] Exatamente. Até porque isso destrói os alicerces da confiança. Quando atravessamos uma ponte, temos de ter confiança de que foi bem feita e de que há alguém que cuida das coisas. Ali, pelos vistos, isso não acontecia. Daí que a confiança...” — Alberto Simões

“O processo inicial foi um processo de desnorte. As pessoas não tinham a noção clara do que se estava a passar. Muita falta de informação. Uma ansiedade crescente e, depois, a perceção de que, tendo os outros autocarros chegado, tinha de ser aquele [autocarro da excursão às amendoeiras em flor] o que tinha caído. Regressei

Governo à aproximação ao território e aos familiares. A perceção dos familiares das vítimas relativamente à baixa intensidade da exploração política da crise, por exemplo, aparece como uma evidência da responsabilidade pelo desastre atribuída difusamente ao Estado e ao poder político, mais do que ao concreto Governo de António Guterres.

a casa, onde toda a gente já estava à espera da notícia sem eu ter que confirmar absolutamente nada... A partir do momento em que não se consegue falar com ninguém daquele autocarro... Depois, foi uma direta a tentar falar com outros familiares para perceber o que se estava a passar, para conseguirmos obter respostas às nossas perguntas, sendo claro que não havia quem pudesse dar respostas. [Nessa noite foi a Entre-os-Rios?] Não. Só nos deslocamos a Entre-os-Rios na manhã de segunda-feira [o colapso da ponte dá-se no domingo]. Na manhã e bastante cedo. Mas já íamos com a noção clara de que não havia nada a fazer. Talvez dizer isso seja um bocado forçado. O que havia a fazer era assumir a realidade, o que, ao início, não aconteceu. Quando acontece uma coisa destas, a primeira reação é dizer que não é verdade, que uma coisa destas não acontece. Mesmo o autocarro podia sempre ser outro autocarro. [Silêncio] É tão inesperado. É um choque tão grande. Em segundos, tudo muda. Qualquer acidente é um choque, mas uma coisa desta dimensão não fazia sentido.” — Alberto Simões

“Era um terror! Toda a gente gritava. Era uma dor enorme. Nós nem tivemos forças para chegar ao pé do rio ou da ponte.” — Maria Figueira

“Como eram muitas famílias aqui desta zona [Freguesia da Raiva] só se ouvia gritos. Gritos. Uma coisa terrível. Chovia, chovia. Terrível.” — Pedro Ribeiro

“O momento mais difícil para mim foi quando comecei a chegar aqui à Raiva. Estava a chegar ao local da confirmação. Senti logo um desespero e comecei a chorar.” — Joana Vasconcelos

Das responsabilidades

“O rio não tem culpa nenhuma. Às vezes, quando estão aqueles dias chuvosos e o rio fica assim acastanhado, olho para o rio e lembro-me do percurso que a minha [familiar] fez. Ela passou ali [aponta para o rio]. Não tenho mágoa com o rio.” —

Isabel Correia

“A Entre-os-Rios foi um bocado penoso regressar... Hoje, já passo lá sem quaisquer problemas. A culpa não foi do rio. Quem deixou chegar a ponte onde chegou. Quem deixou chegar a ponte a esse ponto é que são os criminosos. Para mim, são uns criminosos.” — Isabel Correia

“Há coisas que não se podem provar mas sobre as quais há fortes suspeitas e que dão conta de que os areeiros tiveram um papel relevante na extração de areia, que isso levou ao descalçamento do pilar e à sua queda. Nunca se conseguiu provar isso, apesar de haver fotografias de areeiros a retirar areia ao pé da ponte. Apesar de eu próprio ter visto os areeiros a retirar areia e a não cumprirem a lei. Eles têm limites para a areia que levam e do que eu não me lembro é de eles cumprirem os limites! Existia, de facto, uma total impunidade nessa atividade da qual a própria Câmara Municipal beneficiava.” — Alberto Simões

“Há quem diga que os grandes culpados foram os areeiros mas não foram. Eles precisavam de uma licença para trabalhar e alguém tinha de lhes dar essa licença. Eles não têm culpa. Eles estavam a trabalhar e a dar emprego. Eu não culpo os areeiros, culpo os nossos políticos.” — Rui Lopes

“Eu não quero mal aos areeiros. Havia postos de trabalho em jogo... Os areeiros tiravam areia e quem devia fazer a fiscalização não ligava... A areia dá muito dinheiro e não digo mais nada. Os areeiros faziam o que queriam e o que lhes apetecia. Quando foi do julgamento calhou-nos um juiz que tinha quatro anos de magistrado. Esse juiz não tinha condições para tomar conta de um processo daquela natureza. Além disso, não conhecia o Douro. Conheceu o Douro já com a barragem. Se conhecesse o rio Douro daria mais valor ao que as pessoas diziam e teria visto que alguns areeiros foram culpados. Outra coisa que ainda hoje me admira é que depois de uma tragédia que vitimou cinquenta e nove pessoas, inclusivamente muitas crianças que não mereciam o que lhe sucedeu e que não chegaram a conhecer este mudo... [Chora] Foi preciso morrerem essas crianças para se fazer uma ponte nova! A seguir a essa ponte ainda fizeram outra! Agora há duas pontes novas à beira uma da outra e o que mais lamento é que tanto o Governo, como o Instituto de Navegabilidade do Douro, como a Polícia Marítima deixem estar um areeiro a laborar no meio das duas pontes. Como é que isso é possível?! Aconteceu uma tragédia... Aquele areeiro teria culpa? Não sei. Tiravam areia por arrastão? Tiravam. Iam para ao pé do pilar? Iam. Para mim foram eles que descalçaram o pilar. Eu não vou culpar quem estava lá a trabalhar, esses sós estavam a ganhar o pão. Eram mandados. Eu culpo é o Instituto de Navegabilidade do Douro que, muito antes da tragédia acontecer, deveria ter controlado aquilo!” — José Figueira

“Afinal... Eu já disse isto em Lisboa na televisão ao senhor Ministro da Justiça [António Costa] e volto a dizer: que tipo de inspeção foi feito? Quando cá vieram em janeiro que tipo de inspeção foi feito? Qual foi a inspeção que fizeram?

Atravessaram a ponte de um lado para o outro, foram comer uma lampreia, beber um bom tinto e abalaram para baixo para escrever nuns papéis que está ponte está boa e que não há problema. Só pode ter sido isto. Uma vistoria a uma ponte é uma coisa que deve ser feita em condições! Não é passar em cima dela e escrever uns papéis. Esses senhores foram uns ladrões! Não fizeram vistoria nenhuma!” — José Figueira

“Na altura o que mais me chocou foi aquele vídeo de 86 que a SIC mostrou... O vídeo da inspeção à ponte... Isso, para nós, foi revoltante. Quando vi aquelas imagens fiquei revoltadíssima. Via-se claramente que a ponte estava degradada.” — Joana Vasconcelos

“Eu creio que o culpado principal é o Estado devido à incúria em relação à manutenção da segurança de uma ponte que tinha largos anos. Foi culpado por não perceber os riscos que existiam, por um lado, e, por outro, por não ter fiscalizado como o deveria ter feito a extração ilegal de areias. É certo que, na minha opinião, houve extração ilegal de areias que ajudou a descalçar o pilar, mas seria abusivo dizer que o Estado está isento de culpas e que só quem prevaricou é que tem culpa. Não. O Estado nunca fiscalizou a extração de inertes e a fiscalização da ponte, que existiu, nunca teve as consequências que deveria ter tido. Já havia relatórios que alertavam para os riscos e esses nunca foram acautelados. Por isso, o Estado é o principal culpado e partilha essa culpa com os areeiros, que beneficiaram da extração ilegal de areias e da permissividade do Estado para o fazer.” — Alberto Simões

“O maior culpado é o Governo! Então se em 86 já havia um relatório... Eles tinham uma ponte nova mas estava na gaveta por causa das politiquices! Culpados havia muitos mas, olhe, a culpa morreu solteira.” — José Figueira

II. No tempo do desastre

Neste extenso ponto é questão, primeiro, da comunicação social em si e da percepção dos familiares das vítimas relativamente à influência fulcral da mediatização do acontecimento no enquadramento da injustiça e na característica expiatória da prática de governação assumida pelo Governo para lidar com o desastre. Embora criticável, a cobertura noticiosa da tragédia de Entre-os-Rios foi fundamental, por um lado, para a construção de Castelo de Paiva como um concelho e de uma população esquecidos por parte do poder central e, por outro, para amplificar o poder interpelativo do sofrimento e da morte. O que surpreende nas entrevistas é a consciência por parte dos familiares das vítimas do modo como o principal resultado da prática expiatória do Governo foi efetivamente a produção de exceção e, mais do que isso, a consciência do alcance limitado deste tipo de prática de governação tanto quanto das exceções que produziu. Como disse na nota introdutória a esta parte, o colapso parcial da Hintze Ribeiro proporciona um momento raro de encontros, um momento de copresença que não acontece sem fricção. É certo que a comunicação social hiperboliza ao mesmo tempo que transpõe para o espaço nacional, e mesmo internacional, o sofrimento e a morte, mas o encontro só é possível na copresença tal como a indiferença só é possível na co-ausência. Neste ponto encontram-se várias pistas para interpretar a avaliação dos familiares das vítimas quanto às ações e reações dos representantes políticos durante o desastre, ou seja, para compreender o impacto do sofrimento e da morte no político.

Em segundo lugar, é abordado o significado conferido pelos familiares das vítimas à presença e à ausência dos corpos dos seus familiares, ou seja, ao resgate e ao não resgate dos corpos ao cabo das operações de busca. O significado dessas ausências e dessas presenças é abordado tanto sua vivência individual quanto na sua experiência no seio de uma *comunidade de vítimas* cuja diferenciação entre os seus membros começa, desde logo, na *sorte* ou no *azar* dos corpos terem sido resgatados. A importância desta questão revela, por um

lado, o sentido pleno da necessidade de uma sociologia atenta ao tempo longo do desastre, na medida em que a ausência dos corpos prolonga a presença do desastre. E, por outro, a centralidade do cumprimento/incumprimento dos rituais fúnebres para os familiares das vítimas. Se, de resto, se pensar cruamente na desfiguração à qual são sujeitos os corpos nas mortes por afogamento, compreende-se melhor o porquê de um funeral suplantar em muito o pavor da incerteza para se lidar com a perda. A incerteza do destino dos corpos a impedir, não o encerramento, mas a própria realização dos rituais fúnebres.¹⁶⁸ Neste ponto aparecem algumas pistas, retomadas no ponto seguinte, que ajudam a compreender *o que quebra e como se resiste* a um acontecimento potencialmente traumático, que ajudam a compreender as estratégias de *coping* encontradas e desenvolvidas, individual ou coletivamente, pelos familiares das vítimas para lidar no imediato e a longo prazo com a perda e com a não-confirmação da perda. Estratégias que se jogam, materialmente, na tensão entre o espaço tradicional do cemitério e o espaço inédito e controverso do Memorial às Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios.

É, assim, questão, em terceiro lugar, do apoio psicológico (na fase aguda e pós-desastre) e, principalmente, das formas individuais encontradas pelos familiares das vítimas para lidar com um acontecimento potencialmente traumático. Apesar de se encontrar uma tenda montada no local do desastre

¹⁶⁸ Como lembra Moisés de Lemos Martins (2013: 129): “Quando nos debruçamos sobre os mitos, os ritos, a iconografia e as crenças que temos a respeito do corpo morto, é de uma homenagem ao morto que falamos. Ou seja, do que se trata, sempre, é do cerimonial indispensável a garantir ao morto um futuro post mortem, um futuro que lhe permita escapar ao nada. Mas a sua função principal é de ordem terapêutica. Se não curativa, sem dúvida paliativa, ou melhor, reconfortante. Através do simbólico, procuramos curar, ou então prevenir a angústia dos sobreviventes, dos ainda vivos, que deste modo se reconfortam e negociam o sem sentido da morte.” Como negociar o sem sentido da morte sem um corpo para velar, sem um corpo para sepultar, sem rituais para cumprir? No estudo *Ausência de cadáver enquanto factor de risco para o luto complicado: O caso da tragédia de Entre-os-Rios*, Lúcia Ferreira (2012), numa amostra de vinte familiares diretos das vítimas em que pelo menos um dos corpos não apareceu, constatou que 90% dos familiares afirmam que teria sido importante encontrar os corpos para conseguirem refazer as suas vidas.

(Anexo 11), durante a fase aguda da urgência, os familiares procuram nesta primordialmente informação sobre as operações de busca e resgate dos seus familiares e não apoio psicológico devido à perda de familiares. A tenda no local cumpre uma função simbólica cujo alcance não se restringe exclusivamente a essa função em grande parte devido às equipas de rua que procuram os familiares das vítimas nos seus domicílios. Do apoio médico à religião passando pela Associação dos Familiares das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios (AFVTER), o que se encontra nos familiares das vítimas é a utilização de uma gama variada de recursos para lidar com e responder ao acontecimento (Bonano, 2014). Na sequência do colapso parcial da Hintze Ribeiro, os familiares das vítimas descobriram que, perante um acontecimento desta natureza, podem e devem ser sujeitos de direitos que incluem uma intervenção médica especializada, profissional, uma intervenção condigna da sua dor. Há, todavia, um elemento que continua a provocar perplexidade e indignação e que se prende com a dificuldade em assegurar a intervenção médica profissional a longo prazo. Finalmente, neste ponto encontram-se igualmente pistas para compreender a emergência da AFVTER¹⁶⁹ que aparece como uma força de resistência. Resistência que diz aqui respeito, não apenas à força avassaladora do acontecimento, mas igualmente a uma apropriação alheia do sofrimento e da morte dos familiares das vítimas e ao monopólio do poder local na negociação do impacto do sofrimento e da morte no político. A resistência faz-se aqui através do reconhecimento da importância da mobilização e da associação para a reivindicação de direitos e interesses próprios, ou seja, para a imposição de uma agenda própria aos familiares das vítimas.

A percepção dos familiares das vítimas relativamente aos representantes políticos presentes em Castelo de Paiva durante o desastre, abordada em quarto lugar, coaduna-se com uma imagem depreciativa dos políticos que salienta características generalizadas como o oportunismo, a desonestidade, o

¹⁶⁹ A AFVTER é, hoje, uma IPSS, um centro de acolhimento temporário para crianças e jovens em risco — “Crescer a cores” — inaugurado em fevereiro de 2009.

fingimento, a impunidade e a arrogância. Características que se acentuam em virtude da distância e que parecem sofrer poucas alterações em razão da proximidade forçada. É nesse carácter *forçado* da proximidade que se deve procurar a chave para a interpretação das representações dos familiares das vítimas *vis-à-vis* dos políticos. Na origem do encontro entre Governo e familiares das vítimas encontra-se um desastre que resultou num número elevado de vítimas mortais e que estabelece uma relação tensa e excepcional entre Estado penitente-pessoas sofredoras ao invés de uma relação *normal* entre Estado de Direito-cidadãos lesados. O Estado manifesta a sua força na capacidade de produzir exceção, ampliando e reforçando, nessa prática, a distância ao poder e o desapossamento de poder.

Relativamente aos representantes políticos também aqui existe um elemento transversal a todas as entrevistas que continua a provocar perplexidade e indignação: a declaração de Jorge Coelho de que a culpa não iria morrer solteira. Do ponto de vista dos familiares das vítimas tal equivale a uma promessa de que os culpados pelo desastre iriam ser encontrados e castigados, fossem eles funcionários técnicos ou políticos profissionais. A demissão de Jorge Coelho, interpretada por muitos como um gesto de grande dignidade, aparece aos olhos dos familiares das vítimas com um ato de deserção, como um gesto que não encontra correspondência nas eloquentes palavras proferidas pelo ministro mas que se coaduna com uma certa imagem dos políticos. Fora da esfera na qual os políticos profissionais circulam, os seus gestos podem ser interpretados diferentemente. É aqui que se encontra a irrupção do social. É aqui que se manifestam as fricções.

É questão, em quinto e último lugar, do processo-crime. Este último aspeto é particularmente importante na medida em que os excertos dão adequadamente conta de várias tensões. A ausência de consenso relativamente ao envolvimento dos familiares das vítimas no processo-crime em si e a estranheza inerente ao próprio sistema judicial (do seu vocabulário às suas práticas), por exemplo. Mas igualmente, e isso é importante, a tenacidade e a determinação necessárias para assegurar a continuidade do envolvimento dos familiares das

vítimas num processo complexo e carregado de minuciosidades técnicas (os meios de prova, por exemplo) e, principalmente, de implicações políticas. O que une os familiares das vítimas é a experiência comum de um acontecimento extraordinário. Esta união é, todavia, tão volátil quanto são diversas as vivências individuais do acontecimento extraordinário. No final, a percepção dos familiares das vítimas relativamente ao processo-crime oscila entre uma visão positiva do processo-crime como uma vitória pelo simples facto de ter acontecido e uma outra, mais negativa ou realista, do processo-crime como uma derrota expectável tendo em conta os arguidos e o sentimento de que o poder político goza de uma impunidade inexpugnável. A desilusão dos familiares das vítimas relativamente ao processo-crime deriva, deste modo, do desfasamento entre a reparação *por exceção do ser individual* que não encontra correspondência numa reparação *por regra do ser social*.¹⁷⁰

Da sombra e da luz, do longe e do perto

“Do ponto de vista jornalístico, eu acho que foi dos espetáculos mais degradantes a que se assistiu em Portugal. Foi realmente a transposição metafórica daquela imagem das aves necrófagas que, ainda antes dos animais morrerem, andam a pairar para ver quando é que morrem. Foi um pouco essa imagem. Os abutres, não é? Foi um pouco essa a imagem com que fiquei e creio que é também a imagem que muita gente tem em relação à comunicação social. Mas lá está. Também aqui é uma questão de falta de preparação. Não há história, não é normal no nosso país haver

¹⁷⁰ Retomo aqui as palavras da advogada Stella Bisseuil, representante da Associação das Famílias Enlutadas — AZF Toulouse (*Association des Familles Endeuillées — AZF Toulouse*) no processo judicial aberto na sequência da explosão na fábrica AZF (fábrica de azoto e fertilizantes do grupo TOTAL), em Toulouse (França), que, para além de danos elevados materiais, resultou em 31 mortes e cerca de 20 000 feridos. Palavras essas proferidas no âmbito do colóquio internacional Narrativas de Trauma: Vítimas, vivências e processos, organizado pelo Observatório do Risco do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e que decorreu na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra nos dias 19 e 20 de junho de 2014.

uma situação daquelas. [...] Normalmente, quando há um acidente qualquer, está nas notícias um ou dois dias. Ali, foi uma enormidade de dias sempre com novidades, com especulação, com reportagens... É uma situação que não é normal e os *media* não estiveram à altura... Do ponto de vista do resguardo das famílias... Eu acho que muitas famílias se sentiram usadas pelos jornalistas, pela imagem que passou das pessoas. Não foi só serem usadas, mas foi aquela perspectiva da malta atrasada e tal. [O concelho-mártir?] Exatamente. E eu acho que o Paulo Teixeira, aí, ajudou a construir essa imagem. Essa é uma das críticas que lhe faço. Eu acho que ele gostava disso e que foi verdadeiramente a imagem que, inicialmente, ele quis passar. Depois, tenho a sensação de que se arrependeu, mas foi essa a imagem que ele deu. Até porque ele tem jeito para isso. Do ponto de vista político ele fez isso várias vezes: a ideia da vítima.” — Alberto Simões

“Enquanto os holofotes estiveram apontados para Castelo de Paiva tudo acontecia. Era um corrupio de ministros, secretários de Estado, deputados, tudo o que era político aparecia e as coisas, nesse espaço de tempo, aconteceram. Um mês e meio depois, quando os holofotes se apagaram, tudo foi esquecido. Castelo de Paiva foi esquecido.” — Tiago Santos

Dos corpos ausentes e dos corpos presentes

“Nós, nem os sete palmos de terra temos seguros.” — Luísa Silva

“[O corpo do seu familiar foi resgatado?] Não. Foi um dos corpos que não apareceu. [E isso teve implicações? Teria sido mais fácil para si se o corpo tivesse aparecido?]

Eu creio que sim... Sinceramente, eu creio que sim. Não falo tanto por mim... Claro que o problema nunca ficaria resolvido. O problema era querer que ele estivesse vivo. Pessoalmente, nunca tive essa ligação aos corpos. Mas, olhando para a minha família e para as outras famílias, acredito que sim. O facto de terem aparecido alguns corpos deu descanso a algumas famílias e o facto de não terem aparecido outros teve um impacto negativo. Veio agudizar um processo que, já de si, não era fácil. [...] Não apareceu o corpo e creio que isso foi algo que martirizou a minha família nos anos seguintes e não nos meses seguintes.” — Alberto Simões

“Não há luto... Uma pessoa está sempre... Nós vimo-lo a sair e nunca mais entrou e não sabemos mais nada dele. Tenho a recordação da roupa que ele levou e, hoje, se a visse, ainda saberia. Mas nunca mais o vimos, nunca mais houve um encontro com ele. Não apareceu. [Era importante que tivesse aparecido.] Claro que era importante. Se ele tivesse aparecido saberíamos onde é que ele está. Assim, pode estar perto, pode estar longe, pode ter ido para o mar... Não sabemos nada, mais nada.” — Carla Pinto

“Quando apareceu o autocarro foi uma desilusão enorme. Nós tínhamos a esperança que estivessem lá os corpos. Mas, pronto, a força da água era enorme. A minha mulher, ainda hoje, não come peixe do rio. Tem sempre... A minha cunhada não entra num autocarro... Foi muito complicado.” — Pedro Ribeiro

“Eu, às vezes, pergunto-me se eles não estarão ali [aponta para o rio]. Se não estarão aqui tão pertinho e não lhes conseguimos deitar a mão.” — Luísa Silva

“Tínhamos de apoiar as pessoas que tiveram a sorte de ver os familiares chegarem... Tiveram sorte... Nós, aqui, temos o culto dos mortos muito bem definido. A pessoa morre e fica ali e nós sabemos que está ali.” — Luísa Silva

“Para quem os corpos apareceram foi bom. A tristeza nunca se perde. A tristeza fica sempre gravada mas, por outro lado, há o alívio de poder ir ao cemitério e saber que eles estão ali. Aqueles que não apareceram... Fica sempre a mágoa. Sempre. Ficamos sempre a pensar sobre onde é que eles estarão.” — Maria Figueira

“Foram oito dias de angústia, oito dias de correria constante para o rio... Eu não me sentia bem em casa porque achava que a minha [familiar] ia aparecer ali. A partir daí... Eu não sei se esta será a forma mais correta de dizer isto mas, depois de uma tristeza tão grande, foi uma alegria tê-la recuperado... Saber que a tenho... Que tenho um sítio onde posso pôr umas flores e umas velas. Para mim foi um alívio muito grande a minha [familiar] ter aparecido.” — Isabel Correia

“Nós temos uma cultura que dá muita importância ao funeral. O nosso familiar morre, há um período de velório, que pode ser de um dia ou de uma noite, e, no fim, há o enterro. O enterro é o momento da confirmação da morte. A partir daí podemos começar a lidar com as coisas. Aqui, o tempo de velório foi muito longo... Eu recordo-me que, quando apareceu a [familiar] da Isabel [Correia], a minha irmã ter dito: ‘Que sorte!’. E eu disse a mesma coisa até pensar no quanto isto era ridículo. A [familiar] dela morreu... Mas o sentimento era esse. Aparecer um familiar era uma sorte. Já não era a morte, era a necessidade de ter um corpo. Claro que estar um mês ou dois à espera de um corpo faz-nos viver um momento, que

seria de um dia ou de uma noite, como nunca mais acabando...” — Joana Vasconcelos

“Fomos, então, ao Instituto de Medicina Legal. Não vimos o corpo, e nem isso interessava depois de tanto tempo, e a minha mulher reconheceu-o pelas botas. O corpo depois veio e foi feito o funeral cá. O outro [familiar] não apareceu. [Fizeram alguma cerimónia para ele?] Fizemos uma cerimónia muito simples. Pusemos algumas coisas dele numa caixinha e colocámos na sepultura onde já estava o [familiar]. Depois, pusemos uma placa junto à placa do [familiar] que apareceu, assim em mais pequenino, junto ao nome do [familiar]. Isso quer dizer que está lá mas que não está mesmo lá.” — Pedro Ribeiro

“Foi muito importante recuperar o meu [familiar]. Estive sempre ao lado dos familiares mas, principalmente, daqueles a quem não apareceu a família.” — Rui Lopes

[O corpo do seu familiar foi resgatado?] Foi. [Foi importante?] Claro que sim. Apesar de... Foi muito importante... Eu acho que... Se os corpos deles apareceram e já é muito difícil... Ao sábado vou sempre ao cemitério e às vezes também vou durante a semana três ou quatro vezes... Vou muitas vezes ao cemitério... Com os meus irmãos é diferente. Não sei, acho que é a maneira deles, os meus irmãos não se aproximam muito de cemitérios. Se calhar é a maneira deles... Eles falam da [familiar] mas só vão ao cemitério de vezes em quando. Sou a única que vai sempre ao cemitério. Eu sinto-me bem lá no cemitério. Às vezes vou lá, limpo a campa, estou lá um bocadinho e venho para cima. Ao cabo destes anos todos continuo

assim. [...] Eu vou mais depressa ao cemitério do que à ponte e ao monumento. Eu sei que ela está ali... [...] Quer para nós, quer para todos os familiares, foi muito difícil. Acho que deve ser muito mais difícil para quem os corpos não apareceram. Eles vão ao cemitério... É complicado. [...] Se a minha [familiar] não tivesse aparecido eu não iria tantas vezes ao cemitério. Ia ao sítio onde ela ficou. Ela até podia não estar lá, até podia estar longe mas foi o sítio onde ela morreu e era lá que eu ia assear. Se a minha [familiar] não tivesse aparecido... Se a minha [familiar] não tivesse aparecido eu não iria ali ao cemitério, tenho a certeza que não ia. Mesmo se tivessem lá posto uma fotografia. A minha ida seria a Entre-os-Rios... Se morreu lá... Ela até podia não estar lá, mas era o sítio onde ela morreu e, então, passava a ser o sítio.” — Andreia Oliveira

“Eu gosto muito de ir ao cemitério conversar com a minha [familiar] como se ela lá estivesse. Vale o que vale mas eu gosto. Se estiver sozinha, converso com ela. Ela não me responde mas pronto.” — Isabel Correia

“O cemitério fazia-me muita impressão. Agora já não. É a nossa casa eterna, não é? Temos lá uma sepultura preparadinha. Aqui na Terra não temos nada. Nada.” — Rui Lopes

“Vou-lhe dizer uma coisa: aquela ponte destruiu a minha vida familiar. Nunca mais voltou a ser a mesma coisa. Eu fiquei muito doente... Estragou a vida de muita gente... Ainda se aparecessem! Para mim foi muito doloroso. É por isso que vou para lá para o monumento. As pessoas dizem-me para não ir, que ainda não fiz o luto, mas lá sinto-me bem. Levo flores, converso com as pessoas... É que tem ido

muita gente, sabe, e eu agradeço a essas pessoas que têm lá ido. Se as pessoas vão é, realmente, porque têm consideração por quem faleceu e isso deixa-me contente. Quem faleceu não merecia... Principalmente aquelas crianças que tiveram a morte que tiveram... [Chora] É doloroso... É muito doloroso mas o que é que a gente há de fazer...” — Maria Figueira

“[Perante a ausência de corpo, o memorial é relevante?] Não. Eu acredito que seja importante para algumas famílias mas para a minha não é. O monumento aparece num momento em que... A minha perspetiva e a perspetiva da minha família é um bocado diferente da perspetiva da maioria das outras famílias. Para as outras famílias... A maior parte delas é extremamente conservadora e tem uma visão do monumento como um espaço de escape. A minha família não tem. Até porque o monumento e o processo que levou à construção do monumento, de certa forma, represente a desistência de lutar pela justiça por aqueles que desapareceram. Isso, para nós, é que era o mais relevante. [O monumento encerrava o caso?] Exatamente.” — Alberto Simões

“[Costuma ir ao Memorial às Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios?] Vou lá várias vezes. [E ao cemitério?] Ao cemitério vou todos os oito dias e, às vezes, também vou durante a semana. [Vai mais vezes ao cemitério.] Sim, vou mais ao cemitério. É lá que está o meu [familiar], não é? No monumento estão alguns amigos, alguns familiares... Eu tenho alguns familiares a quem custa ir ao monumento. Alguns, nunca lá puseram os pés... Eles não estão lá! Eles não estão lá! Estão lá fotografias e mais nada! Eles não estão lá! Sabe-se lá onde é que eles estão...” — Rui Lopes

“[O Memorial] é uma coisa sem jeito nenhum. É um sítio frio e feio. É frio! É feio! É frio e feio. Não gosto daquele sítio. Acho que deviam ter feito uma coisa mais acolhedora, mais pequena... Eu não gosto de ir lá. Mas não critico quem vai. Talvez por ter a minha [familiar] no cemitério e de lá ir todos os fins-de-semana. Se calhar se não a tivesse... Se calhar ia... tendo a minha [familiar], não gosto.” — Isabel Correia

Do que quebra e de como se resiste

“[A propósito do acompanhamento das operações de busca e resgate] Eu estava sempre com aquela de que o corpo [do familiar] ia a aparecer. [Estavam outros familiares a acompanhar as operações consigo?] Sim, todas as pessoas que estavam à espera que os seus corpos aparecessem. Encontrávamo-nos todos lá. Estivemos lá até à última, até nos dizerem que mais nenhum corpo ia aparecer.” — André Pinto

“Eu acho que tivemos mais [apoio psicológico] do que é normal receber cá em Portugal. Fomos um bocadinho as cobaias... Mas acho que se pode fazer muito mais...” — Joana Vasconcelos

“Na altura, acho que tivemos apoio [psicológico] suficiente. Depois é que acho que se afastaram rapidamente de mais.” — Isabel Correia

“Muitas pessoas não queriam perceber que precisavam de ajuda [psicológica] e o Estado fugia de nós. Nós é que tínhamos de ir atrás das instituições. Conseguimos manter o apoio [psicológico] em Castelo Paiva durante dois ou três anos mas, a

dada altura, percebi que começava a ser uma batalha perdida. Para mim não porque eu sempre exigi ao Estado esse direito de ser acompanhado e fui acompanhado! Mas houve muitos familiares que não o foram quando tinham essa necessidade. Nisso, o Estado demite-se claramente.” — Carlos Andrade

“Nunca quis medicamentos. No dia cinco de março apareceu o médico de família lá em casa para perguntar se era preciso alguma coisa e eu disse-lhe: ‘Senhor doutor, eu não quero nada de medicamentos, quero ver e ouvir, quero estar lúcida o suficiente para saber o que aconteceu e como aconteceu. Eu quero ver as coisas como elas são. Eu quero a realidade nua e crua’. [...] Sofria muito mas queria ver as coisas como realmente elas eram.” — Luísa Silva

“Eu tomei muita medicação e tive de ter muita força de vontade para deixar a medicação. Sentia-me um robô. Não me sentia mulher. Não me sentia mãe. E chegou uma altura em que tive de dizer chega!” — Isabel Correia

“Eles [Equipa de apoio psicológico] andavam aí a fazer o trabalho. Mas eu não quis. Cismei que haveria de sofrer tanto quanto o meu [familiar] sofreu para morrer. O que ele deve ter sofrido... Nem imagino! Para ele não estar dentro do carro é porque teve tempo... Foi o carro que apareceu mais longe da ponte, por isso, deve ter vindo a boiar até cá baixo. Depois, ele, ali, a ver-se na água no meio daquela escuridão... Apareceram a carteira e os documentos mas ele não estava lá. Estava roupa, tudo, mas ele não estava lá.” — Carla Pinto

“Na altura revoltei-me muito contra a Igreja e afastei-me muito. Hoje em dia já encaro as coisas de outra maneira, mas naquela altura... Talvez por terem sido tudo pessoas tão ligadas à Igreja tivesse achado que não eram merecedoras daquilo que lhes tinha acontecido. Fiquei muito revoltada... Fiquei um bocadinho triste com Deus... Agora é diferente.” — Isabel Correia

“No início, conseguia suportar melhor a falta da minha [familiar] na Igreja do que dentro de casa. A Igreja era um local... Ela adorava a Igreja, ela adorava o grupo coral, a Igreja para ela... Eu entrava na Igreja e...” — Isabel Correia

“Todos os valores que a minha [familiar] me inculcou... A religião ajudou-me muito a superar o acontecimento. O facto de acreditar que há vida para além da morte... A minha [familiar] era uma pessoa muito boa, era sensível e conselheira... O facto de acreditar que ela não tinha morrido ajudou-me. Ajudou-me poder falar com ela e poder contar-lhe coisas. Não tenho dúvidas que ela está bem. Era uma pessoa muito crente e muito boa. A religião ajudou-me muito. Acreditar ajudou-me. Nós precisamos de acreditar. Se a vida acaba aqui não tem sentido.” — Joana Vasconcelos

“Nós, desde o dia da tragédia até ao dia 01 de maio, rezávamos o terço em minha casa. Depois, em maio, passamos para a Igreja, mas até lá foi sempre aqui em casa com toda a gente. Quando morre alguém as pessoas juntam-se nessa casa. Como não temos capela mortuária faz-se o velório em casa das pessoas. Nós não tínhamos os corpos mas fizemos o velório na mesma. Pusemos as fotografias dos nossos familiares numa mesa com uma vela e, depois, por iniciativa nossa, como a minha

[familiar] era muito religiosa, íamos rezando o terço. Ao fim da tarde, estávamos todos aqui a rezar o terço. Os meus irmãos, os vizinhos, estávamos todos unidos para rezar o terço.” — Joana Vasconcelos

“[Na altura tomou alguma coisa para dormir ou assim?] Na altura, a minha vida era ir para a cama e rezar. Quando a ponte caiu, ia para a cama e começava a rezar o terço, adormecia e, quando acordava outra vez, voltava a rezar e voltava a adormecer. Foi assim que fui passando.” — Carla Pinto

“Rapidamente percebemos que só unidos poderíamos ter alguma força e rapidamente percebemos que as instituições não percebiam as necessidades dos familiares. As nossas reuniões [da AFVTER] eram muito gratificantes porque as pessoas falavam, desabafavam, exprimiam-se e trocavam experiências. Era uma forma de terapia que era importante para nós. Depois, havia a questão das reivindicações, reivindicações que eram só nossas.” — Carlos Andrade

Dos políticos

“Quanto aos políticos eu nem sei muito bem avaliar. É o normal!” — Luísa Silva

“O poder político, na altura, também ficou caladinho porque também lhe tocava. Não era só o Governo daquela época!” — Luísa Silva

“Claro que eles [políticos] andaram todos aí a correr! Mas já não valia de nada. Devia ter sido antes! Se calhar estavam fartos de saber como é que a ponte estava.

Depois de ela cair, andaram todos aí a correr, mas já não havia nada a fazer. Claro que, depois de ela cair, já havia dinheiro para fazer duas pontes. Se tivessem arranjado a ponte antes de ela cair... Mas não! Fizeram foi duas pontes logo de seguida! Depois já havia dinheiro para pontes, estradas e todas essas coisas. Mas foi só nessa altura. Agora, se calhar, já se esqueceu.” — Carla Pinto

“Houve muita lágrima falsa. Eu sei que é o papel dos políticos. Eu sei que só lhes fica bem, mas... Lágrimas falsas... Não gosto de pessoas com lágrimas falsas. Chorar é quando se sofre e não quando se percebe que está uma câmara a filmar.” — Isabel Correia

[Quando cheguei ao local] reagi com alguma emoção e caí em cima do Presidente da Câmara. É lógico que tem de haver culpados e era sobre as pessoas que estavam sempre na televisão que íamos cair. Claro que eles fizeram o papel deles. São políticos e têm de estar sempre a trabalhar para a imagem. Fizeram o papel deles. Se calhar os menos espertos foram aqueles que não souberam usufruir do momento.” — Joana Vasconcelos

“Esses aí [políticos nacionais], na altura, preferi nem enfrentá-los. Na altura, tinha uma revolta. Não sei de que lado está a culpa, mas não está de certeza em nenhum dos pequenos daqui. Por isso, é como lhe digo, esses aí... Acho que até veio um desses a um funeral, mas eu nem os podia ver... Só tinha era revolta contra eles.” — Andreia Oliveira

“[A propósito dos representantes políticos.] Portaram-se muito mal! Disseram-nos que a culpa não ia morrer solteira e lá ficou solteira. Não fizeram o que deviam ter feito. Sabe, nós somos pobres e o dinheiro vale muito. O senhor... aquele ministro... já não me lembro do nome dele... [O Jorge Coelho?] Esse. O Jorge Coelho sabia perfeitamente que era culpado. Os outros vieram aqui e todos se lamentavam muito, todos se lamentavam e todos se tentavam esquivar.” — José Figueira

“A minha maior motivação [para se envolver na AFVTER], para ser sincero, foi, quando vou à zona da tragédia dois dias depois, perceber a grande injustiça que foi a morte dos meus familiares. Isso deu-me uma grande revolta. [...] Que Estado é este? Que país é este que é capaz de deixar que isto aconteça? Que precisa que morra tanta gente para fazer alguma coisa? Depois, foi também ver alguns políticos que, mesmo perante uma tragédia, continuam a ser capazes de ter determinados comportamentos... São desumanos. Eu pensei: ‘Isto não fica assim. Vou fazer todos os possíveis para que isto não caia em saco roto. Vou fazer tudo!’. Eu tinha o dever de dignificar a morte dos meus familiares. Os responsáveis tinham de ser punidos!” — Carlos Andrade

“Eu estava convencido que não precisava [de apoio psicológico] até que acabei por cair. Passados dois ou três meses fiquei parado. Não me queria mexer, não queria fazer nada. Só queria que se resolvesse a situação dos culpados. Na altura, o Jorge Coelho disse que a culpa não podia morrer solteira e acabou por abandonar o barco. Não gostei! Quando alguém diz uma coisa destas tem de ir até ao fim. Isso criou-me uma grande revolta... Fui-me muito abaixo...” — Rui Lopes

Da justiça

“[Acompanhou o processo-crime?] Acompanhei até ao momento que percebi que aquilo não ia dar nada. A partir de um dado momento, percebi que a culpa estava a caminho de morrer solteira. Muito porque se começou a envolver técnicos sem nunca chegar aos areiros nem se investigar a corrupção” — Alberto Simões

“O Estado respondeu àquilo que o Paulo Teixeira mostrou nessa altura... E, de certa forma, as famílias também permitiram. Esse é que é o problema! As pessoas não queriam... Muitos daqueles familiares não são pessoas com uma perspetiva muito diferente do que a do Paulo Teixeira. De facto, muitas gostaram que sentissem pena delas porque elas próprias sentiam pena de si mesmas. A ideia de que ‘vamos deixar os mortos’ é uma ideia de comiseração. É a ideia de ‘deixem-nos em paz com a nossa dor’. Isso foi aquilo que muitas famílias sentiram. A Associação dos Familiares [das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios], até um pouco contra o sentimento das pessoas, foi insistindo com o processo-crime. Mas isso foi um pouco contra o sentimento geral do tecido que compunha a associação. E isso muito graças ao Horácio [Moreira], que era o antigo Presidente da Associação. Mesmo não concordando com tudo o que ele fez, reconheço que teve a capacidade de puxar no sentido da justiça. Mas, de facto, muitas das famílias não tinham essa perspetiva. Lembro-me de algumas discussões iniciais em que havia pessoas — por isso é que cortei com aquilo [AFVTER] — que não queriam saber dos culpados. O ministro [Jorge Coelho] já se tinha demitido e, por isso, não queriam saber se havia ou não culpados. [...] Havia pessoas, pessoas genuinamente boas, que ficaram cansadas de

todo aquele processo [Processo-crime] e quiseram ser deixadas em paz, outras que queriam o processo e outras que gostaram de ser os coitadinhos.” — Alberto Simões

“Atenção que para algumas famílias não era relevante ter qualquer tipo de justiça. [...] O facto é que para algumas famílias não era relevante encontrar os culpados. O que queriam era... Eu lembro-me de dizerem que o que queriam era que, agora, se deixassem em paz aqueles que morreram. Está certo. Era a perspetiva deles mas não era a nossa e por isso é que a Associação dos Familiares [das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios] não me diz nada, absolutamente nada. De certa forma, conhecendo as coisas como conheço, até me repugna. Na prática foi um escape para não haver justiça. [...] [Das entrevistas que já fiz fiquei com a ideia que as pessoas queriam que tivesse havido culpados.] Mas nunca lutaram por isso. Durante o processo [Processo-crime], a maior parte das famílias não queria. A principal razão para eu me afastar da Associação dos Familiares [das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios] foi ter tido a perceção clara de que as pessoas não queriam justiça, que estavam resignadas. Para mim, a justiça teria ajudado mais a lidar com o luto e foi por isso que me bati. Mas, inicialmente, não era isso que as pessoas queriam.” — Alberto Simões

“[O Paulo Teixeira] tinha sempre umas declarações muito indignadas quando estavam familiares e depois outras declarações à imprensa e acabamos por perceber que o grande objetivo dele foi a troca de silêncio por obra e não a luta pela justiça que era o que mais me preocupava.” — Alberto Simões

“Afastei-me sempre disto [Processo-crime]. Eu sabia cá dentro que isso não ia dar nada. Por isso, quanto mais mexemos, mais sofremos. Para quê? Não vai haver um dia em que eles vão dizer assim: ‘Aqui está o responsável!’. Ou este ou estes... Eu não acredito que esse dia alguma vez chegue. [Era importante que chegasse?] Era. Acho que não é só quando se pega numa pistola e se mata uma pessoa que se deve ir para a cadeia. Ali, quem foi o responsável não matou uma pessoa, mas matou cinquenta e nove! É difícil... São pessoas... São políticos e acho que fica tudo dito! Nunca vamos chegar ao dia em que saberemos quem foram os responsáveis.” — Isabel Correia

“Não se conseguiu fazer prova que aqueles que foram constituídos arguidos fossem os culpados. É preciso que se realce com clareza que isso não tem nada de surpreendente. Não me surpreendeu que aqueles arguidos não fossem condenados. O Tribunal da Relação [do Porto] leva a julgamento ex-técnicos da Junta Autónoma de Estradas e, logo aí, os areiros ficam de fora. Quanto à prova produzida em julgamento, não me surpreendeu que aqueles arguidos não fossem condenados. Eram pessoas que cumpriam ordens. As ordens vinham de cima e sempre dissemos que deviam estar em julgamento alguns responsáveis políticos, nomeadamente dos ministérios. Mesmo se soubéssemos que nunca iriam ser condenados, eram pessoas que tinham mais capacidade de trazer a verdade ao de cima. Não eram as pessoas que estavam a ser julgadas! Os políticos responsáveis deviam ter sido ouvidos, deviam ter ido a tribunal prestar esclarecimentos porque o acórdão do tribunal é claro quando afirma que o Estado teve responsabilidades naquilo que aconteceu. Mas o Estado não pode ser condenado... A culpa moral acaba por ser do Estado mas ninguém é responsabilizado.” — Tiago Santos

“Nós queríamos que a culpa viesse ao de cima. Queríamos que houvesse alguém que se interessasse. [Queriam a verdade?] Era. O que se queria era apurar a verdade. Porque isto não é assim! Não se pode brincar com as obras públicas. É preciso que haja alguém que assuma a responsabilidade! Se isto não é de ninguém... Se não há responsáveis tudo isto é de quem?! Tem de haver responsáveis!” — Rui Lopes

“A única coisa que eu queria era que tivesse havido culpados. Tinha de se descobrir quem eram os culpados porque alguém tinha de ter culpa. Costuma dizer-se que a culpa morre solteira e em Entre-os-Rios foi o que aconteceu. Nunca se conseguiu. Mas alguém tinha de ser responsável.” — Andreia Oliveira

“Acho que o resultado [do processo-crime] foi injusto. Alguém teve culpa e eles tinham de ver quem é que teve culpa. Foram muitas vidas e mesmo se só tivesse sido uma, eles tinham de ver. A vontade que eu tinha era de agarrar nesses tais e atirá-los da ponte para morrerem da mesma maneira. [Esses tais?] Olhe, os políticos era logo! Os areeiros também erraram, mas os políticos tiveram mais culpa. Eu acho que sim. Agora, não sei. Eu só queria era que eles não tivessem parado. Alguém tinha de ser culpado. Foram tantos dias, mudaram as coisas do tribunal para os Bombeiros, tanta coisa para depois, no final, não haver culpados! [...] Fiquei muito revoltada. Sempre que oiço falar nisto penso como é que se chegou ao ponto de não se encontrar os culpados. Eu acho que isso aliviava um bocado. Claro que não trazia as pessoas de volta, mas aliviava. Era preciso saber quem foi e saber que essas pessoas estavam a pagar pelo que fizeram. Tinha era de ser as pessoas certas. Nada

disso trazia as pessoas de volta, mas aliviava um pouco saber que estavam a pagar pelo que fizeram.” — Andreia Oliveira

“[O processo-crime] não deu nada. Mas, também, culpar-se um funcionário que anda ali mandado pelos outros, pelo Governo... Tinha de se ir mais alto. Quando trabalhei por conta de outrem tinha de me submeter às ordens dos meus superiores. Neste caso, o superior era o Governo. [...] Há dez anos ou mais que se previa fazer uma nova ponte e andou-se anos e anos a empatar! Não se fez o que se deveria ter feito para, agora, fazer tudo em cima do joelho! Tudo feito à pressa! Brincaram com o nosso dinheiro e brincaram com as pessoas. Foi um tapa-olhos.” — Rui Lopes

“Quando foi da sentença, a juíza demorou que tempos. Disse o nome de todas as pessoas que tinham falecido... Eu acho que ela estava contra nós. Isso são mesmo coisas para magoar. Disse o nome, a data de nascimento, quando morreram... Esteve ali tanto tempo! Magoou, magoou, magoou! No fim, deu-nos uma bofetada! Não há culpados?! Então a ponte não caiu?!. Tem de haver culpados! Quem não teve culpa foi quem morreu.” — Maria Figueira

“Fico com a sensação que se nos tivéssemos cingido ao papel de familiares, de vítimas, este caso nunca teria chegado a tribunal.” — Tiago Santos

“Eu acho que [O processo-crime] chegou... Não correspondeu... Às minhas expectativas, se calhar, correspondeu porque eu não estava à espera... No entanto, embora a gente diga sempre ‘Isto não vai dar nada!’, temos sempre esperança... [O processo-crime] ficou muito aquém, muito aquém. Embora tenha ficado aquém,

acho que se fez muito, acho que se conseguiu muito... Na Madeira, por exemplo, aquilo não deu mesmo nada. Não se fala sequer da Madeira, não se debate. Aqui falou-se e debateu-se. É neste aspeto que sinto muito orgulho na associação [AFVTER]. Ao fim de onze anos ainda conseguimos que se fale na tragédia. Para mim, isso é importante. Isto não pode ser esquecido! É importante que se fale na tragédia, mais não seja porque pode ajudar a melhorar. Por exemplo, ao nível das pontes e das obras do Estado acho que há outras cautelas. Depois, houve aquelas inspeções todas que se fizeram às pontes a seguir a Entre-os-Rios. Mesmo se o processo não deu nada acho que conseguiu fazer... Claro que nada disso é o que devia ser. Não se apurou responsabilidades mas fez-se sentar no banco dos réus algumas pessoas. Se calhar até foi justo que quem se sentou não fosse acusado. Havia mais gente... Mas aqueles também eram responsáveis! Tinham deveres! Se se estavam a marimbar para a sua profissão, enquanto as coisas correm bem, tudo vai bem, mas se acontece alguma coisa têm de assumir as consequências. Se se sentaram, sentaram bem... Houve um momento em que me revoltei com os arguidos porque alguns não tinham nenhum respeito por nós. Na decisão final até disparei com um deles porque estava a sorrir. É normal. Estava contente por não ter sido acusado, mas morreram cinquenta e nove pessoas! Isso chocou-me! Depois, essa coisa no processo de estarem a dizer o nome de todas as pessoas que morreram. Têm de dizer o nome de todas as pessoas?! No fim, isso não vale nada. Sentimos uma incapacidade tão grande! Não sei. No fim, fiquei a chorar... Mas, se calhar, conseguimos mais do que se tem conseguido. Quando é muita gente não é fácil.” —

Joana Vasconcelos

“Foi uma luta e, na altura, acho que foi uma grande vitória. Acho que se fez história em Castelo de Paiva. [...] O processo-crime deu-me uma satisfação enorme não pelas pessoas que lá estavam mas porque se fez história. Começou a sentir-se que nada disso tinha acontecido em vão, conseguiu-se que o Estado percebesse que alguém tinha de ser responsabilizado. Não podemos ser negligentes! [...] Haver um julgamento destes no nosso país é histórico. Um acidente por negligência chegar a julgamento é histórico. Houve muita coisa que passou a ser discutida publicamente. [...] A grande conclusão é que os responsáveis não foram a julgamento. Quem tinha poder de decisão não foi responsabilizado. Quando se chega a essas pessoas já não se consegue recolher provas. As provas desaparecem.” — Carlos Andrade

III. No tempo do quase-silêncio do pós-desastre

Este último ponto convoca as narrativas mais distantes relativamente ao acontecimento extraordinário e, porém, mais próximas relativamente às vivências quotidianas do colapso parcial da Hintze Ribeiro. De alguma forma, os temas abordados nos pontos anteriores reencontram-se neste ponto e isso precisamente porque o desastre, embora impossível de refazer na sua totalidade através das narrativas isoladas dos familiares das vítimas, subsiste em cada um deles e *fala* diferentemente através de cada um deles. No seu conjunto, as narrativas dos familiares *falam*, pois, mais do que do desastre em si, da mágoa inextinguível provocada pela retórica política em relação ao sacrifício das vítimas que, apesar de ocupar o cerne da prática de governação expiatória, se veio rapidamente a dissolver devolvendo uma ideia de um tratamento, afinal, frívolo do sacrifício das vítimas. A confirmação da momentânea exceção a confirmar a duradoura indiferença.

É questão, primeiro, das medidas de reparação adotadas para o território (os compromissos materiais de exceção) e, segundo, das medidas de compensação adotadas para com os familiares das vítimas (os direitos de exceção). Relativamente às primeiras, os excertos dão conta, por um lado, da quase-esterilidade dessas medidas face à grandeza do acontecimento e ao sacrifício das vítimas e, por outro, do consenso local que as rodeia. Relativamente às segundas, os excertos dão conta, por um lado, da construção mediática da condição de vulnerabilidade e de precariedade dos familiares das vítimas e, por outro, do desfasamento entre intenções e consequências dessas medidas, isto é, do desfasamento entre adoção à distância de medidas de compensação e experiência localmente vivida dessas medidas. As narrativas dos familiares das vítimas são, de facto, percorridas pela injustiça da inveja e do ressentimento provocadas localmente pelas indemnizações. Os familiares das vítimas descobriram duramente que se tornaram objetos da concessão de direitos de exceção que, apesar de condignos da sua dor e das suas perdas, se

repercutiram, nem sempre positivamente, no espaço social de vivência da sua dor e das suas perdas.

Em terceiro lugar, é questão do poder transformador do sofrimento e da morte, ou seja, das alterações individuais provocadas pela perda de um ou mais familiares no desastre. A ideia do sofrimento como fonte de aprendizagem — que se encontra nas palavras do poeta Qian Zhongshu (1984) relativamente às vozes dos *perturbados* que apenas por essa via se tornam *espessas* e *pesadas* — traduz-se aqui, pela positiva, numa maior tolerância em relação aos outros e às suas dores, na valorização das pessoas amadas, numa maior sensibilidade, no altruísmo e, pela negativa, numa maior propensão para o desânimo e para a depressão. A questão de fundo é a de que os familiares das vítimas se encontram indelevelmente marcados pelo acontecimento. É neste sentido que o sofrimento, a morte, o luto e o trauma, embora sem se assumirem como problemáticas centrais na sociologia com desastres aqui proposta, constituem uma parte importante dessa sociologia no que revelam do impossível regresso à normalidade para os familiares das vítimas na sequência do desastre, mas igualmente no que revelam sobre o modo como o desastre passa a fazer parte do ser e do sentir dos familiares das vítimas. Sobre o modo como o acontecimento, apesar de ter gradualmente perdido a possibilidade de ser classificado de extraordinário nos seus efeitos para os *outros* — o Estado, a comunicação social, a população local e a população em geral —, ficou diferentemente gravado dessa qualidade nos familiares das vítimas.

É questão, em quarto e último lugar, das memórias e dos não-esquecimentos do acontecimento. Não-esquecimentos porque distintos dos *quase-esquecimentos* ou esquecimentos *tout court* de determinados acontecimentos para os quais concorrem, com maior ou menor intensidade e intenção, factores políticos, sociais e culturais (Kansteiner, 2002: 186). Não-esquecimentos porque distintos do esquecimento político que tornaram Entre-os-Rios num desastre *meramente* local e pessoal. Não-esquecimentos porque também aqui, se se prestar atenção, se torna audível nos familiares das

vítimas o constante murmúrio das pessoas perdidas no desastre. Um murmúrio seguramente mais tenaz do que o próprio murmúrio do desastre.

Do que se constrói sobre as ruínas

“Tudo isto foi um rebuçadinho que nos deram. Todas as obras que se fizeram em Castelo de Paiva foi um rebuçado. Agora está tudo parado. Durante o acontecimento andaram por cá numa azáfama, mas agora está a ver-se que foi só fachada.” — Rui Lopes

“Foi preciso uma tragédia para mudar alguma coisa. Nós estamos aqui metidos num buraco. Agora, melhorou um bocadinho, embora já se esteja outra vez a esquecer. Nos primeiros cinco ou seis meses, melhorou um bocadinho. Agora, está tudo parado. Esqueceu-se! Parece que o Governo precisa de mais uma tragédia para se lembrar outra vez que Castelo de Paiva existe. [...] É preciso que aconteça uma tragédia para isto se desenvolver um bocadinho. Isto é ridículo! E o pior é que isto não acontece só em Castelo de Paiva... Há muita terra esquecida.” — Rui Lopes

“Castelo de Paiva devia estar mais desenvolvido do que aquilo que está... Tendo em conta a tragédia que foi devia estar mais desenvolvido e as pessoas deviam puxar mais por Castelo de Paiva. Castelo de Paiva devia estar mais desenvolvido mas...” — Maria Figueira

“O poder central não presta atenção ao interior. O que aconteceu em Castelo de Paiva foi uma exceção! Só se fez alguma coisa em Castelo de Paiva porque se estava no momento de uma tragédia. O país estava em cima dos políticos. Tinha que se

fazer! Isto era um drama para os políticos. O ministro [Jorge Coelho] demitiu-se e os outros poderiam cair. O que se tem de perceber é que se não for assim, nada se faz e o interior fica cada vez mais isolado.” — Carlos Andrade

“[A propósito das mudanças na sequência da queda da ponte Hintze Ribeiro.] Olhe, as mentalidades não mudaram. [Risos] Algumas pessoas não perceberam que os governantes só olham para o interior se houver alguma coisa que chame a atenção do país. [...] As pessoas não perceberam que nós estamos no interior e que os políticos só nos prestam atenção se houver uma tragédia... E as tragédias têm um prazo, um prazo muito limitado.” — Carlos Andrade

“Castelo de Paiva voltou a cair no esquecimento. Houve um momento em que parecia que Castelo de Paiva se ia desenvolver mas... Castelo de Paiva em vez de se desenvolver... Castelo de Paiva voltou àquilo que era antes da tragédia.” — José Figueira

“O problema de ter um concelho que não respondia às necessidades da sua população manteve-se. O Governo nunca respondeu a isso. Castelo de Paiva é um concelho que, estando a 40 ou 50 quilómetros do mar, é um concelho do interior. A esse problema real, não houve resposta. A resposta foi tentar dar alguma coisa sem olhar para o futuro.” — Alberto Simões

“Se olharmos para a resposta política, temos a demissão de um ministro [Jorge Coelho], comissões de inquérito sem grandes resultados e o deitar dinheiro para um concelho sem se saber muito bem o que se estava a fazer. Claro que fizeram coisas

que são necessárias mas a pergunta é: será que tudo isso não foi atirar dinheiro para tentar esconder o problema? Eu acho que a resposta é sim. Tudo o que fizeram eram coisas necessárias, a questão é de saber se eram prioritárias, saber se eram as respostas adequadas ao momento. Creio que não. Havia matérias mais relevantes como, por exemplo, o apoio às famílias, que não foram tidas em conta. O apoio psicológico foi muito reduzido face àquilo que era necessário. Há muitas pessoas que, ainda hoje, sofrem de problemas psicológicos por causa da ponte e, no entanto, já há muito tempo que o apoio psicológico desapareceu. Depois, o concelho nunca foi pensado numa perspetiva de futuro. Temos agora o paradoxo de, do ponto de vista interno, termos bons eixos viários que, depois, não têm ligação a lado nenhum. Isso demonstra bem como não houve uma resposta ao concelho que dissesse: ‘Pronto, nós tivemos culpa em relação àquilo que aconteceu, por isso agora vamos fazer aquilo que vai ajudar a que Castelo de Paiva tenha futuro.’. Isso não aconteceu. A lógica foi: ‘Bom, vocês estão a culpar-nos, nós tivemos culpa, por isso tomem lá isso e pronto.’. O resultado foi que Castelo de Paiva, passados todos estes anos, não é um espaço que tenha mudado assim tanto. Do ponto de vista de futuro para as pessoas... [...] Não há perspetivas de emprego a não ser na Câmara Municipal ou nas IPSS. [...] Castelo de Paiva não mudou para melhor do ponto de vista de responder ao futuro das pessoas. Eu creio que essa era a resposta. A partir do momento em que se rouba às pessoas o seu futuro — que foi o que aconteceu às pessoas que morreram e aos seus familiares — deveriam ter dado uma resposta que oferecesse futuro. Isso não foi feito. [...] A lógica foi resolver rapidamente o problema. Do ponto de vista governamental, foi resolver rapidamente e dizer: ‘Não me chateiem mais a cabeça!’”. — Alberto Simões

“A ponte não estava em condições e o Estado não assumia isso. Depois de a ponte ter caído teve de assumir. É lamentável que, depois, tenha gasto uns milhões para construir duas pontes. O Estado só justifica esse investimento com a morte de tanta gente. É penalizar de mais uma zona do interior e pessoas humildes.” — Carlos Andrade

“Eu diria que nada mudou em Castelo de Paiva. As coisas continuam na mesma... Exceto que construíram duas pontes.” — Tiago Santos

“As obras, toda a gente achou bem porque toda a gente ia beneficiar delas, não é? Das obras já ninguém fala [ao contrário das indemnizações aos familiares das vítimas]. Eles alargaram umas estradas e fizeram mais não sei o quê, mas disso as pessoas não falam. [Mas vêm-se alterações?] Na minha opinião, alargaram umas estradas e isso, mas acho que não. Não sei. Cheguei a um ponto em que oiço falar que vão fazer isto e aquilo mas desligo. Não sei, não falo e não me chateio. Fizeram umas obras mas isso não foi nada. Arranjaram umas estradas que estavam todas cheias de buracos e se calhar foi porque os políticos passaram por lá quando vieram cá. As estradas eram uma miséria. Não sei. [São alterações...] Não sei. Acho que fizeram muitas asneiras. Não sei se toda a gente é desta opinião, mas não deveriam ter posto duas pontes no mesmo sítio. Eu sei que há familiares que acham... Por mim, tinham reconstruído uma e feito a outra ali no Pedorido. Ali é que facilitava a vida a toda a gente. Não só para nós, familiares, mas para todas as pessoas. Isso foi...” — Andreia Oliveira

Da mácula do dinheiro e do local do sofrimento

“Quando foi do acontecimento, nós não pedimos nada a ninguém. Nem indenizações, nem donativos, nem nada! Mas o Presidente da Câmara, os das juntas e isso tudo começaram a dizer nas rádios e nas televisões que era gente pobre... Eu, na altura, até fiquei... Para quê?!” — Maria Figueira

“Quando vi que estava uma conta aberta para os familiares chorei muito [Refere-se à campanha de donativos para os familiares das vítimas de Entre-os-Rios]. Nós, não precisávamos daquilo! Nós, não éramos uns pobres de pedir. Somos pessoas normais que perderam os familiares. [...] Chocou-me muito. Agora as indenizações, não. Acho que era dado. Não pedia nem mais nem menos. Era aquilo que eles achavam que deviam dar.” — Luísa Silva

“Em relação ao dinheiro... É um dinheiro que, até hoje, não consegui gastar e só tenciono gastá-lo quando precisar para os meus filhos... É como se fosse uma prenda da [familiar] para [os meus filhos]. Para mim... Comigo, não consigo. Na altura, nós não pensávamos em dinheiro. Acho que foi uma maneira das pessoas acalmarem e também de... Não sei... Calar as pessoas. Há tantos acidentes e as pessoas ficam anos e anos para verem as coisas resolvidas e nós foi... Na altura pensei o que ainda penso hoje: as pessoas andavam muito revoltadas e isso foi uma maneira de sossegar. Eu não acredito que as pessoas ficassem satisfeitas com o dinheiro. Não acredito e eu não consegui ficar. Mas que veio acalmar os ânimos, veio. Até mesmo para a consciência deles. Não sei o que lhes ia na alma, mas acho que eles sabiam que a culpa passava por eles. Havia tantas provas de que a ponte

não estava em condições que eles deviam estar com a consciência...” — Isabel Correia

“Nessa questão [das indemnizações] o Estado foi célere e percebeu que tinha de ser célere para calar as pessoas e a comunicação social. Interessava ao Estado que as indemnizações fossem rápidas. Muitas vezes, as pessoas pensam que o dinheiro cala. Era uma forma de compensar e a comunicação social estava sempre a perguntar se já tinham sido pagas e, para o Estado, era importantes que se deixasse de falar nisso.” — Carlos Andrade

“Pagar a morte não há nada que pague a morte. Mas, uma vez que tínhamos esse direito, nós aceitamos... Mas não há nada no mundo que pague a morte. Não sei se a indemnização foi para nos abafar ou se sabiam que a ponte ia cair e deram uma indemnização... Não sei.” — Carla Pinto

“As indemnizações... Acho que não foram exageradas, mas também não foram... Acho que o Estado fez o seu trabalho. Para mim o problema foi não se ter chegado aos culpados, esse é que foi o problema e toda a gente sabe quem são. Depois o Partido Socialista saiu do Governo e levou com ele as promessas.” — Pedro Ribeiro

“As indemnizações pecaram por serem muito baixas. Esta tragédia tem uma particularidade que, depois de todo este tempo, ainda se nota e que é o dano moral. Isso deveria ter sido cuidado de outra forma porque era previsível que esta tragédia se alongasse no tempo, era previsível que as pessoas sentissem muita dificuldade em

superar isto e tudo isso tem um valor! Tem um valor e as indemnizações tiveram em conta o momento e não o futuro!” — Tiago Santos

“Em relação ao valor das indemnizações não houve, por parte das famílias, capacidade para lutar por mais. [Tendo em conta a rapidez com que foram dadas, parece-me um bocado normal, não?] Mas isso é mais um exemplo do Estado a atirar dinheiro para resolver o problema. O Estado disse imediatamente e de livre vontade: ‘Nós vamos dar estas indemnizações.’. Não houve qualquer processo de reivindicação das famílias... É certo que isso iria acabar por acontecer, mas o Estado antecipou-se e assumiu o compromisso. Pressão pública, pressão dos meios de comunicação social... O Estado quis mostrar que era a tal pessoa de bem, que não fica de mal com ninguém. Foi o Estado que assumiu o compromisso.”— Alberto Simões

“Ainda hoje eu acho que há uma certa vergonha nos familiares quando se fala das indemnizações. Todos nós, não sou só eu, todos nós nos sentimos mal quando se fala das indemnizações porque parece que naquele cheque nos entregaram a vida das pessoas que faleceram.” — Tiago Santos

“Quando me deram o cheque senti uma revolta muito grande. Uma revolta muito grande. Foi tudo assim, em cima da hora! Parece que foi tudo premeditado... Então, não havia dinheiro e, de repente, aparece dinheiro para pontes, estradas, monumentos, indemnizações! Andam a brincar!” — Rui Lopes

“Houve, de facto, um bocadinho de inveja. Para mim, foi isso. A partir das indemnizações as pessoas começaram a olhar de forma diferente para nós. ‘Pronto, estão ricos!’. Também houve pessoas que não utilizaram bem o dinheiro, mas isso... Cada um é senhor de si, não é? Cada um é que sabe o que deve fazer. Isto é uma aldeia, não é? As aldeias são mesmo assim. Se uma pessoa tem uma camisa mais engomada é logo... As aldeias são assim e não podemos fugir a isto. Agora que o dinheiro não paga uma vida, isso não paga. Isso não!” — Pedro Ribeiro

“Nós fomos acarinhados até ao dia em que recebemos as indemnizações. Depois de sermos indemnizados deixamos de ser os coitadinhos, não é? Eu não gosto muito... Acho que se critica muito as outras pessoas... Mas sim, houve uma quebra... O dinheiro mexe muito com as pessoas. Dizem que o dinheiro não traz felicidade mas sem ele ninguém é feliz. A partir do momento em que recebemos as indemnizações as pessoas pensaram ‘Pronto, já têm dinheiro, estão bem’ e deixaram de olhar... É estranho que se falar com algumas pessoas em Castelo de Paiva acerca dos familiares, as pessoas vão dizer: ‘Estão todos bem, estão ricos!’. Foi essa a ideia que ficou nas pessoas”. — Joana Vasconcelos

“Antes de a gente receber as indemnizações as pessoas apoiavam-nos muito... Umas indemnizações que não prestavam para nada! Se fosse hoje... Naquela altura nós ficamo-nos porque não nos interessava para nada, mas se fosse hoje as coisas não ficavam assim! Hoje, iria ser diferente. Antes das indemnizações, algumas pessoas de Castelo de Paiva apoiaram-nos muito mas, depois, não. Eu ia lá para a médica e elas começavam... Eu ia mas depois desisti. Hoje sinto-me doente... tenho medo de tudo... [Por que é que não se sentia bem?] Não sentia porque achava que as pessoas

nos criticavam por termos recebido uma indemnização. Por exemplo, uma vez fui à cabeleireira... Eu desmazelei-me muito... Poderia ter ido a médicos e tudo, mas desmazelei-me muito... Ouvi uma senhora a dizer: ‘Vou à casa de banho que os da ponte nem tiveram tempo de ir à casa de banho.’. Essas coisas matavam-me! As pessoas faziam essas graças e eu não dizia nada. Mas hoje respondo! Hoje, as coisas já estão diferentes... Mas naquela altura... Hoje já não atacam tanto as pessoas. Nós tínhamos amigos, amigos que não eram amigos, que nos viraram as costas por causa disto. O dinheiro não vale nada! O dinheiro não vale nada! O dinheiro não presta para nada!” — Maria Figueira

“[Acerca das críticas relativamente às indemnizações.] Ainda agora criticam. Basta dizermos qualquer coisa para começarem logo a dizer que o que queremos são mais indemnizações. Há pessoas que dizem isso! Mas o melhor era que nada disso tivesse acontecido.” — André Pinto

“[Acerca das críticas relativamente às indemnizações.] Isso depende sempre das pessoas. Há pessoas que não e tenho amigas que não mesmo. Há pessoas que... Qualquer coisa e é logo... Depois dizem *algumas* famílias... Mas eu não acredito nisso. Por mais que as pessoas tenham defeitos, não acredito que isto tenha sido bom para quem quer que seja. Isto não foi bom para ninguém, O que lhes digo é que só espero que não lhe aconteça o mesmo. Se um dia tiverem de passar por uma situação destas... Tinha uma amiga que dizia: ‘Agora, chega ao dia 03 de março e é coitadinhos, coitadinhos!’. Eu disse-lhe: ‘Olha, aqui ninguém é coitadinho!’. Houve uma altura em que lhe faleceu uma irmã com cancro. Eu acompanhei-a e tentei dar-lhe força. Ela, agora, já compreende. Hoje, já não faz certas cenas como fazia. Mas

há muita gente mazinha. Houve um curso ali [AFVTER /CAT-*Crescer a Cores*] e os meus irmãos inscreveram-se. Eu nem sabia que eles se tinham inscrito e aqui uma vizinha foi lá para inscrever o filho e já não havia vaga. Estava muita gente inscrita que não era familiar das vítimas, mas ela começou logo a dizer que o filho se tinha tentado inscrever e que já estava cheio por causa dos familiares das vítimas e que esses já tinham recebido que chegasse e coisas deste género. Eu, só me apetecia chegar ao pé da mulher e fazer-lhe não sei o quê! Se houver Deus, espero que a castigue... Não que lhe morra alguém, mas que tenha de passar por uma coisa idêntica que lhe faça ver a dor que é. Algumas pessoas são mesmo mazinhas. Algumas até diziam que só queríamos saber quem eram os culpados para receber mais dinheiro e outras coisas.” — Andreia Oliveira

“O problema dos familiares, à exceção de uma ou outra família, não estava no dinheiro, mas no facto de terem perdido quatro ou cinco familiares, de poderem voltar a ter estabilidade emocional, de poderem ajudar as suas famílias. As pessoas não percebiam isso. Aqui o grande problema foi termos sido indemnizados. Tivemos de provar às pessoas a nossa disponibilidade para criar um projeto social [CAT-*Crescer a Cores*]. Para além de ser esta a nossa vontade, esse era um dos objetivos.”

— Carlos Andrade

[Hoje as pessoas continuam a criticar as indemnizações?] Agora já nem tanto. Depois de termos feito o centro para as crianças [CAT-*Crescer a Cores*], eles viram que nós pusemos muito dinheiro para fazer aquele centro e já acalmaram. Mas antes disso havia críticas a tudo. Tudo! A gente sentia-se mal. Nós já estávamos

magoados e ainda por cima... [...] Depois havia bocas: ‘o dinheiro do rio’, ‘isto foi à custa do dinheiro do rio’, e mais isto e mais aquilo.” — Maria Figueira

“Eu sou sócia de lá [CAT-*Crescer a Cores*]. [E participa nas atividades?] Não. Então, se já oiço dizer que, por qualquer coisita, vamos para lá para ganhar dinheiro... Eu afastei-me. Eu até poderia participar mas nem sequer para pagar as quotas eu vou lá. Eu acho bem o que lá fizeram. Eu sei que se a minha [familiar] fosse viva estaria de acordo com o que lá fizeram, mas não participo. [A ideia é boa...] A ideia é boa, o que não é bom é a maldade das pessoas. Acho que fizeram bem. [...] Se quer que lhe diga, nunca lá entrei. Eu admiro a coragem deles, de não terem desistido e de passarem por cima sem ligar ao que as pessoas dizem. Mas, nem toda a gente é igual.” — Andreia Oliveira

Das aprendizagens do sofrimento

“Eu enriqueci muito. Eu sinto-me, hoje, uma pessoa muito mais rica. Nós somos por natureza comodistas e, hoje, sinto-me uma pessoa diferente. [...] Hoje considero-me uma pessoa mais participativa, mais preocupada com os outros e mais disponível.” — Tiago Santos

“Eu tornei-me mais sensível. Era muito crítica e julgava muito. Agora sou mais tolerante e sensível às coisas dos outros. Agora tenho medo de perder... Por exemplo, sonho muitas vezes como seria perder o meu filho. Vejo tudo. O funeral, as pessoas a virem dar-me os sentimentos, tudo... Depois, fiquei menos forte, menos lutadora. Eu era uma pessoa muito ativa e muito dinâmica e agora não sou.

Sou menos lutadora e desanimo muito facilmente. Eu era uma pessoa que pensava sempre positivo e agora não... Agora... Qualquer coisa me deprime... Havia muita coisa que eu pensava que só acontecia aos outros. Agora tenho a percepção de que me pode acontecer a mim.” — Joana Vasconcelos

“Aprende-se muito quando se perde alguém. Nós não sabemos dar valor à dor das outras pessoas. Quando perdemos alguém dói tudo. É uma coisa que não tem explicação. A dor vai curando, mas a saudade só vai aumentando. Principalmente naqueles momentos... Eu sinto muita falta da minha [familiar] no dia do meu aniversário. É um dos dias em que sinto mais falta da minha [familiar]. Era aquela pessoa que tinha sempre um mimo para mim. Não quer dizer que as outras pessoas não tenham, mas o mimo de uma [familiar] é o mimo de uma [familiar] e nesse dia faz-me muita falta.” — Isabel Correia

“Perdi uma pessoa fundamental que era a minha [familiar] e com isso aprendi uma coisa que já sabia mas à qual aprendi a dar mais valor: devemos dar tudo a quem está ao nosso lado, seja um pai, uma mãe, os filhos, devemos dar tudo, dia após dia, enquanto os cá estivermos... Depois é tarde de mais... Há sempre coisas que ficam por fazer e outras por dizer.” — Isabel Correia

“Na altura, fiquei revoltada com muita coisa e a pensar que nunca mais iria conseguir... Mas o tempo ajudou-me a ver que, realmente, a vida é para ser vivida.”
— Isabel Correia

“Claro que, na altura, fiquei muito diferente mas, como se costuma dizer, a vida continua. Uma pessoa tem de lutar pela vida. A vida, para nós, não acabou ali. Temos de lutar. Claro que continuamos sempre a pensar nas coisas, mas temos de lutar pela vida. Não estava a contar. Nunca pensei que iria perder um [familiar] tão novo. Claro que, depois, o facto de o corpo nunca mais aparecer deixa uma pessoa revoltada. Agora, já estamos mais conformados, mas não há um dia em que não pense nele e mais do que uma vez por dia. Nada apaga o que se passou. Fica sempre cá na nossa memória.” — Carla Pinto

“Depois de uma morte destas, uma pessoa não volta a ser aquilo que era. Fica sempre uma dor muito grande. Uma morte é sempre uma morte, mas da forma como foi... Foi uma morte muito estúpida. Isso dá uma revolta muito grande que nunca vai passar.” — Andreia Oliveira

Das memórias e dos não-esquecimentos

“Lembro-me de tudo. Lembro-me como se tivesse sido ontem.” — Isabel Correia

“Ela [familiar] nunca vai ser esquecida. Nem o que lhe aconteceu. Nunca vai ser esquecida. Aqui em minha casa fala-se sempre. Nunca dá para esquecer... Seja que morte for, nunca dá para esquecer, mas como foi esta... Aquelas imagens... Muitas e muitas vezes eu sonho que [a familiar] se está a afogar e que eu consigo salvá-la, que eu consigo tirá-la cá para fora... Se ando mais preocupada com alguma coisa lá vêm esses sonhos... Aquilo foi um pesadelo... Foi muito complicado...” — Andreia Oliveira

“Ela morreu mas, enquanto eu for viva, vai estar sempre comigo. Eu penso assim. Continuo a falar dela. Falo sempre. Quando se confirmou, pus aqui uma foto com umas velinhas e uma jarrinha de flores. Quando se confirmou... A minha [familiar] é falada. Acho que não há nenhum dia em que não se fala da minha [familiar]. Aconteceu que, no outro dia, estive aqui de tarde e estive a ver as fotos. As lágrimas sempre a cair pela cara abaixo mas vi as fotos todas. Aqui em minha casa todos vêm. Acho que faz bem.” — Andreia Oliveira

“Eu sentia necessidade que as coisas não ficassem esquecidas. Aconteceram e é importante que se continue a falar nelas para que não se volte a cometer os mesmos erros. Falar consigo neste momento também é importante. É uma forma de honrar os meus familiares. É uma forma de falar neles e de poder mostrar a toda a gente o que foi isto para ter a certeza que não volta a acontecer a ninguém.” — Joana Vasconcelos

“É difícil sabe... [Silêncio] É difícil... Foi, de facto, uma catástrofe aqui para o nosso lugar [Raiva]... [Silêncio] Uma coisa destas... Foi uma catástrofe... Desapareceu muita gente... [Silêncio] E a Associação [dos Familiares das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios], ao querer manter viva essa memória ou ao fazer alguma coisa que dignificasse... [Silêncio] Talvez não tivesse sido muito felizes na escolha do CAT [CAT-*Crescer a Cores*]. [...] Hoje não é aquele edifício, não é aquilo que dignifica a tragédia.” — Pedro Ribeiro

“Eu tinha a ideia de que havia coisas que me iam ficar gravadas para sempre mas a verdade é que já me esqueci de muitos pormenores sobre o acontecimento.” — Joana Vasconcelos

“O tempo está a desvanecer pouco a pouco aquilo que aconteceu em Castelo de Paiva.” — Tiago Santos

“Daqui a vinte, trinta, cem anos terá de se continuar a saber o que aqui se passou. Isto é história! Faz parte da história.” — Rui Lopes

“Por muito que nos doa, tudo passa e tudo se esquece. Entre-os-Rios foi muito falado, foi muito badalado mas vai ficar na memória apenas de quem perdeu lá alguém... De resto, já acabou...” — Isabel Correia

Breve nota conclusiva

A temporalidade longa da inscrição do desastre nos familiares das vítimas revela o modo como o acontecimento extraordinário foi interiorizado pelos familiares das vítimas. O modo como, desfeito o *extra-ordinário* provocado pelo acontecimento extraordinário, este se faz memória. Uma memória, todavia, substancialmente diferente da memória política do acontecimento.

As narrativas dão aqui conta de um memória distinta da memória do acontecimento que se procurou politicamente circunscrever a um território e a uma população. Distinta da memória asséptica, anódina, esvaziada das causas do desastre e voltada para o sacrifício das vítimas em prol dos vivos. Distinta, em suma, da memória excessivamente rígida e sólida do desastre, encerrada no Memorial às Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios, para dar conta das nuances fluídas com que esta se reencontra nos familiares das vítimas.

É, pois, esta uma memória distinta da *memória coletiva* da Tragédia de Entre-os-Rios.¹⁷¹ São estas memórias corporificadas, mais imprevisíveis, mais intensas, mais instáveis, mais desorganizadas e cujas manifestações não conferem, longe disso, um acesso imediato e automático à memória coletiva do desastre mas, outrossim, um vislumbre apenas das distintas presenças do desastre nas memórias autobiográficas.

¹⁷¹ Como, de resto, o potencial de traumatização psicológica individual contido no desastre deve ser separado do potencial de construção do trauma coletivo igualmente contido no desastre (Joas, 2005: 369).

A sociologia com desastres que se tem vindo a ensaiar nesta tese ficaria incompleta se, tomando o colapso parcial da Hintze Ribeiro como ponto de entrada, se privilegiasse apenas o encontro do Estado com o acontecimento extraordinário sem se atender, ao encontro dos familiares das vítimas com o acontecimento extraordinário e com tudo quanto com este trouxe de inédito e de fricção.

Epílogo

“Como há espaço, dentro de nós,
para enterrarmos as nossas pequenas mortes!

Mia Couto (2012), *A Confissão da Leoa*. Alfragide: Caminho.

No dia 4 de março de 2001, por volta das 21 horas e 10 minutos, o desabamento do quarto pilar da Ponte Hintze Ribeiro provoca a queda parcial da estrutura do tabuleiro. Um autocarro, com 53 pessoas a bordo, e três viaturas ligeiras, com seis ocupantes, são atirados para as águas enlameadas e frias do rio Douro. Cinquenta e nove pessoas perdem a vida.

Parafraseando J. M. Mendes (2010), a materialidade dos destroços da ponte e dos corpos submersos num Douro “indomável” e “impenetrável” — como o classificou o responsável pelas operações de deteção dos veículos submersos, Comandante Augusto Ezequiel (Ezequiel e Vieira, 2001) — afetou a linha ténue que liga simbolicamente cada cidadão à comunidade imaginada. Essa rutura moral tinha de ser reparada rapidamente na medida em que a relevância mediática do acontecimento obrigava o Governo a mobilizar-se. E o Governo mobilizou-se, tornando-se empiricamente acessível numa particular prática de governação de um território e de uma população afetados por um acontecimento extraordinário para a caracterização da qual optei por uma sociologia com desastres. E o Governo mobilizou-se para expiar a culpa do Estado. Ao invés de responsabilidade, dever, direitos e reparação, o que surge, pois, é culpa, obrigação e expiação.

Mais do que procurar explicar as razões político-administrativas que estiveram na origem do desastre, a sociologia com desastres aqui proposta estabelece o acontecimento extraordinário como um ponto de entrada para atender à prática de governação de um território e de uma população afetados por um acontecimento extraordinário. Foi esta uma abordagem sociológica que, ao privilegiar a inscrição do acontecimento extraordinário numa temporalidade longa correspondente à longa temporalidade do desastre, permitiu salientar os processos mediáticos, técnicos e políticos aos quais o desastre deu origem, bem como as materialidades decorrentes da prática de governação assumida pelo Governo de António Guterres.

Subjacentes à adjectivação de extraordinário do acontecimento que suporta empiricamente a sociologia com desastres aqui proposta encontram-se quatro razões principais.

Primeiro, o facto de o acontecimento se ter saldado num número anormalmente elevado de vítimas mortais envolvidas num acidente coletivo em Portugal: cinquenta e nove pessoas. Um número que contrasta cruelmente com o número reduzido de corpos que virão a ser resgatados pela Marinha Portuguesa: no final das longas e duras operações de busca e resgate, trinte e seis corpos ficarão por encontrar.

Segundo, o facto de o acontecimento ter desalojado o Estado da esfera etérea a partir da qual *supostamente* opera de maneira imparcial, obrigando-o a corporalizar-se no Governo, obrigando-o a humanizar-se. O desastre, na sua aquisição mediática de grandeza, impõe o *extra-ordinário*, a não-rotina e enceta um momento político durante o qual emoções e valores são suscetíveis de entrar na equação para a

definição de uma ação política, também esta, *extra-ordinária* ou, por outras palavras, de uma ação política de exceção.

O extraordinário do acontecimento decorre, em terceiro lugar, daquilo que representa para o território e para a população afetados pelo desastre. O desastre, nos seus efeitos locais e individuais, impõe-se como *extraordinário* naquilo que perturba das rotinas, das relações e dos laços sociais, das mundivisões e porque enceta um momento de demarcação inequívoca entre um antes e um depois que marca o território e a população de uma *identidade trágica* (Hernandez, 2008), como se viu, não partilhada e não consensual localmente.

O acontecimento é, em quarto e último lugar, qualificado de extraordinário porque representa um momento de rutura que dá origem a uma diversidade de encontros quase improváveis — o encontro do Governo com Castelo de Paiva e a sua população, o encontro do Governo com os familiares das vítimas, o encontro de Castelo de Paiva e da sua população com os familiares das vítimas — cujas características e materialidades variam em função da temporalidade adotada.

Na sociologia com desastres aqui ensaiada, o desastre foi inscrito, num primeiro tempo, num contínuo temporal amplo e balizado por dois tempos abertos: o tempo anterior ao desastre e o tempo do quase-silêncio do pós-desastre. Foram estas duas temporalidades analíticas que permitiram apreender a construção do desastre— inicialmente, fundamentalmente mediática e, posteriormente, assumida pelo poder local para criar um enquadramento de injustiça particular — como resultando de

uma relação entre Estado e território tecida sob a égide de uma dinâmica contínua de esquecimento, de isolamento, de indiferença.

O acontecimento extraordinário em si, o colapso parcial da Hintze Ribeiro abriu, por sua vez, um terceiro tempo: o tempo do durante o desastre. Uma temporalidade circunscrita à fase aguda da urgência particularmente apta, por um lado, para apreender a prática de governação de expiação adotada pelo Governo de António Guterres e, por outro, para salientar as distintas materialidades que esta assumiu para o Governo, para o território e para os familiares das vítimas. A *Tragédia de Entre-os-Rios*, como o desastre veio a ficar conhecido, foi efetivamente construída como resultando de uma indiferença histórica do centro político relativamente a um interior, também este, construído como habitado por vidas precárias e vulneráveis. A comunicação social foi fundamental nesse capítulo, mas igualmente, como se viu, no processo de politização do sofrimento e da morte, principalmente na sua dimensão de impacto do sofrimento e da morte no político. A fase aguda da urgência aparece, conseqüentemente, por um lado, como uma condição temporal e, por outro, como legitimadora de uma prática de governação de um território e de uma população cuja principal característica é efetivamente a expiação.

O tempo do durante o desastre esteve, deste modo, na origem de duas ruturas fundamentais. A primeira rutura prende-se com o estilhaçamento do *Estado de indiferença* e com o conseqüente encontro do Governo com o território, com a sua população e com os familiares das vítimas do desastre. A segunda rutura prende-se, por sua vez, com a entrada em força do Governo no território e na vida dos

familiares das vítimas e, mais do que isso, com o encontro do Governo com o território e com os familiares das vítimas.

O enfoque *top-down* assumido pela sociologia com desastres, embora não sendo exclusivo, permitiu inicialmente, por um lado, observar o estilhaçamento do Estado de indiferença em relação ao território e à população e a entrada em força do Governo de António Guterres no concelho de Castelo de Paiva e nas vidas dos familiares das vítimas. O mesmo enfoque permitiu, por outro lado, atender ao paulatino regresso do Estado de indiferença e às distintas consequências e efeitos que foi progressivamente assumindo para o Estado, para o território e para os familiares das vítimas. Um encontro, parafraseando José Manuel Mendes (2003), do qual ninguém saiu incólume.

Recapitulando, a inscrição do acontecimento extraordinário num contínuo temporal longo, correspondente ao tempo longo do desastre e balizado pelos referidos três tempos, por um lado, e o enfoque *top-down* nas materialidades, por outro, revelaram-se opções analíticas, a meu ver, acertadas por três razões principais.

Primeiro, o tempo anterior ao desastre tornou inteligível o conjunto forte de circunstâncias técnicas e políticas que estiveram na origem do desastre, o que, por sua vez, tornou mais claro a debilidade do processo de responsabilização política e a baixa intensidade da exploração política da crise. Segundo, o tempo do durante o desastre tornou inteligível o conjunto de ações governamentais levadas a cabo no sentido de administrar/gerir o acontecimento extraordinário, o que, por sua vez, tornou mais clara a força expiatória contida na prática de governação de um

território e de uma população afetados por um acontecimento extraordinário e os seus principais resultados e consequências para o Governo, o território e os familiares das vítimas. Finalmente, o tempo do quase-silêncio do pós-desastre tornou inteligível o prolongamento do acontecimento extraordinário para além da urgência, o que, por sua vez, tornou mais clara a desigualdade de consequências e efeitos a longo prazo da prática de governação de expiação para o Estado, o território e os familiares das vítimas. E, mais do que isso, tornou mais clara as condições subjacente à interrupção da prática de governação de exceção e ao regresso do Estado de indiferença.

É indubitável que a relação entre natureza do acontecimento, mediatização do acontecimento e poder interpelativo do sofrimento e da morte fez vacilar o Governo de António Guterres, obrigando-o a *deitar mão* ao poder do Estado para responder à crise política induzida pelo desastre. Recorrendo à terminologia de Boaventura de Sousa Santos (1994: 61), no momento da urgência o Governo viu-se obrigado a tornar-se externamente mais forte para responder à evidência das suas fragilidades internas. Uma força que, apesar de, na urgência, encontrar alguma ressonância no território e nos familiares das vítimas, não redundou, a longo prazo, em equivalente força para o território afetado e, menos ainda, para os familiares das vítimas.

A relação entre acontecimento extraordinário, mediatização do acontecimento, poder interpelativo do acontecimento e gestão política da crise, resultou, no tempo da urgência, na emergência de um Governo, classificado *impuramente* de exceção, que adotou uma prática de governação de expiação. Esta prática de governação traduziu-se numa produção discricionária de exceção: demissões de exceção para o

Governo, compromissos materiais de exceção para o território, e direitos de exceção para os familiares das vítimas. No momento da urgência, território e familiares das vítimas, privilegiados no âmbito desta tese, tornaram-se, de facto, pelo vié do Governo de exceção, menos estranhos ao Estado¹⁷², porque, momentaneamente, mais próximos deste e, principalmente, dos seus recursos. A longo prazo, o fim/incumprimento dos compromissos materiais de exceção para o território e o esgotamento dos direitos de exceção para os familiares das vítimas dão conta do gradual processo de despolitização do sofrimento e da morte, do gradual afastamento do território e dos familiares em relação ao Estado, e da gradual reposição das posições de partida marcadas por uma indiferença recíproca.

Em última análise, o Estado, através do processo de aprendizagem, revelou-se o grande *ganhador* na sequência do desastre, na medida em que viu reforçada a ordem político-institucional nos domínios cujas fragilidades a crise política induzida pelo desastre tornou manifestas.¹⁷³

O que dizer do território e dos familiares das vítimas?

Julgo que que ao longo desta tese fui traçando algumas respostas a esta interrogação. Um conjunto de respostas que sintetizaria na ideia de que: a produção discricionária de exceção amplia a distância entre Estado e cidadãos, reforçando o

¹⁷² O Estado corporalizado no Governo que, finda a urgência, reassume a distância, o esquecimento, o isolamento. A indiferença.

¹⁷³ Na esteira de Arjen Boin et al. (2008a; 2008b) e de Thomas Birkland (2006), foi o que procurei mostrar com o Sistema de Gestão de Obras de Arte — no enquadramento legislativo tanto quanto nas práticas — e com a regularização da extração de inertes — mais no enquadramento legislativo do que nas práticas.

poder do primeiro ao mesmo tempo que acentuando o desapossamento de poder dos segundos.

A interrogação de fundo que se abre como pista para futuras investigações é, pois, a de saber de que modo fixar como objeto de estudo o Estado — instituição que exigiu uma sua progressiva rigidez formal — quando este se revela, episodicamente, plástico e flexível nas suas práticas enquanto Governo? A sociologia com desastres proposta nesta tese procurou de algum modo responder a esta interrogação tomando como ponto de entrada para o Estado um episódio concreto: a *Tragédia de Entre-os-Rios*. No final, o lugar absolutamente preponderante que acabou por ocupar o Governo de António Guterres para compreender a prática de governação de um território e de uma população afetados por um acontecimento extraordinário e tornar saliente a produção discricionária de exceção, parecem-me os indicadores mais claros das acentuadas assimetrias de poder que existem na relação Estado-cidadãos, mesmo quando se aborda um tema tão sensível como é a questão das vítimas.¹⁷⁴ De facto, a meu ver, a produção discricionária de exceção de que foram objeto o território e os familiares das vítimas, não pode ser interpretada como um sinal de fraqueza na ação política associada aos efeitos potencialmente nocivos para a democracia da saturação do espaço público pela compaixão e pela crescente necessidade dos representantes políticos fazerem prova de humanidade na gestão da coisa pública e na concessão de direitos.

¹⁷⁴ Uma ideia que contraria, no contexto português, os *receios* bem como os *anseios* pela emergência de uma sociedade vitimária.

A produção de exceção, tal como indica a sua classificação, decorre apenas mediante a força da interpelação, ou seja, depende de um conjunto de circunstâncias que nem sempre demandam do Estado uma demonstração de força.¹⁷⁵ Os efeitos potencialmente nocivos para a democracia não decorrem, pois, da maior ou menor presença da compaixão no espaço público, mas sim do recurso à exceção para lidar com questões, pretensamente universais e aglutinados à noção do Estado moderno, como, por exemplo, a cidadania, que colocam em causa a sua universalidade prática

No livro *D'une Philosophie à l'Autre. Les sciences sociales et la politique des modernes*, Bruno Karsenti (2013: 145) refere o fascínio de Michel Foucault “par une scène, où il voyait un seuil épistémique ramené à l'épaisseur d'un instant”. Qual o sociólogo que não almeja vislumbrar esses *instantes*?

Finda uma das visitas de Jorge Sampaio, então Presidente da República Portuguesa, a Castelo de Paiva, este dirige-se para o carro acompanhado de um cortejo de representantes do Governo, jornalistas, guarda-costas e populares. Chove torrencialmente e à desordem de microfones, câmaras e máquinas fotográficas, juntam-se os guarda-chuvas negros, que quase submergem Jorge Sampaio. Um homem irrompe, então, pela pequena multidão e aborda o Presidente da República. Câmaras e microfones orientam-se para ele:

¹⁷⁵ O caso de Ana Rita Lucas é, desde ponto de vista, exemplar.

“Senhor Presidente, faça alguma coisa pelas vítimas que estão lá em baixo, Senhor Presidente. Tire-as cá para fora, Senhor Presidente! Não nos vire as costas porque eu desloquei-me de muito longe para ver os meus familiares. Faça com que venham cá para cima o mais depressa possível, Senhor Presidente”.¹⁷⁶

O homem irrompe em lágrimas. Jorge Sampaio detém-se e volta atrás, acompanhado nesse movimento pelas câmaras e pelos microfones, e abraça o homem.

O meu *instante*.

Passou mais de uma década sobre o colapso parcial da ponte Hintze Ribeiro.

No lugar quase exato anteriormente ocupado pela Hintze Ribeiro foi erguida uma nova ponte e, a escassos metros desta, uma segunda. Ombro com ombro, aliviam as cargas mútuas. Ou, talvez, as mágoas. Passou mais de uma década sobre a queda da ponte Hintze Ribeiro e não se encontram já quaisquer vestígios dos destroços que, na sua incómoda materialidade, desfiguravam a paisagem e perturbavam o esquecimento. A reconstrução é a destruição da destruição, diz Günther Anders (2008: 141, *TA*), e logo o ponto áureo da destruição.

A assinalar o acontecimento ficou o Memorial às Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios. O Anjo de Portugal. Um anjo em bronze, com doze metros de altura e dez toneladas de peso. Uma imponência que se perde num cenário excessivamente

¹⁷⁶ Disponível em: www.youtube.com/watch?v=jOUfnO-yJd4, acessado: 26.03.2011.

restrito para oferecer uma imagem clara da sua grandeza. Não terá a *Tragédia de Entre-os-Rios* padecido de idêntico efeito?

Quatro de janeiro de 2003. Dia de inauguração do Memorial às Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios.¹⁷⁷ Entre outros, presentes no local estão D. Armindo Lopes Coelho, Bispo do Porto; Paulo Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva; Horácio Moreira, Presidente da AFVTER; Manuela Ferreira Leite, Ministra do Estado e das Finanças, em representação do Governo; Vieira de Castro, Secretário de Estado das Obras Públicas; e Carlos Zorrinho. Os grandes ausentes: o Presidente da República, Jorge Sampaio e o Primeiro-Ministro, Durão Barroso.¹⁷⁸

Quatro de janeiro de 2003. Dia de inauguração do Memorial às Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios. Nos discursos das individualidades as mesmas linhas de

¹⁷⁷ Segundo Paulo Teixeira (2011: 26), a ideia para a construção de um memorial parte do próprio Presidente da República, Jorge Sampaio: “Quando o Presidente da República chega, no dia 6, ao local, pede calma e paciência aos portugueses. Depois de se inteirar das operações, convida-me, a mim e ao Primeiro-Ministro, para irmos visitar algumas casas de familiares. Com as ‘refeições’ (pregos em pão e coca-colas), a serem servidas no carro presidencial, a certa altura, o Dr. Jorge Sampaio, virando-se para mim, disse-me que quando as coisas acalmassem, se devia erguer perto da ponte um monumento. Ao que eu referi que não tinha dinheiro, e inquirindo o Eng. António Guterres, o mesmo, em nome do Governo, prontificou-se a erguê-lo e passar, posteriormente, para a posse da Câmara Municipal”. Vimos, no entanto, que a construção do memorial cedo integrou as reivindicações da Associação dos Familiares das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios que decidiram, efetivamente, em Assembleia-Geral, pelo Anjo de Portugal.

¹⁷⁸ O XV Governo Constitucional de Durão Barroso, constituído pelo Partido Social-Democrata e pelo Partido Popular, tomara posse a 6 de abril de 2002 na sequência das eleições de 17 de março de 2002. Terminou o seu mandato a 17 de julho de 2004, devido à demissão do Primeiro-Ministro. Do anterior Governo de António Guterres, apenas o ex-Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, Carlos Zorrinho, marcará presença.

argumentação: lembrar os mortos, ajudar os vivos, conferir o devido valor e a devida dignidade ao sacrifício das vítimas. A inauguração do Memorial às Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios marca, porém, um momento de viragem. Um momento em que o passado se deve fazer passado e em que os olhares devem ser postos no futuro. Um momento, portanto, de encerramento da explosão e do ruído provocados pelo colapso da Hintze Ribeiro e de entrada do acontecimento no tempo do esquecimento. Do esquecimento político. Um dos familiares das vítimas dir-me-á, *off-record*, que, no dia da inauguração do Memorial, um ministro presente lhe terá dito que, *agora*, chegou o momento dos familiares das vítimas se *calarem*.

O Memorial às Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios, da coautoria do arquiteto Henrique Coelho e do escultor Laureano Ribatua, situa-se na margem esquerda do rio Douro, na extremidade da Nova Ponte Hintze Ribeiro que foi reconstruída sensivelmente no mesmo sítio onde se situava a *velha* ponte Hintze Ribeiro (Caixa 1).

Caixa 1

Na página oficial da Associação das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios encontra-se uma descrição do Memorial. “A conceção [do Memorial] contempla o referencial evocativo do trágico acontecimento; constitui local de meditação e encontro para os familiares e amigos d’aqueles que pereceram; encaminha os cidadãos que fortemente defendem os nobres valores da solidariedade humana para um espaço de Tempo-Memória, onde se retemperam forças de Fé e Esperança, ajudando os homens a manter vivos aqueles que infelizmente cedo partiram. Faz parte do monumento o pontão da antiga ponte Hintze Ribeiro, o qual foi restaurado e integrado no conjunto. À cota deste pontão foi desenvolvida uma praça onde se implantou no seu centro uma estátua em bronze com 12 metros de altura e 10 toneladas de peso, devidamente iluminada, representando um Anjo. Na parte inferior desta praça está concebida uma cripta a céu aberto, donde parte um plinto, de 8,5 metros de altura, de suporte à referida estátua de bronze. Na base deste plinto foram inscritos os

nomes das 59 vítimas do trágico acidente. Desta cripta, realizada em betão branco, parte um simbólico escadório com 106 degraus, cujo percurso foi pontualmente iluminado, marcando significativamente a ligação do monumento com o rio. Ao escolhermos para a escultura um Anjo pensamos que, dada a sua natureza teológica e religiosa, este representa na sua essência puramente espiritual, o intermédio entre Deus e o Homem. Este Anjo, inspirado no Anjo Custódio, denominado por D. Manuel I o Anjo de Portugal, simboliza a paz da saudade, protetor e fiel guardião de todos aqueles que dele necessitam ou venham a necessitar. Da natureza da forma escultórica podemos referir que o Anjo é uma figura longilínea, de asas abertas em atitude reflexiva segundo forma litúrgica de tradição católica, com uma lágrima cadente do lado direito representando simbolicamente a eterna saudade. A pala situada frente ao Anjo foi revestida a chapa de bronze de 1,5 mm de espessura, tendo na sua superfície um alto-relevo, também em bronze, significando a pomba do Espírito Santo.” (URL: www.afvter.org, acedido em 17.06.2014).

Todavia, é necessário atravessar a ponte para ter uma imagem exata da grandeza do Anjo de Portugal que, do alto dos seus doze metros de altura, contempla serenamente as águas do Douro (Imagens 12 a 16).



Imagem 12. Anjo de Portugal, Entre-os-Rios

Fonte: Arquivo pessoal



Imagem 13. Anjo de Portugal. Nomes e fotos das vítimas

Fonte: Arquivo pessoal



Imagem 14. Plinto de suporte ao Anjo de Portugal com referência à data do acontecimento

Fonte: Arquivo pessoal



Imagem 15. Anjo de Portugal. Vista a partir do interior

Fonte: Arquivo pessoal



Imagem 16. Logotipo da Associação dos Familiares das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios

Fonte: Arquivo pessoal

Há uma paz excessiva no Anjo de Portugal. Uma paz exterior que contrasta com a perturbação que, como se viu nos excertos das entrevistas, continua a habitar alguns dos familiares das vítimas. À maneira de Günther Anders (2008), classificar o memorial de *insuficiente* para representar a *Tragédia de Entre-os-Rios* parece descabido na medida em que tal levantaria a questão de saber o que seria *suficiente* para escapar à terrível tensão entre a vergonha de esquecer e a vergonha de mostrar mais (Anders, 2008: 209). Manter intactas as ruínas da Hintze Ribeiro?¹⁷⁹

¹⁷⁹ Vale a pena referir o debate gerado pela eventual demolição do antigo Instituto de Promoção Industrial, em Hiroshima, severamente atingido pela explosão de 6 de agosto de 1945. Conhecido, hoje, como a Cúpula da Bomba A (*Genbaku Dome*) e património da humanidade da UNESCO, a estrutura mantém-se como um dos símbolos dos efeitos da bomba atómica, não tendo, por isso, sofrido do efeito de *destruição da destruição*. As referências que, no decorrer da tese, se irão fazer a Hiroshima não se faz elidindo a complexa questão da participação da memória de Hiroshima na dissimulação dos crimes de guerra nipónicos na Ásia, principalmente na China e na Coreia, e para o difícil reconhecimento desses crimes pelo Japão. Uma excelente sintetização das questões que passam a “memória ambivalente” de Hiroshima pode ser encontrada em Pajon, 2010.

Entre os familiares não existe consenso relativamente ao Anjo de Portugal e, principalmente, em relação à cripta a céu aberto na qual se encontram as fotos e os nomes das vítimas da tragédia.

Indubitável, porém, é que o Anjo de Portugal procurou cumprir a sua função de *lugar de memória* (Nora, 1997), um referencial tangível, a associar a uma data e a uma hora precisas, que reforça a delimitação do acontecimento a um determinado território, que aperta o laço entre memória e espaço. Através do Memorial, a *Tragédia de Entre-os-Rios* passa a pertencer por inteiro a Entre-os-Rios e cria uma *identidade trágica* (Hernandez, 2008) não partilhada e não consensual localmente.

Indubitável, igualmente, é que o Memorial teve por objetivo compensar a ausência dos corpos que impediu a realização dos funerais. Um Memorial erigido à memória dos corpos ausentes mais do que para lembrar o acontecimento que conduziu a essas ausências? Um Memorial para o luto mais do que para a luta?

A inauguração do Memorial, ao centrar-se na memória dos corpos ausentes, ao projetar o desastre nos vivos e ao insistir numa dinâmica de mudança para o concelho incentivada pelo sacrifício das vítimas, constituiu um momento de tentativa de *reconciliação* do Estado com os familiares das vítimas, com a população local e com o país em geral. Mas, mais do que isso, revelou-se um momento de esgotamento da politização do sofrimento e da morte, de interrupção da prática de governação de expiação do Governo de António Guterres e de encerramento político do desastre.

O encerramento político é, todavia, distinto do encerramento que se procura associar ao luto.¹⁸⁰ Num caso como no outro aquilo que se pode perguntar, com Nancy Berns (2011), é se será efetivamente necessário que o encerramento (*closure*) aconteça? Não haverá, num caso como no outro, algo de *excessivamente intencional*? Se, do ponto de vista político se compreende que assim seja no sentido de procurar pôr fim à crise política — aprender e normalizar os extravasamentos — e de interromper a exceção — regressar à indiferença —, é possível compreender que se procure fazer de um momento político algo que seja igualmente válido para os familiares das vítimas?

O que permanece, então, audível no tempo longo do quase-silêncio do pós-desastre? Permanece tudo o que vai para além de qualquer encerramento, seja ele político ou do luto. Na sequência do desastre, o passado dificilmente se faz estranho, permanecendo à flor da pele ou, pelo contrário, no fundo de cada familiar de vítima, nesse mundo subterrâneo, íntimo e, por vezes, assustador (Vargas, 1999). O acontecimento extraordinário continua, em graus distintos, a marcar o quotidiano dos familiares das vítimas e, seguramente, a marcar o modo como olham retrospectivamente para o desastre e para as suas consequências individuais e coletivas.

Uma nova ponte foi erigida sobre as ruínas da Hintze Ribeiro e é esta Nova Ponte Hintze Ribeiro, melhor do que o Anjo de Portugal, quem pode servir de símbolo à

¹⁸⁰ Na vivência do qual ganham em importância elementos como a Associação dos Familiares das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios, os cemitérios nos quais se encontram os corpos resgatados, a religião. Modos, talvez, mais *tradicionais* de lidar com a perda e o sofrimento do que o Memorial às Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios.

Tragédia de Entre-os-Rios. Ou, talvez, mais do que figurar ou simbolizar, para *inscrever* (Gil, 2004) a *Tragédia de Entre-os-Rios* com algo que aconteceu e que continua a acontecer e que vai para além do local e dos familiares das vítimas.

A Nova Ponte Hintze Ribeiro apareceria, desta forma, como análoga a um contra-monumento (*counter-monument*), algo que convida a ir para além dos símbolos e que inverte a passividade do observador diante de um monumento acabado (Young, 1992; Endo, 2010). Enquanto os monumentos são estáticos, imutáveis e pretendem fixar definitivamente a memória, os contra-monumentos são dinâmicos e colocam a memória num contínuo histórico, dando conta das alterações na interpretação dos acontecimentos e da influência do presente na atribuição de significado a acontecimentos passados (Sturken, 1997). Nas palavras de James Young (1992: 273). “[i]n shouldering the memory-work, monuments may relieve viewers of their memory-burden”. Uma outra *inscrição* da *Tragédia de Entre-os-Rios* que procuraria acentuar a memória sobre as causas subjacentes à ausência de determinados corpos. A memória a desprender-se *do* tempo e *do* local no qual se encontra agrilhoadada pelo Anjo de Portugal para se dispersar *no* tempo e *pelo* nacional (Young, 1992: 294; Afinson, 2010). Uma inscrição do acontecimento que atenuaria o peso que recai sobre os ombros dos familiares das vítimas que se veem na incómoda posição de *guardiões* e, simultaneamente, de *prisioneiros* da memória do desastre. O olhar sobre os familiares das vítimas que se altera por via da *fadiga da compaixão*, em grande parte devido ao processo indemnizatório, encontra eco na *memória maculada do acontecimento*. Memória maculada que deriva da fadiga de um território e de uma

população relativamente ao acontecimento extraordinário que lhes deu existência, é certo, mas que os marcou como se de um estigma se tratasse.¹⁸¹

A Nova Ponte Hintze Ribeiro tornar-se-ia, neste sentido, reveladora das omissões técnicas, administrativas e políticas que estiveram na origem do colapso da velha ponte Hintze Ribeiro. Reveladora do lugar que Castelo de Paiva e a sua população ocupavam e continuam a ocupar em relação ao centro político. Reveladora do Estado de indiferença que vota determinados territórios e populações ao isolamento e ao esquecimento. Reveladora da produção discricionária de exceção espoletada unicamente pela mediatização de acontecimentos que só dessa forma parecem capazes de adquirir grandeza. Reveladora, finalmente, da “arrogância do esquecimento”, à qual se refere Boaventura de Sousa Santos (2001), para caracterizar a distância à qual são votados pelo Estado determinados territórios, nomeadamente do interior, e que resulta em sub-identidades. Falar em sub-identidades é reconhecer que a cidadania é uma tarefa coletiva sempre inacabada mas, acima de tudo, que existem cidadãos e cidadãs que padecem do não reconhecimento a participar plenamente num coletivo, que padecem, pois, de uma sub-cidadania.

No tempo do quase-silêncio do pós-desastre, além dos encerramentos político e do luto, de monumentos e memoriais, ou mesmo de imaginados contra-monumentos e

¹⁸¹ Na página oficial da Câmara Municipal de Castelo de Paiva não se encontra já qualquer referência ao acontecimento. Apenas uma significativa exceção: o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Castelo de Paiva que, apesar de não mencionar o acontecimento, ostenta na capa uma imagem das duas novas pontes construídas no local da queda da Hintze Ribeiro (www.cm-castelo-paiva.pt, acedido: 12.12.2013).

contra-memoriais, perdura nas narrativas dos familiares das vítimas uma memória sem culpados. Uma memória que — embora destituída da força interpeladora que possuía no tempo do desastre — confere, esta sim, desassossego ao acontecimento extraordinário (Wagner-Pacifici, 2010). Um desassossego que se restringe penosamente local e aos familiares das vítimas. Um desassossego que não pode ser menosprezado tal como a memória do desastre não deve ser subjugada a uma sub-memória.

“Por muito que nos doa, tudo passa e tudo se esquece. Entre-os-Rios foi muito falado, foi muito badalado mas vai ficar na memória apenas de quem perdeu lá alguém... De resto, já acabou...” (Isabel Correia, Familiar de vítima, Entrevista, 10.05.2012)

Referências bibliográficas

- Adeola, Francis O.; Picou, Steven J. (2012), “Race, social capital, and the health impacts of Katrina: Evidence from the Louisiana and Mississippi gulf coast”, *Research in Human Ecology*, 19(1), 10-24.
- Afinson, John O., (2010), “A fickle partner: Minneapolis and the Mississippi River”, in Patick Nunally, *The City, the River, The Bridge: Before and after the Minneapolis Bridge Collapse*. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 105-137.
- Agamben, Giorgio (2014), “Como a obsessão securitária altera a democracia”, *Le Monde Diplomatique*, Edição portuguesa, n.º 87, janeiro, 36-38.
- Akutagawa, Ryûnosuke (1999), “Notes éparses sur le grand tremblement de terre”, *Ebisu*, 21. *Le Japon des Séismes*, 55-62. Tradução: Isabelle Fouquart.
- Alexander, Jeffrey C. et al. (2004), *Cultural Trauma and Collective Identity*. Berkeley: University of California Press.
- Alexievitch, Svetlana (2006), *Voices from Chernobyl. The oral history of a nuclear disaster*. New York: Picador.
- Almeida, São José (2001), “PS propõe inquérito parlamentar ao acidente de Entre-os-Rios”, *Publico*, 09 de março de 2001, 4.
- Altheide, David L. (2002), *Creating Fear. News and the construction of crisis*. New York: Aldine De Gruyter.
- Alvarez, Luciano (2001), “António Guterres fecha a porta a novas demissões”, *Público*, 10 de março de 2001, 5.
- Alves, Tiago Rodrigues (2011), “Cerca de 350 pontes e viadutos em mau estado de conservação”, *Jornal de Notícias*, 04 de março de 2011, 52.
- Amorim, Joana (2011a), “Pontes sem saída para o desenvolvimento”, *Jornal de Notícias*, 04 de março de 2011, 28.
- Amorim, Joana (2011b), “Castelo de Paiva é o retrato do país a duas velocidades”, *Jornal de Notícias*, 04 de março de 2011, 29.
- Anders, Günther (2008), *Hiroshima est Partout*. Paris: Seuil.
- Andrić, Ivo (2007), *A Ponte sobre o Drina*. Lisboa: Cavalo de Ferro.

- Arendt, Hannah (2012), *De la Révolution*. Paris: Gallimard.
- Arendt, Hannah (2013), *Eichmann em Jerusalém*. Coimbra: Tenacitas.
- Audi, Paul (2008), “D’une compassion à l’autre”, *Revue du MAUSS*, 32, 185-202.
- Audi, Paul (2011), *L’Empire de la Compassion*. Éditions Paris: Les Belles Lettres.
- Baptista, Rui (2001a), “Uma autarca teimoso”, *Público*, 06 de março de 2001, 4.
- Baptista, Rui (2001b), “Chegou a hora de cuidar dos vivos”, *Público*, 15 de março de 2001, 2.
- Barros, Luís Branco (2004a), “Durão Barroso visita hoje nova face de Castelo de Paiva”, *Público*, 06 de fevereiro de 2004, 34.
- Barros, Luís Branco (2004b), “Durão Barroso promete empenho no desenvolvimento de Castelo de Paiva”, *Público*, 07 de fevereiro de 2004, 52.
- Barros, Luís Branco (2004c), “Familiares das vítimas de Entre-os-Rios queixam-se de pressões”, *Público*, 05 de abril de 2004, 19.
- Barros, Luís Branco (2004d), “Familiares das vítimas de Entre-os-Rios recebem ameaças”, *Público*, 07 de abril de 2004, 31.
- Barthe, Yannick (2006), *Le Pouvoir d’Indécision. La mise en politique des déchets nucléaires*. Paris: Éditions Economica.
- Bell, Coral M. (1978), “Decision-making by governments in crisis situations”, in D. Frei (Ed.), *International Crises and Crisis Management. An East-West symposium*. New York, London, Sydney, Toronto: Praeger Publishers, 50-58.
- Bensa, Alban; Fassin, Éric (2002), “Les sciences sociales face à l’événement”, *Terrain*, 38, 5-20.
 URL: <http://terrain.revues.org/1888>
 Acedido: 21.01.2014
- Bensaïd, Daniel (1994), “‘Leur morale et la nôtre’. Une éthique de la politique”.
 URL: <http://danielbensaid.org/Leur-morale-et-la-notre?lang=fr>
 Acedido: 21.05.2014
- Berns, Nancy (2011), *Closure. The rush to end grief and what it costs us*. Philadelphia: Temple University Press.
- Birkland, Thomas A. (2004), “‘The world changed today’: Agenda-setting and policy change in the wake of the September 11 terrorists attacks”, *Review of Policy Research*, 21(2), 179-200.
- Birkland, Thomas A. (2006), *Lesson from Disaster. Policy change after catastrophic events*. Washington D.C.: Georgetown University Press.
- Blanchot, Maurice (1980), *L’Écriture du Désastre*. Paris: Gallimard.

- Blanchet, Alain et al. (1985), *L'Entretien dans les Sciences Sociales. L'écoute, la parole, le sens*. Paris: Dunod.
- Boin, Arjen; McConnel, Allan; 't Hart, Paul (2009), "Crisis exploitation: Political and policy impacts of framing contests", *Journal of European Public Policy*, 16(1), 81-106.
- Boin, Arjen; McConnel, Allan; 't Hart, Paul (Eds.) (2008), *Governing After Crisis. The politics of investigation, accountability and learning*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Boin, Arjen et al. (2008a), "Governing after crisis", in Arjen Boin; Allan McConnel; Paul 't Hart, *Governing After Crisis. The politics of investigation, accountability and learning*. Cambridge: Cambridge University Press, 3-30.
- Boin, Arjen et al. (2008b), "Conclusions: the politics of crisis exploitation", in Arjen Boin; Allan McConnel; Paul 't Hart, *Governing After Crisis. The politics of investigation, accountability and learning*. Cambridge: Cambridge University Press, 285-316.
- Boin, Arjen (Ed.) (2008), *Crisis Management (Vol. II)*. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore: Sage.
- Boltanski, Luc (2000), "The legitimacy of humanitarian actions and their media representations: The case of France", *Ethical Perspectives*, 7(1), 3-16.
- Boltanski, Luc (2007), *La Souffrance à Distance*. Paris: Métailié.
- Bonano, George A. (2014), "Trauma and resilience: from heterogeneity to flexibility", Comunicação apresentada no Colóquio Internacional "Narrativas de Trauma: Vítimas, vivências e processos", Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 19 e 20 de junho de 2014.
- Borraz, Olivier (2012), "Risco e regulação", in Mendes, José Manuel e Araújo, Pedro (Orgs.), *Os Lugares (Im)Possíveis da Cidadania*. Coimbra: Almedina-CES, 53-74.
- Bos, Celesta Kofman et al. (2005), "The long shadow of disaster: memory and politics in Holland and Sweden", *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, 23(1), 5-26.
- Botelho, Leonete; Barata, Clara (2001), "Conservação das pontes sem responsáveis claros", *Público*, 07 de março de 2001, 3.
- Botelho, Leonete (2002a), "Nova Ponte de Hintze Ribeiro inaugurada como símbolo de desenvolvimento", *Público*, 05 de maio de 2002, 26.
- Botelho, Leonete (2002b), "Famílias das vítimas de Entre-os-Rios vão pedir abertura de instrução", *Público*, 13 de novembro de 2002, 28.
- Bourdieu, Pierre (1993), "Au lecteur", in Pierre Bourdieu (dir.) (1993), *La Misère du Monde*. Paris: Seuil, 9-12.
- Bourdieu, Pierre (2012), *Sur l'Etat. Cours au Collège de France (1989-1992)*. Paris: Seuil.

- Bourgault, Sophie (2011), “Hannah Arendt, compassion et politique”, *Implications Philosophiques*, 23 juin 2011.
- URL: <http://www.implications-philosophiques.org/semaines-thematiques/passions-dans-lespace-public/hannah-arendt-compassion-et-politique/>
- Acedido: 06.05.2014
- Braga, Isabel (2001a), “António Martins arrasa organização da JAE e do IEP”, *Público*, 17 de maio de 2001, 11.
- Braga, Isabel (2001b), “Garcia dos Santos recusa-se outra vez a depor na AR”, *Público*, 7 de junho de 2001, 10.
- Braga, Isabel (2001c), “PS vicia inquérito à tragédia de Entre-os-Rios”, *Público*, 18 de julho de 2001.
- Braga, Isabel (2001d), “Última audição do acidente de Castelo de Paiva”, *Público*, 20 de setembro de 2001, 23.
- Braga, Isabel (2001e), “Relatório ao acidente de Entre-os-Rios encalhado”, *Público*, 03 de outubro de 2001.
- Braga, Isabel; Pereira, Helena (2001), “Sócrates ‘não tem nada a ver com nada’, afirma gabinete do ministro do Ambiente”, *Público*, 10 de março de 2001, 4.
- Brown, A. D. (2000), “Making sense of inquiry sensemaking”, *Journal of Management Studies*, 37(1), 45-75.
- Brown, A. D. (2004), “Authoritative sensemaking in a public inquiry report”, *Organizations Studies*, 25(1), 95-112.
- Burawoy, Michael (1998), “The extended case method”, *Sociological Theory*, 16(1), 4-33.
- Busenberg, George J. (2001), “Learning in organizations and public policy”, *Journal of Public Policy*, 21(2), 173-189.
- Bytzek, Evelyn (2008), “Flood response and political survival: Gerhard Schröder and the 2002 Elbe flood in Germany”, in Arjen Boin; Allan McConnel; Paul ‘t Hart, *Governing After Crisis. The politics of investigation, accountability and learning*. Cambridge: Cambridge University Press, 85-113.
- Cabral, Manuel Villaverde (2000), “O exercício da cidadania política em Portugal”, *Análise Social*, XXXV(154-155), 85-113.
- Camponez, Carlos (2004), “A crise do jornalismo face aos novos desafios da comunicação pública”, Atas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia “Sociedades Contemporâneas: Reflexividades e Ação”, Universidade do Minho, 12-15 de maio de 2004.
- Campos, Alexandra; Barros, Luís Branco (2004), “Não há culpados na tragédia de Entre-os-Rios”, *Público*, 26 de março de 2004, 2.

- Camus, Albert (1947), *La Peste*. Paris: Gallimard.
- Cario, Robert (2004) “Qui a peur des victimes?”, *AJ Pénal*, 434-437
- Carey, James (1987), “The press and public discourse”, *The Center Magazine*, 20, 4-32.
- Carvalho, Miguel (2011), “Uma ponte longe de mais”, *Visão*, 24 de fevereiro de 2011, 78-86
- Chapman, Jake (2004), *System Failure. Why governments must learn to think differently*. London: Demos.
- Charaudeau, Patrick (2002), “La vérité pris au piège de l’émotion. A propos du 11 septembre”, *Les Dossiers de l’Audiovisuel*, 104.
- Chateauraynaud, Francis; Torny, Didier (2005), “Mobiliser autour d'un risque. Des lanceurs aux porteurs d’alerte”, in Cécile Lahellec (Ed.), *Risques et Crises Alimentaires*. Paris: Tec & Doc, 329-339.
- URL: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/41/18/47/PDF/PorteursAlerte.pdf>
- Acedido: 19.04.2014
- Collins, Peter (1998), “Negotiating selves: reflections on ‘unstructured interviewing’”, *Sociological Research Online*, 2(2).
- Comissão de Inquérito Ministerial (2001), *Relatório final sobre as causas do sinistro ocorrido na ponte de Entre-os-Rios em 04 de março de 2001*.
- URL: <http://www.mobilidades.org/arquivo/RelatorioEntreRios.pdf>
- Acedido: 18.06.2012
- Comissão de Inquérito Parlamentar (2001), *Relatório final da Comissão de Inquérito Parlamentar sobre as causas, consequências e responsabilidades com o acidente resultante do desabamento da Ponte sobre o rio Douro em Entre-os-Rios*. Diário da Assembleia da República, VIII Legislatura, 3ª Sessão Legislativa (2001-2002), II Série-B, número 6, 27 de outubro de 2001.
- Conde, Idalina (1993), “Problemas e virtudes na defesa da biografia”, *Sociologia — Problemas e Práticas*, 13, 39-57.
- Couto, Mia (2012), *A Confissão da Leoa*. Alfragide: Caminho
- Cunha, Adelino (2013), *António Guterres. Os segredos do poder*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- D’Allones, Myriam Revault (2008), *L’Homme Compassionnel*. Paris: Seuil.
- Dâmaso, Eduardo (2001a), “A noite em que o ministro caiu”, *Público*, 06 de março de 2001, 5.
- Dâmaso, Eduardo (2001b), “Segurança e extração de areias na defesa da nova ponte”, *Público*, 16 de março de 2001, 30.

- Daniels, Ronald J.; Kettl, Donald; Kunreuther, Howard (2006) (Eds.), *On Risk and Disaster: Lessons from Hurricane Katrina*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.
- Davidson, Julia O'Connell (2008), "If no means no, does yes mean yes? Consenting to research intimacies", *History of the Human Sciences*, 21(4), 49-67.
- Defert, Daniel; Ewald, François (2001), *Michel Foucault, Dits et Écrits, vol. II, 1976-1988*. Paris: Quarto Gallimard.
- Delicado, Ana et al. (2007), "Informação ou dramatização do risco: os *media* e os novos riscos", in Maria Eduarda Gonçalves (Coord.) et al., *Os Portugueses e os Novos Riscos*. Lisboa: ICS, 217-244.
- Demazière, Didier; Dubar, Claude (1997), *Analyser les Entretiens Biographiques. L'exemple des récits d'insertion*. Paris: Nathan.
- Deusadado, Daniel (2002), "Castelo de Paiva: a nossa Albânia", *Público*, 04 de maio de 2002, 4.
- Diers, Audra Rebecca (2009), *Strategic Crisis Response: The strategic model of organizational crisis communication*. Germany: VDM Verlag.
- Diers, Audra Rebecca; Tomaino, Kathryn (2010), "Comparing strawberries and quandongs: A cross-national analysis of crisis response strategies", *Observatorio (OBS*) Journal*, 4(3), 21-57.
- Downs, Anthony (1972), "Up and down with ecology: the issue attention cycle", *The Public Interest*, 28, 38-50.
- Drennan, L.T.; McConnel, A. (2007), *Risk and Crisis Management in the Public Sector*. Abingdon: Routledge.
- Duarte, Rui Barreiros (2006), "Estruturas comunicativas: As pontes-ícones", *Fabrikart. Arte, Tecnología, Industria, Sociedad*, 6, 80-89.
- Dupuy, Jean-Pierre (2004), *Pour un Catastrophisme Éclairé. Quand l'impossible est certain*. Paris: Seuil.
- Dupuy, Jean-Pierre (2005), *Petite Métaphysique des Tsunamis*. Paris: Seuil.
- Dynes, Russel (2005), "The Lisbon earthquake of 1755: The first modern disaster", in Theodore E. D. Braun and John B. Radner (Eds.), *The Lisbon Earthquake of 1755: Representations and Reactions*. Oxford: Voltaire Foundation, 2005, 34-49.
- E. D.; J. P. H. (2001), "Jorge Coelho regressa ao Parlamento", *Público*, 06 de março de 2001, 5.
- Edelman, Murray (1964), *The Symbolic Uses of Politics*. Illinois: Illinois University Press.
- Eliacheff, Caroline; Larivière, Daniel Soulez (2006), *Le Temps des Victimes*. Paris: Albin Michel.

- Endo, Paulo César (2010), “O debate sobre a memória e o corpo torturado como paradigma da impossibilidade de esquecer e do dever de lembrar”, in Carlos Ugo Santander (Org.), *Memória e Direitos Humanos*, Brasília: LGE, 15-23.
- Erikson, Kai (2006), *Everything in Its Path. Destruction of Community in the Buffalo Creek Flood*. New York: Simon & Schuster Paperbacks.
- Erner, Guillaume (2006), *La Société des Victimes*. Paris: La Découverte.
- Espadinha, Maria João (2014), “Medo do amianto quadruplicou remoções de material em edifícios”, *Diário de Notícias*, 19 de março de 2014, 16.
- Esteves, Fernando (2014), *Jorge Coelho — O Todo-Poderoso*. Lisboa. A Esfera dos Livros.
- Ezequiel, Augusto; Vieira, António (2001), *Missão em Castelo de Paiva. Relato de um participante nas operações de resgate*. Lisboa: Caminho.
- Faria, Natália (2011a), “Eles resistiram à tragédia porque souberam ser ‘psicólogos uns dos outros’”, *Público*, 04 de março de 2011, 2-3.
- Faria, Natália (2011b), “Uma década depois as promessas permanecem no papel”, *Público*, 04 de março de 2011, 4.
- Faria, Natália (2011c), “O concelho de Castelo de Paiva caiu outra vez no esquecimento”, *Público*, 04 de março de 2011, 4.
- Farmer, Paul (1996), “On suffering and structural violence: A view from below”, *Dædalus*, 125(1), 261-283.
- Fassin, Didier (2000), “La supplique. Stratégies rhétoriques et constructions identitaires dans les demandes d’asile”, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 55(5), 955-981.
- Fassin, Didier (2002), “La souffrance du monde. Considération anthropologiques sur les politiques contemporaines de la compassion”, *L’Évolution Psychiatrique*, 67, 676-689.
- Fassin, Didier (2009), “Les économies morales revisitées”, *Annales HSS*, 6, 1237-1266.
- Fassin, Didier (2010a), “Ethics of survival: a democratic approach to the politics of life”, *Humanity: An International Journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development*, 1(1), 81-95.
- Fassin, Didier (2010b), *La Raison Humanitaire. Une histoire morale du temps présent*. Paris: Gallimard/Seuil.
- Fassin, Didier (2013a), “Au cœur de l’État”, in Didier Fassin et al. (2013), *Juger, Réprimer, Accompagner. Essais sur la morale de l’État*. Paris: Seuil, 11-25.
- Fassin, Didier (2013b), “Raisons d’État”, in Didier Fassin et al. (2013), *Juger, Réprimer, Accompagner. Essais sur la morale de l’État*. Paris: Seuil, 349-356.
- Fassin, Didier (2013c), “Introduction au chapitre *Descriptions*”, in Didier Fassin e Samuel Lézé, *La Question Morale. Une anthologie critique*. Paris: PUF, 241-248.

- Fassin, Didier et al. (2013), *Juger, Réprimer, Accompagner. Essais sur la morale de l'État*. Paris: Seuil.
- Fassin, Didier; Lézé, Samuel (2013), *La Question Morale. Une anthologie critique*. Paris: PUF.
- Fassin, Didier; Eideliman, Jean-Sébastien (2012) (Dir.), *Économies Morales Contemporaines*. Paris: La Découverte.
- Fassin, Didier; Rechtman, Richard (2007), *L'Empire du Traumatisme. Enquête sur la condition de victime*. Paris: Flammarion.
- Fernandes, José Manuel (2001), “*Estamos aqui esquecidos*”, *Público*, 9 de setembro de 2003, 4.
- Fernandes, José Manuel (2003), “*Não foi só mais uma ponte que caiu*”, *Público*, 15 de março de 2001, 3.
- Ferreira, Cristiane (2006), *O Comportamento Humano e o Processo de Luto na Tragédia de Entre-os-Rios*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro.
- Ferreira, Lurdes (2001), “*Elisa Ferreira quer auditoria à conservação das obras autárquicas*”, *Público*, 04 de abril de 2001.
- Ferreira, Lúcia (2012), *Ausência de Cadáver enquanto Factor de Risco para o Luto Complicado: O Caso da Tragédia de Entre-os-Rios*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde apresentada à Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário, CRL.
- Ferrier, Michaël (2012), *Fukushima. Récit d'un désastre*. Paris: Gallimard.
- FEUP (2001), “*Relatório — Resposta aos quesitos: Fernando Veloso Gomes, Raimundo Moreno Delgado e António Silva Cardoso*”, Arquivo do Tribunal de Castelo de Paiva, Inquérito n.º 44/2001, folhas 8792 a 8841.
- Filipe, Rafael Gonçalo Gomes (2000), “*Prefácio — A vocação política ou o heroísmo quotidiano*”, in Max Weber (2000), *A Política com Profissão*. Lisboa: Edições universitárias Lusófonas, 5-13.
- Fontes, Luís (2011), “*Estradas de Portugal fez 125 intervenções*”, *Público*, 15 de novembro de 2011, 22.
- Fothergill, Alice (2003), “*The stigma of charity: Gender, class, and disaster assistance*”, *The Sociological Quarterly*, 44(4), 659-680.
- Foucault, Michel (1979a), “*Pour une morale de l'inconfort*”, in Daniel Defert; François Ewald (2001), *Michel Foucault, Dits et Écrits, vol. II, 1976-1988*. Paris: Quarto Gallimard, 783-787.

- Foucault, Michel (1979b), “Table ronde du 20 mai 1978”, in Daniel Defert; François Ewald (2001), *Michel Foucault, Dits et Écrits, vol. II, 1976-1988*. Paris: Quarto Gallimard, 839-853.
- Fragon, Julien (2006), “Le recours aux affects ou une première réponse à la précarité du monde”, *Congrès de l'Association Française de Sociologie*, Bordeaux, 5-8 septembre 2006.
- Freire, João (2000), “Orientações sobre modelos de trabalho e perceções sobre condições sociais, técnicas e económicas do trabalho”, in Manuel Villaverde Cabral et al. (Orgs.), *Trabalho e Cidadania. Atitudes Sociais dos Portugueses 1*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 15-45.
- Freitas, Francisco (2011), *Ondas de Calor em Portugal: Impacto humano e regimes de regulação de risco*. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Freudenburg, W. R. (1993), “Risk and recreancy: Weber, the division of labor, and the rationality of risk perceptions”, *Social Forces*, 71(4), 909-932.
- Freudenburg, W. R. (1997). “Contamination, corrosion, and the social order: An overview”, *Current Sociology*, 45, 19-40.
- Furedi, Frank (2004), *Therapy culture: Cultivating vulnerability in an uncertain age*. London: Routledge.
- Furedi, Frank (2007), “The changing meaning of disaster”, *Area*, 39(4), 482-489.
- Furedi, Frank (2012), “Para uma sociologia do medo”, in José Manuel Mendes e Pedro Araújo (Orgs.), *Os Lugares (Im)Possíveis da Cidadania*. Coimbra: Almedina-CES, 23-51.
- Galhardo, António Salazar (2002), *A Ponte Caiu-me em Cima. A Tragédia de Entre-os-Rios*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Garcias, Pedro (2001a), “Familiares das vítimas descarregaram indignação em Sampaio”, *Público*, 07 de março de 2001, 3.
- Garcias, Pedro (2001b), “Douro indomável impede operação de resgate”, *Público*, 08 de março de 2001, 3.
- Garcias, Pedro (2001c), “Depósito de areias roubou 50 metros ao rio”, *Público*, 08 de março de 2001, 4.
- Garcias, Pedro (2001d), “A besta de Entre-os-Rios”, *Público*, 09 de março de 2001, 3.
- Garcias, Pedro (2001e), “Direção de Estradas do Porto alertou para o pilar errado”, *Público*, 10 de março de 2001, 4.
- Garcias, Pedro (2001f), “A verdade no fundo do rio”, *Público*, 15 de março de 2001, 5.
- Garcias, Pedro (2001g), “Estado não aprofundou conhecimento do rio Douro”, *Público*, 06 de abril de 2001, 32.

- Garcias, Pedro (2002), “LNEC dá luz verde à extração de areias no rio Douro”, *Público*, 02 de setembro de 2002.
- Garcias, Pedro (2003a), “Drama das minas e a ponte de Entre-os-Rios arrastam progresso”, *Público*, 19 de janeiro de 2003, 23.
- Garcias, Pedro (2003b), “Dragagens no Douro por metade do preço”, *Público*, 02 de setembro de 2003, 20.
- Garcias, Pedro; Firmino, Teresa (2001), “JAE ignorou dois avisos para reparar fundações em Entre-os-Rios”, *Público*, 16 de março de 2001, 30.
- Geertz, Clifford (1998), “La description dense. Vers une théorie interprétative de la culture”, *Enquête*, 6, 73-105.
URL: <http://enquete.revues.org/1443?lang=en>
Acedido: 23.01.2014
- Gesse, Keith (2005), “Translator’s preface”, in Svetlana Alexievich, *Voices from Chernobyl. The Oral History of a Nuclear Disaster*. New York: Picador, ix-xiii.
- Gil, José (2004), *Portugal, Hoje. O medo de existir*. Lisboa: Relógio d’Água Editores.
- Girard, Violaine; Langumier, Julien (2006), “Risques et catastrophes: de l’enquête de terrain à la construction de l’objet”, *Genèses*, 2(63), 128-142.
- Glowezewski, Barbara; Soucaille, Alexandre (2013), “Présentation”, *Cahiers d’Anthropologie Sociale*, 7, 11-22. Numéro spéciale: Désastres.
- Goffman, Erving (2001), *Stigmaté*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Gomes, Eduardo (2001), “A gestão da conservação de obras de arte: balanço da década 2001-2011”, Seminário “A Conservação do Património de Obras de Arte da EP – O conhecimento como suporte da decisão”, Estradas de Portugal, S.A., 2 de março de 2011.
- Gonçalves, Maria Eduarda (Coord.) et al. (2007), *Os Portugueses e os Novos Riscos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Gonçalves, Maria Eduarda (2012), “Risco e Estado em Portugal: Da gestão de crises à reforma das instituições”, in José Manuel Mendes e Pedro Araújo (Orgs.), *Os Lugares (Im)Possíveis da Cidadania. Estado e Risco num Mundo Globalizado*. Coimbra: Almedina-CES, 235-254.
- Grossman, Vassili (2013), *Tudo Passa*. Alfragide: Publicações D. Quixote.
- Gunter, Valerie; Kroll-Smith, Steve (2006), *Volatile Places. Sociology of Communities and Environmental Controversies*. Thousand Oaks: Pine Forge Press.
- Hernandez, J. (2008), “Le tourisme macabre à La Nouvelle-Orléans après Katrina : résilience et mémorialisation des espaces affectés par des catastrophes majeures”, *Noröis* [En ligne], 208, 2008/3.

URL: <http://norois.revues.org/2208>

Acedido: 17.06.2014

- Hoffman, Susanna M.; Oliver-Smith, Anthony (Eds.) (2002), *Catastrophe and Culture. The Anthropology of Disaster*. Santa Fé: School of American Research.
- Horta, Carlos Santinho; Freire, Luís (2013), “SGOA — Sistema de gestão de conservação de obras de arte da EP — balanço de uma implementação consolidada”, 7º Congresso Rodoviário Português “Novos Desafios para a Atividade Rodoviária”, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 10 a 12 de abril de 2013.
- ICOR (2001), *Resumo Cronológico relativo à Ponte de Entre-os-Rios sobre o Rio Douro e Nova Ponte*. Arquivo do Tribunal de Castelo de Paiva, Inquérito n.º 44/2001, folhas 13669 a 13698.
- IND (2001), *Análise e cometário ao relatório da comissão de análise às causas do acidente ocorrido na ponte de Entre-os-Rios*. Arquivo do Tribunal de Castelo de Paiva, Inquérito n.º 44/2001, folhas 1941 a 1953.
- ITS (1986), *Inspeção aos pilares da Ponte de Entre-os-Rios sobre o rio Douro*. Arquivo do Tribunal de Castelo de Paiva, Inquérito n.º 44/2001, folhas 16895 a 16925.
- Jasper, James M. (1998), “The emotions of protest: Affective and reactive emotions in and around social movements”, *Sociological Forum*, 13(3), 397-494.
- Joas, Hans (2005), “Review Essay — Cultural trauma? On the most recent turn in Jeffrey Alexander’s cultural sociology”, *European Journal of Social Theory*, 8(3), 365-374.
- Julião, Paulo (2005), “O autarca do queijo limiano”, *Diário de Notícias*, 24 de setembro de 2005.
- Karsenti, Bruno (2013), *D'une Philosophie à l'Autre. Les sciences sociales et la politique des modernes*. Paris: Gallimard.
- Kansteiner, Wulf (2002), “Finding meaning in memory: A methodological critique of collective memory studies”, *History and Theory*, 41(2), 179-197.
- Kaufmann, Jean-Claude (2008), *L'Entretien Compréhensif*. Paris: Armand Colin.
- Kelman, Ilan (2011), *Disaster Diplomacy. How disasters affect peace and conflict*. London: Routledge.
- Kingdon, John W. (1984), *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. Boston: Little, Brown & Co.
- Kitch, Carolyn (2000), “A news of feeling as well as fact: mourning and memorial in American newsmagazine”, *Journalism*, 1(2), 171-195.
- Kleinman, Arthur (1992), “Pain and resistance: The delegitimation and relegitimation of local worlds”, in Mary-Jo DelVecchio Good et al. (Eds.), *Pain as Human Experience: An anthropological perspective*. Berkeley: University of California Press, 169-197.

- Kroll-Smith, Steve (2012), “Cidadania, Estado e vulnerabilidade: Um estudo comparado sobre recuperação de catástrofes”, in José Manuel Mendes e Pedro Araújo (Orgs.), *Os Lugares (Im)Possíveis da Cidadania*. Coimbra: Almedina-CES, 255-288.
- Lagadec, Patrick (1991), *La Gestion des Crises. Outils de réflexion à l'usage des décideurs*. Paris et Montréal: McGraw-Hill.
- Lagadec, Patrick (1995), *Cellules de Crise. Les conditions d'une conduite efficace*. Paris: Éditions d'Organisation.
- Lagadec, Patrick (2007a), “Katrina: Examen des rapports d'enquête. Tome 1: *A Failure of Initiative — U.S. House of Representative*”, École Polytechnique, *Cahier*, 2007-7.
- Lagadec, Patrick (2007b), “Katrina: Examen des rapports d'enquête. Tome 2: *The Federal Response to Hurricane Katrina — Lessons Learned — The White House*”, École Polytechnique, *Cahier*, 2007-11.
- Lagadec, Patrick (2007c), “Katrina: Examen des rapports d'enquête. Tome 3: *A Nation Still Unprepared — U.S. Senate*”, École Polytechnique, *Cahier*, 2007-25.
- Lagadec, Patrick; Laroche, Hervé (2005), “Retour sur les rapports d'enquête et d'expertise suite à la canicule de l'été 2003”, *Cahier du GIS – Risques Collectifs et Situations de Crises*, 4.
- Langumier, Julien; Revet, Sandrine (2011), “Une ethnographie des catastrophes est-elle possible? Coulée de boues et inondations au Venezuela et en France”, *Cahiers d'Anthropologie Sociale*, 7, 77-90.
- Laranjo, Tânia (2005), “Novos recursos vão atrasar julgamento de Entre-os-Rios”, *Público*, 29 de novembro de 2005, 25.
- Leite, Olga (2001), “Tragédia de Entre-os-Rios dá origem a queixa-crime”, *Público*, 06 de dezembro de 2001.
- Lemaitre, Pierre (2012), *Sacrifices*. Paris: Albin Michel.
- LePatner, Barry B. (2010), *Too Big to Fall. America's failing infrastructure and the way forward*. New Hampshire: University Press of New England.
- Lezama, Paula Vasquez (2007), *Les Politiques de la Catastrophe en Temps de «Révolution Bolivarienne». La gestion des sinistrés de La Tragedia de 1999 au Venezuela*. Thèse soutenue à l'EHESS de Paris le 23 octobre 2007.
- Linfield, Susie (2010), *The Cruel Radiance. Photography and political violence*. Chicago: Chicago University Press.
- Linhardt, Dominique (2008), “L'Etat et ses épreuves: éléments d'une sociologie des agencements étatiques”, *Papiers de Recherche du CSI*, 9.
 URL:http://www.csi.ensmp.fr/Items/WorkingPapers/Download/DLWP.php?wp=WP_CSI_009.pdf

Acedido: 04.03.2010

- LNEC/FCTUC (2004), *Perícia para Indagar as Causas do Colapso da Ponte Hintze Ribeiro, em Entre-os-Rios*. Tribunal Judicial da Comarca de Castelo de Paiva, Castelo de Paiva.
- Lopes, Ana Sá (2001a), “Foi-se o bombeiro”, *Público*, 06 de março de 2001, 6.
- Lopes, Ana Sá (2001b), “A culpa é da ninfomaniaca”, *Público*, 15 de março de 2001, 10.
- Lourenço, Nuno Sá (2001), “Paulo Teixeira reconhece nunca ter falado na segurança estrutural da ponte”, *Público*, 05 de julho de 2001, 9.
- Lusa (2002a), “Nova ponte em Entre-os-Rios é inaugurada amanhã”, *Público*, 3 de maio de 2002, 29.
- Lusa (2002b), “Entre-os-Rios pede celeridade à Procuradoria-Geral da República”, *Público*, 24 de junho de 2002, 21.
- Lusa (2002c), “Areiros do Douro exigem reatamento da atividade”, *Público*, 25 de agosto de 2002, 13.
- Lusa (2006), “Famílias de Entre-os-Rios avançam com processo contra o Estado”, *Público*, 27 de outubro de 2006, 25.
- Lusa (2014), “Pais de jovem que morreu em quartel de Gaia há três anos culpam Estado”, *RTP Notícias*, 19 de maio de 2014.
- URL:
<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=738663&tm=8&layout=121&visual=49>
- Acedido: 22.05.2014
- Magalhães, Júlio (2001), “A TV em Castelo de Paiva”, *Jornalismo e Jornalistas*, 5, Abril/Junho de 2001, 16-17.
- Mamede, Hugo (2010), “Estradas de Portugal alerta para a necessidade de obras em sete ou oito pontes”, *Público*, 03 de março de 2010, 13.
- Marinho, Sandra (2004), “A Ponte mais vista do país. O que se disse da cobertura jornalística da queda da ponte de Entre-os-Rios”. ACTAS DO III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO – Volume IV.
- Marinho, Sandra (2007), “A queda da ponte de Entre-os-Rios. Exibição em direto da dor e do luto”, in Manuel Pinto e Helena Sousa (Orgs.), *Casos em que o Jornalismo foi Notícia*. Porto: Campo das Letras, 163-184.
- Martins, Moisés de Lemos (2013), “O corpo morto. Mitos, ritos e superstições”, *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 1(1), 109-134.
- Mayes, Tessa (2000), “Submerging in ‘therapy news’”, *British Journalism Review*, 11(4), 30-36.
- Melo, Henrique Gouveia; Mendes, António Marques (2006), “Queda da ponte de Entre-os-Rios, Portugal (2001)”, in António Marques Mendes e Francisco Costa Pereira

- (Coords.), *Crises. De Ameaças a Oportunidades. Gestão estratégica de comunicação de crises*. Lisboa: Edições Sílabo, 293-327.
- Mendes, António Marques (2006a), “Modelos de gestão de crises”, in António Marques Mendes e Francisco Costa Pereira (Coords.), *Crises. De Ameaças a Oportunidades. Gestão estratégica de comunicação de crises*. Lisboa: Edições Sílabo, 41-66.
- Mendes, António Marques (2006b), “Estratégias e procedimentos de resposta às crises”, in António Marques Mendes e Francisco Costa Pereira (Coords.), *Crises. De Ameaças a Oportunidades. Gestão estratégica de comunicação de crises*. Lisboa: Edições Sílabo, 107-141.
- Mendes, António Marques; Pereira, Francisco Costa (Coords.) (2006), *Crises. De Ameaças a Oportunidades. Gestão estratégica de comunicação de crises*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Mendes, José Manuel (2003), “Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas”, *Oficina do CES*, 194.
- Mendes, José Manuel (2007), “Citizens entitled not to die: The heat waves of 2003 and the coming of a new epidemic”, Comunicação apresentada no Centre de Sociologie de l’Innovation, École des Mines de Paris, 21 de junho 2007.
- Mendes, José Manuel (2010), “Pessoas sem voz, redes indizíveis e grupos descartáveis: os limites da teoria do ator-rede”, *Análise Social*, XLV(196), 447-465.
- Mendes, José Manuel; Araújo, Pedro (2010), “Nuclearidade, trabalho dos corpos e justiça: A requalificação ambiental das minas da Urgeiriça e os protestos locais”, *Sociologia — Problemas e Práticas*, 64, 81-105.
- Mendes, José Manuel; Araújo, Pedro (Orgs.) (2012a), *Os Lugares (Im)Possíveis da Cidadania. Estado e Risco num Mundo Globalizado*. Coimbra: Almedina-CES.
- Mendes, José Manuel; Araújo, Pedro (2012b), “Corpos e territórios contaminados: o urânio e a nuclearidade em Portugal e França”, in José Manuel Mendes e Pedro Araújo (Orgs.), *Os Lugares (Im)Possíveis da Cidadania*. Coimbra: Almedina-CES, 121-157.
- Mendes, José Manuel; Araújo, Pedro (2012c), “Territórios contaminados, corpos contaminados: Estado, nuclearidade e cidadania em Portugal e França”, *Configurações*, Número temático Cultura, Tecnologia e Identidade, 8, 33-55.
- Mendes, José Manuel et al. (2010), *Risco e Estado num Mundo Globalizado*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Miguéis, José Rodrigues (2001), *Páscoa Feliz*. Nota do autor à segunda edição. Lisboa: Editorial Estampa.
- Minc, Alain (2005), *Le Crépuscule des Petits Dieux*. Paris: Grasset.
- Monteiro, Ana (2001), “A fragilidade de um país que ignora o seu clima: uma reflexão sobre o caos provocado pela chuva no inverno 2000/2001 na área do Porto”, IV Jornadas

- sobre Ambiente e Qualidade, Universidade Moderna do Porto, Porto, 25 e 26 de outubro de 2001.
- Moreira, José Augusto; Mesquita, António Arnaldo; Siza, Rita (2001), “O desastre que pôs Portugal de luto”, *Público*, 05 de março de 2001.
- Moura, José Barros (2001), “Funções não privatizáveis do Estado: as estradas”, *Público*, 17 de março de 2001, 17.
- Moura, Leonel (1996), *Os Homens-Lixo*. Lisboa: Fenda.
- Moreira, Patrícia Coelho (2002a), “Quero ver este concelho a olhar para o futuro”, *Público*, 19 de janeiro de 2002, 26.
- Moreira, Patrícia Coelho (2002b), “Investimento de 21 milhões de contos”, *Público*, 03 de março de 2002, 4.
- Moreira, Vital (2001), “Irresponsabilidade e impunidade”, *Público*, 06 de março de 2001, 21.
- Nadais, Inês (2001a), “Uma morgue sem cadáveres”, *Público*, 06 de março de 2001, 11.
- Nadais, Inês (2001b), “Chorar os mortos e a interioridade”, *Público*, 12 de março de 2001, 17.
- Nadais, Inês (2002a), “Castelo de Paiva. Uma ponte entre a euforia e o medo”, *Público*, 04 de maio de 2002, 2.
- Nadais, Inês (2002b), “Familiares das vítimas de Entre-os-Rios querem acusar areeiros e IND”, *Público*, 28 de dezembro de 2002, 25.
- Nadais, Inês (2003), “Trabalhadores manifestam-se a favor de extração de areias no Douro”, *Público*, 14 de fevereiro de 2003, 32.
- Nancy, Jean-Luc (2012), *L'Équivalence des Catastrophes (Après Fukushima)*. Paris: Galilée.
- Nietzsche, Friedrich (1985), *Assim Falava Zaratustra*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Nora, Pierre (Dir.) (1997). *Les lieux de Mémoire*, tome 1. Paris: Gallimard.
- Nunes, João Arriscado (1994), “A celebração dos monstros e a redescoberta da moral: dois enredos da transição paradigmática”, *Oficina do CES*, 40.
- Nussbaum, Martha (1996), “Compassion: The basic social emotion”, *Social Philosophy and Policy*, 13(1), 27-58.
- Ôé, Kenzaburô (1996), *Notes de Hiroshima*. Paris: Gallimard.
- Oliveira, Mariana (2005), “Técnicos negligenciaram estado da ponte de Entre-os-Rios”, *Público*, 23 de janeiro de 2005, 28.
- Oliveira, Mariana (2004), “Familiares das vítimas de Entre-os-Rios votam aval à extração de areias”, *Público*, 16 de junho de 2004, 29.
- Oliveira, Sara Dias (2012), “Maioria dos familiares das vítimas de Entre-os-Rios ainda não refez as vidas”, *Público*, 21 de outubro de 2012, 14.

- Oliver-Smith, Anthony (1996), “Anthropological research on hazards and disasters”, *Annual Review of Anthropology*, 25, 303-328.
- Orwin, Clifford (1997), “Moist eyes — from Rousseau to Clinton”, *The Public Interest*, 128, 3-20.
- Orwin, Clifford (2008), “How an emotion become a virtue — it took some help from Rousseau and Montesquieu”, *In Character*, Spring 2008.
URL: <http://incharacter.org/archives/compassion/how-an-emotion-became-a-virtue-it-took-some-help-from-rousseau-and-montesquieu/>
Acedido: 08.05.2014
- Pacheco, Carla (2004), “Famílias ajudam areeiros”, *Correio da Manhã*, 17 de junho de 2004.
URL: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/portugal/familias-ajudam-areiros>
Acedido: 02.04.2014
- Pacheco, Sandra (2003), “O concelho mártir”, *Correio da Manhã*, 24 de janeiro de 2003.
URL: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/outros/domingo/o-concelho-martir>
Acedido: 29.03.2014
- Pajon, Céline (2010), “1945-2005. Hiroshima. Vers la reconnaissance d’une mémoire ambivalente”, in Bernard Cottret e Lauric Henneton (Dir.), *Du Bon Usage des Commémorations. Histoire, mémoire et identité (XVI^e-XXI^e siècle)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Pantti, Mervi; Wahl-Jorgensen, Karin (2007), “On the political possibilities of therapy news: Media responsibility and the limits of objectivity in disaster coverage”, *Estudos em Comunicação*, 1, 3-25.
- Parkin, David (1986), “Toward an apprehension of fear”, in D. L. Scruton (Ed.), *Sociophobics: The Anthropology of Fear*. Boulder: Westview Press, 158-172.
- Pelling, Mark; Dill, Kathleen (2006), “‘Natural’ disasters as catalysts of political action”, *ISP/NSC Briefing Paper*, 06(1), 4-6.
- Pereira, José Pacheco (2001), “O custo do populismo e da demagogia”, *Público*, 08 de março de 2001, 7.
- Pereira, José Pacheco (2001b), “O «show» da morte”, *Público*, 15 de março de 2001, 9.
- Pereira, José Pacheco (2001), “O «show» da morte”, *Jornalismo e Jornalistas*, 5, Abril/Junho de 2001, 8-9.
- Pereira, Gaspar Martins (2001), “A tragédia do ‘país real’”, *Público*, 21 de março de 2001, 8.

- Pereira, Helena (2001), “José Mota em guerra contra Guterres”, *Público*, 29 de março de 2001, 12.
- Pereira, Francisco Costa; Mendes, António Marques (2006), “Uma visão estratégica sobre a gestão de crises”, in António Marques Mendes; Francisco Costa Pereira (Coords.), *Crises. De Ameaças a Oportunidades. Gestão estratégica de comunicação de crises*. Lisboa: Edições Sílabo, 21-37.
- Picou, Steven et al. (2004), “Disaster, litigation, and corrosive community”, *Social Forces*, 82(4), 1493-1522.
- Pinto, Cesaltino (2001), “Empresas querem retomar extração de areia no Douro”, *Público*, 07 de junho de 2001, 29.
- Pinto, Sardoeira F. (2002), *Catástrofe no Douro. Inconsciência ou crime?* Porto: Edição de Autor.
- Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever (2010).
 URL:
http://www.inag.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=64&Itemid=72
 Acedido: 10.10.2012
- Pollak, Michael (1990), *L'Expérience Concentrationnaire. Essai sur le maintien de l'identité sociale*. Paris: Métailié.
- Pollak, Michael (1992), “L’entretien en sociologie”, *Cahiers de l’IHTP*, 21.
- Pollak, Michael (1993), *Une identité Blessée. Études de sociologie et d’histoire*. Paris: Métailié.
- Pollak, Michael e Heinich, Nathalie (1986), “Le témoignage”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62-63, 3-29.
- Praça, Alexandre (2001), “O calvário da democracia em Braga”, *Público*, 10 de Março de 2001, 54.
- Público (2001a), “Empresa de dragagens do Norte contesta «utilização abusiva» do termo «areeiros»”, 05 de julho de 2001.
 URL: <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/empresa-de-dragagens-do-norte-contesta-utilizacao-abusiva-do-termo-areeiros-30402>
 Acedido: 28.03.2014
- Público (2001b), “Areeiros do Norte exigem recomeço de dragagens no rio Douro”, 13 de novembro de 2001.
 URL: <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/areeiros-do-norte-exigem-recomeco-de-dragagens-no-rio-douro-49669>
 Acedido: 28.03.2014

- Público (2001c), “Processos da tragédia de Entre-os-Rios resolvidos”, *Público*, 29 de novembro de 2001.
- Público (2001d), “Mais de 70 desaparecidos na queda da Ponte de Entre-os-Rios”, *Público*, 05 de março de 2001, 19.
- Público (2002), “Proibido extrair areias no Douro até 2004”, *Público*, 28 de setembro de 2002, 27.
- Público (2003), “Trabalhadores de areeiros do Douro manifestam-se”, *Público*, 13 de fevereiro de 2003, 30.
- Quarantelli, Enrico L. (1987), “What should we study? Questions and suggestions for researchers about the concept of disasters”, *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, 5(1), 7–28.
- Queirós, José (2001a), “Pecados velhos”, *Público*, 15 de março de 2001, 5.
- Queirós, José (2001b), “O Estado, os piratas e as areias do Douro”, *Público*, 15 de março de 2001, 10.
- Quenet, Grégory (2005), *Les Tremblements de Terre aux XVIIe et XVIIIe Siècles. La naissance du risque*. Seyssel: Champ Vallon.
- Regan, Tom (1991), *The Three Generations: Reflections on the coming revolution*. Philadelphia: Temple University Press.
- Revet, Sandrine (2006), *Anthropologie d'une Catastrophe. Les coulées de boue de 1999 sur le Littoral Central vénézuélien*. Thèse de Doctorat en Anthropologie présentée à l'Université de Paris III-Sorbonne. Nouvelle Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine.
- Ribeiro, Manuela (1995), “As histórias de vida enquanto procedimento de pesquisa sociológica: Reflexões a partir de um processo de pesquisa de terreno”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 44, 125-141.
- Ribeiro, Manuel João (1995), “Sociologia dos desastres”, *Sociologia — Problemas e Práticas*, 18, 23-43.
- Robine, Jean-Marie et al. (2008), “Death toll exceeded 70,000 in Europe during the summer of 2003”, *C. R. Biologies*, 331, 171-178
- Rodrigues, Henrique Nascimento (2001), “Critérios apresentados pelo Provedor de Justiça para indemnização dos danos causados pela derrocada da ponte de Entre-os-Rios”.
URL: <http://www.provedor-jus.pt/?idc=68&idi=1210>
Acedido: 23.04.2014
- Roitman, Janet (2013), “Anti-crisis”, *Risk & Regulation*, 26, 4.
- Roux, Nicolas le (2000), *La Faveur du Roi. Mignons et courtisans au temps des derniers Valois (Vers 1547 – Vers 1589)*. Seyssel: Editions Champ Vallon.

- Roy, Arundhata (2010), *o Perfil do Monstro*. Lisboa: Bertrand.
- Ruivo, Fernando (2000), *Um Estado labiríntico. O poder relacional nas relações entre poderes central e local em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Rulfo, Juan (2010), *Obra Reunida*. Lisboa: Cavalo de Ferro.
- Salas, Denis (2004), “L’inquiétant avènement de la victime”, *Sciences Humaines*, 47, 90-91.
- Santos, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A Crítica da Razão Indolente. Contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001), “Paivenses, Souselenses, Canenses...”, *Visão*, 22 de março de 2001.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.
- Santos, Boaventura de Sousa (2003), “Poderá o Direito ser emancipatório?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, 3-76.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007), *Escrita INKZ. Antimanifesto para uma arte incapaz*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2009), “Para uma teoria pós-colonial do risco”, comunicação apresentada no colóquio internacional *Risco e o Estado num Mundo Globalizado*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Santos, Rogério (2002), “Dez anos de história da SIC (1992-2002). O que mudou no panorama audiovisual português”, *Observatório — Revista do Observatório da Comunicação*, 6, 93-105.
- Sardon, Jean-Paul (2006), “Évolution démographique récente des pays développés”, *Population-F*, 61(3), 225-300.
- Schonewille, D.G. (2010), “Disturbing incidents and tragic accidents. A constructivist study into the use of framing, masking and ritualization during international crisis management by international organizations”.
- URL: http://www.researchgate.net/researcher/43757806_DG_Dineke_Schonewille
- Acedido: 06.02.2014
- Scheufele, Dietram (1999), “Framing as a theory of media effects”, *Journal of Communication*, 49(1), 103-122.
- Schwartzberg, Roger-Gérard (1977), *L'État Spectacle. Le star system en politique*. Paris: Flammarion.

- Sekiguchi, Ryoko (2011), *Ce n'est pas un Hasard. Chronique japonaise*. Paris: P.O.L.
- Silva, Sílvia Patrícia Campos (2008), *Fontes de Informação nas Notícias: A queda da ponte em Entre-os-Rios nos jornais Público e Jornal de Notícias*. Dissertação de Licenciatura apresentada à Universidade Fernando Pessoa.
- Silva, Rui Pedro (2008), *Estudo da Erosão de Pilares de Pontes*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
- Simmel, Georg (1988), *La Tragédie de la Culture*. Paris: Éditions Rivages.
- Siza, Rita (2001), “Mau tempo dificulta operação de busca”, *Público*, 06 de março de 2001, 4.
- Siza, Rita (2002), “Nova travessia com vista para a antiga”, *Público*, 04 de maio de 2002, 3.
- Siza, Rita (2003), “Anjo dourado guarda local da tragédia da ponte de Hintze Ribeiro”, *Público*, 05 de janeiro de 2003, 20.
- Sommers, Margaret (2008), *Genealogies of Citizenship. Markets, statelessness, and the right to have rights*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sousa, Judite de (2001), “Informação em tempo real”, *Jornalismo e Jornalistas*, n.º 5, Abril/Junho, 2001, 18-19.
- Sztompka, Piotr (2000), “Cultural trauma. The other face of social change”, *European Journal of Social Theory*, 3(4), 449-466.
- ‘t Hart, Paul (2008), “Symbols, rituals and power: the lost dimension of crisis management”, in Arjen Boin (Ed.), *Crisis Management (Vol. II)*. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore: Sage, 84-104.
- Tavares, Miguel Sousa (2001), “A falta que faz uma opinião pública”, *Público*, 16 de março de 2001, 5.
- Tavares, Rui (2005), *O Pequeno Livro do Grande Terramoto*. Lisboa: Tinta da China.
- Teixeira, Paulo (2011), *A Ponte de Portugal*. Vila Nova de Gaia: O Gaiense.
- Tétu, Jean-François (2004), “L’émotion dans les médias: dispositifs, formes et figures”, *Mots. Les Langages du Politique*, 75, 9-19.
- Torres, Eduardo Cintra (2001), “Lágrimas politicamente incorreta”, *Jornalismo e Jornalistas*, 5, Abril/Junho de 2001, 11-12.
- Torres, Eduardo Cintra (2006), *A Tragédia Televisiva. Um género dramático da informação audiovisual*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Torry, William I. (1979), “Anthropology and disaster research”, *Disasters*, 3(1), 43-52.
- TSF (2001a), “Empresas de dragagens temem ser consideradas responsáveis”, 17 de julho de 2001.
- URL: http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=757929&page=-1
Acedido: 28.03.2014

- TSF (2001b), “Famílias de vítimas vão receber donativo proveniente dos EUA”, 16 de abril de 2001.
URL: http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=756782&page=-1
Acedido: 05.05.2014
- Vargas, Fred (1999), *L'Homme à L'Envers*. Paris: Éditions J'ai Lu.
- Vasconcelos, António Carlos de Andrade Figueiredo (2008), *Pontes dos Rios Douro e Tejo*. Lisboa: Gabinete de Comunicação da Ordem dos Engenheiros.
- Vieira, Álvaro (2001), “Cinco pontes já fechadas e 60 a necessitar de obras urgentes, *Público*, 14 de julho de 2001, 28.
- Vilain, Jean-Paul; Lemieux, Cyril (1998), “La mobilisation des victimes d'accidents collectifs. Vers la notion de ‘groupe circonstanciel’”, *Politix*, 11(44), 135-160.
- Wilder, Thornton (2000), *The Bridge of San Luis Rey*. London: Penguin Books.
- Weber, Max (2000), *A Política com Profissão*. Lisboa: Edições universitárias Lusófonas.
- Young, James (1992), “The counter-monuments: Memory against itself in Germany today”, *Critical Inquiry*, 18(2), 267-296.
- Zing, Jesus (2006), “Visionamento das filmagens excluiu pilar que acabou por cair”, *Jornal de Notícias*, 04 de maio de 2006.
- Zhongshu, Qian (1984), “Poetry as a Vehicle of Grief (translated by Siu-kit Wong)”, *Redentions*, 21/22, 21-40.
- Zimler, Richard (2009), *Os Anagramas de Varsóvia*. Alfragide: Oceanos.
- Zonabend, Françoise (1999), *La Mémoire Longue. Temps et histoires au village*. Paris: Jean-Michel Place (Cahiers de Gradhiva).
- Zola, Émile (2000), *Lettre à Henry Césard*, Paris, 22 mars 1885, in Émile Zola, *Germinal*. Paris: Le Livre de Poche.

Anexos

Anexo 1. A Ponte Hintze Ribeiro e as novas pontes

A ponte Hintze Ribeiro situava-se a cerca de quinhentos metros a jusante da confluência do rio Tâmega, afluente da margem direita do rio Douro, e destinava-se a unir as margens de Entre-os-Rios (a norte, margem direita) a Castelo de Paiva (a sul, margem esquerda). A ponte foi projetada pelo engenheiro António de Araújo e Silva¹⁸², então diretor de Obras Públicas do Porto, e a sua construção iniciou-se em fevereiro de 1884, tendo ficado a empreitada a cargo da empresa belga *Société Anonyme Internationale de Construction et Entreprise de Travaux Publics*, de Braine-le-Compte. O diretor da construção foi o Engenheiro Luciano de Carvalho.

O nome da ponte ficou a dever-se a Hintze Ribeiro, político do Partido Regenerador e, entre outras coisas, Ministro das Obras Públicas de 1881 a 1883. A ponte Hintze Ribeiro entrou oficialmente ao serviço a 26 de setembro de 1888. No total, cento e treze anos de vida. Cento e treze anos de história. A Revolta de 31 de janeiro. O assassinato do rei D. Carlos I e do seu filho Luís Filipe, Duque de Bragança. A implantação da República Portuguesa. A Primeira Guerra Mundial. A implantação do Estado Novo. A Segunda Guerra Mundial. A Guerra Colonial. A Revolução do 25 de abril. Catorze Governos Constitucionais democraticamente eleitos. Cento e treze anos de transformações profundas no mundo e em Portugal.

Quanta História pode suportar uma ponte?

¹⁸² Nascido em 1843, licenciou-se pela Escola Politécnica do Porto em 1866. Foi Diretor de Obras Públicas de Aveiro (1875) e do Porto (1866).

A Ponte Hintze Ribeiro tinha um comprimento de 336 metros, dividido por cinco tramos intermédios de 50 metros de vão, feitos em viga contínua, e dois tramos extremos de 25 metros de vão apoiados em dois encontros, um de 12,5 metros na margem direita) e outro de 23,5 metros (na margem esquerda).

A plataforma superior da ponte, destinada ao tráfego rodoviário, tinha uma largura aproximada de 5,9 metros, incluindo os passeios para peões, o que impossibilitava o cruzamento de veículos pesados. A superestrutura da ponte consistia num tabuleiro metálico de ferro pudelado, sobre o qual assentava uma laje de betão que constituía o pavimento destinado à circulação de veículos. A estrutura do tabuleiro era constituída por duas vigas principais de alma rota, contraventadas entre si. As almas eram constituídas por uma treliça múltipla com diagonais e contra-diagonais a 45 graus.¹⁸³

Os tramos intermédios do tabuleiro apoiavam-se em seis pilares de alvenaria de granito revestida a cantaria de granito, com altura variável entre os 15 e os 30 metros, enquanto os dois tramos extremos se apoiavam em encontros de pedra de granito e nos pilares adjacentes.¹⁸⁴ O colapso envolveu o pilar P4, os dois tramos do tabuleiro que nele se apoiavam e o tramo do tabuleiro que se apoiava nos pilares P5 e P6.

¹⁸³ As vigas de alma rota são vigas resistentes, normalmente de aço, cuja estrutura é constituída por peças lineares, como sejam perfilados ou tubos, constituindo montantes e diagonais. A treliça pode ser simples, dupla, quádrupla ou múltipla. Todos os termos técnicos foram consultados em: www.refer.pt/MenuPrincipal/TransporteFerroviario/Lexico.aspx.

¹⁸⁴ Os tramos são as partes de uma estrutura compreendida entre dois apoios consecutivos.

Inserida na Estrada Nacional n.º 224 (Murtosa-Castelo de Paiva), a ponte Hintze Ribeiro integrava o domínio público rodoviário do Estado e, até 1999, encontrava-se sob a administração da Junta Autónoma de Estradas. No entanto, em 1999, o Decreto-Lei n.º 237/99, de 25 de junho, extingue a Junta Autónoma de Estradas e cria três institutos rodoviários — o Instituto das Estradas de Portugal (IEP), o Instituto para a Construção Rodoviária (ICERR) e o Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICOR) — ficando a ponte Hintze Ribeiro sob a administração direta do ICERR (Anexo 2).

As novas pontes

Inaugurada num relativo silêncio a 4 de maio de 2002, a Nova Ponte Hintze Ribeiro (Imagem 17) foi construída, nuns escassos oito meses, a 7,5 metros a montante da ponte original entretanto quase totalmente demolida. A nova ponte:

“[D]ispõe de um tabuleiro misto aço/betão. A laje é composta por secções de betão armado pré-fabricadas, com a largura do tabuleiro, e o comprimento de 2,75 metros. Estas secções apoiam-se em duas longarinas em vigas metálicas de alma cheia, com a extensão de 30 metros, montadas através do sistema de lançamento incremental da estrutura de aço. O tabuleiro está dividido em seis tramos, apoiados em cinco pilares de betão armado de secção elíptica. Os respetivos encontros estão encostados aos da antiga ponte, agora utilizados como miradouro, muito perto do Memorial do acidente de 2001, erguido na margem esquerda do rio. Aproveitou-se, também, para alargar as faixas de rodagem, que passaram a ter uma largura de 7,5 metros” (Vasconcelos, 2008).

A ponte foi projetada pelo Engenheiro Victor Barata e construída pela Somague Engenharia, sob a responsabilidade do Instituto para a Construção Rodoviária

(ICOR). A empresa pública Estradas de Portugal, S.A. é, atualmente, a entidade responsável pela obra de arte.



Imagem 17. A Nova Ponte Hintze Ribeiro

Fonte: Arquivo pessoal

A montante da nova Ponte Hintze Ribeiro, foi, ainda, construída a Nova Ponte sobre o Rio Douro (Imagem 18). Inaugurada em 2004, a ponte destina-se à travessia do IC 35, que ligará Penafiel a Sever do Vouga, passando por Entre-os-Rios, Castelo de Paiva e Arouca. A ponte foi projetada pelo Engenheiro J.L. Câncio Martins¹⁸⁵ e construída pela Construtora do Tâmega, S.A., sob a responsabilidade da Junta Autónoma de Estradas/Instituto para a Construção Rodoviária. A Empresa Pública Estradas de Portugal, S.A. é, atualmente, a entidade responsável pela obra de arte.

¹⁸⁵ Nascido em 1936. Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico e Professor Catedrático Convidado na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. É sócio-gerente da empresa J.L. Câncio Martins, Projetos de Estruturas, Lda.



Imagem 18. A Nova Ponte sobre o Rio Douro

Fonte: Arquivo pessoal

Anexo 2. Da Junta Autónoma de Estradas e dos sucedâneos Institutos Rodoviários: organização da gestão de obras de arte pré-desastre e pós-desastre

A Junta Autónoma de Estradas é criada em 1927, em simultâneo com a Direção Geral de Estradas, após a extinção da Administração Geral das Estradas e Turismo. A Direção Geral de Estradas será, por sua vez, extinta em 1929, ficando integrados num só organismo todos os serviços relacionados com estradas. Depois disso, é necessário esperar pela década de 30 para assistir a acontecimentos relevantes para a questão em estudo. Segundo a página oficial da Estradas de Portugal, S.A., em 1946, na sequência de “uma dotação extraordinária” destinada à construção de novas pontes e estradas, assiste-se a um incremento deste tipo de obras. A Direção dos Serviços de Construção desdobra-se e é criada a Direção dos Serviços de Pontes, até essa altura uma repartição da Direção dos Serviços de Construção.¹⁸⁶

Em 1978, é publicado o Decreto-Lei n.º 184/78, de 21 de junho, que reformula a lei orgânica da Junta Autónoma de Estradas (JAE). Já então, no preâmbulo ao Decreto-Lei, eram mencionadas “a deficiente coordenação dos serviços, a manifesta inadequação da sua orgânica, a insuficiência de quadros e a falta de mecanização” cuja apenas uma sua resolução urgente poderia vir a evitar a “deterioração assustadora do estado das estradas nacionais”.

Tratando-se de uma organização complexa e sujeita a várias alterações, no final deste anexo, proponho uma síntese cronológica da organização da gestão das obras de arte pré-desastre. Para a compilação dos dados tive o precioso auxílio da

¹⁸⁶ Fonte: www.estradasdeportugal.pt/index.php/historia.

Unidade de Gestão Documental da Estradas de Portugal, na pessoa da sua diretora, Dra. Alexandra Gonçalves, a quem deixo aqui o meu agradecimento. Cabe, ainda, deixar aqui algumas notas. A primeira para dizer que daquilo que me foi dado verificar, e posteriormente confirmado nas entrevistas, existe uma ampla rotatividade nas chefias da JAE e dos institutos que lhe sucederam pelo que os nomes, quando referidos, se reportam aos períodos para os quais a Unidade de Gestão Documental da Estradas de Portugal possuía informação ou que me foi possível confirmar através da comunicação social. A segunda nota, para dizer que não cabe aqui abordar as diversas polémicas que acompanham a história e extinção da JAE e a sua subsequente substituição pelos três institutos.

Relativamente às obras de arte, a Direção do Serviço de Pontes mantém-se e divide-se em três divisões — Projetos, Construção e Conservação — e uma repartição de Expediente Técnico. À Divisão do Serviço de Pontes cabe, entre outras coisas, promover a construção e conservação de pontes e à Divisão de Conservação cabe:

- a) Promover e coordenar os trabalhos de conservação, reparação e beneficiação de pontes;
- b) Dar apoio aos serviços regionais nas obras de conservação, reparação e beneficiação;
- c) Proceder à inspeção e observação do comportamento das pontes;
- d) Organizar o cadastro das pontes e outras obras de arte; e
- e) Elaborar normas de conservação e de inspeção periódica das pontes e de outras obras de arte.

Em 1991, a JAE sofre uma modificação parcial na sua orgânica e funcionamento através do Decreto-Lei n.º 395/91, de 16 de outubro, que altera o Decreto-Lei n.º 184/78. De modo a responder às novas exigências ao nível da construção e da gestão

da rede de estradas, são criados quatro novos serviços: o Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico, a Direção de Serviços de Organização e Informática, a Direção de Serviços de Recursos Humanos e a Divisão de Ambiente da, já existente, Direção de Serviços de Construção. Sendo o Decreto-Lei omissivo relativamente à Direção do Serviço de Pontes, depreende-se que não terá havido alterações nesse domínio.

Nova alteração em 1995, com a publicação do Decreto-Lei n.º 268/95, de 18 de outubro que altera a Lei Orgânica da JAE. O domínio do Serviço de Pontes mantém-se inalterado.

Em 1997, o Decreto-Lei n.º 142/97, de 6 de junho, cria a sociedade JAE-Construção, S.A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, por forma a responder à prioridade do Governo (XIII GC, António Guterres, PS) de revisão do Plano Rodoviário Nacional e de construção, até ao ano 2000, da totalidade dos itinerários principais e 50% dos itinerários complementares. Sendo a prioridade a construção, não há referência a qualquer serviço responsável pelas obras de arte, depreendendo-se que esse domínio terá permanecido inalterado pelo Decreto-Lei. Apenas é mencionado que constitui objeto social da JAE-Construção a prestação de serviços nos domínios do estudo, consultadoria, projeto, de gestão e realização de empreendimentos rodoviários, designadamente no que respeita à execução de novas estradas, pontes, grande reparação ou reformulação de traçado ou características de estradas e pontes existentes (alínea a)).

Não será longa, todavia, a existência da JAE-Construção, S.A., já que dois anos mais tarde, o Decreto-Lei n.º 237/99, de 25 de junho, extingue a JAE e cria, em sua

substituição, três Institutos. São criados o Instituto das Estradas de Portugal (IEP), o Instituto para a Construção Rodoviária (ICOR) e o Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICERR), institutos públicos dotados de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, que ficam sujeitos à tutela e superintendência do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território. Interessa olhar mais atentamente para duas atribuições do ICERR:

- a) Assegurar a conservação e exploração das estradas e pontes nacionais sob sua jurisdição e
- e) Manter atualizado o registo e o diagnóstico do estado de conservação do património rodoviário nacional.

De acordo com a página oficial da EP, SA., na sequência da queda da ponte de Entre-os-Rios:

“Em 2002, através do Decreto-Lei n.º 227/2002 de 30 de outubro, o Instituto das Estradas de Portugal (IEP) integra, por fusão, o Instituto para a Construção Rodoviária (ICOR), e o Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICERR), extinguindo-se estes dois últimos.

Na base desta medida, está a constatação de que ‘as atribuições daqueles institutos se entrecruzam de forma muito direta, pelo que só uma ação concertada e única permitirá potenciar e dinamizar toda a sua atividade e conduzir a uma racionalização de meios e estruturas básicas’, passando as competências dos organismos extintos para o novo Instituto das Estradas de Portugal.

O IEP mantém a natureza e regime de instituto público, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, e está sujeito à tutela e superintendência do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação.

Através do Decreto-Lei n.º 239/2004, de 21 de dezembro, publicado no Diário da República n.º 297 - I Série A, o Instituto das Estradas de Portugal (IEP), foi transformado em entidade pública empresarial, com a denominação de EP — Estradas de Portugal, E.P.E.

A EP — Estradas de Portugal, E.P.E. sucede ao IEP, ‘conservando a universalidade dos direitos e obrigações legais e contratuais, que integram a sua esfera jurídica no momento da transformação’.

Com esta transformação, pretendeu-se ‘dar um primeiro passo que permita conferir uma nova operacionalidade à administração rodoviária em Portugal, com vista ao relançamento das suas atividades num novo quadro operacional que permita garantir melhores resultados e maior estabilidade dos seus recursos, através da conversão da administração rodoviária numa entidade de natureza empresarial’.

A EP — Estradas de Portugal, E.P.E., ‘tem por objetivo a prestação de serviço público em moldes empresariais, de planeamento, gestão, desenvolvimento e execução da política de infraestruturas rodoviárias definida no Plano Rodoviário Nacional’.

Por último, através do Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de novembro, publicado no Diário da República n.º 214 - I Série, a EP — Estradas de Portugal, E.P.E. foi transformada em sociedade anónima de capitais públicos, com a denominação de EP — Estradas de Portugal, S.A.

Como previsto neste diploma, foi assinado o contrato de Concessão entre o Estado Português e a EP – Estradas de Portugal, S.A., em 23 de novembro de 2007, cujas bases foram aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de

novembro, verificando-se assim, uma alteração profunda na relação do Estado com a Administração Rodoviária, consubstanciada na atribuição à EP, S.A. da concessão do financiamento, concessão, projeto, construção, conservação, exploração, requalificação e alargamento da Rede Rodoviária Nacional (RRN) por 75 anos.”

Organização da conservação das obras de arte pré-desastre

1978	Junta Autónoma de Estradas (Presidente: Brigadeiro Engenheiro Ernesto Almeida Freire)	Obras de Arte	Decreto-Lei n.º 184/78, de 18 de julho. Refundida as leis regulares da JAE (Decreto-Lei n.º 35 434, de 31 de dezembro de 1945; 48 498, de 24 de julho de 1968; 605/72, de 30 de dezembro e 771/76, de 25 de outubro), menos, 1986 até início dos anos 90)	Tabela	Presidente da República António Ramalho Eanes	Primeiro-Ministro Mário Soares (II GC, PS)	Ministro da Habitação e Obras Públicas António Sousa Gomes
		Direção dos Serviços de Pontes (Engenheiro António Franco e Albuquerque substituído por Engenheiro Carlos Nova Coutinho, que permaneceu no cargo de, pelo menos, 1986 até início dos anos 90)					
1991	Junta Autónoma de Estradas (Presidente: Engenheiro Mário Pinto Alves Fernandes)	Obras de Arte	Decreto-Lei n.º 395/91, de 16 de outubro. Modifica parcialmente a origem e funcionamento dos serviços da JAE. Altera o Decreto-Lei n.º 184/78.	Tabela	Presidente da República Mário Soares	Primeiro-Ministro António Cavaco Silva (XI GC, PSD)	Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações Joaquim Ferreira do Amaral
		Direção dos Serviços de Pontes (Engenheiro Luís Sousa Loureiro)					
1995	Junta Autónoma de Estradas (Presidentes: Engenheiro José Rui de Lamas, General Garcia dos Santos e Engenheiro António Garcia Lamas)	Obras de Arte	Decreto-Lei n.º 288/95, de 18 de outubro. Altera a Lei Orgânica da JAE.	Tabela	Presidente da República Mário Soares	Primeiro-Ministro António Cavaco Silva (XII GC, PSD)	Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações Joaquim Ferreira do Amaral
		Direção dos Serviços de Pontes (Engenheiro Luís Sousa Loureiro)					
1997	Junta Autónoma de Estradas - Construção S.A. (Presidente: Engenheiro António Garcia Lamas, de junho de 1998 a julho de 1999)	Obras de Arte	Decreto-Lei n.º 142/97, de 6 de junho. Cria a JAE-Conservação, S.A., sociedade autónoma de capitais exclusivamente públicos. Dispõe sobre o objeto social da sociedade e publica os respetivos estatutos.	Tabela	Presidente da República Jorge Sampaio	Primeiro-Ministro António Guterres (XIII GC, PSD)	Ministro das Finanças António Sousa Franco
		Direção dos Serviços de Pontes (?)					
1999	Extinção da JAE e criação de três institutos rodoviários (Presidente do Conselho de Administração: Engenheiro António Garcia Lamas, de julho de 1999 a 30 de agosto de 2000)	Obras de Arte	Decreto-Lei n.º 23 799 de 25 de junho. Extingue a JAE e a JAE Construção, S.A., e cria em sua substituição o Instituto das Estradas de Portugal (IEP), o Instituto para a Construção Rodoviária (ICOR) e o Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICER). (Vice-presidente: Vítor Batista)	Tabela	Presidente da República Jorge Sampaio	Primeiro-Ministro António Guterres (XIV GC, PS)	Ministro do Equipamento e da Administração do Território Jorge Coelho
		Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária					
Março de 2001	Instituto de Estradas de Portugal (Presidente do Conselho de Administração: Engenheiro António Martins)	Obras de Arte	Colapso da ponte Hintze Ribeiro.	Tabela	Presidente da República Jorge Sampaio	Primeiro-Ministro António Guterres (XIV GC, PS)	Ministro do Equipamento e da Administração do Território Jorge Coelho
		Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (Vice-presidente: Vítor Batista)					

Nota: Os Institutos das Estradas de Portugal (IEP) para a Construção Rodoviária (ICOR) e para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICER), são geridos por três conselhos de administração autónomos cujos membros são nomeados e exonerados pelo Conselho de Ministros.

Fontes: CMI, 2001; ATCP, 2006; Página oficial da Estradas de Portugal; *Público*, 2001-2011

Anexo 3. Entrevistas

Data	Posição	Nome fictício
03.02.2012	Membro da AFVTER	Tiago Santos
07.05.2012	Familiar de vítima	Luisa Silva
08.05.2012	Membro do Poder Local	Manuel Rocha
08.05.2012	Membro do Poder Local	Afonso Dias
08.05.2012	Membro da AFVTER	Carlos Andrade
09.05.2012	Familiar de vítima	Rui Lopes
09.05.2012	Familiar de vítima	Maria Figueira
09.05.2012	Familiar de vítima	José Figueira
10.05.2012	Familiar de vítima	Joana Vasconcelos
10.05.2012	Familiar de vítima	Isabel Correia
10.05.2012	Familiar de vítima	Pedro Ribeiro
26.11.2012	IEP (Pontes)	Rodrigo Mendes
30.11.2012	Membro do Governo em 2001	Luis Coelho
06.12.2012	Perito	Martin Antunes
25.01.2013	Perito	Gaspar Martins
10.04.2013	Equipa de apoio psicológico	Vasco Forte
07.05.2013	Familiar de vítima	André Pinto
07.05.2013	Familiar de vítima	Carla Pinto
08.05.2013	Familiar de vítima	Dinis Oliveira
08.05.2013	Familiar de vítima	Andrea Oliveira
08.05.2013	Comunicação social local	Ricardo Campos
15.05.2013	Familiar de vítima	Alberto Simões
15.05.2013	Membro do Governo em 2001	Rogério Macedo
28.05.2013	Membro do Governo em 2001	Paulo Fonseca
03.07.2013	Membro da operação de resgate	Inácio Costa

Anexo 4. Cronologia da Comissão de Inquérito Ministerial

2001	
04 de março	<p>Despacho do Ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho, que cria a Comissão de Inquérito. Composição: Diretor do LNEC (Presidente); Inspetor-Geral das Obras Públicas e representante do IEP a designar pelo respetivo Conselho de Administração. Objetivo: apurar as causas que estiveram na origem do sinistro e identificar as medidas preventivas necessárias e convenientes.</p> <p style="text-align: center;">(...)</p>
08 de março	<p>Comissão de Inquérito Ministerial desloca-se a Entre-os-Rios. Composição: Diretor do LNEC, Rui Correia (Presidente), António Flores de Andrade (Inspetor-geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações), e Jorge Zúñiga (administrador do IEP e antigo chefe de gabinete de Maranha das Neves). Jorge Zúñiga será afastado por Ferro Rodrigues, na sequência dos muitos protestos por parte do Presidente da CM de Castelo de Paiva, e substituído por Francisco Sousa Soares, Bastonário da Ordem dos Engenheiros.</p> <p>Despacho do Ministro do Equipamento Social que determina que o Bastonário da Ordem dos Engenheiros passe a integrar a Comissão.</p> <p style="text-align: center;">(...)</p>
14 de março	<p>Por solicitação da Comissão, o LNEC procede a inspeções das partes da ponte que não ruíram, incluindo o tabuleiro metálico, os aparelhos de apoio e a parte emersa dos pilares.</p>
15 de março	<p>Despacho do Ministro do Equipamento Social que fixa a nova composição da Comissão: Diretor do LNEC, Rui Correia (Presidente), António Flores de Andrade (Inspetor-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações) e Francisco Sousa Soares (Bastonário da Ordem dos Engenheiros).</p>
16 de março	<p>Deslocação da Comissão de Inquérito Ministerial a Castelo de Paiva para recolha de depoimentos e observação da zona imediatamente a jusante da barragem do Torrão.</p> <p>Presidente da CM de Castelo de Paiva, Paulo Teixeira, entrega mais de 100 documentos à Comissão. Um desses documentos é uma carta enviada a 5 de novembro de 1998 a diversas entidades (Ministro do Equipamento Social, Secretário de Estado das Obras Públicas, Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Presidente da JAF, Grupos Parlamentares do PSD, PP, CDU e PS, Sociedade Águas do Douro e Paiva, Diretor do Instituto de Navegabilidade do Douro e Presidente da CM de Penafiel), na qual dá conta do facto de a ponte, com mais de 100 anos de existência, não oferecer as mínimas condições de segurança. Paulo Teixeira aponta as responsabilidades pela queda da ponte aos ex-Secretários de Estado das Obras Públicas, Maranha das Neves e Luís Parreirão.</p> <p style="text-align: center;">(...)</p>

19 de março	Comissão entrega a Ferro Rodrigues um relatório de progresso no qual estão descritas as ações empreendidas até ao momento e o plano de prosseguimento do inquérito.
20 de março	<i>Publico</i> noticia que o relatório preliminar da Comissão deverá apontar a extração de areias, as cheias e as descargas das barragens como os principais factores que se conjugaram para provocar o descalçamento do pilar P4. (...)
23 de março	Nova deslocação da Comissão a Castelo de Paiva para recolha de depoimentos. (...)
29 de março	Por solicitação da Comissão, o LNEC procede a inspeções das partes da ponte que não ruíram, incluindo o tabuleiro metálico, os aparelhos de apoio e a parte emersa dos pilares (...)
03 de abril	<i>Publico</i> noticia que o relatório final da Comissão será entregue durante a semana a Ferro Rodrigues e que deverá confirmar que na origem do descalçamento do quarto pilar estão fenómenos de erosão generalizada e, em particular, a extração de areias. (...)
05 de abril	<i>Publico</i> noticia que o relatório final da Comissão será entregue no dia 10 de abril. (...)
10 de abril	Entregue o relatório final da Comissão de Inquérito Ministerial.

Fonte: *Publico*, 2001-2011

Anexo 5. Cronologia das intervenções na ponte Hintze Ribeiro

Data	Intervenção
1884	Início da construção da ponte.
1888	Inauguração oficial da ponte.
Março de 1926	Elaboração de um caderno de encargos para a reparação da ponte.
Março de 1928	Conclusão da obra.
Abril de 1928	Realizada uma inspeção e provas de carga.
1959	Obra de alargamento da faixa de rodagem.
Abril de 1986	Ofício de abril à JAE do Coordenador do Projeto de Navegabilidade do Douro que chama a atenção para o previsível aumento de tráfego decorrente da exploração do porto fluvial de Sardoura, faz com que a JAE comece a ponderar a viabilidade da realização de obras de beneficiação, alargamento e reforço da ponte.
Junho de 1986	EDP solicita à JAE autorização para depositar material aluvionar, proveniente de escavações no âmbito das obras da barragem de Torrão, em fundões existentes junto aos pilares da ponte. Na sequência desse pedido, a JAE adjudicou à ITS (Investigação e Técnica Submarina) a realização de uma inspeção subaquática das fundações submersas dos pilares da ponte.
29 de dezembro de 1986	Realizada pela ITS a inspeção subaquática sendo o relatório, bem como os respetivos registos de filmagens, remetidos à JAE.
Janeiro de 1987	Elaborada na JAE uma informação interna sobre os resultados da inspeção subaquática na qual é evidenciada a existência de fortes fenómenos de erosão do leito junto aos pilares centrais da ponte.
Fevereiro de 1987	Tendo em consideração os resultados da inspeção, a JAE, através da sua Direção dos Serviços de Pontes, entendeu que a EDP não devia ser autorizada a colocar material aluvionar no leito junto aos pilares, uma vez que se equacionava a próxima realização de um estudo relativo à beneficiação, alargamento e reforço da ponte.
Março de 1987	Em 11 de março de 1987, a Direção de Serviço de Pontes da JAE, através do ofício 486/DSP-DCs, convida a ETEC Lda., a apresentar uma proposta para elaboração dos estudos do “Projeto de Reforço e Alargamento da Ponte de Entre-os-Rios”.

Abril de 1987	Resultados da inspeção subaquática de 1986 remetidos à ETEC, Lda.
Dezembro de 1987	Em 23 de Dezembro de 1987, através do ofício 1868 CG/ME, a ETEC Lda. envia à JAE, a pedido desta, um parecer sobre a estrutura metálica do tabuleiro da Ponte com vista a “melhor definir as condições do contrato a estabelecer para o projeto correspondente”, sendo que o objeto desse parecer era a “Verificação sumária da capacidade de carga das estruturas resistentes da Ponte de Entre-os-Rios, realizada tendo em atenção o alargamento do tabuleiro, que se pretende obter para dar ligação às variantes dos acessos, em ambas as margens do Douro.”
Junho de 1988	Adjudicado à ETEC, Lda., por ajuste direto e sem contrato escrito, e com base na proposta de 14 de março de 1988 daquela firma, o “Projeto de Reforço e Alargamento da Ponte de Entre-os-Rios”, por despacho do Vice-Presidente da JAE, Engenheiro José Luís Rangel Lima.
Agosto de 1988	ETEC Lda. entrega o “Estudo Prévio de Reforço e Alargamento da Ponte de Entre-os-Rios”, da coautoria de Carlos António Santos de Morais Guerreiro e José António Fonseca da Mota Freitas, que aconselha a construção de uma nova ponte. “As justificações apontadas para a construção de uma nova ponte prendem-se sobretudo com os custos de reforço e reparação da existente, principalmente tratando-se da variante que inclui o alargamento do tabuleiro, com a necessidade de interromper o trânsito durante um determinado período das obras e com a necessidade de consolidar as fundações que, na opinião dos projetistas, deveria ter custos ‘da ordem de dezenas de milhares de contos’” (Rocha et al., 2004: 48).
Setembro de 1988	Empresa Consultores para Estudos de Geologia e Engenharia, Lda. (CÊGE) entrega o relatório da sondagem geotécnica aos pilares e encontros da ponte, executada pela empresa TECNASOL. “Ponte de Entre-os-Rios sobre o Rio Douro — Análise do enchimento dos pilares e condições de fundação”.
Abril de 1989	JAE toma a decisão de promover a elaboração de um estudo de beneficiação da ponte existente.
Maio de 1989	Em 9 de maio de 1989, a Direção de Serviço de Pontes, Divisão de Conservação, solicita à ETEC Lda. um estudo respeitante aos melhoramentos a introduzir na Ponte Hintze Ribeiro, por forma a mantê-la em condições de servir o atual tráfego por um período nunca inferior a 6 anos.
Julho de 1989	ETEC Lda. entrega o “Projeto de Arranjos e Beneficiação da Ponte de Entre-os-Rios”, da autoria de Carlos António Santos de Morais Guerreiro. Beneficiações preconizadas consistiam na beneficiação do pavimento, na limpeza e pintura da estrutura metálica do tabuleiro e na beneficiação dos aparelhos de apoio.
Abril e Maio de 1990	Realização das obras de beneficiação do pavimento.
Junho de 1998	Em 22 de Junho de 1998, a Direção de Estradas do Distrito do Porto envia o ofício com a referência n.º 2834 à JAE, Direção de Serviço de Pontes, solicitando uma inspeção à ponte Hintze Ribeiro e que fossem acionados os trabalhos para a circulação, em segurança, de veículos e peões.

Julho de 1998	Realizada pela JAE, através da Direção dos Serviços de Pontes, uma inspeção visual de rotina realizada por Manuel Lourenço Rosa Ferreira, direccionada apenas para a questão da segurança rodoviária na circulação de veículos e peões sobre o tabuleiro da ponte, refere o estado do pavimento, juntas de dilatação e órgãos de drenagem e propõe obras de reparação do pavimento.
Abril de 2000	No âmbito do “concurso público para a execução da empreitada da conduta adutora da estação de tratamento de água de Castelo de Paiva a Entre-os-Rios e travessia do rio Douro”, lançado pela empresa Águas do Douro e Paiva, foi apresentado por um Consórcio o projeto base de uma proposta variante à proposta base (na qual o atravessamento do rio pela conduta era feito com suporte no leito), que consistia no aproveitamento dos pilares da ponte para suporte de uma estrutura metálica onde a conduta se apoiaria. Na memória descritiva da proposta variante são feitas várias considerações sobre o estado de conservação e as condições de segurança estrutural da ponte, concluindo-se que o tabuleiro se encontrava em condições de conservação deficientes (sinais de corrosão evidentes) mas em razoáveis condições estruturais; os pilares se encontravam em muito bom estado de conservação, não se observando deslocamentos do tabuleiro indiciadores de problemas ao nível das fundações, nem fendas ou fissuras nos elementos de cantaria; e os aparelhos de apoio estavam em deficientes condições de conservação, em particular nos tramos extremos.
Outubro de 2000	Instituto para a Construção Rodoviária (ICOR) informa a Águas do Douro e Paiva de que não tem objeções à proposta variante.
Sem data	Carta de António José da Silva ao Ministro de Equipamento Social manifestando apreensão com as consequências da extração de inertes na estabilidade da ponte.
Novembro de 2000	Na sequência da carta mencionada acima, o ICERR (Direção de Estradas do Porto) realiza uma visita ao local, tendo detetado a existência de uma situação preocupante junto ao pilar P6.
Janeiro de 2001	Realizada pelo Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICERR) uma inspeção da ponte. Inspeção visual realizada por Manuel Lourenço Rosa Ferreira. Constata a inexistência de buracos no pavimento, detetando apenas a existência de algumas deformações no mesmo, resultantes das deformações das chapas metálicas que apoiam sobre as vigas e longarinas, não tendo detetado movimentos das juntas de dilatação que indicassem qualquer problema nos pilares, encontrando-se os guarda corpos alinhados, não denotando deformação transversal do tabuleiro.
04 de março de 2001	Colapso da ponte.
Fontes: CIM, 2001; CIP, 2001; FEUP, 2001; Rocha et al., 2004; ATCP, 2006	

Anexo 6. Cronologia da Comissão de Inquérito Parlamentar

2001	
08 de março	Grupo Parlamentar do PS entrega na mesa da AR um pedido de constituição de uma Comissão de Inquérito Parlamentar ao acidente de Entre-os-Rios. PSD associa-se a essa iniciativa e desiste de uma similar que estava a preparar.
13 de março	Resolução da Assembleia da República n.º 24/2001: Constituição de uma “Comissão parlamentar de inquérito sobre as causas, consequências e responsabilidades com o acidente resultante do desabamento da ponte sobre o rio Douro em Entre-os-Rios”.
(...)	
02 de maio	Ouvida a Comissão de Inquérito Ministerial. Cassete de vídeo com o registo das filmagens subaquáticas da ITS terá desaparecido da JAE tendo a Comissão de Inquérito Ministerial solicitado uma cópia ao canal de televisão SIC. Comissão de Inquérito Ministerial afirma que se essas imagens e o relatório anexo tivessem sido tomados em consideração a probabilidade do pilar ruir teria diminuído.
Comissão de Inquérito Parlamentar esclarece que Paulo Teixeira nunca fez qualquer alerta ao Governo. Os avisos e reclamações foram sempre relacionados com as acessibilidades e a largura da ponte e não com a estabilidade estrutural.	
(...)	
09 de maio	Ouvido o Diretor do LNEC, Rui Correia, na qualidade de Presidente da Comissão de Inquérito Ministerial. Segundo este, em 1986 e 1988, a JAE ficou de posse de toda a informação sobre a situação dos pilares da ponte de Entre-os-Rios, mas <i>não teve a percepção do risco</i> .
Ouvido António Flores de Andrade, Inspetor-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, na qualidade de membro da Comissão de Inquérito Ministerial que se fixou sobre a extração de areias como primeira causa direta para o descolçamento do pilar.	
(...)	
16 de maio	Ouvido António Martins, Presidente do IEP. António Martins refere a desorganização que grassava quer na JAE quer no IEP e leu partes de um relatório enviado a Jorge Coelho, então Ministro do Equipamento Social, no qual dava conta desses problemas. Na base desses problemas está a fuga dos técnicos para o sector privado. Referiu, ainda, a inexistência de fiscalização de pontes quer durante o mandato da JAE quer depois com o IEP. Assinalada a inexistência de um inventário das obras de arte portuguesas. Arquivo da JAE era, nas palavras de António Martins, “um caos ou mesmo um chiqueiro” (Braga, 2001a).
(...)	

6 de junho	<p>Garcia dos Santos, ex-Presidente da JAE recusa-se a depor perante a Comissão de Inquérito Parlamentar afirmando não acreditar nos seus resultados práticos e objetivos. Diz-se objeto de discriminação por lhe ter sido instaurado um processo de desobediência qualificada.</p> <p>António Lamas, predecessor no IEP de António Martins e primeiro Presidente do IEP depois da JAE, afirma não ter recebido o Instituto num caos e não o ter deixado num caos. Relativamente à ponte: “os riscos que a Ponte Hintze Ribeiro corria são ‘uma categoria nova de risco para os quais não havia sensibilização nas instituições’” (Braga, 2001b). Inspeções não eram adequadas mas não eram inexistentes.</p> <p>(...)</p>
03 de julho	<p>Ouvindo Rangel de Lima, último Presidente da JAE antes do IEP, que define a JAE como exemplar. Direção de Serviço de Pontes era modelar e uma escola. Declarações sustentadas num discurso de Jorge Sampaio de março de 1998.</p> <p>(...)</p>
04 de julho	<p>Ouvindo Paulo Teixeira. Atenua as acusações proferidas na noite do acontecimento. Refere nunca ter falado na segurança estrutural mas num sentimento de insegurança. Revelou pressões de Luís Parreira para que fossem instaladas na ponte uma série de condutas. Perante a resistência de Paulo Teixeira, Luís Parreira “ameaçou que enquanto eu fosse Presidente [da CM de Castelo de Paiva] não construiria a ponte, por eu impedir a instalação das condutas e impedir o desenvolvimento do concelho” (Lourenço, 2001).</p> <p>(...)</p>
17 de julho	<p>PS inviabiliza a audição de responsáveis do partido: José Sócrates, Ministro do Ambiente; Elisa Ferreira, antecessora de José Sócrates; João Cravinho, ex-Ministro do Equipamento Social; Antero Gaspar, Governador Civil de Aveiro e ex-Presidente da Câmara de Castelo de Paiva. Inviabilizada, ainda, a audição de um técnico do ICER responsável por um relatório à inspeção da ponte Hintze Ribeiro de janeiro de 2001. PS argumenta que já tinha os dados necessários à elaboração do relatório da comissão que ficou a cargo do deputado do PS Dias Baptista.</p>
18 de julho	<p>PS recua nas audições de responsáveis do partido. Na origem dessa recusa terá estado o desnorte da Comissão na sequência da saída do seu líder Manuel dos Santos que foi substituído por António José Seguro no Parlamento Europeu, sendo ele próprio substituído por Miguel Coelho. PS propõe a apresentação de novas audições quando da apresentação do relatório preliminar por parte de Dias Baptista.</p> <p>(...)</p>
24 de julho	<p>PS propõe a audição de Elisa Ferreira, José Sócrates e João Cravinho na sessão de apresentação do relatório preliminar. Comissão, pela mão do PS, insiste na inspeção subaquática de 1986 encomendada pela JAE à ITS. Das inspeções realizadas à ponte (1986, 1998 e 2001) essa era, segundo João Cravinho, aquela que dava conta da falta de segurança estrutural da ponte.</p> <p>(...)</p>
27 de julho	<p>Ouvidos Elisa Ferreira e José Sócrates. A principal questão repousa sobre a responsabilidade política relativamente à extração de areias. Ministério do Ambiente ou Instituto de Navegabilidade do Douro? Sócrates havia afirmado que <i>não tinha</i></p>

	<i>nada a ver com nada.</i>
	(...)
19 de setembro	<p>Ouvindo Antero Gaspar que prometera “abrir o livro” sobre a extração de areias. Embora revelando alguma falta de memória relativamente a essa atividade revelou-se particularmente loquaz noutra situação: “lembrou-se que o ministro das Obras Públicas no tempo de Cavaco Silva, Oliveira Martins, decidira fazer uma nova ponte e não reparar a velha, que Falcão Cunha, enquanto Secretário de Estado das Obras Públicas, em 1986, dissera ser preciso uma vistoria à ponte Hintze Ribeiro, que Ferreira do Amaral anunciara como prioridades ‘os IC e os IP’ e que João Cravinho inscreveu no PIDDAC dinheiro para uma ponte nova em Castelo de Paiva” (Braga, 2001d). Declarou que o relatório de 1986 e um outro de 1988 lhe tinham sido omitidos.</p> <p>“Não há mais audições previstas e o PS e o PSD acabaram como começaram: o partido no Governo a procurar remeter as culpas para o tempo em que era o PSD a mandar; e este a perguntar por que é que o PS nada fez para resolver o problema de uma ponte em risco” (Braga, 2001d).</p>
	(...)
02 de outubro	<p>Aprovação do relatório adiada. Deputados querem incluir várias questões omissas, entre as quais, a inclusão no relatório da afirmação de que não se construiu uma nova ponte em Castelo de Paiva por falta de vontade política do Governo socialista. Basílio Horta (PP): “Ficou claramente demonstrado que a dilação do tempo de construção da nova ponte se deveu a não ser uma prioridade de sucessivos governos” (Braga, 2001e). PS insiste na inspeção subaquática de 1986, o que remeteria a responsabilidade para o PSD, na altura Governo, enquanto o PSD enfatiza um relatório de 1994 da Inspeção-Geral de Obras Públicas no qual é denunciada a ausência de fiscalização de pontes em Portugal, o que remeteria a responsabilidade para o PS. O tom dado por Isabel Braga, jornalista do <i>Público</i> que acompanhou os trabalhos da Comissão, é sempre de um confronto, à maneira de um combate de boxe, entre PS e PSD.</p>
	(...)
08 de outubro	Fim dos trabalhos da Comissão de Inquérito Parlamentar.
	<p>Aprovação do relatório da Comissão de Inquérito Parlamentar. Abstenções do partido Os Verdes e Bloco de Esquerda. Nenhum voto contra.</p>
	Fonte: Público, 2001-2011.

Anexo 7. Quadro comparativo: Comissão de Inquérito Ministerial-Comissão de Inquérito Parlamentar

	Comissão de Inquérito Ministerial	Comissão de Inquérito Parlamentar
Designação do acontecimento	Sinistro	Acidente
Legislação	Despachos do Ministro do Equipamento Social de 4 de março de 2001, 8 de março de 2001 e 15 de março de 2001	Resolução da Assembleia da República 24/2001, de 13 de março de 2001
Objetivo	Apurar as causas que estiveram na origem do sinistro e identificar as medidas preventivas necessárias e convenientes.	Apurar as causas, identificar as consequências e determinar as responsabilidades associadas ao grave acidente ocorrido com a ponte sobre o rio Douro.
Presidência	Diretor do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Rui Correia	Presidente: Manuel Castro Almeida, Deputado PSD / Relator: António Manuel Dias Baptista, Deputado PS
Data de início	04 de março de 2001	5 de abril de 2001
Relatório final	10 de abril de 2001	8 de outubro de 2001
Constrangimentos	Prazo apertado para a entrega do relatório final e impossibilidade de observação direta dos destroços submersos das partes da ponte que ruíram.	Nenhum referido
Audições	Vinte e cinco pessoas formalmente ouvidas com redução a escrito dos autos de inquirição e três pessoas sem o formalismo de redução a escrito dos autos.	Vinte e seis reuniões, ouvidos trinta e um depoentes e analisados mais de sessenta documentos.
Mecanismo do colapso da ponte	Colapso do pilar P4 por perda de suporte do terreno ao nível da base do caixão de fundação e consequente colapso da estrutura do tabuleiro.	Colapso do pilar P4 por perda de suporte do terreno ao nível da base do caixão de fundação e consequente colapso da estrutura do tabuleiro.
Causa(s) direta(s) do colapso	Causa direta do sinistro foi a descida do leito do rio na zona do pilar P4 até um nível de tal modo baixo que foi originada, por erosão ou por redução da resistência ao carregamento, a perda de suporte do terreno situado sob o caixão de fundação e o consequente colapso do pilar e do tabuleiro.	Causa direta do sinistro foi a descida do leito do rio na zona do pilar P4 até um nível de tal modo baixo que foi originada, por erosão ou por redução da resistência ao carregamento, a perda de suporte do terreno situado sob o caixão de fundação e o consequente colapso do pilar e do tabuleiro.
Causa(s) indireta(s) do	Atividades de extração de inertes do leito do rio.	Atividades de extração de inertes do leito do rio.

colapso	Redução da alimentação de caudal sólido provocada pela retenção de sedimentos nas albufeiras existentes no rio Douro e afluentes.	Redução da alimentação do caudal sólido provocada pela retenção de sedimentos nas albufeiras existentes no rio Douro e afluentes.
	Severas condições de persistência de caudais elevados que se verificaram no rio Douro, no local da ponte, desde o início do ano hidrológico de 2001.	Severas condições de persistência de caudais elevados que se verificaram no rio Douro, no local da ponte, desde o início do ano hidrológico de 2001.
		Alteração nas prioridades políticas relativamente à construção de uma nova travessia (declaração de voto do CDS/PP)
	Comissão de Inquérito Ministerial	Comissão de Inquérito Parlamentar
Argumentação	Nas últimas três décadas o perfil longitudinal do leito do rio ao longo do que é agora a albufeira da barragem de Crestuma sofreu um forte e generalizado abaixamento, que nalguns pontos chega a atingir valores da ordem de 28 m. Tal evolução deve-se, certamente, à concorrência de dois factores principais: as actividades de extração de inertes do leito do rio (cuja importância é indicada pela existência de numerosos “fundões”) e a redução da alimentação de caudal sólido provocada pela retenção de sedimentos nas albufeiras existentes no rio Douro e afluentes. Desde a construção da ponte até fevereiro de 2000 registou-se um abaixamento do leito do rio, junto ao pilar que ruíu, de quase 15 m, significando isso que o leito do rio ficou nessa data apenas cerca de 6 m acima da base do caixão de fundação. Entre fevereiro de 2000 e março de 2001 o leito do rio sofreu uma descida adicional muito acentuada, tendo ficado perto do nível da base do caixão. Esta acentuada descida deve-se certamente, acima de tudo, às severas condições de persistência de caudais elevados que se verificaram no rio Douro, no local da ponte, desde o início do presente ano hidrológico.	Nas últimas três décadas o perfil longitudinal do leito do rio ao longo do que é agora a albufeira da barragem de Crestuma sofreu um forte e generalizado abaixamento, que nalguns pontos chega a atingir valores da ordem de 28 metros. Tal evolução deve-se à concorrência de dois factores principais: as actividades de extração de inertes do leito do rio e a redução da alimentação de caudal sólido provocada pela retenção de sedimentos nas albufeiras existentes no rio Douro e afluentes.
Recomendações	Realização urgente de uma avaliação da vulnerabilidade, a fenómenos de erosão do leito, das pontes com pilares instalados no leito dos rios, principalmente das mais antigas.	Implementação de um adequado sistema de gestão da conservação de pontes e viadutos, incluindo a elaboração e normas e o planeamento de inspeções periódicas e as intervenções de manutenção, conservação, reparação e reabilitação.

	<p>Implementação de um adequado sistema de gestão da conservação das pontes e viadutos, incluindo a elaboração de normas e o planeamento quer das inspeções periódicas quer das intervenções de manutenção, conservação, reparação e reabilitação.</p> <p>Clarificação da repartição de competências e de responsabilidades entre o ICOR e o ICERR em matéria de conservação de pontes e viadutos.</p> <p>Definição e aplicação de uma política integrada de gestão dos sedimentos nos rios, tendo em vista garantir a integridade e estabilidade dos leitos.</p> <p>Extração de inertes no Douro deve ser efetuada apenas mediante planos específicos baseados em estudos de impacto, e adequada fiscalização dessa atividade; e mediante a realização de um estudo aprofundado acerca dos efeitos, sobre a estabilidade do leito, da retenção de sedimentos nas albufeiras, baseado em informação recolhida mediante medição periódica de grandezas relevantes.</p>	<p>Implementação de um sistema de monitorização dos níveis do leito do rio junto aos pilares das pontes para identificação fácil e prévia de qualquer situação que possa causar perigo.</p> <p>Elaboração de planos, pelos serviços responsáveis pela manutenção das pontes, que incluam obrigatoriamente a realização de inspeções subaquáticas periódicas às pontes com maior potencial de risco.</p> <p>Que os diversos serviços públicos e institutos que têm intervenção nestas matérias mantenham disponíveis e acessíveis as instituições públicas, designadamente das câmaras municipais, todos os elementos relevantes respeitantes a obras de arte, aos levantamentos batimétricos, à inspeção e prospeção geotécnica, visando otimizar meios e recursos e permitir acesso à informação.</p> <p>Elaboração e atualização pelos serviços responsáveis de um inventário informático de todas as obras de arte.</p> <p>Reforço do orçamento do Instituto de Estradas de Portugal afeto às obras de conservação, manutenção e reparação de obras de arte e vias de comunicação.</p> <p>Que a extração de inertes seja realizada com estrita observância das disposições legais aplicáveis, designadamente, planos específicos e estudos prévios de avaliação de impacto ambiental e monitorização.</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Anexo 8. Breve biografia dos arguidos acusados no processo-crime

Jorge Pessoa Barreiros Cardoso, Engenheiro civil, JAE

Sempre exerceu a atividade profissional na Direção dos Serviços de Pontes da JAE, ingressando no quadro de pessoal em fevereiro de 1972. Assumiu a chefia da Divisão de Construção da Direção dos Serviços de Pontes em 27 de novembro de 1991.

Aníbal Soares Ribeiro, Engenheiro civil, JAE

Desempenhou funções de engenheiro adjunto contratado, responsável pelo projeto e fiscalização de pontes, tendo assumido em 12 de agosto de 1981 a chefia da Divisão de Conservação da Direção dos Serviços de Pontes da JAE, cargo que exerceu até 2 de dezembro de 1993, data em que se aposentou por limite de idade.

José Carlos Baptista dos Santos, Engenheiro civil, JAE

Sempre desempenhou a sua atividade profissional na Direção dos Serviços de Pontes da JAE. Foi nomeado definitivamente engenheiro civil de 2ª classe da JAE em julho de 1977 e assumiu as funções de Engenheiro Chefe da Divisão de Conservação da Direção dos Serviços de Pontes da JAE em 7 de dezembro de 1993, cargo que exerceu até 30 de junho de 1999.

Manuel Lourenço Ferreira, Engenheiro civil, JAE

Sempre exerceu funções na Direção dos Serviços de Pontes da JAE e após a reestruturação da Direção dos Serviços de Pontes em três divisões, foi colocado na Divisão de Conservação, mas durante pouco tempo, logo sendo integrado formalmente na Divisão de Construção. Porém, também fazia trabalhos para a Divisão de Projetos e para a Divisão de Conservação. A partir do final dos anos 80, desenvolveu a maior parte da sua atividade profissional no âmbito da Divisão de Construção da Direção dos Serviços de Pontes, embora formalmente estivesse integrado na Divisão de Projetos, tendo acompanhado a construção de diversas pontes. Em 1998, efetuou diversas vistorias no âmbito da Divisão de

Conservação, nomeadamente da Ponte sobre o rio Douro em Entre-os-Rios. Por deliberação do Conselho de Administração do ICERR de 10 de maio de 2000, com efeitos a partir de 1 de julho de 2000, foi nomeado gestor de empreendimentos de obras de arte, tendo ficado responsável pelos empreendimentos de pontes para Lisboa e Sul, que abrange a área geográfica dos distritos de Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal, tendo assumido também a responsabilidade pela conservação dos empreendimentos de pontes nos distritos de Porto e Viana do Castelo, já que não foi nomeado um gestor de empreendimentos para as pontes localizadas na área Norte.

Carlos Morais Guerreiro, Engenheiro civil, ETEC

Sempre se dedicou à atividade profissional de projetista de estruturas em geral. No ano de 1963 ou 1964, surgiu o gabinete de projetos com a designação ETEC, ainda sociedade irregular e que funcionava como sendo o gabinete do próprio Carlos Morais Guerreiro, pois era o único que se dedicava em tempo exclusivo a essa atividade, figurando como titular do escritório quer para efeitos fiscais, quer em termos de condomínio. Em 1981, os sócios decidiram constituir uma sociedade por quotas que adotou a designação de ETEC, Lda. – Escritório Técnico de Engenharia Civil, Lda., sendo sócios fundadores, para além de Carlos Morais Guerreiro e José da Mota Freitas, Armando de Araújo Martins de Campos e Matos, Aristides Guedes Coelho e o Engenheiro Manuel da Silva Baptista Barros. Exerceu as funções de sócio gerente da ETEC, Lda. até 20 de janeiro de 1999.

José da Mota Freitas, Professor associado convidado da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, ETEC

Para além da docência, exerce a atividade profissional de projetista na firma ETEC, Lda., da qual é sócio fundador e sócio gerente.

Anexo 9. Cronologia do processo-crime

		2001
05 de março	Ministério Público de Castelo de Paiva abre um inquérito para apurar a responsabilidade criminal do desmoronamento da ponte Hintze Ribeiro.	(...)
09 de março	Nota n.º 3/2001 da Procuradoria-Geral da República para a Comunicação Social, Lisboa, 9 de março de 2001: “Na sequência dos trágicos acontecimentos de Castelo de Paiva que enlutaram e enlutam o país, foi instaurado de imediato, nos serviços do Ministério Público junto do Tribunal da Comarca de Castelo de Paiva, um processo de inquérito destinado a averiguar responsabilidades penais. Em face da repercussão social do caso e de eventual complexidade processual superveniente, o Procurador-Geral da República determinou, ao abrigo do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto do Ministério Público, que o magistrado titular do processo passasse a ser o Procurador-Geral Adjunto Dr. António Pinto Hespanhol, que exerce funções na Procuradoria-Geral Distrital do Porto.”	(...)
01 de abril	O magistrado do Ministério Público António Pinto Hespanhol passa a trabalhar no processo em regime de dedicação exclusiva.	(...)
Dezembro	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto entrega ao Ministério Público relatório pericial.	2002
	Nota n.º 1/2002 da Procuradoria-Geral da República para a Comunicação Social, Lisboa, 26 de fevereiro de 2002: “Aproximando-se a data em que se perfaz um ano sobre os trágicos acontecimentos da Ponte de Entre-os-Rios sobre o Rio Douro, importa dar conta do desenvolvimento do processo-crime então instaurado e presentemente em fase de inquérito. Tal como é do conhecimento público o colapso parcial da ponte deu origem para além do processo criminal a cargo do Ministério Público, a um inquérito administrativo de iniciativa ministerial e a um inquérito parlamentar, os quais prosseguiram os objetivos de investigação que lhes são próprios. Foi oportunamente veiculado para a comunicação social em nota de 9 de março de 2001 que a titularidade do processo-crime, instaurado no dia seguinte ao sinistro, pelo Ministério Público, foi entregue, ao abrigo do artigo 68.º do Estatuto do Ministério Público, ao Procurador-Geral Adjunto Dr. Manuel Pinto Hespanhol.	

	<p>A partir de abril de 2001, este magistrado do Ministério Público passou a trabalhar no inquérito em dedicação exclusiva, coordenando uma equipa constituída por mais três procuradores da República, o representante do M.P. na comarca de Castelo de Paiva e diversos oficiais de justiça.</p> <p>O trabalho de investigação levado a cabo tem contado desde a primeira hora com o contributo empenhado dos órgãos de polícia criminal, designadamente da Polícia Judiciária, em campos tão diversos como a identificação das vítimas, a análise e tratamento de uma documentação vasta, exames e perícias.</p> <p>Tem estado em causa um conjunto de diligências que recolhem o contributo de diferentes áreas especializadas do conhecimento a par da audição de algumas centenas de pessoas.</p> <p>Segundo o artigo 276.º do CPP, o prazo indicado para a ultimação desta fase processual é, no caso, de oito meses, contados a partir do momento em que o inquérito for dirigido contra pessoa determinada. Tal prazo não se mostra ultrapassado encontrando-se a investigação em fase adiantada”.</p>
	<p>(...)</p>
<p>11 de novembro</p>	<p>Ministério Público deduz acusação contra seis arguidos: Jorge Barreiros Cardoso, JAE; Aníbal Soares Ribeiro, JAE; José Carlos Baptista Santos, JAE; Manuel Lourenço Ferreira, ICERR; e Carlos Morais Guerreiro e José da Mota Freitas, sócios-gerentes da ETEC, Lda.. Profere despacho de arquivamento quanto a três arguidos: Mário Fernandes, ex-Presidente do Instituto de Navegabilidade do Douro; Guilherme Câncio Martins, Administrador-delegado e vogal executivo do conselho de administração do Instituto para a Construção Rodoviária; e Luís Filipe Loureiro, da JAE.</p> <p>Nota n.º 10/2002 da Procuradoria-Geral da República para a Comunicação Social, Lisboa, 11 de Novembro de 2002:</p> <p>“1. Nas últimas horas, vieram a público, através de diversos órgãos de comunicação social, notícias que se referem à conclusão da investigação e encerramento do inquérito criminal relativo ao colapso da Ponte de Entre-os Rios sobre o rio Douro, ocorrido em 4 de março de 2001.</p> <p>Tais notícias contêm, no seu desenvolvimento, informação incorreta e inexata, resultante, em boa medida, de mera especulação. Face ao impacto do trágico evento na opinião pública e no sentido de repor a verdade sobre os factos, impõe-se um esclarecimento que, ao abrigo do disposto no n.º 9, do artigo 86.º do Código de Processo Penal, ora se presta.</p> <p>2. Recorde-se que da evolução do processo criminal foi prestada, por duas vezes, informação pública, através de notas de imprensa, de 9 de março de 2001 e de 26 de fevereiro de 2002.</p> <p>Aí se deu conta de que, perante a dimensão humana dos acontecimentos, se entendeu adequado adotar um procedimento de natureza excepcional, tendo sido designado, ao abrigo do artigo 68.º do Estatuto do Ministério Público, o Procurador-Geral Adjunto, Dr. Manuel Pinto Hespanhol, como titular do processo-crime que havia sido instaurado no dia seguinte ao sinistro.</p> <p>A partir de abril de 2001, este magistrado do Ministério Público passou a trabalhar no inquérito em dedicação exclusiva, coordenando uma equipa constituída por mais três procuradores da República, o representante do MP na comarca de Castelo de Paiva e diversos oficiais de justiça.</p>

	<p>3. Ao longo de 19 meses, foram efetuadas diligências exaustivas com vista ao apuramento da verdade, no quadro da averiguação de eventuais responsabilidades criminais. O esforço levado a cabo permitiu respeitar o prazo previsto no caso para a realização do inquérito, de acordo com artigo 276.º do C.P.P.</p>
	<p>Assim, procedeu-se, entre outras, às seguintes diligências de investigação: Recolha e análise da documentação relativa à ponte enviada e recebida por todas as entidades que, em qualquer momento, se relacionaram com a ponte ou com atividades que com ela interagem; Inquirição de mais de três centenas de pessoas; Filmagem submarina, com recurso a mergulhadores; Recolha de amostras e efetivação de análises e ensaios de caracterização física, química e estrutural; Realização de ensaios de prospeção geofísica; Sondagens mecânicas de fins diversos; Averiguação dos dados hidrologicos e condições de funcionamento respeitantes às barragens, à data do colapso parcial da ponte; Identificação de embarcações afundadas no rio Douro; Perícia final destinada a indagar as causas do colapso [Perícia elaborada pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e entregue em dezembro de 2001].</p>
	<p>Para a realização da investigação, o Ministério Público contou com a colaboração da Polícia Judiciária e de várias entidades públicas, como a Marinha Portuguesa, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e ainda com o apoio do Ministério da Justiça que satisfez todas as solicitações endereçadas, em especial, de natureza financeira.</p> <p>Apurou-se uma factualidade que permitiu constituir nove arguidos (todos eles, pessoas singulares), tendo sido deduzida acusação contra seis.</p> <p>A acusação respeita à prática de crimes de violação das regras técnicas, agravados pelo resultado, e o processo segue os seus termos no Tribunal Judicial da Comarca de Castelo de Paiva”.</p>
	<p>(...)</p>
13 de novembro	<p><i>Publico</i> noticia que a AFVTER se irá constituir como assistente no processo e requerer a abertura da instrução. Horário Moreira: “Logo que tenhamos conhecimento da acusação, vamos avaliar o seu conteúdo, mas certamente iremos requerer a abertura da instrução, pois continuamos a considerar que, independentemente da violação de regras técnicas, tem de haver uma acusação de homicídio por negligência” (Botelho, 2002b).</p>
14 de novembro	<p>Familiares das vítimas, assistentes do processo, recebem as acusações no Tribunal de Castelo de Paiva.</p> <p>(...)</p>

28 de dezembro	<i>Público</i> noticia a intenção dos familiares das vítimas constituídas assistentes no processo de requerer a abertura da instrução do processo para incluir como arguidos Mário Fernandes, ex-Presidente do Instituto de Navegabilidade do Douro, e sete empresas de extração de areias que operam no Douro (Nabais, 2002b).
	<i>Público</i> noticia a intenção dos familiares das vítimas de avançar com um pedido de indemnização cível por danos não patrimoniais contra os arguidos da ETEC, Lda. no valor de 10 milhões de euros.
	2003
15 de janeiro	Familiares das vítimas entregam no Tribunal de Castelo de Paiva o requerimento de abertura de instrução no qual requerem a pronúncia de Mário Fernandes, do Instituto de Navegabilidade de Douro, e das sete empresas de extração de areias que operam no Douro.
Janeiro	Arguidos requerem abertura de instrução
	(...)
24 de abril	É proferido o despacho de abertura de instrução, pela juíza do círculo de Penafiel.
	(...)
03 de setembro	Familiares das vítimas reclamam a nomeação de um juiz em exclusivo para a condução do processo de instrução devido à morosidade e ao receio de prescrição. Conselho Superior de Magistratura esclarece que a juíza de Penafiel que conduza a instrução foi aliviada do resto do trabalho para se dedicar em exclusivo ao processo.
	(...)
08 de setembro	Familiares das vítimas reclamam a nomeação de um juiz em exclusivo para a condução do processo de instrução informados com o arrastamento da instrução e pelo receio de prescrição.
	(...)
12 de setembro	<i>Correio da Manhã</i> noticia que o Conselho Superior de Magistratura nomeou um juiz para a Comarca de Castelo de Paiva que ficará em exclusivo com a instrução do processo da queda da Ponte Hintze Ribeiro. A juíza do círculo de Penafiel já havia requerido ao Conselho Superior da Magistratura que lhe fosse retirado o processo. O magistrado escolhido, Nuno Melo, estava em funções no Tribunal de Lamego e estava colocado na bolsa de juizes (Pacheco, 2003).
23 de setembro	Juiz de instrução criminal convoca 24 areeiros, todos ligados às sete empresas de extração de areais que operavam no rio Douro.
	(...)
25 de setembro	São constituídos 23 novos arguidos: 22 areeiros de sete empresas de extração de areias a operar no Douro e Mário Fernandes, ex-Presidente do Instituto de Navegabilidade do Douro.

2004	
29 de janeiro	Entrega da “Perícia para indagar as causas do colapso da Ponte Hintze Ribeiro, em Entre-os-Rios”, elaborado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil e pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
	(...)
18 de março	Debate instrutório no Tribunal de Castelo de Paiva. João Nabais, advogado dos familiares das vítimas, anuncia a intenção de não levar os 22 arceiros a julgamento pelo facto de, durante a instrução não se ter conseguido fazer prova.
	(...)
25 de março	Primeira página do <i>Público</i> . Juiz de instrução Nuno Melo, do Tribunal de Castelo de Paiva, baseando-se na análise de três relatórios técnicos sobre as causas da queda do pilar da ponte Hintze Ribeiro [Comissão de Inquérito Ministerial (2001); Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2001) e Faculdade de Ciências e Tecnologia da U. de Coimbra (2004)], decide que nenhum dos 29 arguidos é levado a julgamento. No despacho de não pronúncia, o juiz de instrução entende que a queda da ponte se ficou a dever a causas naturais, nomeadamente às cinco cheias sucessivas ocorridas no ano hidrológico 2000/01 e que a falta de vigilância às condições da ponte não pode ser atribuída aos indivíduos constituídos como arguidos.
	Ministério Público e familiares das vítimas anunciam a intenção de recorrer ao Tribunal da Relação do Porto.
	(...)
22 de abril	Familiares recorrem do despacho de não pronúncia relativamente aos seis arguidos inicialmente acusados pelo Ministério Público e relativamente a Mário Fernandes. Não recorrem quanto ao despacho de não pronúncia dos arceiros.
Abril	Ministério Público recorre do despacho de não pronúncia relativamente aos seis arguidos inicialmente por si acusados.
	(...)
23 de junho	Sorteado no Tribunal da Relação do Porto o recurso apresentado na sequência da decisão do juiz de instrução Nuno Melo. O juiz desembargador Borges Martins é o relator do processo que vai ser analisado por mais dois adjuntos: Élia São Pedro e Marques Salgueiros.
	(...)
27 de junho	Falece Mário Fernandes, do Instituto de Navegabilidade do Douro.
	2005
21 de janeiro	Tribunal da Relação do Porto dá provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público, revogando a decisão do juiz de instrução Nuno Melo e ordenando que seja proferido despacho de pronúncia contra os seis arguidos inicialmente acusados (Gorge Barreiros Cardoso, JAE; Aníbal Soares Ribeiro, JAE; José Carlos Baptista Santos, JAE; Manuel Lourenço Ferreira, ICERR; e Carlos Morais Guerreiro e José da Mota Freitas, ETEC, Lda.).

	<p>Tribunal da Relação do Porto rejeita o recurso interposto pelos familiares das vítimas, por extemporaneidade no envio do recurso. O recurso, que para além dos arguidos inicialmente acusados (Jorge Barreiros Cardoso, JAE; Aníbal Soares Ribeiro, JAE; José Carlos Baptista Santos, JAE; Manuel Lourenço Ferreira, ICERR; e Carlos Morais Guerreiro e José da Mota Freitas, ETEC, Lda.), propunha levar a julgamento Mário Fernandes, ex-Presidente do Instituto de Navegabilidade do Douro, chegou ao Tribunal, via fax, com seis folhas, menos dez do que o original, que chegou ao Tribunal quatro dias depois (Oliveira, 2005).</p>
	(...)
04 de março	<p><i>Público</i> noticia que os advogados de alguns dos seis arguidos pediram a nulidade de partes do acórdão do Tribunal da Relação do Porto e que um dos arguidos interpôs recurso para o Tribunal Constitucional.</p>
	(...)
06 de abril	<p>Tribunal da Relação do Porto profere decisão que considera improcedentes as pretensões dos arguidos que invocavam nulidades do acórdão.</p>
	(...)
18 de abril	<p>Advogados de alguns dos seis arguidos recorrem para o Tribunal Constitucional e entregam mais pedidos de esclarecimento, conseguindo que o despacho do juiz de envio do caso para o Tribunal de Paiva, só tivesse sido proferido no final de setembro.</p>
	(...)
12 de outubro	<p>Desapensação do recurso, tendo depois o Tribunal da Relação do Porto aguardado durante mais de um mês para que a Secretaria-Geral providenciasse um transporte para levar os documentos para Castelo de Paiva.</p>
	(...)
16 de novembro	<p>Tribunal da Relação do Porto envia o processo para o Tribunal de Castelo de Paiva para que seja proferido despacho de pronúncia.</p>
	(...)
28 de novembro	<p>Leitura da decisão instrutória, no Tribunal de Castelo de Paiva. À leitura do despacho de pronúncia segue-se a distribuição do processo para julgamento.</p>
29 de novembro	<p>Primeira página do <i>Público</i>. Leitura do despacho. “A decisão instrutória foi lida aos arguidos e aos advogados no gabinete do juiz de instrução. No fundo, era a leitura da acusação, um documento que já todos conheciam e sobre o qual o juiz Nuno Melo há mais de um ano havia prestado esclarecimentos públicos. Desta vez, porém, tudo era segredo: a decisão, a justificação e até o nome do magistrado que presidia à diligência” (Laranjo, 2005). Juiz entendeu que, como a decisão instrutória ainda não transitou em julgado, o processo ainda não é público.</p>
	2006

19 de abril	Primeira página do <i>Público</i> . Início do julgamento no Tribunal da Comarca de Castelo de Paiva, deslocado, para a ocasião, para o salão nobre do quartel dos Bombeiros de Castelo de Paiva.	(...)
25 de agosto	Última audiência para produção de prova.	(...)
13 de setembro	Início das alegações finais.	(...)
20 de outubro	Acórdão do Tribunal Coletivo de Castelo de Paiva (Juiz-Presidente Teresa Silva) absolve todos os arguidos e nega provimento ao pedido de indemnização conjunto (Estado, Segurança Social e familiares das vítimas).	(...)
	Ministério Público não concorda com o acórdão e anuncia a intenção de recorrer para o Tribunal da Relação do Porto. O recurso do Ministério Público é delimitado à absolvição de dois arguidos, Jorge Barreiros Cardoso e Aníbal Soares Ribeiro, defendendo que os ex-quadros da extinta JAE devem ser condenados por violação das regras técnicas.	(...)
7 de dezembro	Ministério Público recorre para o Tribunal da Relação do Porto. O recurso do Ministério Público é delimitado à absolvição de dois arguidos, Jorge Barreiros Cardoso e Aníbal Soares Ribeiro, defendendo que os ex-quadros da extinta JAE devem ser condenados por violação das regras técnicas.	(...)
	Advogado dos familiares das vítimas, João Nabais, não recorre.	(...)
		2007
		(...)
		2008
Março	Três juízes-desembargadores do Tribunal da Relação do Porto negam provimento ao recurso apresentado pelo Ministério Público relativo ao acórdão sobre a queda da ponte de Entre-os-Rios. Proferido o acórdão, o processo baixa à primeira instância para o cálculo das custas judiciais.	(...)
		2009

<p>16 de abril</p>	<p>Familiares são notificados para pagamento das custas judiciais. AFVTER solicita a intervenção do Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, ao Primeiro-Ministro, José Sócrates, e ao Ministro da Justiça, Alberto Costa, para não pagarem as custas judiciais.</p>
<p>(...)</p>	
<p>23 de abril</p>	<p>Decisão do Conselho de Ministros pela inclusão do valor das despesas das custas judiciais nas indemnizações a pagar aos herdeiros das vítimas da queda da ponte de Entre-os-Rios (Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2009, de 12 de maio de 2009).</p>

Anexo 10. Cronologia da operação de busca e resgate e de deteção dos veículos desaparecidos

2001	
	Desabamento do quarto pilar da Ponte Hintze Ribeiro provoca a queda parcial da estrutura do tabuleiro. Um autocarro e três viaturas ligeiras são precipitados para o Douro.
04 de março	Comandante Centeno da Costa, da Capitania do Porto do Douro, dirige-se ao local para assumir a coordenação das operações de busca e resgate. Marinha dirige-se para Entre-os-Rios para colaborar com o Sistema de Autoridade Marítima (SAM) e o Serviço Nacional de Proteção Civil (SNPC).
05 de março	Chega ao local a equipa chefiada pelo Primeiro-Tenente Vicente, comandante de um dos Destacamentos de Mergulhadores Sapadores da Marinha. Missão de interesse público classificada como uma calamidade. Encontrada a primeira vítima.
06 de março	Sonar lateral do Instituto Hidrográfico da Marinha é lançado pela primeira vez ao rio Douro. Diretor Técnico do Instituto Hidrográfico e supervisor das operações de deteção dos ecos: Comandante Augusto Ezequiel. Marinha opta por pedir auxílio, via NATO, aos países aliados através de um memorando com descrição do acidente, as condições existentes no local e os meios utilizados.
07 de março	Primeira tentativa de mergulho para validação dos ecos impossível de realizar. Encontrado na Galiza, a mais de 250 Km de Castelo de Paiva, a segunda vítima. Segundo mergulho sem sucesso no local onde foram detetados sinais pelo sonar. Suspensas as operações devido à forte corrente e ao elevado caudal do rio.
08 de março	Agência EFFE (Comunicação Social - Espanha) anuncia que oficiais da Armada Espanhola vão colaborar nas operações. Encontradas na Galiza duas vítimas. No total, entre 8 e 12 de março, serão encontradas sete vítimas nesta zona. Marinha destaca em permanência dois oficiais para comentarem as operações nos estúdios da RTP, SIC e TVI.
09 de março	Mergulhos de validação dos ecos ainda impossíveis.

	Comandante Augusto Ezequiel, anuncia a utilização para o dia seguinte de um sondador multiféixe para uma melhor definição dos ecos detetados.
	Com autorização da Marinha, familiares das vítimas acompanham as equipas que fazem buscas nos botes ao longo das margens do Douro.
	Corvetas NRP <i>João Coutinho</i> e NRP <i>Geba</i> saem com a missão de localizar corpos junto à costa norte de Portugal.
	Puma da Força Aérea é requisitado para buscas no litoral norte.
	Adido de Defesa da Embaixada de França e Coronel coordenador da equipa francesa afirmam não poder fazer mais do que já está a ser feito e decidem abandonar o local, deixando dois mergulhadores como observadores, “uma vez que acidentes desta dimensão, com tantas condicionantes e tão grande exposição mediática, são raros no mundo” (Ezequiel e Vieira, 2001: 55).
	Improvisada uma morgue num armazém junto ao rio. Esta será, posteriormente, deslocada para o Pavilhão Gimnodesportivo de Castelo de Paiva e, depois, para o Centro de Saúde de Castelo de Paiva.
10 de março	Mergulhos de validação dos ecos ainda impossíveis.
11 de março	Mergulho de validação de um dos ecos: encontrado um batelão afundado.
	Sondador multiféixe deteta dois ecos de grandes dimensões.
12 de março	Presidente da Câmara de Castelo de Paiva confirma que foram três as viaturas ligeiras que caíram ao Douro.
	Uma equipa italiana da Proteção Civil chega discretamente ao local e, depois de informados do que estava a ser feito e dos meios utilizados, regressa a Itália.
13 de março	<i>Especial informação</i> do canal SIC exhibe filme de inspeção aos pilares da ponte datado de 1986.
14 de março	Marinha delinea uma diretiva com atribuições mais claras das responsabilidades das diversas equipas e entidades da Marinha envolvidas nas operações.
15 de março	Desloca-se ao local uma equipa de mergulhadores suecos que veio, a pedido do seu Governo, analisar a condução das operações de busca e resgate. Ficam surpreendidos com as condições de trabalho e, principalmente, com a proximidade entre jornalistas e equipas de busca e resgate.
16 de março	Marinha prepara os mergulhos de validação de dois ecos.
17 de março	Marinha prepara os mergulhos de validação de dois ecos.

18 de março	Validação do primeiro eco pelos mergulhadores: um contentor afundado.
	Validação do segundo eco pelos mergulhadores: encontrado o autocarro.
19 de março	Uma equipa holandesa com cães treinados participa nas buscas.
	Operações suspensas por razões de segurança.
	Resgate parcial do autocarro até à margem.
20 de março	Operações suspensas por razões de segurança.
	Até à data haviam sido resgatados 14 corpos.
	Estado do tempo piora e cheias ameaçam levar o autocarro de volta para o rio.
21 de março	Encontrado o corpo de uma vítima.
	Operações continuam suspensas devido às condições do tempo e ao nível das águas do rio.
22 de março	Encontrado o corpo de uma vítima.
23 de março	Autocarro totalmente resgatado das águas do Douro.
	Marinha suspende as buscas.
24 de março	Equipa holandesa abandona o local.
25 de março	Avistados dois corpos, dos quais um foi resgatado.
26 de março	Condições ambientais não permitem a realização de mergulhos.
27 de março	Condições ambientais não permitem a realização de mergulhos.

	Remoção do autocarro do teatro das operações.
28 de março	Realização infrutífera de mergulhos.
29 de março	Realização infrutífera de mergulhos.
30 de março	Eco detetado confirmado: grua afundada. Três viaturas ligeiras por encontrar.
31 de março	Condições ambientais permitem o primeiro mergulho no meio do rio.
01 de abril	Mergulho identifica um dos ecos: uma das viaturas ligeiras (VW Passat). Resgatada uma viatura ligeira com dois corpos no interior.
	(...)
03 de abril	Marinha prepara-se para abandonar o local. Final das operações coincide com a validação infrutífera dos últimos ecos.
04 de abril	Realização infrutífera de mergulhos.
05 de abril	Sondador multifeixe e sonar lateral voltam ao rio para novas pesquisas.
06 de abril	Validação inconclusiva de um eco assinalado num local correspondente a um testemunho ocular.
	Validação do eco: encontrada a segunda viatura ligeira (VW Passat).
07 de abril	Resgatada a segunda viatura ligeira sem vítimas no interior. Permanece uma viatura ligeira por encontrar.
08 de abril	Últimos mergulhos de validação de ecos. Suspensão das operações de localização da viatura restante.

(...)

18 de junho	Regresso da equipa do Instituto Hidrográfico a Castelo de Paiva, acompanhada por uma equipa de mergulhadores, para localizar a terceira viatura ligeira.
19 de junho	Localizada e resgatada a terceira viatura ligeira (Opel Corsa) com três vítimas no interior, a integralidade dos seus ocupantes.

Nas operações de busca e resgate das cinquenta e nove vítimas, vinte duas serão resgatadas. No intervalo correspondente à interrupção das operações de busca e resgate (abril a junho), o corpo da última vítima será encontrado por populares a 22 de maio de 2001.

Fontes: Ezequiel e Vieira, 2001; Arquivo do Tribunal de Castelo de Paiva, Inquérito n.º 44/2001; Galhardo, 2002; Melo e Mendes, 2006; Santiago, 2006; Teixeira, 2011; *Público*, 2001-2011; www.marinha.pt/pt-pt/meios-operacoes/armada/mergulhadores/Paginas/Mergulhadores.aspx e www.marinha.pt/pt-pt/historia-estrategia/historia/nove-seculos-servico-portugal/Paginas/Acidente_de_Entre_os_rios.aspx, acessado: 16.09.2013.

Anexo 11. Breve nota sobre o apoio social e psicológico¹⁸⁷

A 5 de março, o Governo Civil de Aveiro solicita a intervenção do Departamento de Ação Social do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Aveiro (CDSSS-Aveiro) que desloca para o local uma equipa multidisciplinar. Deslocam-se ao local igualmente outros serviços. Direção Geral de Ação Social; Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Coimbra; e Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viseu. São criadas equipas de emergência responsáveis pelo acompanhamento psicossocial dos familiares das vítimas. Trabalho realizado sob a responsabilidade da Coordenadora da Ação Social do Concelho de Castelo de Paiva em representação do departamento de Ação Social do CDSSS-Aveiro. Pólos de intervenção: tenda no local; Pavilhão Gimnodesportivo e, posteriormente, Centro de Saúde e Serviço Social Local da Segurança Social; Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura; e Junta de Freguesia da Raiva.

Diretor do Centro Distrital		
Chefe de Divisão da Ação Social		
Coordenador Técnico		
Equipa fixa*	Equipa móvel**	Equipa de emergência
3 técnicos de Serviço Social afetos a Arouca, Castelo de Paiva e S. João da Madeira	4 técnicos de Serviço Social	6 técnicos de Serviço Social
	1 psicólogo	1 psicólogo
	1 técnico administrativo	

* À equipa fixa juntavam-se diariamente as Técnicas de Serviço Social da Autarquia e da Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva

** Equipa constituída por Técnicos da Divisão de Ação Social e por voluntários das IPSS's do distrito. Equipa permanece no local de 5 a 31 de março de 2001.

¹⁸⁷ Fonte: Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Aveiro (2001), *Relatório: Acidente na Ponte Hintze Ribeiro, Castelo Paiva*. Arquivo do Tribunal de Castelo de Paiva, Inquérito n.º 44/2001, folhas 15990 a 16015.

Anexo 12. Quadro com mapa resumo com os critérios apresentados pelo Provedor de Justiça para indemnização dos danos causados pela derrocada da ponte de Entre-os-Rios¹⁸⁸

Tipo de dano	Beneficiário	Quantitativo	Modo de pagamento	Observação			
Perda da vida e sofrimento da vítima	Herdeiros	10.000.000\$	Capital único em prestação imediata, sendo as respetivas quota-partes pagas separadamente a cada herdeiro	Quantia única a repartir por todos os herdeiros, de acordo com as regras normais da sucessão por morte. Ver nota 1.			
					Cônjuge	4.000.000\$	Capital único em prestação imediata
					Filho	4.000.000\$	Capital único em prestação imediata
					Pai/Mãe	4.000.000\$	Capital único em prestação imediata
Danos morais próprios de:	Avô/Avó	1.000.000\$	Capital único em prestação imediata	Montante devido a cada familiar deste tipo. Se a vítima tiver vivido a cargo deste familiar por ausência do pai ou da mãe, será devido o montante de 3.000.000\$. Ver nota 2.			
	Neto	2.000.000\$	Capital único em prestação imediata	Montante devido por cada familiar deste tipo. Se o neto da vítima tiver vivido a cargo da mesma por ausência do pai ou da mãe, será devido o montante de 3.000.000\$. Ver			

¹⁸⁸ Fonte: www.provedor-jus.pt/ride=35&idi=108, accedido: 23.04.2014

		notas 1 e 2.	
Danos patrimoniais de:	Irmão	1.000.000\$	Capital único em prestação imediata Montante devido por cada familiar deste tipo. Ver notas 1 e 2.
	Cônjuge	Variável	Ver nota 3.
	Filho	Variável	Montante devido, em regra, até à maioridade. Pago em capital, de prestação única e imediata, se estiver interditado ou for deficiente com incapacidade total para angariar meios de subsistência. Ver nota 4.
	Neto	Variável	Montante só devido se estivesse a cargo da vítima. Ver nota 4.
	Pai/Mãe	Variável	Montante só devido se estivesse a cargo da vítima. Ver nota 3.

1. No caso de menores, os pagamentos feitos a título de quota-parte na herança dos danos próprios da vítima e de danos morais (ou não patrimoniais) próprios do beneficiário, é feito em certificados de aforro, imobilizados até à maioridade, salvo autorização judicial.

2. Nos danos não patrimoniais próprios, estes só são pagos a cônjuge e filhos, se existirem e, na sua falta, aos netos. Os pais apenas recebem esse montante na ausência de descendentes e os avós se também já não forem vivos os pais. Por último, os irmãos apenas recebem na ausência do cônjuge e de todos os familiares já enunciados, podendo, se for já falecido algum irmão da vítima, receber o montante devido em seu lugar os filhos que tiver.

3. O capital pago a título de danos patrimoniais é calculado com base numa fórmula que permite alcançar um montante para, consideradas a taxa de inflação, a taxa de juro de depósitos a prazo e a possibilidade de aumento dos rendimentos da vítima, se não fosse a sua morte, possibilitar ao beneficiário usufruir das mesmas quantias que a vítima lhe poderia presumivelmente dar e em relação às quais comprove ter direito.

4. Para o termo da renda mensal, que será anualmente atualizada, prevêem-se cláusulas de salvaguarda para os filhos ou netos a cargo da vítima que sejam deficientes, bem como para quem estude atualmente ou esteja a estudar no momento em que atingir a maioridade.

